

MARIA LUÍSA SEABRA MARQUES DE AZEVEDO

TOPONÍMIA MOÇÁRABE
NO
ANTIGO CONDADO CONIMBRICENSE

**Dissertação de Doutoramento na área de
Línguas e Literaturas Modernas, especialidade
de Linguística Portuguesa, apresentada à
Faculdade de Letras da Universidade de
Coimbra, sob a orientação da Senhora
Professora Doutora Maria José de Moura Santos**

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

2005

ÍNDICE GERAL

ÍNDICE GERAL.....	1
ÍNDICE DE FIGURAS	6
ÍNDICE DE MAPAS TOPONÍMICOS	6
AGRADECIMENTOS	7
CAPÍTULO 0. INTRODUÇÃO	9
1. Objectivos e metodologia de trabalho adoptada	9
2. Breve resenha bibliográfica	16
3. Revivalismo oriental.....	25
CAPÍTULO I. PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS	33
4. A romanização.....	34
4.1 O latim vulgar	38
5. As invasões germânicas.....	42
6. As invasões árabes	46
7. A Reconquista cristã.....	54
7.1 Repovoamento e “ermamento”.....	61
7.2 Toponímia relacionada com o repovoamento e a Reconquista.....	66
7.3 Árabes que permaneceram em Portugal.....	77
7.4 Populações moçárabes.....	80
7.4.1 Território de Coimbra	88
CAPÍTULO II. ENCONTRO DE CULTURAS	101
8. Os arabismos	104
8.1 Topónimos árabes	107
9. As artes	108
9.1 Arte moçárabe	111
9.2 Arte mudéjar	119

9.3	Outras manifestações artísticas	124
10.	Ciência e técnica	127
11.	As Letras	137
12.	O urbanismo e a administração	146
13.	A vida e os objectos do quotidiano	150
CAPÍTULO III. OS DIALECTOS MOÇÁRABES.....		157
14.	Fontes documentais	157
14.1	Glossários	158
14.2	Tratados científicos	159
14.3	Cancioneiros	160
14.4	Onomástica.....	163
14.5	Latim usado pelos moçárabes (na literatura).....	165
14.6	Regionalismos moçárabes	165
15.	Evolução fonética	166
15.1	Vocalismo	168
15.1.1	Transcrição de vogais em palavras árabes	169
15.1.2	Tratamento de Ę e Ő latinos	170
15.1.3	Vogais finais.....	171
15.1.3.1	Plurais femininos em -as	176
15.1.4	Ditongos [aɨ], [aɪ], [eɪ] e [ou]	177
15.2	Consonantismo	180
15.2.1	P- inicial	181
15.2.2	F- inicial	182
15.2.3	J-, G- iniciais	183
15.2.4	L- inicial.....	184
15.2.5	Grupos latinos CL, PL e FL	186
15.2.6	Ce, i	188

15.2.7	S- inicial	190
15.2.8	Grupo S <i>C</i> e, i	190
15.2.9	Consoantes surdas intervocálicas	190
15.2.10	-J-, -Ge, i- e -Gl- intervocálicos	192
15.2.11	Grupos consoante + [j]	193
15.2.12	Grupo -CT-	193
15.2.13	-N- e -L- intervocálicos	194
15.2.14	Grupos -LL- ~ -L̄- -C'L-	195
15.2.15	Grupos -N̄- e -NN-	198
15.2.16	Grupos -MB- e -ND-	198
15.2.17	L + consoante	199
15.2.18	N na sílaba final	199
16.	Interinfluências românicas e árabes	200
16.1	Evolução de alguns nomes árabes segundo as tendências da fonética galego portuguesa	200
16.1.1	Sonorização de consoantes surdas intervocálicas	201
16.1.2	Evolução de -b- intervocálico para -v-	201
16.1.3	Palatalização de -n̄- e -l̄-	201
16.1.4	Evolução dos ditongos [āi] > [ēi] e [āu] > [ōu]	201
16.1.5	Síncope de -l- e de -n-	202
16.2	Condicionamento dos nomes de origem latina pela fonética árabe	202
16.2.1	Substituição de [p] por [b] em posição forte	202
16.2.2	Evolução do grupo -ST-	203
16.2.3	Palatalização de algumas consoantes surdas	204
16.2.4	“Imela” (passagem de /a/ tónico a /e/ ou a /i/)	204
16.3	Interferências morfossintáticas	205

16.3.1	Supressão de /r/ no sufixo românico <i>-eira</i> (> <i>-eia</i>)	205
16.3.2	Aglutinação do artigo árabe <i>al</i>	206
16.3.3	<i>Ben / Ban</i> , forma encurtada de <i>ibn</i> 'filho' + antropónimo românico	212
16.3.4	<i>Od-</i> 'água, curso de água' + base românica	213
16.3.5	Vestígios da declinação arábica.....	215
16.3.6	Substituição de <i>-iz</i> por <i>-ique</i>	215
CAPÍTULO IV. HISTÓRIA DOS TOPÓNIMOS MOÇÁRABES DO ANTIGO		
	CONDADO DE COIMBRA.....	217
17.	Vocalismo.....	217
17.1	Vogais finais.....	217
17.2	Conservação do ditongo [aɨ]	343
18.	Consonantismo.....	351
18.1	Grupos latinos CL, PL e FL	351
18.1.1	Anaptixe no interior destes grupos ou entre consoantes	357
18.2	Ce, i	364
18.3	Si	381
18.4	Consoantes surdas intervocálicas	381
18.5	Grupos consoante + [ɨ].....	386
18.6	Conservação de -N- intervocálico	396
18.7	Conservação de -L- intervocálico	446
18.8	Palatalização de -LL- nos diminutivos em -ĚLLA(S) e -ĚLLOS (> <i>-elha(s)</i> e <i>-elhos</i> , respectivamente)	471
18.9	Palatalização de -NN-	478
19.	Condicionamento dos nomes de origem latina pelo idioma árabe	480
19.1	Alterações fonéticas em consoantes.....	480
19.2	"Imela" (passagem de /a/ tónico a /e/ ou a /i/)	487
19.3	Interferências morfossintáticas	488

19.3.1	Supressão de /r/ no sufixo românico <i>-eira</i> (> <i>-eia</i>).....	489
19.3.2	Aglutinação do artigo árabe <i>al</i>	490
19.3.3	<i>Ban / ben</i> , forma encurtada de <i>ibn</i> 'filho' + antropónimo românico .	561
19.3.4	Substituição de <i>-iz</i> por <i>-ique</i>	568
CAPÍTULO V. NOTAS FINAIS		571
20.	Densidade de topónimos moçárabes no território estudado	573
20.1	Distrito de Aveiro.....	579
20.2	Distrito de Coimbra	581
20.3	Distrito de Leiria	583
20.4	Distrito de Viseu.....	585
21.	Marcas mais recorrentes nos topónimos moçárabes do antigo Território de Coimbra.....	588
ÍNDICES REMISSIVOS DOS TOPÓNIMOS ESTUDADOS		593
Alfabético.....		593
Geográfico.....		607
BIBLIOGRAFIA		627
Obras, artigos e recensões de carácter linguístico.....		627
Dicionários, enciclopédias, atlas e gramáticas descritivas		652
Obras de carácter histórico, literário, etnográfico, artístico, geográfico... ..		654
Revistas.....		659
Textos breves de jornais e revistas.....		662
Textos sonoros e fílmicos		663
Fontes electrónicas.....		663
Fontes cartográficas		668
ANEXO I. TOPÓNIMOS MOÇÁRABES		A. I - 1
ANEXO II. TOPÓNIMOS ÁRABES.....		A. II - 1

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – O avanço da Reconquista e o jogo de forças políticas na Península Ibérica	57
Figura 2 – A progressão da Reconquista no actual território português.....	60
Figura 3 – Arcos lobulados simples e entrecruzados da Mesquita de Córdoba	110
Figura 4 – Bosque de colunas da mesquita de Córdoba.....	111
Figura 5 – Arcos do claustro da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira - Guimarães	115
Figura 6 – Pormenor da torre da igreja de S. Frutuoso de Montélios - Braga	116
Figura 7 – Porta moçárabe – Antigo mosteiro de S. Jorge de Milreus - Coimbra.....	117
Figura 8 – Interior da igreja de S. Pedro de Lourosa da Serra - Oliveira do Hospital	118

ÍNDICE DE MAPAS TOPONÍMICOS

Mapa 1 – Perspectiva geral da distribuição de topónimos moçárabes no antigo Condado de Coimbra	577
Mapa 2 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Aveiro	580
Mapa 3 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Coimbra.....	583
Mapa 4 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Leiria	585
Mapa 5 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Viseu	587

AGRADECIMENTOS

Este trabalho não teria sequer sido começado não fosse a grande disponibilidade com que, muito generosamente, a Professora Doutora Maria José de Moura Santos se prontificou a orientá-lo. Depois, fazê-lo e “sofrê-lo” teria sido difícil sem a bibliografia posta à minha disposição, sem os conhecimentos, sem os ensinamentos, sem o tempo que dedicou a ler, a corrigir, a sugerir... enfim, sem o empenho pessoal, o incentivo e o carinho que coloca nas tarefas em que acredita. Obrigada por ter acreditado!

Não quero deixar de agradecer ao Conselho Directivo da Faculdade de Letras as facilidades concedidas em relação à reprodução e encadernação deste volume. Agradeço igualmente o apoio pessoal de muitos dos docentes e de alguns funcionários desta casa, bem como a atenção do Instituto de Língua e Literatura Portuguesas.

Fico muito grata à Senhora Doutora Ana Faria pela cedência de material fotográfico relativo à porta moçárabe (capa e figura 7), que eu tinha localizado aquando de uma visita ao antigo mosteiro de S. Jorge de Milreus, onde está instalada a Escola Universitária Vasco da Gama, instituição que também cumprimento.

Devo também uma palavra de reconhecimento a alguns familiares e amigos pelo seu incentivo.

E, finalmente, um abraço ao meu filho Diogo que, prescindindo de muitas horas do seu tempo, me deu apoio na área informática, ajudando-me a resolver muitos dos “problemas técnicos” que foram surgindo na digitalização do trabalho, nomeadamente a inserção de gravuras e de índices, a elaboração de tabelas, o desenho de mapas e o arranjo gráfico final.

CAPÍTULO 0

INTRODUÇÃO

1. Objectivos e metodologia de trabalho adoptada

Após uma tentativa de abordagem global da toponímia moçárabe portuguesa¹ (inevitavelmente incompleta e superficial), em que se pretendeu abarcar todo o território continental, perspectivando uma visão tanto quanto possível "panorâmica" de um assunto tão pouco desenvolvido, este trabalho surge agora com o objectivo de estudar mais aprofundadamente as marcas toponímicas dos dialectos moçárabes sobreviventes no antigo território de Coimbra. O desafio começou a desenhar-se com a leitura de uma passagem da "Advertencia Preliminar" de Galmés de Fuentes que, depois de se referir aos diversos idiomas moçárabes estudados na sua *Dialectología mozárabe*, acrescenta: "faltan los estudios correspondientes a dos áreas norteñas de importante población mozárabe, Coimbra e Zaragoza. Pero de Coimbra no existen datos que permitan un estudio de su dialecto mozárabe".²

Estas palavras identificam imediatamente duas das várias dificuldades de que esta opção de trabalho se revestiu: a falta de estudos e de dados sobre o antigo território de Coimbra. De facto, é natural que dialectos cronologicamente tão longínquos e escassamente documentados não tenham constituído, até hoje, uma área de investigação muito apetecível: poucos autores se debruçaram especificamente

¹ Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, dissertação de mestrado (inérita), 2 vols., Coimbra, 1994.

² Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, Madrid, 1983, p. 13, nota 2.

sobre o tema e, portanto, a bibliografia existente é escassa e lacunar. Por outro lado, apesar de a toponímia — especialmente a menor, pelo seu carácter particularmente conservador — ser um precioso meio para o estudo de dialectos, a etimologia toponímica revela-se, como é sabido, um dos mais vastos e complicados campos da linguística, “por vezes cheio de trevas tão espessas que mal nos permitem ver”.³ Além disso, é impossível estudar nomes de terras sem cruzar constantemente dados linguísticos com informações de carácter histórico e geográfico, o que simultaneamente complexifica e valoriza o trabalho. Recordem-se, a propósito, as palavras de José Pedro Machado: “os problemas de toponímia nunca podem deixar de estar na moda, porque, para além do prazer, necessariamente limitado, de organizar com bases científicas a história do nome de uma localidade, há o que esse trabalho (por vezes trabalho que Hércules recearia ver acrescentado aos seus...) consegue representar para o estudo da localidade e, através deste e com o auxílio de idêntica investigação, para outros nomes da mesma espécie, de uma ou mais civilizações. E de uma ou mais civilizações porque temos de considerar: a que dominou o sítio e aquela ou aquelas que por lá depois passaram e conseguiram modificar o nome inicial e também aquela ou aquelas que sabemos por lá terem passado sem qualquer perturbação para o elemento onomástico local.”⁴

Mas se o estudo da toponímia se constitui como um precioso subsídio para a história, nem por isso deixa de ser uma disciplina linguística, com tudo o que isso implica em termos de rigor e objectividade: “a toponímia, embora se tenha revelado, nestes últimos tempos, valiosa auxiliar da história, continua a ser uma ciência primordialmente linguística, cujos princípios não se podem impunemente desprezar.”⁵

³ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII, 1921, p. 1261.

⁴ J. P. MACHADO, *Notas de toponímia portuguesa*, separata do *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, n.º 13, 1962, p. 3.

⁵ Joseph M. PIEL, Recensão a C. E. DUBLER, “Über Berbersiedlung auf der Iberischen

A delimitação geográfica da zona a estudar constituiu outro problema de vulto, porque os limites territoriais do Condado de Coimbra não têm sido objecto de claro consenso nem de rigorosa definição. De facto, quando se referem a este território, muitos historiadores não o delimitam ou fazem-no de forma vaga e superficial, talvez porque as fontes históricas possibilitem interpretações diversas. Documentos dos séculos IX a XIV registam grande variedade de vocábulos designatórios de realidades físicas, político-militares e sócio-económicas ligadas ao ordenamento territorial da medievalidade coimbrã. À medida que tais realidades se foram alterando — e, com elas, a reorganização espacial —, os termos que as identificavam sofreram evoluções semânticas, extensões ou restrições de significado, tendo mesmo sido, por vezes, substituídos por outros.⁶ Não será, pois, de estranhar a falta de coincidência absoluta entre os especialistas: para uns, apesar de Coimbra ser a *civitas* de um “imenso território (...) compreendido, grosso modo, entre o Mondego e o Vouga — rios que, no entanto, ultrapassará para Sul e para Norte — e onde se incluem outros *territoria* menores”;⁷ outros entendem-no ainda mais amplo — a cabeça de “uma vasta diocese que se espraiava desde a margem sul do Douro até Tomar”; um “condado ou distrito, cuja área abrangia, a nascente, Lamego, terminava ao norte com o Douro, a poente com o Mar e pelo sul com a fronteira muçulmana, viva e ondeante, mas mais ou menos dependente da da linha de fortaleza do Mondego”.⁸ A confirmá-lo, temos as

Halbinsel”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 246-247.

⁶ Leontina VENTURA, “Coimbra medieval. 1. A gramática do território”, *Biblos*, vol. LXXVI, 2000, p. 19-36. *Territorium, suburbium, termo, fines, confines, partes, civitas, urbs, vila, cidade e arrabalde* são os termos recolhidos e estudados pela Autora.

⁷ É, por exemplo, a opinião de Leontina VENTURA, “Coimbra medieval. 1. A gramática do território”, cit., p. 23.

⁸ Como se verá adiante (7.4.1 Território de Coimbra), são vários os Autores que partilham este entendimento e consideram o Condado de Coimbra uma unidade social, político-militar e administrativa geograficamente muito vasta. Transcreveram-se, respectivamente, palavras de Maria Teresa Nobre VELOSO, “Evocando a memória da reconquista cristã de Coimbra a 9 de Julho de 1064”, *Diário de Coimbra*, 09-07-2004, p. 11; e de Jaime Cortesão, in *Guia de*

palavras do próprio D. Sisnando, o primeiro governador do condado: “no tempo em que reinava o sereníssimo rei D. Fernando [de Leão], eu, o cônsul Sisnando, recebi dele o governo de Coimbra e de todas as cidades ou castelos que existem por todo o seu circuito, a saber, desde Lamego até ao mar pelo curso do Douro, até aos limites todos que os cristãos possuem ao sul”.⁹ A estes indícios juntou-se a delimitação da área de influência do mosteiro de Alcobaça e das antigas dioceses de Viseu e Lamego que, mesmo depois de restauradas, se mantiveram sob administração da de Coimbra.¹⁰ Acresce ainda que, até durante as querelas eclesiásticas entre as metrópoles de Braga e de Santiago de Compostela, as dioceses de Lamego, Viseu e Coimbra formaram, com o mosteiro de Alcobaça, um núcleo coeso, verificando-se que esse território coincidia *grosso modo* com o dos actuais distritos de Aveiro, Viseu, Coimbra e Leiria.¹¹ Se bem que este último não se possa enquadrar, com precisão, nos referidos limites do Condado de Coimbra, a fronteira sul era tão indefinida e flutuante que seria difícil uma delimitação mais rigorosa. Além da deslocação da corte condal de Guimarães para Coimbra, uma das estratégias para estabilizar e reforçar a posição cristã no território a sul do Mondego consistiu, como se sabe, no estabelecimento das bases administrativas da região, com a atribuição de forais,¹² incentivos à fixação de populações moçárabes subsistentes e de povoadores do

Portugal, vol. III (Beira. I. Beira Litoral), 2ª ed., Lisboa, s/d [1984], p. 185.

⁹ *GEPB*, vol. 29, s.v. SISNANDO.

¹⁰ Cf. José MARQUES, “As dioceses portuguesas até 1150”, *Biblos*, vol. LXXVIII, 2002, p. 48-51; e Manuel Augusto RODRIGUES (direcção e coordenação) e Avelino de Jesus da COSTA (orientação científica), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra, 1999, p. XV.

¹¹ Sobre o assunto, cf. José MATTOSO, “O Condado Portucalense”, *História de Portugal*, (direcção de José Hermano SARAIVA), vol. 1, [Lisboa], 1983, p. 440-446.

¹² São exemplo dessa política: Santa Comba Dão e Treixedo, que recebem carta de foral em 1102; Tentúgal, em 1108; Coimbra, Sátão, Soure, Tavares e Azurara da Beira, em 1111; Viseu, em 1123; Redinha, em 1129; e a Ega, em 1131. Cf. Maria Helena da Cruz COELHO, “A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique”, *Biblos*, vol. LXXVI, 2000, p. 43-55; e <http://www.terravista.pt/portosanto/1631/redinha.htm>.

Norte. Outra preocupação foi proporcionar-lhes também protecção militar, através da construção ou da reconstrução de castelos: Miranda do Corvo (1136), Penela (1137), Germanelo (1142) e Leiria (edificado em 1135 e restaurado em 1142). Como extremo meridional da região fortificada pelos portugueses, Leiria tornou-se, não apenas um ponto de apoio a Coimbra, mas também a base de pilhagens e incursões em direcção a Torres Vedras ou mesmo a Santarém — nas palavras de Alexandre Herculano, “a chave do país” pelo lado sul: “A sua importância era tal que (...) os alvazis e demais membros do concelho municipal de Coimbra declaravam que os homens d’ armas do concelho que tentassem ir combater pela fé na Palestina fossem defender a Estremadura e em especial Leiria, onde, se morressem, obteriam a remissão dos seus pecados do mesmo modo que em Jerusalém.”.¹³ Enfim, a opção de incluir o distrito de Leiria na região a estudar parece razoável também na medida em que existem traços, sobretudo de natureza cultural e social, que conferem uma certa homogeneidade aos referidos distritos, e as diferenças entre eles não são tão vincadas que repugne estudá-los toponimicamente como se de uma unidade se tratasse. Acrescente-se ainda que, por se encontrarem na fronteira com os concelhos de Pombal, Leiria e Alvaiázere, e por alguns deles terem já integrado o distrito de Leiria, incluem-se no *corpus* alguns topónimos já pertencentes ao concelho de Vila Nova de Ourém (distrito de Santarém), localizados aquando da pesquisa nas cartas militares dos referidos concelhos do distrito de Leiria.¹⁴

¹³ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, vol. II, 7ª ed., Paris-Lisboa e Rio de Janeiro, S. Paulo, Belo Horizonte, 1914, p. 186-187.

Ver também *Os Templários*, <http://www.terravista.pt/portosanto/1631/templarios.htm>.

¹⁴ São contíguos ao concelho de Pombal: *Achada, Arneiros da Mata, Arneiros do Carvalho, Casal Menino, Espite, Matas de Espite, Ribeiro de Espite, Martianas e Vale de Alcobaça*; junto ao concelho de Leiria localizam-se: *Achada do Cachinho, Achada do Pontão, Albarrol, Alcantosta, Alqueidão, Campina, Monreal, Paineil, Pinhal Serrano, Pouchana, Quinta Serrana, Ribeira do Almo, Rosmaninhal e Vale Serrano*; *Alqueidão* faz fronteira com o concelho de Alvaiázere.

Uma aturada investigação permitiu enquadrar o objecto de estudo, tanto numa perspectiva histórica, social e cultural como em termos linguísticos. Procurando delinear uma visão de conjunto que articulasse estas vertentes, o primeiro capítulo é dedicado, sobretudo, à abordagem de aspectos históricos; o segundo, aos culturais e sociais e o terceiro, aos linguísticos. Para tal foram consultadas obras de carácter abrangente e generalista como, por exemplo, as enciclopédias e os atlas, e outras de feição mais especializada, a que se aludirá mais detalhadamente na alínea seguinte.

Após uma breve referência às fontes documentais, o capítulo III é dedicado à caracterização fonética — vocalismo e consonantismo — dos dialectos moçárabes, e ao estudo das interinfluências românicas e árabes, nomeadamente: a evolução de alguns nomes árabes, segundo as tendências da fonética galego-portuguesa; o condicionamento dos nomes de origem latina pela fonética árabe; e as interferências morfossintáticas.

Seguiu-se a pesquisa geográfica que, além de alguma recolha no terreno, foi levada a cabo em fontes tão díspares como enciclopédias, artigos e textos diversos (inclusive da imprensa escrita e da *Internet*), programas radiofónicos e televisivos, etc., e implicou a consulta do *Reportório Toponímico de Portugal, 03 – Continente*,¹⁵ de onde se retiraram os topónimos que maioritariamente constituem o *corpus* (Anexo I) e cuja localização, por concelho e por distrito, foi verificada nas 113 cartas militares (escala: 1/25.000) respectivas. Garantiu-se, assim, o indispensável rigor no levantamento e localização do material toponímico, cuja análise constitui o passo seguinte do presente estudo. Para isso, foi necessário percorrer a bibliografia toponímica disponível (cf., a seguir, 2. Breve resenha bibliográfica) para encontrar algumas referências aos nomes inventariados no *corpus*. Assim, após o cotejo de formas antigas (quando existentes), o confronto e a análise de ideias e opiniões dos diversos autores consultados, apresentam-se no capítulo IV os dados e as hipóteses a

¹⁵ *Reportório Toponímico de Portugal, 03 - Continente*, 3 vols., [Lisboa], 1967.

ter em conta no estudo dos topónimos, bem como as conclusões possíveis. Casos houve em que, por ausência de informação, não se conseguiu determinar com o rigor desejável a natureza de alguns nomes de lugar; o trabalho teve, então, como principal objectivo dar visibilidade a determinada realidade lexical e levantar hipóteses acerca da sua etimologia. E porque em ciência não há muitas vezes certezas absolutas nem conclusões definitivas, mas unicamente hipóteses que se vão colocando à medida que a investigação avança, este estudo pretende também convidar os especialistas a contribuírem para o desenvolvimento do estado actual dos conhecimentos, respondendo às interrogações, ajudando a esclarecer as dúvidas, enfim, resolvendo os problemas aqui deixados em aberto. A estrutura deste quarto capítulo não coincide rigorosamente com a do terceiro, por um lado porque nem todas as características dos dialectos moçárabes apresentadas no capítulo III se encontram presentes nos topónimos recolhidos e, por outro, para evitar a multiplicação desnecessária de alíneas e as constantes remissões, que dificultariam a leitura e em nada contribuiriam para a clareza do texto.¹⁶ Sempre que se verifique a existência de vários topónimos com o mesmo nome, optar-se-á por indicar, à sua frente e em linha inferior, o número de ocorrências, evitando assim repetições inúteis.

No capítulo V apresentam-se as conclusões a que foi possível chegar e que dizem sobretudo respeito às marcas linguísticas mais recorrentes nos topónimos moçárabes do antigo Território de Coimbra e à densidade toponímica de moçarabismos — calculada a partir dos valores apresentados nas tabelas I, II, III e IV (onde se inscreve o número de topónimos e a área dos concelhos de Aveiro, Coimbra, Leiria e Viseu, respectivamente) e visualmente perceptível através dos mapas dos

¹⁶ Para uma gestão equilibrada do sistema informático de referências cruzadas, a maioria das remissões reporta-se à página onde se inicia o estudo do(s) topónimo(s) e pontualmente a outros segmentos textuais, cuja informação assuma especial relevância. Ainda no intuito de agilizar a leitura, não só deste mas de todos os capítulos, as reticências [...] são dispensadas no início e no final das citações, mantendo-se apenas nos casos em que se verifique(m)

distritos e concelhos considerados.

O *corpus* analisado é apresentado no Anexo I, onde os topónimos são elencados por ordem alfabética e situados por concelho e por distrito. No Anexo II, incluem-se topónimos considerados de origem árabe pelas obras de referência, localizados, na área delimitada, aquando da pesquisa dos moçarabismos toponímicos. À medida que a investigação progredia, este registo, que não se pretende sistemático nem exaustivo, foi sendo enriquecido com outros nomes de lugar de origem árabe também situados no Centro do país, mas já fora da região estudada. Pode-se, assim, perceber melhor até que ponto foi intensa a influência árabe, não só no território em apreço — especialmente na cidade de Coimbra e na região envolvente —, mas também em toda a zona Centro. O trabalho inclui ainda dois índices remissivos — um alfabético e outro geográfico: o primeiro destina-se à fácil pesquisa dos moçarabismos, uma vez que se encontra organizado, não pela ordem alfabética dos topónimos completos, mas sim pela dos moçarabismos neles contidos (por exemplo, *Vila Nova de Poiares* aparecerá neste índice como **Poiares**, *Vila Nova de*); o segundo, organizado por concelhos, permite uma percepção rápida e global da distribuição geográfica dos topónimos.

Deseja-se, em suma, que este trabalho sirva para se reflectir mais e melhor sobre um passado linguístico, cultural e histórico tão longínquo e que, talvez por isso mesmo, possa parecer (e por vezes seja!) nebuloso ou árido, mas cujo estudo acaba por se revelar um desafio muito motivador.

2. Breve resenha bibliográfica

Muitos foram os artigos, os dicionários, os atlas, as gramáticas, e diversas as obras de carácter linguístico, histórico, geográfico, etc. consultadas ao longo da elaboração deste estudo. Sendo os dois primeiros capítulos de natureza

quebra(s) no seu interior.

eminentemente histórico-linguística e sócio-cultural, merecem especial menção (além dos meios já anteriormente referidos) algumas obras que constituíram fontes fundamentais de pesquisa: as *Lições de Linguística Românica* de José Herculano de Carvalho,¹⁷ a *Introduction au Latin Vulgaire* de Veikko Väänänen¹⁸ e *La Formación de los Dominios Lingüísticos en la Península Ibérica* de Kurt Baldinger,¹⁹ que ajudam a enquadrar e a melhor compreender a génese da nossa língua; a *História de Portugal* com a chancela de José Mattoso,²⁰ a obra homónima dirigida por José Hermano Saraiva,²¹ e a *Nova História de Portugal*, coordenada por Joel Serrão e por Oliveira Marques,²² pela profundidade e rigor no tratamento dos temas; *A herança árabe em Portugal, O meu coração é árabe, Portugal. Ecos de um passado árabe* — todos de Adalberto Alves,²³ *Arquitectura islámica en Andalucía* de Marianne Barrucand e Achim Bednorz,²⁴ pela especialização e riqueza cultural dos conteúdos; e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*,²⁵ pelo ecletismo da informação.

¹⁷ José Herculano de CARVALHO, *Lições de linguística românica*, 3ª ed. (policopiada), Coimbra, 1966-1967.

¹⁸ Veikko VÄÄNÄNEN, *Introduction au latin vulgaire*, (deuxième édition avec Anthologie de Textes), Paris, 1967.

¹⁹ Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, 2ª ed., Madrid, 1972.

²⁰ José MATTOSO (direcção e coordenação de), *História de Portugal*, vols. 1 e 2, [Lisboa], 1993. As figuras 6 e 8 foram reproduzidas, respectivamente, das p. 523 e 489 do vol. 1.

²¹ José Hermano SARAIVA (direcção de), *História de Portugal*, vol. 1, cit.. As figuras 1, 2, 4 e 5 foram reproduzidas, respectivamente, das p. 434, 648, 251 e 277 deste volume.

²² Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES (direcção de), *Nova História de Portugal*, vol. III: “Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV”, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, 1ª ed., Lisboa, Maio de 1996.

²³ Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, Lisboa, 2001, p. 12. IDEM, *O meu coração é árabe*, 2ª ed., Lisboa, 1991. IDEM, *Portugal. Ecos de um passado árabe*, <http://www.instituto-camoes.pt/cvc/lazuli/01/port/ecos.pdf>.

²⁴ Marianne BARRUCAND e Achim BEDNORZ, *Arquitectura islámica en Andalucía*, Colónia, 1992. A figura 3 foi reproduzida da p. 77 desta obra.

²⁵ *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, 40 vols., Lisboa / Rio de Janeiro, s/d. Esta obra

Para o estudo das interinfluências românicas e árabes, bem como das características fonéticas dos dialectos moçárabes, cuja apresentação ocupa a quase totalidade do terceiro capítulo, foram de especial valia “El Mozárabe Peninsular”, extenso artigo de Manuel Sanchis Guarner,²⁶ onde já se aborda o assunto tendo em conta a diversificação diatópica, e a minuciosa *Dialectología mozárabe* de Álvaro Galmés de Fuentes²⁷ que, numa ampla visão de conjunto, retoma esta questão, completando e corrigindo alguns dados anteriores. Não se pode, no entanto, deixar de sublinhar o carácter pioneiro dos estudos de Francisco Javier Simonet — a *História de los mozárabes de España* (1897-1903) e, especialmente, o *Glosario de voces ibéricas y latinas usadas entre los mozárabes*²⁸ —, copiosa recolha de materiais (alguns dos quais relativos ao território português) que ainda hoje serve de base a trabalhos acerca da continuidade e sobrevivência dos dialectos moçárabes hispânicos, que alguns antigos estudiosos espanhóis²⁹ julgavam ter sido completamente esquecidos (sobretudo pela intelectualidade moçárabe) em favor da língua árabe. Depois de Simonet, outros autores espanhóis debruçaram-se sobre este assunto: Francisco Codera estudou a *Importancia de las fuentes árabes para conocer el estado del vocabulario en las lenguas o dialectos españoles desde el siglo VIII al XIII* (1910); Ramón Menéndez Pidal dilucidou grande parte dos problemas linguísticos moçárabes com a publicação, em 1926, da obra fundamental *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*;³⁰ e também Vicente García de

será referida pelas suas iniciais *GEPB*.

²⁶ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Madrid, 1960.

²⁷ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit..

²⁸ Francisco Javier SIMONET, *Glosario de voces ibéricas y latinas usadas entre los mozárabes* precedido de un estudio sobre el dialecto hispano-mozárabe, Madrid, 1889. Esta obra passará a ser referida como *Glosario*.

²⁹ Bernardo Aldrete, P. Juan de Mariana, P. Andrés Marcos Burriel, P. Esteban de Terreros, F. Rodríguez Marina, citados por M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 295.

³⁰ Foi consultada a 6ª edição, de 1968, que será abreviadamente referida como *Orígenes del*

Diego consagrou alguma atenção à herança linguística moçárabe, no seu *Manual de dialectología española*, de 1946.³¹ Além destes, muitos outros romanistas e hispanistas se interessaram por estes idiomas: Arnald Steiger,³² William Entwistle, Amado Alonso, Manuel Alvar, Rafael Lapesa,³³ Joan Corominas,³⁴ Alonso Zamora Vicente,³⁵ Gerhard Rohlfs e Kurt Baldinger,³⁶ já referido.

Em relação ao português, o repertório bibliográfico sobre estes temas é muito mais exíguo, como é também mais reduzido o conhecimento de textos em aljamia: “La más curiosa simbiosis que, sin embargo, muestra al mismo tiempo la profunda oposición entre el mundo islámico y el cristiano, se ve en los textos *aljamiados* (textos románicos escritos por moriscos en caracteres árabes).”³⁷ Francisco Adolfo Coelho foi o primeiro a referir-se aos dialectos moçárabes, na sua obra *A língua portuguesa (...)* e no importante texto “Origens do português do Sul”.³⁸ Leite de Vasconcelos³⁹ escreveu

español.

³¹ Vicente GARCÍA DE DIEGO, *Manual de dialectología española*, Madrid, 1946.

³² Arnald STEIGER, “Zur Sprache der Mozaraber”, *Sache, Ort und Wort: Festschrift für Jakob Jud, zum 60. Geburtstag* (12. Januar 1942), *Romanica Helvetica*, vol. 20, Genève-Zürich, 1943, p. 624-714.

³³ Rafael LAPESA, *Historia de la Lengua Española*, 4ª ed., Madrid, 1959 (especialmente as p. 124, 126-130 e 135-137).

³⁴ Joan COROMINAS, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, 4 vols., Madrid, 1954-1957 (que será, doravante, referido pelas iniciais *DCELC*); além dos artigos nele incluídos há alguns outros dispersos.

³⁵ Alonso ZAMORA VICENTE, *Dialectología española*, 2ª ed., Madrid, 1967, p. 15-52.

³⁶ Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., p. 66-68 (nota 45) e p. 74.

³⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 85. Os autores árabes opunham a '*arabiyya* 'língua árabe' a *ayamîa* 'língua estrangeira'. Segundo o testemunho de Simonet, vários autores hispano-árabes, ao mencionarem vocábulos pertencentes à aljamia, designavam este idioma também com os nomes de *Ar-Romía* (língua romana), *Al-Lathiní* e *Al-Lathinía* (língua latina) e ainda *Al-Lathiní-Alammí* (latim vulgar). Vide SIMONET, *Glosario*, cit., p. 23-24.

³⁸ F. Adolfo COELHO, *A língua portuguesa (...)*, 2ª ed., Porto, 1887, p. 126 e seguintes. IDEM, “Origens do português do Sul”, *Revista de Portugal*, n.º 254, vol. XXXII, Abril, 1967, p. 140-146. Este artigo, inicialmente publicado na revista *Serões*, 2ª série, vol. VIII, n.º 46 (Abril), 1909, p.

um pequeno artigo, “Romanço Mozarábico”, onde se refere a topónimos e a diminutivos (em *-nito*) do Sul de Portugal; nas *Lições de Filologia Portuguesa*, repete estes breves tópicos, sem os desenvolver; mais tarde, na *Etnografia portuguesa*, procede ao enquadramento histórico e etnográfico dos moçárabes, sem acrescentar mais nada sobre os dialectos que falavam. Carolina Michaëlis de Vasconcelos⁴⁰ dedica algumas páginas ao “problema moçarábico”, aludindo “de passagem” (segundo as suas palavras), à etimologia do termo *moçárabe* e à natureza do romanço falado por essas populações que, na sua opinião, deveria ser semelhante ao galego-português. Lamentando a falta de documentação, afirma que “apenas o onomástico e os elementos latinos nele contidos (por exemplo, nomes de plantas como *lorandro*, *oleandro* em *Alandroal*), assim como palavras neo-latinas em obras arábicas dão alguns indícios.”. Noutra passagem, não falando nem de moçárabes nem de moçarabismos refere: “Outras palavras há que, sendo de origem latina, passaram (...) evidentemente pela boca dos Mouros que lhes alteraram a pronúncia, quanto à inicial, e às vezes também quanto ao corpo da palavra.”; e, entre outros, cita como exemplos, *almoço* < ADMORSUS; *alberche*, *alberchigo*, *alperce* < PERSICUS; e *açúcar* < SACCHAR. Além dos numerosos elementos relevantes nos trabalhos de David Lopes,⁴¹ o tema é também pontualmente abordado por José Pedro Machado,⁴²

317-324, foi resumido e comentado por J. P. MACHADO, “Adolfo Coelho e o romanço moçarábico”, *Boletim de Filologia*, t. X, 1949, p. 15-21.

³⁹ J. Leite de VASCONCELOS, “Romanço mozarábico”, *Revista Lusitana*, vol. 11, 1908, p. 354. IDEM, “Origem e evolução da língua portuguesa”, *Lições de Filologia Portuguesa*, Lisboa, 1911, p. 16-17. IDEM, “Onomástico do concelho de Mértola”, *Lições de Filologia Portuguesa*, cit., p. 467 (em ambos os artigos remete para o seu artigo “Romanço mozarábico”, cit.). IDEM, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*, vol. IV, Lisboa, 1958, p. 254-298.

⁴⁰ C. Michaëlis de VASCONCELOS, *Lições de Filologia Portuguesa* segundo as prelecções feitas aos cursos de 1911/12 e 1912/13, seguidas das *Lições Práticas de Português Arcaico*, Lisboa, s/d, p. 270-271 e 306, respectivamente. Esta obra passará a designar-se abreviadamente por *Lições de Filologia Portuguesa*.

⁴¹ Entre eles, saliente-se: David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 257-273; IDEM, Artigo sobre a influência árabe [e, em menor grau,

aparecendo referido ainda em estudos de carácter genérico como, por exemplo, as histórias da língua de Paul Teyssier⁴³ e Serafim da Silva Neto.⁴⁴ Escrito no Brasil, há ainda o artigo de Rosário Farani Mansur Guérios, “O romance moçárabico lusitano”,⁴⁵ que identifica e sistematiza aspectos vários dos dialectos moçárabes no nosso território. Em 1973, Herculano de Carvalho refere-se à toponímia moçárabe, para verificar que os seus limites se estendiam para norte do Mondego, “naquela área indecisa entre este [o rio Mondego] e o limite do Território Portucalense que só também com o findar do século XI reentra definitivamente no domínio cristão, passando a gravitar em torno de Coimbra e dos seus mosteiros, particularmente o de Santa Cruz.”⁴⁶ Reuniram-se mais alguns elementos em estudos de dialectologia e de geografia linguística de Lindley Cintra⁴⁷ (e no comentário, a esse artigo, de Orlando Ribeiro⁴⁸), Clarinda Maia, Adelina Angélica Pinto e Maria José de Moura Santos.⁴⁹ Ivo

moçárabe], *História de Portugal* ilustrada (coordenação de Damião PERES), vol. I, Barcelos, 1928, p. 426-428; IDEM, *Textos em Aljamia Portuguesa: estudo filológico e histórico*, Lisboa, 1940; IDEM, *Nomes árabes de terras portuguesas*, Colectânea organizada por J. P. Machado, Lisboa, 1968.

⁴² J. P. MACHADO, “Adolfo Coelho e o romance moçárabico”, cit., p. 15-21; IDEM, *Notas de toponímia portuguesa*, cit.; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, Lisboa, s/d [1991]; IDEM, *Ensaios histórico-linguísticos*, Lisboa, s/d [1996].

⁴³ Paul TEYSSIER, *História da língua portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1987, p. 16 e 35.

⁴⁴ Serafim da Silva NETO, *História da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, 1952, p. 333-342.

⁴⁵ Rosário Farani Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, *Revista dos Cursos de Letras*, n.º 5 / 6, Dezembro de 1956, p. 123-153.

⁴⁶ Cf. José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, *Estudos Linguísticos*, 1º vol., 2ª ed., Coimbra, 1973, p. 161-170 (a citação é da p. 169). Para ilustrar o facto, o Autor cita *Avenal* (Oliveira de Azeméis), *Avenida* (Ovar) e *Avenida* (Arouca).

⁴⁷ Luís F. Lindley CINTRA, *Áreas lexicais no território português*, separata do *Boletim de Filologia*, t. XX, 1962 (também incluído no volume do Autor *Estudos de dialectologia portuguesa*, Lisboa, 1983). IDEM, «Griséu», um moçarabismo algarvio, separata de *Biblos*, vol. LVII, 1981.

⁴⁸ Orlando RIBEIRO, “A propósito de Áreas lexicais no território português (Algumas reflexões acerca do seu condicionamento)”, *Boletim de Filologia*, t. XXI, 1965, p. 177-205.

⁴⁹ Clarinda de Azevedo MAIA, *Os falares do Algarve (inovação e conservação)*, separata da

Castro⁵⁰ também dedicou algumas páginas a este assunto.

Consultaram-se ainda diversos materiais bibliográficos de natureza filológica, dialectológica e onomástica, com especial incidência para os que versam a temática toponímica e que, apesar de muito raramente afluírem as questões moçarábicas, constituíram importantes auxiliares de trabalho. De facto, os estudos toponímicos, muito em voga até aos anos 60 do século passado e menos frequentes nas décadas seguintes,⁵¹ tocam inevitavelmente áreas de conhecimento tão diversas como a etimologia, a etnografia, a história, a geografia (oro e hidrografia), a biologia (botânica, zoologia), etc., o que faz deles riquíssimos mananciais de informação. Na impossibilidade de se citarem aqui todos os toponimistas consultados, pela importância ou pela abundância dos dados neles recolhidos, merecem especial referência, entre outros, José Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis de Vasconcelos, Gonçalves Viana, David Lopes, José Joaquim Nunes, Pedro de Azevedo, Joaquim da Silveira, Paiva Boléo, Joseph Piel, José Pedro Machado, António Losa e Pedro Cunha Serra, cujos escritos se encontram dispersos em

Revista Portuguesa de Filologia, vol. XVII, 1975. Adelina Angélica PINTO, *Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade)*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII, 1983. Maria José de Moura SANTOS, *Importação Lexical e Estruturação Semântica. Os Arabismos na Língua Portuguesa*, separata de *Biblos*, vol. LVI, 1980. IDEM, *Áreas Linguístico-Etnográficas Românicas (Processos Tradicionais de Moldar o Queijo)*, tese de doutoramento (inérita), 2 vols., Coimbra, 1991. IDEM, *A origem de “mocho” ‘banco’ e o seu campo morfo-semântico*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX, 1994. IDEM, *Cultismos ou moçarábismos?*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI, 1996-1997.

⁵⁰ Ivo CASTRO, *Curso de história da língua portuguesa* (Colaboração de Rita Marquilhas e J. León Acosta), Lisboa, 1991, p. 77 e 164-168; IDEM, *Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português antigo*, Lisboa, 2004, p. 70-73.

⁵¹ Este decréscimo é evidente nos títulos consultados: dez são da década de 50, oito dos anos 60, e três de 70 e 80. Na década de 90, há a registar apenas compilações de alguns estudos e artigos dispersos.

publicações várias como, por exemplo, a *Revista Lusitana*,⁵² *O Instituto*,⁵³ o *Boletim da Segunda Classe* (posteriormente intitulado *Boletim da Classe de Letras*),⁵⁴ a *Revista Portuguesa de Filologia*,⁵⁵ a *Biblos*,⁵⁶ o *Boletim de Filologia*,⁵⁷ etc..

Pela sua extensa obra (cerca de 1687 páginas) especialmente dedicada à toponímia — *Tentativa etimológico-toponímica*⁵⁸ — merece particular menção Pedro Augusto Ferreira, acerca de quem escreveu José Joaquim Nunes: “Seria injustiça não nomear o abade de Miragaia, continuador do *Portugal Antigo e Moderno*, Pedro Augusto Ferreira, que se dedicou de alma e coração a este assunto [a toponímia], como o testemunha a sua obra (...) em três volumes; faltou-lhe porém o auxiliar indispensável da filologia e por isso as suas explicações, se por vezes acertam, outras são puramente fantasistas.”⁵⁹ Pedro A. Ferreira é o primeiro a reconhecer esta “impreparação” (como ele próprio refere) que, por vezes, consegue colmatar com uma boa intuição linguística. Vale, pois, a pena consultar estes volumes, pela abundância de topónimos, pelo conhecimento directo que o seu Autor possui de muitas das localidades que estuda e, sobretudo, pelos diversos testemunhos que oferecem da vida portuguesa da época, nas mais variadas vertentes — histórica, geográfica, económica, social, cultural, académica, agrícola, eclesiástica, etc..

De âmbito mais restrito, mas nem por isso menos meritória, é a obra de José

⁵² *Revista Lusitana: arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal*, Porto / Lisboa, 1887-1943. Abreviadamente referida como *Revista Lusitana*.

⁵³ *Instituto (O)*, *Jornal Científico e Literário* [*Revista Científica e Literária*], Coimbra, 1853-1981. Esta publicação será citada como *O Instituto*.

⁵⁴ *Boletim da Segunda Classe* da Academia das Ciências de Lisboa / *Boletim da Classe de Letras*, Lisboa / Coimbra, 1903-1929.

⁵⁵ *Revista Portuguesa de Filologia*, Coimbra, 1947- .

⁵⁶ *Biblos*, *Boletim da Faculdade de Letras* / *Revista da Faculdade de Letras*, Coimbra, 1925- .

⁵⁷ *Boletim de Filologia*, Lisboa, 1932-1992.

⁵⁸ Pedro Augusto FERREIRA, *Tentativa etimológico-toponímica* ou *Investigação da etimologia ou proveniência dos nomes das nossas povoações*, 3 vols., Porto, 1907, 1915 e 1917.

⁵⁹ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII, 1921, p. 133 (nota 1).

Pinto Loureiro — *Toponímia de Coimbra*⁶⁰ — que, ao longo das suas 860 páginas, apresenta um estudo exaustivo e organizado das denominações antigas e modernas de lugares e artérias da cidade e arredores, cuja evolução diacrónica acompanha o desenvolvimento do agregado populacional, reflectindo as alterações dos costumes, da vida social e económica e das tendências político-religiosas.

A região de Coimbra fora já anteriormente objecto de trabalhos muito menos completos e sistemáticos — louváveis tentativas de explicação de alguns topónimos mais conhecidos ou mais curiosos da cidade e da região envolvente — como é o caso da “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)” de José Leite de Vasconcelos,⁶¹ da *Toponímia de Coimbra e arredores* de Amadeu Ferraz de Carvalho,⁶² e da *Toponímia coimbrã* de António Correia.⁶³

Além de algumas recolhas no terreno, da consulta do *Reportório Toponímico de Portugal, 03 – Continente* e das mais de cem cartas militares, a que já se fez referência, foram usadas muitas outras fontes de informação — dicionários, atlas, artigos recolhidos em revistas não académicas, textos diversos da imprensa escrita e da *Internet*, programas radiofónicos e televisivos, etc., que se encontram incluídos na bibliografia.

⁶⁰ José Pinto LOUREIRO, *Toponímia de Coimbra*, 2 vols., Coimbra, 1964.

⁶¹ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, *O Instituto*, vol. 87, n.º 5, 1934, p. 485-497.

⁶² Amadeu Ferraz de CARVALHO, *Toponímia de Coimbra e arredores (contribuição para o seu estudo)*, separata de *O Instituto*, vol. 87, n.º 4, 1934.

⁶³ António CORREIA, *Toponímia coimbrã* (I. Zonas da Sé Velha e Arco de Almedina), Coimbra, 1945. IDEM, *Toponímia coimbrã* (II. Zona da Universidade), Coimbra, 1952.

3. Revivalismo oriental

Os portugueses, ciclicamente, são possuídos por um desejo de se sentirem europeus, mas não tão europeus como os outros, por razões míticas de prestígio e também por essa ideia de cultura ocidental que do Oriente é que são as origens, é que vieram os Reis Magos, é onde nasce o Sol, a sabedoria está do lado de lá, lá é que há coisas ricas e valorosas.

António Hespanha⁶⁴

As relações Ocidente – Oriente têm-se revestido, ao longo dos séculos, de uma dupla faceta: se, por um lado, a desconfiança em relação ao “diferente” levou a confrontos e a força das armas foi determinando vitórias e derrotas, que se traduziram em supremacias geo-políticas alternadas, o fascínio pelas culturas orientais foi sempre uma constante e, nesse campo, as vitórias penderam mais frequentemente para o lado do Oriente. De facto, enquanto o Oriente já dominava a escrita, observava os astros e experimentava técnicas agrícolas, o Ocidente habitava as cavernas pré-históricas.

Na nossa Península, o reconhecimento dessa superioridade foi quase imediato quando, no século VIII, após uma breve resistência, o domínio árabe se impôs rapidamente e sem grandes lutas, o que leva alguns autores a pensarem que não teria havido propriamente uma “conquista” árabe: “Se há que falar em conquista, devemos sublinhar que os hispano-godos foram submetidos mais pela pujança da novel civilização muçulmana do que pelas armas. Só assim se compreende que a ocupação árabe da totalidade do enorme território da Hispânia tivesse podido concretizar-se em apenas cerca de três anos.”⁶⁵ Existiram naturalmente outros factores que contribuíram para esta rapidez: o estado visigodo vivia, em termos políticos e sociais, uma situação

⁶⁴ Excertos adaptados de uma entrevista concedida, por altura do Colóquio “Ocidente, Oriente: diálogo de civilizações” (Coimbra, de 29 a 31 de Outubro de 2003), por António Manuel Botelho HESPANHA, “O Ocidente tem-se metido numa série de alhadas sem as perceber”, *Rua Larga*, n.º 2, Outubro de 2003, p. 43-46.

insustentável — um ambiente de guerra civil fruto de problemas de sucessão dinástica, clivagens religiosas, fragmentação social, fomes, intolerância e repressão — que, em termos militares, se traduzia em fragilidade, desorganização e falta de comando eficaz, levando figuras gradas da sociedade visigoda a encorajar os árabes a entrarem na Península. Assim, a ocupação foi feita mais na base da tomada pacífica, da entrega espontânea das terras e do acordo do que da vitória militar. Poder-se-á mesmo pensar que os povos das várias regiões conquistadas viam o poder ocupante quase com indiferença ou até mesmo com uma certa sensação de alívio.

Como se verá no capítulo II, a nossa sociedade beneficiou grandemente desta longa convivência de quinhentos anos, tanto em termos técnicos e científicos, como culturais e artísticos. Esta influência prolongou-se muito para além da permanência árabe no nosso território: com a expansão para o Norte de África e para o Oriente, Portugal revestiu-se de um cunho marcadamente orientalista, impulsionado pela longa convivência e miscigenação com povos de diferentes matrizes civilizacionais, fruto da tolerância e do respeito pelos diversos códigos culturais, o que possibilitou um movimento mútuo de descoberta — os portugueses procuraram conhecer os outros e deixar que os outros os conhecessem. Esta reciprocidade acabou por se traduzir numa mais-valia de natureza cultural, social e política, internacionalmente sabida (mas nem sempre devidamente aproveitada), num tempo em que o mundo vive um perigoso e delicado (des)equilíbrio. Acolhendo uma proposta apresentada pelo presidente iraniano Mohamed Jatami, na Conferência Islâmica de Teerão, em finais de 1997, as Nações Unidas proclamaram o ano de 2001 como o do “Diálogo de Civilizações”. Os lamentáveis atentados terroristas de Nova Iorque (Setembro de 2001), Bali (Outubro de 2002), Casablanca (Maio de 2003), Madrid (Março de 2004) e Londres (Julho de 2005), a identificação unilateral da Al-Qaeda com a civilização islâmica, as infelizes guerras no Afeganistão e no Iraque e a satânica denominação “eixo do mal” aplicada a

⁶⁵ Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 12.

um grupo de países são alguns dos factores que crisparam a sensibilidade das populações mundiais e geraram uma tensão política internacional crescente, acentuando-se, assim, a urgência do diálogo, que se tem traduzido em várias iniciativas levadas a cabo um pouco por todo o planeta.

A sociedade portuguesa tem encontrado, na sua própria história, apelo intrínseco suficiente para, de modo mais ou menos formal, cruzar olhares com o seu passado, tentando compreender, valorizar, recriar e reviver o que de comum partilha com um mundo que, de há muito, lhe é próximo e familiar. Um conhecimento aprofundado da presença árabe entre nós revela que, mais do que lutas e destruições, foram relevantes as aculturações e o impulso civilizacional que recebemos: “lembrar a presença islâmica é, ao mesmo tempo, pagar uma dívida e exorcizar os fanatismos que, tantos séculos depois e em tantas partes do mundo, continuam a matar em nome da mais autista ignorância”.⁶⁶

Tem-se assistido, pois, à revalorização de um passado histórico que durante muitos séculos esteve adormecido ou não foi devidamente explorado nem apreciado. A curiosidade por essa herança árabe e moçárabe manifestou-se primeiro e com mais visibilidade em Espanha, por força de movimentos revivalistas, como é o caso de várias “Comparsas Moçárabes”, com escudos e trajes próprios, que integram cortejos e desfiles nas festas das cidades. Numa rápida pesquisa na *Internet*, encontrámos dois *sites* dedicados a estas organizações: o da “Comparsa Mozárabes de Ibi” (com informação relativa à “Comparsa Cristiana de las Fiestas de Moros y Cristianos de Ibi”, à “Abanderada Mozárabe de 1996”, ao desfile infantil de “Niños Mozárabes” e aos componentes da “Guerrilla”, evocação das lutas entre cristãos e muçulmanos),⁶⁷ e o da “Filà Mozárabes” que, desde 1925, integra as “Fiestas de Moros y Cristianos de Alcoy”. Várias fotografias dão-nos conta da evolução dos seus trajes de então para cá

⁶⁶ Excerto adaptado de Manuel GIRALDES, “O legado do *Al-Andalus*”, *Além-Mar*, n.º 504, Maio, 2002, p. 44.

e outras duas ilustram a formação, na década de 50, de “la grey infantil, hijos de la espléndida hornada de festeros que se incorporaron a los Mozárabes entre los años 1945 e 1948 [e que] desde los años cincuenta y hasta hoy, en la Entrada de Cristianos han brillado con fulgor inusitado los pequeños mozárabes”.⁶⁸ Encontrámos também outro tipo de referência que nos mostra até que ponto a evocação moçárabe é vívida e actual em território espanhol. É o caso da atribuição do título de “Caballero Mozárabe Honorario de Toledo” ao médico e historiador José Cardús Llanas, falecido em 1982, membro de várias associações de intelectuais e académicos, entre elas a Real Academia de la Historia.⁶⁹

Entre nós, o interesse revivalista por esse passado comum tem-se esboçado paulatinamente e nestes últimos tempos (já durante a elaboração deste trabalho) tem-se traduzido na organização de eventos vários. Em Março de 2001, a geminação entre Mértola e Chefchaouen, uma vila do norte de Marrocos,⁷⁰ deu lugar a um festival islâmico em Mértola (organizado pela Câmara Municipal e apoiado pela Comunidade Islâmica de Espanha e pela Embaixada de Marrocos), com a recriação de um *souk* (‘mercado’) árabe, para venda de produtos típicos do *Al-Andalus*, animado com diversas actividades, desde os encantadores de serpentes à música: houve “espectáculos musicais, nomeadamente, pelo grupo Almadan, com música árabe e

⁶⁷ *Comparsa “Mozárabes”*, <http://web.jet.es/sago/mozarabes.htm>.

⁶⁸ *La Filà Mozárabes*, <http://server-die.alc.upv.es/Alcoy/Mozarabes/historia.htm>.

⁶⁹ <http://www.encomix.es/~chema/cronista/cardus.htm>.

⁷⁰ Segundo Filomena LANÇA e António CUNHA, “Herança Mourisca”, *Focus*, n.º 74, 18-03-2001, p. 42-46, “as duas terras parecem realmente irmãs. Têm a mesma arquitectura de taipa protegida pela brancura imaculada da cal, as ruas estreitas e empedradas, as barras azuis nas paredes, as pequenas casas empoleiradas nas colinas e emolduradas pela serra. E até nas gentes, nos usos e costumes se encontram parecenças, muitas herdadas dos antepassados comuns, os berberes (...) que constituem ainda 40 por cento da população de Marrocos. (...) Esta irmandade poderá trazer à luz do dia referências e semelhanças que sempre existiram e nas quais poucas vezes se repara. Afinal, os avós de ambas as terras são os mesmos.”.

mediterrânica, al-Baraka, música e dança do ventre do Médio Oriente e do Magreb, e um espectáculo conjunto com violas campaniças, o grupo coral de Mértola, as Camponesas de Castro Verde, Janita Salomé e Nass Marrakech.”.⁷¹ No campo musical, refira-se ainda a recente constituição do “Ensemble Moçárabe”, com um repertório em que se incluem cantigas de Santa Maria (de Afonso X, *o Sábio*), cantigas andaluzinas de origem árabe, cantos sefarditas, cantigas de amigo e poesia medieval luso-árabe, e cujo objectivo é “tocar música sem fronteiras, em que o Ocidente e o Oriente se encontram, fazendo reviver um tempo áureo da cultura”, no espaço a que os árabes chamaram *Al-Andalus*.⁷² O Verão de 2003 assistiu à simulação ficcionada da conquista histórica de Coimbra (9 de Julho de 1064) por Fernando, *o Magno*, assinalada por um espectáculo de rua que, entrecruzando o teatro, a música e a dança, e incluindo a recriação de um acampamento militar, do assalto à “medina” e do arraial da vitória, serviu também o propósito de homenagear o primeiro governador de Coimbra, D. Sisnando, que tendo vivido entre mouros e cristãos fez a ponte entre as diferentes religiões, criando um clima propício à conciliação e à tolerância.⁷³ Também em 2003, as Jornadas Medievais de Montemor, com uma feira, um torneio e uma ceia medieval no castelo de Montemor-o-Velho, pretenderam dar a conhecer os costumes e a vida da sociedade medieval;⁷⁴ em Óbidos, um mercado árabe medieval com mais de trinta tendas e centena e meia de figurantes (incluindo um grupo de bailarinas, vários músicos marroquinos e espanhóis e um especialista silvense em música árabe) procurou recriar as cores, os odores e os sons dos tambores, dos lutes e das flautas árabes, para dar a conhecer “o outro lado” da Idade Média, isto é, as particularidades

⁷¹ “Festival Islâmico em Mértola”, *Diário de Coimbra*, 14-04-2001, p. 12. Cf. também Filomena LANÇA e António CUNHA, “Herança Mourisca”, cit., p. 42-46.

⁷² *Ensemble Moçárabe – música medieval*, <http://www.betokalulu.com/ramos.htm>.

⁷³ Cf. “Recriação da conquista da cidade. Espectáculo inédito no centro histórico”, *Diário de Coimbra*, 02-07-2003, p. 4; e “Teatro, música e dança levaram D. Sesnando à vitória. Cumpriu-se o assalto à cidadela”, *Diário de Coimbra*, 03-07-2003, p. 3.

⁷⁴ Cf. “Montemor revive torneio medieval”, *Diário de Coimbra*, 03-07-2003, p. 13.

árabes.⁷⁵ Coimbra foi também palco deste espírito de abertura ao acolher, em Outubro de 2003, o Colóquio “Ocidente, Oriente: diálogo de civilizações” que, de uma forma plural, aberta e não confessional, visou objectivos vários, entre os quais se destaca o de “avivar a memória da presença muçulmana na Península Ibérica ao longo de sete séculos ou evocar a recepção do Orientalismo em Portugal nos últimos quinhentos anos”.⁷⁶ Coimbra acolheu ainda a representação de “O Relato de Alabad” — uma peça teatral que pretende recriar a conquista de Lisboa por D. Afonso Henriques (1147) do ponto de vista dos muçulmanos, através da crónica ficcional de Alabad bin Muhammad Almançor, arqueiro e poeta árabe —,⁷⁷ e de “O Olho de Alá”, sugestivo título escolhido para um espectáculo sobre o conhecimento e sobre o tempo, uma adaptação do conto homónimo de Rudyard Kipling que, tratando do progresso tecnológico e científico e do tempo adequado para o mundo aceitar essas (r)evoluções, encena a história de um frade inglês da Idade Média e de um artefacto, novidade na Europa, que permite ver o

⁷⁵ “Mercado árabe mostra o outro lado da Idade Média”, *Diário de Coimbra*, 20-08-2003, p. 2 e 4 do suplemento “Os Classificados”. Este trabalho contou com o acompanhamento científico de Mohammed Nair, investigador da Universidade de Coimbra, e baseou-se numa pesquisa histórica de fontes cristãs e árabes.

⁷⁶ Cf. João Gouveia MONTEIRO, “Ocidente, Oriente: diálogo de civilizações”, *Rua Larga*, n.º 2, Outubro de 2003, p. 41-42; e “Colóquio «Ocidente / Oriente: diálogo de civilizações»”, *Diário de Coimbra*, 28-10-2003, p. 6-7. Este colóquio decorreu no Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra, nos dias 29, 30 e 31 de Outubro de 2003, tendo ainda integrado a exibição do filme de João Mário Grilo “Os Olhos da Ásia” e um recital de piano e canto, com temas de inspiração oriental. Alguns dos títulos das comunicações apresentadas — “Entre o Ocidente e o Oriente: viagens na História”, “A presença muçulmana em Portugal na Idade Média”, “Portugal moderno: entre o Oriente e a Europa”, “O diálogo inter-religioso: Cristianismo, Judaísmo e Islamismo”, “O diálogo Ocidente-Oriente nas relações internacionais do século XXI” e “Diálogo de civilizaciones Oriente-Occidente. Aporte al entendimiento internacional” — traduzem claramente os objectivos do colóquio.

⁷⁷ ““O Relato de Alabad” no Museu dos Transportes. Peça mostra conquista de Lisboa do ponto de vista dos mouros”, *Diário de Coimbra*, 19-12-2003, p. 5. Este espectáculo teatral integrou-se na programação de Coimbra 2003 – Capital Nacional da Cultura.

micromundo — o microscópio.⁷⁸ Em 2004, comemorou-se a efeméride do 8.º centenário da morte de Maimónides — um dos maiores intelectuais de todos os tempos, nascido em Córdoba (1135) e falecido no Cairo (1204) — facto a propósito do qual nos diz Manuel Augusto Rodrigues: “Hoje que tanto se fala da Europa e dos legados que a formaram (...) não se pode esquecer o valioso contributo dos muçulmanos e judeus em vários domínios. Quando as nacionalidades europeias ainda davam os primeiros passos, aquelas civilizações criavam um precioso património científico-natural que havia de moldar a alma europeia”.⁷⁹ Também em 2004, a aldeia algarvia de Cacela-a-Velha reviveu a época muçulmana: o mercado árabe, a gastronomia e a dança do ventre foram alguns dos ingredientes que ajudaram a compor o cenário.⁸⁰

Podemos, portanto, dizer com López Castro: “La experiencia del límite es un espacio humano y cambiante, que conserva la memoria de lo vivido y nos permite ir más allá de nosotros mismos. La nostalgia es la que estimula la apertura hacia lo posible, pues extralimitarse o romper los límites es el signo del hombre y del poeta.”⁸¹

⁷⁸ “Camaleão no Convento de S. Francisco. “O Olho de Alá” só hoje e amanhã”, *Diário de Coimbra*, 19-12-2003, p. 8. Este espectáculo teatral foi uma co-produção da Associação Cultural Camaleão e da Coimbra 2003 – Capital Nacional da Cultura.

⁷⁹ Manuel Augusto RODRIGUES, “Maimónides ou Rambam no 8.º centenário da sua morte”, *Diário de Coimbra*, 15-04-2004, p. 8.

⁸⁰ *Moura encantada*, Jornal Nacional, TVI, 11-07-2004.

⁸¹ Armando LÓPEZ CASTRO, “Las jarchas romances: consistencia y apertura”, *Estudios Humanísticos. Filología*, León, 1999, p. 213.

CAPÍTULO I

PRESSUPOSTOS HISTÓRICOS

Cada língua, na sua própria história, na história da sua origem e do seu desenvolvimento, patenteia múltiplos sinais das formas de vida, das aventuras e das vicissitudes históricas — políticas, religiosas, económicas, militares, etc. — do povo ou dos povos a que pertence.

Vítor M. de Aguiar e Silva⁸²

Na história do português existem vários momentos de importância fundamental — conquistas, organização territorial e contacto com outras línguas — que é necessário conhecer para percebermos as inflexões do seu rumo. Desses momentos devem salientar-se a romanização, as invasões germânicas e a ocupação árabe seguida da Reconquista.

Com a romanização, a Península Ibérica foi integrada no *Orbis Romanus*, cuja língua era o latim: através das instituições e dos mecanismos sociais de poder, impunha-se a unidade linguística e cultural, enquanto o uso quotidiano e a interacção cultural determinavam uma certa diversificação.

As invasões “bárbaras” provocaram a fragmentação da unidade imperial, com o seccionamento das suas províncias e com a perda progressiva do poder romano sobre as regiões conquistadas. E se os povos germânicos não alteraram, na essência, a fisionomia linguística e cultural da Península, tiveram uma acção importante, ao isolarem a Hispânia do resto do antigo Império, contribuindo assim para facilitar a sua evolução própria.

⁸² Vítor M. de Aguiar e SILVA, "Projecto editorial para a didáctica da língua e da literatura

Durante quase sete séculos, a ocupação árabe (embora parcial) e a força irradiadora do seu domínio marcaram decisivamente a vida da Península Ibérica. Se bem que nos territórios que hoje são portugueses a permanência não tenha sido tão prolongada como no Sul da vizinha Espanha, cerca de cinco séculos de presença bastaram para marcar indelevelmente todo o seu quotidiano — cultural, linguístico, político-social e, em parte, religioso.

Com a longa Reconquista dos territórios ocupados pelos árabes foram-se desenhando diferentes domínios territoriais e linguísticos, decisivos para a estrutura cultural da Península Ibérica, onde, bastante cedo, se individualizou um reino português.

4. A romanização

As transformações introduzidas nas sociedades peninsulares pelo processo de romanização foram mais relevantes nos espaços urbanos do que nos ambientes rurais. Foram também mais notórias em algumas zonas do que noutras. Assim, por exemplo, nas regiões mais setentrionais da Península a sobrevivência dos modos de vida e organizações sociais pré-romanas parece ter sido particularmente perene.

Carlos Fabião⁸³

Por volta do século X antes da era cristã, uma colónia latina de pastores albanos fixou-se numa das elevações do Palatino, logo seguida por outras que se estabeleceram nas imediações e por populações sabinas que se lhes juntaram em colinas próximas. Dois séculos depois, alguns laços, sobretudo os religiosos, congregaram sete das aldeias latinas na *liga septimontial*, sem que, contudo, elas tivessem perdido a sua independência e individualidade. Só mais tarde, nos séculos VII-VI a. C., quando o domínio etrusco conferiu coesão urbana a estes aldeamentos,

maternas: fundamentação", *Sinfonia da Palavra - perspectiva global*, Lisboa, 1993, p. 3.

⁸³ Carlos FABIÃO, "A romanização do actual território português", *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. 1, 1993, p. 204 (transcrito com supressões).

nasceu Roma que, de imediato, conseguiu uma certa ascendência sobre o Lácio. Sacudida a dominação etrusca, é só a partir do século IV a. C., depois de refeita da destruição entretanto operada pela invasão gaulesa, que Roma encabeçou a liga latina e empreendeu a sua saga expansionista. Conquistada a Península Itálica, a primeira guerra púnica (264-241 a. C.) determinou o domínio da Sicília, da Córsega e da Sardenha — primeiras províncias do império —, a que se juntaram a Ilíria e a Gália Cisalpina. Na sequência da segunda guerra púnica (218-201 a. C.), iniciou-se a conquista da Hispânia, seguindo-se-lhe a ocupação da Macedónia, da Grécia e da província da Ásia Menor. Da terceira guerra púnica resultou a anexação da província da África, a que paulatinamente se juntaram a Numídia e a Mauritânia. Assim, no início da era cristã, este povo guerreiro e de grande habilidade política era senhor de um vasto Império repartido por três continentes — Europa, Ásia ocidental e Norte de África.

Entre esta realidade política e a de outros impérios cronologicamente anteriores houve diferenças significativas: a expansão foi progressiva, lenta e segura, garantida por várias gerações de políticos e militares, e desenvolvida a ritmos distintos. Além disso, os métodos usados para controlar as regiões conquistadas traduziram-se preferencialmente na implantação de novas estruturas administrativas, adequadas às diferentes tradições locais, e não só na força impositiva das armas nem no peso de tributos desmedidos. Todo este movimento expansionista foi, portanto, um longo processo de aculturação, pelo qual os romanos instalaram um *modus vivendi* tipicamente mediterrânico, enquadrando a diversidade dos povos conquistados numa matriz cultural comum, através da transmissão dos seus hábitos, valores, cultura e língua, o que constituiu um dos factores decisivos da sua hegemonia política e cultural. Além disso, a habilidade político-administrativa e o facto de a maior parte dos grupos étnicos dos territórios conquistados ter uma vida tribal foram também factores que facilitaram a implantação romana: as populações aloglotas sentiam-se atraídas pela superioridade cultural e civilizacional de Roma e, à medida que o fenómeno da

romanização avançava, o uso do latim ia-se tornando uma necessidade.⁸⁴

O enquadramento civilizacional dos povos conquistados passou também pela implementação de diversas medidas propiciadoras da acção romanizadora, entre as quais: a associação dos povos autóctones ao governo das respectivas províncias favorecia a integração das populações e a sua interacção com os agentes da governação romana;⁸⁵ o controle das regiões costeiras, o incremento de redes portuárias e viárias facilitavam as comunicações com as várias províncias (entre si e com Roma); o desenvolvimento da vida urbana — aliado, por exemplo, ao estabelecimento de escolas de latinidade, à edificação de aquedutos, termas, ginásios — estimulou uma nova concepção das práticas económico-produtivas (ligadas às

⁸⁴ A romanização tem suscitado o interesse de estudiosos de diversas áreas que têm produzido uma vasta bibliografia sobre o assunto. Veja-se Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., capítulo 5 “La Romanización”, p. 104-105, onde se elenca a bibliografia fundamental, publicada entre as décadas de 20 e de 60, de um conjunto de autores como Serafim da Silva Neto, C. Sánchez-Albornoz, R. Thouvenot, Eugene Albertini, J. L. Cassani, T. Robert S. Broughton, M. C. Díaz y Díaz, S. Mariner Bigorra, Manuel Alvar, Antonio Tovar, Fredrick H. Jungemann, E. Coseriu e Gerhard Rohlfs, entre outros. Além destes, veja-se também: José Herculano de CARVALHO, *Lições de linguística românica*, cit.; Veikko VÄÄNÄNEN, *Introduction au latin vulgaire*, cit.; József HERMAN, *Le latin vulgaire*, Paris, 1967; IDEM, *Du latin aux langues romanes: études de linguistique historique*, Tübingen, 1990; Alexandru NICULESCU, “El latín vulgar. Consideraciones sobre un concepto”, *Anuario de Letras*, vol. XVII, 1979, p. 243-255; José Maria BLÁZQUEZ, *Nuevos estudios sobre la romanización*, Madrid, 1989; Coloma LLEAL GALCERÁN, *La formación de las lenguas romances peninsulares*, Barcelona, 1990; Edwin B. WILLIAMS, *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, Rio de Janeiro, 1986. O fenómeno histórico é-nos apresentado de forma muito completa e numa perspectiva bastante abrangente por Rui CENTENO, “A dominação romana”, *História de Portugal* (direcção de José Hermano SARAIVA), vol. 1, cit., p. 149-212, e por Carlos FABIÃO, “A romanização do actual território português”, cit., p. 203-299.

⁸⁵ “Temos conhecimento do estabelecimento de tratados de amizade, pelos quais as populações ou cidades se submetiam livremente ao domínio romano, conservando, em troca, algumas das suas prerrogativas próprias, como, por exemplo, a manutenção das magistraturas e leis indígenas.”. Cf. Carlos FABIÃO, “A romanização do actual território português”, cit., p. 229.

actividades institucionais, ao comércio e ao artesanato) e fez afluir às cidades uma população numerosa e heterogénea constituída por gente de diversos níveis sociais e por uma multidão de escravos, assalariados e marginais, gravitando em torno de uma elite poderosa, difusora do latim; o estabelecimento de centros militares, focos de intercâmbio e de irradiação linguística e a própria incorporação de soldados indígenas nos exércitos romanos favoreceram os contactos e a integração — para a qual foi decisivo o édito de Caracala (a *Constitutio Antoniniana* de 212 d. C.) que alargou a atribuição do título de *cidadão romano* (até então privilégio dos habitantes de Roma) a todos os homens livres do Império, banindo legalmente a oposição entre os romanos e as populações autóctones: “À *Romania* pertenciam agora, em igualdade de direitos, todos os povos, das mais diversas raças e línguas que desde a Hispânia ao Mar Negro e à Síria, desde o Vallum Antonini, na Britânia, ao deserto líbico obedeciam às leis de Roma e conheciam os benefícios da sua protecção e, pelo menos em parte, da sua cultura. Todos, *hispani*, ou *afri*, ou *galli*, ou *rhaeti*, desde que fossem livres, podiam gozar orgulhosamente o título de cidadãos de Roma.”⁸⁶ Por último, a cristianização (que, na Península Ibérica, começou no século I d. C.) também propiciou a difusão do latim, sobretudo nos meios rurais, como língua de contacto entre os diversos grupos étnicos.⁸⁷

Assim, após um período mais ou menos longo de bilinguismo e de diglossia, sobreveio a romanização, garantida em grande medida pela aceitação do latim que, pela sua superioridade, se impôs naturalmente aos idiomas pré-romanos como língua de cultura e de civilização, em quase todo o Império, com raras excepções, entre as quais se salienta o basco (ainda hoje falado na zona das Vascongadas) e o grego (na região oriental de língua e cultura helénicas), a que se ligava o Sul de Itália.

Primeiro com uma forte conotação política, fruto de um sentimento de pertença

⁸⁶ José Herculano de CARVALHO, *Lições de linguística românica*, cit., p. 20.

⁸⁷ Com o célebre édito de Tessalónica, de 380 d. C., o Cristianismo foi adoptado como religião

a uma unidade imperial, os termos *Romani*, *Romania*, *romanicus* e *romanus* opõem-se a *Barbari* e a *Barbaria*; posteriormente, *Romania* e *romanicus* passaram a ter uma conotação marcadamente cultural e linguística: os cidadãos pretendiam sublinhar as diferenças que os separavam dos povos não romanizados. E a partir do século IX, quando se pretendia distinguir o latim dos idiomas românicos seus continuadores, o advérbio *romanice* passou a aplicar-se às línguas romances / românicas, diferentes do latim (*romanice loqui* opunha-se a *latine loqui*).⁸⁸

4.1 O latim vulgar

Mas de que é que falamos quando nos referimos ao *latim* de onde partiram os idiomas românicos?

É frequente estabelecer-se uma distinção entre *latim clássico* e *latim vulgar*, se bem que esta expressão, consagrada pelo uso, continue a suscitar alguma controvérsia: “Sanctionné par un usage centenaire pour désigner les divers faits latins qui ne s'accordent pas avec les normes classiques, le terme de *latin vulgaire* a les avantages et les inconvénients d'un terme consacré.”⁸⁹

A expressão *latim clássico* tem sido mais vezes entendida como a 'língua literária', a 'língua escrita' — usada em situação formal, sujeita a uma disciplina rigorosa por parte dos intelectuais e dos gramáticos —, que se cingia a um padrão imutável e que, resistindo às forças linguísticas evolutivas, servia o estilo reflectido e escolar, adaptando-se mal aos usos sociais quotidianos e correntes. “Imobilizado” nos textos escritos, o *latim clássico* foi grandemente influenciado pela tradição greco-latina: literariamente conceituados, Virgílio e Cícero eram autores modelares, cujo padrão literário vigorou durante muitos séculos. Mas não podemos esquecer que a estabilidade relativa da língua escrita esconde muitas mudanças a nível oral e

do Estado.

⁸⁸ Cf. José Herculano de CARVALHO, *Lições de linguística românica*, cit., p. 23.

⁸⁹ Veikko VÄÄNÄNEN, *Introduction au latin vulgaire*, cit., p. 3.

convém, portanto, não exagerar a oposição entre o falado e o escrito: a língua espontânea, pouco preocupada com a norma e mais com o uso, é o verdadeiro latim vivo — “Quintilien, fin observateur, inclinait déjà à donner la prépondérance à ce dernier, «guide le plus sûr de la parole», ne trouvant «en effet point inélégant de dire que parler latin est une chose, parler grammaire en est une autre».”.⁹⁰

Latim vulgar foi inicialmente o decalque de *sermo vulgaris*, expressão usada pelos gramáticos latinos para designar pejorativamente ‘o latim do vulgo’ e, portanto, uma fala rude e grosseira, por oposição à fala da gente culta. O adjectivo *vulgar*,⁹¹ por oposição a *literário*, tem assumido diferentes acepções: a depreciativa de ‘uso linguístico descuidado e condenável’, sob o ponto de vista purista e conservador; a de ‘língua popular’, apanágio das camadas populacionais incultas; e a de ‘coloquial’, referindo-se à língua falada em situações informais por falantes de todos os níveis sociais. De acordo com Herculano de Carvalho,⁹² a estes sentidos estão subjacentes diversas perspectivas conceptuais — a sociológica, a estilística e a crono-estilística.

A concepção sociológica funda-se na diversidade idiomática sócio-cultural que se verifica no interior de qualquer língua, sendo então a expressão *latim vulgar* entendida como a linguagem falada pelas camadas sociais e culturais médias e baixas do povo romano — o vulgo —, em contraposição aos usos dos patrícios, escolarizados e cultos. Por outro lado, encarando a denominação do ponto de vista estilístico — isto é, colocando a tónica nas finalidades comunicacionais de cada acto de fala e no conjunto de características formais distintivas de produções linguísticas com intenções comunicativas diferenciadas — entende-se que essa elite, apesar de deter o privilégio da língua escrita, lhe violava sistematicamente as regras nas interacções linguísticas

⁹⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 5.

⁹¹ As propostas vão no sentido de substituir o adjectivo *vulgar* por *popular*, *familiar*, *quotidiano*, *quotidiano tardio*, *usual*, *coloquial* ou, melhor ainda, de o banir, passando essa realidade linguística a designar-se unicamente por *latim*. Cf. José Herculano de CARVALHO, *Lições de linguística românica*, cit., p. 73; e Veikko VÄÄNÄNEN, *Introduction au latin vulgaire*, cit., p. 3.

quotidianas e informais. Assim, o *latim vulgar*, entendido como ‘coloquial’ seria a linguagem do dia-a-dia usada por todas as camadas sociais da população romana — incluindo a aristocracia —, independentemente do seu grau de cultura ou literacia, por oposição ao latim literário, escrito. A perspectiva conceptual crono-estilística alia a este “bilinguismo estilístico” um matiz cronológico, o que torna a expressão e o conceito que lhe está subjacente ainda mais restrito: o *latim vulgar* seria o latim coloquial tardio, o mesmo é dizer, o latim falado informalmente por todos, na fase de declínio do Império.

Longe de ser uma questão resolvida, o uso de *latim vulgar* deve ser encarado com algumas reservas, na medida em que, não havendo na sociedade romana hierarquias sociais estanques, também não as havia em termos idiomáticos. Além disso e em rigor, também não é possível destacar língua literária / escrita de língua falada como se se tratasse de duas realidades linguísticas distintas. Será preferível falar em estilo(s) reflectido(s) e em estilos coloquiais (fixados ou não por escrito) ou, em última análise, em bilinguismo estilístico, sobretudo a partir do século II d. C. e, de forma mais acentuada, até ao fim da época imperial. E se os idiomas românicos se diversificaram a partir de uma mesma origem — os estilos coloquiais tardios —, estes representam a continuação histórica de outras formas comuns a todos os estilos de um único idioma. Mesmo no final da época imperial, o contraste entre *latim vulgar* e *latim literário* não era absoluto: o estilo literário era sentido como uma forma requintada, um modelo mais correcto e perfeito da mesma língua. Portanto, em rigor, podemos concluir que as línguas românicas são a continuação histórica de uma actividade linguística e não de um estilo de língua: “Em vez de afirmarmos que os idiomas românicos provêm do “latim vulgar”, será pois mais exacto dizer que provêm do LATIM sem adjectivos — o que é verdade sendo também mais simples.”⁹³

⁹² José Herculano de CARVALHO, *Lições de linguística românica*, cit., p. 39 e seguintes.

⁹³ IDEM, *Ibidem*, p. 73. Cf. também o título sugestivo — “Latin vulgaire et latin tout court” — do

Para além de inúmeros outros factos históricos que se repercutiram na formação da língua portuguesa, a conquista romana da Península Ibérica esteve na génese mais longínqua do português. Na sequência da segunda guerra púnica, os exércitos romanos desembarcam em Ampúrias (218 a. C.) e em 206 a. C. os Cartagineses derrotados são expulsos da Península. Roma inicia então a conquista da Hispânia, submetendo inicialmente o litoral mediterrânico e as zonas do Nordeste do rio Ebro e da Bética, num processo longo e difícil só concluído por Augusto (19 a. C.), com a dominação dos Galaicos, Ástures e Cântabros. À medida que as conquistas se iam ampliando, impunha-se a divisão administrativa: inicialmente (192 a. C.), o território peninsular foi dividido em duas grandes províncias — Hispânia Citerior (a região nordeste) e Hispânia Ulterior (a região sudoeste) —, tendo esta última sofrido mais tarde (27 a. C.) nova divisão em duas outras províncias — a Bética, a sul do Guadiana, e a Lusitânia, a norte. Importante para os destinos culturais e linguísticos do Noroeste peninsular é a divisão feita por Caracala em 216 d. C.: na zona da Hispânia Tarraconense ou Citerior, destaca-se uma nova província, a Hispânia Nova Citerior Antoniniana também designada por *Gallaecia et Asturica*, primeiro marco de individuação e autonomização que se consolidará no tempo de Diocleciano com a constituição da *Gallecia* romana, separada da Lusitânia, a Sul, pelo rio Douro e estendendo-se, a Leste, até à cordilheira cantábrica, onde confrontava com a Tarraconense e a Cartaginense. Cada província dividia-se, por sua vez, em diversas circunscrições judiciárias, os *conventus iuridici*: dos catorze em que a Hispânia foi dividida quatro integravam-se no actual território português e na Galiza — Lucus Augusti (Lugo), Bracara Augusta (Braga), Scallabis (Santarém) e Pax Iulia (Beja).⁹⁴

Pode, pois, dizer-se que o espaço linguístico onde viria a constituir-se o primitivo galego-português se começou a desenhar, no Ocidente hispânico, logo desde

capítulo de Veikko VÄÄNÄNEN, *Introduction au latin vulgaire*, cit., p. 3.

⁹⁴ Carlos FABIÃO, “A romanização do actual território português”, cit., p. 240.

a época romana, sustentado por uma base étnica indígena, cuja forte individualização implicou a manutenção mais prolongada de elementos culturais autóctones: "A diferenciação dialectal explica-se, sempre, em parte, pela história cultural e política e pelos movimentos de população e, por outra, pelas próprias forças centrífugas da linguagem humana, que tendem a cristalizar as variações e criar dialectos em qualquer território relativamente amplo, e na medida directa do maior ou menor isolamento das áreas regionais em referência ao centro linguístico irradiador."⁹⁵

De acordo com Harri Meier, a distância cronológica que separou a romanização da *Gallecia* da do resto da Hispânia, o carácter periférico deste território em relação a Roma e, em menor grau, a especificidade dos substratos linguísticos pré-romanos nele existentes foram factores determinantes para a sua individualização cultural e linguística.⁹⁶

5. As invasões germânicas

(...) a unidade romana rompe-se definitivamente e as forças centrífugas vão preponderar sobre as de coesão. Se o latim escrito se mantém como língua de cultura, o latim falado evolui rapidamente e diversifica-se.

Paul Teyssier⁹⁷

A partir do século III, os povos germânicos vizinhos do Império Romano

⁹⁵ Mattoso Câmara, citado em *História da língua portuguesa*, <http://www.malhatlantica.pt/jorgefborges/hist.html>.

⁹⁶ Sobre as diferenças antigas que considerou entre a Hispânia Ulterior e a Citerior, veja-se o artigo de Harri MEIER, "A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas", *Biblos*, vol. XVIII, 1942, p. 497-515.

⁹⁷ Paul TEYSSIER, *História da língua portuguesa*, cit., p. 5. A propósito deste assunto ver também: Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., capítulo 4 "La época visigoda", p. 92-103; José MATTOSO (direcção e coordenação de), *História de Portugal* vol. I, cit., especialmente os artigos de José MATTOSO, "As histórias do poder", p. 305-322; "A decomposição do mundo romano", p. 323-339; "A emergência do mundo medieval", p. 339-359; e o artigo de Carlos FABIÃO, "A romanização do actual território português", cit., em especial as p. 292-293, dedicadas ao fim da dominação romana.

começam a pôr em causa a sua unidade, violando as suas fronteiras: era o prelúdio de acontecimentos mais graves que se desenrolariam a partir de 395, quando, com a morte do imperador Teodósio, o Império foi repartido pelos seus dois filhos, tendo a Honório cabido o governo do Ocidente, e a Arcádio o do Oriente. Honório, ainda demasiado jovem, foi auxiliado por um alano, o que suscitou logo bastantes intrigas e oposições. Entretanto, o usurpador das Ilhas Britânicas — autoproclamado Constantino III — tentou dominar a Hispânia a partir da Gália, enviando, em 407, um exército chefiado por Gerônimo, que integrou forças germânicas constituídas por vândalos, alanos e suevos. Após uma situação confusa provocada por vários golpes e contra-golpes político-militares, Honório (411) acabou por estabelecer um pacto com os bárbaros, entretanto instalados, atribuindo a *Gallaecia* aos suevos e aos vândalos asdingos, a Lusitânia e o Ocidente da Cartaginense aos alanos, e a Bética aos vândalos silingos. Assim, pensava poder afastar os bárbaros para a periferia, conservando para o Império a Tarraconense e a Cartaginense oriental — as províncias mais romanizadas. Mas este esforço final foi vão e a paz efémera: durante cerca de 15 anos (415-431) rebentaram novos conflitos que levaram à aniquilação de silingos e alanos e à passagem para África dos vândalos asdingos.

Por seu lado, os suevos conseguiram um entendimento fácil com os chefes hispano-romanos, impuseram o seu poderio e, entre 430 e 456, consolidaram o seu reino no Noroeste peninsular, demarcando-se esta região, mais uma vez, do resto da Península Ibérica. Mas, atraídos pelas riquezas do Sul, os suevos procuraram também o domínio da Lusitânia, da Bética e até da Cartaginense, o que levou os hispano-romanos a pedirem ajuda a Teodorico (454). Esta intervenção visigoda levou ao enfraquecimento do poder suevo, reduzindo-se o seu reino à *Gallaecia* e aos dois bispados lusitanos de Viseu e Conímbriga, até que, em 573, após três anos de campanhas militares, Leovigildo conseguiu a unificação política peninsular — um reino cristão, com a corte em Toledo, regido pelo *Liber iudicum*, o código visigótico regulador da vida administrativa.

Os visigodos, culturalmente inferiores, não alteraram, na essência, a fisionomia linguística e cultural da Península e acabaram, em parte, por se romanizar — fundiram-se com a população românica, adoptaram o cristianismo e assimilaram o latim — mas contribuíram grandemente para o isolamento ibérico do resto do antigo Império, o que acentuou ainda mais o seu conservadorismo e individualidade: "Apesar de todos os indícios de romanização dos visigodos, o mundo que com as invasões dos povos germânicos — ou melhor, com a constituição de poderes políticos independentes do Império — se foi criando era um mundo verdadeiramente novo. Apesar de todo o seu prestígio, as instituições romanas não estavam adaptadas aos novos reinos. Foi necessário criar formas diferentes de organizar a sociedade e de exercer o poder político, social e económico."⁹⁸

Na medida em que se tornou uma zona periférica em relação aos pólos do poder civil e eclesiástico, o Ocidente peninsular foi perdendo importância política e económica: apesar de manter as suas características de região fortemente romanizada, alguma da vitalidade cultural e económica da Lusitânia foi-se esbatendo e a província passou a desempenhar um papel mais passivo na política do reino; na *Gallaecia*, predominantemente campesina e pouco romanizada, assistiu-se à recuperação do vigor dos seus primitivos habitantes, através da sacralização do poder clerical, da militarização da autoridade política e da ruralização da sociedade — aspectos em que se manifestam fortes semelhanças com as sociedades noroestinas de épocas mais recuadas, não inteiramente aculturadas com a romanização. De facto, o Noroeste peninsular foi muito procurado pelos visigodos (já ali anteriormente instalados desde a ocupação destinada a garantir a submissão dos suevos), quer para fugirem às violentas perseguições do rei Chindasvinto (642-653) ou à rudeza e aos confiscos de Vamba (672-680), quer ainda porque esta região parece ter sido menos assolada por maus anos agrícolas, pragas de gafanhotos e pestes do que o Sul e o

⁹⁸ Excerto adaptado de José MATTOSO, "A decomposição do mundo romano", cit., p. 337.

Oriente.

Não é, pois, de estranhar que a individualidade da *Gallaecia* se tenha também acentuado ao nível linguístico, uma vez que a relativa unidade se foi perdendo com a rápida desagregação do latim. A ilustrar o facto, temos "a extraordinária proliferação e concentração de nomes germânicos na toponímia do Noroeste, como tem sido verificado por vários filólogos, sobretudo por Joseph Piel. De resto, este autor, que em tempos atribuía estes topónimos à época neogoda, ou seja, à onomástica preservada pela nobreza cristã da Reconquista, considerou posteriormente que eles se implantaram, ou pelos menos começaram a implantar-se antes das invasões muçulmanas. Para confirmar tal interpretação, fez também notar a presença de latinismos arcaicos na toponímia e no vocabulário típico da mesma região."⁹⁹ De facto, sendo a influência do superstrato germânico fraca e localizada sobretudo nas áreas lexicais da guerra, das instituições e da diplomacia, é na toponímia, em ligação estreita com a antroponímia, que ela se fez sentir mais fortemente, com a ligação dos nomes dos indivíduos às terras que fundaram, ocuparam ou herdaram, como acontece, por exemplo, em Trouxemil, Esmoriz, Fafiães, Rendufe (antigos genitivos de antropónimos).

Pode, portanto, dizer-se que o século V marca a génese dos romances ibéricos e, embora da(s) língua(s) deste período se conheça pouco, o que sabemos dos idiomas moçárabes¹⁰⁰ permite-nos compreender, em traços genéricos, onde tinha chegado a evolução linguística hispânica até ao século VIII: a língua falada, ao terminar o período visigótico, encontrava-se num estado de formação incipiente, com traços muito primitivos, alguns dos quais tinham um carácter geral em toda a Península Ibérica e outros assomavam apenas em algumas regiões e marcavam o início de uma divisão dialectal. As invasões árabes de 711 acentuaram ainda mais a

⁹⁹ Ver José MATTOSO, "A emergência do mundo medieval", cit., p. 339-359; IDEM, "As histórias do poder", cit. (especialmente a p. 320, de onde se citou).

individualidade do Noroeste peninsular, uma vez que, como tudo leva a crer, os invasores estavam muito mais interessados na Bética e na Tarraconense do que nas zonas rurais montanhosas — mais difíceis de controlar e pouco rentáveis para a economia muçulmana. De facto, não só nunca conseguiram lá implantar um sistema fiscal e administrativo minimamente eficaz, como também a frouxa ocupação militar berbere parece ter desaparecido quase completamente nos meados do século VIII.¹⁰¹

6. As invasões árabes

O aparecimento e a expansão do Islamismo foi um dos acontecimentos mais significativos e de maior repercussão da História moderna.

Atlas da História Mundial¹⁰²

Depois de um aparente hiato histórico em que a Hispânia goda se vira para si própria, o surgimento do al Andalus é como que um regressar ao velho seio mediterrânico, sob a chancela dos seus antigos e prestigiados esteios intelectuais.

Cláudio Torres¹⁰³

Islão significa ‘submissão à vontade de Deus’, transmitida à Humanidade através de Maomé, o Apóstolo e Profeta de Deus, nascido em Meca, cerca do ano de 570. Contando com um número importante de seguidores mas despertando, por outro lado, a hostilidade da aristocracia mercantil de Meca, Maomé refugiou-se em 622 em Medina, tendo esta data marcado o início da era islâmica e do calendário muçulmano. Regressou a Meca em 630, destronou os ídolos do santuário de Caaba e

¹⁰⁰ Ver, adiante, capítulo III.

¹⁰¹ Ver José MATTOSO, “Origens”, *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. 1, cit., sobretudo as p. 444-447.

¹⁰² *Atlas da História Mundial*, Lisboa / Rio de Janeiro, 1992, p. 104.

¹⁰³ Cláudio TORRES, “A terra e os homens”, *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. 1, cit., p. 363. Sobre a expansão árabe veja-se também: *Encyclopedia (The) of Islam*, vol. I, Leiden e Londres, 1960, s. v. (*al-*) *ARAB, the Arabs*; e Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., capítulo 3 “Los árabes”,

transformou-a no ponto fulcral da nova religião do Islão: "Quando Maomé morreu, em 632, a sua autoridade estendia-se por Hejaz e pela maior parte da Arábia Central e do Sul. Durante os cem anos seguintes, os exércitos árabes levaram a religião islâmica até um ponto tão ocidental quanto a Hispânia, bem como até ao Norte da Índia. (...) O primeiro dos sucessores de Maomé, o califa Abu Bakr (632-34), completou a conquista da Arábia e entrou no Sul da Palestina."¹⁰⁴ Omar (634-644) avançou sobre Damasco, seguidamente para a Mesopotâmia e, rumo a nordeste, para a Ásia Menor. Depois da Pérsia, a conquista de Herat e Balkh (651) e a queda de Cabul abriram caminho para a Índia. Simultaneamente, deu-se a ocupação de Alexandria e o avanço, através do Norte de África, até Cirenaica. Com a submissão do Magrebe e a travessia de Gibraltar, eis-nos no cenário ibérico, onde se deu um encontro duradouro das civilizações islâmica e cristã: "Quatro séculos após a morte do Profeta, os maometanos já tinham conquistado uma extensão territorial tão imensa que um viajante podia caminhar de Lisboa aos limites do actual Irão sem deixar de falar árabe e de poder visitar uma mesquita todas as sextas-feiras."¹⁰⁵

Na Península Ibérica reinava D. Rodrigo, o último dos reis godos, quando, em Abril ou Maio de 711, Tarique atravessou o estreito de Gibraltar, comandando as suas tropas que desembarcaram no promontório do Calpe e conquistaram a orla litoral de Algeciras — ponto estratégico de reabastecimento e, em caso de necessidade, de retirada — marchando, seguidamente, rumo a Sevilha. Entretanto, os cristãos decidiram fazer-lhes frente mas foram vencidos, em Julho desse mesmo ano, na batalha de Guadalete, o que possibilitou a expansão do império árabe que, como já foi referido, se estendia desde as margens do Indo às costas do Atlântico.

Após a retumbante vitória de Guadalete, o dinamismo militar islâmico levou, facilmente, à capitulação de muitas das principais cidades do reino visigótico: Écija,

p. 62-91.

¹⁰⁴ *Atlas da História Mundial*, cit., p.104.

Córdova e Toledo foram saqueadas e parte do espólio recolhido enviado a Muça que, desejando conferir um mais preciso carácter de ocupação sistemática às aleatórias investidas dos berberes, atravessou o Estreito de Gibraltar com um enorme exército, desembarcou em Algeciras e atacou Sevilha, cujos habitantes se refugiaram em Beja, e seguidamente cercou Mérida que, após seis meses de resistência, capitulou (713). Abdalaziz, filho do emir Muça, conquistou, definitivamente, a cidade andaluza de Sevilha, tomou Beja, Niebla, Ossonoba (a futura Faro) e Mértola, dominando assim a zona sul do actual território português. Entretanto, mais a norte, o avanço muçulmano prosseguia com a conquista de Saragoça, Osca, Lérida e Tarragona, avassalando tudo à sua passagem e desmotivando a resistência.

Apesar de já Tarique ter tomado Leão, Astorga e Viseu — um importante ponto estratégico para assegurar o domínio da *Gallaecia* —, e Muça ter chegado ao mar Cantábrico, é no ano de 714 que se opera o domínio da Lusitânia central e setentrional, com a conquista de Portucale, Bracara, Tui e Lugo por forças conjuntas de Abdalaziz e Muça. Também, em 714, Lisboa aceita pacificamente a dominação árabe e, em finais deste mesmo ano, o *Al-Andalus*¹⁰⁶ — denominação que os árabes atribuíam à Hispânia — estava quase completamente sob a alçada muçulmana.

Em 715, Abdalaziz governava a Península com o título de *váli*, tendo sido sucessivamente substituído por Al-Lakhmi e por Al-Hurr que, em 716, tinha a seus pés toda a Hispânia e começava a pensar na invasão da Narbonense. Os *vális* seguintes prosseguiram com as incursões além Pirenéus, até que um grande exército franco,

¹⁰⁵ “O que os árabes nos legaram”, *Super Interessante*, n.º 58, Fevereiro de 2003, p. 41.

¹⁰⁶ O nome *Al-Andalus*, que aparece escrito pela primeira vez num dinar cunhado em 716, relaciona-se, segundo a tradição escolar, com os vândalos, pressupondo que a Bética teria sido chamada «Vandalicia». No entanto, hoje coloca-se a hipótese (considerada mais plausível) de *Al-Andalus* ser uma designação originalmente relacionada com o mito da Atlântida, criado ou veiculado por Platão e que impregnou o imaginário mediterrânico: a expressão *Jazirat-al-Andaluz*, ‘a ilha de *al Andalus*’ (adoptada nos textos clássicos árabes) será, assim, a tradução adaptada de «ilha do Atlântico» ou «Atlântida». Sobre o assunto,

comandado por Carlos Martel, aniquilou as forças muçulmanas na batalha de Poitiers (732), deitando por terra o sonho árabe de islamização da Europa Ocidental e Central.

Para melhor se perceber a rapidez com que os invasores muçulmanos dominaram a Península é necessário atentar numa série de factores determinantes. Por um lado, a debilidade, a falta de coesão e de um comando hábil por parte das forças autóctones e, por outro, a quase indiferença dos povos habitantes das várias regiões conquistadas. De facto, uma vez que o estado visigodo vivia um clima de guerra civil decorrente de uma situação política e social instável — problemas de sucessão dinástica, cismas religiosos, fragmentação social, fomes, intolerância e repressão —, pensa-se até que os árabes terão sido encorajados a entrar na Península por figuras proeminentes da sociedade visigoda, como sugerem alguns autores que defendem não ter havido propriamente uma “conquista” árabe, imposta pelas vitórias militares, mas sim uma ocupação pacífica, conseguida com base na entrega espontânea das terras e no acordo. Recordem-se as palavras de Adalberto Alves: “Se há que falar em conquista, devemos sublinhar que os hispano-godos foram submetidos mais pela pujança da novel civilização muçulmana do que pelas armas. Só assim se compreende que a ocupação árabe da totalidade do enorme território da Hispânia tivesse podido concretizar-se em apenas cerca de três anos.”¹⁰⁷ O êxito de todas estas campanhas pode explicar-se também por uma política de início extremamente tolerante em relação às populações submetidas, a quem era permitido manter os credos religiosos, bem como o direito à diferença, a troco de contrapartidas financeiras: “o que assegurou verdadeiramente o êxito dessa religião [a islâmica], que vinha competir com a judaica e a cristã, mais antigas e também apoiadas em grandes livros, foi outra das novidades que trazia consigo: a tolerância. Os povos conquistados não eram exterminados nem se lhes impunha à força a conversão ao novo credo;

veja-se Cláudio TORRES, “A terra e os homens”, cit., especialmente as p. 363-369.

¹⁰⁷ Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 12.

eram livres de prosseguir com a sua religião, cultura e até organização administrativa, em troca de um tributo razoável.”¹⁰⁸ A aplicação, nas províncias islamizadas, do princípio da igualdade de todos os crentes perante Alá e perante o *califa* motivava igualmente muitas conversões, embora o Corão incitasse os muçulmanos a respeitarem os «povos do livro», ou seja os membros de outras religiões monoteístas que seguem a Palavra escrita. Apesar de apoiada por grandes contingentes de cavalaria ligeira com bastante poder de mobilidade, a fácil arabização peninsular foi, portanto, conseguida mais pela concertação do que pela violência, com a salvaguarda de alguma autonomia política, a troco do pagamento de tributos (em dinheiro ou em géneros) — um dinar anual *per capita* e "quatro almudes de trigo e quatro de cevada, quatro cântaros de arroze, quatro de vinagre, dois de mel e dois de azeite"¹⁰⁹ — e da tolerância religiosa: nos oito séculos de ocupação peninsular, as três grandes religiões monoteístas — muçulmana, cristã e judaica — coexistiram, conviveram e dialogaram, durante longos períodos, tendo chegado mesmo a existir “«centros de encontro teológico», onde muçulmanos, cristãos e judeus expunham os seus pontos de vista e escutavam os argumentos dos outros.”¹¹⁰

No entanto, pouco a pouco, estes dúbios e ténues vestígios de autonomia — um misto de aliança e submissão — foram desaparecendo e o Islão implantou-se firmemente em *Al-Andalus*, acrescentando o poder omíada sediado em Damasco, que, instaurando uma política de desigualdade entre árabes e muçulmanos, levou à constituição de uma verdadeira aristocracia árabe, grande proprietária e monopolizadora de quase todos os cargos político-administrativos relevantes, o que viria a ter, em meados do século VIII, graves consequências. Assim, na década de 740, os muçulmanos, sentindo-se agravados em termos de repartição de terras, de

¹⁰⁸ “O que os árabes nos legaram”, cit., p. 39.

¹⁰⁹ Luís Manuel de ARAÚJO, “Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular”, *História de Portugal* (direção de José Hermano SARAIVA), vol. 1, cit., p. 245-290; ver especialmente a p. 253.

¹¹⁰ Manuel GIRALDES, “O legado do *Al-Andalus*”, cit., p. 44.

chefias e de carga fiscal, revoltaram-se e abandonaram os seus postos, emigrando para o Sul ou regressando ao Norte de África, facilitando, assim, a constituição dos reinos cristãos do Norte. No Oriente, o confronto entre as mesmas forças políticas rivais levou, em 750, à substituição dos omíadas pela dinastia abácida à cabeça do califado de Damasco. Então, o último sobrevivente da antiga dinastia governante, Abd-al-Rahmán I, dirigiu-se para a Península Ibérica e, desligando-se do califado, fundou, em 756, o emirado independente de Córdova. Ali, assumiu os títulos de *emir* e *malik*, isto é, de príncipe e rei, mas os seus sucessores nunca conseguiram superar as tendências autonómicas das diversas regiões constituintes do califado nem aniquilar os movimentos nacionalistas de moçárabes e muladis,¹¹¹ tanto mais que as diferenças sócio-económicas entre conquistadores e conquistados se foram acentuando cada vez mais. Assim se compreende que, após um período de férrea autoridade, o califado conhecesse uma época de extrema fragilidade, que levou à sua queda e à sua atomização em numerosos e pequenos reinos, governados por *vális* e *alcaldes* que, outrora elementos de uma operante cadeia administrativa, se autonomizavam perante o enfraquecimento do poder central.

O *Al-Andalus* tornou-se então um território retalhado em vinte e três reinos — as *taifas* —, cujos dirigentes nunca tomaram o título de rei (*malik*), nem o de príncipe (*emir*) e, muito menos, o de califa (*khalifa*), governando como representantes de uma entidade suprema fictícia. Durante quase um século, as *taifas* mantiveram, entre si, relações diversificadas a nível económico e diplomático, e muitas delas lograram atingir um apreciável brilho cultural: Badajoz, Valência, Déria, Almeria, Granada e Sevilha. Mas períodos de guerra toldavam, por vezes, as boas relações entre elas, facilitando as ofensivas cristãs, a quem se deparava um *Al-Andalus* desunido: “As *taifas* (...) foram o início de uma longa e inexorável decadência do Islão no ocidente

¹¹¹ Sobre estes e outros grupos sociais, ver 7.2 Toponímia relacionada com o repovoamento e a Reconquista, especialmente a p. 76, e 7.4 Populações moçárabes.

peninsular.”.¹¹²

E foi em 1012 que triunfou a primeira revolta no *Al-Garb*:¹¹³ aconteceu em Huelva, no Sudoeste do *Al-Andalus*, e seguiram-se-lhe as autonomias de Silves, Mértola e Faro. Os dois grandes colossos do *Al-Garb*, Sevilha e Badajoz, acabaram também por se encontrar frente a frente, numa luta que os debilitou perante a ameaça dos cristãos, o inimigo comum. Nos finais do século XI, a gravidade da situação levou os dirigentes das *taifas* do *Al-Garb* e do *Al-Andalus* a pedirem auxílio aos almorávidas, berberes nómadas que haviam fundado um grande império no Norte de África. Uma embaixada constituída por representantes das cidades de Córdova, Granada, Badajoz e Sevilha partiu, então, levando, para justificar o seu pedido, além do apelo à guerra santa, um argumento convincente que chocara todo o *Al-Andalus*, pouco a pouco reduzido com o avanço dos cristãos: a tomada de Toledo por Afonso VI (1085).

Os almorávidas, bastonários da ortodoxia islâmica, responderam ao pedido de ajuda e rapidamente chegaram e venceram os cristãos. Apoderando-se de Granada, Málaga, Tarifa (praça forte da *taifa* sevilhana), Córdova, Ubeda, Segura, Carmona, Almeria, Múrcia e Sevilha (1091), Déria e Valência (1092), Badajoz e Lisboa (1094), estabeleceram-se e unificaram o *Al-Andalus*. Pretendendo a renovação do Islão, a guerra santa foi entusiasticamente pregada e contou com o apoio dos líderes religiosos e das massas populares — os primeiros, porque viam no almorávida o único

¹¹² Santiago MACÍAS, “Resenha dos factos políticos”, *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. I, cit., p. 426.

¹¹³ A palavra *Garb* significa ‘oeste, poente, ocidente’ e era usada pelos árabes para designar todo o Ocidente da Península Ibérica, situado entre o Douro e o Guadiana, que correspondia, *grosso modo*, à antiga Lusitânia romana: “O al Andalus (...) divide-se em dois Andalus. Um oriental e outro ocidental. A Espanha ocidental — o Garb — é aquela em que os rios correm para o Atlântico e em que as chuvas são comandadas pelos ventos do oeste.”. Ver Cláudio TORRES, “A terra e os homens”, cit., p. 366. Cf. também: Luís Manuel de ARAÚJO, “Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular”, cit., p. 259; e J. P. MACHADO, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., 5ª ed., Lisboa, 1989, s.v. Algarvio. Este dicionário passará a ser referido pelas iniciais *DELP*.

condutor de uma possivelmente bem sucedida guerra santa, e os segundos, porque se viam continuamente depauperados para sustentar o luxo das cortes taifas. O espírito de tolerância, até então existente entre cristãos e muçulmanos, deu lugar a uma intransigência que levou à fuga de grande número de moçárabes para os reinos do Norte e ao auxílio ao avanço dos reconquistadores por parte dos que ficaram.

Tudo parecia encaminhar-se para que o futuro da Península fosse islâmico e não cristão mas, com o governo inepto dos últimos soberanos almorávidas, assistiu-se ao deflagrar de revoltas em cadeia contra o domínio dos africanos: é o segundo período taifa que difere do primeiro pela sua vertente religiosa — o *sufismo* —, num renascer do fervor místico que se mantinha aceso sob as elaborações intelectualistas e sob o formalismo ritual de que, entretanto, se tinha revestido a doutrina de Maomé. Os inflamados discursos dos *sufis* galvanizaram as populações urbanas, predispondo-as para a contestação e para a revolta, sendo este estado de espírito aproveitado pelos chefes das cidades do *Al-Garb* para liderarem movimentos autonomistas contra a autoridade dos africanos. Mértola e Beja revoltaram-se (1144), seguindo-se-lhes Niebla, Huelva e Badajoz.

Em 1146, dois anos depois da revolta do *Al-Garb*, desembarcaram na Península os almóadas, uma seita de monoteístas sectários, fanáticos, tumultuosos e agressivos que pretendiam substituir os almorávidas no domínio do *Al-Garb* e do *Al-Andalus*. Conquistaram Tavira, Silves (1156) e Mértola (1157), estendendo o seu poder por praticamente todo o *Al-Andalus* e, de novo, os moçárabes foram perseguidos, vítimas do proselitismo muçulmano.

7. A Reconquista cristã

O Andaluz pertencia aos cristãos até que foram vencidos pelos Árabes, que os obrigaram a refugiar-se na Galiza. Mas agora desejam recuperar o que lhes foi tomado pela força. Para que os resultados sejam definitivos é necessário debilitá-los e desgastá-los no decurso do tempo. Quando não tiverem dinheiro nem soldados, iremos apoderar-nos do país sem esforço.

D. Sisnando¹¹⁴

Através da *Crónica moçárabe de 754* e de um outro texto de 883, a *Crónica Profética*, também de origem moçárabe, sabe-se que, pouco depois das invasões árabes, começaram as profecias sobre o fim do domínio islâmico, por intervenção divina. Mas, incumpridas as profecias, não restou outra alternativa aos cristãos senão recuperarem pelas armas o território que consideravam legitimamente seu. Temporalmente balizada entre 718, com a revolta de Pelágio, e 1492, ano da conquista de Granada, a Reconquista cristã da Península é geralmente entendida como um movimento contínuo de recuperação do território hispânico ao invasor muçulmano. O combate de Covadonga, ocorrido num leque temporal que se pode situar entre 718 e 725, foi unicamente o início simbólico de uma série de golpes desferidos pelos guerreiros refugiados nas Astúrias, que os muçulmanos não valorizaram devidamente. De facto, enquanto importantes sectores da comunidade moçárabe refugiada no Norte começavam a sonhar com a restauração do passado visigótico, a Sul, muladis e moçárabes, para preservarem alguma liberdade política e independência económica, protagonizavam uma agitação surda e latente, que dificultava o já débil governo das *taifas* peninsulares e o controle territorial por parte dos emires, obrigando-os a concentrarem forças na sua repressão e favorecendo as actividades dos reis cristãos que puderam pôr em prática as suas investidas em território muçulmano, começando a firmar o seu poder e a alargar o território. Então, apesar das tentativas muçulmanas para sacudir o apertado cerco que os nortenhos

¹¹⁴ Citado por Santiago MACÍAS, “Resenha dos factos políticos”, cit., p. 426.

lhes moviam, o avanço da Reconquista tornou-se imparável, num *Al-Andalus* que não havia valorizado devidamente as primeiras incursões cristãs e que se ia decompondo sem poder mobilizar, como nos velhos tempos, grandes exércitos de socorro. Seria, porém, preciso esperar por meados do século XI para ver surgir as grandes expedições de conquista, que foram efectivamente levando cada vez mais para Sul a fronteira cristã e que acabaram por mostrar a fraqueza do *Al-Andalus*.¹¹⁵

Convém, no entanto, esclarecer alguns aspectos que, à luz da investigação historiográfica recente, adquiriram contornos mais exactos. Costumam ser englobadas no conceito de Reconquista cristã as escaramuças, incursões e operações militares esporádicas que, nos séculos anteriores ao reinado de Afonso III de Leão, os caudilhos dos concelhos fronteiriços levavam a cabo em território islâmico, mais com o intuito da pilhagem (actividade económica essencial para a vida das populações de vilas e cidades da Meseta ibérica e, no caso do actual território português, da Beira interior) do que com intenções de conquista. Já delineadas em função de objectivos precisos e de alvos concretos, as expedições deste monarca revestiram-se de um carácter mais sistemático, apesar de as suas tropas só terem descido até ao vale do Douro, ocupando, portanto, um território facilmente conquistável porque frouxamente vigiado pelos árabes: “o califado não ficou minimamente abalado com a ocupação do vale do Douro e a fronteira entre cristãos e muçulmanos estagnou por completo, desde

¹¹⁵ Cf. José MATTOSO, “Origens”, cit., p. 441-447. Sobre a Reconquista ver: Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., capítulo 2 “La reconquista”, p. 22-61; José MATOSO, “Reconquista”, *Dicionário de História de Portugal* (coordenação de Joel SERRÃO), vol. III, Lisboa, 1968, p. 544; IDEM, “Poderes”, *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. I, cit., p. 475-491, dedicadas à guerra e à força expansiva dos reinos cristãos; e Joel SERRÃO e A. H. de Oliveira MARQUES, *Nova História de Portugal*, vol. III, cit., especialmente: A. H. de Oliveira MARQUES, “A constituição de um condado”, p. 13-23; Maria Alegria Fernandes MARQUES, “A viabilização de um reino”, p. 23-37; IDEM, “As etapas de crescimento do reino”, p. 37-64; A. H. de Oliveira MARQUES, Hermenegildo FERNANDES e Francisco Pato de MACEDO, “O campo muçulmano”, p. 64-88.

o fim do reinado de Afonso III (910) até ao de Fernando, *o Magno* (1037-1065), passando por um recuo substancial durante as campanhas de Almançor, nos últimos anos do século X e nos primeiros do seguinte.”. Só a partir da conquista de Coimbra por Fernando de Leão é que a fronteira avançou decisivamente para o Sul e começou, de facto, o verdadeiro movimento da Reconquista, com a intencionalidade que habitualmente lhe é atribuída: “É, portanto, já quase em meados do século XI que começa propriamente o que poderíamos chamar a «Reconquista régia», que serviu depois de modelo aos historiadores modernos para conceberem toda a luta anti-islâmica à sua imagem e semelhança.”.¹¹⁶

No século XII, o movimento da Reconquista portuguesa integrado na longa tarefa da Reconquista cristã assumiu, pois, um carácter mais sistemático e consolidou-se o desenvolvimento político-administrativo dos reinos de Portugal, Leão, Castela (Leão-Castela, no século seguinte, sob o governo de Fernando III, *o Santo*) e Aragão, pela intervenção directa e efectiva dos respectivos reis, que aproveitaram o importante auxílio prestado pelas ordens militares, apoiados também, na retaguarda, pelo repovoamento da Estremadura¹¹⁷ e da região do Tejo, onde se iam formando concelhos municipais dotados de inúmeros privilégios.

¹¹⁶ Excertos adaptados de José MATTOSO, “Poderes”, cit., p. 476. Comparando a rapidez com que os árabes dominaram a Península com a lentidão com que os cristãos a tomaram, Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 12-13, põe em causa a própria designação de Reconquista: “a dita «reconquista» cristã não só levou séculos a completar-se, como apenas impropriamente podia considerar-se reconquistado um território que já, desde há séculos, vinha sofrendo profundas alterações. (...) O que se verificou foi, tão-somente, uma conquista cristã, muitas vezes não resultante de um projecto ordenado de natureza política, mas de acções dispersas de razia e pilhagem.”.

¹¹⁷ Aqui entendida como o território situado entre o Douro e o Mondego. Acerca da evolução de *Estremadura*, vide Orlando RIBEIRO, “Reflexões sobre Estremadura. Significado e origem do nome”, *Biblos*, vol. LVIII, 1982, p. 455-472.

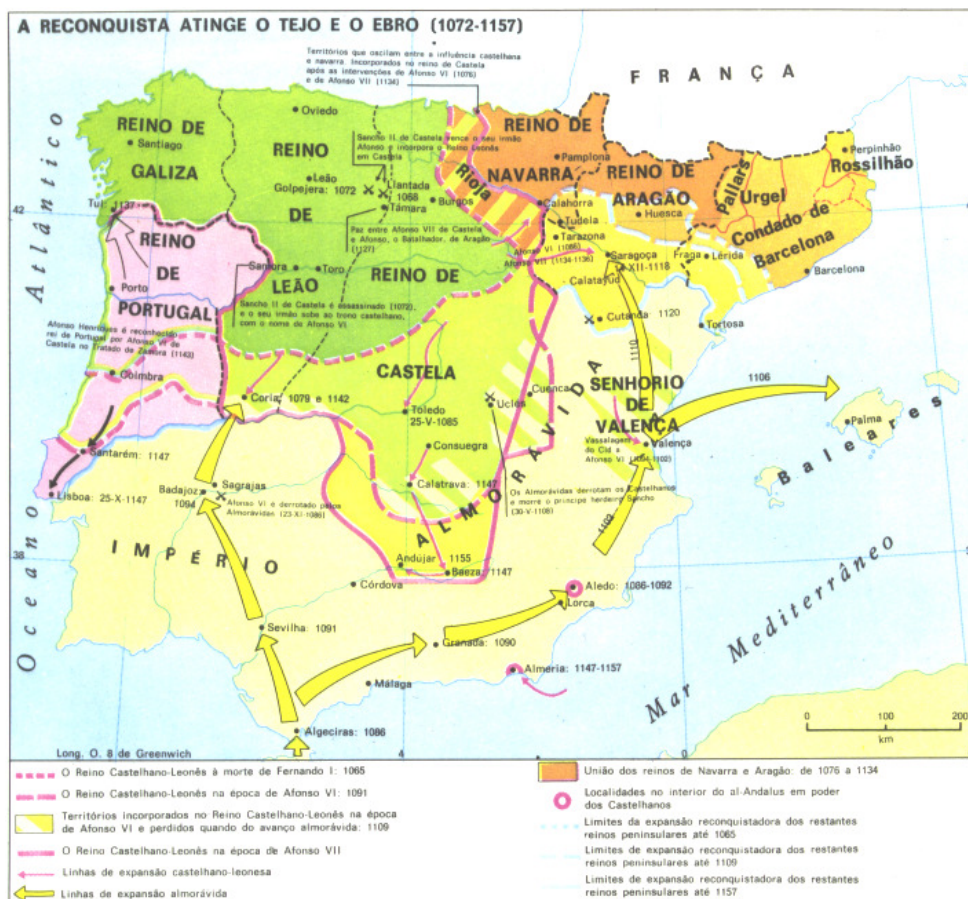


Figura 1 – O avanço da Reconquista e o jogo de forças políticas na Península Ibérica

Simultaneamente, foi-se arremetendo, na Península, o espírito de cruzada que em muito se ficou a dever à opção da Cúria Papal por uma política que não favorecesse a fragmentação dos reinos cristãos e que, no caso português, veio a traduzir-se no reconhecimento da independência de Portugal, por Alexandre III, em 1179, pela bula *Manifestis probatum*.

Com efeito, o Condado Portucalense, também designado nos documentos coevos por Terra ou Província Portucalense,¹¹⁸ cedo começou a adquirir, dentro do

¹¹⁸ Não confundir com Portucale. José MATOSO, “Portucale”, *Dicionário de História de Portugal* (coordenação de Joel SERRÃO), vol. III, cit., p. 432: “a povoação Cale, na margem esquerda do Douro, situada a leste da estrada romana, deu o nome ao aglomerado que se formou depois na confluência da mesma estrada com o Douro”. Depois do repovoamento de Vímara Peres (século IX), o nome passou a designar um território que se foi estendendo pela margem direita

Reino de Leão, uma certa autonomia, que se consolidou sob o governo do genro de Afonso VI, D. Henrique de Borgonha, cuja política se orientou para o reforço do poder do clero «gregoriano» (com a nomeação de S. Geraldo para Arcebispo de Braga e de Maurício Burdino para a cátedra de Coimbra) e igualmente para uma certa união e acalmia das forças dominantes, dentro do Condado.

Após a morte do Conde D. Henrique, em 1112, o território conheceu o governo de sua esposa, D. Teresa, que se viu a braços com dois graves problemas: a Sul, as investidas dos muçulmanos que chegaram às defesas de Coimbra (1116) e a cercam (1117); a Norte, as ambições de índole religiosa e temporal do arcebispo de Compostela, Diego Gelmires. A opção de D. Teresa foi apoiar-se no partido que, na Galiza, se opunha ao arcebispo, o que implicou a vinda para o Condado de Fernão Peres de Trava, fazendo com que os infanções de Entre-Douro-e-Minho concentrassem as suas forças para opor uma forte resistência à tentativa de domínio da alta nobreza galega. Neste contexto, a figura do infante Afonso Henriques adquire grande importância, de início talvez mais como «bandeira» do que como condutor do processo do qual S. Mamede seria o acto final e o começo de um período complexo que iria culminar com a independência do território. Com efeito, é de 1140 o primeiro documento em que D. Afonso Henriques se intitula "*rex*"; esse facto terá ficado a dever-se ao apoio que lhe teria sido prometido pela Cúria Papal e que lhe fora transmitido pelo arcebispo de Braga, D. João Peculiar, em 1139, após o seu regresso de Roma. De facto, é durante a visita do legado papal, Guido de Vicco, à Península,

do Ave e ao sul do Douro, chegando a abranger toda a região ao sul do Lima, por oposição à Galiza. Sobre esta matéria, vide Paulo MERÊA, *De "Portucale" (Civitas) ao Portugal de D. Henrique*, Porto, 1944.

Além deste, outro Condado cedo se começou a destacar — a Terra Conimbricense —, assumindo uma individualidade política e cultural assinalável. E, embora os documentos o refiram como situado na Terra Portucalense, este território a sul do Douro foi, mesmo antes da conquista definitiva de Coimbra (1064), governado autonomicamente por alvazis ou condes, de que se destaca o moçárabe Sisnando. Ver, adiante, 7.4.1 Território de Coimbra.

que tem lugar o tratado de Zamora (1143), no qual Afonso VII reconhece o estatuto de rei ao seu primo, D. Afonso Henriques.¹¹⁹

Depois da independência de Portugal, a progressão cristã intensificou-se e, no Ocidente peninsular, a Reconquista avançou, lenta mas seguramente em direcção ao Sul, depois da derrota do emir muçulmano Ibn Abd Allah Muhammad An-Nasir, em Navas de Tolosa (1212).¹²⁰ A este reconquistar pelas armas chamava-se "presar" e os "presores" assenhoreavam-se, em termos absolutos, das terras tomadas, sem respeitarem os antigos proprietários ou os seus descendentes. Este regime de "presúria" veio, deste modo, a originar certo número de domínios senhoriais, a estender-se a outros géneros de relações sócio-económicas e a afectar a configuração dos concelhos, constituindo no nosso território peninsular ocidental as fontes fundamentais da formação dos reguengos, até meados do século XIII.¹²¹

Ganha a linha do Tejo com a conquista definitiva de Lisboa e Santarém (1147), o jovem reino de Portugal afoitou-se para o Sul e conquistou quase todas as praças do actual Alentejo. Até 1238, o Islão perderia definitivamente Elvas, Juromenha, Beja, Moura, Serpa e Mértola, conquistadas pelas forças portuguesas do exército real ou das ordens militares de Sant' Iago, Hospital e Calatrava. Após a tomada de Tavira, no ano seguinte, o domínio muçulmano no Ocidente algarvio ficou apenas reduzido a um enclave, que incluía as cidades de Faro, Silves e Loulé; mas também ele caiu facilmente em poder cristão e, assim, em 1249, no reinado de D. Afonso III, o *Al-Garb*

¹¹⁹ Sobre o assunto, veja-se Alexandre HERCULANO, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, cit., vol. II, nota XVIII "Afonso I toma o título de rei", p. 289-294, e nota XIX "Sujeição ao papa", p. 294-308.

¹²⁰ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, cit., vol. III, 1915, p. 144: "As conquistas dos dois povos limitrofes e rivais [Portugueses e Leoneses] dilatavam-se ou recuavam conforme as circunstâncias os favoreciam ou aos seus comuns adversários, os muçulmanos.". Ver também, no fim do volume, a nota VII "Fronteiras portuguesas e leonesas nos fins do século XII", p. 321-330.

¹²¹ Sobre a matéria, veja-se Maria Helena da Cruz COELHO, "A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique", cit., p. 37-56.

era ocupado pelo reino de Portugal, cujas fronteiras — as mais antigas e estáveis do mundo — estavam quase completamente definidas, faltando apenas regular alguns pormenores de terras raianas, o que só veio a acontecer no reinado de D. Dinis, em Alcanizes (1297).

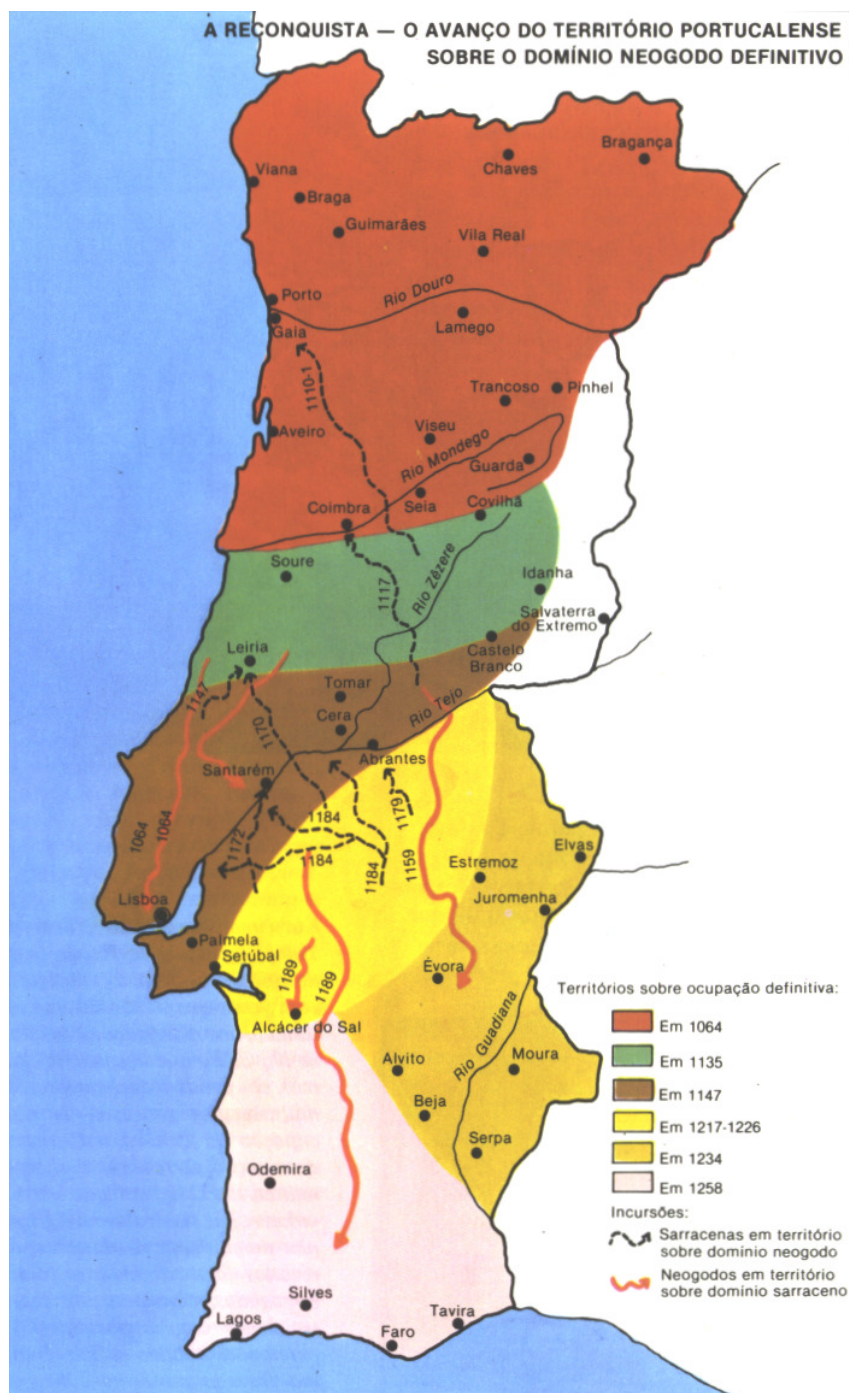


Figura 2 – A progressão da Reconquista no actual território português

7.1 Repovoamento e “ermamento”

A reocupação do território não se terá dado apenas a partir do repovoamento que se seguiu à Reconquista. Apesar de as correrias militares dos séculos VIII a XI terem tornado o vale do Douro, uma zona de violência e de insegurança, não impediram a permanência de vários lugares-fortes nem mesmo a fundação de alguns novos.

José Mattoso¹²²

O conceito historiográfico de Reconquista privilegia habitualmente leituras militares, estando o repovoamento intimamente associado com ele. De facto, “repovoar” tem sido entendido como uma medida destinada a assegurar a ocupação militar das zonas recém-conquistadas, preencher os “vazios demográficos” deixados pelos inimigos vencidos, e abastecer as tropas das fortalezas destinadas a garantir a defesa e a permitir o avanço da fronteira. Mas, hoje, associa-se o estudo da Reconquista mais ao da evolução demográfica e não tanto ao das estratégias de guerra: não negando as incompatibilidades religiosas e políticas, entende-se que um fenómeno tão vasto e prolongado deve ser analisado e explicado num contexto de expansão populacional dos reinos do Norte, perante a estagnação ou até mesmo a diminuição verificada no Sul — “esquemáticamente falando, talvez tivessem sido os camponeses a impulsionarem os guerreiros e não estes a empurrarem os primeiros.”.¹²³ Assim, o problema do “ermamento”, ou seja, do suposto despovoamento de uma larga faixa fronteira entre o Douro e o Mondego, durante um período compreendido entre os meados do século VIII e o final do século XI, tem-se colocado aos estudiosos destas questões históricas, gerando uma prolongada

¹²² José MATTOSO, “Espaços”, *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. I, cit., p. 451 (excerto adaptado).

¹²³ IDEM, “Poderes”, cit., p. 478. Sobre este assunto, veja-se especialmente: A. H. de Oliveira MARQUES, “A constituição de um condado”, cit.; Maria Alegria Fernandes MARQUES, “A viabilização de um reino”, cit.; IDEM, “As etapas de crescimento do reino”, cit.; A. H. de Oliveira MARQUES, Hermenegildo FERNANDES e Francisco Pato de MACEDO, “O campo muçulmano”, cit..

controvérsia, que se arrasta desde o princípio do século XX até aos nossos dias: especialistas portugueses e espanhóis têm debatido largamente o assunto, repartindo-se as opiniões entre os que defendem a tese do ermamento e os que entendem nunca ter havido um vazio populacional no território em questão.¹²⁴

Como é sabido, por volta de 739, as guarnições berberes que ocupavam o Noroeste e o Ocidente peninsulares revoltaram-se contra os chefes árabes e sírios, por questões de natureza económica e religiosa, o que desencadeou uma guerra civil debilitante para o poderio islâmico e facilitadora da intervenção dos exércitos cristãos. Assim, na viragem para a segunda metade do século VIII, sob o governo de Afonso I das Astúrias, os neogodos avançaram para além da linha do Douro atingindo o Mondego e, segundo um "cronicão" da época — a *Crónica de Afonso III* —, nesse avanço, teriam sido mortos os muçulmanos e levados para as regiões nortenhas todos os cristãos que viviam sob a administração sarracena. No entanto, não é possível fazer destas afirmações uma leitura tão literal como foi a de Alexandre Herculano e dos primeiros historiadores:¹²⁵ se é certo que a passagem de hostes muçulmanas ou de exércitos cristãos não representaram, obviamente, acontecimentos desprovidos de significado político, social ou demográfico, dispõe-se hoje de dados que permitem concluir que não houve "ermamento" no sentido da formação de vácuos

¹²⁴ Sobre o problema do ermamento e o processo do repovoamento, veja-se José MATTOSO, "Origens", cit.; IDEM, "Espaços", cit., p. 449-463.

¹²⁵ A leitura de Alexandre Herculano é manifestamente hiperbólica, proveniente de uma visão épica. Recorde-se que as lides guerreiras contra os invasores inspiraram a "Chanson de Roland", francesa (século XI), e o "Cantar de Mio Cid", castelhano (início do século XIII), poemas épicos pioneiros nas respectivas literaturas. A questão foi posteriormente discutida por Gama Barros, que desvalorizou o conteúdo da *Crónica de Afonso III* e procurou demonstrar a continuidade da ocupação territorial, no que foi mais tarde seguido por outros autores. Também Torquato de Sousa Soares retomou a questão, defendendo que a região do vale do Douro fora pouco ermada (se comparada com a Meseta castelhana) e que o seu repovoamento se fizera sobretudo com populações moçárabes, transmissoras de tradições anteriores e, portanto, veículo de continuidade. Cf. Torquato de Sousa SOARES, "Ermamento", *Dicionário de História de Portugal* (coordenação de Joel SERRÃO), cit., vol. II, Lisboa, 1965, p. 71-73.

demográfico-económicos nestas vastas áreas, durante os séculos em que duraram as confrontações. Com o abandono dos chefes militares e administrativos, as principais vilas e cidades do vale do Douro devem ter sido profundamente afectadas enquanto centros económicos, comerciais e políticos e a tendência para a ruralização acentuou-se ainda mais: “entre o território de facto submetido à autoridade do rei das Astúrias e a zona realmente ocupada por tropas muçulmanas havia um extenso território desorganizado. Os seus habitantes não devem ter desaparecido por completo, mas a população rarefez-se e teve de encontrar, com os seus próprios recursos, os meios de subsistência e de defesa.”¹²⁶ E, apesar da desagregação do tecido económico-social provocado pelas mortes, fugas, redução dos vencidos à escravidão e pela mudança da posse de domínios, a capacidade de persistência das camadas mais humildes da população, os esforços para radicar e atrair “povoadores” — transferência de famílias para novas regiões e formação de novos domínios com base nas presúrias¹²⁷ — tudo indica que a ocupação humana persistiu, nestes tempos de sombria convulsão. Existem, de facto, elementos que revelam a continuidade de uma organização religiosa e social (sobretudo assente em vínculos de solidariedade parental) dependente de actividades económicas, nomeadamente de algumas trocas comerciais, da agricultura, da recollecção de produtos silvestres, da caça, da pesca marítima e fluvial e do artesanato — ourivesaria, olaria, madeiras, metalurgia, etc.. Um minucioso estudo do censal bracarense do final do século XI levado a cabo por Avelino de Jesus da Costa mostra que a região entre o Cávado e o Ave, mesmo nessa época, contou com uma forte densidade populacional, o que inviabiliza a tese de uma ocupação recente. Aliás, a persistência do culto dos santos do calendário litúrgico visigótico e a manutenção dos santos patronos das igrejas rurais indiciam a

¹²⁶ José MATTOSO, “Espaços”, cit., p. 446.

¹²⁷ Ver, acima, 7 A Reconquista cristã, especialmente a p. 59.

continuidade da ocupação do território e das estruturas paroquiais.¹²⁸ Este ponto de vista é também perfilhado por muitos outros autores, entre os quais José Mattoso, Menéndez Pidal e Orlando Ribeiro,¹²⁹ que consideram que a retirada do pessoal administrativo não obstou à permanência da maioria da população, que manteve ininterruptamente uma vida autónoma, como o comprova o parcelamento da propriedade em pequenos minifúndios, típico de uma terra densamente ocupada. Mais recentemente, Angel Barrios García conseguiu, através da análise filológica de listas medievais de paróquias das dioceses de Ávila, Salamanca, Cidade Rodrigo, Segóvia e Zamora, calcular a data de todos os topónimos registados e distinguir os que procedem do estrato hispano-romano dos que remontam à época moçárabe e dos que são posteriores à Reconquista, tendo concluído que o esvaziamento populacional da área leonesa e da zona castelhana do vale do Douro não foi completo — a violência e a insegurança alteraram as condições de vida dos povos mas não conduziram ao despejo desses territórios. Estes dados são preciosos para a reconstituição do que se passou em terras hoje portuguesas: se nem no Douro castelhano e leonês houve ermamento, muito menos ele se teria verificado no caso português.¹³⁰

¹²⁸ Pierre David verificou que as igrejas reconstruídas nos séculos X e XI conservaram os patronos que tinham no período visigótico porque, à volta das suas ruínas e dos cemitérios, se manteve alguma população, que conservou as tradições e os hagiotopónimos, transmitindo-os às gerações seguintes. Apesar da desorganização e das dificuldades, as estruturas paroquiais e diocesanas conseguiram sobreviver, o que permitiu a sua posterior restauração. Cf. José MARQUES, “As dioceses portuguesas até 1150”, cit., especialmente as p. 39-44.

¹²⁹ De acordo com este Autor, “Certas fórmulas das cartas de presúria devem ser interpretadas como empolamentos retóricos e nunca tomadas à letra e em contradição com o conteúdo destas. Assim, *desertos te incultus locus, vastitas eremi, trahere terras ex ermo*, aplicam-se a terras sem senhor, abandonadas e sem ordem, mas de modo nenhum sem gente. Nela permaneceram as propriedades episcopais, os mosteiros, as freguesias rurais, que, na essência, conservaram a poderosa organização do tempo dos suevos: o nome dos oragos indica claramente a continuidade das igrejas e dos lugares.” Cf. Orlando RIBEIRO, “A propósito de Áreas lexicais no território português (...)”, cit., p. 199-200 (excerto adaptado).

¹³⁰ Cf., a seguir, 7.2 Toponímia relacionada com o repovoamento e a Reconquista.

A expressão "(re)povoar" deve, portanto, ser entendida como o enquadramento numa nova organização político-administrativa de uma população numerosa mas desorganizada e algo dispersa a que, em alguns casos, se vinham juntar elementos provenientes de outras zonas. Esclarecida a verdadeira significação do "(re)povoamento" da zona noroeste do futuro Portugal que, de início, se julgou "ermada" pelas convulsões da invasão e da Reconquista, deve entender-se de modo semelhante, *mutatis mutandis*, o processo de reordenamento do Centro e do Sul do novo país que, entretanto, se tinha constituído.

Com o repovoamento relaciona-se o problema fulcral da formação de uma língua nacional portuguesa, a sul do primitivo espaço galego-português. Os mais recentes estudos sobre esse tema apontam para a importância da região Centro do país no caldeamento dos traços regionais de falantes do Norte, do Sul e do Centro, entre os quais se contavam moçárabes.¹³¹ É que, ao contrário do que inicialmente se pensou, não houve deslocação de "povoadores" apenas no sentido Norte-Sul,¹³² mas em vários sentidos, incluindo o inverso. Como se verá seguidamente, este facto é em larga medida atestado por alguns estudos toponímicos.

¹³¹ Vide Manuel de Paiva BOLÉO, "Alcuni problemi del paesaggio dialettale portoghese, specialmente della parlata meridionale", *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I, Coimbra, 1974, especialmente as p. 413-418. Cf. também *La Lengua Andaluza Aljamiada*, <http://www.andalucia.cc/adarve/sinanimio-3.htm>.

¹³² Às numerosas páginas dedicadas ao repovoamento nesta dimensão, acrescente-se: Clarinda de Azevedo MAIA, *Geografia dialectal e história do português*, separata de *Biblos*, vol. LVII, 1981; ver especialmente as p. 92-95.

7.2 Toponímia relacionada com o repovoamento e a Reconquista

La reconquista no sólo influyó en la toponimia de la península ibérica a través de nombres relacionados con la guerra o la repoblación, sino que determinó (...) una dosificación cronológica de la incorporación de las tierras hispanas a la realidad cambiante de los romances peninsulares.

Francisco Marsá¹³³

Como acabámos de ver, a Reconquista determinou grandes e múltiplos tumultos, cujas repercussões não só se fizeram sentir em todas as actividades humanas, como também influenciaram a constituição de muitos nomes de lugar.

Apesar de bastante instáveis, as linhas divisórias entre territórios mouros e cristãos estão patentes na toponímia peninsular através do elemento *Frontera* e *Frenteira* (< FRONTARIA 'fronteira', 'limite'), cujo sentido era o de 'terra fronteiriça', 'zona de contacto com muçulmanos', equivalente a *Marca* (Catalunha) e *Estremadura* (Douro).¹³⁴ Temos, assim, em território espanhol, *Aguilar de la Frontera*, *Cortes de la Frontera*, *Jerez de la Frontera*, etc.. Em Portugal, a vila de *Frenteira* (distrito de Portalegre) é sede de concelho e de freguesia, cujo orago é, curiosamente, Nossa Senhora da Atalaia.¹³⁵ O topónimo *Conquista* (Cáceres e Córdova) deve-se relacionar também com a Reconquista.¹³⁶

Nessa época de guerra, de desorganização político-administrativa e de avanço e recuo das fronteiras, as construções fortificadas, destinadas à defesa e vigilância,

¹³³ Francisco MARSÁ, "Toponimia de Reconquista", *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Madrid, 1960, p. 615-646. Também entre nós existem nomes de lugar relacionados com o repovoamento e a Reconquista. Cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. 2, Anexo I, onde se reúnem os topónimos relacionados com os movimentos migratórios de civis e militares; e Anexo II, que contém os nomes de lugar referentes ao carácter jurídico do estabelecimento de colonizadores, às construções destinadas à vigilância / defesa e à existência de fronteiras entre territórios mouros e cristãos.

¹³⁴ Cf. Orlando RIBEIRO, "Reflexões sobre Estremadura. Significado e origem do nome", cit..

¹³⁵ Ver, a seguir, *Atalaia*.

¹³⁶ Vide Francisco MARSÁ, "Toponimia de Reconquista", cit., p. 643-644.

desempenhavam um papel fundamental. Os topónimos espanhóis *Espeja*, *Los Espejos*, *Espiel*, etc. e, certamente entre outros, os portugueses *Espiche* e *Espichel*¹³⁷ (de SPECULA 'atalaia' e SPECULU 'espelho', 'lugar de onde se vigia' — formas latinas que, porque foneticamente próximas, cedo se confundiram e contaminaram) encontram-se em territórios reconquistados antes do ano 1000 (à excepção dos cordoveses) distribuindo-se, na sua maioria, ao longo da linha fronteiriça do início do século XI — limite cronológico de "espelho" como sinónimo de 'atalaia'. A palavra latina MIRACULU, tal como SPECULU, significa 'espelho' e 'atalaia', e este último sentido encontra-se na toponímia do Noroeste peninsular: *Miralles*, *Mirallo*, *Miralhos* (este último de Viana do Castelo),¹³⁸ etc.. A sua localização setentrional e a ausência de exemplos mais a Sul permitem-nos pensar que são nomes muito antigos e que cedo caíram em desuso. F. Marsá não exclui a hipótese de uma relação entre estes topónimos e outros, com a mesma etimologia mas com uma evolução semiculta: *Milagro*, *Milagos* e, no distrito de Viana do Castelo, *Milagres*.

Situando-se no mesmo campo lexical mas com etimologia gótica — WARDJA — temos *La Guardia*, *Guardas*, *Guardiola*, e *Guarda*, nomes muito abundantes sobretudo nas regiões setentrionais. No caso português, os núcleos mais importantes de *Guarda* correspondem à estabilização das fronteiras do Douro e do Tejo, que era necessário vigiar.¹³⁹

Os topónimos *Atalaia* e *Atalaya* (portugueses e espanhóis, respectivamente), continuadores directos do árabe TALÂYI ou TALÍ'A, rapidamente se sobrepuseram aos provenientes de SPECULA, MIRACULU e WARDJA. A sua densidade é significativamente maior nas regiões centro e sul, como consequência da origem árabe

¹³⁷ Note-se a afinidade com a forma antiga (ano 987) *Spicellos*, citada por F. MARSÁ, "Toponímia de Reconquista", cit., p. 615.

¹³⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 616.

¹³⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 616-618.

do nome.¹⁴⁰ Igualmente árabe é MANÂRA 'farol' de onde procedem os topónimos espanhóis *Almenar*, *Almenara* e *Almería* e os portugueses *Almiar* (Aveiro) e *Almiara* (Coimbra, Lisboa e Porto).¹⁴¹ Seriam atalaias localizadas em pontos estratégicos, onde se acendiam fogueiras para avisar da aproximação de tropas ou embarcações inimigas.

Uma torre era, muitas vezes, suficiente para a vigilância e defesa contra o inimigo sarraceno. A forma latina TURRE 'torre' originou cerca de 990 topónimos na nossa Península: as províncias espanholas onde mais abundam são La Coruña, Lugo, Pontevedra e Lérida, enquanto, em Portugal, os distritos onde a sua densidade é maior são os de Braga, Viana do Castelo, Porto e Lisboa. Existem também numerosos topónimos que partiram da forma árabe BURDŽ 'torre', como *Albôja*, *Alborache*, *Alborge*, *Borges*, *Borja*, etc., cuja distribuição afecta a quase totalidade do território português e a metade oriental de Espanha (excepto a região pirenaica).¹⁴² Luís Chaves recolheu mais alguns nomes relacionados com a área lexical e semântica de 'atalaia', 'lugar de vigia', como *Miranda*, *Vela*, *Viso* e *Olheiro*.¹⁴³

As fortalezas, castelos e outras construções similares eram muito abundantes e situavam-se em pontos-chave para a defesa das fronteiras e dos territórios conquistados. Embora raros, conservam-se vivos os continuadores directos de CASTRU 'recinto fortificado' — *Castro Laboreiro*, *Castro Verde*, *Castro Marim*, *Castro*

¹⁴⁰ IDEM, *Ibidem*, p. 619-620.

¹⁴¹ IDEM, *Ibidem*, p. 618-619.

¹⁴² IDEM, *Ibidem*, p. 626-627. No entanto, F. Adolfo COELHO, "Origens do português do Sul", cit., p. 146, refere-se a *Alvorge* (Ansião) como um topónimo "formado do artigo árabe e do grego *púrgos*, pequena fortaleza". Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, Anejo XVII de la *Revista de Filología Española*, Madrid, 1932, p. 185, também se lhe refere como *Avorge*, nome onde reconhece o grego *πύργος* (*pyrgos*), igualmente presente no árabe *al-burž*.

¹⁴³ Luís CHAVES, "Estudos de toponímia portuguesa. Influências militares na formação de topónimos", *Revista de Guimarães*, LXII, 1952, p. 160-191, onde refere também *Monforte*, *Torre* e *Castelo* de que nos ocuparemos a seguir.

Vicente, Castro de Avelãs, etc. — e são muitos os topónimos antigos (ligados à cultura castreja) com esta origem situados sobretudo no Norte — Galiza e distritos de Braga, Porto e Bragança. De acordo com José Mattoso,¹⁴⁴ é provável que as populações tivessem procurado alguma segurança nos antigos castros semi-abandonados, quando a região era palco de correrias de guerreiros árabes e asturianos e que, posteriormente, neles fossem implantadas guarnições militares e se tivessem transformado em fortalezas. Mas, com o rarear das incursões a partir da segunda metade do século IX, teria deixado de se justificar a manutenção de uma rede de guarnições militares semelhante à que se estabeleceu a sul do Douro, onde o avanço da Reconquista e o repovoamento implicaram a construção de outro tipo de fortalezas: os castelos. As formas *castillo* (castelhano), *castell* (catalão) e *castelo* (português), resultantes de CASTELLU 'forte, área fortificada' (diminutivo tardio de CASTRU), originaram grande quantidade (496) de topónimos a que se juntam ainda as formas apocopadas moçárabes *castil-*, *castel-* e *castiel*. No nosso território, os distritos que registam maior densidade destes nomes de lugar são os de Lisboa, Évora, Viseu e Beja; mas, tal como os topónimos continuadores de CASTRU, sofrem uma regressão quantitativa à medida que se avança para Sul.¹⁴⁵

Outra forma proveniente de CASTRU é a árabe QASR 'fortaleza; palácio', que deu, por sua vez, origem a *alcázar* (castelhano), *alcàsser* (catalão) e *alcácer* (português) de onde resultaram topónimos como *Alcázar*, *Alcazarejos*, *Cáceres*, *Alcácer*¹⁴⁶ e *Caçarelhos*. A sua distribuição geográfica e a sua história confirmam a origem árabe destes topónimos; mesmo os mais setentrionais (de Huesca e Orense)

¹⁴⁴ José MATTOSO, "Poderes", cit., p. 486-487, dedicadas à organização da defesa.

¹⁴⁵ Acerca da coexistência de topónimos do tipo *Torre* e *Castro* / *Castelo*, vide explicação histórica dada por F. MARSÁ, *Ibidem*, p. 625-626 e mapa 3 (p. 625). Ocupou-se do estudo de "Torres antroponomásticas", em território português (como, por exemplo, *Torre de Dona Chama*, *Torredeita*, etc.), P. Cunha SERRA, "Estudos toponímicos" (X-XIII), *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1953-1955, p. 206-218.

¹⁴⁶ F. MARSÁ, "Toponímia de Reconquista", cit., p. 621.

foram habitados por muçulmanos e conservam vestígios das fortalezas a que deram o nome.

*Alcalá, Alcalar, Alcalate, Alcolea, Calaceite,*¹⁴⁷ *Catalazede*, etc. são, por sua vez, alguns dos topónimos procedentes do árabe QALAT 'castelo', ou do seu diminutivo QULAI'AT. De grande importância estratégica para os muçulmanos, encontram-se predominantemente em regiões onde escasseiam os continuadores de CASTELLU: províncias de Huesca, Sevilha e Saragoça (em Espanha) e distritos de Évora e Lisboa (em Portugal).

Além dos já mencionados, convém igualmente referir a existência de outros topónimos com o significado de 'fortaleza': *Fuerte* (2 em Espanha) e *Forte* (56 em Portugal, na sua maioria despovoados); *Rabat* e *Rebate* (em Espanha), continuadores do árabe RIBAT 'conventos fortificados dos almorávidas'; *Ràbita, Ràpita, La Rábida* e *Arrábida* < RABITA (árabe); *Almoster, Almonacid* e *El Monastil*, originários de ALMUNASTIR 'convento fronteiriço' (latinismo usado pelos almorávidas).

Como nos diz Francisco Marsá, "El paisaje lingüístico hispano es, en no pocos de sus aspectos, una proyección sincrónica del proceso diacrónico de la reconquista. La pérdida o conservación de voces, la adopción de unas u otras, la derrota de sus cambios fonéticos o semánticos en la habla de una región son fenómenos estrechamente relacionados con la reconquista, según el momento y circunstancia de la incorporación de esa región a los reinos del norte."¹⁴⁸ Exemplificando com os adjectivos ALBUS e BLANK: a Norte predominam os topónimos formados a partir de ALBUS, e a Sul os derivados de BLANK, o que se explica pela perda de vitalidade da primeira forma, na época da Reconquista, em favor da segunda. Esta distribuição cria uma linha divisória que coincide com a fronteira entre cristãos e mouros, no início do

¹⁴⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 622-623, onde se menciona ainda *Calatrava* e alguns derivados; como veremos, na p. 75, *Calatrava* é um elemento que aparece em vários topónimos ligados à Ordem Militar do mesmo nome.

século XIII.¹⁴⁹ A conservação de arcaísmos na região setentrional, imputável à Reconquista, está também patente no uso de formas toponímicas compostas com adjectivos derivados de LONGUS, aplicados a nomes como *aldea*, *campo*, *monte*, *peña*, *prado*, *riba*, etc.. É igualmente no Norte que vamos encontrar topónimos que conservam outros elementos arcaicos como, por exemplo, ALNUS, AUREUS, BUSTUM, CONFLUENTES, DECANIA, etc., exemplificados por Marsá. Pode-se concluir que a linha limite meridional das províncias ocidentais que conservam arcaísmos na sua toponímia coincide, *grosso modo*, com o limite sul das terras "repovoadas" até finais do século IX. Se avançarmos até ao século XI, essa linha sul continua a acompanhar a fronteira hispano-muçulmana, oferecendo a parte oriental uma distribuição menos caracterizada.

Também se relaciona com a cronologia da Reconquista e do repovoamento a distribuição do sufixo *-inho* na toponímia, estudada e cartografada por Diego Catalán:¹⁵⁰ em Portugal, à medida que avançamos em direcção ao Sul, a ocorrência de *-inho* vai aumentando, em termos percentuais, comparativamente com a do sufixo *-elo* que, a norte do Douro, se situa na média dos 51%, crescendo para valores que oscilam entre os 54 e os 60%, nas regiões compreendidas entre este rio e o Mondego e que foram colonizadas ao longo do século XI; a progressão percentual acentua-se na Estremadura e na Beira Baixa, "repovoadas" em finais do século XII e inícios do XIII, com densidades superiores a 80%; relativamente às zonas mais meridionais — nomeadamente o Alentejo e o Algarve — reconquistados e colonizados mais

¹⁴⁸ IDEM, *Ibidem*, p. 644.

¹⁴⁹ Procedeu-se ao levantamento de topónimos formados com os adjectivos ALBUS e BLANK e verificou-se que, no território português, a dicotomia não é tão nítida e linear como Marsá supõe. Cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, gráfico I (entre as p. 23 e 24), e vol. 2, Anexo III.

¹⁵⁰ Diego CATALÁN, "Hacia un atlas toponímico del diminutivo -inu en la toponímia hispano-románica", *Boletim de Filologia*, t. XVII, 1958, p. 257-292. Ver a tabela percentual (p. 264) e o mapa 5 (p. 265).

tardiamente (século XIII) —, a média da ocorrência de *-inho* aumenta para 92%. Este Autor conclui que, com o avanço da expansão medieval para Sul, as línguas do Norte se impuseram, "matando" os primitivos dialectos moçárabes, que não exerceram, sobre elas, qualquer influência. No entanto, como teremos oportunidade de verificar, esta ilação, apesar de genericamente aceitável, não é de todo exacta.

O entrosamento interdisciplinar entre a história do repovoamento e a onomástica foi objecto da atenção de vários autores, entre os quais se destacam Menéndez Pidal, Pierre David, Orlando Ribeiro, e ainda Joseph Piel, sobretudo a propósito dos nomes dos "possessores" rurais e dos topónimos derivados de Coimbra, no Norte de Portugal e na Galiza.¹⁵¹ Apesar de Piel não se ter debruçado particularmente sobre a problemática do "ermamento", acabou por abordá-lo, sobretudo ao longo dos seus estudos onomásticos acerca do território vulgarmente designado por "Noroeste Peninsular", "Noroeste Hispânico", "Gallaecia Magna" e ao qual corresponde uma muito antiga unidade cultural e linguística. Inicialmente próximo das teses do "ermamento" total, veio, gradualmente, a rever a sua posição, acabando por refutar a hipótese do despovoamento da faixa duriense, nos séculos VIII e IX: à continuidade do onomástico latino na alta Idade Média corresponderia, quase forçosamente, a existência de núcleos populacionais mais ou menos estáveis e constantes num enquadramento geográfico também ele contínuo — "as formas espessas e arcaicas dos nomes de lugar das zonas em questão falam de uma continuidade do povoamento, nestas regiões onde os senhores mudavam. A continuidade dos nomes geográficos parece portanto querer dizer, talvez, continuidade do povoamento."¹⁵² A deslocação de colonos para Norte, nomeadamente oriundos da

¹⁵¹ Ver, respectivamente, Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, separata de *Biblos*, vol. XXIII, 1948; IDEM, "Miscelânea de toponímia peninsular", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 196-227.

¹⁵² Joseph M. PIEL e Dieter KREMER, *Hispano-Götisches Namenbuch (...)*, Heidelberg, 1976, p. 15 (excerto com supressões); também citado por Bernardo Sá NOGUEIRA, "Ermamento e

região Centro, está também documentada no artigo citado, onde Piel se ocupa de núcleos populacionais nortenhos, cujos nomes atestam a proveniência coimbrã dos seus fundadores: *Cumbraos* e *Cumbráns* (bastante recorrentes na toponímia galega), *Coimbrãos* (freguesia de Mafamude, concelho de Vila Nova de Gaia), *Coimbró* (freguesia de Cerdedo, concelho de Boticas) e *Coimbrões*, nas imediações de Viseu.¹⁵³ Muitos outros nomes de lugar atestam, de forma inequívoca, os grandes movimentos migratórios que se verificaram um pouco por toda a Hispânia: em Espanha, *Caurieses*, *Judío*, *Montjuich*, *Madridanos*, *Asturianos*, *Villagallegos*, *Galleguellos*, *Navianos*, *Bercianos*, *Castelões*, *Bascos*, *Coruñeses*, *Aragoneses*, *Navarros*, *Cordobilla*, *Granadilla*, *Malaguilla*, *Sevilleja*, *Moarbes*, *Monçarvia*, *Meneses* (oriundos do vale do Mena, a norte de Burgos), *Mouriscos*; e, em Portugal, *Algarvios*, *Esturãos* (< Astúrias), *Castelãos* e *Castelões*, *Meneses* (< (vale do) Mena), *Sevilha*, *Córdova*, *Malga* (< Málaga), o antigo *Badalhouce* (= Badajoz), *Nafarros*, *Panóias* (no Alentejo), *Alcobaça*, *Alcobacinha* e ainda *Biscaia*, *Flamenga*, *Francos*, etc..¹⁵⁴ Possivelmente também, mas talvez de época mais recente *Dourana*, *Durianita* (Alentejo), *Beiranito* / *-a* (Alentejo e Algarve), *Marvanito* (Minho), *Aldeia Galega* (Alenquer), *Meda de Mouros* (Coimbra), *Mata Mourisca* (Pombal), *Praia dos Mouranitos* (Algarve), etc..

povoamento”, *Sete Ensaios Sobre a Obra de J. M. Piel*, Lisboa, 1988, p. 120. Relativamente à Reconquista cristã e ao regime da presúria, a “toponomização” dos antropónimos dos possuidores rurais, ao contrário de pressupor um povoamento *ex nihilo*, deve ser olhada numa perspectiva de um novo enquadramento da organização político-administrativa da qual a legalização da posse da terra era parte integrante e fundamental. Sobre esta questão, ver 7.1 Repovoamento e “ermamento”, p. 61.

¹⁵³ Vide Joseph M. PIEL, “Miscelânea de toponímia peninsular”, cit., p. 196 a 203.

¹⁵⁴ Cf. Francisco MARSÁ, “Toponímia de Reconquista”, cit., especialmente as p. 628-636 (onde se encontram mencionadas as localizações geográficas dos topónimos referidos); R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 92.2; e Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, mapa VII (entre as p. 18 e 19), onde alguns destes topónimos se encontram cartografados.

Além de reflectir a proveniência de colonizadores, a toponímia conserva também muitos dos seus nomes próprios. É o caso de, por exemplo, *Diogo Alves, Vale Diogo, Fernando Afonso, Fernão João, Garcia Joanes, Gonçalo Mendes, Vale Lourenço, Martim Esteves, Pedro Vaz, Vila Fernando, Mem Martins, Pero Pinheiro*; e, em Espanha, *Gómez Velasco, Valdegómez, Domingo García, Gonzalo, Castro Nuño, Puebla de Sancho Pérez*,¹⁵⁵ etc.. Francisco Marsá chama a atenção para a maior predominância de topónimos formados por nome próprio antecedido de outros elementos a norte da linha do Douro, enquanto nas regiões meridionais são mais abundantes os topónimos constituídos unicamente pelo nome do colonizador.

A denominação de *Póvoa* ou *Puebla* (< POPULA 'póvoa', 'população') prende-se com o carácter jurídico do estabelecimento de colonizadores. Para os recompensar pelos perigos a que se expunham junto de regiões fronteiriças, os soberanos concediam-lhes isenções fiscais totais ou parciais — *Les Franqueses, Villafranzeza* e *Vila Franca* (< FRANCU, FRANCHITIA) reflectem esta origem, cronologicamente situada entre os séculos XI e XIII.¹⁵⁶

Para além das populações civis, a tarefa da defesa e ocupação dos territórios reconquistados envolvia, por vezes, as Ordens Militares, que administravam os latifúndios que lhes eram concedidos sobretudo nas regiões da Estremadura, Andaluzia e Mancha, cuja defesa foi deixada ao cuidado da Ordem de Calatrava, e onde, por isso, sobrevivem topónimos como *Alcolea de Calatrava, Calzada de*

¹⁵⁵ Francisco MARSÁ, "Toponímia de Reconquista", cit., p. 636-639. Também se ocupou de topo-antropónimos recentes P. Cunha SERRA, "Estudos toponímicos" (X-XIII), cit.; ver especialmente o artigo XIII, p. 218-232, onde refere 18 topónimos derivados de nomes de pessoas que já não se reconhecem como tais. IDEM, *Notas de toponímia. Topo-antropónimos recentes*, separata da revista *Labor*, n.º 162, 1956. IDEM, *Topo-antropónimos recentes e correlatos em -ÃO*, separata da revista *Labor*, n.º 238, 1965. Ver, igualmente, Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit..

¹⁵⁶ Cf. Francisco MARSÁ, "Toponímia de Reconquista", cit., p. 641-643.

Calatrava,¹⁵⁷ etc.. Recordem-se ainda, em Portugal, *Avis*, *Crato*, *Macedo de Cavaleiros* e *Oliveira do Hospital*, igualmente ligados a Ordens Militares. De igual modo e relativamente à hagiotoponímia, é de salientar a sua forte ocorrência no Noroeste peninsular, a que não é estranha a conservação dos nomes dos oragos inspirados no Santoral tradicional anterior à invasão árabe.¹⁵⁸

Retomando algumas das questões já abordadas, Pedro Cunha Serra, nos seus estudos toponímicos, pôs em relevo a problemática do repovoamento do Noroeste peninsular por elementos populacionais afectos à dominação muçulmana. Apesar da escassez de documentação antiga — um sério obstáculo a uma melhor compreensão e esclarecimento dos nossos nomes de lugar —,¹⁵⁹ Cunha Serra recolheu, em textos dos séculos IX a XII, topónimos cuja análise deixa entrever a interpenetração e osmose de populações e culturas — cristã e árabe ou moçárabe — na época da Reconquista e especialmente na zona da Estremadura,¹⁶⁰ partilhada por cristãos e muçulmanos e cujas fronteiras eram precárias e oscilantes. Muitos dos referidos topónimos são oriundos de nomes pessoais árabes usados e trazidos por refugiados moçárabes e até mesmo por famílias muçulmanas ou por indivíduos mouros que se estabeleceram no Noroeste peninsular e se integraram na sociedade cristã, em condições sociais diversas: como escravos, como aforrados ou até como proprietários rurais. Deste estudo pode, pois, retirar-se "uma inferência elementar: no Noroeste da Península, um bom número de povoações deve o seu nome a gentes que, segundo boas probabilidades, ascenderam de regiões meridionais, sob o domínio muçulmano, para regiões setentrionais, sob o domínio cristão. De topónimos cuja documentação

¹⁵⁷ IDEM, *Ibidem*, p. 643.

¹⁵⁸ Vide Orlando RIBEIRO, "A propósito de Áreas lexicais no território português (...)", cit., sobretudo as p. 199-200.

¹⁵⁹ J. P. MACHADO, *Notas de toponímia portuguesa*, cit., p. 17: "A sua falta equivale à ausência de ponte entre as duas margens de rio muito largo, sem haver a possibilidade de dispor de outro meio de transporte."

¹⁶⁰ Entendida como o território situado entre o Douro e o Mondego. Ver nota 117, p. 56.

antiga é possível para muitos exemplares — *Coimbrões, Cordobeses, Coreses, Meridões, Moldes, ... de Mouros, Santarém, Sarracenos e Toledanos* — parece lícito tirar esta conclusão. *Cordobeses* ou *Meridões* devem o seu nome à circunstância de terem sido lugares povoados por moçárabes oriundos de *Córdoba* ou *Mérida*; os diversos espécimes de *Moldes*, por seu lado, ostentam este nome por terem sido povoados por *mollites*, ou seja, por *muladis*; de outros topónimos, como os da fórmula *...+ de Mouros*, quase se torna dispensável dizer que foi o facto de *mouros*, cativados na guerra, terem sido encaminhados para a nossa região que motivou essas designações — não podendo razoavelmente supor-se outra explicação."

Salientam-se, assim, três elementos que intervieram no povoamento da região: "o «moçárabe», o cristão que, em território de muçulmanos, com eles convivia legal ou contratualmente; o «muladi», o cristão renegado, o ex-cristão ou muçulmano-novo; e o «mouro», o muçulmano cuja estirpe procedia do exterior da Península, em sua maioria berbere."¹⁶¹ Mas, de acordo com Ivo Castro, no *Andalus*, coexistiam cinco grupos sociais: os *baladiyyim*, os árabes instalados na Península, mas provenientes da Arábia, senhores tanto aqui como no norte de África; os *mouros* ou *berberes* da Mauritânia, eles próprios conquistados pelos árabes e parcialmente islamizados; os *muwalladim* [*muladis*], hispano-godos convertidos ao islamismo, que gozavam de estatuto igual aos *baladiyyim*, de quem tomaram os costumes, os trajos, os nomes, a religião e a língua; os *moçárabes*, hispano-godos ou hispano-romanos submetidos ao domínio muçulmano, mas não assimilados, que viviam em comunidades separadas e dispunham de instituições e autoridades próprias; e os *judeus*, que dispunham de direitos iguais aos dos moçárabes.¹⁶²

¹⁶¹ P. Cunha SERRA, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, Lisboa, 1967, p. 97-98 (excertos com supressões).

¹⁶² Cf. Ivo CASTRO, *Curso de história da língua portuguesa*, cit., p.164; IDEM, *Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português antigo*, cit., p. 70.

7.3 Árabes que permaneceram em Portugal

Descendentes dos antigos possuidores do território, foram permanecendo em Portugal após a Reconquista, numa posição estatutária de vencidos — uns, escravos, pouco a pouco forros, e outros livres; todos política e socialmente diminuídos.
Armindo de Sousa¹⁶³

Após quinhentos anos de avanços e recuos, muitos milhares de muçulmanos acabaram por ficar entre nós, uns como escravos, outros gozando de relativa liberdade — os mouros forros ou livres. Afonso Henriques, na linha tolerante dos reis cristãos, deu carta de *fidelitatis et firmitudinis* às populações muçulmanas submetidas de Lisboa, Almada, Palmela e Alcácer do Sal¹⁶⁴ que, nos reinados seguintes, começaram a associar-se em *comunhas* ou *comuns*¹⁶⁵ governados por *alcaldes* escolhidos por eles, até que, a partir do governo de D. Pedro I, para diminuir a comunicabilidade entre cristãos e mouros, ficou determinado que estes ficariam a residir em bairros separados, na periferia das cidades — as *mourarias* ou *aljamas*: "De umas vinte mourarias de que há notícia nos séculos XIV e XV (duas por identificar), algumas em povoações que foram importantes durante o período muçulmano e assim passaram para o território reconquistado, pertencem quatro ao Algarve, sete ao Alentejo, sete ao Sul da Estremadura; ao Norte do Tejo apenas se conhecem em

¹⁶³ Armindo de SOUSA, "A população", *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. 2, 1993, p. 354.

¹⁶⁴ A imagem épica que o episódio de Ourique dá de D. Afonso Henriques está longe de corresponder à verdade histórica. De facto, este monarca assinou até um tratado de aliança com Ibn Qasî, sufi, poeta e emir do Alentejo e do Algarve, que se opôs aos almorávidas e almóadas, no sul do território. Sobre *Ourique*, veja-se, capítulo IV, p. 310.

¹⁶⁵ Agrupamentos de gentes estrangeiras. Na alínea anterior, fez-se já referência a vários grupos sociais que se encontravam na Península; sobre o assunto, ver também Saul António GOMES, "Grupos étnico-religiosos e estrangeiros", *Nova História de Portugal*, vol. III, cit., p. 309-383.

Lisboa, Alenquer e Santarém".¹⁶⁶

Se bem que de menor importância, também existiram (sobretudo nos concelhos estremehos) mourarias rurais, cuja colonização e exploração foi uma necessidade prioritária da política de estruturação territorial decorrente da Reconquista. Apesar de não haver testemunhos documentais directos da sua existência, uma vez que o seu decréscimo populacional as afectou muito cedo, através dos reflexos arabizantes na onomástica (sobretudo na toponímia medieval), percebe-se (como acabámos de ver) quão intensa foi a deslocação de grandes contingentes de servos-colonos mouros para as regiões do Noroeste ibérico: “Fosse em grupos comunitários que constituíram o que poderemos designar por mourarias rurais, fosse em pequenos núcleos familiares ou mesmo individualmente, as deslocações de mouros para o Noroeste peninsular, na generalidade, e Noroeste português em especial, foram uma realidade evidente nos séculos XII e XIII, contribuindo profundamente para a definição de cunhos arabizantes na paisagem étnico-linguística dos territórios a norte do Mondego.”¹⁶⁷

A principal actividade dos mouros era a agrícola: cultivavam herdades suas, compradas a cavaleiros e peões, amanhavam outras de renda, de aforamento ou de sesmaria. Houve alguns que se tornaram também proprietários urbanos, adquirindo casas, fornos e infra-estruturas moageiras (azenhas, moinhos, pisões), enquanto outros desenvolveram os seus negócios, ocupando-se com diversas artes como, por exemplo, a de pedreiro, albardeiro, carpinteiro, oleiro, ferreiro, sapateiro, etc., ou dedicaram-se à pesca, como frequentemente aconteceu com os mouros algarvios. A coroa extorquia-lhes bastantes tributos, sendo de destacar: a *alfitra*, imposto de

¹⁶⁶ Orlando RIBEIRO, “A propósito de Áreas lexicais no território português (...)”, cit., p. 191.

¹⁶⁷ Saul António GOMES, “Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, cit., p. 311-312. Sobre estas populações muçulmanas, ver também IDEM, *Ibidem*, parágrafo 6.1, especialmente as p. 330-336, dedicadas às mourarias. Cf. igualmente o trabalho de P. Cunha SERRA, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, cit..

capitação pago anualmente desde o nascimento; as dízimas dos produtos agrícolas colhidos, do gado possuído, do produto do seu trabalho; e a quarentena de todos os seus haveres (*azaqui* ou *azoque*), isto para além dos impostos de compra e venda de bens de raiz e das portagens. Através do *Foral* de Garvão (1267) fica-se a saber que o valor das portagens para os produtos vindos de fora da localidade podia ser diferente conforme se tratasse de mouros ou de cristãos: “De carrega de coniliis de cristianis V *solidos*, de carrega de coniliis de sarracenis I *morabitus*”.¹⁶⁸ Compreende-se que, nestas condições, tenham chegado até nós as expressões “trabalhar como um mouro” ou “como um alarve” (< *al-arab*),¹⁶⁹ que apontam para a dureza da vida que os árabes levavam em território português. Coexistiam com os forros os mouros escravos,¹⁷⁰ meros objectos que se compravam, vendiam ou herdavam, sujeitos a castigos de toda a ordem (excepto o de morte e o de castração). A mão-de-obra muçulmana abastecia os mercados de escravos dos centros urbanos que cresciam rapidamente, ou podia ser colocada em zonas rurais ao serviço da exploração agrária de senhorios eclesiásticos, do próprio rei, de ordens militares ou de nobres e cavaleiros. Mais tarde, porém, todos eles se tornaram parte integrante da população portuguesa, num lento mas eficaz processo de miscigenação.

Através da rica tradição popular de contos, lendas, tesouros escondidos e

¹⁶⁸ Maria Helena M. Inês GARVÃO, *Foros de Garvão. Edição e estudo linguístico*, tese de mestrado (inérita), Lisboa, 1992, p. 64. Na mesma página, *maurus* refere-se a ‘escravo mouro’, que é vendido, que pode partilhar com o seu dono (“cum suo dono”) alguns haveres, o que parece indiciar alguma especialização semântica de *mouro* e de *sarraceno*.

¹⁶⁹ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, 2 vols., Lisboa, 1958 e 1961. Vide vol. I, p. 97-106. O nome documenta-se também na toponímia, como é o caso de *Casa dos Alarves*, no concelho das Caldas da Rainha.

¹⁷⁰ Nos foros e costumes de Garvão, há referência a “mouros forros” (que devem andar com ferros) e ao(s) seu(s) dono(s). Numa carta do alcaide e dos alvazis de Lisboa ao concelho de Alcácer, estipula-se “como se usa quando aven que o crischão da nosa villa forra a meyadade dũu seu Mouro Catiuo”. Cf. Maria Helena M. Inês GARVÃO, *Ibidem*, p. 87 e 89, respectivamente.

mouras encantadas, a sua lembrança continuou viva, povoando o nosso imaginário colectivo, velho de muitos séculos: "se houve dominação que impressionasse a memória das gerações que se lhe seguiram, a imaginação criadora de lendas, foi a dos povos sarracenos. A imaginação peninsular habituou-se a atribuir aos *mouros* tudo o que era antigo, pré-histórico mesmo, ou que tivesse ar de mistério."¹⁷¹

7.4 Populações moçárabes

Se até meados do século X a maioria da população andaluza não era muçulmana, podemos facilmente concluir da importância e extensão do fenómeno moçárabe.

Cláudio Torres¹⁷²

Menos presentes na tradição mas não menos relevantes são os núcleos de moçárabes, cuja existência, no território português, está documentada do século VIII ao XII e do Algarve a Entre-Douro-e-Minho.¹⁷³ Trata-se de populações de raiz cultural românica que ficaram isoladas, sob o domínio muçulmano, em relação aos cristãos do Norte, tendo-lhes sido, no entanto, concedida uma certa autonomia (se bem que controlada) de tipo administrativo, religioso e linguístico, o que impediu a sua total

¹⁷¹ Excerto adaptado de António LOSA, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, separata de *Bracara Augusta*, vol. VI, 1956, p. 39. Para ilustrar estas afirmações, o Autor refere-se às lendas da Dama Pé de Cabra, do Bispo Negro e de Gaia. Além disso, em Portugal publicaram-se, em 1898, *As Mouras Encantadas e os Encantamentos do Algarve*, uma colectânea de lendas árabes do Algarve, de Francisco Xavier d' Ataíde Oliveira, e *Os Luso-Árabes*, uma novela histórica sobre a vida de Ibn 'Ammâr e Al-Mu'amid, de Oliveira Parreira; em 1975, António Borges Coelho deu à estampa uma obra historiográfica, *Portugal na Espanha Árabe*, baseada em traduções das fontes muçulmanas. Na música, Alfredo Keil escreveu a ópera *D. Branca*, e Luís de Freitas Branco, o poema sinfónico *Vathek*. No domínio da arqueologia, os trabalhos em Mértola e Silves desvendam os esplendores árabes. Cf. Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 119-121; e P. Cunha SERRA, *Sobre a intercultura de mouros e cristãos*, separata da revista *Labor*, n.º 307, 1973. Ver, também, capítulo II, 9.2 Arte mudéjar, p. 119, e 9.3 Outras manifestações artísticas, p. 124.

¹⁷² Excerto adaptado de Cláudio TORRES, "Os rituais da vida e da morte", *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. 1, cit., p. 407-408.

arabização: "Na região meridional, o domínio muçulmano deixara subsistir uma importante população cristã de língua românica: os cristãos chamados moçárabes, palavra derivada de um particípio árabe que significa 'submetido aos Árabes'".¹⁷⁴ Muitos deles espalhavam-se pelos espaços rurais, mas era sobretudo nos centros urbanos que mais se afirmava a sua identidade linguística, etnocultural e religiosa. Saul António Gomes¹⁷⁵ e José Leite de Vasconcelos¹⁷⁶ dão-nos conta de muitos agregados rurais moçárabes importantes, como é o caso dos alentejanos (sobretudo nos concelhos de Beja, Elvas e Viana do Alentejo), dos estremenhos de Santarém, Óbidos, Alenquer e Sintra e do de Leiria. No entanto, são as comunidades moçárabes algarvias (nomeadamente em Faro, Tavira, S. Brás de Alportel e Cabo de S. Vicente), beirãs (Coimbra, Lorvão, Vacariça, Anadia, Lafões, etc.) e lisboetas as mais representativas pelo seu peso e dimensão: a proporção da população urbana moçárabe de Coimbra e Lisboa era considerável, se não mesmo maioritária, sendo no Algarve também muito poderosa.¹⁷⁷

Apesar de as informações mais seguras de que hoje dispomos se reportarem às comunidades moçárabes de Toledo, Sevilha e Córdoba, a avaliar pelo que nos dizem Ramón Menéndez Pidal, Manuel Sanchis Guarner, e Álvaro Galmés de Fuentes,¹⁷⁸ a realidade no nosso território não deveria ter sido muito diferente: vieram

¹⁷³ Cf. Orlando RIBEIRO, "A propósito de Áreas lexicais no território português (...)", cit., p. 190.

¹⁷⁴ O termo "must'arab" ou "mustarib" era usado pelos escritores cristãos, ao passo que os árabes utilizavam o vocábulo "ajame", 'estrangeiros' ou 'bárbaros'. Cf. J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, cit., p. 257; e Paul TEYSSIER, *História da língua portuguesa*, cit., p. 6.

¹⁷⁵ Ver Saul António GOMES, "Grupos étnico-religiosos e estrangeiros", cit., sobretudo o parágrafo 6.2 sobre os moçárabes, p. 340-347.

¹⁷⁶ Cf. J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, cit., especialmente o parágrafo 4, "Focos de moçarabismo em território que veio a ser de Portugal", p. 271-297.

¹⁷⁷ De acordo com Cláudio TORRES, "Os rituais da vida e da morte", cit., p. 407-409.

¹⁷⁸ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 86 e seguintes. M. SANCHIS GUARNER, "El Mozárabe Peninsular", cit., p. 293-342. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 15 e 16.

em grande número e em vagas sucessivas para as regiões centrais e setentrionais, representando a tradição meridional cristã herdada da época tardo-romana. Entre nós, não se pode ignorar a existência de populações moçárabes que, emigradas do *Andalus* sobretudo em meados do século IX, se estabeleceram em regiões nortenhas — nos territórios do Porto, Leça e Braga —, como o comprovam as notícias de actos notariais (doações, compra e venda de propriedades, etc.) com intervenientes moçárabes.¹⁷⁹ Se os primeiros emigrantes recusavam qualquer assimilação cultural pelos árabes, cujos costumes consideravam ímpios e inaceitáveis, as emigrações mais tardias já transportavam consigo elementos da cultura árabe, sem prejuízo das tradições hispano-romanas e visigóticas, conservadas sobretudo no que respeita às letras, como se pode perceber por testemunhos maioritariamente jurídicos, litúrgicos e literários: “pode-se dizer (...) que as emigrações de moçárabes para norte prepararam as sínteses culturais que depois se fizeram em contactos de massa, com as emigrações de clérigos e cavaleiros do Norte no sentido contrário.”¹⁸⁰

Os historiadores costumam distinguir três grandes momentos na vida das populações moçárabes: o que medeia, *grosso modo*, entre a invasão muçulmana (711) e a submissão de Toledo (932), com a conservação da fé cristã e a manutenção de uma certa vitalidade e até de alguma superioridade da cultura românica sobre a árabe (especialmente nos centros urbanos), sendo os dialectos românicos moçárabes largamente utilizados, tanto pelas populações cristãs como pelos muçulmanos; depois o de estagnação, que termina com a perseguição das populações moçárabes pelos almorávidas (1099) e no qual quase se extingue o espírito nacionalista cristão mas não os idiomas românicos — veículo de comunicação oral privilegiado entre as populações

¹⁷⁹ Vide J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, cit., p. 296.

¹⁸⁰ Cf. José MATTOSO, “Espaços”, cit., p. 456-457. IDEM, “Os moçárabes”, *Fragmentos de uma composição medieval*, [Lisboa], 1993, p. 19-34 (sobre o assunto, ver sobretudo as p. 22-26; a citação é da p. 24). Este artigo foi anteriormente publicado na *Revista Lusitana*, Nova Série, 6, 1985, p. 5-24.

cristãs-moçárabes — nem o latim, que continuou a ser usado nos documentos escritos; por último, o de emigração rumo ao Norte (ou de deportação para África de muitos que não conseguiram refúgio atempado em território cristão), consequência da intolerância dos almorávidas e, mais tarde, da invasão sanguinária dos almóadas (1146).

A legislação muçulmana prescrevia o tipo de tratamento a aplicar às populações cristãs, que contemplava a conversão ou o pagamento de impostos: de capitação, *jízia*, e da contribuição predial, *caraje*. Enquanto os resistentes perdiam o direito aos seus haveres e eram subjugados, os que se rendiam eram tratados com uma certa tolerância estabelecendo-se, entre eles e a administração sarracena, um pacto onde se estipulavam condições de paz e coabitação. Assim se compreende que estes cristãos fossem designados, pelos árabes, como *muahidun* ('mojahedin'), 'os que ajustam um pacto': "A estratégia de ocupação operada pela administração muçulmana basear-se-ia mais no estabelecimento de consensos e na elaboração de acordos com as populações peninsulares do que na mudança abrupta e radical. As sucessivas tentativas de centralização do Poder por parte dos emires e califas chocaram, com frequência, no desejo autonomista manifestado a nível local por árabes, berberes, muladis e moçárabes, sentimento que o decorrer dos séculos não apagou."¹⁸¹ Sob a protecção de tais acordos, a vida das populações moçárabes decorreu tolerável nos primeiros tempos da dominação muçulmana, uma vez que os pactos lhes consignavam prerrogativas de conservação e posse de propriedades, de manutenção legislativa do *Liber judicum* ou *Codex Gothorum*, o que lhes permitia continuarem a reger-se pelas leis visigóticas e lhes proporcionava certa autonomia governativa: "Além de se regularem por suas leis tradicionais, tinham magistrados próprios. Elegiam um governador, o *comes* ou *conde* que, no exercício do seu mando, era auxiliado por outros funcionários como o *alcadi* ('juiz'), o *zavalmedina* ('perfeito da

¹⁸¹ Excerto adaptado de Santiago MACÍAS, "Resenha dos factos políticos", cit., p. 417.

cidade’), o *almotacém* (‘fiel de pesos e medidas’) e o *almoxarife* (‘encarregado da fazenda’). Manter-se-ia entre os moçárabes uma certa hierarquia social, com tendência, é claro, para o nivelamento das classes, à medida que iam crescendo as dificuldades económicas.”.¹⁸² Apesar da destruição de muitos templos e da supressão de algumas dioceses, a hierarquia eclesiástica foi a que melhor se conservou e, pelo menos durante o primeiro período da conquista árabe, foi notável o grau de tolerância religiosa com que as populações submetidas foram tratadas e que se traduzia na liberdade de culto: “Nas grandes extensões interurbanas, lá onde se enraizaram os dialectos moçárabes, ficou também, certamente, uma pesada tradição cristã; sabe-se que no ano de 924 o papa João X enviou um legado à Espanha muçulmana, onde reconheceu a perfeita ortodoxia e a legitimidade cristã da liturgia visigótica mantida pelos moçárabes.”.¹⁸³ Outra importante manifestação da vitalidade religiosa moçárabe

¹⁸² Excerto adaptado de J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, cit., p. 262.

¹⁸³ Cláudio TORRES, “Os rituais da vida e da morte”, cit., p. 408 (excerto adaptado). A liturgia moçárabe — também designada por toledana, gótica, hispano-visigótica ou simplesmente por hispânica — pertence ao grupo de ritos ocidentais de língua latina (como o africano, o ambrosiano, o romano, o céltico, o galicano, etc.) e celebrou-se em quase toda a Península Ibérica e na Gália Narbonense. É constituída pelo conjunto de fórmulas e celebrações litúrgicas desenvolvidas na Península pelos cristãos, desde o período visigótico até ao século XI, quando foi oficialmente abolida pelo Concílio de Burgos, em 1080, ficando confinada a seis antigas igrejas da cidade de Toledo. Depois da romana, esta é a mais documentada das liturgias latinas, e apresenta particularidades bem definidas, quer na ordem do calendário, quer no desenvolvimento das cerimónias, sobretudo no que respeita à missa e ao seu cânone — conservam-se orações antiquíssimas, desaparecidas da liturgia romana, e, para a consagração, adopta-se a narrativa da instituição eucarística segundo S. Paulo, como nas liturgias orientais. No início do século XVI, o cardeal Cisneros restaurou o rito moçárabe, que continua vivo em Toledo e em Salamanca: “La Hermandad del Cristo del Amor y de la Paz ha venido desarrollando una activa participación en el desarrollo y consolidación del Rito Hispano-Mozárabe en la Catedral de Salamanca, lo que ha contribuido a su decidida recuperación en el marco de esta Iglesia, siguiendo así las viejas tradiciones procedentes de 1517, en que fue aquí restaurada la Liturgia Mozárabe.”.

Ver Ramón García GÓMEZ, *Una Visión del Rito Mozárabe. Historia y Caracteres*, <http://personal1.iddeo.es/ret002rs/mozarabe/introduccion.html>; e *GEPB*, vol. 17, s.v.

foi o culto dos santos, que perdurou durante a dominação islâmica e chegou até aos nossos dias: Santa Maria (Faro), S. Brás (São Brás de Alportel), S. Cucufate e S. Sisenando, o mártir moçárabe de Beja, morto em 851, o bispo S. Manços (Évora), S. Vicente e os mártires Justa, Máximo e Veríssimo (Lisboa), Santa Iria (Santarém), Santa Comba, S. Paio e S. Mamede (em diversas regiões do território hoje português).¹⁸⁴

Não é difícil descortinar os motivos dessa tolerância: a princípio a expressão numérica dos invasores não era de ordem tal que estes pudessem dispensar o auxílio dos autóctones, geradores da riqueza que cobiçavam e de que se foram apoderando; além disso, os convertidos (*muladis*) ficavam isentos dos tributos já referidos, o que não interessava grandemente aos primeiros invasores, tribos berberes recentemente islamizadas e, por isso, mais gananciosos que fanáticos; finalmente, como anteriormente já foi dito, a lei muçulmana não via os cristãos como idólatras ou infiéis uma vez que, sendo monoteístas e regendo-se pela Palavra contida num «livro revelado», eram somente crentes de uma religião diferente que era preciso minimizar: “Até há pouco, considerava-se que a ocupação massiva da Península Ibérica pelos exércitos de árabes, iemenitas, sírios e berberes tinha imposto rapidamente a lei de Maomé, massacrando e empurrando para norte os cristãos humilhados e vencidos. Ao admitir-se hoje, pelo contrário, a pouco significativa contribuição das forças militares na islamização do *Andalus* e o papel decisivo desempenhado pelos caminhos e rotas do comércio oriental, sabemos que a penetração da religião muçulmana foi um fenómeno lento e gradual. Segundo opiniões recentes, apenas em finais do século X os muçulmanos terão ultrapassado mais de metade de toda a população andaluza.

MOÇÁRABE (Liturg. Rito moçárabe).

¹⁸⁴ Cf. José MATTOSO, “Os moçárabes”, cit., p. 26-27; e o artigo de Joaquim Chorão LAVAJO, “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, *História religiosa de Portugal* (coordenação de Carlos Moreira AZEVEDO), vol. 1, [Lisboa], 2000, especialmente as p. 96-100.

Este facto coloca em novos moldes a forma como pode ser encarado o fenómeno moçárabe, explicando muitos dos problemas que até agora pareciam insolúveis.”.¹⁸⁵

Depois de completamente seguros de si e enraizados, os sarracenos alteraram o seu comportamento, desrespeitando pontualmente os acordos e os tratados antes firmados, perseguindo e maltratando as populações moçárabes, mas, em termos gerais, os séculos X e XI "constituem um período de islamização e de relativa tranquilidade".¹⁸⁶ Porém, mais tarde, sob o domínio dos almorávidas e dos almóadas, novo período de terror e de intolerância espreitava os moçárabes, que emigraram massivamente para territórios mais calmos e seguros — os do Norte, onde a Reconquista cristã progredia com mais segurança.¹⁸⁷ A estas circunstâncias desfavoráveis acrescem ainda a violência e opressão dos próprios cristãos reconquistadores, que no seu avanço para Sul submetiam frequentemente os moçárabes ao cativeiro ou à servidão, confundindo-os com os muçulmanos.¹⁸⁸

Apesar da arabização dos núcleos moçárabes — operada em graus forçosamente diversos (em função da sua situação geográfica, do seu nível sócio-cultural e do tipo e duração do contacto com as populações ismaelitas) — a individualidade que conseguiram manter ficou em muito a dever-se, como já foi referido, à conservação dos seus idiomas de base românica. Disso cedo se

¹⁸⁵ Excerto adaptado de Cláudio TORRES, " Os rituais da vida e da morte", cit., p. 407.

¹⁸⁶ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, cit., p. 266.

¹⁸⁷ Como já foi referido, terão existido comunidades moçárabes em regiões setentrionais, para onde emigraram, quer fugidas das perseguições movidas em territórios meridionais, quer em consequência da política de colonização decorrente da Reconquista.

¹⁸⁸ Exemplo disso são a morte do bispo moçárabe de Lisboa (referida por Randulfo de Grandville na carta a Osberno) e, também aquando da conquista da cidade, a deportação de alguns milhares de moçárabes aprisionados e escravizados por Afonso Henriques, asperamente criticado por S. Teotónio, que o obrigou a libertar os cativos e tratou de os proteger e colocar nos domínios de Santa Cruz de Coimbra. Cf. José MATTOSO, "Os moçárabes", cit., p. 22-26.

aperceberam alguns dos nossos especialistas: Adolfo Coelho,¹⁸⁹ por exemplo, afirma que não se pode admitir que os dialectos românicos tivessem desaparecido de entre a população submetida ao domínio árabe e que, apesar de a mistura das populações cristã e muçulmana ter sido profunda, nem os conquistados nem os conquistadores abandonaram a própria língua, como já duas vezes se dera na Hispânia. E Leite de Vasconcelos¹⁹⁰ acrescenta: “Os Moçárabes eram, de modo geral, bilingues: falavam o seu idioma tradicional românico e o árabe. Constituindo um grupo étnico bem diferenciado, com religião, leis e costumes próprios, não admira que conservassem o seu falar tradicional; tendo por força de conviver com os vencedores, de quem diariamente dependiam, indispensável lhes era aprender a sua língua. Isto não significa que todos a falassem. A gente rural do sertão, sem trato com os novos senhores, teria dela, se tivesse, um conhecimento rudimentar. Nas grandes cidades, porém, o prestígio da língua muçulmana, instrumento de uma civilização superior, cativou, de todo, os Moçárabes cultos, alguns dos quais não só falavam polidamente o árabe, como o escreviam com nomeada elegância.”. Não admira, pois, que, apesar das adversidades, a religião, a cultura e a língua autóctones tenham conseguido sobreviver, como o testemunham designadamente (em território espanhol) as *muwaššahas*, composições líricas de temática amorosa idêntica à das cantigas de amigo (em árabe ou em hebraico), cujas *jarýas* — versos finais que funcionavam como refrão — eram escritas nos dialectos moçárabes.¹⁹¹

¹⁸⁹ Ver F. Adolfo COELHO, *A língua portuguesa (...)*, cit.; IDEM, *Sobre a Língua Portuguesa*, primeira parte da *Introdução ao Dicionário* de Fr. Domingos Vieira (p. CCV, 1ª col.), citado por J. P. MACHADO, “Adolfo Coelho e o romance moçarábico”, cit., p. 18.

¹⁹⁰ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, cit., p. 266.

¹⁹¹ As principais recolhas de *jarýas* moçárabes ficaram a dever-se a Samuel Miklos STERN, “Les vers finaux en espagnol dans les muwaššahs hispano-hébraïques: une contribution à l’histoire du muwaššah et à l’étude du vieux dialecte espagnol “mozarabe””, *Al-Andalus*, XIII, 1948, p. 299-346 (e noutra edição, com o título “Les chansons mozarabes”, Palermo, 1953), e a Emilio García GÓMEZ, “Veinticuatro jaryas romances en muwaššahs árabes”, *Al-Andalus*, XVII,

7.4.1 Território de Coimbra

A Sisnando foi confiado o governo de todo o território a sul do Douro, ou seja, o que antes fora o condado de Coimbra. Na sua dependência ficavam vários territórios com os seus tenentes, como Santa Maria, Arouca, Viseu e Lamego.
José Mattoso¹⁹²

A cidade de Coimbra, local de passagem quase obrigatório entre o Norte e o Sul, viu crescer o seu primitivo núcleo de povoamento no cimo da colina da Alta, um local de excelente posição estratégica. Pouco se sabe sobre a sua ocupação pré-histórica, limitando-se os testemunhos aos achados na caverna dos Alqueves, na margem esquerda do Mondego, mas os monumentos romanos atestam claramente a importância do velho *oppidum* que, do alto da colina, dominava o vale do Mondego e a sua passagem, enquanto defendia e vigiava a penetração para o interior pelo vale do rio (então navegável) e do seu afluente Ceira. Sob o governo de Roma, a Aeminium foi incorporada no *Conventus Juridicus Scallabitanus*, tornando-se uma importante cidade da Lusitânia, defendida por um cerco de muralhas e atravessada pela via *Olissipo - Braccara Augusta*. O seu centro vital era o *forum*, construído sobre uma plataforma que assentava num magnífico criptopórtico — espectacular obra de engenharia arquitectónica, hoje sob o Museu Nacional Machado de Castro. Além do *forum*, sabe-se que o povoado viu emergir no seu perímetro urbano outros edifícios: arcos

1952, p. 57-127, edição a que se segue, do mesmo autor, a de todas as *jarǧas* conhecidas em árabe: *Las jarchas romances de la serie árabe en su marco*, Madrid, 1965 (também citados por Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 20-22). No entanto o assunto não tem sido sempre pacífico: Federico CORRIENTE, *Poesía dialectal árabe y romance en Alandalús (Cejeles y xarajāt de muwaššahāt)*, Madrid, 1997, defende a tese de que, num *Al-Andalus* fortemente arabizado, seria impossível a sobrevivência de uma lírica com um dialecto, uma temática, uma métrica e um estrofismo autóctones e que, portanto, a génese dessa poesia lírica poderia ter sido árabe oriental.

¹⁹² Excerto adaptado de José MATTOSO, “As transformações do século XI”, *História de Portugal*, (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. I, cit., p. 560.

honoríficos, um aqueduto, umas termas ou banhos públicos, nas imediações da actual igreja de Santa Cruz, e talvez até um circo.

Extinto o esplendor da civilização romana, toda a região sofreu fortes perturbações com os ataques dos bárbaros — alanos, suevos¹⁹³ e visigodos. No entanto, com estes últimos, já bastante romanizados (especialmente sob os reinados de Recaredo, Liúva II, Sisebuto e Chintila, entre 586 e 640), a cidade de Coimbra conheceu novamente o equilíbrio e a prosperidade, tendo chegado mesmo a cunhar moeda própria.

Depois, com a entrada dos muçulmanos na Península (711), Coimbra ficou sob o seu domínio e transformou-se numa cidade mourisca e moçárabe, com os seus habitantes a conseguirem manter alguma autonomia: “não se sentindo imediatamente ameaçados nos seus bens e vidas, os habitantes da cidade preferiram certamente conservar-se dentro das suas muralhas protectoras, receando o futuro incerto que o êxodo implicava; foi esta a atitude mais sensata que podiam ter adoptado em face da onda invasora que, em poucos anos, submergiu toda a Península até à cordilheira cantábrica.”¹⁹⁴ Assim, a vida decorreu tranquilamente na medina de Qulumbriya,¹⁹⁵

¹⁹³ Precisamente em consequência do ataque dos suevos a Conímbriga, o seu bispo refugiou-se em Aeminium, trazendo consigo o nome da antiga sede episcopal; depois, com as investidas árabes, Conímbriga é abandonada pela população que se transfere em massa para Aeminium, definitivamente rebaptizada com o nome que ainda hoje se continua. Cf. *GEPB*, vol. 7, s.v. COIMBRA.

¹⁹⁴ Joseph M. PIEL, “Miscelânea de toponímia peninsular”, cit., p. 199 (excerto adaptado).

¹⁹⁵ “Antes e depois da Medina de Qulumbriya: resultados de uma leitura arqueológica do Pátio” foi o título da intervenção da Doutora Helena Catarino num colóquio integrado na Semana Cultural da Universidade de Coimbra, no ano de 2002, onde nos dá conta de que “o antigo terreiro do Paço Real de Coimbra, hoje Paço das Escolas, é considerado um dos complexos monumentais mais importantes do património histórico e artístico português”, e de que a recente intervenção arqueológica desenvolvida no Paço e no seu Pátio revela que ali, no cimo da colina onde viveu Afonso Henriques, existem “vestígios do antigo Paço dionisino e da primitiva Alcáçova muçulmana que lhe deu origem, ao mesmo tempo que desvenda a cidade romana subjacente às actuais construções e cujas estruturas remontam aos princípios da

beneficiando da permanência árabe que valorizou muito a região com importantes inovações, nomeadamente no que diz respeito aos processos de cultivo e exploração agrária e à introdução de novas sementes e árvores.

Na década de 850-860, com a intensa afluência de moçárabes ao Noroeste peninsular, vítimas de perseguições (sobretudo em Córdova e em Sevilha), e com as atenções do emir de Córdova viradas para as rebeliões muladis de Toledo, Mérida e Saragoça, Afonso III de Leão e das Astúrias pode concentrar-se mais activamente na Reconquista e enviou homens da sua confiança, nomeadamente condes, para reorganizarem os novos territórios, entretanto ocupados. Pouco depois de o conde Vímara Peres ter tomado o Porto (868), Hermenegildo Guterres conquistou Coimbra para Afonso III (878), que lhe entregou o seu governo: foi o primeiro conde deste território, a que se seguiram Arias Mendes (911-924), Gonçalo Moniz (928-981) e Froila ou Veila (até 987).¹⁹⁶ Com esta governação autónoma, a individualidade política e cultural da Terra Conimbricense foi-se delineando cada vez mais nitidamente.

Outra vez tomada e destruída pelos árabes, que de novo a reconstruíram (994), Coimbra continuou, mesmo durante a reocupação muçulmana (987-1064), a ser capital de uma circunscrição civil e militar. A cidade viria a ser definitivamente conquistada para os cristãos por Fernando, *o Magno*, em 9 de Julho de 1064, com o precioso auxílio de Sisnando Davides, um moçárabe arguto e de fino tacto diplomático que, por ter servido na corte do emir de Sevilha, conhecia bem os meandros políticos de árabes e cristãos e os caminhos e fronteiras dos territórios. Foi repovoada com gentes vindas do Sul, mouros e moçárabes — “povoadores de bom nível, que, atraídos pela benignidade do clima, pela abundância da água e pela fertilidade do

nossa era.”. Ver “Universidade desvenda os segredos do Paço”, *Diário de Coimbra*, 7-03-2002, p. 3; e “Da alcáçova muçulmana à Universidade. O Paço desvendado”, *Diário de Coimbra*, 9-03-2002, p. 3.

¹⁹⁶ Cf. José MATTOSO, “Poderes”, cit., p. 467-470 e, especialmente, as p. 536-537, dedicadas à consolidação dos condados de Portucale e de Coimbra, onde é também apresentada a

solo, não tardaram a imprimir na medina um cunho muito próprio que iria prevalecer através dos séculos. Esta influência moçárabe foi tão decisiva para Coimbra que até a reconquista cristã da cidade lhe está profundamente ligada.”¹⁹⁷ O domínio da urbe permitia controlar todo um importante território, não só do ponto de vista estratégico e económico, mas igualmente de contacto mais directo com o mundo islâmico: “os cristãos do Norte contactavam com moçárabes que continuavam a habitar as suas terras e as suas casas, integrados nas suas comunidades, e não com homens que fugiam das perseguições de grupos fanáticos islâmicos. Estes homens foram o cadinho de uma síntese que se começou a operar entre a cultura cristã do Norte senhorial e rural e a do Sul islâmico e citadino: Coimbra foi o centro do moçarabismo no futuro território de Portugal.”¹⁹⁸

Conservando a maior parte dos arruamentos primitivos e vestígios do passado romano, bárbaro e mourisco, mutilados ou incorporados nas novas construções — como sucedeu particularmente nas muralhas reconstruídas e até mesmo em edifícios públicos e privados¹⁹⁹ —, Coimbra renasceu, transformando-se na cidade mais

genealogia dos condes de Coimbra.

¹⁹⁷ Maria Teresa Nobre VELOSO, “Evocando a memória da reconquista cristã de Coimbra a 9 de Julho de 1064”, cit. (excerto adaptado). Sobre a importância de D. Sisnando e do seu Condado para a Reconquista cristã, ver Manuel Augusto RODRIGUES (direcção e coordenação) e Avelino de Jesus da COSTA (orientação científica), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, cit., p. CXXVIII-CXXXI.

¹⁹⁸ *Atlas da História Mundial*, cit., p. 310 (excerto adaptado).

¹⁹⁹ Como já foi referido, no final dos anos 90, escavações realizadas no Pátio da Universidade deixaram à vista vestígios arqueológicos da primitiva Alcáçova muçulmana. Mais recentemente, em Janeiro de 2005, aquando das obras de remodelação da livraria Coimbra Editora, foram descobertas algumas estruturas e artefactos, que testemunham doze séculos de evolução da cidade, desde a colonização árabe do século VIII à actualidade: dos quatro silos árabes postos a descoberto foram retiradas moedas, peças quase intactas e fragmentos de cerâmicas islâmicas de uso doméstico; um alcatruz cerâmico de nora veio confirmar a existência das azenhas que, segundo cronistas norte-africanos, se localizavam no vale do Mondego; um troço do fosso circundante da muralha de barbacã, com cerca de três metros de extensão, partindo das Portas de Almedina em direcção a Sul. Cf. “12 séculos de história na

importante a sul do Douro — cabeça de “uma vasta diocese que se espalhava desde a margem sul do Douro até Tomar”,²⁰⁰ “*civitas* de um extensíssimo *territorium*, onde não só se integram numerosíssimas aldeias, mas também outros *territoria* e outras *civitates* menores”²⁰¹ — enfim, a capital de um florescente condado senhoreado pelo alvazil Sisnando Davides: “o rei de Leão retribuiu o bom serviço que o moçárabe lhe fizera, dando-lhe o governo de um distrito constituído com as novas conquistas e com a terra portuguesa ao sul do Douro, ao qual servia de limites, pelo oriente a linha de Viseu, Lamego e Seia, e de fronteira, pelo sueste, o pendor setentrional da Serra da Estrela.”²⁰² São do próprio conde Sisnando as seguintes palavras, que permitem perceber a dimensão do território sob a sua tutela: “no tempo em que reinava o sereníssimo rei D. Fernando, eu, o cônsul Sisnando, recebi dele o governo de Coimbra e de todas as cidades ou castelos que existem por todo o seu circuito, a saber, desde Lamego até ao mar pelo curso do Douro, até aos limites todos que os cristãos

Coimbra Editora”, *Diário As Beiras*, 10-01-2005, p. 3; “Remodelação da livraria condicionada pelos achados”, *Diário As Beiras*, 10-01-2005, p. 3; e “Achados em cave de livraria desvendam 12 séculos de Coimbra”, *Diário de Coimbra*, 10-01-2005, p. 5. Mais recentemente ainda, foram postos a descoberto achados arqueológicos do século X ou XI, perto da Porta de Almedina, que podem corresponder às paredes da primeira residência de D. Sisnando na cidade. É sabido que, em testamento de 1088, D. Sisnando doou umas casas onde residira, precisamente junto a essa Porta, para o bispo D. Paterno ali criar uma escola. Durante as obras de restauro de uma casa na Rua Corpo de Deus, foi também descoberta a Porta Nova da muralha, virada para o Mosteiro de Santa Cruz e aberta pelos frades (entre 1131 e 1137), para poderem refugiar-se na cidade fortificada em caso de perigo. Esta Porta Nova será a mais antiga das Portas Novas, já que existe referência a uma outra, que comunica com o Colégio de Santo Agostinho. Cf. “Achados enriquecem arqueologia da cidade”, *Diário de Coimbra*, 5-07-2005, p. 6.

²⁰⁰ Maria Teresa Nobre VELOSO, “Evocando a memória da reconquista cristã de Coimbra a 9 de Julho de 1064”, cit.. Cf. Manuel Augusto RODRIGUES (direcção e coordenação) e Avelino de Jesus da COSTA (orientação científica), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, cit., p. XV.

²⁰¹ Leontina VENTURA, “Coimbra medieval. 1. A gramática do território”, cit., p. 21.

²⁰² Alexandre HERCULANO, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, cit., vol. II, p. 10.

possuem ao sul (...); e o sobredito rei me deu a terra referida para edificar e povoar e para fazer tudo aquilo que eu tivesse por bem, de modo que tudo aquilo que eu ordenasse e firmasse ficasse seguro e estável para sempre; após a morte do aludido rei, obtive o reino seu filho, o gloriosíssimo rei D. Afonso, o qual, também, em presença dos condes e de todos os grandes do seu paço, me confirmou tudo aquilo que seu pai ordenara e me assinou a carta de privilégio.”²⁰³

Com base nas referências desta declaração, e tendo em conta que Sisnando era frequentemente referido em documentos da época como «domino de tota Sancta Maria et Colimbria», crê-se que a terra cedida ao conde incluísse o litoral a sul do Douro, tendo como limites, a nascente, o curso do rio Távora e, a sul, a linha do actual distrito de Viseu, até Gouveia — “um distrito que ia de Lamego, pelo Douro, ao mar, e até onde se estendia o domínio cristão”.²⁰⁴ O conde Sisnando detinha, de facto, um poder efectivo sobre um vasto território, vivendo rodeado de uma corte, como um verdadeiro soberano: “ele fala dos seus «barões», de seus «vassalos», de seus «fiéis» e «fiéis maiores»; ele, titulando-se «cônsul», tem cerca de si um «pro-cônsul» e, chamando-se «alvazir» rodeia-se de outros também «alvazires». A doação e poderes na terra limitada ao norte pelo Douro trouxeram para a sua subordinação directa os governadores de distritos como Arouca, Lamego, Santa Maria, Lafões, Viseu, Seia, Paiva, etc.”²⁰⁵ E as palavras de Jaime Cortesão confirmam estes factos — importantes para se ter uma ideia dos limites geográficos do território em análise: “logo

²⁰³ *GEPB*, vol. 29, s.v. SISNANDO.

²⁰⁴ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*, vol. II, Lisboa, 1936, p. 392-393.

²⁰⁵ *GEPB*, vol. 29, s.v. SISNANDO (adaptado). Em Manuel Augusto RODRIGUES (direcção e coordenação) e Avelino de Jesus da COSTA (orientação científica), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, cit., p. 450-451 e 494-496, transcrevem-se, respectivamente, os documentos 307 e 345, que comprovam os vastos domínios de D. Sisnando. Falecido o conde Sisnando em 1091 (ou em 1092) sucederam-lhe no governo do Condado de Coimbra o seu genro Martim Moniz, D. Raimundo, genro de Afonso VI e o conde D. Henrique, já com o título de «conde de Portugal e Coimbra». Cf. *GEPB*, vol. 24, s.v. RAIMUNDO (D.).

após a conquista, Fernando *o Magno* formara um novo condado ou distrito, cuja área abrangia, a nascente, Lamego, terminava ao norte com o Douro, a poente com o Mar e pelo sul com a fronteira muçulmana, viva e ondeante, mas mais ou menos dependente da da linha de fortaleza do Mondego. Coimbra tornou-se naturalmente a chave da defesa militar e a capital de todo este território; e foi seu primeiro governador o Conde Sisnando, filho de David, rico moçárabe de Tentúgal, nos arredores da cidade. Durante o seu governo, que abrangia as mais amplas faculdades e se prolongou por 27 anos, livre da tutela e longe das lutas intestinas do rei leonês, Sisnando alargou os territórios do seu condado e dentro deles com incansável actividade fundou povoados, edificou castelos, desenvolveu a agricultura e promoveu a fundação de igrejas e mosteiros. Governador do primeiro distrito moçárabe, que se libertou do jugo muçulmano e se organizou e dilatou com os recursos próprios em território afastado dos centros de influência galega e domínio leonês, mas onde o jugo sarraceno nunca foi continuado nem se perdera a esperança do resgate definitivo, Sisnando aparece-nos como o precursor e o condado de Coimbra como o germe primeiro da independência e da formação da nacionalidade.”²⁰⁶

Para melhor se perceber a sua actuação governativa, não se pode deixar de traçar, ainda que brevemente, as linhas gerais do percurso e das opções político-administrativas do maior vulto da comunidade moçárabe de Coimbra, cuja acção impulsionou a vida neste território, entre 1064 e 1091.²⁰⁷ Sisnando Davides, filho de David e de Susana, ricos moçárabes proprietários rurais da região de Tentúgal, teria sido aprisionado pelos muçulmanos na juventude (1026) e levado para Sevilha, cidade em que viveu durante longos anos e onde alcançou a posição de vizir, na corte

²⁰⁶ In *Guia de Portugal*, vol. III (Beira. I. Beira Litoral), cit., p. 185. Também David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 136, se refere ao Condado de Coimbra, cujo limite setentrional era o rio Douro.

²⁰⁷ Ver *GEPB*, vol. 7, s.v. COIMBRA; vol. 29, s.v. SISNANDO; e Fabiano FERNANDES, “A cidade de Coimbra no contexto dos conflitos entre cristãos nortenhos e moçárabes. Séculos

do rei al-Mu'tamid, com quem participou em diversas expedições guerreiras. A sua trajetória só volta a ser mencionada nas fontes muçulmanas pela pena do cronista Ibn Bassan, que o situa na conquista de Toledo, numa época em que Sisnando já há muito tinha abandonado o campo da luta, provavelmente por temer o rei muçulmano de Sevilha, cuja confiança supostamente havia atraído nas diligências contra Fernando, o *Magno*. Depois da morte deste monarca, a sua grande competência em aliar a perícia guerreira a uma significativa capacidade de captar alianças fez de Sisnando um dos principais conselheiros de Afonso VI. Apesar de, como já foi referido, não ter estado presente em Toledo em 1085, supõe-se que teria sido um dos principais impulsionadores da conquista da cidade, de que chegou mesmo a ser nomeado governador. No entanto, conflitos religiosos e intrigas dos clérigos francos levaram-no a permanecer em Coimbra, que administrava desde 1064 e onde a política governativa passava pela abertura do território e atribuição de funções de vulto a clérigos moçárabes, em grande parte responsáveis pela persistência do rito hispânico no condado. Sendo a religiosidade um dos factores de (re)produção de identidades, também neste aspecto a cultura coimbrã se destacou pela sua singularidade, com a resistência moçárabe a permanecer ainda em inícios do século XII: “pode-se considerar a comunidade moçárabe de Coimbra como uma daquelas cuja oposição à assimilação religiosa foi mais prolongada no conjunto da Península.”²⁰⁸

XI-XII”, <http://www.revistatemalivre.com/fabiano02.html>.

²⁰⁸ José MATTOSO, “Os moçárabes”, cit., p. 27. Na tentativa de sanar os conflitos decorrentes da abolição do rito moçárabe (em que Afonso VI e o clunicense Roberto se opunham ao legado papal Ricardo de San Victor), realizou-se em 1080 o concílio de Burgos, onde foi sancionada de forma definitiva a adopção do rito romano. Mas, justamente nesse período do concílio, pontificavam em Coimbra dois bispos — D. Pedro, que participou do concílio de Burgos, e D. Paterno, titular do bispado de Tortosa, também moçárabe —, certamente co-responsáveis pela clara negativa de D. Sisnando à intervenção da hierarquia romana na cidade de Coimbra. Tentou resolver-se o problema coimbrão em 1084, com o envio de um legado por parte de Gregório VII, mas a resistência prolongou-se até à morte de D. Paterno, em 1088 — época em que D. Sisnando nomeou prior da catedral Martinho Simões (também de origem moçárabe e

Como já foi referido, o valor estratégico da cidade e da região de Coimbra determinou, não só o seu crescente relevo político-militar, mas também a valorização sócio-económica e cultural dele decorrente. Após a outorga do primeiro foral por Afonso VI de Leão e Castela, a importância do condado acentuou-se sob os governos de D. Raimundo da Borgonha e de D. Henrique que, assumindo também os destinos de Portucale,²⁰⁹ fez de Coimbra sua residência e centro de actuação militar e política, para o que contribuiu a concessão de novo foral (1111)²¹⁰ — diploma de notável

activo colaborador de D. Paterno na reorganização do cabido catedralício). Após a morte de D. Sisnando, o arcebispo de Toledo, seu antigo adversário, apresentou-se em Coimbra, em 1092, com o intuito de consagrar o bispo Crescónio de Tui, o que coincidiu com a tomada do poder civil da cidade pelos francos de D. Raimundo. A partir dessa data, Coimbra entrou num estado de resistência passiva, que se prolongou até 1109, com a eclosão de outro período de crise, parcialmente sanado com a política de casamentos entre francos e a aristocracia local e com o foral concedido a Coimbra pelo conde D. Henrique, em 1111. Mas mesmo com as imensas dificuldades que a igreja moçárabe atravessou, durante os episcopados de Crescónio de Tui e do seu sucessor D. Maurício Burdino (1098-1108), o cabido de Coimbra continuou a ser dirigido por Martinho Simões e a liturgia romana não foi aceite em algumas igrejas paroquiais, que se mantiveram isentas de jurisdição episcopal. A relação entre dominantes e dominados permaneceu relativamente indefinida, enquanto se processava o enquadramento, constituição e crescimento de paróquias, com alguns momentos de crise (de que é exemplo a reforma do Mosteiro do Lorvão pelo bispo D. Gonçalo de Pais Paiva), até que o Mosteiro de Santa Cruz (1131), simpatizante das tradições moçárabes, acabou por contribuir para a dissipação da recusa da liturgia romana, com a abertura das suas portas a patronos e a monges da baixa nobreza e das comunidades rurais, que não viam com bons olhos os costumes religiosos estrangeiros. Sobre a Sé de Coimbra e os seus bispos, ver Manuel Augusto RODRIGUES (direcção e coordenação) e Avelino de Jesus da COSTA (orientação científica), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, cit., p. CXVI-CLXXXV; e José MARQUES, “As dioceses portuguesas até 1150”, cit., p. 48-51. Acerca do rito hispânico, cf. nota 183, p. 84.

²⁰⁹ “A eficaz defesa de Coimbra não podia prescindir da colaboração dos senhores portugalenses. Não bastava, portanto, nomear Henrique conde de Coimbra. Assim, a associação de Portucale e Coimbra sob um mesmo e único governo e a sua separação da Galiza resultavam de uma situação conjuntural ligada a determinada fase da Reconquista.”. Excerto adaptado de José MATTOSO, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. 2, cit., p. 34.

²¹⁰ Na série da legislação local, seguem-se-lhe: a carta de foral de D. Afonso Henriques, de

importância documental, pela minúcia com que estabelecia direitos e deveres, preconizando também profundas alterações do sistema tributário, em detrimento do poder central. Através dele, sabe-se que a população de Coimbra era socialmente constituída por nobres, infanções, cavaleiros, peões e colonos; as principais actividades eram a agricultura, o comércio e a indústria e, em termos étnico-religiosos, coexistiam cristãos, mouros e judeus.

Elevada a capital por Afonso Henriques a partir de 1130 ou de 1131, Coimbra assim se manteve durante mais de um século, logrando a sobrevivência de Portugal como nação independente. Residência real, sede episcopal, e centro irradiador da Reconquista, foi berço de muitos ilustres: na segurança das suas muralhas nasceu provavelmente o nosso primeiro rei²¹¹ e, depois dele, também D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando. Nela se reuniram algumas das mais importantes cortes medievais, como as de 1211 e, especialmente, as de 1385, onde se proclamaram os direitos dinásticos do mestre de Avis, encerrando-se, assim, a crise de 1383-1385.²¹²

Maio de 1179; a sua confirmação por D. Afonso II, em Outubro de 1217; em 4 de Agosto de 1516, D. Manuel concede novo foral à cidade. Cf. *GEPB*, vol. 7, s.v. COIMBRA.

²¹¹ Têm sido vários os especialistas que entendem ter sido Coimbra o berço de D. Afonso Henriques. De facto, a sua vida ficou indelevelmente ligada à cidade: aqui fixou a capital do Reino, daqui partiu com o seu exército para conquistar uma parte significativa dos castelos e povoações a sul do Mondego, e teve como conselheiro e confessor S. Teotónio, prior de Santa Cruz — igreja onde se encontra sepultado e que é, também por isso, Panteão Nacional. De acordo com o historiador António Filipe Pimentel, no palácio onde hoje é o Paço das Escolas, ter-se-ão instalado sucessivamente Afonso VI de Leão, Afonso de Borgonha e D. Urraca, Henrique de Borgonha e D. Teresa e, a partir de 1130, D. Afonso Henrique que aqui terá provavelmente nascido e aqui viria a falecer. Cf. António Filipe PIMENTEL, “Singularidades do Paço Real da Sabedoria”, *O Paço das Escolas*, publicação colecionável, parte integrante da revista *Rua Larga*, n.º 1, Junho de 2003, p. 7. Sobre este tema debruçou-se também Mário NUNES, “Da cidade romana ao Palácio da Universidade”, *Diário de Coimbra*, 29-06-2003, p. 15.

²¹² Para além destas, reuniram-se cortes em Coimbra em 1229, 1261, 1283, 1335, num ano intermédio entre 1361 e 1371 mas não conhecido com exactidão, 1387, 1390, 1391, 1394,

Vejam, nas palavras de Brito Cardoso,²¹³ a importância que o território de Coimbra assumiu no contexto cultural, social e geo-político da região central do actual espaço português que, passados tantos séculos, continua a exhibir marcas sócio-culturais muito próprias:

“O apelativo moçárabe recorda um estado cultural que teve por centro Coimbra. Tudo terá começado por volta do ano 994, em que os muçulmanos, rendidos à situação geográfica da cidade e às belezas dos seus arredores, reedificaram a cidade e a repovoaram, tornando-a basicamente apta para capital de um reino a construir-se. Somente depois da Reconquista cristã, foi possível a Coimbra ser centro de um grande movimento cultural de moçarabismo. A herança que os moçárabes deixaram nesta região será sempre uma memória inapagável e inesquecível de superioridade cultural. O amanho das terras, os instrumentos e maneira de regar, os utensílios domésticos, o vocabulário estão no uso quotidiano. A denominada Liturgia Moçárabe teve, na região de Coimbra, uma duração mais prolongada. Parece que tudo se reuniu adequadamente para isso: autoridades políticas, civis e religiosas. Os alvazis do território de Coimbra, Sisnando, Martim Moniz, Mendo, Baldemires... eram moçárabes. Moçárabes eram os *judices* que presidiam às assembleias das populações; moçárabes eram o bispo D. Paterno que pontificou na diocese restaurada até 1087 e D. Martinho Simões que administrou a diocese, durante quatro anos, como bispo eleito. Eram, sem dúvida, moçárabes os bispos Domingos, João e Julião, que se refugiaram em Coimbra. Com eles vieram sacerdotes, leigos e acompanhantes chamados por Sisnando e outros alvazis que trouxeram livros e códices que deixaram à biblioteca canónica de Coimbra. D. Paterno tinha fundado na cidade uma escola para os seus cónegos e demais presbíteros e leigos; junto dessa escola, uma

1395, 1398, 1400 e 1472. Coimbra tinha assento em cortes no primeiro banco, o que revela a importância política da cidade.

²¹³ Excerto adaptado de A. Brito CARDOSO, “Raízes da fé cristã na Diocese de Coimbra – Moçárabes e moçarabismo”, *Correio de Coimbra*, 01-06-2000, p. 7.

biblioteca com um *scriptorium* para copiar livros e códices. Esta escola, com a sua biblioteca e *scriptorium*, que tanta fama granjearam a Coimbra, transformados e desenvolvidos através dos séculos, estão na base de Coimbra, cidade universitária. O *Livro Preto* e o vulgarmente denominado *Livro das Kalendas* falam-nos explicitamente das dádivas dos primeiros bispos à biblioteca, bem como de muitos dos cónegos, antigos alunos e outros amigos da catedral. Mas fora destas dádivas, o Cartulário da Sé transcreve documentos particulares, actas de concílios provinciais, v. g. dos concílios de Coiança (1055), de Bruges (1117), de Sahagun (1125), Valladolid, etc.. Ainda hoje, depois de rolarem tantos séculos, passarem tantas crises e se vencerem tão numerosas borrascas, o movimento cultural moçárábico de Coimbra é reconhecível, na região, nas formas da vida social, agrícola e doméstica das populações.”.

CAPÍTULO II

ENCONTRO DE CULTURAS

Durante ocho siglos la Península Ibérica quedó dividida entre la Cristandad y el Islam, dos culturas enfrentadas política y religiosamente. Pero el análisis de la historia militar de la llamada «Reconquista» ha enmascarado y ocultado, con frecuencia, otra historia de enseñanzas más ricas, la de los contactos culturales entre musulmanes y cristianos.

R. H. Shamsuddín Elía²¹⁴

Nós, Ibéricos, somos o cruzamento de duas civilizações — a romana e a árabe. Vingamos a derrota que os do Norte infligiram aos Árabes nossos maiores. Expiemos o crime que cometemos ao expulsarmos da Península os Árabes que nos civilizaram.

Fernando Pessoa²¹⁵

No fim do século XI, a maioria dos espaços urbanos e dos castelos mais importantes do futuro território português encontrava-se ainda sob dominação islâmica. De facto, só duas grandes cidades — Coimbra e Braga — e alguns povoados menores, como o Porto, Guimarães, Viseu e Lamego, estavam na posse dos condes

²¹⁴ R. H. Shamsuddín ELÍA, *El arte mudéjar en Europa y America*, <http://www.organizacionislam.org.ar/mudejart.htm>. O artigo de Joaquim Chorão LAVAJO, “Islão e cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa”, cit., constitui uma síntese importante para o cabal entendimento da extensão, profundidade e evolução das relações entre árabes e moçárabes, coabitando no actual território português, entre 711 (ano da primeira invasão árabe) e 1496 (data da promulgação do decreto de expulsão de judeus e mouros). Além do enquadramento étnico-religioso, o Autor perspectiva a questão em termos jurídico-administrativos, sócio-económicos e profissionais, culturais, artísticos, científicos e, em menor grau, linguísticos.

²¹⁵ Fernando PESSOA, *Da Ibéria e do Iberismo*, citado por Adalberto ALVES, *A herança árabe*

portugalenses e conimbricenses, permanecendo a sul da fronteira cristã muitos dos mais importantes centros urbanos, hoje portugueses: Santarém, Lisboa, Alcácer do Sal, Évora, Beja, Mértola, Silves e Faro.

Às grandes conquistas de Afonso Henriques e de Sancho I seguiu-se um período de ofensivas e contra-ofensivas de cristãos e muçulmanos, a que corresponderam avanços e recuos da instável linha que os separava. Só passados cem anos a fronteira se deslocou definitivamente para Sul, atingindo o Tejo e algumas das actuais cidades alentejanas, tendo sido necessários mais cinquenta anos para a integração de Mértola, Silves e Faro no que hoje é o espaço português. Seria tentador afirmar que o Sul, debilmente povoado, foi conquistado pelo Norte que se lhe impôs, mas (sobretudo a sul do Tejo) o que, de facto, se verificou foi uma progressão inconstante da fronteira, que avançava e recuava com muitas paragens, acelerações e abrandamentos: os espaços, que num dia eram cristãos, noutra eram muçulmanos e vice-versa. Mais do que a violência da guerra, dos combates e dos fanatismos que, numa solução de continuidade, destruíram física ou espiritualmente bens, pessoas ou ideias para imporem outras, há, pois, que ter em conta as relações fecundas e renovadoras entre o Sul islâmico e o Norte cristão, que inevitavelmente se foram desenvolvendo e que importa conhecer: a estrutura das cidades e dos redutos militares, o dia-a-dia das populações, as suas tradições culturais, as particularidades linguísticas e a organização das comunidades moçárabes foram alguns dos aspectos em que mais profundamente se fez sentir o diálogo civilizacional entre mouros e cristãos.

Como em quase todos os tempos históricos, as realidades culturais e linguísticas não podem ser definidas a preto ou branco: pelo contrário, são matizadas de várias tonalidades de “cinzento”, de acordo com as interacções entre povos, as condicionantes geográficas, os acontecimentos políticos, etc.: “o Portugal de Afonso III

não era o Portugal do conde D. Henrique, acrescido de quilómetros quadrados; o país do final do século não se pode identificar com o Condado Portucalense; D. Dinis não falava o mesmo português de Afonso Henriques; não foi, em suma, de Guimarães que nasceu Portugal.”.²¹⁶ Apesar da perspectiva (ainda bem arreigada) de que os mouros — “infiéis” representantes das “trevas” — se impuseram aos cristãos pela violência e destruição sem terem trazido nenhum benefício, verificou-se, sobretudo nos centros urbanos, uma estreita convivência e cooperação entre os mais variados grupos étnicos e sociais (à excepção dos berberes, guerreiros temíveis, bastante desconsiderados pelas populações urbanas e, portanto, constantemente afastados das cidades). A aristocracia árabe ou iemenita, que partilhava o topo da pirâmide social com a nobreza hispano-goda já bastante islamizada, e a grande massa humana — artesãos, mercadores e antigos camponeses — de raízes geo-étnicas muito díspares (cristãos moçárabes, cristãos de culto oriental, judeus ortodoxos ou conversos, sírios, alexandrinos, sicilianos ou malteses de culto muçulmano) — todos partilhavam o sentido de pertença à mesma cidade, os interesses comuns ou afins, e o árabe — a língua internacional do comércio e da cultura.²¹⁷ Era inevitável que esta longa convivência e interacção tivesse profundas consequências sobretudo a nível linguístico, sócio-económico, cultural e até político-administrativo. De facto, o *Al-Andalus* proporcionou um encontro de saberes e de culturas, não só porque na época os árabes se encontravam num apogeu civilizacional que os tornou pioneiros em áreas tão diversas como a medicina, a matemática ou a agricultura, mas também porque souberam carrear os conhecimentos dos muitos povos com que se cruzaram em regiões tão distantes como a China, a Pérsia ou a Índia. Serviram igualmente de veículo à cultura grega, então já parcialmente esquecida na Hispânia: se não fossem os seus tradutores, é provável que os tratados de Aristóteles, por exemplo, tivessem

²¹⁶ Excerto adaptado de A. H. de Oliveira MARQUES, “Introdução”, *Nova História de Portugal*, vol. III, cit., p. 12.

chegado até nós muito mais tarde. Em suma: uma vez que os árabes trouxeram para a Península conhecimentos técnico-científicos e filosóficos, que contribuíram posteriormente para o desenvolvimento e para a modernidade da Europa, é natural que Antero de Quental aponte a sua expulsão da Península Ibérica como um dos factores que determinaram a decadência dos reinos hispânicos.²¹⁸

8. Os arabismos

Tendo em conta que os mecanismos de difusão civilizacional passam sobretudo pelos intercâmbios pacíficos do comércio, do convívio e contactos humanos e não tanto pelos exércitos e forças militares, é natural que a língua árabe tenha dado os seus primeiros passos peninsulares pela mão de mercadores judeus e de outros grupos de orientais há muito radicados no Ocidente. Nas zonas onde houve uma ocupação significativa, o árabe instalou-se, primeiro como língua franca, acompanhando o percurso e a fixação destes mercadores nos portos marítimos e fluviais e noutros centros urbanos; depois, conviveu com os idiomas românicos para, durante os séculos X e XI, se afirmar como língua da cultura e da literatura, sobretudo entre a população citadina culta, ao lado do latim — mais restrito a pequenos núcleos, que o conservavam nos seus escritos e nas celebrações religiosas.

Com a posterior intransigência religiosa das dinastias magrebínas, o processo de marginalização sócio-cultural dos moçárabes agravou-se, mas estes dialectos românicos continuaram vivos. As comunidades moçárabes que, no nosso território, viviam nas moçarabias rurais e urbanas do Algarve, Alentejo, Estremadura, Beiras e até de Entre-Douro-e-Minho²¹⁹ falavam na sua maioria os idiomas românicos

²¹⁷ De acordo com Cláudio TORRES, “A terra e os homens”, cit., p. 373.

²¹⁸ Recorde-se a 1ª conferência do Casino Lisbonense, proferida a 27 de Maio de 1871 e intitulada “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”, http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio_julho01.html.

²¹⁹ Ver 7.4 Populações moçárabes, p. 80.

tradicionais e, simultaneamente, numa situação de bilinguismo e diglossia, o árabe, possibilitando a entrada e a fixação na nossa língua de inúmeros arabismos que hoje integram o nosso léxico.²²⁰ Mesmo após a Reconquista, a influência linguística árabe continuou a fazer-se sentir, através dos mouros que permaneceram na Península, vivendo sobretudo nas mourarias, tendo-se prolongado muito para além da sua permanência no nosso território. De facto, com a expansão portuguesa para o Norte de África e para o Oriente, importaram-se novos termos de étimo árabe como, por exemplo, *alfazema*, *âmbar*, *café*, *cetim*, *gergelim*, *nácar*, que vieram enriquecer o nosso léxico.²²¹

O "comportamento" dos arabismos importados foi diverso: uns são hoje sentidos como arcaísmos, sendo o seu uso reservado à linguagem literária ou a um nível de língua extremamente cuidado (*alfobre*, *ataúde*, *alvíssaras*, *ginete*, etc.); arcaicas são também algumas palavras agora unicamente presentes em expressões idiomáticas ou derivados como, por exemplo, "rebate falso" ou "tocar a *rebate*", "estar de *atalaia*", "cavalo *ajaezado*", sem que do seu significado original tenhamos uma consciência clara e precisa; outros foram "ressuscitados" para o vocabulário culto pelas evocações medievalistas do romantismo português, especialmente nas obras de Alexandre Herculano²²² — *alcáçova*, *almotacé*, *adarga*, torre *albarrã*, etc..

No que respeita aos arabismos "vivos" na nossa língua, há que estabelecer uma distinção entre aqueles que são usados em quase todo o país como parte integrante do léxico comum de todos os falantes, mais ou menos cultos — *aldeia*, *xarope*, *alface*, *açucena*, *laranja*, *limão*, *azeitona*, *arroz*, *cenoura*, *tremoço*, *alecrim*, *jarra*, *alguidar*, *alfaiate*, *samarra*, etc. — e os que se encontram geográfica ou

²²⁰ Sublinhou a importância deste contexto Maria José de Moura SANTOS, *Importação Lexical e Estruturação Semântica. Os Arabismos na Língua Portuguesa*, cit..

²²¹ Cf. J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e morfologia)*, 9ª ed., Lisboa, 1989, p. 17 e 407.

²²² Vide David LOPES, "Os árabes nas obras de Alexandre Herculano. Notas marginais de

sócio-culturalmente circunscritos. Assim, existem arabismos de uso corrente no Centro e Sul do país (e, em parte, nas nossas Ilhas e no Brasil) que são praticamente desconhecidos dos falantes do Norte — *algar*, *açoteia*, *adiafa*, *algeroz*, *alveitar*, *saguão*, por exemplo — e, por outro lado, registam-se aqueles que, apesar de não serem utilizados de forma generalizada no Norte, o são por parte dos falantes pertencentes a uma camada social e culturalmente mais elevada — *acepipe*, *açude*, *alfaia*, *chafariz*, *lezíria*, etc..

Em inúmeras áreas semânticas penetraram centenas de palavras árabes, correspondentes a uma larga abertura de novos horizontes culturais (instituições, técnicas, conhecimentos científicos, trajes, pesos e medidas, etc.),²²³ e que passaram a conviver com as latinas obrigando, por vezes, a uma reorganização lexical, nomeadamente à especialização sémica resultante da existência de pares de palavras, uma árabe e uma latina, de significados próximos, como é o caso de, por exemplo, *nora* e *engenho*, *tabefe* e *bofetada*, *almofada* e *travesseira*, *achaque* e *doença*.²²⁴

Além disso, há ainda a considerar empréstimos semânticos e sintáticos decalcados do árabe, como as expressões “amanhecer bem disposto”, “olhos de água”, “cor aberta / fechada”, “se Deus quiser!”, “só Deus sabe!”, “esta casa é sua! / esta casa está às suas ordens!”, etc..²²⁵ Menéndez Pidal considera também herança muçulmana, conservada e transmitida pelas populações moçárabes, as fórmulas de

língua e história portuguesa”, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 99-158.

²²³ Vide Luís Manuel de ARAÚJO, “Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular”, cit., (especialmente as p. 287-289).

²²⁴ Em relação aos quais seria pertinente estudar até que ponto se repartiriam em termos geográficos, tal como salienta Orlando RIBEIRO, “A propósito de Áreas lexicais no território português (...)”, cit., p. 182-187. Maria José de Moura SANTOS, *Importação Lexical e Estruturação Semântica. Os Arabismos na Língua Portuguesa*, cit., p. 581 e seguintes, também aborda este mesmo assunto, debruçando-se sobre as causas e consequências da importação lexical.

²²⁵ Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 78.

bênção usadas pelos árabes junto de nomes de pessoas ou de cidades como, por exemplo, “que Deus guarde”, “que Deus haja”, “que Deus salve”, “que Deus defenda”, “que Deus mantenha”, etc.. Algumas encontram-se em documentos da época de D. Sisnando, governador de Coimbra: “Intravit rex domnus Fredenandus, qui sit beata requies, in civitatem Colimbriam, custodiat illam Deus, etprehendivit eam... erexit domnun Sisenandum, quem Dominus undique exaltet, super ipsam civitatem...” (1080); “cum rege et imperatore Domino meo, exaltet illum Deus, et cum omnibus christianis” (1087); “missus a rege Adefonso, glorificet eum Deus” (1088).²²⁶

8.1 Topónimos árabes

Pelo seu carácter conservador, a toponímia constitui uma das áreas lexicais mais abundantemente representadas entre nós. Mantendo, por vezes, relações estreitas com a antroponímia, através da *cúnia* ('elemento dos nomes pessoais árabes que indica paternidade') ou do *náçabe* ('elemento que, ao contrário da *cúnia*, indica filiação'), a herança toponímica árabe conserva marcas lexicais de cujo significado etimológico não guardamos, a maior parte das vezes, uma noção muito exacta: é o caso dos sobejamente conhecidos *Alverca* 'terreno pantanoso', *Alcântara* 'ponte', *Albufeira* 'lagoa', *Algarve* 'margem ocidental', ou *Alcaria* 'aglomerado de casas'. Mas não se julgue que este legado muçulmano é privativo do Sul português, porque também no Centro e até mesmo nas regiões setentrionais do país subsistem nomes de lugar de origem árabe, muitos dos quais se encontram reunidos no Anexo II e aqui se deixam exemplificados: *Abaças* (Vila Real), *Afife* (Viana do Castelo), *Alcofra* (Vouzela), *Almançor* (Castelo de Paiva), *Almodofa* (Tarouca), *Almofala₃* (Ansião, Caldas da Rainha, Castro Daire), *Arrifana₄* (Castro Daire, Resende, São João da Madeira, Soure), *Arrifaninha* (Oliveira de Azeméis), *Azurara* (Vila do Conde), *Belazaima* (Águeda), *Alfur*, *Algar*, *Aljube*, *Almedina*, *Arzila*, *São Paulo de Almaziva*,

²²⁶ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 91.4, p. 440.

Rua do Almojarife, Rua do Alecrim, Rua das Fangas (Coimbra), *Anobra* (Condeixa-a-Nova), *Algarinho, Alcalamouque* (Soure), *Alfarroxo, Aljuriça, Cadima* (Cantanhede), *Alfandaque, Almaça* (Penacova), *Alféloas* (Anadia), *Algaça* (Vila Nova de Poiares), *Algar, Algares* (Góis), *Algarinhos* (Leiria), *Alcaria₂* (Arganil, Porto de Mós), *Algueirão* (Porto de Mós), *Almagreira* (Pombal), *Alvaiázere* (Alvaiázere), *Alvoco das Várzeas, Aldeia das Dez* (Oliveira do Hospital), *Algar, Arrabalde* (Pampilhosa da Serra), *Caria* (Moimenta da Beira), *Aldeia Nova, Almeida* (Almeida).²²⁷

9. As artes

Além da entrada de arabismos no léxico português em geral, e na toponímia em particular, devem também referir-se brevemente as consequências decorrentes do contacto da arte cristã peninsular com a novidade e o esplendor da arte muçulmana.

Sendo a arquitectura a arte árabe por excelência, é nela que o estilo mourisco, tributário do bizantino e do persa, revela plenamente o seu esplendor, marcando o florescimento cultural do *Al-Andalus* com construções civis, militares e religiosas, em pedra e em taipa, que tanto traduziam preocupações de carácter mais prosaico (como é o caso da saúde e higiene das populações) como subtilezas de matriz espiritual e artístico.

Nas grandes cidades, como Granada, Sevilha e Córdoba, os mercadores e artesãos viviam em grandes bairros servidos por balneários, e os senhores mais importantes habitavam palácios, onde era visível a paixão pela água e pela luz — elementos essenciais da estética islâmica. Em Alhambra, por exemplo, usando o estuque e o mosaico conseguiram-se efeitos artísticos com muita cor e leveza: a luz, diáfana e translúcida, é símbolo de transcendência espiritual e, nos jardins, em tanques e em repuxos, a frescura da água reveste-se de um significado religioso —

²²⁷ Entre outros autores que se debruçaram sobre a toponímia árabe em Portugal, salientem-se David Lopes, José Pedro Machado e Pedro Cunha Serra, a cuja obra já foi feita referência.

manifestação do divino, criação e restauração da vida. E foi precisamente nos pátios dos califas que começaram a funcionar as primeiras escolas, posteriormente transferidas para construções próprias, destinadas a albergar o crescente número de alunos que afluíam de todo o *Al-Andalus* e até mesmo do resto da Europa.

A edificação de mesquitas — centros religiosos aglutinadores de inúmeros fiéis e inicialmente também importantes pólos de difusão cultural — constituiu outra das prioridades dos senhores árabes. Infelizmente, algumas foram cristianizadas e outras destruídas sob o ímpeto da Reconquista, tendo-se perdido assim um património inestimável: foi o caso da mesquita de Córdoba — 180 metros de altura, 1290 colunas e capacidade para 50.000 pessoas — que, a despeito da sua imponente imponência, não logrou escapar a esse destino e, em 1523, foi transformada numa catedral católica. Conta-se que Carlos V, ao ver a aberração arquitectónica em que se tornara o edifício, terá dito ao bispo Frei João de Toledo: “Si yo hubiera sabido lo que era ésto, no hubiera permitido que se llegase a lo antiguo: porque haceis lo que hay en muchas otras partes, y habeis deshecho lo que era único en el mundo”.²²⁸

Tendo a pintura islâmica sido significativamente coarctada pela proibição de reproduzir a figura humana,²²⁹ são os elementos decorativos estilizados, abstractos e caligráficos (sobretudo os vegetais e florais, os motivos geométricos e as letras do alfabeto) que definem e individualizam qualquer manifestação pictórica — das paredes

²²⁸ Citado por R. H. Shamsuddín ELÍA, *Al-Ándalus I (711-1010). El califato de Córdoba*, <http://www.organizacionislam.org.ar/Andalus.htm>. Sobre a mesquita de Córdoba e a sua construção, ver Marianne BARRUCAND e Achim BEDNORZ, *Arquitectura islámica en Andalucía*, cit., p. 39-46 e 56-86.

²²⁹ A escassa representação figurativa do homem e dos animais no mundo islâmico, entendida quase sempre como fruto de proibições de carácter religioso, deve antes inserir-se na tendência anicónica característica dos povos semitas. De facto, os grupos sociais mais inovadores, como é o caso das sociedades mercantis, têm tendência para se aproximarem mais rapidamente do signo abstracto nas suas representações iconográficas. Cf. A. H. de Oliveira MARQUES, Hermenegildo FERNANDES e Francisco Pato de MACEDO, “O campo muçulmano”, cit., p. 85; e Cláudio TORRES, “Os rituais da vida e da morte”, cit., p. 410.

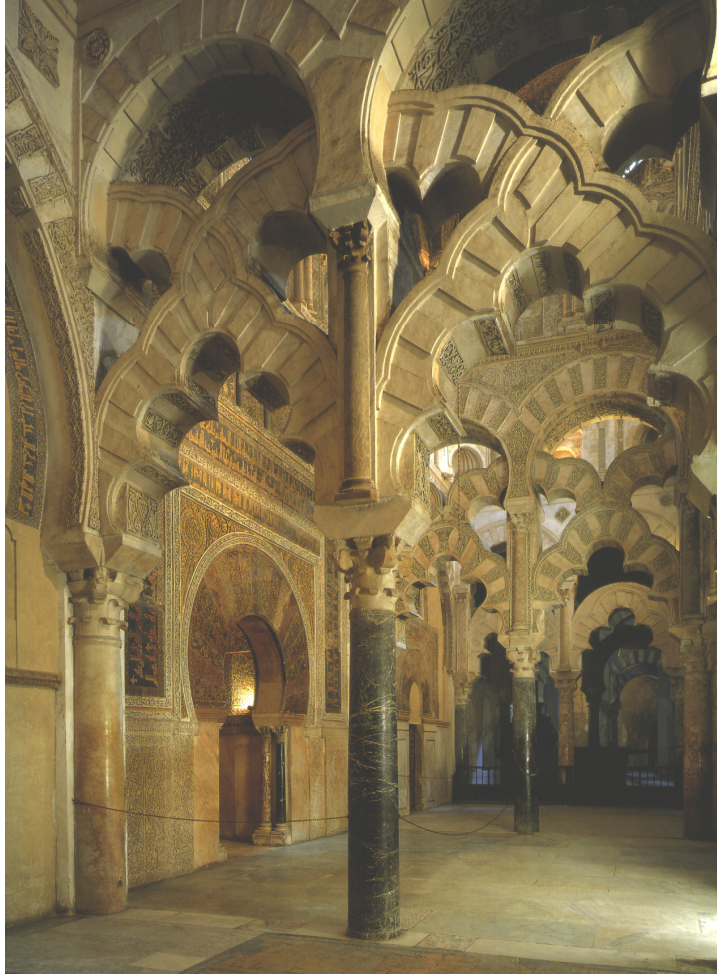


Figura 3 – Arcos lobulados simples e entrecruzados da Mesquita de Córdoba

dos edifícios à cerâmica e olaria de uso doméstico, passando pelo azulejo.²³⁰ Após a queda do califado, o aparecimento das elites locais formadas com a ascensão das taifas determinou o consumo de outros objectos artísticos sumptuários, inicialmente exclusivos da corte mas que, pouco a pouco, acabaram por se propagar por todo o *Al-Andalus*. Assim, os artífices especializados encontraram novos mercados para os brocados de seda bordados a ouro, as púrpuras, os objectos de prata, as esculturas de marfim, os esmaltes e os vidros polícromos.²³¹

²³⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Azulejo: "Azulejo, s. Do ár. hispânico *az-zullaiju* ou *az-zulaiju*, mesmo sentido, de origem obscura, pelo cast."

²³¹ Segundo Cláudio TORRES, "Os rituais da vida e da morte", cit., p. 411.

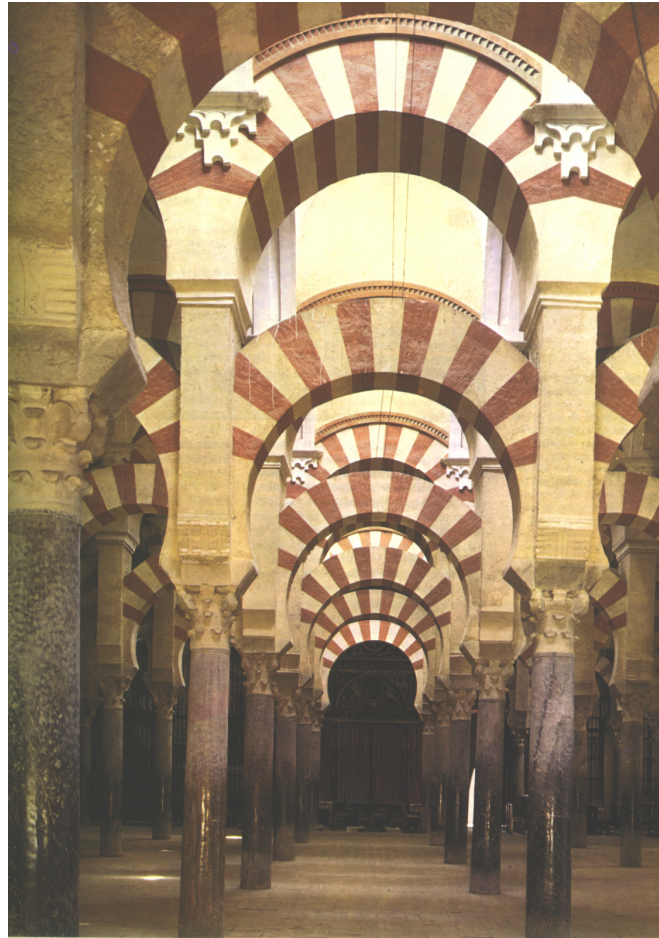


Figura 4 – Bosque de colunas da mesquita de Córdoba

9.1 Arte moçárabe

A arte moçárabe, resultado estilisticamente individualizado da influência árabe sobre a arte visigótica (que já sofrera algumas infiltrações orientais), foi cultivada, sobretudo no âmbito da arquitectura religiosa, entre os séculos IX e XI — sendo anterior, portanto, ao aparecimento da arte românica propriamente dita, que viria a recobrir o território peninsular. Os moçárabes, herdeiros de uma tradição cultural pré-românica e latina, funcionaram como medianeiros de intercâmbios artísticos: enquanto davam a conhecer aos cristãos propostas islâmicas inovadoras, transmitiam aos muçulmanos algumas soluções arquitectónicas anteriores. Confinados a um ambiente social fechado, os moçárabes, a quem em rigor estava vedada a construção

de novas igrejas cristãs ou o melhoramento das já existentes, edificaram obras de feição popular, de modestas proporções e linhas singelas que constituíram “a verdadeira representação de um estado social sem par na Europa”.²³² Os materiais de construção utilizados na arquitectura moçárabe eram a pedra, o tijolo e o barro e, em termos gerais, este estilo arquitectónico caracteriza-se pelos arcos em ferradura (de origem bizantina) frequentemente geminados, pelo abobadamento de meio canhão, cupuliforme ou nervado (de inspiração cordovesa, pelo encruzamento dos arcos), pelos poiars e colunas isoladas e monolíticas, pelos capitéis de tipo coríntio, muitas vezes aproveitados de obras romanas e visigodas, e pelos beirais bastante salientes e firmados em cachorros. Geralmente as paredes exteriores não tinham contrafortes e as interiores eram nuas, sendo os elementos decorativos — constituídos sobretudo por motivos vegetalistas estilizados — aplicados nos capitéis, cachorros e modilhões.²³³ As igrejas eram normalmente orientadas de acordo com a liturgia tradicional, isto é, no sentido nascente-poente e, em termos estruturais, obedeciam a um de dois modelos: os templos mais pequenos tinham em geral planta basilical ou centralizada, enquanto os maiores eram construídos com três naves — a central bastante mais alta e larga, para onde se abriam as naves laterais por arcos de ferradura.²³⁴

Em Espanha existe um avultado espólio arquitectónico construído em território muçulmano ou em zona cristã por moçárabes emigrados. Em terra ismaelita subsistem duas igrejas: a de Bobastro, em Málaga, provavelmente anterior a 917, com planta basilical de três naves de arco em ferradura, com transepto da largura das mesmas, abside com forma de ferradura e absidíolas quadradas; e a de Nossa Senhora de

²³² Segundo o historiador de arte espanhol Lampérez y Romea, cit. em *GEPB*, vol. 17, s.v. MOÇÁRABE.

²³³ De acordo com *GEPB*, vol. 17, s.v. MOÇÁRABE.

²³⁴ Cf. Pedro Gomes BARBOSA, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, *História de Portugal* (direcção de José Hermano SARAIVA), vol. 1, cit., p. 390.

Melque, em Toledo, de época incerta (talvez século IX ou X) e com fortes influências bizantinas: planta de cruz grega, abóbadas de canhão e uma torre quadrada no cruzeiro fechado por uma cúpula de arestas. Em território cristão conservam-se várias: na Galiza, S. Miguel de Celanova (Orense); em Leão, Santiago de Peñalba (princípio do século X), S. Tomás de las Ollas (século X) e San Miguel de Escalada (final do século IX), construída por monges cristãos cordoveses sobre as ruínas de uma igreja visigótica, muito conhecida pela sua iconostase, a “cancela”, decorada com motivos vegetais e geométricos, que separa a capela-mor das naves; na Cantábria, além do claustro da Colegiada de S. Martín, do mosteiro de San Román de Moroso e da igreja de Helguera de Iguña de que só se conservam alguns traços moçárabes em absides, abóbadas e arcos em ferradura, temos Sta. Maria de Lebeña (século X) que lembra a mesquita de Toledo; em Aragão (Huesca), S. Juan de la Peña; na Catalunha, S. Quirce de Pedret e Sta. Maria de Marquet; e, finalmente, em Castela, além de Sta. Maria de Bamba e de S. Cebrian de Mazote (Valladolid), onde é nítida a influência da mesquita de Córdoba, salienta-se, em Soria, S. Baudelio de Berlanga (de princípios do século XI) que, pela sua particularidade arquitectónica — dispõe-se à volta de uma coluna central da qual saem arcos em forma de palmeira —, denota também forte influência islâmica.

Espanha conta ainda com um património cultural mais amplo, constituído pela liturgia hispano-visigótica (abolida, em 1080, no Concílio de Burgos e restaurada, em 1517, pelo cardeal Cisneros),²³⁵ actualmente usada nas catedrais espanholas de Toledo e de Salamanca e acompanhada pelos cânticos religiosos moçárabes: “In Spain, until about the 11th century, there was a chant repertory called Mozarabic chant, named after the Mozarab Christians who lived in Arab-dominated Spain during the Middle ages. Today Mozarabic chant survives in a few Spanish cathedrals”.²³⁶

²³⁵ Ver nota 183, p. 84.

²³⁶ *Classical Music*, <http://www.fwkc.com/encyclopedia/low/articles/c/c004001467f.html>.

Contrastando com a abundância espanhola, os exemplares da arte moçárabe no nosso país são pouco abundantes, restringindo-se a elementos decorativos e arquitectónicos, na sua maioria fragmentários — factos que Nogueira Gonçalves atribui à modéstia das construções e, em tempos posteriores de maior progresso e riqueza, à sua substituição: “Os templos insignificantes, de adobe ou xisto miúdo, com raras cantarias de gneisse, de granito ou de calcário, não eram mais que tugúrios do divino, como tugúrios eram as casas em que os grandes e servos viviam. Desapareceram na época medieval, como desapareceram as que o começo da segunda reconquista levantou no século XI. Viera um tempo de progresso agrícola que substituiu o que era pequeno e antigo.”.²³⁷ Quanto a edifícios civis, chegou até nós uma única notícia respeitante a quatro pontões, hoje totalmente desaparecidos — um ao Ilhastro, outro em Coselhas, outro junto ao Buçaco e o da ribeira de Forma, com moinhos anexos —, encomendados pela administração de Coimbra ao mestre Zacarias de Córdova, aquando da sua estadia entre nós para as obras de renovação do mosteiro do Lorvão (segunda metade do século X). Os poucos exemplares da arte moçárabe que subsistem relacionam-se, portanto, com a esfera religiosa e são maioritariamente constituídos por peças isoladas ou fragmentárias, entre os quais se destacam: o cálice de S. Geraldo, guardado na Sé de Braga, peça de ourivesaria do século X, esculpida com leões, aves e vegetação estilizada, que pertenceu aos condes D. Mendo Gonçalves e Dona Toda (como revela a inscrição da sua base: *In nomine domini. Menendus Gundisalviz et Tuda Domna sum*),²³⁸ os elementos decorativos — frisos e colunas — do mosteiro de S. Torcato de Guimarães; os arcos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, também em Guimarães; e alguns pormenores da basílica

²³⁷ A. Nogueira GONÇALVES, *Estudos de História da Arte Medieval*, Coimbra, 1980, p. 353 (excerto adaptado).

²³⁸ Ver IDEM, *Ibidem*, p. 58, 349 e 351-355; e José MATTOSO, “Religião e Cultura”, *História de Portugal*, (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. I, cit., p. 526-527.

de S. Frutuoso de Montélios (séculos IX-X), nos arredores de Braga.²³⁹



Figura 5 – Arcos do claustro da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira - Guimarães

Podem encontrar-se ainda outros vestígios moçárabes, na igreja de Santa Maria da Alcáçova, em Montemor-o-Velho;²⁴⁰ na de S. Pedro de Balsemão, em

²³⁹ Onde “se encontram ao mesmo tempo vestígios decorativos que se podem filiar em exemplos bizantinos e clássicos, soluções arquitectónicas porventura inspiradas em precedentes encontrados em Ravena, outros elementos decorativos típicos do passado visigótico, mas também capitéis, colunas, pilastras e frisos característicos da época pré-românica e ainda pormenores que só se podem explicar por meio de contactos com zonas moçárabes ou mesmo por influência islâmica”, José MATTOSO, “Religião e Cultura”, cit., p. 510 (excerto adaptado).

²⁴⁰ Cf. <http://www.naus.com.br/portal/fixo/montemor.htm>.

Lamego,²⁴¹ na de S. Gião da Nazaré; e na de Santo Amaro, em Évora, cujo estudo não está ainda terminado e que, apesar de ser essencialmente visigótica (século VII), “parece ter sofrido outras influências, nomeadamente moçárabes e românicas”.²⁴²



Figura 6 – Pormenor da torre da igreja de S. Frutuoso de Montélios - Braga

Em Coimbra, além da abside da igreja de S. Bartolomeu, existe uma porta moçárabe no antigo mosteiro de S. Jorge de Milreus, cujas origens ascendem à reconquista da cidade, tendo a sua construção sido iniciada a 23 de Abril de 1084, com a colocação da primeira pedra pelo bispo moçárabe D. Paterno: “Dando crédito às fontes existentes, antecedeu a fase da edificação da Sé Velha, das igrejas de S. Salvador e de S. Tiago e de outros templos cristãos erguidos dentro e fora dos muros

²⁴¹ “De pequenas proporções, tem a orientação ritual (nascente-poente) e é obra do mais velho estilo cristão hispânico. A planta rectangular tem a forma latina, basilical, com três naves. Arcarias de três troncos, com vãos desiguais, dividem as naves. Nos arcos extremos e no triunfal há vestígios da primitiva forma de ferradura peculiar do tipo moçárabe. Firma-se o arco triunfal em colunas coríntias, providas de ábacos enrolados, iguais aos de algumas igrejas asturianas (San Julian de Prados, San Salvador de Valdediós, e San Salvador de Priesca) e da primitiva mesquita de Córdoba.”, *GEPB*, vol. 4, s.v. BALSEMÃO (excerto adaptado).

²⁴² Pedro Gomes BARBOSA, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, cit., p. 383.

da urbe mondeguina.”²⁴³



Figura 7 – Porta moçárabe – Antigo mosteiro de S. Jorge de Milreus - Coimbra

Mas, entre nós, o exemplo mais notável da arte moçárabe situa-se no concelho de Oliveira do Hospital: trata-se da igreja de S. Pedro de Lourosa da Serra (de 912) —

²⁴³ Segundo a lenda, D. Sisnando andava à caça, na margem esquerda do Mondego, numa mata chamada *Milreus*, quando o cavalo rompeu inesperadamente a galope, correndo o risco de se precipitar num abismo não fosse a intervenção providencial de S. Jorge. Prometeu o conde erguer ali uma ermida e posteriormente edificar uma igreja. Cf. Manuel Augusto RODRIGUES, “Antigo Mosteiro de S. Jorge transformado em Universidade”, *Diário de Coimbra*, 16-10-1999, p. 17, e *Diário de Coimbra*, 17-10-1999, p. 16. Viterbo menciona uma *Mata dos Mirlaos*, junto do mosteiro de S. Jorge. *Milreus*, bem como *Milreu*, documenta-se como topónimo nos concelhos de Coimbra, Faro, Góis, Guarda, Mafra, Montemor-o-Velho, Sardoal e Vila de Rei. Em Coimbra, a assistência hospitalar terá sido iniciada com a criação do *Hospital de Milreu* (junto da antiga alcáçova), em 1093 (cf. *História* [dos Hospitais da Universidade de Coimbra], <http://www.huc.min-saude.pt/huc2.html>). Acerca da origem de *Milreu(s)* e de *Mileu* (de uma raiz gótica *mil?*), ver Adriano Vasco RODRIGUES, *Uma explicação para o nome e culto da Senhora do Mileu*, http://www.novaguarda.pt/180899/g_opi5.htm.

elo de ligação entre as igrejas visigóticas e românicas, que ocupa um lugar de relevo na história da arte em Portugal, a despeito de o seu alto valor monumental só ter sido reconhecido há relativamente pouco tempo. De facto, apenas em Agosto de 1911, a igreja foi visitada pelo então jovem estudioso Vergílio Correia, que a revelou aos



Figura 8 – Interior da igreja de S. Pedro de Lourosa da Serra - Oliveira do Hospital

historiadores de arte; Joaquim de Vasconcelos deslocou-se lá em Outubro desse mesmo ano, publicando pouco depois alguns artigos sobre ela; passados cinco anos, em 1916, D. José Pessanha realizou o primeiro trabalho de análise estrutural da igreja, com vista ao seu restauro, somente iniciado em 1930. Acerca de S. Pedro de Lourosa, Nogueira Gonçalves explica: "O material, não só o que foi encontrado solto como o que estava ainda em obra, é de diversas épocas: romana, visigótica talvez, moçárabe,

românica, gótica e posterior até à actualidade. A construção presente pertence estruturalmente ao moçárabe, mas com muito material anterior reempregue, ao românico e, agora, à época corrente. (...) As épocas das construções podem-se resumir: cabeceira moderna, transepto moçárabe, naves moçárabes na parte baixa, que é a das arcadas só, baixa idade média nos muros superiores aos arcos, átrio de traçado moçárabe”.²⁴⁴

9.2 Arte mudéjar

As limitações científicas e artísticas dos reinos cristãos do Norte e a dificuldade que sentiram para ocupar os vastos territórios conquistados ao Islão conduziram a uma decisão política de importantes consequências para a cultura medieval hispânica: autorizar a população muçulmana vencida a permanecer nos territórios conquistados, sob o domínio cristão, conservando a religião islâmica, a língua árabe e uma organização jurídica própria. Estes mouros são os *mudéjares*, tendo-se o termo alargado, semanticamente, ao campo da arte. Fruto do movimento da Reconquista, este novo ciclo artístico seguiu-se cronologicamente ao moçárabe, tendo como termo *a quo* a tomada de Toledo (1085). Até há cerca de dez anos, os estudiosos²⁴⁵ entendiam que o mudejarismo se traduzia na adaptação dos artífices sarracenos à arte cristã — primeiro à românica e, mais tarde, à gótica. No entanto, com base nas

²⁴⁴ A. Nogueira GONÇALVES, *Estudos de História da Arte Medieval*, cit., p. 42. Sobre o assunto, veja-se ainda: IDEM, *Ibidem*, p. 37-38; *GEPB*, vol. 15, s.v. LOUROSA; J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa*, vol. IV, cit., p. 298; José MATTOSO, “Religião e cultura”, cit., p. 525-527, dedicadas às artes; Luís M. de ARAÚJO, “Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular”, cit., especialmente as p. 277 e 285-290; e Pedro Gomes BARBOSA, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, cit., p. 390.

²⁴⁵ R. H. Shamsuddín ELÍA, *El arte mudéjar en Europa y America*, cit., refere, entre outros, o filólogo e historiador R. Menéndez Pidal, o arabista Francisco Javier Simonet, os arquitectos Vicente Lampérez y Romea, Fernando Chueca Goitia e o filólogo e crítico literário Marcelino Menéndez Pelayo. Shamsuddín ELÍA faz acompanhar o seu texto de outros artigos sobre a mesma temática e inclui uma vasta e actualizada bibliografia.

obras “assinadas”, sabe-se que os seus autores tanto podiam ser mudéjares, como cristãos influenciados pela arte islâmica, como até estrangeiros vindos para a Península e seduzidos pelo estilo árabe. O próprio conceito de mudejarismo tem, pois, evoluído e é hoje considerado um movimento artístico hispano-muçulmano de raiz marcadamente islâmica, havendo até quem proponha a sua substituição por «arquitectura cristã islamizada»: “son innegables las características y esencias musulmanas del arte mudéjar donde los elementos predominantes, tanto arquitectónicos como artísticos, son incontestablemente islámicos”.²⁴⁶

Apesar de na arquitectura religiosa se terem cruzado a simplicidade estrutural de raiz visigótica com o requinte mourisco, é na arquitectura civil e militar que o mudéjar revela a sua beleza, apresentando as suas melhores e mais notáveis obras. De carácter necessariamente híbrido, o chamado mudéjar-românico recorre a muitas técnicas e tradições muçulmanas, nomeadamente: a utilização preferencial do tijolo na construção das paredes, embora sem excluir a alvenaria; os pilares prismáticos, sem molduras nem capitéis, que eram substituídos por fiadas de tijolo sucessivamente salientes; os arcos de ferradura, os ogivados e os de “pleno cintro”, habitualmente enquadrados por um alfiz ‘moldura trabalhada que acompanha o arco’; tectos de madeira concebidos segundo a técnica do alfarge — traçado poligonal e alveolar, policromia e fechos parigentes,²⁴⁷ janelas geminadas ou de ajimez na fachada

²⁴⁶ R. H. Shamsuddín ELÍA, *Ibidem*.

²⁴⁷ Cf. “Mudéjar”, <http://www.bartleby.com/65/mu/Mudejar.html>; e *GEPB*, vol. 18, s.v. MUDÉJAR: “O alfarge é uma arte complexa, com processos técnicos especiais, complexa por abranger, no sistema do traçado geométrico, não só a carpintaria, mas todo o mobiliário, o azulejo, o lavor variadíssimo do estuque, enfim, grande parte da obra de ferro e aço, secções importantes da cerâmica, da ourivesaria e da obra esmaltada. No sentido restrito da carpintaria de construção, (...) é a arte que ensina a traçar, enlaçar, embutir as listas (...); é a arte da *laxamia*, que produz os adornos pendentes de desenho poligonal; é, enfim, a arte que criou as cúpulas de construção alveolar, as feéricas armações que recordam as cintilações do céu estrelado.”. O lavor de *alfarge*, também denominado *almoçárabe*, dominou toda a arte decorativa de interiores em Portugal, desde a conquista árabe até ao primeiro terço do século

fronteira, pequenas e, por vezes, com seteiras; pavimentos de tijolo e / ou de azulejo; telhas vidradas e polícromas, de inspiração oriental; ornamentação de azulejo e / ou barro esmaltado, de madeira ou gesso, baseada em motivos florais estilizados e geométricos, cujas principais aplicações eram as da laçaria — repetição ou combinação dos laços ou polígonos estrelados (de 4 a 32 lados) — e as da estalactite (ou moçárabe), formada pelo jogo de prismas adossados de forma a obstar a vãos ou vazios entre eles.

Se em Espanha, especialmente em Leão e Castela-a-Velha, existem abundantes exemplos deste estilo — as igrejas de San Tirso, de San Esteban, da Lugareja, Las Gemelas, as ruínas do mosteiro de San Benito, o mosteiro de San Pedro de las Dueñas, o Arco de San Basílio, etc.²⁴⁸ — em Portugal, só o atestam as ruínas da igreja monástica de Castro de Avelãs, em Bragança: uma velha construção de que sobrevivem a abside e as absidíolas, formando uma estrutura semicircular totalmente revestida de tijolos, cuja disposição ziguezagueante permite uma curiosa alternância de claros-escuros, conferindo ao monumento uma grande originalidade.²⁴⁹

Mais tarde, já na convencionalmente chamada época do mudéjar-gótico, os artífices mouriscos e cristãos continuaram a dar a sua contribuição estilística, utilizando soluções tipicamente mudéjares: "a grande época, e a mais típica, do mudéjar é, em Castela, a do período gótico, durante os séculos XIV e XV, quando as contribuições da arte muçulmana de Toledo e de Andaluzia se fundiram nos monumentos góticos, numa perfeita, sugestiva e original unidade. O tijolo continuou a empregar-se a par da cantaria, a ornamentação utilizou naturalmente o gesso e a cerâmica (azulejos) e o trabalho de alfarge enriqueceu, com os seus motivos

XVIII. Sobre o assunto, ver também *Guia de Portugal*, vol. III, cit., p. 38-43, onde é indicada vária bibliografia da especialidade.

²⁴⁸ Sobre o mudéjar de Castela e Leão, cf. <http://www.cesaraugusta.com/mudejar/03/castilla.htm>.

²⁴⁹ Segundo José Artur Anes Duarte NOGUEIRA, "As instituições e o direito", *História de Portugal* (direcção de José Hermano SARAIVA), vol. 1, cit., p. 788.

geométricos, as coberturas de madeira.”.²⁵⁰ Algumas das suas mais representativas realizações arquitectónicas são, em Toledo, a mesquita do Cristo da Luz, as igrejas de San Román, de Santiago del Arrabal e do convento de Santa Fé, e as sinagogas de Santa María la Branca e del Tránsito; na Andaluzia, as igrejas de Omnium Sanctorum, San Marcos, Santa Marina, San Andrés, San Pablo e Santa Ana.²⁵¹ Entre nós, alguns testemunhos dos séculos XIV e XV patenteiam este estilo como, por exemplo: a torre do Castelo de Beja; o Castelo do Alandroal; as decorações do claustro e da sala do tesouro da Sé de Évora; a capela do antigo Paço de Sintra; o Castelo de Ourém; a antiga Sinagoga de Tomar; e, em Coimbra, a Casa de Sub-Ripas, e um tecto pertencente ao coro da Sé Velha,²⁵² datado de 1477 (hoje conservado no Museu Machado de Castro). Note-se que o nosso "gótico-mudéjar" se cruzou mais tarde com o manuelino e se inseriu nele, incorporando os modelos mudéjares, alterando-os e transformando-os, num exuberante naturalismo ornamental. É, por isso, necessário que se limite o nosso mudejarismo aos exemplares da arte luso-mourisca mais fiéis aos padrões da arte mudéjar andaluzia, cuja grande área de distribuição é o Alentejo e a Estremadura, sendo de salientar as cidades de Évora, Beja e a vila de Sintra: “É nos volumes, nas técnicas construtivas, nos complementos funcionais ou decorativos da arquitectura popular que mais profundamente ficou a memória da simbiose andaluzia. Sem ela ficaria inexplicável a explosão criativa da arte mudéjar e do chamado «gótico alentejano», em que se combinam harmoniosamente arrojadas técnicas de abobadagem e delicado molduramento com o sábio revestimento policromo do

²⁵⁰ Adriano de GUSMÃO, “Mudéjar, Arte”, *Dicionário de História de Portugal* (coordenação de Joel SERRÃO), vol. III, cit., p. 118-121.

²⁵¹ Sobre o mudéjar de Toledo e da Andaluzia ver:
<http://www.cesaraugusta.com/mudejar/03/toledo.htm>;
<http://www.cesaraugusta.com/mudejar/03/andalucia.htm>.

²⁵² Recorde-se que o responsável pela construção da Sé de Coimbra foi um alarife mouro que deixou na sua axila exterior a seguinte inscrição: “Deixo escrito como testemunho perene de quanto soffro. A minha mão perecerá um dia, mas a grandeza ficará.”. Cf. Adalberto ALVES, A

azulejo.”²⁵³

Já na época moderna, a curiosidade romântica pelas culturas exóticas — a oriental e, em particular, a árabe (de que a expedição de Napoleão ao Egipto foi precursora) — aflorou em diversas áreas, entre as quais a da arquitectura. A partir da centúria de Oitocentos assiste-se à recuperação do interesse pelo nosso passado islâmico, com o revivalismo do estilo mudéjar ou mourisco em Portugal, patente em elementos decorativos e arquitectónicos árabes, como é o caso do típico arco em ferradura e do azulejo, amplamente divulgado, tanto pela sua função estético-decorativa como pela sua funcionalidade prática de revestimento de interiores e exteriores. Este gosto artístico está bem patente em edifícios públicos e privados: em Sintra, no Palácio da Pena, no Pavilhão da Quinta do Relógio e no palacete de Monserrate; no Porto, no Salão Árabe do Palácio da Bolsa; em Vila Nova de Gaia, na Fábrica de Cerâmica das Devesas, na Casa da Misericórdia e num palacete na Avenida Marechal Gomes da Costa; em Lisboa, para além de outros edifícios espalhados pela cidade, na Praça de Touros do Campo Pequeno, no palacete Ribeiro da Cunha (ao Príncipe Real), na Casa do Alentejo, na sala árabe do Palácio Ratton (onde funciona o Tribunal Constitucional); e, em Alpiarça, na sala mourisca da Casa dos Patudos.

Actualmente, com o interesse que a cultura árabe desperta entre o público, em geral, e entre a nova geração de arquitectos, em particular, o gosto mourisco ganhou novos adeptos: Hestnes Ferreira, responsável pela concepção da Casa da Cultura de Beja; e José Alberto Alegria, pedagogo e impulsionador das construções em terra, com que tem vindo a enriquecer o nosso acervo arquitectónico, especialmente o algarvio. O “Bairro dos Mouros”, em Serpa, com as suas moradias e o teatro de cúpula, o Hotel Oriental de Lagos e o Hotel D. Filipa, em Vale do Lobo, são também

herança árabe em Portugal, cit., p. 56.

²⁵³ Cláudio TORRES, “Os rituais da vida e da morte”, cit., p. 411-412.

exemplos da aposta na recuperação da tradição arquitectónica andalusina. A liberdade de culto permitiu a construção de mesquitas e centros culturais islâmicos em Portugal — o Centro Ismaelita de Lisboa, a Mesquita Aljama de Lisboa e a Mesquita de Odivelas — importantes para o reforço da cultura árabe entre nós.²⁵⁴

Com a política colonial portuguesa e espanhola, o mudejarismo ultrapassou as fronteiras peninsulares, sobreviveu à travessia do Atlântico afluindo em algumas cidades hispano-americanas, sobretudo em manifestações artísticas como a arquitectura, o urbanismo ou a cerâmica decorada: “el alma de la ciudad ibérica es musulmana y musulmana nos parece el alma de la ciudad portuguesa en Brasil, cuyo modelo más próximo sea tal vez la Alfama de Lisboa, con los balcones salientes apoyados sobre consolas y “cachorros” recortados al estilo islámico, protegidos en la parte inferior por guardacuerpos de madera divididos en “almofadas” y “adufas” y en el alto por celosías, que se habían hecho en el siglo XVIII la característica más vistosa de las ciudades brasileñas”.²⁵⁵ De facto, algumas eflorescências artísticas modernas, especialmente na vasta região que compreende o Norte do Brasil e se estende até ao Rio de Janeiro, são herdeiras do nosso mudejarismo: é o caso do uso frequente do azulejo para revestir inteiramente as fachadas dos edifícios e da difusão da moda dos pátios interiores e dos jardins escondidos, com fontes e bancos revestidos de azulejos ou decorados com conchas e pequenos mosaicos coloridos.

9.3 Outras manifestações artísticas

Para além do vasto legado árabe da arquitectura, da azulejaria, dos mosaicos e ladrilhos, da madeira e do gesso, que acabámos de rever, sobrevivem entre nós ainda outros vestígios artísticos de raiz muçulmana. Basta reparar nas grandes semelhanças

²⁵⁴ Cf. Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 119-133.

²⁵⁵ Giovanna ROSSO DEL BRENNNA, “Sobre la componente «mourisca» de la arquitectura brasileña”, <http://www.organizacionislam.org.ar/mudejart.htm>. Ver, também no mesmo endereço electrónico, Manuel PIZARRO MORENO, *Arte mudéjar y sensibilidad actual*.

entre a pintura decorativa islâmica e a que hoje subsiste na louça e sobretudo no mobiliário alentejano, tão singular nos motivos, no arranjo e na policromia: fundo amarelo ou escarlate em que assentam flores de alendro pintadas em tons de vermelho, azul ou branco. Talvez sugerida pela sedução dos tapetes persas ou inspirada pelos azulejaria árabe, a tapeçaria de Arraiolos reproduz também elementos decorativos vegetalistas, pitorescas estilizações florais e zoomórficas, e as mantas alentejanas continuam motivos geométricos de forte revivalismo islâmico.²⁵⁶

Na música, o desenvolvimento artístico árabe também era assinalável: Abd al-Rahman II (788-852) fundou um conservatório cujos professores rivalizavam com os de Medina. Em 822, chegou à corte cordovesa o músico e poeta persa Ziryāb, que revolucionou esta arte na Península: senhor de um repertório de dez mil canções, fundou uma grande academia e, além de ter trazido consigo o mais típico instrumento musical islâmico — o alaúde — e de o ter dado a conhecer ao *Al-Andalus*, introduziu alterações no fabrico de outros instrumentos, melhorando-os com inovações constantes. Dos muitos ritmos e melodias nascidos na escola de Ziryāb, como as zambras, sobreviveu, por exemplo, o flamenco (< ár. *fellahmenghu* ‘camponês errante’).

As cortes — muçulmanas e cristãs — eram locais de convergência de escravas cantoras e trovadores árabes, acompanhados por autênticas orquestras de alaúdes, adufes, tambores, gaitas e flautas. Após a Reconquista, estas tradições mantiveram-se praticamente inalteradas: as danças e os cantares muçulmanos eram de tal maneira apreciados que, ainda no século XV, o rei D. João II mandou reunir para as festas do casamento de seu filho D. Afonso “tôdolos mouros e mouras que soubessem bailar, tanger, cantar...”.²⁵⁷ E em 1609 ainda se regista, na Chancelaria da Ordem de Avis, um Estêvão Mouro, de Serpa, “tangedor de órgão”. As festas de cariz

²⁵⁶ *GEPB*, vol. 1, s.v. ALENTEJO.

²⁵⁷ De acordo com Luís ARAÚJO, “Os muçulmanos no ocidente peninsular”, cit., p. 288-289.

popular, especialmente as da Primavera e do Verão, decorriam nas ruas engalanadas com canas e folhas de palmeira: tal como hoje pelo São João, acendiam-se fogueiras à noite, cantava-se, dançava-se, e não houve *ordenações* nem *posturas municipais* que pudessem contrariar o convívio do tanger e do bailar entre mouros e cristãos. Basta recordar a etimologia árabe de palavras ligadas a esta área semântica, que fazem parte do nosso léxico: *gaita, tambor, guitarra, adufe, alaúde, rebeca, pandeiro, fandango, arraial, alarido, algazarra, alvoroço*... Não admira, pois, que sobretudo na etnografia do Sul de Portugal se faça ainda sentir a forte presença da influência árabe, designadamente na música popular, onde é possível perceber um sabor mouro na nostalgia dos versos e na melopeia dos corais alentejanos, por exemplo. Apesar da importante contribuição que os trabalhos pioneiros de Michel Giacometti e de Fernando Lopes Graça deram para o conhecimento do impacto da música árabe nas nossas melodias,²⁵⁸ algumas questões, como as da origem do *fado* e do *cante* alentejano (talvez filiável em cantos sufis tipo *sulâmiyya*), aguardam ainda um esclarecimento mais cabal, uma vez que estas típicas formas musicais portuguesas “não parecem explicáveis sem a impressão muçulmana, apesar de alguma literatura em contrário, que pretende estudar as realidades olhando-as apenas de um ângulo”.²⁵⁹

No entanto as influências árabes na arte musical estão mais estudadas em relação a Espanha,²⁶⁰ onde existem especialistas dedicados à pesquisa e execução de composições tradicionais árabes e cristãs, como é o caso do grupo “Mudéjar”, de

²⁵⁸ Por exemplo, Giacometti identificou, na Ericeira, uma canção de trabalho que ouvira em Marrocos.

²⁵⁹ Cf. Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 87. Apesar de geralmente se atribuir à forma *fado* a etimologia latina FATUM, este estudioso coloca a hipótese de na sua origem poder estar o árabe *khadû*.

²⁶⁰ Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., p. 90, cita, entre outros, o artigo de M. SCHNEIDER, “A propósito del influjo árabe; ensayo de etnografía musical de la España medieval”.

Ver também <http://www.organizacionislam.org.ar/Andalus.htm>, onde é citada uma bibliografia bastante completa sobre o assunto.

Almería, com um vasto repertório (que vai da missa a quatro ou cinco vozes aos romances ou canções profanas de transmissão oral) executado com uma panóplia de instrumentos também eles tradicionais — “el úd árabe, qanún e instrumentos de percusión, marcando ritmos que se encuentran en la tradición clásica andalusí, con vihuelas, salterios, violas y otros instrumentos utilizados en la música polifónica de la cultura cristiana”. Este grupo “hace obras «típicamente cristianas» o «típicamente árabes» y otras donde estas dos culturas se fundem y encuentran melódica, rítmica y textualmente. Música de una época en la que todavía muchas personas de diferente religión pero con gusto por el arte seguían conviviendo e creando”.²⁶¹

Como refere Borges Coelho, “alguns desejariam que o esplendor da civilização árabe atingisse entre nós as culminâncias de Córdoba e Sevilha — as capitais. Seria o mesmo que pedir para Trás-os-Montes as delicadezas civilizacionais de que goza hoje a capital. No entanto, Mértola, Évora, Beja, Lisboa, Santarém, Silves, Faro e outras cidades foram centros culturais importantes nos recuados séculos XI e XII.”²⁶² Mas mais do que a marca erudita é a tradição berbere que podemos encontrar sobretudo nas planícies alentejanas, outrora abrigo de tribos nómadas do norte de África. Um olhar atento detecta facilmente a herança de um passado comum: parecenças na fisionomia das gentes, nos seus usos e costumes, nas ruas estreitas e empedradas, nas pequenas casas de taipa empoleiradas nas colinas, na brancura da cal, contrastando com as barras azuis que marcam os contornos da casa e emolduram portas e janelas.

10. Ciência e técnica

A Idade Média europeia teve pouco de brilhante — a simples ferradura só se

²⁶¹ Begoña OLAVIDE (direcção de), *Mudéjar. La Huella de Al-Andalus en la Música Española*, <http://www.mojacaronline.com/005/mudejar.html>.

²⁶² Excerto adaptado de Pedro Gomes BARBOSA, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, cit., p. 387.

tornou conhecida no século X — e grande parte das nações cristãs viviam mergulhadas num lúgubre obscurantismo, com populações ignorantes e miseráveis e com muitos príncipes que se compraziam em manifestar o seu enorme desprezo pela cultura, em profundo contraste com intelectuais e investigadores muçulmanos que acreditavam no constante evoluir da ciência. Graças às inúmeras traduções de Ptolomeu, Euclides, Aristóteles, Platão, Empédocles, Hipócrates, Galeno e Dioscórides, a ciência árabe assimilou e desenvolveu os ensinamentos colhidos na Antiguidade e, a partir deles, elaborou a sua própria literatura científica, que recobria áreas como a Matemática, a Astronomia, a Geografia, a Botânica e a Medicina, entre outras.

Apesar de os contactos entre o mundo cristão e o muçulmano terem começado quase em simultâneo em Bizâncio, no Sul de Itália, na Sicília e na Península Ibérica, foi a proximidade hispânica com os reinos cristãos e a permanência prolongada de oito séculos que fez da Península o decisivo motor de desenvolvimento da ciência ocidental. Com a Reconquista, Toledo transformou-se num pólo cultural importante, graças ao centro de tradução de textos árabes que Afonso X, *o Sábio* (avô de D. Dinis), aí fundara, em finais do século XI, e onde afluíam eruditos de toda a Europa em busca dos benefícios da profícua interacção entre as culturas árabe, judaica e cristã. O mundo ocidental começou a abrir-se paulatinamente para o progresso à medida que os conhecimentos irradiavam para Norte: sobretudo a partir dos séculos XII e XIII, começaram a circular, não só na Península Ibérica mas também nas balbuciantes universidades europeias, as referidas traduções, sucessivamente copiadas por gerações de monges. Assim, muito antes do Renascimento, o mundo islâmico constituiu em grande parte a ponte de acesso ao saber antigo: directa ou indirectamente, somos herdeiros e beneficiários de múltiplos ensinamentos legados pelos árabes.²⁶³

²⁶³ Cf. *GEPB*, vol. 3, s.v. ARÁBIA. Ver também “O que os árabes nos legaram”, cit..

Ao contrário da sublime especulação grega, que constituía frequentemente um fim em si mesma, tudo quanto a ciência árabe descobria tinha uma aplicação prática, porque para o senso comum muçulmano as ideias só se justificavam se tivessem alguma utilidade. Souberam, portanto, tirar proveito delas: através de tabelas de pesos específicos era-lhes possível distinguir o leite de cabra do de vaca, o óleo de sésamo do azeite e as pérolas do Golfo Pérsico das do Mar Vermelho; fabricaram e refinaram o açúcar de cana, dando-lhe ou um aspecto cristalizado (*tabarзад*) ou pilado (*candî*); utilizaram o alambique para produzir o álcool, que servia como propulsor volátil dos perfumes; os sabões, produzidos em grande quantidade e variedade, reinavam nos banhos públicos (*hammams*) — ainda no século XVII, a utilização regular do sabão constituía uma pista usada pela Inquisição espanhola para distinguir e localizar os muçulmanos convertidos. Assim, no domínio científico e técnico,²⁶⁴ são muitos os nomes a quem devemos conhecimentos, técnicas e instrumentos que ainda hoje utilizamos.

No campo da astronomia, o cordovês Al-Zarqali (Arzaquiel, 1029-1087) foi um dos melhores observadores do seu tempo e autor das conhecidas tabelas planetárias de Toledo, que os astrónomos da época de Afonso X puderam utilizar, bem como as *Regras para Construir um Astrolábio Universal para as Órbitas dos Sete Planetas* e o *Livro do Horizonte Universal*, da autoria de naturais do *Al-Andalus*. Obras também muito conhecidas são o *Tratado do Astrolábio*, o *Resumo das Tábuas de Albatério* e a *Aritmética Mercantil* de Abu al-Qâsim Maslama. Enquanto Sanad ben Alu e Ali ben al-Asturlabi criaram e aperfeiçoaram instrumentos astronómicos — entre os quais o astrolábio —, Abu Mansur teve já em conta a precessão dos equinócios nas suas

²⁶⁴ Informação recolhida em Luís ARAÚJO, “Os muçulmanos no ocidente peninsular”, cit.; Pedro BARBOSA, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, cit.; e R. H. Shamsuddín ELÍA, *Al-Ándalus I (711-1010). El califato de Córdoba*, cit.. Sobre os avanços da ciência médica, cf. o texto fílmico *The Bridge*, WDW Film & Video Production Ltd., 1996. Acerca dos matemáticos, astrónomos e físicos islâmicos, veja-se Dirk J. STRUIK, *História*

Tábuas Astronómicas Verificadas. Cinco séculos antes de Copérnico, Al-Bitrudji (Alpetragius) publicou uma enciclopédia de astronomia com um plano do sistema solar muito próximo do que hoje conhecemos. Abū al-Waffa tornou-se célebre pela sua análise matemática da mecânica celeste, tendo detectado as irregularidades da órbita lunar. Abbás Ibn Firnás concebeu o que se pode considerar o primeiro planetário do mundo, equipado com mecanismos que simulavam nuvens, relâmpagos e trovões e onde estavam representadas as constelações, os astros e os fenómenos meteorológicos; inventou também uma clepsidra dotada de automatismos móveis, que conseguia uma precisão notável na marcação da hora. Além disso, pode-se considerar Firnás um dos mais remotos pioneiros da aviação: efectuou diversos desenhos aeronáuticos e projectou um mecanismo revestido de seda e penas com o qual saltou de uma altura de cem metros, da torre de Rusafa (o palácio-jardim construído por Abd al-Rahman I, em Córdoba), tendo conseguido planar e aterrar sem consequências graves.

Noutras áreas científicas — biologia, física e alquimia — também houve contributos significativos: o mesmo Abbás Ibn Firnás inventou uma nova fórmula para fabricar o cristal; Al-Nazzm propôs uma teoria de evolução biológica; Ibn Al-Haitham (965-1039), o maior físico do Islão, teve enorme influência no Ocidente com a sua *Óptica*; e Ibn Hayyan descobriu os ácidos sulfúrico e nítrico.

A história dos dez sinais gráficos com os quais se pode expressar qualquer quantidade, por maior ou menor que seja, foi muito discutida. São conhecidos por “algarismos árabes” mas seria mais correcto chamar-lhes “algarismos utilizados pelos árabes”, já que parece provado que a sua origem reside na cultura indiana. De facto, nas ciências exactas, as actividades islâmicas começaram com a tradução dos *Siddhantas* hindus por Al-Farazi e atingiram a maior importância com o matemático Muhammad ibn Musa al-Khwarizmi (780-850), considerado o fundador da álgebra (<

al-jabar), com o seu livro, que tratava da “ciência das equações”, *Hisab al-jabar wal-mugabala*, literalmente ‘ciência da redução e da confrontação’. A obra deste matemático desempenhou um papel importantíssimo na Europa ocidental, constituindo a principal fonte do conhecimento dos numerais indianos e da álgebra árabe. Foi ele quem primeiro utilizou o algarismo zero com valor posicional, e devem-se-lhe também operações fundamentais como a regra de três e o sistema de cálculo da raiz quadrada. A sua aritmética explicava o sistema posicional de notação decimal indiano e, embora o original árabe se tenha perdido, existe uma tradução latina do século XII, *Algorithmi de Numero Indorum*. Muhammad al-Khwarizmi (cujo apelido é a base etimológica de *algarismo*) elaborou também tabelas trigonométricas e astronómicas com senos e tangentes, que mais tarde foram igualmente traduzidas para latim. Omar Khayyan (1050-1130), filósofo e astrónomo, autor do *Rubaiyat* e de uma *Álgebra*,²⁶⁵ descobriu o conjunto de números, mais tarde conhecidos por «triângulo de Pascal» e desenvolveu trabalhos na área da geometria, resolvendo problemas e dificuldades não superadas por Euclides. As aplicações práticas eram inúmeras: a distribuição equitativa de uma soma de dinheiro, o cálculo da superfície de um terreno ou do volume de um silo, a decoração de uma parede, etc.. Sem os estudos da avançada geometria árabe medieval (que conjugou e desenvolveu anteriores conceitos trigonométricos do Ocidente e do Oriente) não teriam sido possíveis os estuques da Alhambra ou os arcos imitando estalactites...

A medicina foi uma das ciências que mais evoluiu sob o domínio árabe. De facto, se o mundo islâmico não tivesse proporcionado a ponte entre Oriente e Ocidente e contribuído com a divulgação dos princípios científicos e das práticas médicas, o seu desenvolvimento não teria tido o mesmo ritmo. Até então, o pouco que restara da tradição curativa da Grécia e de Roma tinha sido preservado em “estado

²⁶⁵ O título original, muito extenso, significa ‘tratado sobre a demonstração de problemas de redução e confrontação’ (referindo-se a problemas de equações).

fossilizado” por alguns clérigos eruditos que, entretanto, se tinham afastado dos princípios da medicina científica para passarem a usar mezinhas, rezas e conhecimentos empíricos. No século XI, tudo o que se sabia sobre medicina desde os gregos até ao ano 1000 fora compilado pelo clínico cordovês Abu Al-Cacim n’ *O Método*, a principal obra da medicina muçulmana ocidental, com os seus 30 volumes consecutivamente reeditados durante cinco séculos: foi o primeiro tratado com ilustrações — de 200 intervenções e instrumentos cirúrgicos — e o primeiro a descrever a hemofilia. No século XII, Córdova contou com outros dois grandes médicos (também eles filósofos e advogados): Maimónides, de origem judaica, e Ibn Rushd (Averroes) — autor de uma importante obra intitulada *Medicina Geral* e o mais destacado dos médicos islâmicos ocidentais — para quem a medicina era “a arte que, partindo de princípios verdadeiros, procura preservar a saúde do corpo humano e salvaguardá-lo das doenças. A sua finalidade não é a cura absoluta, mas sim fazer o possível na medida e tempo convenientes. Depois há que aguardar os resultados, tal como fazem os navegadores ou os militares.”²⁶⁶ *De Simplicibus*, mais uma tradução latina de um texto de origem árabe, foi bibliografia de consulta obrigatória para médicos e boticários da Idade Média. Segundo a tradição e a cultura árabes, os cuidados de saúde deveriam ser acessíveis a todos — ricos e pobres, nobres ou plebeus — e de aplicação geral, uma vez que eram vistos como uma obrigação social e religiosa. O *Al-Andalus* contou com muitos hospitais, médicos e cirurgiões que tratavam gratuitamente todos os que os procuravam, tendo esta prática contribuído em

²⁶⁶ “O que os árabes nos legaram”, cit., p. 40. Infelizmente, a proibição de efectuar dissecações em cadáveres impediu que se aprofundasse o estudo da anatomia. No entanto, na Córdova do século XII, operavam-se cataratas e tumores, aplicavam-se técnicas complexas de sutura e aliviavam-se fracturas e luxações. O álcool, precocemente descoberto, foi utilizado como anti-séptico e, no caso de lepra ou de chagas abertas, procedia-se à cauterização. Os árabes conheciam a circulação cardio-pulmonar do sangue, distinguiam as artérias das veias e tinham uma ideia muito aproximada da constituição do sistema nervoso. Como a odontologia não era considerada um ramo à parte, qualquer médico estava preparado para praticar uma

grande medida para a divulgação do acesso à ciência médica. Para além da vertente curativa, os médicos islâmicos praticavam, à semelhança dos gregos, uma medicina preventiva, aconselhando um estilo de vida saudável, uma alimentação equilibrada, a prática de exercício físico, cuidados no vestuário, na educação e na higiene — era a génese da medicina holística. Aliás, no âmbito da higiene também foram profundas as influências muçulmanas entre nós. Al-Idrisi anunciou a existência, no centro da cidade de Lisboa, de nascentes de água quente (tanto de Inverno como de Verão) — eram os banhos públicos de Alfama (< ár. *al-hamma* ‘fonte de água quente’), inscritos nos preceitos higiénicos e mais tarde condenados pela Igreja que os considerava perniciosos, por propiciarem práticas devassas e o “amolecimento” dos costumes.

Com a divulgação da técnica árabe do fabrico do papel e com o revolucionário sistema de impressão de textos,²⁶⁷ a reprodução dos conhecimentos recebeu um grande impulso e abriram-se várias escolas médicas por toda a Europa, concebidas segundo o modelo árabe, isto é, com hospitais adjacentes, para que os alunos de medicina pudessem estudar e exercer em simultâneo, aliando a teoria à prática e garantindo-se, assim, a cientificidade dos ensinamentos. Saliente-se a escola de medicina de Salerno (onde estudavam também mulheres, que geralmente se especializavam em ginecologia), que constituiu uma verdadeira ponte entre a medicina oriental dos clássicos e a medicina ocidental em desenvolvimento e que serviu de modelo a outras se lhe seguiram, nomeadamente Montpellier, Bolonha e Pádua.

Mas a enorme contribuição islâmica para o desenvolvimento ocidental não se

intervenção a esse nível.

²⁶⁷ “Da China, trouxeram o papel, ou melhor, os segredos para o seu fabrico. A partir do século IX, começou a ser produzido no Irão oriental o finíssimo papel samarcandi, e no século XII já se produzia outro de óptima qualidade na Península Ibérica. No século IX, usavam um sistema de reprodução de textos em papel semelhante à imprensa. Eram placas de madeira com inscrições gravadas cobertas com tinta por rolos e sobre as quais se pressionava uma folha de papel. Até chegaram a usar placas com caracteres móveis, adiantando-se em meio milénio a Gutemberg.” (excerto adaptado de “O que os árabes nos legaram”, cit., p. 43).

restringiu só às áreas já referidas: além do impulso que globos, astrolábios, bússolas e tábuas matemáticas imprimiram no desenvolvimento da ciência náutica, foi pelos árabes que ficámos a saber da existência de terras situadas a ocidente. Na área da construção naval, a caravela portuguesa, sucessivamente aperfeiçoada ao longo dos anos, poderá considerar-se uma feliz adaptação do *karib* árabe — embarcação usada pelos muçulmanos do *Al-Andalus*, semelhante ao pagaio utilizado pelos árabes no Índico. Muitas das nossas embarcações tradicionais de pesca revelam a origem islâmica pelo tipo de construção e de armação: Faro e Silves foram importantes centros de construção naval, onde se pescava à rede ou com a almadrava ou almadra, uma armação especial para o atum, introduzida pelos muçulmanos na Península Ibérica. Intimamente ligada com a actividade piscatória está a salicultura, impulsionada pelos árabes e praticada sobretudo nos estuários do Tejo e do Sado.²⁶⁸ No Alentejo, continuando anteriores explorações romanas, prosseguiu a extracção do cobre e da prata e, no Algarve, a do estanho, tendo-se desenvolvido de forma notável a técnica de trabalhar os metais, cujos segredos os árabes guardavam ciosamente por serem fundamentais para o fabrico de armas.²⁶⁹

Reforçando o carácter mediterrânico do anterior domínio romano, os árabes deixaram marcas profundas também no domínio da pecuária e da agricultura. Segundo Simon Davis, zoo-arqueólogo britânico que estudou e mediu ossos de ovelhas escavados em vários locais do país, os muçulmanos teriam procedido ao apuramento das raças ovinas: “As ovelhas do período islâmico eram maiores. Quer dizer que talvez os árabes tenham feito melhoramentos em Portugal, seleccionando os animais maiores, ou talvez tenham trazido ovelhas maiores do Magreb, de Espanha ou de outros sítios. (...) Talvez os romanos olhassem para a Lusitânia como uma região meramente periférica, na qual não apostaram muito. Ao invés, os muçulmanos

²⁶⁸ Note-se que *Alcácer do Sal* ficou a dever parte do seu nome a esta actividade.

²⁶⁹ Na própria fórmula para fabricar os sabres com aço slimani, indica-se que podiam cortar, de

consideravam a Andaluzia e o al-gharb *Al-Andalus* — como designavam a zona do Algarve e do Baixo Alentejo — centros importantes. Talvez por isso tenham melhorado as ovelhas.”²⁷⁰

Deve-se-lhes igualmente uma série de práticas que contribuíram para a melhoria do cultivo da terra: o apuro da agricultura de sequeiro; o plantio de grandes extensões de pomares; e a introdução ou a divulgação de novos produtos — o trigo mourisco, o açafraão, o arroz, o limão, a laranja, a alfarrobeira, a figueira e a amendoeira. Habitados às sedes dos desertos, atingiram o virtuosismo na concepção de sistemas de aproveitamento e de distribuição de água, com a construção de noras, azenhas e açudes — engenhos fundamentais para a realização de grandes obras de rega, que permitiram o alargamento das áreas irrigadas e o apuramento dos processos de extracção de água. Os moinhos, também movidos pela força da água ou dos animais, permitiram a generalização das práticas moageiras.

A influência árabe na construção habitacional, especialmente das casas rurais, também foi duradoura. A habitação alentejana e da serra algarvia, com as suas chaminés características e com telhados de uma água, é em termos morfológicos composta por vários módulos pluricelulares e multifuncionais, que tendem a ordenar-se em volta de um espaço rectangular, envolvendo-o por dois ou três lados. Podendo albergar várias famílias aparentadas, as construções abrem-se para o interior desse pátio que, por sua vez, se liga directamente à rua através de uma porta.

Quanto à habitação urbana, as formas cúbicas das casas algarvias tradicionais, com as suas açoteias, continuam antigas tradições do casario do período islâmico, reproduzindo o mesmo modelo arquitectónico de uma cidade marroquina. As casas de embasamento em alvenaria, sobre o qual se erguiam paredes de taipa com cerca de

uma talhada, uma barra de ferro com um dedo de grossura.

²⁷⁰ Teresa FIRMINO, “Ovelhas de Portugal foram melhoradas pelos árabes”, *Público*, 21-09-2004, p. 30 (excertos adaptados). “Para os árabes, a Andaluzia era a jóia da coroa do seu império — era um centro de ciência, tecnologia e cultura” são palavras de Simon Davis.

meio metro de espessura, eram construídas num piso térreo de planta centrada, abertas para um pátio interior quadrangular. Cada casa, com uma área útil entre 80 e 200 m², podia albergar oito a dez pessoas e era parte de um conjunto solidário pertencente ao mesmo clã familiar com alguns serviços comuns, como o forno, os esgotos, as fossas e a cisterna. O Sul seco obrigava a uma rigorosa gestão da água, recolhida e armazenada em cisternas e açoteias que, no Algarve, substituíram os telhados romanos de duas águas.²⁷¹

As varandas fechadas por um gradeamento de madeira — a adufa ou *musharabia* — destinadas ao arejamento da casa e propícias ao outrora exigido recato feminino subsistem ainda na arquitectura peninsular.²⁷² Divulgou-se também o hábito de perfumar o interior das casas pela fumigação de ervas aromáticas e o de colocar esteiras no chão, substituídas nas casas ricas por tapetes, a que se juntavam as tapeçarias decorativas nas paredes.

A orientação da Alhambra revela que na sua construção foram tidos em conta os ventos dominantes em cada estação, que eram conduzidos através do edifício de modo a que ele se tornasse fresco no Verão e quente no Inverno. E para que o ambiente fosse ainda mais agradável no Verão, concebeu-se um sistema de refrigeração conhecido como “casa de feltro”: tratava-se de conduzir o ar através de grandes superfícies de feltro constantemente humedecidas pelo constante gotejar de água perfumada, cuja evaporação refrescava o ambiente...

²⁷¹ Segundo Cláudio TORRES, “A terra e os homens”, cit., p. 376-379.

²⁷² Construída provavelmente no século XVII, a Casa dos Crivos, em Braga, constitui um exemplo precioso da persistência dessa tradição árabe que, como já foi referido na página 124, foi também “exportada” para o Brasil.

11. As Letras

*Vive para sempre o homem de saber / ainda quando, após a morte, / na
terra, em pó seu corpo se volver... / o néscio, esse, é sempre um morto /
que, mesmo se segue caminhando / e embora vida aparentando, / não
passa de corpo vegetando.*

Ibn al-Sîd²⁷³

O tratado sobre educação de Ibn Abd Rabbihi estabelecia a distinção entre os eruditos (os que se dedicavam ao estudo de uma ciência) e os homens educados (os que se interessavam por todas elas) e postulava uma das ideias mais importantes do pensamento muçulmano, próxima, aliás, do espírito renascentista: nada do que seja conhecimento deve ser estranho ao homem. Estes conceitos (de certo modo subjacentes ao nossos princípios educativos) foram entusiasticamente adotados pelos andaluzes, mas nem sempre assimilados da melhor forma: “a moda da cultura foi quase uma epidemia em certos círculos andaluzes. Faziam-se bibliotecas, pelo simples interesse de coleccionar obras que não se compreendiam e que raras vezes, ou nenhuma, eram abertas e lidas”.²⁷⁴

Mas como era também dever do homem culto propagar os seus conhecimentos, por meados do século IX — considerado o século de formação do saber hispano-muçulmano — começou a generalizar-se o ensino da leitura entre os muçulmanos e algumas mesquitas foram transformadas em centros de ensino. Com Abd al-Rahman II (822-852) os estudos religiosos e profanos receberam grande impulso. Através de uma política de justiça e respeito, captou as minorias moçárabe e judia, criando um clima de transigência propício ao contacto da cultura indo-persa veiculada pelos sarracenos (que, através da escola de Alexandria, tinham assimilado a

²⁷³ Estes versos de Ibn al-Sîd, poeta natural de Silves que viveu nos séculos XI-XII, foram recolhidos em Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 93.

²⁷⁴ Pedro Gomes BARBOSA, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, cit., p. 392.

ciência helénica) com a sabedoria judaica e com a romano-visigoda, compilada por Santo Isidoro e conservada pelos moçárabes, que possibilitou o florescimento cultural da Hispânia. Mas foi com Al-Hakam II (912-961) que todas as grandes cidades do *Al-Andalus* assistiram a uma enorme difusão cultural: fundaram-se cerca de vinte e cinco escolas e setenta bibliotecas públicas, incentivaram-se e protegeram-se mestres, teólogos, gramáticos, filólogos, historiadores, etc., e multiplicaram-se as universidades corânicas, procuradas inclusivamente por alunos da Europa cristã, onde se verificara um enorme retrocesso intelectual, após a queda da dinastia carolíngia.²⁷⁵ Em todo o *Al-Andalus*, muito para além do controle estatal, a educação islâmica estendeu-se através de uma rede de centros de ensino que contava com a colaboração de mulheres, quer como literatas quer como professoras — impensável para a medievalidade cristã.

Com cerca de um milhão de habitantes, Córdoba era a maior cidade europeia e um grande centro cultural, onde quase todos sabiam ler e escrever, contrariamente ao que acontecia com o resto da Europa, onde só os membros do clero eram escolarizados. Muito culto, o próprio califa Al-Hakam II possuía uma biblioteca com cerca de 400 mil volumes, quando as bibliotecas da Europa cristã contavam, em média, com cem exemplares. Esta prosperidade, porém, não evitou uma guerra civil (1009) que determinou a desintegração do califado de Córdoba e a vandalização dos seus monumentos, palácios e bibliotecas. Mas, apesar da dispersão e do enfraquecimento político decorrente da fragmentação do *Al-Andalus* nas taifas, não se verificou propriamente uma decadência cultural porque cada reino queria que a sua capital fosse um pólo de cultura: o saber era considerado o caminho para a virtude e

²⁷⁵ Entre os muitos sábios europeus que afluíram à Hispânia muçulmana para estudar Ciências e para as traduzir para latim, hebraico e outras línguas, incluem-se John de Gorze, Gelbert de Aurillac, Pedro o Venerável, Abelard de Bath, Robert de Chester, Hermann de Corinthia, Rudolf de Bruges e Gerard de Cremona. Cf. *O início da transmissão das ciências e cultura árabe-islâmica*, <http://www.alfurqan.pt/temas/trans.html>.

para o cumprimento dos desígnios de Deus, uma vez que o homem culto sabia reconhecer os vícios e evitá-los. Averroes (Ibn Rushd) é exemplo da grande pujança cultural que Córdoba conservava ainda no século XII: além de médico, astrónomo, matemático e jurista, foi sobretudo um destacado vulto da filosofia, tendo os seus comentários a Aristóteles exercido grande influência sobre a Escolástica cristã e contribuído para a renovação do pensamento filosófico medieval.

Ibn Hazm (1031-1090), poeta, teólogo, jurista, historiador e moralista foi talvez o mais importante intelectual do *Al-Andalus* e o principal responsável pelo florescimento e apogeu da poesia clássica de importação oriental que, coexistindo com a poesia popular de raiz hispânica, a influenciou profundamente, sobretudo ao nível temático: “podemos concluir que a lírica portuguesa mergulhou as suas raízes bem fundo no húmus oriental.”²⁷⁶ De facto, foram muitos os poetas famosos que, ao longo dos séculos XI, XII e XIII, nasceram ou poetaram no território que veio a ser português. Na impossibilidade de aludir a todos os poetas luso-árabes, fazem-se apenas breves referências aos nomes mais emblemáticos.²⁷⁷

²⁷⁶ Adalberto ALVES, *O meu coração é árabe*, cit., p. 42-43. O título desta obra foi inspirado, segundo explicação do seu Autor, no nome de uma canção árabe que os portugueses cantavam ainda durante o Renascimento — *Qalbî Arabî* ‘o meu coração é árabe’. Cf. Adalberto ALVES, *Portugal. Ecos de um passado árabe*, cit.. Veja-se também P. Cunha SERRA, *Sobre a intercultura de mouros e cristãos*, cit..

²⁷⁷ Foram sobretudo recolhidos em Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit.; IDEM, *O meu coração é árabe*, cit.. Esta última obra é uma antologia fundamental para o conhecimento da poesia luso-árabe: além de uma introdução de carácter histórico, social e cultural, e de uma importante e completa bibliografia de referência, inclui textos de 39 poetas que nasceram, viveram ou compuseram em território, hoje, português. Este arabista divide a poesia luso-árabe em quatro períodos: o do emirado e califado, de 711 a 1020, em que a poesia, ainda arreigada aos modelos orientais, vai ganhando forma e expressão própria; o dos primeiros reinos taifas, até 1095, é o período de maturidade e de maior esplendor; o almorávida, de 1095 a 1149, uma época em que, apesar da abundante produção literária, não se verifica o impulso inovador anterior — sendo, portanto, considerada uma fase de “eclipse poético”; o almóada, de 1149 a 1249, em que, com as lutas da Reconquista, os poetas vão rareando e refugiam-se fora da Península.

Ibn ‘Ammār (Abū Bakr Muhammad ibn ‘Ammār) nasceu em 1031, em Sannabus — possivelmente Estômbar ou São Brás. Graças ao seu talento e inteligência, conseguiu viver da sua poesia e chegou a governador de Silves, cidade onde estudara. Vítima, porém, de uma ambição desmedida, conspirou contra o último rei de Sevilha, o seu amigo al-Mu’tamid (al-Mu’tamid Alā-l-lāh ibn ‘Abbād Abū-l-Qasim Muhammad) que, num acesso de fúria, acabou por matá-lo, em 1084. Al-Mu’tamid, o mais notável poeta hispano-árabe da segunda metade do século XI, teve igualmente um destino trágico: nascido em Beja²⁷⁸ em 1040, filho de al-Mu’tadid (emir de Sevilha) e de uma escrava, governou Silves antes de suceder a seu pai no trono de Sevilha, em 1069. Em 1091, para se opor a Afonso VI de Castela, solicitou ajuda ao almorávida Yūsuf ibn Tāšufin, que acabou por usurpar todas as taifas (incluindo a de Sevilha) e exilar al-Mu’tamid em Aghmat, no interior de Marrocos, onde morreu miseravelmente em 1095. Presente em todas as antologias de poesia árabe, falou do amor, do destino e dos prazeres da vida, de forma muito tocante,²⁷⁹ e ainda hoje a sua memória, ligada à trágica amizade com Ibn ‘Ammār permanece viva, sendo o seu túmulo em Aghmat objecto de piedosas romagens muçulmanas.²⁸⁰

Silves deu à poesia peninsular muitos e importantes cultores.²⁸¹ Ibn as-Sīd (Abū Muhammad ‘Abd Allāh ibn Muhammad ibn as-Sīd al-Batalyawsī), que viveu

²⁷⁸ Beja foi também berço de outros poetas, como Ibn Taifūr, ‘Abd Allāh ibn Wāzīr, e Al-Kuraši.

²⁷⁹ Por ser considerado o mais emblemático poeta luso-árabe, não se pode deixar de trazer aqui um exemplo da beleza da sua poesia: “Só eu sei quanto me dói a separação! / Na minha nostalgia fico desterrado / À míngua de encontrar consolação. / À pena no papel escrever não é dado / Sem que a lágrima trace, caindo teimosa, / Linhas de amor na página da face. / Se o meu grande orgulho não obstasse / Iria ver-te à noite: orvalho apaixonado / De visita às pétalas da rosa.”. Adalberto ALVES, *O meu coração é árabe*, cit., p. 157.

²⁸⁰ Em Maio de 1998, durante a sua visita de estado a Marrocos, o presidente Jorge Sampaio prestou homenagem a este poeta luso-árabe. Cf. Adalberto ALVES, *Portugal. Ecos de um passado árabe*, cit..

²⁸¹ Referir-se-ão os mais importantes, sem, no entanto se esquecerem nomes como Ibn at-Tallā, Ibn Habīb, Ibn ar-Ruh, Ibn Harbūn, ou Muhammad ibn Wāzīr que, apesar de menos conhecidos, também contribuíram para o brilho da poesia luso-árabe.

entre 1052 e 1127, desenvolveu importante actividade nas áreas das humanidades, da gramática e da filosofia, actividade esta que conferiu à sua poesia um cunho metafísico;²⁸² Ibn al-Mihil (Abū-l-Qāsim Ahmad ibn Muhammad ibn al-Mihil), apesar de convidado por al-Mu'tamid para se instalar em Sevilha, onde o emir-poeta juntara uma plêiade de escritores, sempre se recusou a abandonar a sua Silves natal, vindo aí a falecer em 1107; Missī'sī (Hasān ibn al-Missī'sī) viveu também no século XI e esteve ligado à corte de al-Mu'tamid como secretário de seu filho al-Fath, tendo sido depois ministro em Córdoba.

Mas, no Islão hispânico, algumas mulheres luso-árabes também se distinguiram em termos sociais e culturais. É o caso de três poetisas igualmente de Silves: Maryam al-Ansārī (Maryam Bint Abī Ya'qūb al-Ansārī al-Fusauli), também mestra de literatura, viveu nos séculos X e XI e alcançou grande prestígio intelectual e social; no século XI, também se distinguiu a princesa Butaina (Butaina Ibn Muhammad Ibn 'Abbād), filha mais velha de al-Mu'tamid; e Aš-Šhibī'a (século XII), intelectual de grande nomeada, foi escolhida pelos seus concidadãos para apresentar ao califa almóada Ya'qūb al-Mansūr um protesto contra a sobrecarga de impostos.²⁸³

Ibn Darrāj al-Qastallī (Abū 'Umar Ahmad ibn Muhammad ibn 'Āsī ibn Ahmad

²⁸² Escreveu cerca de vinte obras, entre as quais, na área da filosofia, o *Livro sobre as causas que originaram as divergências de opinião no Islão*, o *Livro das Questões* e o *Livro dos Círculos*. “A sua poesia não é nunca subserviente, mesmo quando dirigida a um mecenas: «Como proceder de outro modo quando nós não fizemos, graças a eles, da poesia um ganha-pão que atrai necessariamente para o pedinte maus modos e rejeição?»”. Adalberto ALVES, *O meu coração é árabe*, cit., p. 111.

²⁸³ A poetisa fez este pequeno poema, tão belo e persuasivo que a carga fiscal foi levantada: “De chorarem os palácios é chegada a hora / Pois as próprias pedras se lamentam. / Ó tu que vais onde a clemência mora, / Esperando pôr fim às mágoas que atormentam, / Diz ao Príncipe quando chegares às suas portas: / Pastor! olha as tuas ovelhas quase mortas / Que ficam sem prado para pastar; / Deixaste-as à mercê de muitas feras. / Um paraíso, minha Silves, eras. / Tiranos te lançaram ao fogo do inferno / O castigo de Alá parecendo desprezar: / Porém, nada é oculto para o Eterno.”. IDEM, *Ibidem*, p. 174. Também em Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 115 (cf. igualmente a p. 72).

ibn Sulaimān ibn Darrāj al-Qastallī) nasceu em Cacela (958) e morreu em 1030, largamente admirado pelo seu estilo musical e majestoso. Igualmente natural de Cacela, Abū al-‘Abdarī (Abū ‘Ali Idrīs Ibn al-Yamāni al-‘Abdarī) foi um dos mais conceituados poetas andaluzes do século XI que escreveu na tradição da grande poesia árabe clássica, tendo estado ao serviço de muitos soberanos como panegirista.

Abū-l-Hasan Ibn Hārūn (século XI), Abū-l-Hasan Sālih ibn Sālih aš-Šantamarī (século XII) e Abū-l-Fadl Ja’far ibn Muhammad ibn al-A’lam aš-Šantamarī (século XII) eram, como os seus nomes indicam, poetas de Faro. O último, descendente de uma família de literatos e filho do gramático Al-A’lam (mestre de Ibn ‘Ammār), foi jurisconsulto em Sevilha e em Córdova.

Ibn ‘Abdūn (Abū Muhammad ‘Abd al-Majīd ibn ‘Abd Allāh ibn ‘Abdūn al-Yāburī) nasceu em Évora em meados do século XI, estudou em Badajoz e em Córdova, e foi um destacado erudito e poeta, tendo exercido também funções como secretário de Al Mutawakkil, emir de Badajoz.²⁸⁴

Natural de Mértola (como o seu nome deixa perceber) Al-Mīrtulī (Abū ‘Imrān Mūsā ibn Husain ibn Mūsā ibn Imrān al-Qaisī Al-Mīrtulī) fez poesia de temática religiosa e, imbuído da mística sufi, foi ele próprio um asceta com fama de santo, tendo morrido em Sevilha, em 1207.

Ibn Muqānā (Abū Zayd ‘Abd ar-Rahmān ibn Muqānā al-Qabdāquī al-Ušbūnī), nascido no início do século XI, em Alcabideche (região de Lisboa), foi reputado poeta e desempenhou altos cargos nas cortes de Sevilha e de Granada, entregando-se então à poesia panegírica. Depois, desencantado com esplendores e falsidades palacianas, acabou por se recolher a Alcabideche, onde se dedicou à agricultura e às letras: o amor à terra e às coisas simples perpassam na sua poesia de cariz

²⁸⁴ Embora menos conhecidos, Ibn ‘Yayyāš al-Yāburī e Ibn al-Wakīl foram também ilustres poetas eborenses.

confessional e espontâneo.²⁸⁵

Ibn Bassām (Abū-l-Hasan ‘Ali ibn Bassām aš-Šantarinī) nasceu em Santarém e viveu em Lisboa, Córdoba e Sevilha. Grande poeta do século XII, é também autor da monumental antologia de poemas islâmicos peninsulares, a que deu o nome de *Ad-Dahīra fī mahāsin ahli-l-gazīra* (*Tesouro*). Igualmente de Santarém, Ibn Sāra (Abū Muhammad ‘Abd Allah ibn Muhammad ibn Sāra aš-Šantarinī) viveu nos séculos XI e XII uma vida cheia e atribulada de que são testemunho poemas de cunho pessoal, muito variados no tema e na forma. O seu grande domínio do árabe permitiu-lhe metáforas audaciosas, numa poesia de grande poder evocador.²⁸⁶

Ibn al-‘Arabī, o mestre máximo da metafísica muçulmana, reconheceu a herança espiritual dos teósofos peninsulares Abū Ja‘far al-Uryānī, de Loulé, Abū ‘Imrān al-Mīrtulī, de Mértola (também poeta, já mencionado), Abū ‘Abd Allāh ibn ‘Ās, de Beja, Abū ‘Abd Allāh ibn Zayd, de Évora e, especialmente, a de Ahmad ibn Qasī, de Silves, cujo tratado sufista, *O Descalçar das Sandálias*, teve grande influência na obra do mestre Ibn al-‘Arabī.

Abū al-Hajāj al-A‘lam, de Faro, foi um dos maiores gramáticos e professores do século XI, pai do poeta Ibn al-A‘lam aš-Šantamarī e mestre de Ibn ‘Ammār. Como já foi referido, Ibn as-Sīd, poeta de Silves, foi igualmente jurista, gramático e filósofo. Abū Bakr Ibn Bāja, nascido em Beja no século XII, distinguiu-se também nos domínios da filosofia, matemática, astronomia e botânica.

Como historiadores destacaram-se Muhammad ibn Muzayn (século XI), filho do último rei de Silves, que nos deixou uma *História do Andalus*; Ibn Aliman aš-Šilbi, autor de o *Colar de Grandes Pérolas* (uma das continuações da obra de Ibn Bassām, o

²⁸⁵ Como refere Adalberto ALVES, *O meu coração é árabe*, cit., p. 93, “teve um percurso interior que nos prefigura Sá de Miranda.”

²⁸⁶ “Alguns pensamentos seus tornaram-se célebres: «Ficar, para um homem livre, em terra de aviltamento é mostrar, por minha fé, uma bem grande impotência. Viaja, e se não encontrares homens generosos, pois bem, vai de homem vil em homem vil»; «A ignorância atrai riqueza

Tesouro); e Ibn Sâhib al-Salâ (Beja, século XII) que escreveu a *História da Revolta dos Muridines* e a *História dos Almóadas*.²⁸⁷

Contrastando com esta euforia cultural, a situação mais a norte, no território hoje português, era muito diferente.²⁸⁸ Nas comunidades rurais de costumes arcaizantes, o isolamento prolongado (até depois de meados do século IX) determinou o escasso ou nulo acesso aos livros e a perda dos hábitos e das capacidades de leitura e de escrita, com um retrocesso à cultura de tipo oral, da qual nada de concreto se conhece. Como se sabe, a educação era privilégio dos membros do clero e ministrava-se em conventos e mosteiros como, por exemplo, no de Guimarães, sob a protecção de Mumadona. A lista de livros oferecidos pela condessa em 959, por ocasião da dedicação da sua igreja, menciona um conjunto de obras importantes do ponto de vista da cultura letrada: um exemplar da Bíblia, vários livros litúrgicos, obras de carácter monástico, exegético, histórico e teológico. Entre os vários volumes, salientem-se as *Etymologiae* de Santo Isidoro de Sevilha, uma espécie de dicionário enciclopédico por assuntos, com todos os conhecimentos exigíveis a um homem culto da época — gramática, retórica, geometria, agrimensura, nomes dos deuses, seitas e heresias, música e teologia. Esta biblioteca pode considerar-se representativa da cultura clerical, subjacente a um ensino razoavelmente racional e lógico que os presores, apoiados pela corte leonesa, desejavam difundir.

É de supor com algum grau de certeza que, à semelhança de Guimarães, também nos mosteiros da Vacariça e do Lorvão, ambos sob a protecção condal, se tivesse desenvolvido uma cultura escrita. O Mosteiro do Lorvão, fundado em meados

como o íman atrai o ferro».». IDEM, *Ibidem*, p. 101.

²⁸⁷ Informações recolhidas em Pedro Gomes BARBOSA, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, cit., p. 393-395; e em Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 91-94.

²⁸⁸ Sobre o assunto veja-se José MATTOSO, “Religião e Cultura”, cit., sobretudo os parágrafos “As Letras. A diversidade dos vários meios culturais” e “A biblioteca do mosteiro de Guimarães”, p. 527-529.

do século VI, foi um importante centro do moçarabismo peninsular. Em 734 o rei mouro Aliboacem concedeu aos religiosos isenção de tributos, licença de compra e venda livre de impostos e liberdade de deslocação a Coimbra. A vida do mosteiro prosperou e calcula-se que a actividade intelectual dos seus monges tivesse sido intensa, a avaliar pelos documentos que de lá se conseguiram salvar, alguns dos quais se encontram na Biblioteca da Universidade de Coimbra e outros na Torre do Tombo, como é o caso do *Apocalipse de Lorvão* — códice iluminado do século XII, escrito em gótico primitivo, com 219 fólios — cujo principal valor reside, de acordo com Alexandre Herculano, “nas suas bárbaras iluminuras, onde se encontram muitos espécimes de trajos, alfaias, arquitectura do século XII, raros em Portugal”.²⁸⁹ Relativamente ao mosteiro da Vacariça, de que não resta qualquer vestígio físico, as informações são bastante controversas e as dúvidas muitas: apesar de a sua primeira notícia documental ser do século XI, julga-se que a fundação, certamente por monges beneditinos, remonte ao início da dominação árabe. Sob a protecção dos condes Gonçalo Moniz e D. Toda, tornou-se uma instituição rica, influente e talvez um pólo cultural: “tudo faz emparceirar este mosteiro com o de Lorvão, instituições ambas florescentes, respeitadas e dotadas por gente cristã e até arabizada”.²⁹⁰ Igualmente importante para o desenvolvimento da vida espiritual e intelectual coimbrã foi o mosteiro de S. Jorge de Milreus, cujas origens ascendem à reconquista da cidade, antecedendo mesmo a construção de outros templos como, por exemplo, a Sé Velha e as igrejas de S. Salvador e de S. Tiago.²⁹¹ Envoltas numa atmosfera de intelectualidade e privilegiada pela sua situação geográfica, pela fertilidade dos campos e pela bondade do clima, não admira que Coimbra se tivesse tornado um epicentro

²⁸⁹ *GEPB*, vol. 2, s.v. APOCALIPSE. Sobre o mosteiro do Lorvão, veja-se *GEPB*, vol. 15, s.v. LORVÃO.

²⁹⁰ *GEPB*, vol. 33, s.v. VACARIÇA.

²⁹¹ Sobre S. Jorge de Milreus, ver p. a 116, a figura 7 e a nota 243.

cultural.²⁹²

12. O urbanismo e a administração

Os geógrafos muçulmanos descreveram as grandes cidades do *Garb* em termos encomiásticos, gabando-lhes a beleza, as riquezas naturais e as qualidades dos seus habitantes. De facto, ainda Londres e Paris não passavam de aldeias lúgubres e lamacentas já Córdoba, Sevilha e Granada, pelo seu gigantismo e pelo refinamento das suas cortes, constituíam símbolos da civilização andaluza que, no seu apogeu (entre os séculos IX e XII), marcaram o imaginário do Ocidente cristão.

A organização da cidade islâmica, assimilando as tradições autárquicas da velha *polis* mediterrânica, assentava numa flexível hierarquização dos poderes urbanos, distribuídos por bairros, profissões ou comunidades étnico-religiosas, de onde resultava uma malha de ambiência peculiar, que a realidade árabe contemporânea e as descrições da época permitem entrever: “As cidades do *Garb al-Andalus*, como é próprio dos povoados muçulmanos, estruturavam-se labiríntica e circularmente, em torno da mesquita, de cuja praça partiam as tortuosas ruas comerciais, habitualmente sombrias e misteriosas, mas que nas animadas sextas-feiras explodiam de vibração e cor: nelas vendia-se de tudo, desde comida feita na ocasião até tecidos, especiarias, jóias, artesanato, tapetes ou mesmo escravos.”²⁹³ Envolvidos por muralhas que os separavam dos arrabaldes, os bairros citadinos contavam com alguns equipamentos colectivos: a alcáçova (*al-qasbâ*), centro e símbolo do poder local, era a residência do emir da medina; a mesquita, o pólo religioso aglutinador dos crentes; o balneário público (por vezes com termas de banhos a vapor), um serviço indispensável à higiene e à saúde; a universidade

²⁹² Quanto à herança cultural moçárabe, veja-se a p. 98, onde se transcreve um excerto adaptado de A. Brito CARDOSO, “Raízes da fé cristã na Diocese de Coimbra – Moçárabes e moçarabismo”, cit..

²⁹³ Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 54.

corânica, a biblioteca e o conservatório constituíam os centros do saber, da cultura e da arte; e o cemitério era o espaço consagrado ao culto dos mortos.

Sem poderem competir com os grandes centros urbanos do *Al-Andalus*, as cidades do antigo território da Lusitânia eram de tamanho médio, com excepção de Lisboa (*Lishbûna*) — a maior cidade da região. Tendo-se desenvolvido a partir da alcáçova, da zona portuária, fervilhante de vida mercantil e artesanal, e da mesquita, a cidade de Lisboa ocupava cerca de quinze hectares, envolvidos por uma cintura de muralhas de dois quilómetros de diâmetro, com numerosas portas,²⁹⁴ a mais importante das quais era a Porta do Ocidente (*Bâb al-Garb*) — adornada com arcos e colunas de mármore e situada perto da mesquita, local onde actualmente se ergue a Sé. Por volta do século XI, com os seus populosos arrabaldes da encosta ocidental e de Alfama (célebre pelas termas de banhos quentes), Lisboa era uma cidade autónoma e próspera com cerca de vinte ou trinta mil habitantes — maioritariamente moçárabes já bastante islamizados mas de culto cristão, que não podiam residir na *almedina*, a parte mais bem fortificada da cidade, e ficavam confinados ao *arrabalde*, coabitando com numerosas comunidades de mercadores orientais de religião muçulmana ou judaica.

Se bem que mais pequenas, Coimbra e Badajoz destacavam-se das restantes cidades do território: estendiam-se por uma área próxima dos dez hectares e a sua população calculava-se entre os três e os cinco mil habitantes.

Coimbra (*Qulumbriya*) merece especial referência: era a capital regional e o maior aglomerado urbano a norte do vale do Tejo. Dada a sua situação geográfica privilegiada, foi reconstruída pelos árabes em finais do século X, tornando-se um importante centro urbano após a Reconquista, sob a tutela política e religiosa dos moçárabes Sisnando, Martim Moniz, Paterno e Martinho Simões (para só referir

²⁹⁴ Na muralha, abriam-se portas de acesso (fechadas à noite para segurança dos habitantes da medina), cujo número era determinante para a avaliação urbanística e administrativa da

alguns), o que explica a sobrevivência de templos cristãos em locais centrais da urbe, como é o caso da catedral. De estrutura tipicamente mediterrânica (semelhante à de Lisboa), é o exemplo clássico das cidades do centro moçárabe: o espaço urbano, envolvido por uma extensa muralha servida por quatro portas — a de Almedina, a de Belcouce, a do Castelo ou do Sol e a da Traição ou da Genicoca²⁹⁵ —, centrava-se no topo da colina, dominado por uma alcáçova monumental com um bairro anexo. Fora da muralha, a cidade movimentava-se em torno dos banhos, ampliando-se para o dobro nos arrabaldes de Santa Justa, S. Tiago e S. Bartolomeu; junto ao Mondego (*Mundik*), ao longo da via que seguia para Norte, desenvolveu-se um bairro populoso de pescadores, comerciantes e artesãos e, nas veigas, fertilizadas pelas cheias do rio, os agricultores colhiam cereais, azeitonas, maçãs, uvas e cerejas.

As restantes cidades do Al-Garb tinham cerca de seis ou sete hectares e uma população que rondava os dois ou três mil habitantes: Elvas, com os seus pomares e olivedos; Santarém (*Shantarîn*), cidade da lezíria, com abundantes colheitas de trigo e criação de cavalos; Alcácer do Sal (*Al-Qasr Abû Dânis* ou *Al-Qasr al-Fath*), famosa pelas suas florestas de pinheiros e pela sua construção naval; Évora (*Yâbura*), com belas quintas adossadas às muralhas do castelo; Beja (*Bâja*), rica em gado, azeite, mel e outros produtos da terra; Mértola (*Mîrtula*), importante pela sua posição estratégica junto do Guadiana; Silves (*Shilb*), famosa pelo seu mercado (*sûq*), pelas azenhas ao longo do Arade e pela construção naval; e Faro (*Harun*), privilegiada pela sua situação costeira no centro do litoral algarvio, era envolvida por extensas campinas intensamente agricultadas.

Com áreas inferiores a cinco hectares, temos pequenas estruturas urbanas

cidade.

²⁹⁵ Já foi atrás mencionada a descoberta recente da Porta Nova da muralha, virada para o Mosteiro de Santa Cruz, aberta pelos frades (entre 1131 e 1137), para agilizar o seu refúgio na cidade fortificada em caso de perigo. Esta Porta Nova será a mais antiga das Portas Novas, já que existe referência a uma outra, que comunica com o Colégio de Santo Agostinho. Cf.

como Sintra (*Shintara*), famosa pelo seu âmbar, pelas pedras medicinais e pelas maçãs, Almada, Juromenha, Coruche, Moura, Serpa, Aljustrel, Cacela, Tavira e Loulé.

Como se pode concluir, exceptuando as pequenas urbes (hoje englobadas na área metropolitana de Lisboa), o crescimento das cidades portuguesas meridionais tem continuado o dimensionamento das antigas cidades islâmicas: “Após 1249, muitas vilas e cidades islâmicas mantiveram os traços característicos de um urbanismo muçulmano com dinâmicas próprias derivadas de uma filosofia urbanística bem mais organizada do que comumente se pressupõe”.²⁹⁶

Apesar de cada centro urbano controlar jurídica e sobretudo economicamente um território ou alfoz (cujos limites sofreram tão poucas alterações ao longo dos séculos que, por vezes, coincidem com os dos nossos actuais concelhos), a dispersão territorial denunciava uma diluição de poderes, característica do Garb-al-Andaluz: as cidades e até mesmo algumas aldeias que, pela extensão, pelo elevado número de habitantes ou pela importância estratégica, o justificavam possuíam o seu alcaide (*qaid*) — governador militar (com cem soldados sob o seu comando) e relector de impostos —, membro de um poderoso grupo familiar local, aceite pelo califa, com quem negociava a repartição de poderes. O alcaide dividia frequentemente o poder com o alcalde, que exercia o cargo de juiz mas, se a localidade fosse pequena, as questões judiciais eram resolvidas pelo alfaqui. O almotacé, sempre atento à aferição de pesos e medidas e ao tabelamento dos preços, era uma figura imprescindível ao bom andamento dos negócios, enquanto se desdobrava também na tarefa de garantir o abastecimento de água e de géneros à cidade. Esse fornecimento de víveres provinha das hortas e campos circundantes e de um maior ou menor número de povoações rurais — as alcarias — directamente dependentes das cidades e cujo governo estava entregue a uma *aljama* ou assembleia de anciãos. Cada alcaria podia

“Achados enriquecem arqueologia da cidade”, *Diário de Coimbra*, 5-07-2005, p. 6.

²⁹⁶ Saul António GOMES, “Mundo Rural e Mundo Urbano”, *Nova História de Portugal*, vol. III,

ser um povoado único, fortificado ou não, ou um grupo de pequenos povoados solidários entre si, que partilhavam uma área muralhada, onde as populações se refugiavam com o gado, em caso de perigo.²⁹⁷

Para além das autoridades civis, nas cidades onde existiam grandes comunidades cristãs (como era o caso de Lisboa e de Coimbra), havia um bispo, a quem estava cometida a responsabilidade do poder religioso mas cuja esfera de acção e influência ultrapassava largamente as suas competências.

13. A vida e os objectos do quotidiano

Os moçárabes, vindos em grande número e em vagas sucessivas para o Centro e Norte da Península, além de representarem a tradição meridional cristã herdada da época tardo-romana, não deixaram de trazer consigo (sobretudo as emigrações mais tardias) elementos da cultura árabe, cuja assimilação foi aumentando progressivamente ao longo dos séculos. Eram grupos formados por indivíduos ligados por laços de sangue, de serviço ou de religião que — além de conhecimentos técnicos, padrões artísticos e crenças religiosas — traziam consigo alfaias agrícolas e litúrgicas, armas, vestuário, jóias e outros objectos árabes de uso urbano comum, dando-os a conhecer à sociedade nortenha, muito antes da ocupação das terras a sul do Tejo: “Estos mozárabes, al emigrar a los reinos cristianos, trajeron consigo el gusto por las artes, sobre todo la artesanía que florecía brillantemente en el *Al-Andalus*. De esto modo trajeron una serie de nombres en la indumentaria, en la construcción, en la agricultura y en otros usos. Las artes también acusan esta influencia. (...) Entonces estaba de moda, incluso entre los cristianos libres, el gusto árabe que traían los mozárabes.”²⁹⁸ Concomitantemente com a importação dos objectos dá-se, portanto, a

cit., p. 394-395.

²⁹⁷ De acordo com Cláudio TORRES, “Os recursos e os poderes”, *História de Portugal* (direcção e coordenação de José MATTOSO), vol. 1, cit., p. 397-398.

²⁹⁸ Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., p.

adopção dos vocábulos correspondentes: “«em relação às palavras os objectos é que são primaciais e fixos, — as palavras encontram-se-lhes ligadas e movem-se à sua volta»”.²⁹⁹ É, pois, natural que essa sociedade, impressionada pela ostentação islâmica, rapidamente tenha incorporado os vários termos para designar os utensílios novos — camas, colchões, almofadas, colchas, cobertores, tapetes, cortinas, mantos, túnicas, cintos, etc. — e, antes mesmo de conseguirem assimilar estas influências mas vivamente fascinados por este luxo, seriam, mais tarde, os próprios cavaleiros do Norte a pilhá-los nas cidades do Sul e a ostentá-los num gesto de novo-riquismo que não ainda de civilização.³⁰⁰

As relações sociais e interpessoais eram reguladas por refinadas regras de cortesia e a hospitalidade — um dos mais nobres preceitos do *Corão* — era de tal modo praticada que chegava a arruinar as famílias.³⁰¹ No entanto, a intimidade da vida doméstica era um bem a preservar: nas casas abastadas do *Al-Andalus*, a privacidade era defendida por grossas paredes de taipa ou adobe, decoradas com magníficos azulejos (*al-zulayi*), madeira trabalhada e painéis de estuque, com motivos florais, geométricos ou caligráficos, e as adufas (*musharabias*) das janelas impediam os

75-76 (excerto adaptado).

²⁹⁹ Hugo Schuchardt, citado por José Herculano de CARVALHO, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*, separata de *Biblos*, vol. XXIX, 1953, p. VIII.

³⁰⁰ No vocabulário português dos séculos XV-XVI, ainda se encontravam nomes de peças de vestuário de origem árabe e moçárabe: *alifafes*, *çorame* ‘manto ou capa’, e *balandrau* ‘capa para a chuva, ampla e sem mangas’ — termo este ainda hoje usado, com sentidos próximos. Cf. José MATTOSO, “Religião e Cultura”, cit., p. 509-530 (especialmente o parágrafo “Fascínio pelo luxo islâmico”, p. 511-513); e *O vestuário português dos séculos XV e XVI*, <http://www.trajes.no.sapo.pt/GlossarioVestuario.secXV.XVI.htm>.

³⁰¹ São vários os exemplos da cordialidade que caracterizava as relações humanas: na incomparável magnificência das cortes muçulmanas de Córdova, Bagdad, Cairo, Damasco ou Samarcanda, se um escravo conseguisse provar que o seu senhor lhe dera uma bofetada, tornava-se livre; os califas, emires, vizires e príncipes hospedavam poetas, filósofos, sábios e artistas de todas as classes; as estalagens (*caravansera*) eram, na sua maioria, gratuitas para

olhares indiscretos. O centro da casa era ocupado pelo pátio-jardim — local de convívio e lazer —, onde também se desenrolavam as tarefas quotidianas. À sua volta dispunham-se as salas e alcovas muito confortáveis: o mobiliário era entalhado ou pintado (como as nossas mobílias alentejanas), grandes almofadões multifuncionais espalhavam-se um pouco por todo o lado, e a grossura das paredes garantia uma perfeita climatização, que as tornava frescas no Verão e quentes no Inverno. Além de uma despensa para guardar os alimentos, em todas as casas havia pelo menos uma latrina e, por vezes, até uma sala de banhos.

Contrastando com a opulência das grandes cidades, a pobreza da vida rural no Sul islâmico obrigava a uma sobriedade que se continua a verificar nos nossos dias. Enquanto os trajes da aristocracia eram luxuosos, com padrões florais ou geométricos e versículos do Alcorão ou o nome do seu dono bordados com fio de ouro e seda, o vestuário campesino era simples. O dos homens era composto pelo albornoz (*al-burnûs*), que em Portugal evoluiu para o bioco (com capuz) e para o capote alentejano (sem capuz), pelas camisas de linho ou algodão, sobre as quais se podiam vestir coletes ou jaquetões de pele e, na cabeça, usavam barretes de feltro ou gorros de linho. As mulheres vestiam-se de cores garridas (o branco era a cor do luto): usavam mantos e túnicas cingidas na cintura, um lenço sobre o cabelo e, quando chegavam à idade de casar, um véu (*hijâb*). Ambos os sexos usavam socos e botas, no Inverno, e sandálias ou alparcatas, no Verão.³⁰²

A casa camponesa, de paredes (interiores e exteriores) caiadas, tinha o chão em terra batida ou em adobes, por vezes coberto de esteiras, as largas chaminés das lareiras (chamadas *chaminés de escuta*) permitiam ouvir o que se passava na rua, substituindo-se às janelas, minúsculas ou mesmo inexistentes. O mobiliário era escasso, quase exclusivamente composto por potes e talhas de vários tamanhos,

o viajante e mantinham-se com as dádivas de particulares.

³⁰² Cf. Adalberto ALVES, *A herança árabe em Portugal*, cit., p. 32-40.

onde se conservava a azeitona, os frutos secos, os vários tipos de farinha, as leguminosas, o mel, o vinagre, o azeite e a água. Embora houvesse por vezes banquetas ou poiais de alvenaria, mais comuns no pátio ou junto à porta da entrada, os objectos de trabalho estavam geralmente colocados no chão, onde eram manipulados pelas mulheres sentadas sobre os calcanhares.

Nas prateleiras, escavadas nas próprias paredes de taipa, eram guardados os utensílios necessários à confecção das refeições, essencialmente idênticas às actuais: cozidos ou guisados de grão-de-bico, favas ou lentilhas, a açorda (então chamada *tarid* ou *tarida*), as actuais migas (então *harisa*), as almôndegas (*al-bandaqa*), o escabeche (*sikbay*), o gaspacho,³⁰³ as massas e, em dias festivos, os ensopados de borrego ou carneiro, tudo temperado com grande variedade de ervas aromáticas, ainda tão características do Alentejo e Algarve dos nossos dias. O popularíssimo arroz-doce e os sorvetes são também herança árabe.

É de notar que essas tradições gastronómicas assimiladas e continuadas pelas populações moçárabes sobreviveram e chegaram até nós, agora até por via electrónica. De facto, uma rápida pesquisa na *Internet* forneceu uma quantidade significativa de receitas de pratos espanhóis declaradamente revivalistas da tradição moçárabe: “Pierna de cordero a la miel y azafrán”,³⁰⁴ “Cabrito a la miel”,³⁰⁵ “Ensalada Mozárabe de Bacalao y Aguacate a la Naranja”,³⁰⁶ “Cardo Mozárabe”.³⁰⁷ *Sites* promocionais turísticos fazem igualmente referência aos pratos tradicionais

³⁰³ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 326, explica que o termo, tal como o apelativo castelhano *caspicias* ‘resto, sobras sem valor’, assenta na raiz *caspa*, de origem desconhecida, e que se trata de um género de sopa característica do Sul espanhol. Como se sabe, no Sul de Portugal também é um prato muito divulgado.

³⁰⁴ <http://www.wam.umd.edu/~mraquel/RECETAS/cordero.htm>, com a indicação de que “este plato puede englobarse dentro del recetario mozárabe y se consume en Andalucía”.

³⁰⁵ <http://www.acocinar.com/cabrimiel.htm>, onde se refere explicitamente que “esta es una receta que procede de la cocina mozárabe”.

³⁰⁶ <http://www.gastronova.com/acomer/gastrorecetas/15.htm>.

³⁰⁷ *Cocina tradicional*, <http://www.ciberjob.org/cocina/tradicional/mozarabe.htm>.

moçárabes: “sin olvidarnos por nuestra ubicación y raíces de la cocina mozárabe con platos como la paletilla de cordero asada com ciruelas o lo solomillo de cerdo con piña y orejones”;³⁰⁸ “concerning to deserts we must mention the old mozarab heritage in their confection, like custards with cookies, milk curds, figs marmelade or the dishes made of fruit and pine seeds.”.³⁰⁹

No nosso léxico sobrevivem vários nomes de utensílios domésticos de uso predominantemente feminino, como *alcofa*, *alguidar*, *almofariz*, *almotolia*, *garrafa*, *jarra*... Os espaços da casa, perfeitamente adaptados às necessidades das mulheres, constituíam o seu domínio: na economia doméstica e na educação dos filhos eram elas que tinham a palavra decisiva. Mas a rua pertencia ao homem que se ocupava em exclusividade dos assuntos públicos. A sua permanência em casa era rara, muitas vezes só para dormir e quando, excepcionalmente, vinha a casa era acompanhado por alguém de família. Os movimentos das mulheres ficavam circunscritos aos caminhos da mesquita ou do cemitério e, uma tarde por semana, dos banhos públicos — acontecimento feliz numa vida de quase clausura.³¹⁰ Também esta bipartição de mundos, em vigor até há bem pouco tempo sobretudo no mundo rural do Sul, constituiu herança árabe, patente na nossa literatura contemporânea: “Os senhores da vila desciam ao Largo. Era aí o lugar dos homens, sem distinções de classes. A casa era para as mulheres. No fundo das casas, escondidas da rua, elas penteavam as tranças, compridas como caudas de cavalos; trabalhavam na sombra dos quintais, sob as parreiras; faziam a comida e as camas — viviam apenas para os homens. E esperavam-nos, submissas. Não podiam sair sozinhas à rua porque eram mulheres. Um homem da família acompanhava-as sempre. iam visitar as amigas, e os homens deixavam-nas à porta e entravam numa loja que ficasse perto, à espera que saíssem para as levarem para casa. iam à missa, e os homens não passavam do adro. Eram

³⁰⁸ <http://www.granadaempresarial.com/gremini36.html>.

³⁰⁹ <http://www.gente.chueca.com/talaverajoven/gastron.htm>.

homens que dominavam no Largo.”³¹¹

³¹⁰ De acordo com Cláudio TORRES, “A terra e os homens”, cit., p. 380-383.

³¹¹ Excertos adaptados de Manuel da FONSECA, *O Fogo e as Cinzas*, P. E. A., 1972, p. 9-10.

CAPÍTULO III

OS DIALECTOS MOÇÁRABES

Os moçárabes não conservaram somente a sua língua românica mas contribuíram activamente para a transformação dos idiomas vindos do Norte e para a formação das línguas literárias e dialectos hodiernos de Espanha e Portugal. (...)

Seria unilateral explicar as áreas linguísticas da Península, unicamente como áreas de irradiação dos dialectos que antes da Reconquista estavam limitados ao Norte.

Harri Meier³¹²

É sem dúvida falseadora a caracterização do moçárabe como uma única língua. Os traços que se lhe atribuem são, quase sempre, traços que opõem o moçárabe aos romances do norte.

Ivo Castro³¹³

14. Fontes documentais

Mesmo durante a época de dominação sarracena, os dialectos de base românica nunca deixaram de configurar um importante traço cultural da matriz identitária das comunidades moçárabes, além de constituírem o seu instrumento privilegiado de expressão e comunicação oral. Mas, apesar desta persistência, o árabe foi para a maioria dos intelectuais moçárabes a língua de cultura usada na escrita, designadamente na de carácter científico, não se dispondo pois de nenhum texto

³¹² Cf., respectivamente, Harri MEIER, “A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas”, cit., p. 512; IDEM, “A formação da língua portuguesa”, *Ensaios de Filologia Românica*, Lisboa, 1948, p. 29 (excertos adaptados).

³¹³ Ivo CASTRO, *Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português antigo*,

integralmente redigido em qualquer dialecto moçárabe. Assim sendo, e uma vez que o sistema fonológico árabe não permite que se estabeleçam correspondências exactas entre os fonemas românicos e os caracteres arábicos em que muitas palavras moçárabes aparecem grafadas, a única forma de estudarmos e caracterizarmos estes dialectos é através da análise de diversas fontes documentais, tais como os cancioneiros, os glossários latino-árabes ou hispano-árabes, os tratados científicos, a onomástica (toponímia e antroponímia), além dos moçarabismos que ainda se conservam no léxico comum.³¹⁴

14.1 Glossários

Apesar de pobre em romanismos, o glossário de Leyden — *Glossarium latino-arabicum ex unico qui exstat codice Leidense XI^o saeculo in Hispania conscripto* — publicado por C. F. Seybold, em Berlim, no ano de 1900 — é o mais antigo e as opiniões divergem quanto à região onde foi escrito.³¹⁵

Mais tardio (século XIII) e também mais rico em elementos linguísticos moçárabes é o *Vocabulista in arabico, publicato sopra un codice della Biblioteca Riccardina di Firenze*, glossário composto por uma parte arábico-latina e outra latino-árabe, editado por C. Schiaparelli, em Florença (1871). No que respeita à sua

cit., p. 70 (citação com supressões).

³¹⁴ Vide, especialmente as obras já referidas: SIMONET, *Glosario*, cit., p. 134-173; M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 296-303; Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 17-25. Cf. também Manuel Augusto RODRIGUES (direcção e coordenação) e Avelino de Jesus da COSTA (orientação científica), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, cit., especialmente o § Língua falada pelos moçárabes, p. CXCIII-CCXIII, onde se destaca a contribuição da toponímia para o seu melhor conhecimento.

³¹⁵ Seybold crê ter sido escrito no Ocidente peninsular, na actual região de Castela ou, talvez melhor, em Portugal, mas Menéndez Pidal não sustenta esta opinião. Em termos cronológicos o entendimento também não é unânime: Villada, por exemplo, julga ter sido escrito no século X, enquanto Bertoni e Seybold o situam no século XI. Vide R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 82.1; e Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 17.

autoria, mais uma vez, as opiniões dividem-se.³¹⁶

Por fim, o mais tardio e o mais abundante em romanismos é o glossário hispano-árabe de Frei Pedro de Alcalá, *Vocabulista árábigo en lengua castellana*, impresso em Granada, no ano de 1505, e que reproduz, em caracteres latinos, a fala vulgar dos mouros granadinos recém-conquistados, na qual se havia incluído uma quantidade significativa de moçarabismos, se bem que de utilização científica problemática porque, incorporados no acervo do árabe hispânico vulgar, têm exigido um aturado estudo crítico.

14.2 Tratados Científicos

Nos tratados científicos, encontramos testemunhos de botânicos, médicos, farmacólogos hispano-árabes, que aí incluíram sinónimos moçárabes de uma grande variedade de produtos, nomeadamente de plantas, facto esse que nos proporciona o contacto com numerosas formas lexicais românicas.

Entre estes testemunhos, os mais antigos ascendem à segunda metade do século X e correspondem aos escritos dos médicos Ibn ŶulŶul de Córdova e Ibn al-Yazzār de Tunes; no século XI, contam-se os tratados médicos de Ibn Wāfid, árabe toledano e Ibn Yanāḥ, judeu de Saragoça. Nos finais do século XI ou inícios do século XII, destacam-se pela sua importância dois ricos dicionários botânico-medicinais: um deles anónimo mas, seguramente, da autoria de um sevilhano, regista cerca de 750 palavras românicas, e o outro, do judeu de Saragoça Ibn Buklāriš, contém cerca de 300 vocábulos também moçárabes. Infelizmente o segundo não está publicado, mas o primeiro foi editado por M. Asín Palacios com o título de *Glosario de voces romances registradas por un botánico anónimo hispano-musulmán (siglos XI-XII)*, Madrid / Granada, 1943. Outros testemunhos mais recentes do antigo léxico moçárabe

³¹⁶ Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 82.1; e Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 18.

encontramo-los nas obras de diversos botânicos: Ibn Awwām, sevillhano (século XI), Ibn al-Bayṭār, malaguenho (século XIII), e Ibn Luyūn, almeriense (século XIV).³¹⁷

14.3 Cancioneiros

Nos cancioneros muçulmanos espanhóis encontramos inúmeras composições poéticas que incluem vocábulos e, por vezes, frases inteiras em dialectos moçárabes, o que nos ajuda a ter uma visão mais ampla e fiel da realidade linguística das populações cristãs submetidas, uma vez que (como acontece com os tratados científicos) os seus autores tentaram reproduzir, tão rigorosamente quanto lho permitia o sistema gráfico árabe, as palavras românicas tal como eram pronunciadas pelos moçárabes.

O mais célebre cancionero é o de Ibn Quzmān, poeta popular cordovês, morto em 1157, cuja obra completa foi editada por Emilio García Gómez, em 1972, onde se pode encontrar o árabe vulgar usado a par com os dialectos moçárabes.³¹⁸

Foram também descobertas algumas composições moçárabes dos séculos XI e XII que inspiraram as *jarýas* — estrofes finais das *muwaššahas* — escritas em árabe vulgar ou em dialecto moçárabe. Como já foi referido, as principais recolhas de *jarýas* moçárabes ficaram a dever-se a Samuel Miklos Stern, “Les vers finaux en espagnol dans les muwaššahs hispano-hébraïques: une contribution à l’histoire du muwaššah et à l’étude du vieux dialecte espagnol “mozarabe”” (1948), publicadas mais tarde com o título “Les chansons mozarabes” (1953), e a Emilio García Gómez, “Veinticuatro jaryas romances en muwaššahs árabes” (1952), edição a que se segue, do mesmo Autor, a de todas as *jarýas* conhecidas em árabe: *Las jarchas romances de la serie*

³¹⁷ Vide R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 82.2; e Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 19-20.

³¹⁸ Emilio GARCÍA GÓMEZ, *Todo Ben Quzmān*, 3 vols., Madrid, 1972.

árabe en su marco (1965).³¹⁹ Trata-se de canções amatórias, colocadas na boca das donzelas, que floresceram no *Al-Andalus*, a partir do século X: alheias à origem e ao gosto árabes, teriam sido escritas, primeiro, em dialecto românico; depois, dado o bilinguismo existente, numa mescla de românico e árabe e, por fim, totalmente imitadas pelo povo e escritas em árabe vulgar. As cantigas de amigo galego-portuguesas têm grandes afinidades com as *muwaššahas* de índole amorosa: umas e outras apresentam uma estrofe final e em ambas a donzela fala do seu amigo e das “dōas” que ele lhe dá.³²⁰ Alguns autores defendiam que as populações moçárabes, ao procurarem refúgio no Norte, teriam transportado consigo a semente da influência das *muwaššahas* sobre as cantigas de amigo, mas esta tese veio a ser contestada por Iole Ruggieri que, defendendo a origem galaico-portuguesa das cantigas de amigo, advoga que, com o processo da Reconquista, a influência se deu em sentido contrário, isto é, das cantigas de amigo sobre as *muwaššahas*.³²¹ “Dos investigadores tan importantes como Menéndez Pidal e Dámaso Alonso opinan que la lírica mozárabe se extendió hacia el Noroeste (lírica gallego-portuguesa) y hacia el Nordeste (lírica trovadoresca). Ello explicaría el carácter lingüístico conservador de la

³¹⁹ Já citados na nota 191, p. 87. Sobre as *jarýas*, ver bibliografia bastante abundante em <http://www.maga.tripod.com/biblgfia.htm>, e em <http://www.hottopos.com/rih6/jordi.htm>.

³²⁰ Existem, no entanto, algumas diferenças: nas cantigas de amigo, as confidentes da donzela (sejam elas a natureza, a mãe, as irmãs ou as amigas) têm quase sempre um papel activo — a mensageira que facilita os encontros —, enquanto nas *muwaššahas* a confidente limita-se a uma atitude de escuta passiva; nas cantigas de amigo as “dōas” são lembranças simples, ao passo que nas *muwaššahas* os presentes reflectem o esplendor da sociedade árabe (jóias, colares, etc.).

³²¹ A bibliografia mais completa sobre este tema encontra-se em Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., p. 66-68 (nota 45). Podem acrescentar-se A. J. da Costa PIMPÃO, *História da Literatura Portuguesa (Idade Média)*, 2ª ed., Coimbra, 1959, p. 156-164; e R. MENÉNDEZ PIDAL, “La primitiva lírica europea. Estado actual del problema”, *Revista de Filología Española*, t. XLIII, Madrid, 1962, p. 279-354. Veja-se

lírca gallego-portuguesa (cantigas de amigo, cantigas paralelísticas): conservación de *pl-*, *-l-*, *-n-*, artículo *lo*, *la* y formas como *vaya*, *vayamos*, en lugar de *vaa*, *vaamos*.”³²² Também António José Saraiva e Óscar Lopes sublinharam que os “traços de arcaísmo fonético, nomeadamente a manutenção do *n* intervocálico em palavras-chave como *fontana*, *louçana*, etc., permitem suspeitar neste género uma origem que vem da proto-história, talvez moçárabe, do Português. As *carjas* fazem supor uma tradição românica peninsular suficientemente antiga e pujante para ser comum, quer a uma lírica moçárabe meridional do séc. XI pelo menos, quer a uma lírica do Noroeste peninsular, onde pouco se fez sentir a influência árabe. É mesmo possível entrever um fundo tradicional românico de poesia lírica popular baseado em dísticos paralelísticos seguidos de refrão, do qual proviriam quer a *ballia* galaico-portuguesa, quer a *carja* moçárabe”.³²³ Mais recentemente, Armando López Castro confirma que as *jarchas* são canções de amor femininas de raiz tradicional românica, produto de uma sociedade bilingue. Segundo este Autor, elas são o testemunho de que a cultura popular tradicional se impôs aos poetas árabes, tendo a absorção de uma forma lírica por outra implicado a mescla do românico com o árabe coloquial, tornando possível a existência de uma “poesía romanceada arabigo-andaluza”, só viável numa situação de bilinguismo, devida à ampla tolerância nos reinos taifas do século XI. Além disso, defende também que tanto a mudança linguística como a presença da rima assonante — desconhecida no árabe — provam a autonomia e a pré-existência das *jarchas* — estrofes que o poeta inventa em primeiro lugar e sobre as quais constrói posteriormente o resto do poema.³²⁴ No entanto, Federico Corriente assumiu-se como

também P. Cunha SERRA, *Sobre a intercultura de mouros e cristãos*, cit..

³²² Excerto adaptado de Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., p. 89-90. Ver nota 75, onde indica bibliografía específica sobre a temática.

³²³ António José SARAIVA e Óscar LOPES, *História da Literatura Portuguesa*, 14ª ed., Porto, 1987, p. 55-56 (excerto adaptado).

³²⁴ Cf. Armando López CASTRO, “Las jarchas romances: consistencia y apertura”, cit., p.

voz discordante em relação à grande maioria dos estudiosos da questão moçárabica: considerando escassas as cerca de sessenta *xarajāt* com texto românico, vem pôr em causa ideias comumente aceites como, por exemplo, a da importância do substrato românico na génese da poesia estrófica andaluza, e a própria designação tradicional de dialecto «moçárabe» — segundo ele inexacta e ideologicamente comprometida —, que propõe substituir por «romandaluz», justificando que “esta lengua iberorromance meridional nunca fue, como implica la errónea designación de «mozárabe», no por consagrada menos digna de rechazo, exclusivamente lengua de cristianos frente a otras confesiones, sino de los más pobres e incultos, carentes de ocasión y medios para adquirir una formación en la lengua dominante, el árabe, incluso dialectal.”³²⁵

Para Corriente, as *xarajāt* com texto românico são uma variante minoritária das centenas das suas irmãs dialectais árabes, espelham o enfraquecimento dos dialectos locais (fruto da rápida arabização de moçárabes, muladis e judeus) e atestam o estágio final da romanidade no *Andalus*, uma vez que, a partir do século XII, o idioma românico andaluz já não se documenta nas *xarajāt*. Mas se elas são relativamente poucas, tal não implica a completa extinção da romanidade no *Al-Andalus*. Assim, seria difícil explicar a existência de traços moçárabes na arte, em geral, e na arquitectura, em particular, no léxico comum, na onomástica e sobretudo na toponímia ibérica, especialmente das regiões centrais e meridionais.³²⁶

14.4 Onomástica

A onomástica constitui, de igual modo, um importante domínio linguístico rico

213-226; e *La Lengua Andaluza Aljamiada*, <http://www.andalucia.cc/adarve/sinanimio-3.htm>.

³²⁵ Federico CORRIENTE, *Poesía dialectal árabe y romance en Alandalús (Cejeles y xarajāt de muwaššahāt)*, cit., p. 336-337.

³²⁶ Cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, "Recensão crítica a Federico CORRIENTE, *Poesía dialectal árabe y romance en Alandalús (Cejeles y xarajāt de muwaššahāt)*", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, Coimbra, 1998, p. 422-427.

em moçarabismos. Para o estudo da toponímia, dos nomes próprios e dos apelidos românicos, em território espanhol, desempenham um papel fundamental os livros conhecidos por *Repartimientos*, onde se encontram registados os nomes das propriedades, dos lugares e dos proprietários árabes, bem como as transferências feitas para os novos senhores; entre os referidos nomes, contam-se alguns de origem românica que haviam sido, entretanto, adoptados pelos sarracenos. Há, no entanto, que ponderar o valor de tais testemunhos enquanto representantes fidedignos da fonética moçárabe, uma vez que se, por um lado, eles espelhavam o peso de uma certa latinidade ou eram formalmente condicionados na sua transcrição por copistas castelhanos ou catalães, arreigados aos seus hábitos fonéticos e articulatórios, por outro, os referidos topónimos e antropónimos tinham, entretanto, sofrido modificações e adaptações à língua árabe, que os adoptara. Os *Repartimientos* apresentam-nos, pois, moçarabismos envoltos e "submersos" por estes vários tipos de influências — árabes, latinas, castelhanas ou catalãs, — pelo que, antes de os aceitarmos e utilizarmos directamente como fonte para o estudo da dialectologia moçárabe, os devemos primeiro "despir" de todas essas "roupagens" para os tentarmos devolver à sua autenticidade original.

Para além dos *Repartimientos* particulares da região malaguenha, pouco fiáveis sob o ponto de vista filológico, são de salientar, enquanto fontes da dialectologia moçárabe, os de Maiorca, de Valência, de Múrcia, de Sevilha e de Málaga.³²⁷

No nosso território, as fontes para o estudo dos topónimos moçárabes são muito mais escassas — realidade a que já nos referimos anteriormente e que poderemos verificar no próximo capítulo.

³²⁷ Sobre as respectivas edições, vide M. SANCHIS GUARNER, "El Mozárabe Peninsular", cit., p. 302. Á. GALMÉS DE FUENTES também utiliza frequentemente os *Repartimientos*, ao longo da sua *Dialectología mozárabe*, cit..

14.5 Latim usado pelos moçárabes (na literatura)

Deve ainda referir-se o latim utilizado pelos moçárabes (na sua literatura) que, apesar de não se encontrar num estado evolutivo muito diferente do de outras populações cristãs, revelava a influência de traços fonéticos vulgares, como acontece em textos latinos tardios de outras zonas românicas.

14.6 Regionalismos moçárabes

Constituem também uma outra fonte as palavras de origem moçárabe que sobreviveram nas diversas regiões da Península Ibérica, quer com carácter regional restrito, quer generalizadas nos idiomas principais — português, castelhano e catalão.

José Leite de Vasconcelos chamou a atenção para a importância dos regionalismos moçárabes em Portugal: "Após as conquistas de D. Afonso Henriques (dos meados do século XII em diante), o [galego-] português do Norte, ou português arcaico, propagou-se no Sul, e absorveu o romance aí falado, ou identificou-se com ele; exceptua-se, já se vê, o que de tal romance possa estar hoje representado no onomástico da Estremadura, Alentejo e Algarve, e na linguagem corrente dos povos das mesmas províncias."³²⁸ Também Carolina Michaëlis de Vasconcelos entendia que o romance moçárabico em pouco deveria diferir do galego-português, referindo que "nos traços peculiares que distinguem os falares modernos do Alentejo, da Estremadura e do Algarve é que teremos de reconhecer reminiscências dos que distinguiram os falares antigos."³²⁹ Serafim da Silva Neto julga mesmo que a influência moçárabe teria sido mais forte no português do que no castelhano: "já se vê bem claro que um dos pontos que parecem estabelecer a diferença entre a formação castelhana e a portuguesa é a maior participação dos moçárabes nesta última."³³⁰ José Pedro

³²⁸ J. Leite de VASCONCELOS, "Origem e evolução da língua portuguesa", cit., p. 17.

³²⁹ C. Michaëlis de VASCONCELOS, *Lições de Filologia Portuguesa*, cit., p. 271.

³³⁰ Citado por Kurt BALDINGER, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, cit., p. 72, nota 51.

Machado, que também se ocupa do fenómeno moçárabe e o aborda sob um ponto de vista bastante abrangente, valoriza os topónimos enquanto elementos disponíveis para o estudo linguístico das “coisas do Sul”.³³¹

Menéndez Pidal considera que a influência moçárabe se traduz na conservação de alguns arcaísmos, sendo também visível no estilo, sobretudo nas fórmulas de bênção usadas antes de nomes de pessoas ou de cidades como, por exemplo, “que Deus salve”, “que Deus guarde”, “que Deus defenda”, “que Deus mantenha”, “que Deus haja”. Trata-se de decalques do árabe conservados e transmitidos pelas populações moçárabes — alguns deles presentes em documentos da época de D. Sisnando, governador de Coimbra.³³²

15. Evolução fonética

Apesar de vários autores se terem referido aos dialectos moçárabes, foram, no entanto, poucos os que deram contributos de vulto para uma progressiva caracterização dos mesmos. A breve visão de conjunto que se segue baseia-se de

³³¹ J. P. MACHADO, “O português e o romance do sul do Tejo”, *Revista de Portugal*, vol. IX, n.º 44, Lisboa, 1946, p. 192-193. O Autor sublinha que, em contraste com o Norte, a toponímia tende a conservar os proparoxítonos, fenómeno já referenciado por Carolina Michaëlis de Vasconcelos, que via, por exemplo, em *púcaro* (< latim PŌCŪLU) um remanescente do “romance mourisco”. J. P. MACHADO, *Notas de toponímia portuguesa*, cit., p. 8, desejando por certo enfatizar o valor da entoação enquanto traço marcante da feição moçárabe, parece contradizer-se: “Creio (...) que os principais elementos ainda hoje visíveis desses falares antiquíssimos estão nas entoações tão cantadas de alentejanos e algarvios. Julgo, pois, que são as entoações tudo o que nos resta dos Moçárabes algarvios.”. Faça-se um breve parêntese para, a propósito do ritmo (intimamente ligado à entoação), relembrar Vossler citado por Joseph M. PIEL, numa Recensão a Harri MEIER, “Beiträge zur sprachlichen Gliederung der Pyrenäenhalbinsel und ihrer historischen Begründung”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 188: “Mesmo falando perfeitamente uma língua, quer dizer reproduzindo sem erro os sons, as formas e a sintaxe, um estrangeiro sempre se atraiçoará pelo seu ritmo, sendo este o «critério mais característico duma individualidade linguística regional»”.

³³² Cf. p. 107, onde se transcrevem excertos de documentos em latim da época de D. Sisnando, recolhidos em Menéndez Pidal.

perto sobretudo na síntese laboriosa e fundamental “El Mozárabe Peninsular”, de Manuel Sanchis Guarner, já citada, que tem servido de referência a numerosos trabalhos, bem como na minuciosa *Dialectología mozárabe* de Álvaro Galmés de Fuentes.³³³

A primeira dificuldade que se coloca no estudo dos dialectos moçárabes reside na arbitrariedade e na oscilação interpretativa das transcrições árabes das palavras romances e no perigo da conseqüente dedução de regras pouco fiáveis. A este propósito diz-nos Galmés de Fuentes: “Para evitar esta arbitrariedad confusionista se impone, ante todo, una transcripción rigurosamente literal de las voces romances de la mozarabía transmitidas por los autores árabes, para sobre ella deducir, si no reglas fijas que nunca debieron existir, por lo menos ciertos hábitos en la acomodación de los mozarabismos a los caracteres árabes, sobre los cuales es sólo posible determinar rasgos fonéticos más seguros.”. Seguindo o pensamento deste Autor, é necessário distinguir o “sistema de transliteración de los moriscos hispanófonos, mucho más foneticista, y el de los arabófonos, más «arbitrario», en el sentido saussureano del término”.³³⁴

Não podemos, portanto, esquecer que as transcrições dos moçarabismos não são reproduções fiéis, mas sim uma acomodação fonética e ortográfica às normas do árabe. Assim, para o estudo da dialectologia moçárabe, para além da verificação

³³³ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit.. Vide as p. 305-312, referentes ao vocalismo e as p. 312-325, referentes ao consonantismo, nas quais são mencionadas as fontes onde o autor colheu as palavras que são utilizadas como exemplos, bem como os seus significados. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., também se tinha debruçado com alguma minúcia sobre as especificidades dos dialectos moçárabes; ver, especialmente, §§ 90 e 91 sobre “Caracteres de los dialectos mozárabes” e “Vitalidad ulterior de los dialectos mozárabes”, respectivamente.

³³⁴ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 40. Vejam-se também os pontos II “Fonética histórica árabe-portuguesa” e VI “Evolução fonética árabe-portuguesa” do artigo de R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçarábico lusitano”, cit., p. 126-130 e 137-144, respectivamente.

rigorosa dos dados, é necessário articular duas ordens de factores: por um lado, a correcta interpretação das grafias da documentação disponível, tendo em conta as características fonéticas moçárabes e, por outro, os hábitos fonéticos e as regras gráficas dos árabes transmissores. Na *Dialectología mozárabe*, Galmés de Fuentes aborda alguns problemas gerais da dialectologia moçárabe e estuda os traços principais dos seus diversos dialectos (toledano, maiorquino e valenciano, murciano, sevilhano e granadino), utilizando fontes documentais várias, sobretudo: os diversos *Libros de los Repartimientos*, já mencionados; o *Vocabulista árabe en lengua castellana*, de Frei Pedro de Alcalá; o *Vocabulista* de Ramón Martí; o cancionero de Ibn Quzmān, *Todo Ben Quzmān*; o *Glosario de voces romances*, de Asín Palacios; e o *Glosario de voces ibéricas y latinas usadas entre los mozárabes*, de Simonet. Galmés de Fuentes recorre ainda frequentemente às “Oraciones cristianas aljamiadas en procesos inquisitoriales de moriscos valencianos”.³³⁵ Trata-se de textos aljamiados escritos em castelhano por quatro mouros de Valência (Baltasar Alaqua, Gaspar Faena, Gerónimo Noche Hoix e Francisco Haçán), processados pela Inquisição entre 1572 e 1593. Segundo o Autor, estas orações assumem especial importância na medida em que, conhecendo-se bem o castelhano do século XVI, que se oculta sob os caracteres árabes, e sabendo que estes textos obedecem a condicionamentos linguísticos similares aos da aljama moçárabe, eles ajudam, portanto, a avaliar correctamente o significado das transliterações dos moçarabismos.

15.1 Vocalismo

Galmés de Fuentes apresenta, ilustrando com exemplos, os vários aspectos problemáticos que envolvem o vocalismo simples, e que sumariamente são os

³³⁵ Segundo Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 26, estas orações foram publicadas por Ana Labarta no *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, vol. XXXVII, 1977-1978, p. 177-197.

seguintes:³³⁶

15.1.1 Transcrição de vogais em palavras árabes

- a vogal *fatha* /a/, longa ou breve, representa indistintamente [a] e [e] românicos, sendo a quantidade vocálica marca, respectivamente, do carácter tónico ou átono da vogal moçárabe que representa; por vezes, a toponímia ajuda a dilucidar este tipo de problema, como no caso de [f.qār.š] que, apesar de se poder ler *fiqareš* ou *fiqeraš*, aparece documentado sob a forma *Higares*, continuada na toponímia toledana moderna;

- a vogal *kasra* /i/ equivale geralmente ao [i] moçárabe e a sua quantidade prende-se igualmente com a tonicidade — [b.lla^l] *billa*, [šp.rtīn.š] *ešpartīnaš*, só excepcionalmente esta vogal representa [e] românico, dada a especialização da *fatha* para representar este fonema e, quando tal acontece, a *kasra* costuma ser longa — [q.nālīš] *qanālēš*,

- a vogal *damma* /u/, breve ou longa, tanto representa [o] — [b.rtāl] *portāl* — como [u] — [q.b.š] *qubaš* — moçárabes, e também neste caso o alongamento vocálico marca a tonicidade da sílaba; no entanto, é frequente a utilização da *damma* longa para representar [o], independentemente da sua tonicidade — [pūmār] *pōmār*.

De facto, uma das maiores dificuldades na correcta interpretação das formas moçárabes escritas em caracteres árabes reside no vocalismo, porque uma mesma

³³⁶ Ver Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 47-56. Para a transcrição fonética, optou-se em geral pelo Alfabeto Fonético Internacional (AFI) e também pelo utilizado na *Revista Portuguesa de Filologia* (nos casos em que o AFI não possui meios suficientes para a transcrição de certos sons). Os topónimos espanhóis, que exemplificam as diversas características fonéticas tratadas, foram recolhidos nos trabalhos (já citados) de Manuel Sanchis Guarnier e de Álvaro Galmés de Fuentes. Quanto aos portugueses, foram objecto de pesquisa iniciada anteriormente, aquando da elaboração do trabalho de Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit..

vogal poder representar indistintamente diferentes fonemas moçárabes. Além de o árabe clássico possuir um reduzido sistema vocálico, sem ditongos crescentes nem hiatos, as vogais são representadas por sinais diacríticos e, por vezes, nem sequer são reproduzidas graficamente.

15.1.2 Tratamento de Ę e Ŏ latinos

A ditongação de Ę e Ŏ latinos é um fenómeno antigo, que abrange extensas regiões românicas — da Roménia à Península Ibérica. Nas zonas onde se verifica, sobreviveu nos idiomas mais conservadores, enquanto os seus vestígios originais se apagaram nos mais progressivos.³³⁷

Apesar de admitir que a influência linguística visigótica foi escassa, Menéndez Pidal,³³⁸ entre outros romanistas, considera que a ditongação de Ę e Ŏ se ficou a dever aos contactos com os visigodos. Assim, este fenómeno, que irradiava de Toledo e se propagou a outras zonas, ocorria já antes das invasões árabes.

O tratamento de Ę e Ŏ latinos não deixa, no entanto, de ser um dos problemas mais controversos e, por isso mesmo, mais debatidos da fonética diacrónica moçárabe. Em amplas regiões moçárabes, deram origem a ditongos crescentes — [i̯a], [i̯e] e [u̯o], [u̯e], [u̯a] — reveladores de forte flutuação, própria de um estágio inicial da evolução destas vogais latinas. A variação de registos observados em documentos da época é grande e, paralelamente com a ditongação, existem casos onde ela não se verifica, por exemplo: *napel / nabiello / nabel / nabello, corriola / corriuela* ou ainda *royyola / royuela*. As mesmas discrepâncias também estão patentes na toponímia como em *Serra / Xierra, Alffarella / Alfariella, Casellas / Casiellas, Orióla / Oriwéla, Al-ponte / Al-Pwont*, entre muitos outros.

³³⁷ É esta a opinião de Galmés de Fuentes, fundamentada em Friedrich SCHÜRR, *La diphtongaison romane*, Tübingen, 1970, e em Palle SPORE, *La diphtongaison romane*, Odense, 1972 (referidos na sua *Dialectología mozárabe*, cit., p. 168).

³³⁸ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 100.2, 103.2 e 103.3.

Alguns autores entendem que a ditongação não atingia as regiões periféricas moçárabes — Alentejo, Algarve, Baixo Guadiana, Lérida, Tortosa e o reino de Granada — apesar de uma certa oscilação que se nota se compararmos topónimos granadinos como *Fonte*, *Castel de Ferro*, *Ferreirola*, *Hornachuelos*, *Pinos Puente*, etc..³³⁹

Segundo esta tese, se a ditongação nunca chegou a impor-se nas regiões litorais, o seu carácter embrionário explicaria a diversidade de grafias encontradas e facilitaria a acomodação às leis fonéticas das línguas dos reconquistadores cristãos. Mas para Galmés de Fuentes³⁴⁰ a ditongação de Ę e Ő latinos constitui um fenómeno muito representado nos dialectos moçárabes. Na sua opinião, as formas em que ela não se regista ficar-se-iam a dever a diversos factores, entre eles: a fidelidade dos escribas à forma tradicional latina e a sua inabilidade na representação de ditongos (mesmo em épocas e lugares onde a ditongação já se tinha generalizado); a imprecisão fonética dos próprios ditongos; a inexistência de ditongos crescentes na língua árabe e a já referida dificuldade na sua reprodução e representação; e, no caso do moçárabe levantino (onde abundam exemplos de formas não ditongadas), o grande prestígio e a conseqüente influência exercida pelo catalão — língua em que a ditongação não se verificou. Este Autor salienta também o papel decisivo dos neologismos como prova evidente de que a ditongação é um fenómeno autóctone nos dialectos moçárabes: a proporção entre as formas com e sem ditongo é muito semelhante à que se verifica nos documentos (latinos ou latinizantes) mais antigos das línguas românicas, onde, desde muito cedo, se deu a ditongação.

15.1.3 Vogais finais

Como é sabido, o árabe possui um reduzido sistema vocálico, cujos elementos

³³⁹ Cf. M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 308.

³⁴⁰ Sobre este assunto, ver Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 67-71, 127-136, 165-168, 188-191, 218-222 e 337.

são representados por sinais diacríticos ou nem sequer são reproduzidos graficamente.³⁴¹ Como também se regista a tendência de suprimir a realização das vogais finais, torna-se difícil deduzir regras fiáveis. São, por isso, muito importantes os casos em que se assinala graficamente a presença de vogais finais nos vocábulos moçárabes, através de um օ (tā' marabūṭa), em representação do -A final — *bayqa*, *qōrba*, *Fontalba*, *Talabeyra*; ou de um օ (hā'), para assinalar a presença de uma vogal final da série posterior — *forqācho*, *arrōyo*, *Çerrālbo*. É precisamente porque existe esta possibilidade de representação que se tornam muito significativos os inúmeros casos em que as vogais finais não são reproduzidas nas palavras moçárabes.

Uma vez que encontramos, em textos do mesmo autor, moçarabismos com apócope, ao lado de outros com a vogal final conservada, há que concluir que a oscilação era notória, ficando-se provavelmente a dever a influência superstrática árabe ou a uma evolução interna românica.

No caso de -A final, a apócope era mais frequente nos romanismos adoptados pelo árabe do que propriamente nos moçarabismos, onde o -A era por vezes representado com <e>, como em *qriste* (< CRISTA).³⁴² O fenómeno regista-se também em alguns apelativos como, por exemplo, *pevide* (do latim PITVITA), e *salivre* 'saliva'.³⁴³

A oscilação entre a conservação e a perda verifica-se também em relação a -E final (*dolýe* e *dols*).³⁴⁴ Luís Filipe Lindley Cintra recolheu, nos *Foros* de Castelo Rodrigo, casos onde a apócope de -e não se dá nem em português nem em

³⁴¹ Ver 15.1 Vocalismo.

³⁴² Sobre a mesma vogal noutro contexto veja-se, na alínea seguinte, Plurais femininos em -as.

³⁴³ J. Leite de VASCONCELOS, "Dialectos alentejanos", *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 71 e 74, respectivamente. Sobre o -e final de *pevide*, pensa o Autor: "o e final talvez se deva explicar por uma forma *pituite(m), que existiria no latim vulgar da Lusitânia, em vez de pituita(m).".

³⁴⁴ Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 38.

castelhano moderno, mas se deu por vezes em castelhano antigo — *heredad, heredat, mitad, paret, verdat*.³⁴⁵ Na toponímia portuguesa registam-se diversos casos de apócope de [e] final (com assimilação do [t], quando seguido de consoante). Uns praticamente desconhecidos, como é o caso de *Moncoa, Monfurado, Moncucos*;³⁴⁶ e outros sobejamente referenciados, como: *Monchique* (distrito de Faro) — "a serra de Monchique, chamada pelos antigos *Monte Cico*"³⁴⁷ — e o seu derivado *Monchicão*; *Moncarapacho* (distrito de Faro), topónimo composto por dois elementos — *mon* (= *monte*) e *carapacho*, que Corominas refere com a significação de 'casca de crustáceos e tartarugas', de origem incerta, talvez pré-romana;³⁴⁸ *Montachique* (distrito de Lisboa), que aparece numa inquirição de D. Afonso III como *Monte Aiseque* — certamente do nome germânico *Agicus*,³⁴⁹ e *Mombeja* (distrito de Beja), topónimo composto pelos elementos *mon* (= *monte*) e *Beja*.³⁵⁰ Mas se a apócope era bastante frequente, a manutenção, por vezes com o fechamento em [i], está também documentada (*qane*,

³⁴⁵ Luís F. Lindley CINTRA, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Lisboa, 1959, p. 191-192.

³⁴⁶ Estes topónimos (de que não se referem as respectivas localizações) foram recolhidos em Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 267 (cf. também a p. 31).

³⁴⁷ C. F. SEYBOLD, "Monchique te Arrifana d' Algarve chez les Auteurs Arabes", *O Arqueólogo Português*, vol. VIII, 1903. Também incluído em David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 197-200.

³⁴⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CAPARAZÓN.

³⁴⁹ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 156. Já Pedro de AZEVEDO, "Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal", *Revista Lusitana*, vol. 22, 1919, p. 214, considera que este topónimo tem por base *Xacro*, recolhido no *Glosario* de Simonet.

³⁵⁰ A *Pax Julia* dos romanos era vulgarmente conhecida por *Pace*, com <c> a pronunciar-se [k], o que facilitou a sua passagem a [paka], de acordo com a morfologia árabe, segundo a qual os topónimos eram, geralmente, femininos. Por "imela", o fonema vocálico /a/, da sílaba tónica, passou a /e/; verificou-se também a substituição de [p] por [b] e de [k] por [g] que, posteriormente, se palatalizou, resultando o actual *Beja*. J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 21-22, onde refere bibliografia de David Lopes e de José Leite de Vasconcelos. Além destes autores, veja-se também R. F. Mansur GUÉRIOS, "O romance moçárabico lusitano", cit., p. 142-143 e M. SANCHIS GUARNER, "El Mozárabe Peninsular", cit., p. 301 e 313.

qawle, rikeri, nuhti). A passagem de -E a /o/ era, de igual modo, possível (CORTĪCE > *corcho*).³⁵¹ Este nome está amplamente representado na toponímia portuguesa — *Corcho, Corchos* e *Corchinho* — tanto na sua forma simples, como em compostos (Monte do ..., Várzea do ..., Ribeiro do ..., etc.).

Mais importante mas mal definido revela-se o tratamento moçárabe de -O final. As rimas das *jarýas* parecem indicar que o <o> final se pronunciava [u] — *senu, permisu, fermosu* — o mesmo se verificando em outros textos moçárabes toledanos e andaluzes. Paralelamente, as fontes escritas apresentam casos de apócope de -O antes das mais diversas consoantes, mas também aparecem outros de conservação, em circunstâncias idênticas, o que torna impossível estabelecer princípios gerais sobre o tratamento desta vogal final nos dialectos moçárabes. Parece, no entanto, constituir regra a apócope de -O em formas proclíticas (*com, cuan, bon*, etc.). A toponímia moçárabe dá-nos conta, em termos geográficos e quantitativos, da perda de -O final que se regista relativamente, por exemplo, às formas moçárabes resultantes de *BANELLU (diminutivo de BALNEU): *Albuniel, Albuñel, Bruñel, Beniel* (Andaluzia), *Baniel, Buniel* (Castela). De PINELLU (diminutivo de PINU), derivam os topónimos castelhanos *Piñel* e *Fuentepiñel* e o nosso *Pinhel*.³⁵² Em Portugal os exemplos toponímicos que atestam a queda de -O final são muito abundantes: *Barcel, Barguel, Bel(o)monte, Beringel, Bodel, Bombel, Bruel, Brunhel, Courel, Espichel, Fratel, Germel, Martinchel, Picarrel, Porcel, Valdemil, Vargel, Verdél*, etc.. Joseph Piel cita também *Aljustrel* e confronta os pares de topónimos *Sousel / Souselo, Mourel / Mourelo, Portel / Portelo, Ervidel / Ervedelo* e *Alfornel / Alfornelo*, referindo que “uma das características mais tangíveis da toponímia moçárabe de Portugal (assim como de certo número de nomes comuns) reside precisamente em privar formas de origem

³⁵¹ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 310.

³⁵² G. ROHLFS, “Aspectos de toponímia española”, *Boletim de Filologia*, t. XII, 1951, p. 250, ilustra o fenómeno com outros topónimos moçárabes: *Cabriel, Cudiel, Curdiel, Campiel*,

latina em *-elo* da sua vogal final.”.³⁵³ Menéndez Pidal é de opinião que a apócope desta vogal final se fica a dever à influência árabe sobre os dialectos moçárabes, opinião que confirma com abundantes exemplos tomados da toponímia portuguesa e, sobretudo, da espanhola.³⁵⁴ Lindley Cintra recolheu nos *Foros* de Castelo Rodrigo nomes próprios, como *Castiel* e *Castel*, com apócope de *-o* atribuída a próclise, fenómeno que não ocorre na terminação *-ino*.³⁵⁵ A aloforma *-im* do sufixo *-inho*, que se mantém viva no crioulo de Cabo Verde e em idiolectos populares do Brasil, é outro exemplo de supressão de /o/ final, que J. J. Nunes ilustra com as formas *espim*, *polvarim*, *miramolim*, *marim* (em topónimos como *Castromarim*), justificando as toponímicas pela sua origem genitiva e as restantes por influência francesa.³⁵⁶ Esta é, aliás, a opinião da maioria dos autores que explicam esta aloforma *-im* por importação francesa ou italiana (através do francês) e, no caso dos topónimos, pelo genitivo latino³⁵⁷ — o que nem sempre acontece, como nos casos de *Alcoutim*, *Almeirim*, *Castro Marim* e *Ferreira de Capelins*.³⁵⁸

Outros topónimos moçárabes revelam que o *-O* apocopado foi substituído por [e], pelo menos em certos contextos, como é, por exemplo, o caso dos espanhóis *Lumpiaque*, *Pinseque*, *Cañete*, *Fregenite*, *Tembleque*, e dos portugueses *Ourique*, *Monchique*, *Montachique*.³⁵⁹ Como se sabe, este fenómeno continua a ocorrer nos hábitos fonéticos das populações portuguesas meridionais, de que o *cante alentejano*

Mantiel, *Montiel*, *Muriel*, *Parriel* e *Zapardiel*.

³⁵³ Joseph M. PIEL, “Cotovelo”, *Boletim de Filologia*, t. XIII, 1952, p. 147.

³⁵⁴ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 36.4 e 36.5.

³⁵⁵ Luís F. Lindley CINTRA, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, cit., p. 203.

³⁵⁶ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 367-368.

³⁵⁷ Sílvia SKORGE, “Os sufixos diminutivos em português”, *Boletim de Filologia*, t. XVI, 1956-1957, p. 55.

³⁵⁸ Cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 58, 64 e 109.

³⁵⁹ Cf. M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 311.

é exemplo emblemático.³⁶⁰

Não se pode, pois, aceitar que a perda de -O final seja uma norma geral para os dialectos moçárabes. A oscilação era considerável, como o comprovam os testemunhos escritos: Ibn Quzmān conserva-o, por exemplo, em *katibo* e em *wastato*, mas apocopa-o em *masquel*, *paniy*, etc., o mesmo acontecendo com outros autores. E, no que diz respeito aos idiomas moçárabes orientais atribui-se-lhes a conservação de -O final: *corbo*, *fondello*, *serrello*, *cuquello*, *Muro*, *Campello*, *Pego*, etc.; mas, na mesma região, ele perdeu-se (talvez sob a influência catalã) em muitos topónimos: *Artaj*, *Vallat*, *Matet*, *Osset*, *Bojet*, etc.. Note-se, contudo, que já o geógrafo árabe valenciano Ibn Yubayr omitia o <o> final ao escrever os nomes românicos dos meses — *ýenayr*, *febrayr*, *mārs*.

15.1.3.1 Plurais femininos em -as

Galmés de Fuentes debruça-se com especial atenção sobre este assunto, dedicando-lhe o capítulo "Los plurales femeninos en los dialectos mozárabes" da sua *Dialectología mozárabe*.³⁶¹ Como foi referido na alínea anterior, nos plurais femininos em -as verifica-se uma forte ocorrência da terminação <es>, decorrente da omissão da vogal -a final ou da evolução fonética [as] > [es]. Para a sua análise, Galmés de Fuentes baseou-se nos plurais femininos do *Glosario de voces romances, registradas por un botánico anónimo hispanomusulmán (siglos XI e XII)* de Asín Palacios (já citado) e em significativa quantidade de topónimos de origem moçárabe recolhidos em várias fontes.

Mesmo as terminações grafadas com <as> deveriam realizar-se, na quase totalidade dos casos, como [es], uma vez que, no árabe espanhol (e em muitos

³⁶⁰ J. Leite de VASCONCELOS, "Dialectos alentejanos", *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 76, recolheu, entre outros, *totice* 'toutiço' (do latim TUTULU, através de *TULTU?).

³⁶¹ Cf. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 302-317 e mapa entre as p. 317 e 318.

dialectos actuais do árabe), [a] e [e] são variantes de um mesmo fonema /a/, cuja realização dependia do contexto fónico da palavra. De facto, como já se notou, a vogal *fatha* /a/ árabe pode representar, nos moçarabismos, tanto [a] como [e]. Para representar vogais procedentes da desinência latina -AS, são utilizadas as mesmas grafias que para reproduzir os finais etimológicos em -ES: <as>, <s> e <is>, por exemplo no caso de [balmas], [bawmš] e [bawmiš] (= *paumes* 'palmas'). As formas grafadas com <is> são consideradas, por Galmés de Fuentes, claros indícios de realização em [es]. Exemplificando, reúne inúmeros topónimos espanhóis: *Perules, Garriques, Cabriles, Pierres, Caparroses, Tices, Beires*, etc.; e os portugueses *Silves, Sagres, Messines* e *Melides*,³⁶² a que poderemos acrescentar, também em Portugal, entre outros: *Casal de Arenes, Cabanes, Brejo de Canes, Carves, Cheires, Cheles, Freches, Naves* e *Poules*.

15.1.4 Ditongos [aɪ], [aʊ], [eɪ] e [oʊ]

A representação de duas vogais em contacto ou dos ditongos crescentes etimológicos do romance moçárabe torna-se bastante complexa, porque, como já foi referido, o árabe clássico e o hispano-árabe não possuem estes ditongos nem vogais em hiato: o árabe utiliza uma consoante para preceder a segunda vogal — *yā'* [y], se a primeira vogal for /i/, e *wāw* [w], antes de /u/. Quanto ao tratamento de i^{a, o, u}, Lindley Cintra³⁶³ debruça-se sobre a oscilação gráfica <i-> / <y->: *yacer, yunteros* e *iunteros*. No caso de *iu-*, refere semelhanças com os dialectos moçárabes (já anteriormente percebidas por Menéndez Pidal,³⁶⁴ que fez a distribuição geográfica dos topónimos com *iu-* > *yu-* (sobretudo em Castela-a-Nova, Murcia e Andaluzia), aproximando-os dos resultados moçárabes *yúnku, yúnio, yúlio*). Regista os topónimos granadinos

³⁶² Vide Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 309 e 312.

³⁶³ Luís F. Lindley CINTRA, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, cit., p. 241-247.

³⁶⁴ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 42.5.

Unqueira, Yunqueira, Junqueira (século XVI), que também figuram num antigo exemplar moçárabe de Maiorca; fora da toponímia, só num antropónimo moçárabe toledano do século XII. Nos *Foros* de Castelo Rodrigo, recolheu *yunta, Yuncar, iulio, iudgar*. Também Corominas³⁶⁵ estuda a extensão do facto, considerando-o uma evolução fonética originariamente tanto leonesa (meridional) como moçárabe, que penetrou no castelhano e alcançou grande representação literária na época de Afonso X, muito aberta a meridionalismos e ocidentalismos. Mais tarde, repellido pela solução própria de Castela-a-Velha, *ju-* conservou-se, no entanto, na Galiza e nas Astúrias.

Existindo no árabe os ditongos decrescentes [aɨ] e [au] (que no árabe hispânico podem realizar-se, respectivamente, como [eɨ] e [eu]), a questão é relativamente clara quanto à representação dos ditongos decrescentes no vocabulário moçárabe, apesar dos problemas relativos à reprodução gráfica das vogais, já referidos.

Posto isto, importa sobretudo salientar a tendência para a conservação destes ditongos, que se monotongaram na maior parte da Península, designadamente no castelhano e no português do Sul.³⁶⁶

O primeiro — [aɨ] — está documentado: nas formas de futuro *querray, ataray e farayu, vivrayu, murrayu* (estas na *jarýa* 15 do Cancioneiro de Ibn Quzmān) e no sufixo moçárabe *-air* < *-ARIU* (como, por exemplo, em *fornayr, pandayr*, etc.), muito expressivo e produtivo, inclusivamente na formação de derivados de vocábulos árabes. Em documentos vários registam-se, além das já citadas *fornayr* e *pandayr*, formas como *qoraýonayra, viṭriayra, febrayr, šendayr, qabalayr, melayra, porkayra*,

³⁶⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. YUGO, YUNCO e UNCIR.

³⁶⁶ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 90.2, 108.2 e 112.1, faz referência ao facto de tanto os dialectos moçárabes como o galego-português e o leonês conservarem estes ditongos, que se monotongaram em catalão, em aragonês e em castelhano.

moškayra, etc.; além disso, a conservação do ditongo [aᵛ] está igualmente patente na toponímia espanhola — *Moraira, Llombai, Patraix, Llenaire, Ficaire* — e portuguesa — *Aivada, Aivados, Candaira, Chaica, Plaina, Saiceira, Taipa*, etc..

Este ditongo aparece com a evolução ([aᵛ] > [eᵛ])³⁶⁷ em topónimos espanhóis — *Ferreira, Ferreirola, Gomeira, Capileira, Pampaneira, Unqueira*, etc. — e portugueses — *Alfeiteira, Arneiro, Caveira, Escaleira, Ferreira, Janeiro, Tabuleiro*, etc..

A conservação de [eᵛ] nos nomes de lugares (bem como a de [ouᵛ], a que se faz referência a seguir) assume, em Portugal, especial relevância nas regiões mais meridionais (a sul do paralelo que passa, sensivelmente, por Setúbal e Évora), onde estes ditongos se reduziram nos falares tradicionais, respectivamente, a [e] e [o].³⁶⁸

Quanto ao segundo — [auᵛ] —, apesar de não se encontrar tão amplamente documentado, mantém-se em vocábulos como: *qawle, tešawrayr(o), Pawlo, Mawra, Mawrel, lawró, lawša*, etc.. Destes dois últimos derivam os topónimos espanhóis *Laura, Lauret, Lauri, Llauxa, Laujar*.³⁶⁹ No português regista-se *Bauneira* (< BALNEARIA). O ditongo na fase de evolução em [ouᵛ], que perdura no galego-português e na zona ocidental dos dialectos leoneses (ao contrário do que aconteceu nas regiões portuguesas meridionais, onde se reduziu a [o]), encontra-se também conservado em topónimos moçárabes do Sul de Portugal, como: *Ribeira da Foupana, Ribeira da Foupanilha, Caneiro dos Mouranitos, Malhada das Mourinas, Barranco das Mourinas, Roubanito*, etc..

³⁶⁷ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 79, considera também como autóctones e não devidas à influência castelhana as formas que apresentam a evolução [aᵛ] / [eᵛ] > [e], no dialecto moçárabe de Toledo.

³⁶⁸ Sobre a evolução destes ditongos no Sul, veja-se J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 18, e vol. 4, 1896, p. 218-219.

15.2 Consonantismo

Se bem que o sistema de transcrição árabe das consoantes seja menos complexo que o das vogais, convém apresentar sumariamente algumas das suas características, que poderão ajudar a compreender certas dificuldades na transcrição gráfica dos moçarabismos:³⁷⁰

- como o árabe não possui a bilabial oclusiva surda /p/, utiliza o ب (bāʾ geminado) para representar o [p] das palavras estrangeiras, nomeadamente das latinas e românicas;

- no árabe clássico e em alguns dialectos árabes modernos, o ط (ṭāʾ enfático) é sonoro, o que fez com que se confundisse, no árabe hispânico, com o ذ (dāi sonoro);

- o mesmo acontece relativamente ao ق (qāf), que era usado para transcrever as velares oclusivas latinas surda [k] e sonora [g];

- o غ (ġayn) árabe corresponde a um fonema velar fricativo sonoro, cuja articulação, por vezes, se confunde com o correlativo surdo ح (ḥāʾ), o que fez com que não fosse apto para representar o [g] românico, como acabámos de referir;

- o ج (ġim) hispano-árabe podia referir-se tanto a um fonema dorso-palatal africado sonoro /ʒ/ como ao pré-palatal fricativo sonoro /ʒ̄/; o ġim com tašdīd especializou-se na representação da pré-palatal africada surda /č/ dos vocábulos estrangeiros, como, por exemplo, [š.nġu^h] Sancho;

- o ر̄ (rāʾ com tašdīd) corresponde, no aljamiado moçárabe, à vibrante múltipla românica /R/;

- o ر̄ (lām com tašdīd), que no árabe equivale a uma consoante geminada, nos moçarabismos usava-se para grafar a palatal lateral [ʎ] (< -LL- latino);

³⁶⁹ Cf. M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 305.

- o grupo lām com sukūn seguido de yā' com vogal era utilizado para representar o fonema palatal resultante do latim -LĪ-, -C'L- ou -T'L-;³⁷¹

- para transcrever a nasal palatal resultante dos grupos NĪ e -NN- latinos, o árabe usava também duas grafias, <nn> e <ny>, sendo, no entanto, mais abundantes os exemplos com <nn>;

- o س (sīn) e o ز (zāy), predorsodentais fricativos surdo e sonoro, especializaram-se nas representações gráficas dos antigos <ç> e <z>, respectivamente;

- o ش (šīn), pré-palatal fricativo surdo, era reservado para a transcrição de <s> moçárabe, o que pode indiciar o seu carácter ápico-alveolar.³⁷²

15.2.1 P- inicial

Os dialectos moçárabes conservam, normalmente, o P- inicial latino (*pandair*, *pe tra*, *porqo*, etc.). No entanto, como o árabe não possui no seu sistema fonológico a bilabial surda, a distinção entre /p/ e /b/ aparece menos clara, quando os testemunhos são grafados em árabe.³⁷³ Registam-se, então, casos de oscilação gráfica <p-> / <b->, como, por exemplo, em *pārchelle* / *berchēle*, nos topónimos espanhóis *Pulchena* / *Bulchena* e *Palmas* / *Balmas*. Na toponímia portuguesa verifica-se também a alternância entre as duas consoantes, como, por exemplo, em *Alto do Palanche* e

³⁷⁰ Segue-se de perto Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 61-67.

³⁷¹ Cf. 15.2.14 Grupos -LL- ~ -LĪ-, -C'L-.

³⁷² Sobre a questão da apicalidade do s e do z românicos, cf. Fredrick H. JUNGEMANN, *La teoría del sustrato y los dialectos hispano-romances y gascones*, Madrid, 1956 (especialmente o capítulo “La ş apicoalveolar hispano-romance y gascona”, p. 61-101); e Á. GALMÉS DE FUENTES, *Las sibilantes en la Romania*, Madrid, 1962 (o capítulo “Las sibilantes en el dominio lingüístico iberorrománico”, p. 75 e seguintes), também citados por Maria José de Moura SANTOS, “Como se pronunciava o s latino? Contributo da investigação romanística”, *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. A. Costa Ramalho*, Coimbra, 1992, p. 645-666.

Balancho (< VALE AMPLU). Existem igualmente testemunhos de nomes grafados sempre com <b->, como *búcaro* (< POCULU), *barchilla* (< PARCELLA), *biznaga* (< PASTINACA), *Baliza* (< PALU + -ICIU), *Beliche* (< PALICIU), *Beja* (< PACE), *Badajoz* (< PACE AUGUSTA),³⁷⁴ etc., que, no entender de Galmés de Fuentes,³⁷⁵ não serão suficientes para sustentar a tese da tendência geral para a sonorização sugerida por Sanchis Guarner.³⁷⁶

15.2.2 F- inicial

O F- inicial era igualmente conservado (o que não aconteceu no castelhano), como o atestam *faro*, *figo*, *forka*, *febrayr* e os topónimos *Fontana*, *Ferreirola*, *Ficaira*, *Foios*, etc.. Registam-se, no entanto, raros casos de aspiração de F- inicial, tanto no moçárabe de Toledo — *forqacho*, *fornach(o)*, ao lado de *Hinōchōšā*, *Hoyācho* —, como no de Granada — *papahigo*, *hāqqua* ‘faca’, e *Hornachos* —, onde se documenta até um caso de supressão, em *ibrāir* ‘fevereiro’. No que diz respeito aos exemplos toledanos, de contorno fónico caracteristicamente moçárabe, Galmés de Fuentes considera-os fenómenos esporádicos, não se inclinando para a hipótese da influência do castelhano nem do substrato ibérico. O mesmo acontece relativamente aos granadinos *hāqqua* e *ibrāir*, enquanto, na sua opinião, *papahigo* e *Hornachos*

³⁷³ Cf. 16.2.1 Substituição de [p] por [b] em posição forte.

³⁷⁴ Steiger atribuiu a *Badajoz* origem árabe: vide, adiante, 16.1.3 Palatalização de -nĭ- e -lĭ-.

³⁷⁵ Referindo-se à influência do superstrato árabe sobre os moçarabismos, Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 196 e 229 (respectivamente), entende que “Si tal influencia se manifestase de una manera regular habría que reseñarla como fenómeno característico del mozárabe, pero quando sólo perturba esporádicamente el normal comportamiento de la lengua, únicamente deberá servirnos como ejemplificación ilustrativa para no considerar como fenómenos específicos del mozárabe lo que simplemente representan circunstancias accidentales”. E continua: “los cambios *p- > b-* son muy antiguos, son excepcionales, y no pueden, por tanto, generalizarse, como dá a entender M. Sanchis Guarner”.

³⁷⁶ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 312-313.

representam castelhanismos.³⁷⁷

15.2.3 J-, G- iniciais

Yakov Malkiel³⁷⁸ defende a tese de que, numa etapa primitiva da história dos idiomas românicos, terão coexistido duas tendências relativamente a [g] e a [j] iniciais, no Centro e no Oeste peninsular: uma no sentido da conservação e outra no sentido da perda. Em Castela ter-se-á imposto a tendência para suprimir, e no Oeste a contrária, se bem que em ambos os casos tenham permanecido restos da antiga etapa de convivência e oscilação entre as duas tendências. As formas portuguesas *iguaria* < JEQUARIA, *irmão* < GERMANU e *Elvira* < GELVIRA são, segundo o Autor, exemplos de uma primitiva tendência progressista.

Os dialectos moçárabes apresentam como resultado predominante a manutenção destas consoantes iniciais, geralmente sob a forma de <y->, antes de vogal anterior ou posterior — *yenešta* < GENĪSTA, *yermanelas* < GERMANELAS, *ýenayr* / *ýanair* < JANUARIU, *yunko* < JUNCU, *yuncha* / *yunýa* < JUNCEA, *Yu^wāneš*, *Yu^wān*, *Yušto*, etc. — e, por vezes, até mesmo exemplos de reforço da articulação da consoante inicial, que se realizava como [ž] — *Ýiraldoš*, *Ýinēš*, *Ýu^wāneš*.

No entanto, ao lado destes, registam-se casos de supressão como, por exemplo, os apelativos *enešta* < GENĪSTA, *onolyo* < GENUCULU, os topónimos *Unk^elĕlloš*, *Uqnayr* (metátese em *Unqayr*), *Unqueira* < JUNCARIA e os antropónimos continuadores de JULIANUS *Ulyān*, *Albarus Ulianiz* e *Elbīra Ulyāniç*.

Será, pois, de supor que em todos os dialectos moçárabes tenha também existido uma fase semelhante de concorrência entre as duas referidas tendências, da qual a dualidade de soluções é o reflexo. Terá prevalecido a da conservação de [g] e

³⁷⁷ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 81 e 230.

³⁷⁸ Yakov MALKIEL, “The etymology of portuguese «iguaria»”, *Language*, vol. XX, 1944, p. 119-122, também citado por Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 83 e 145.

de [j] iniciais, podendo os exemplos de supressão ser considerados como resquícios da tendência contrária, ou explicáveis talvez pela frequência dos contextos onde eram precedidas do artigo *a(l)*, o que tornava a consoante medial.

15.2.4 L- inicial

O problema da evolução de L- inicial nos dialectos moçárabes é complexo e as opiniões não são unânimes.

As populações moçárabes palatalizariam o L- inicial latino, hábito articulatorio possivelmente herdado de colonos do Sul da Itália e que se continuou em parte do leonês e no catalão. Além de Menéndez Pidal,³⁷⁹ são desta opinião H. Meier, A. Zamora Vicente, R. Lapesa e A. Kuhn, enquanto García de Diego e David A. Griffin levantam algumas objecções a essa tese e, com Sanchis Guarner, pensam que os argumentos linguísticos a favor da palatalização moçárabe do L- inicial não são numerosos: inclusivamente, os moçárabes conservavam os dois elementos dos grupos consonânticos constituídos por consoante + /l/, sem que se verificasse a palatalização castelhana em /ʎ/ nem a portuguesa e mais representada no leonês em /č/, como se pode verificar nos topónimos *Plana* e *Planilla*. Parecia até existir uma certa tendência para a anaptixe, isto é, para o desenvolvimento de uma vogal entre os dois elementos consonânticos do grupo: *folor* (< FLORE), *belliça* (< BLITA), *Polop* (< *PLOPU), etc..³⁸⁰

Por outro lado, G. Rohlfs recusa a tese de Menéndez Pidal, por considerar que não foi suficientemente demonstrada, e J. Corominas coloca-lhe também algumas objecções, não aceitando os exemplos *al-Yussāna*, *al-Yussena* ‘Lucena’ ou ‘Llucena’, *yengua* < LINGUA e *yuka* < (A)LUCU como representantes da evolução /l/ > /ʎ/, por

³⁷⁹ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 44.

³⁸⁰ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 313-314.

entender que seria anacrónico atribuir este *yeísmo* aos dialectos moçárabes.³⁸¹

Galmés de Fuentes tenta esclarecer o problema,³⁸² explicando que, como no sistema fonológico árabe não existe a palatal lateral [j], para reproduzirem este fonema os muçulmanos tinham de usar estratégias gráficas aproximativas: um *lām* com *sukūn* seguido de um *yā*: [uralya] *oreya*; ou um *lām* com *tašdīd* ou geminado: *šintilla*. Mas, de acordo com as suas normas, nenhuma destas grafias era possível quando a palatal lateral estava em início de palavra ou era precedida de um artigo, utilizando-se nestes casos um *lām* simples ou um *yā*' (como, por exemplo, em *yengua* e *yuka*), encobrendo-se, deste modo, um [j] moçárabe. Assim, o facto de o <l> inicial estar presente nos moçarabismos não prova a conservação nem desmente a palatalização.³⁸³ No entanto, topónimos como *Los Llamosos*, *Llavajos*, *San José de Llamas*, *Llamas*, *Llames*, etc. (provenientes de LAMA, com palatalização de L- inicial), numa região — Andaluzia — onde actualmente ela não se pratica, e as formas *llucero*, *llengua*, *llance*, etc. (recolhidas em *La infancia de Jesucristo, poema dramático en diez coloquios* de Gaspar Fernández y Ávila, livro impresso em Málaga, no século XVIII),

³⁸¹ Acerca do fenómeno do *yeísmo* — oscilação articulatória entre [j] e [j̄] — ver Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 85-86, 242 e 249-250.

³⁸² O Autor dedica um amplo espaço à questão de L- inicial nos vários dialectos moçárabes e explicita as opiniões dos linguistas referidos. Veja-se *Dialectología mozárabe*, cit., p. 84-85, 145-147, 173-174, 196-198, 231-232 e 247-254; nas p. 247-249 remete para as respectivas obras consultadas.

³⁸³ É também natural que qualquer evolução fonética, numa etapa inicial, apareça escassamente representada ou que, mesmo durante alguns séculos, nem se manifeste documentalmente. Como afirma Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 254: "también aquí valen los neologismos, aunque en número minoritario, como testimonio del uso mozárabe, y los muchos ejemplos de mantenimiento de la /- inicial sin modificar como fidelidad de los hablantes a una forma tradicional de la lengua o en otro caso como acomodación imprecisa al sistema fónico del árabe de la pronunciación real en los dialectos de la mozarabía."

parecem comprovar a tendência moçárabe para a palatalização de L- inicial latino.³⁸⁴

15.2.5 Grupos latinos CL, PL e FL

Nos dialectos moçárabes conservam-se os dois elementos destes grupos consonânticos, tal como no catalão e no aragonês, sem que se verifiquem as palatalizações características do português e do leonês (em [č]), e do castelhano (em [j]).

Na toponímia portuguesa, temos vários exemplos de PL conservado — *Plaina(s)*, *Plaino*, *Plaine* e *Plainada* (continuadores do latim PLANU)³⁸⁵ —, ao lado de dois casos de manutenção de CL — *Fonte Maclas* (< MACULA) e *Sarnicla* (< SARNA + -ICULA).

A maioria dos trabalhos consultados sobre dialectos moçárabes refere-se apenas à conservação dos grupos CL, PL e FL em posição forte;³⁸⁶ mas nos dialectos de Portugal e da Andaluzia a segunda consoante passou, frequentemente, à líquida

³⁸⁴ Ver Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., especialmente as p. 249-254.

³⁸⁵ Não está dilucidada a origem do [j] e estas formas (com o ditongo [aj]) não são referidas em gramáticas históricas nem em estudos consagrados aos dialectos moçárabes. Piel, que não lhes faz qualquer alusão no artigo “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 153-197, sugere mais tarde que venham de um diminutivo (certamente *PLANINU, mas que não explicita) quando concorda com essa hipótese de Fr. Martín Sarmiento (cf. “A propósito de um centenário: o “Onomástico” de Fr. Martín Sarmiento (1768)”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, 1969-1971, p. 103-118). Mas não está fora de causa uma evolução fonética independente de qualquer sufixo, semelhante à anaptixe de [j], geral em francês, depois de vogal seguida de nasal (MANU > *main*, FAME > *faim*, PLENU > *plein*, etc.), e que em algumas regiões hispânicas se deu em poucas palavras, não se tendo expandido: cf. galego *espadaina*, variante de *espadana* e, na zona de Álava, *abainar* por *abanar* (cf. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ABANAR e s.v. ESPADANA). Pode pôr-se ainda a hipótese de contaminação por cognatos com o sufixo -ARIA — PLANARIA > *Chaira*, *Cheira* (PLANARIA > *plãira > *chaira* > *cheira*).

³⁸⁶ Maria José de Moura Santos refere-se à conservação destes grupos em posição forte e à evolução em posição fraca, em *Cultismos ou moçarabismos?* e *A origem de “mocho” ‘banco’ e o seu campo morfo-semântico*, já citados.

vibrante /r/,³⁸⁷ como o atestam os topónimos *Grândola* (< GLANDULA), *Praina(s)*, *Praino(s)* e *Quinta da Preina*. A par da africada [tʃ], Lindley Cintra verificou, nos *Foros* de Castelo Rodrigo, casos de conservação destes grupos, tanto em posição inicial como medial, e de “troca de / por r”.³⁸⁸ Clarinda Maia também constatou a manutenção dos grupos em causa (quase sempre em posição inicial), bem como a passagem de / a r — fenómeno característico de Leão, da Galiza e de Portugal, ilustrado com bastantes exemplos (em posição forte e fraca).³⁸⁹

Galmés de Fuentes e Sanchis Guarnier³⁹⁰ citam *Plan*, *Plana*, *Planilla*, *Plema* e *plantāyn* e aludem a uma forte tendência (já referida em 15.2.4) para a anaptixe entre os dois elementos dos grupos, como em *p^alāna*, *folor*, *q^alawš^oro*, *qaloqa* (< CLOCCA), *F^olōrenç^ʔa* e no topónimo valenciano *Polop* (< *PLOPU ‘choupo’). Menéndez Pidal também afirma a conservação destes grupos iniciais entre os moçárabes (que exemplifica com *plantájn* e *aplantájn*), referindo-se ainda à anaptixe (não especificamente no interior destes grupos consonânticos) — *f^ranco*, *fab^alar* — e justificando-a por influência moçárabe e pelo facto de a língua árabe não tolerar sílabas começadas por duas consoantes.³⁹¹ Este frequente aparecimento de uma vogal entre elementos dos grupos consoante oclusiva + líquida está também amplamente documentado em textos em aljamia portuguesa estudados por David

³⁸⁷ Cf. David LOPES, *Textos em Aljamia Portuguesa*, cit., *b^arazer*, ‘prazer’ (p. 58) e *c^araro*, ‘claro’ (p. 59). Terá a evolução começado em palavras onde existia outro /r/? Sobre a Andaluzia, vejam-se, por exemplo, entre os continuadores de PLECTA, as variantes *preita* (também presente no português *empreita*), *praita*, *preitilla*, *preitíya* e *emprenta*: cf. Manuel ALVAR, *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía*, t. II, Granada, 1963, mapa 544.

³⁸⁸ Luís F. Lindley CINTRA, *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo*, cit., p. 249-251.

³⁸⁹ Clarinda de Azevedo MAIA, *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* (Com referência à situação do galego moderno), Coimbra, 1986, p. 618-620.

³⁹⁰ Em *Dialectologia Mozárabe*, cit., p. 86, 174, 201 e 232 e em “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 314, respectivamente.

³⁹¹ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 43 e 40.5, respectivamente.

Lopes,³⁹² e regista-se igualmente em apelativos recolhidos no Sul de Portugal.³⁹³ Na toponímia moçárabe portuguesa revela-se igual tendência para a anaptixe também em grupos consonânticos análogos e ainda noutros casos: *Alpendurada* (por *Alpendrada*), *Alcaravela*, *Caravela(s)*, *Caravelinha(s)* (de *Carvela* < CARVA ‘bouça; mata de carvalhos jovens’), *Alporão* (ant. *Alprom* e *Alpram*), *Caravalhosa* (de *Carvalhosa*), *Caravides* (variante de *Carvide*), *Coruche* (ao lado de *Cruch*), *Paradelhas* (de *Pardelhas*), etc..

15.2.6 C^e, i

Os romanistas têm admitido que, em relação aos dialectos moçárabes, o resultado regular de C^e, i latino é a africada palatal surda /č/, a avaliar pela quantidade de formas moçárabes grafadas por escritores árabes com a letra *ým* (cujo valor fónico, nos moçarabismos, era [č]) e pela numerosa ocorrência de topónimos grafados com <x> ou com <ch>:³⁹⁴ *Xinquer*, *Chinqueyr* (< QUINQUE + -ARIU), *Conxel* (< CONCILIU), *Auxel*, *Avixelo* (< AVICĒLLU), *Marchilliena* (< MARCILIU + -ENA), *Abracholos* (< BRACCEÖLU), *Abencorachon* (< COR + ACCEONE), *Luchena*, *Carchena*, *Orche*, *Chercos*, *Purchil*, etc. (espanhóis) e, entre outros, os portugueses *Alconchel* (< CONCILIU), *Beliche* (< PALICIU), *Chelas*, *Cheles*, *Cheleiros* (< CELLA), *Corcha(s)*, *Corcho(s)* (< CORTICE), *Moncarapacho*,³⁹⁵ *Muniche* (< MOLLICIU),

³⁹² David LOPES, *Textos em Aljamia Portuguesa*, cit..

³⁹³ Por exemplo, *marafado* ‘marfado, zangado’. J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos algarvios”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 335, refere *carapentero* ‘carpinteiro’ e *marafim* ‘marfim’.

³⁹⁴ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 147, apresenta ainda outras duas possibilidades de representação gráfica dos fonemas palatais continuadores do latim C^e, i — <tx> e <g>. A sua ocorrência é fraca e circunscreve-se à toponímia moçárabe oriental (de Maiorca e Valência), de que o autor apresenta cinco exemplos: *Ferrutx* (< FERRUCIU), *Follitx* (< FOLLICIU), *Fontitx*, *Montegellos* e *Alfonogella* (destas últimas formas não refere a etimologia).

³⁹⁵ Trata-se certamente de topónimo composto por dois elementos: *mon* (= *monte*) e *carapacho*, que Corominas refere com a significação de ‘casca de crustáceos e tartarugas’, de origem incerta, talvez

Murches (< (AQUAS) MURCIDAS) e *Penucho* (< PINNA + -UCEU). Admite-se também como moçarabismo o [č] < C^e, i em inúmeros apelativos, como *capacho* (< CAPACEU), *corcho* (< CORTICE), *chícharo* (< ČĪCERE), *chiqueiro* (< CIRCARIU), etc..

G. Rohlf's,³⁹⁶ também a propósito da conservação de certas características dialectais na toponímia, refere claramente que “en los dialectos mozárabes la c latina ante vocal palatal había llegado a la africada prepalatal *ch*, pronunciándose *chesta* en lugar de *cesta*, *chinta* en lugar de *cinta*”, e ilustra o fenómeno com *Cherch* (< CIRCUS), *Purchil* (< PORCILE), *Elche* (< ELICE), entre outros.

No entanto, como o alfabeto árabe só dispõe de um grafema correspondente a uma africada (o *ŷim* palatal sonoro), ele era também usado para representar outros fonemas africados, nomeadamente os pré-dorso-dentais surdo /š/ e sonoro /ž/. Além dos topónimos já referidos, são também muitos os nomes moçárabes de lugar que apresentam <c>, <ç>, <s> e até mesmo <z> — graus mais avançado da evolução de C^e, i latino: *Lucena*, *Carcena*, *Parcina*, *Lobaçina*, *Escaçena*, *Visena*, *Jauzina*, etc..

Segundo Amado Alonso,³⁹⁷ a pronúncia palatal deveria estar generalizada em toda a Hispânia aquando da sua conquista pelos árabes, que cedo a adoptaram e a mantiveram, transcrevendo-a com o seu *ŷim*. A diversidade gráfica dos textos aljamiados — <x>, <ch> versus <c>, <ç>, <s>, <z> — leva a crer que os árabes imobilizaram a evolução de C^e, i latino na etapa [č], enquanto os moçárabes a continuaram em direcção à pronúncia dental — /š/ e /ž/ — característica dos restantes dialectos peninsulares, e das línguas românicas ocidentais em geral.

pré-romana (cf. *DCELC*, s.v. CAPARAZÓN).

³⁹⁶ G. ROHLFS, “Aspectos de toponímia española”, cit., p. 249-250.

³⁹⁷ Amado ALONSO GARCÍA, “Correspondencias árabe-españolas en los sistemas de sibilantes”, *Revista de Filología Hispánica*, vol. VIII, 1946, p. 68-69, também citado por Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 148.

15.2.7 S- inicial

Apesar de a palatalização de S- inicial não ser um fenómeno regular nos dialectos moçárabes, há indícios da sua ocorrência em palavras como *jibia* < SEPIA, *jabón* < SAPONE, *jugo* < SUCU, *jurel* < SAURU (+ -ELLU) e, por exemplo, nos topónimos *Jalón*, *Júcar*, *Játiba*, *Jarama*, derivados de SALONE, SUCRO, SAETABIS e SARAMBA, respectivamente.

15.2.8 Grupo SC^e, i

Este grupo latino, tal como aconteceu no catalão, no aragonês, no leonês e no português, e contrariamente ao que se passou no castelhano, deu origem à palatal /š/ nos dialectos moçárabes: *fašša* / *fāyja* < FASCIA; *fach(o)* < FASCIU; *šintela* < SCINTILLA; *greše* < CRESCERE; *miššita* < derivado de MISCERE; *poxōta* < PISCE, etc..

15.2.9 Consoantes surdas intervocálicas

O tratamento das consoantes intervocálicas -P-, -T-, -C^a,O,U- e -F-³⁹⁸ tem sido um dos problemas mais debatidos da história dos dialectos em causa. Entre Meyer-Lübke, que negava a sonorização, e Menéndez Pidal, que a defendia, várias foram as opiniões manifestadas, sem que, contudo, se tivesse chegado a uma conclusão definitiva.³⁹⁹

De acordo com Menéndez Pidal, antes da invasão muçulmana do território mais tarde moçárabe, terá ocorrido a sonorização das surdas intervocálicas latinas,

³⁹⁸ Há que distinguir os casos da frequente utilização de <f> para colmatar a falta da labiodental sonora [v]. Cf. David LOPES, *Textos em Aljamia Portuguesa*, cit., p. 55 e 58-61, onde se encontram numerosos exemplos deste uso: *fifa*, *fender*, *foxa* alteza, *xerfiço*, *confoxco*, *lofores*, *Alarfex*, respectivamente, 'viva, vender, vossa alteza, serviço, convosco, louvores, Alarves'.

³⁹⁹ Apresentando as opiniões de W. MEYER-LÜBKE, "La sonorización de las surdas intervocálicas latinas en español", *Revista de Filología Española*, t. XI, Madrid, 1924, p. 1-32, e de R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., especialmente os §§ 45, 46 e 90.2, Galmés de Fuentes discute detalhadamente o assunto, nas p. 38-39, 91-100, 175-178,

documentada por algumas inscrições cristãs. Mas, como grande parte dos moçarabismos apresentam ensurdecimento, o Autor atribui este fenómeno aos árabes que, assim, enfatizariam vocábulos estrangeiros, tendo alargado este hábito articulatório às consoantes sonoras etimológicas. Acresce ainda o facto de os muçulmanos representarem tanto as surdas intervocálicas como as sonoras latinas pelos grafemas que originariamente se referiam a fonemas sonoros, mais tarde ensurdecidos com a evolução fonética do árabe. Por exemplo, o [g-] românico de *Gades* foi reproduzido pelo *qāf* (sonoro) em *Qādiç*, isto é, um fonema sonoro por outro; mas, aquando da Reconquista, o ensurdecimento já se tinha dado no árabe e o topónimo fixara-se sob a forma *Cádiz*.

Galmés de Fuentes apresenta comparativamente vários exemplos da aljama de Toledo, de Múrcia, de Sevilha e de Granada, em que a dualidade de soluções se verifica, e conclui que deles não se podem deduzir regras gerais que confirmem ou infirmem a conservação das surdas intervocálicas latinas. No entanto, a sua opinião tende claramente para a hipótese da sonorização: “las voces mozárabes con consoante sorda pueden ser representantes de esta evolución realizada en el árabe, y no el resultado de una ley fonética del romance mozárabe”. E conclui: “Otros testimonios mozárabes (...) parecen probar, de otro lado, la extensión del fenómeno de la sonorización en diferentes áreas de la mozarabía.”⁴⁰⁰ No entanto, mais adiante, no capítulo sobre os moçarabismos do castelhano,⁴⁰¹ este Autor aponta a conservação das surdas intervocálicas como um dos seus traços caracterizadores, apresentando

201-202, 236-239 e 324 da sua *Dialectología mozárabe*, cit..

⁴⁰⁰ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 202. Veja-se também a p. 237, onde este Autor discorda de Sanchis Guarnier que, segundo ele, deduz “acrítica y expeditamente, reglas generalizadoras (...) cuando afirma que se conservan las sordas intervocálicas regularmente en el granadino populachero cordobés de Ibn Quzmān y en el tardío granadino Pedro de Alcalá.”

⁴⁰¹ Mais precisamente nos parágrafos dedicados a “Las razones fonéticas en orden a la determinación de los mozarabismos”, *op. cit.*, p. 324-326.

como exemplos: *capil* < CAPELLU; *capuz* < CAPUTIU; *capellar* < CAPITULARE; *capacho* < CAPACEU; *marchito* < MARCITU; e *parata* < participio de PARARE.

Sanchis Guarner⁴⁰² estuda as divergências no tratamento destas consoantes surdas intervocálicas e a dualidade de resultados que transparece, por vezes, nos escritos de um mesmo autor — *ortiqa* / *ortigaš*, *barbuda* / *barbuṭa*, *blezoš* / *bleṭoš*. Apesar disso, e perante o grande número de exemplos de conservação das oclusivas surdas intervocálicas em palavras aljamiadas (*matre*, *boyaṭa*, *šemṭayr*, *ešpiqo*, *kapel*, *Ficaira*, *Granátula*, *Paterna*, etc.), coloca a hipótese de os casos de sonorização apresentados pelos glossários moçárabes serem, nestes dialectos, empréstimos tardios do castelhano ou de outros idiomas peninsulares. Conclui, referindo que as surdas intervocálicas latinas teriam tido dois tipos de tratamento: o mais generalizado teria sido o da conservação do carácter surdo; o da sonorização seria incipiente e estaria circunscrito a uma área geográfica mal definida mas que, no entanto, não abrangeria as regiões cujo substrato pré-romano não fora indoeuropeu.

Na toponímia moçárabe portuguesa são vários os exemplos de conservação de consoantes surdas intervocálicas: *Apilata* (< PILA), *Calcinates* (< CALCE), *Curvatos* (< CURVARE), *Fanatos*, *Fanates* (de FANU ‘templo’), *Casal Manata* (< derivado de MANU), *Fratel* (< *FRATELLU), *Defesa*, *Defesinha(s)* (< DEFENSA), etc..⁴⁰³

15.2.10 -J-, -G^e, ĩ- e -GI- intervocálicos

Embora se registem casos de supressão, os moçárabes conservavam

⁴⁰² M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., §§ 57 a 64, explana e compara as opiniões de Meyer-Lübke, A. Tovar, Menéndez Pidal, Gamillscheg, M. L. Wagner, H. Lausberg e A. Steiger.

⁴⁰³ O caso de *Defesa* < DEFENSA, com o alótopo *Devesa*, não é citado por Sanchis Guarner. Tanto *Defesa* como *Devesa* existem em Portugal e já J. Leite de VASCONCELOS, “Romance mozarábico”, cit., se refere à natureza moçárabica de *Defesa*, observando que esta forma “só existe no Sul, ao passo que (...) no Norte e na Beira só existe *Deveza*”. Mesmo sendo secundária, a consoante surda intervocálica também se conservou em *Nafarros* e *Ribeira de*

geralmente -J-, -G^e, i- e -GI- intervocálicos: NIGELLA > *niýýella*, FULLIGINE > *fullíyin*, LOLIGINE > *lageyna*, *CORRIGIOLA > *qoriyula* e *qoriwela*, PLANTAGINE > *plantayn* e *plantayin*, *SIGILLETU CRUCE > *šiyillet kruš*, etc..

15.2.11 Grupos consoante + [j]

Nos grupos DĪ, BĪ e VĪ, parece ter predominado a palatalização em [j].⁴⁰⁴ Ao lado do adjetivo *baio* < BADIU, dos apelativos *moio* < MODIU,⁴⁰⁵ *foia* < FOVEA e do nome de planta *marruyo* ‘marroio’, esp. ‘marrubio’, registam-se os apelidos *Royo*, *Royol*, *Royola* < RUBEU, os topónimos espanhóis *Purroi* e *Montroi* e os portugueses *Arraiola*, *Arraiolos* (< RUBEU), *Foia(s)*, *Foio(s)*, *Foião* (< FOVEA) e *Alboi* (possivelmente do latim PÖDIU).⁴⁰⁶

15.2.12 Grupo -CT-

Para o grupo -CT-, os dialectos moçárabes apresentam dois tipos de soluções, representando cada uma delas dois estádios de evolução deste grupo consonântico.

O *Vocabulista* de Ramón Martí documenta o estádio evolutivo mais arcaizante, registando unicamente exemplos sem vocalização da primeira consoante, como é o caso de *fitta* < FICTA, ao contrário do que se verifica noutros documentos em que se encontram ambas as soluções, mantendo-se o /t/ e evoluindo só o primeiro elemento (como, aliás, em todos os idiomas peninsulares, à excepção do castelhano): *laḥtayra* (e seus diminutivos *laḥtayrola*, *laḥtayrwela*), *layt*, *leyte*, *truhta*, *nohte*, *elēyto*, *leytuqaš* < LACTUCA, *Beneyt* < BENEDICTU, etc..

Nafarros, topónimos do concelho de Sintra talvez relacionados com NAVA ou com *Navarros*.

⁴⁰⁴ Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 48.

⁴⁰⁵ Ver também Adelina Angélica PINTO, *Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade)*, cit., p. 43-46, 59 e 65-68.

⁴⁰⁶ Cf. adiante, p. 481-483.

Galmés de Fuentes⁴⁰⁷ dá especial relevo a casos em que o *yod* palatalizou a segunda consoante, dando origem a [č] — *lechūga*, *lecheyro* e *felech*, *felecho*, *felecha*, *felēchon* < FILICTU —, em Toledo, Málaga, Córdoba e Granada, onde a hipótese da influência do castelhano está arredada. Segundo este Autor, o facto prova o carácter autóctone da palatalização nos dialectos moçárabes.

15.2.13 -N- e -L- intervocálicos

Todos os dialectos moçárabes conservaram estas consoantes intervocálicas, incluindo os da antiga Lusitânia, onde só mais tarde se deu a sua síncope, atribuída aos dialectos dos reconquistadores e das populações vindas do norte do Douro.⁴⁰⁸ Assim, a conservação de -N- e -L- intervocálicos está ainda representada na toponímia portuguesa, sobretudo do Centro e Sul de Portugal — *Mértola* (< *MYRTULA < MYRTU), *Grândola* (< GLANDULA), *Molinos* (< MOLINU), *Calveiras da Granja* (< *CAL(A)VARIA), *Salinas* (< SALINA), *Arreinela* (talvez variante de *ranela* / *renela*, diminutivos de RANA), *Fontanas*, *Fontanal* (< FONTANA), *Genestosa* (< GENESTA), *Fanado(a)*, *Fanica* (de FANU ‘templo’) etc.⁴⁰⁹ — e em apelativos como *cotovelo* e

⁴⁰⁷ Ver Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 105-106, 181 e 204-205. Cf. também R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 51.4.

⁴⁰⁸ J. J. Nunes explicita que “esta queda do *n* intervocálico, que, como a do *l* nas mesmas condições distingue o português das demais línguas românicas, explica-se da seguinte maneira: o *n* em vez de se juntar à vogal seguinte, nasalou a precedente, dizendo-se *lũa*, *arêa*, *frêo*, nasalização que posteriormente se perdeu, ficando *lua*, *arêa*, *frêo*.”; e considera que “a conservação do *n* medial contra a lei antecedente, como *crina*, *feno*, é devida a influência erudita.”. Cf. J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa. Resumo das principais leis que presidiram à transformação do latim no português”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 304 (excertos adaptados). Passará a citar-se, abreviadamente, “Fonética histórica portuguesa”. Ver também, IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 108-114 e 180.

⁴⁰⁹ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 90.1 (p. 432-433): “Los mozárabes de Lusitania, por ejemplo, no perdían la *-l-* y *-n-* intervocálicas, como hacían al Norte los portugueses del siglo XI; esto nos indican ciertos nombres toponímicos del Sur, como *Mértola* < *MIRTULA, MYRTILIS, *Baselga* < BASILICA, *Fontanas*, *Odiana* < WADI-ANA, el río Guadiana, *Madroneira* en Beja (*Madroeira* en Santarém), *Molino* en Évora (*Moinho* en el Norte), y otros

baliza (que Corominas considera moçarabismos (de CUBITALE e PALU+ICIU, respectivamente).⁴¹⁰ Além de *Calveiras*, note-se o apelativo *caivêra*, referido por Leite de Vasconcelos, cujo [i̇] pressupõe a conservação de -l- (**calveira*): “Càivêra, caveira. — Etim.: l. *calvaria*, pela dissolução do *l* em *i*, como em *muito*, de *multo*, etc. A forma literária é *càveira*, cujo *a* acentuado acusa a forma arcaica *caaveira*, a que corresponde outra mais arcaica **calavaria*, representada ainda pelo espanhol *calavera*. O lat. *calvaria* deu **calavaria* pelo suarabacti do *a* (...). São pois *càveira* e *càivêra* duas formas da mesma palavra, pertencentes originariamente a dialectos diferentes, porque uma não pode ter provindo da outra.”.⁴¹¹ Este Autor considera a manutenção do -n- em Guadiana (= Odiana < ár. wadi- + ibérico Ana) “um facto interessante”, segundo ele explicável por influência espanhola ou talvez “devido a algum antigo dialecto de transição, e seria então comparável ao da manutenção do *l* de *Mértola*.”;⁴¹² mais tarde, voltando a referir-se ao assunto, afirma: “As formas com *n* intervocálico são bastante notáveis, e mereciam estudo especial.”.⁴¹³

15.2.14 Grupos -LL- ~ -LĬ-, -C'L-

Apesar de a palatalização ter sido comumente aceite como o resultado moçárabe para estes grupos latinos, o assunto não é consensual e deve ser analisado com algum pormenor.⁴¹⁴

así.”.

⁴¹⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. COTOBELLO. Joseph M. PIEL, “Cotovelo”, cit., p. 143-148, não partilha desta opinião e entende que o nome radica em *CUBITELLU, um derivado de CUBĬTUS.

⁴¹¹ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 31. Cf. também IDEM, “Romance mozarábico”, cit., p. 354, onde o Autor reafirma: “*caivêra*, palavra alentejana irreduzível a *càveira*: ela deve provir do romance mozarábico-meridional”.

⁴¹² IDEM, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 29-30 (nota 1).

⁴¹³ IDEM, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 25, 1923-1925, p. 290.

⁴¹⁴ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozarabe*, cit., p. 62-65, 100-104, 179-180, 202-204, 239-241 e 255-301, dedica grande atenção ao problema do tratamento de -LL-, -LĬ- e

Assim, nas transcrições árabes, os resultados de -LL- estão geralmente representados por <ll> — *abillānaš* < ABELLANA, *qamallīn* < CAMELLU, *ŷubulla* < CEPULLA —, podendo ao seu lado aparecer, mais raramente, o <l> simples — *niŷŷela*, *niŷŷella* < NIGELLA, *šintilla*, *šintila* < SCINTILLA, etc. —, enquanto os continuadores de -LĪ- e -C'L- são representados por ou <ly> — *arbilīaš* < ERVILIA, *milyu* < MILIU, *conilyo* < CUNICULU, *orelya* < AURICULA, etc., ou pelas suas variantes vulgares <ŷŷ> ou <ŷ> — *qulluŷŷa*, *qulāŷa* < CAULICULA (diminutivo de CAULE), *urayŷa*, *urayŷa* < AURICULA, entre muitas outras.⁴¹⁵

De acordo com Galmés de Fuentes, esta regra oferece muito poucas excepções (pois os casos de <ly> para representar -LL- e os de <ll> para representar -LĪ- ou -C'L- são muito raros e, por vezes, duvidosos⁴¹⁶), o que prova que as populações moçárabes pronunciavam diferentemente os resultados de um e de outro grupos.

Uma vez que as grafias árabes pretendem ser fonéticas (na medida em que o permite a acomodação a um sistema tão diferente como é o latino), este Autor, por analogia com o sistema de transcrição árabe, conclui que -LĪ- e -C'L- equivaleriam foneticamente a [dʎ] ou [ḍʎ], isto é, a uma africada sonora, ápico-dental, talvez com uma certa lateralidade. Por exemplo, a palavra moçárabe transcrita em caracteres árabes como <filyu> deveria pronunciar-se nos romances do *Al-Andalus* como [fiʎlyu]

-C'L- nos vários dialectos moçárabes. O Autor faz uma síntese da questão, com inúmeros exemplos recolhidos em fontes diversas e com referência às opiniões de diversos linguistas. Ver também M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 322-323; e R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 50.4.

⁴¹⁵ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 279-290, detém-se demoradamente nas variantes vulgares <ŷŷ> e <ŷ> e cita bastantes exemplos de várias épocas.

⁴¹⁶ Foi por certo com base nestas formas que, apressadamente, se terá generalizado a ideia de

ou, mais simplesmente, como [fi^dyu] / [fi^dy^u], realização que representaria uma etapa arcaica da evolução de -L̄- e -C'L-, muito semelhante à que se mantém em alguns dialectos mais conservadores da Península, como é o caso do ocidente asturiano.

Ao lado desta africada sonora, considerada a mais erudita, deveria existir uma variante menos culta — a palatal africada surda [č̣] (correspondente às grafias <ŷ̂> ou <ŷ>) — atestada, por exemplo, em *cenacho* ‘cesto’ < CENACULU e no topónimo valenciano *Fuexcha* < FOLIA.⁴¹⁷

De acordo com as leis fonéticas românicas e com o conhecimento de alguns dialectos modernos do árabe, o resultado de -LL- latino, geralmente representado por <ll>, terá sido a lateral palatal /ʎ/, como, por exemplo, em [kabáʎu].

Isto não significa, segundo Galmés de Fuentes, que esta oposição [ʎ] ~ [d^y] ou [d^y] se tivesse generalizado nos dialectos moçárabes, quer em termos diatópicos quer diafásicos, podendo ter sido um fenómeno característico de épocas e zonas especialmente conservadoras. Concluindo de forma menos peremptória, aceita que, em determinados lugares e com o passar do tempo, se tenha chegado a uma confluência em [ʎ] dos resultados originalmente divergentes, como aconteceu noutros dialectos peninsulares: “La oposición señalada aquí debió representar la fase originaria que pudo o no mantenerse, en todo o en parte del territorio mozárabe, como

que o resultado teria sido, em qualquer dos casos, /ʎ/.

⁴¹⁷ Galmés de Fuentes defende esta dupla realização, comparando-a com o que actualmente se verifica nas Astúrias ocidentais, onde [d^y] coexiste com [č̣], e referindo que a variante surda se encontra na linha normal do ensurdecimento das consoantes sonoras, por influência do árabe. Tal como Amado Alonso García, o Autor é de opinião que o resultado /ž/, próximo do castelhano /ž/ (hoje <j> correspondente a [x]) é tipicamente moçárabe, não representando um castelhanismo tardio, como entendia Menéndez Pidal. Cf.: Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 295-300; Amado ALONSO GARCÍA, “Las correspondencias árabe-españolas en los sistemas de sibilantes”, cit., p. 41; e R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 50.

solución general.”.⁴¹⁸

A avaliar pela grafia árabe, os grupos -G'L- e -T'L- teriam tido, segundo Galmés de Fuentes, uma palatalização semelhante.⁴¹⁹

15.2.15 Grupos -NĪ- e -NN-

No grupo -NĪ- processa-se uma palatalização que se traduz graficamente por <ny>, <yn> ou <nn>. Assim, encontramos *qaṣṭanya*, *qaṣṭanyola*, *buṭenya* < VITINEA, *ronnon* < RENIONE, e topónimos derivados de BALNEOLU, como *Albuñol*, *Bunyola*, *Albuñuelas*, etc..

Relativamente ao -NN- geminado latino, o grafema duplo <nn> — *qanna*, *qannām*, *qabannaṣ*, *tinnosa*, etc. — indica certamente também um fenómeno de palatalização confirmado pela variante gráfica *tinyosa*.

No entanto, a julgar pelas formas com grafema simples dos topónimos valencianos *Canes*, *Canet*, *Panadesa*, *Benacantil*, *Penàguila*, etc., neste dialecto moçárabe a geminada em causa não se terá palatalizado.

15.2.16 Grupos -MB- e -ND-

Na Península Ibérica, a assimilação de -MB- em /m/ generalizou-se no catalão, no aragonês e no castelhano, e a de -ND- em /n/ no catalão e frequentemente no aragonês. Estes processos devem-se, segundo alguns autores, possivelmente à influência da colonização osco-umbra, uma vez que começaram por ocorrer nas áreas envolventes das cidades de Lérida e Huesca (< Osca).⁴²⁰

No entanto, nos dialectos moçárabes, no galego-português e no leonês, os grupos consonânticos -MB- e -ND- mantêm-se inalterados sem que se tivesse

⁴¹⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 278.

⁴¹⁹ IDEM, *Ibidem*, p. 63 e 180. Cf. também M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 322-323.

⁴²⁰ Cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 52, 53 e 55 bis.; e Á. GALMÉS DE

verificado qualquer tendência para a assimilação progressiva em /m/ ou em /n/, respectivamente; o mesmo se passa no castelhano relativamente ao grupo -ND-.

Assim, para -MB-, temos documentados alguns continuadores e derivados de COLUMBA, *qolonba*, *qolonbares*, *qolonbayra*, *Santa Qolomba*, *Umar ben Qolombo*, e os topónimos *Llombo*, *Llombai*, *Cambullón*, *Cambero*, etc.. Quanto a -ND-, está também registado em *rotonda*, *gondorina*, *landeš*, *pandayr*, *merenda* e nos antropónimos *Solanda*, *Goronda*, *Andilla*. Actualmente conserva-se também em topónimos como *Fondó*, *Quatretonda*, *Fundão* e no vocabulário comum em *orandella*, *barandat*, *fondo*, *escanda*, *onda* e *mondar*.

Os casos de assimilação — *Gamera* < GAMBARIA, *Lomar*, *Palomares*, *Cama*, etc. — são, por certo, devidos a influência catalã e, no caso de -MB-, possivelmente também castelhana.⁴²¹

15.2.17 L + consoante

Nos idiomas moçárabes era frequente a vocalização de L, seguido de consoante e precedido de vogal, em [ɫ]; e, se bem que não se possa considerar um fenómeno generalizado, os exemplos são, mesmo assim, abundantes: o nome próprio *Neuba* (correspondente a *Nelva*), *bawš*, *ṭawpa*, *šawt*, *šawš*, *pawmaš*, etc.. No entanto, são também numerosos os casos de conservação: *qalsa*, *malva*, *mielqa*, *olmo*, *salmon*, etc..

15.2.18 N na sílaba final

Por último, há a referir que o N da sílaba final se conservava em todas as regiões moçárabes (inclusivamente na oriental onde, depois da Reconquista, se começou a verificar a supressão de /n/ nesse contexto), registando-se formas como

FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 152.

⁴²¹ Ver Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 104, 152, 205; e M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 324.

kapon, qanin, šayron, tošton, viben e plantayn (estas últimas continuadoras de VIMENE e PLANTAGINE, respectivamente). Na toponímia valenciana *Agullent, Carcaixent, Moixent, Llutxent*, etc. ilustram a conservação de N nos sufixos finais *-ent* e *-én* procedentes da terminação ibérica *-en* e, noutros casos, *-en* do latim *-ANU*.⁴²²

16. Interinfluências românicas e árabes

A língua árabe conviveu longamente e em zonas extensas da Península com os idiomas românicos locais, primeiro como língua franca, depois numa situação de bilinguismo e diglossia, acabando por se afirmar como língua da cultura e da literatura, sobretudo entre a população citadina culta, ao lado do latim mais restrito a pequenos núcleos, que o conservavam nos seus escritos e nas celebrações religiosas. É, pois, natural que os idiomas se tenham influenciado mutuamente tanto no que diz respeito à fonética e à morfossintaxe como ao léxico e à semântica.⁴²³

16.1 Evolução de alguns nomes árabes segundo as tendências da fonética galego-portuguesa

É do conhecimento geral que as situações de contactos de línguas motivam e condicionam a recepção, por cada comunidade, de elementos provenientes da(s) outra(s).

Como já foi referido, as comunidades moçárabes veicularam a entrada de um elevado número de arabismos. Nesses núcleos, o peso da população bilingue e a familiaridade da maioria dos falantes com a língua árabe propiciaram a transmissão dos elementos alógenos em causa, sem alterações fonéticas tão sistemáticas como as verificadas na evolução românica dos dialectos de matriz galego-portuguesa.

⁴²² Cf. M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 325.

⁴²³ Relembre-se o trabalho de Maria José de Moura SANTOS, *Importação Lexical e Estruturação Semântica. Os Arabismos na Língua Portuguesa*, cit.. Cf. também o capítulo II – Encontro de Culturas, especialmente a alínea 8. Os arabismos.

Passam a exemplificar-se as mais importantes das referidas evoluções.

16.1.1 Sonorização de consoantes surdas intervocálicas

No léxico comum temos, por exemplo, *morabiti* > *maravidi* / *maravedi*; *alqatranu* > arc. *algadrom*; *addaraqa* > *adarga*; *asselqa* > *acelga*; *assenia* > *azinha*. Na toponímia, regista-se *arrabita* > *Arrábida*. Comparem-se, já de cunho moçárabe, *morabertino*, *alcatrão* e as formas algarvias *acelca* e *acenha*, sem as sonorizações em causa.⁴²⁴

16.1.2 Evolução de -b- intervocálico para -v-

Este fenómeno também não foi generalizado: *assib[a]ri* > *azevre* e *azebre*; *alqabala* > *alcavala*; *addabba* > arcaico *aldava*, moderno *aldraba*; **qabidi* > arcaico *cavide*, moderno *cabide*⁴²⁵ e ainda o já mencionado *alarve* < al-arab.

16.1.3 Palatalização de -nġ- e -lġ-

Além de *assenia* > *azinha* (acima citado), regista-se *bataljūs* > arc. *Badalhouce*, antigo topónimo da região coimbrã, colhido em Steiger, que o considera moçárabe pela presença do ditongo "ocidental" [ou], no que se opõe ao alótopo espanhol antigo *Badaloz* > *Badajoz*.⁴²⁶

16.1.4 Evolução dos ditongos [aġ] > [eġ] e [au] > [ou]

Mansur Guérios⁴²⁷ refere *almaissi* > *almeice*; *assauqui* > *açougue*; e *assauti* > *açoute*. Estes ditongos tiveram, posteriormente, em português, evoluções regionais diferentes. O português antigo *alfoz* 'arrabalde' < *hawz* não apresenta o ditongo devido

⁴²⁴ Exemplos de R. F. Mansur GUÉRIOS, "O romance moçárabico lusitano", cit., p. 137-141. Escrevem-se as formas árabes com a grafia da fonte citada.

⁴²⁵ IDEM, *Ibidem*, p. 138.

⁴²⁶ Cf. Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 301.

⁴²⁷ R. F. Mansur GUÉRIOS, "O romance moçárabico lusitano", cit., p. 129-130.

à sua recepção por via leonesa.⁴²⁸

16.1.5 Síncopa de -l- e de -n-

Específica do galego-português, documenta-se também em alguns arabismos: makila > *maquia*; allabanu > *alavão*; fulano > *foam* / *foão*, ao lado do cognato hoje mais conhecido *fulano*; almunada > *almoeda* ‘leilão’;⁴²⁹ minâra > *almiara* e *almenara*, também topónimos; almadana > *Almada* (distrito de Lisboa) e *Almadena* (distrito de Faro).⁴³⁰ Como era de esperar, são muito mais numerosas as formas onde estas consoantes se conservam, por ser predominante, nos dialectos moçárabes, essa solução.

16.2 Condicionamento dos nomes de origem latina pela fonética árabe

Tal como alguns nomes árabes foram, de algum modo, condicionados pela fonética galego-portuguesa, o inverso também se verificou com os nomes latinos que passaram pela fieira árabe.

Mansur Guérios esquematiza as principais evoluções verificadas nos “exemplares modificados ou adaptados pelos mouros”.⁴³¹ Passam a salientar-se as principais:

16.2.1 Substituição de [p] por [b] em posição forte

Além de exemplos do léxico comum, como *esbulhar* (< EXPOLIARE) e *bandurra* (< PANDURA), Guérios aduz o topónimo *Beja* (< ár. beza < PACE) que,

⁴²⁸ Sobre a evolução destes ditongos, ver R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., especialmente os §§ 18 e 24; e sobre *alfoz*, IDEM, *Ibidem*, §§ 38.1 e 104. Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 257, também lhe atribui o mesmo étimo.

⁴²⁹ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 137 e 139.

⁴³⁰ Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 175 e 286.

⁴³¹ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p.141-144. Continuam a escrever-se as formas árabes com a grafia da fonte citada.

como recorda José Pedro Machado,⁴³² era a *Pax Julia* romana, vulgarmente conhecida por *Pace*. Existe também *Mombeja*, topónimo composto, cujo primeiro elemento é *mon* (= *monte*).

Albalado, *Alvalade* e *Alvalades* são igualmente nomes de lugar em que se verifica a substituição de [p] por [b] (ao lado de [v]), continuadores do latim PALATIUM, através do árabe *al-balat*.⁴³³

16.2.2 Evolução do grupo -ST-

Segundo Amado Alonso,⁴³⁴ parece ser tendência geral dos dialectos moçárabes a evolução do grupo -ST- latino para /s/ ou /z/. A esta tendência não terá sido alheia a influência do árabe, onde este processo evolutivo se revelou bastante frequente. No léxico comum, além de *mustarib* / *must'arab* > *moçárabe*, devem-se a esta influência os resultados *bisnaga* (< PASTINACA) e *moço* / *moça* (do latim MUSTEU ou, melhor, de *MUSTU ou *MUSTIU, base masculina, grau normal de MUSTELLA, primitivamente 'mulherzinha' > 'doninha').⁴³⁵ O mesmo se passa na toponímia românica arabizada: é o caso dos nomes de lugar castelhanos (onde [s] evolui mais tarde para [θ]) *Saragoça* (ant.) / *Zaragoza* (< árabe *saraqusta* < CAESAR AUGUSTA), *Monacil* (< árabe *munastir* < MONASTERIU), *Ecija* (< árabe 'istiya < ASTIGI) e das formas portuguesas *Cacela*, *Alcácer*, *Alcaçarias* e *Alcaçarinho*.

Para além do catalão, que conserva formas como *Castalla* e *Monastil*, Galmés de Fuentes pensa que este fenómeno também não foi regular no restante território hispânico: "Aunque en algunas zonas del mozárabe, como ocurre en Toledo, se

⁴³² J. P. MACHADO, *Influência arábica no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 21-22. Cf. nota 350, p. 173.

⁴³³ Acerca da substituição de [p] por [b] nos dialectos moçárabes, cf. 15.2.1 P- inicial, p. 181.

⁴³⁴ Amado ALONSO GARCÍA, "Árabe st > esp. ç — Esp. st > árabe ch", *Estudios lingüísticos (Temas españoles)*, Madrid, 1982, p. 106-117 (também citado por Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 182).

⁴³⁵ R. F. Mansur GUÉRIOS, "O romance moçárábico lusitano", cit., p. 144.

realiza tal evolución en voces excepcionales, lo normal es que en los dialectos mozárabes se mantenga el grupo sin modificar.”.⁴³⁶ Apresenta como exemplos *Alguasta, Alhuasta, Almonaster, Castelle, Castel, Agost* e *Bal dē moçárabeš* frente a *Cazalla / Cacella* e *muçt ‘arab / muçt ‘arabēš*. Mais adiante, a propósito do moçárabe de Sevilha, o autor reafirma: “el grupo *-st-* del árabe, y el de las voces de origen latino transmitidas por los árabes, ha dado el resultado *ç*. Frente a esta evolución, en los dialectos mozárabes se mantiene normalmente el grupo sin modificar.”. Opina, no entanto, que, “por influjo de la lengua de los reconquistadores, se ha realizado la reducción *-st- > -ç-*”, exemplificando com *Almonaçir* e *Caçalla*.⁴³⁷

16.2.3 Palatalização de algumas consoantes surdas

Esta evolução de /g/ seguido de vogal posterior verifica-se no apelativo *brejo* (< latim BRAGU / *BRACUM, de origem celta), nos topónimos formados a partir dele — *Brejo(s), Brejinho*, etc. —, e em *Tejo* e *Beja*, referidos na alínea seguinte.

16.2.4 “Imela” (passagem de /a/ tónico a /e/ ou a /i/)

Além dos apelativos *campina(o)* e *brejo*, ambos representados na toponímia (ver, respectivamente, p. 406 e 487), ilustram a “imela”⁴³⁸ — passagem do fonema vocálico da sílaba tónica de /a/ a /e/ ou a /i/ — diversos topónimos: *Beja* e *Mombeja* (<

⁴³⁶ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 182 (a propósito do dialecto moçárabe de Múrcia). No entanto, um pouco acima (p. 91), Galmés de Fuentes afirma: “Aunque solo tenemos un ejemplo, en los documentos de la aljamía toledana, de grupo *st*, éste nos indica que la evolución, analizada por A. Alonso, debió de cumplirse también entre los mozárabes de Toledo”. Sobre a evolução deste grupo, ver igualmente M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 317-318.

⁴³⁷ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 206.

⁴³⁸ Sobre o fenómeno de “imela”, vejamos, designadamente, Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 314 e seguintes, especialmente as 327-332; e David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 24.

PACE); *Tejo*,⁴³⁹ do latim TAGU, que teria evoluído, nos dialectos moçárabes, para **Tajo* e *Tejo*, sofrendo o mesmo tipo de alteração fonética que ocorreu em *Beja*, no que respeita à vogal tónica; *Alter do Chão*, *Alter Pedroso*, *Fonte de Alter* (todos no distrito de Portalegre), do latim ALTARIU 'altar; elevação onde se fazem sacrifícios' (galego-português *outeiro*); *Cacela*⁴⁴⁰ veiculado através do árabe *qastallâ* (representante do latim CASTELLU, diminutivo de CASTRU); e *Alenquer* e *Alenqueres*, topónimos híbridos em que o artigo árabe é anteposto ao nome latino IUNCARIU 'juncal', locativo que, na época proto-histórica, se revestiria da forma *iunquerio* < *al-iunquerio.

16.3 Interferências morfossintáticas

Durante a longa interacção linguística entre árabes e cristãos, é normal que se tenham verificado interferências mútuas; mas, sendo o árabe a língua do povo dominador, seria de esperar que a sua influência tivesse sido ainda mais profunda. Para além dos condicionamentos fonéticos nos dois sentidos (acima abordados), dos lexicais e dos semânticos, são bastante significativos os testemunhos toponímicos do comportamento morfossintático de alguns elementos árabes e românicos, registando-se casos de hibridismo, com elementos românicos ou romanizados e árabes.

16.3.1 Supressão de /r/ no sufixo românico *-eira* (> *-eia*)

Não se encontrou qualquer referência a esta evolução que, na toponímia portuguesa, está escassamente representada, tendo sido observada apenas em

⁴³⁹ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 253.

⁴⁴⁰ As opiniões dos autores que estudaram este topónimo são unânimes. Vejam-se, entre outros: David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 23-24, 103 e 133; J. Leite de VASCONCELOS, "Romano mozarábico", cit., p. 354; Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 179 e 330; J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 38-39; e M. SANCHIS GUARNER, "El Mozárabe Peninsular", cit., p. 317.

Abraveia, *Janeia* (distrito de Coimbra) e *Barranco das Almoleias* (distrito de Beja), alótopos de **Abraveira*, *Janeira* e *Almoleiras*, respectivamente. Um fenómeno semelhante ocorre em grande parte dos dialectos italianos no mesmo contexto fónico (*acciaio* < ACIARIU, *mulinaio* < MOLINARIU, etc). Nas formas portuguesas talvez possa ser devido a uma analogia com palavras de origem árabe terminadas em *-eia*, como os apelativos *açoteia*, *aldeia* (muito frequente e de uso generalizado), e com os topónimos *Liceia* (concelho de Montemo-o-Velho) e *Ladeia* (concelho de Soure), este interpretado pelos falantes da região como *Ladera* / *Ladeira*.⁴⁴¹ Refira-se ainda que o arabismo *Carteia* deu origem a *Quarteira* (Faro) e a *Quarteiras* (Guarda) através de um processo de identificação de sufixos semelhante.

16.3.2 Aglutinação do artigo árabe *al*

"São numerosas as palavras iniciadas por *a-* e *al-* que se explicam pela aglutinação do artigo definido *al* (para todos os géneros e números). O *l* do artigo assimila-se ao fonema inicial da palavra seguinte, quando esse fonema é uma consoante *solar*, resultando *a-*".⁴⁴² Assimilam o *-[l]* do artigo catorze fonemas que são, seguindo a terminologia e a transcrição de Steiger, os interdentais, dentais e pré-palatais oclusivos e fricativos hispano-árabes /t/, /t̪/, /θ/, /d/, /d̪/, /d̪/, /r/, /š/, /ʃ/, /s/, /z/, /z̪/, /l/ e /n/.⁴⁴³ Conserva-se *-[l]* antes das outras catorze consoantes, chamadas *lunares*. Estas designações baseiam-se nos nomes árabes do Sol (*xams*) e da Lua (*qâmar*), que em sintagma com o artigo ocorrem como *axxams* e *al qâmar*, respectivamente. Mas, dado o conhecimento menos perfeito do árabe clássico pelos

⁴⁴¹ Sobre a história deste arabismo e da respectiva região cf. Salvador Dias ARNAUT, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, 1939.

⁴⁴² R. F. Mansur GUÉRIOS, "O romance moçárabico lusitano", cit., p. 130. Ocupa-se deste tema nas p. 130-132.

⁴⁴³ Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 374; sobre "assimilação solar", ver p. 374-376. Cf. moçarabismos como *arrebol* (< RUBORE) e *atum* (< THUNNU).

falantes moçárabes, a regra geral indicada nem sempre se aplicou com rigor. Encontram-se, assim, palavras árabes e românicas com *al* seguido de *d* “solar”: *aldeia* (< árabe *dai‘a*) e *aldraba* (< árabe *dabba*).⁴⁴⁴ E, por outro lado, há assimilação em *abelota* (< árabe *ballûta*),⁴⁴⁵ *aboiz* ‘armadilha para pássaros’, ‘ardil, cilada’ (talvez do latim *BOICI ‘entrave’)⁴⁴⁶ e *abu(i)tre* (< VULTURE), vocábulos iniciados por consoantes “lunares”. Notem-se também com *al-*, que na origem não é artigo: *almoço* (< *ADMORDIU), *alvitre* (< ARBITRIU) e regionalismos como *almeixeira* e *alrote* ‘arroto’.⁴⁴⁷ De facto, nos territórios moçárabes, a aglutinação do artigo *al* era mais constante em diversos contextos sintácticos; daí encontrarem-se, nos dialectos hispano-românicos, palavras como *açúcar*, *arroz*, *armazém* (arc. *almazem*), que entraram em muitos outros idiomas sem o artigo: no francês, *sucre*, *riz*, *magasin*; no italiano *zuccherò*, *risò*; e, certamente mais tarde, no inglês, *sugar*, *rice*, etc.. Esta razão explica que os nossos topónimos e apelativos tenham *a* ou *al* na primeira sílaba com uma frequência muito maior.

A aglutinação do artigo *al* processou-se em épocas pretéritas da língua em muitas palavras hoje integradas na norma culta e nos dicionários, como é o caso de, entre outras, *abóbada*, *abrunho*, *alperce*, *alpendre*, *alpista*, *amora*, *ameaça*, *ameias*, *arriba* e *atum* (respectivamente de VOLVITA, *PRUNEU, PERSICU, PENDERE, PISTU, MORA, MINACIA, MINAS, RIPA e THUNNU). Importa também salientar a persistência deste hábito aglutinatório ainda vivo entre a população menos culta (sobretudo das regiões centro-meridionais, designadamente as fronteiriças) e

⁴⁴⁴ Etimologias indicadas por J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ALDEA e s.v. ALDRABA, palavras com *al-*, como em português.

⁴⁴⁵ Cf. Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 179.

⁴⁴⁶ Cf. João Malaca CASTELEIRO (coordenação de), *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, 2001, s.v. Aboiz, boiz.

⁴⁴⁷ Clarinda de Azevedo MAIA, *Os falares fronteiriços do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilha*, Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, 1977, p. 286 e 288.

documentado em formas como, por exemplo, *assabão*, *abomba*, *achumaço*, *alândia* ‘lande’, *alandro* ‘loendro’,⁴⁴⁸ *abantesma*, *alacrau* e *alacrário*, *acieiro*, *afolar*, *afusal* ‘porção de linho que cabe no fuso’, *agarrano* ‘cavalo de cobrição’, *alâmpada*, *arrã*, *ametade*, *avespa* e *avêspora*, *arrádio*, *arregueiro*, *arraiano*;⁴⁴⁹ a aglutinação mantém-se em todos os plurais e também em *pluralia tantum*, como *ameias* e *avieiros*. Esta última era a designação atribuída pelos falantes autóctones da Beira-Tejo às populações que se deslocavam sazonalmente, durante o século XIX e inícios do XX, de Vieira de Leiria para as margens do referido rio (a sul de Santarém), a fim de participarem nas fainas agrícolas, e onde acabavam por se fixar, encontrando na pesca fluvial o trabalho que lhes faltava na sua terra de origem.⁴⁵⁰ Registam-se alguns casos de deglutinação, certamente fruto de hipercorreção, como em *veia* por *aveia*, *venca* por *avenca* e *marelo* ‘amarelo’, também no topónimo *Vale do Marelo* (Miranda do Corvo).

Deve ainda mencionar-se a coexistência de formas com e sem aglutinação, como *loendro* e *aloendro* (< LORANDRU), *bêbera* e *abêbera* (< BIFERA), *brunho* e *abrunho* (< PRUNEU), *bibe* e *abibe* ‘ave pernalta’ (talvez de AVIS IBIS), *betoira* e *abetoira* ‘ave’ (< BOTAURU) e as já citadas *boiz* e *aboiz* ‘armadilha para pássaros’, *ardil*, *cilada*’ (talvez do latim *BOICI).⁴⁵¹ Documenta-se igualmente, no caso de *cincho*,

⁴⁴⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 29, 30, 34 e 43.

⁴⁴⁹ Algumas destas formas e outras semelhantes podem encontrar-se em: J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 257; Clarinda de Azevedo MAIA, *Os falares fronteiriços do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilha*, cit., p. 282, 298-299; e Maria José de Moura SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, XIII e XIV, 1967 (ver respectivos glossários).

⁴⁵⁰ Cf. Fernanda Delgado CRAVIDÃO, “Ficção, Espaço e Sociedade. Notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol — *Avieiros*”, *Cadernos de Geografia*, n.º 11, Coimbra, 1992, p. 37-47. Vide o mapa da p. 43.

⁴⁵¹ Ver respectivas entradas e etimologias no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit..

acincho ‘molde de queijo’ e variantes;⁴⁵² as ocorrências com aglutinação de *a-* são de longe maioritárias nas regiões do Centro do país, onde a indústria artesanal do queijo é mais intensiva: no distrito da Guarda, registam-se 32 formas sem *a-* inicial ao lado de mais de 90 com *a-*; no de Viseu encontram-se 80 ocorrências com *a-* e 15 de *cincho* e *zincho*; no de Castelo Branco, temos 79 formas com *a-* e 28 sem aglutinação; e no de Coimbra, 11 ocorrências de *cincho* e 34 de *acincho* e *azincho*.⁴⁵³

Na toponímia portuguesa, são muito numerosos os nomes onde se pode observar a aglutinação de *a(l)*: *Abóbada* (< VOLVITA); *Alandroal* (< LORANDRU); *Alcácer do Sal* (< CASTRU, através do árabe); *Alcalva de Baixo / Alcalva de Cima* < CALVA; *Alcapinha* (< CAPPÁ); *Alcoelha* (< CUNICULU); *Alconchel* (provavelmente de CONCHYLE); *Alfaro de Baixo, Alfaro de Cima* < PHARU; *Alfeite* (< FILICTU); *Alfornel, Alfornelos* (< FURNELLU); *Almeirim* (< MAJORINU, cf. *Meirinhos*, no distrito de Bragança, com a mesma origem); *Almoural* (< *MORIOLU); *Alporão* (< PLANU); *Alportel* (< PORTU); *Alviela* (< VENELLA); *Avinhó* (< VINEOLA), etc..⁴⁵⁴

Já Carolina Michaëlis de Vasconcelos aludiu a particularidades dos idiomas

⁴⁵² Maria José de Moura SANTOS, *Áreas Linguístico-Etnográficas Românicas (Processos Tradicionais de Moldar o Queijo)*, cit., p. 677-682, considera *cincho* um tipo lexical da época do repovoamento, que se sobrepôs a outros mais antigos e que terá partido do Centro da Península através da fronteira com Espanha, como alguns outros estudados por Lindley Cintra (dos quais *ordenhar* e *borrego* pertencem ao mesmo campo lexical). Cf. Luís F. Lindley CINTRA, *Áreas lexicais no território português*, cit., p. 273-307.

⁴⁵³ Menos expressivos são os casos de aglutinação de *a-* nos distritos de Santarém (7), Leiria (4), Aveiro (1) e Porto (1). Cf. Maria José de Moura SANTOS, *Áreas Linguístico-Etnográficas Românicas (Processos Tradicionais de Moldar o Queijo)*, cit., p. 551-555 e 557-560 e também o mapa 17, sobre a implantação geral e 17-A sobre variantes com *z-* (*zincho* e *azincho*). A Autora consultou os materiais do *Inquérito Linguístico Boléo (ILB)*, organizado pelo Professor Paiva Boléo e cujos dados foram recolhidos entre 1942 e 1974. Abrange 3092 inquéritos correspondentes a 2550 povoações. Os inquéritos de 1942 foram feitos por correspondência, e os posteriores realizados no local por alunos daquele Professor; há 945 acompanhados de relatórios sobre as características dos falares locais — fontes arquivadas no Instituto de Língua e Literatura Portuguesas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

⁴⁵⁴ Cf. J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 187 e 257.

hispânicos atribuíveis à influência árabe: “os elementos arábicos têm certas qualidades fonéticas que os destacam dos restantes e dão ao português (como aos outros dois idiomas peninsulares) o seu carácter peculiar, bastante diverso do italiano, do francês, do reto-românico e do romeno.”; e, mais adiante, referindo-se ao léxico de origem árabe, acrescenta: “muitos, muitíssimos principiam (...) com a sílaba *al*, isto é, com o artigo árabe único para géneros e números e por isso mesmo bastas vezes repetido. Ele funde-se com o próprio nome, sendo reduzido a mero *a-*, antes de certas consoantes, que costumam assimilar-se à líquida *l* em árabe, e alhures.”⁴⁵⁵

A frequência com que a aglutinação do artigo árabe *a(l)*- ocorre no português e no castelhano contrasta com o francês e o italiano, onde é muito esporádica a aglutinação do artigo românico.

De facto, o dicionário francês de Oscar Bloch e Walther von Wartburg⁴⁵⁶ só regista dois casos de aglutinação: a forma mais antiga *edre* ‘hera’ (< HEDĒRA) deu lugar a *ierre* que coexistiu, até ao século XVI, com a actual *lierre*, já atestada com aglutinação do artigo definido a partir do século XV; e em *oriol* ‘verdelhão’ (< AUREOLU ‘cor de ouro’ devido à cor da plumagem) ocorreu a aglutinação do artigo — *loriol* — onde, a partir do século XVI, se processou a substituição do sufixo, dando lugar à forma actual, *loriot*. O completo dicionário italiano de Candido Ghiotti⁴⁵⁷ conta igualmente só com duas ocorrências da aglutinação em causa: *loppo*, *loppio* ‘plátano’ (< OPŪLU) e *lordura* ‘sujidade, lixo’, de *HORRIDARE, fonte também do francês *ordure* e do provençal *ordura*.⁴⁵⁸

⁴⁵⁵ C. Michaëlis de VASCONCELOS, *Lições de Filologia Portuguesa*, cit., p. 284 e 305-306, respectivamente.

⁴⁵⁶ Oscar BLOCH e Walther von WARTBURG, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, Paris, 1968, s.v. Lierre e s.v. Lorient.

⁴⁵⁷ Candido GHIOTTI, *Vocabolario Italiano-Francese e Francese-Italiano*. Il Novissimo Ghiotti, Torino, 1965, s.v. loppo e s.v. lordura.

⁴⁵⁸ Wilhelm MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, Heidelberg, 1935, art. 4187 e 6078.

No português e no espanhol evidencia-se, de facto, um quadro muito diferente. Nos repositórios lexicográficos destas línguas não se incluem, em geral, nomes com aglutinação dos respectivos artigos de origem latina: *o* (ou a forma antiga *el*) e *a*⁴⁵⁹ para o português, *el* e *la* para o castelhano. Já as formas com *a(l)* árabe ocorrem em grande número, como passa a explicitar-se.

No recente *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, da Academia das Ciências de Lisboa, figuram 165 nomes de origem árabe com a aglutinação de *al*; destes, conserva-se [l] em 113 (casos de *alfazema*, *almanaque*, *algibeira*, etc.), enquanto em 52 a mesma consoante foi assimilada pela que iniciava a palavra (em *açafate*, *acém*, *azáfama* e outras). Quanto a moçarabismos com o artigo em causa, registam-se 37; mantém-se *al-* em 17, como *alcaboz* (nome de peixe, de *CAPOCIU) e *alpendre* (< PENDERE) e, nos restantes 20, encontra-se *a-* na sequência da assimilação consonântica, por exemplo em *abrunho* (< *PRUNEU) e *arrebol* (< RUBORE); de uns e de outros foram já aduzidos muitos outros exemplos. Também se mencionaram apelativos que podem ocorrer com e sem *a-*, como *aloendro* e *loendro*; destes encontram-se 9 entradas (a que correspondem, obviamente, outras tantas sem artigo).

Para o espanhol, recorreu-se a um dicionário volumoso e extensivo a regionalismos,⁴⁶⁰ onde ocorrem 451 entradas com o artigo *al* aglutinado: 404 arabismos e 47 moçarabismos. Destes últimos regista-se, em relação ao português, uma percentagem bastante inferior de formas com assimilação de [l], ocorrendo *al-* na grande maioria, como *albañol* ‘esgoto’ (< BALNEU), *alcabota* (nome de planta, de CAPU), *almatriche* ‘canal de rega’ (< MATRICE), *alpañata* ‘alpergata’ (< PANNU), etc..

⁴⁵⁹ Não pode afastar-se liminarmente a possibilidade de *a-* em nomes do género feminino representar o artigo românico; se aceitarmos esta hipótese, teremos, na norma lexicográfica que os dicionários consignam, apenas três entradas com esse percurso histórico: *abetoira*, *ameaça* e *amora* — número coincidente com a exiguidade de aglutinações do artigo de origem latina nas fontes consultadas para o francês e o italiano.

São também mais numerosas as formas em que *al-* é analógico e não etimológico, como *almendra* (< AMIGDULA), *almaceno* ‘damasco’ (de **damasceno*, derivado de *Damasco*), *almidón* ‘amido’, *almete* (variedade de elmo, por **elmete*), *aladro* ‘arado’ (regionalismo) e outros. Encontram-se, em número reduzido, apelativos em que alternam na primeira sílaba *al-* e *a-*: *albarca* e *abarca* ‘chinelo’ (< BARCA), *almaceno* ‘damasco’ (já citado) e *amaceno*. Já são mais frequentes os pares de variantes com e sem artigo: casos de *alechuga* e *lechuga* ‘alface’ (< LACTUCA), *almadreña* e *madreña* ‘tamanco de pau’ (derivado de *madera*), *albarredera* ‘vassoura’ e *barredera* ‘vassoura mecânica, máquina de varrer ruas’ (de *barrer*), *alcubilla* ‘arca’ e *cubilla* ‘tonel pequeno’ (< CUPA). Salientem-se neste último grupo as diferenças de significação entre as variantes; tais diferenças ocorrem também em formas alotrópicas, que não se distinguem pelo artigo mas pela evolução fonética dos nomes, como em *alcorque* ‘tamanco com sola de cortiça’ e *alcorza* ‘cobertura de açúcar para doces’ (< CORTICE, cf. esp. *corteza* ‘cortiça’ e ‘casca de árvore’ em geral), *albérrchigo* ‘alperce’ e *alpérsico* ‘pêssego’ e ‘pessegueiro’ (< PERSICU). Do confronto genérico com o português ressalta, de facto, além das ocorrências mais numerosas de moçarabismos, uma diversificação maior devida a condicionalismos de ordem histórica e / ou geográfica.

16.3.3 *Ben / Ban*, forma encurtada de *ibn* ‘filho’ + antropónimo românico

São vários os autores que se referem à influência dos elementos arábicos *iben*, *aben*, *ibn*, ao plural *bani* e às formas encurtadas *ban*, *ben* como náçabes que indicam filiação.

Entre eles encontram-se: Leite de Vasconcelos,⁴⁶⁰ que refere *Benevides* e *Benavides* (do nome *Vidas*) como apelidos e topónimos; Menéndez Pidal, que

⁴⁶⁰ Julio MARTINEZ ALMOYNA, *Dicionário de Espanhol-Português*, 2ª ed., Porto, s/d.

⁴⁶¹ J. Leite de VASCONCELOS, *Antroponímia portuguesa. Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*, Lisboa, 1928, p. 297. Esta obra será futuramente referida como *Antroponímia portuguesa*.

recolheu em documentação portuguesa os nomes pessoais *Beneegas*, *Benegas* (991) e *Venegas* (1258) ‘filho de Egas’;⁴⁶² David Lopes,⁴⁶³ que, além de referir *Viegas* e *Benegas*, explica o topónimo *Benamor* com base no nome próprio, de pessoa e de lugar, *Mouro* < MAURU, talvez posteriormente cruzado com *amor*, e também presente em *Benamorique*, nome de uma herdade alentejana; Pedro de Azevedo e Joaquim da Silveira,⁴⁶⁴ que estudam a origem de *Bordonhos* (do antropónimo latino *Ordonius*, precedido do mesmo elemento árabe); J. J. Nunes,⁴⁶⁵ que, além de *Viegas* e *Bordonhos*, refere os nomes antigos *Donate iben Hazem*, *Sarracino iben Leopelle*, *Zitello iben Aloito*, *Zoeliman iben Cascita*, *Aloito iben Homeite* e *Zoleiman iben Salomon*; António Losa,⁴⁶⁶ que, entre outros, cita *Benavente* (do nome próprio românico *Aventus*); José Pedro Machado,⁴⁶⁷ que refere numerosos exemplos recolhidos na toponímia, admitindo não conseguir explicar a etimologia de todos eles — *Benaciate* e *Beneciate*, *Benafim*, *Benafundo*, *Banagalga*, *Benagaia*, *Benagil*, *Bencatel*, *Benamor*, *Benaíça*, etc.; e Pedro Cunha Serra,⁴⁶⁸ que também explica as formas *aben*, *iben* e similares, frequentemente usadas nos dialectos moçárabes peninsulares por *ibn*, como o resultado da debilidade do vocalismo árabe.

16.3.4 *Od-* 'água, curso de água' + base românica

Este elemento árabe, a que corresponde o espanhol *Guad-* (cf. *Guadalquivir*), entra na composição de topónimos e hidrónimos estudados por vários autores.

José Pedro Machado refere *Odeceixe*, admitindo tratar-se de *ode-* anteposto

⁴⁶² R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 105.3.

⁴⁶³ David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 267; IDEM, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 149 e 171.

⁴⁶⁴ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 214; J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 218 (nota 5).

⁴⁶⁵ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 205.

⁴⁶⁶ António LOSA, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, cit., p. 62 (nota 265).

⁴⁶⁷ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 25-26.

⁴⁶⁸ P. Cunha SERRA, Recensão a Wilhelm GIESE, *Zur problematik arabisch-hispanischer*

ao nome da ribeira algarvia do *Seixe*; confronta *Odeleite* com o topónimo andaluz *Guadalete* e com *uad al-laban* 'rio de leite', nas imediações de Fez;⁴⁶⁹ regista *Odivelas*, colocando a hipótese de o elemento *velas* estar relacionado com a presença de moinhos de vento;⁴⁷⁰ refere *Odemira*, topónimo híbrido cujo segundo elemento é o nome do rio *Mira*, de origem germânica;⁴⁷¹ e *Odelouca*, que considera de significação e origem obscuras.⁴⁷² David Lopes, ao estudar este e outros topónimos de formação idêntica, explica que "alguns nomes próprios de rios receberam a prefixação da palavra árabe (...) Ode, Guade", não dilucidando a origem do segundo elemento desses nomes.⁴⁷³ Carolina M. de Vasconcelos detendo-se nos "nomes dos rios que, nas regiões outrora moçárabicas, principiam com *Guad* ou *Od* — que significa rio", cita os espanhóis *Guadalquivir*, *Guadalaviar*, *Guadalete* e *Guadalupe*, o rio fronteiriço *Guadiana* ou *Odiana* e os portugueses *Odeleite*, *Odiáxere*, *Odesseixe*, *Odemira* e *Odivelas*.⁴⁷⁴ Leite de Vasconcelos, Herculano de Carvalho⁴⁷⁵ e Mansur Guérios⁴⁷⁶

Wortbeziehungen, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, 1969-1971, p. 345.

⁴⁶⁹ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 113. Se assim for, abrem-se perspectivas à hipótese de se poder tratar de um caso de importação semântica a que se teria seguido uma tradução de empréstimo (sobre o assunto, ver Stephen ULLMANN, *Semântica. Uma Introdução à Ciência do Significado*, 5ª ed., Lisboa, 1987, p. 235). Teríamos então o latim LACTE, 'leite', como étimo deste segundo elemento do topónimo híbrido.

⁴⁷⁰ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 206. Em *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 114, Machado considera o segundo elemento "obscuro". J. da SILVEIRA, "Toponímia portuguesa", *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 238-239, atribui à forma antiga *Udivelas* (1235) a origem árabe *uadi bélaa* (por *uadi al bélaa*) 'rio da ola ou do remoinho'.

⁴⁷¹ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 113; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 205. Sobre este topónimo, cf. Joseph M. PIEL, *O património visigodo da língua portuguesa*, Coimbra, 1942, p. 28-29 e 31.

⁴⁷² J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 113.

⁴⁷³ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 27.

⁴⁷⁴ C. Michaëlis de VASCONCELOS, *Lições de Filologia Portuguesa*, cit., p. 301-302.

⁴⁷⁵ José Herculano de CARVALHO, "Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego", cit., p. 161, onde refere J. Leite de VASCONCELOS, *Lições de Filologia Portuguesa*, mais especificamente o artigo "Origem e evolução da língua portuguesa", cit..

citam *Odiana*, forma antiga e regionalmente restrita que, na actualidade, foi substituída por *Guadiana*. Trata-se do rio a que os antigos chamavam *Anas*, nome de origem pré-romana a que se antepôs o elemento árabe em causa. Outro exemplo a acrescentar é o topónimo *Odemidelo*, cujo segundo elemento é, certamente, diminutivo do latim *MEDIU* 'central, médio', o que significa que o nome desta região se deve ao facto de ficar situada entre dois cursos de água, os rios *Tuela* e *Rabaçal* — uma pequena "mesopotâmia" em que o elemento 'rio' é, aqui, de origem árabe.

16.3.5 Vestígios da declinação arábica

Mansur Guérios verifica que a maioria dos arabismos peninsulares tem a terminação *-a*, sinal de que o acusativo se sobrepôs aos outros casos: “Se procedêssemos à estatística dos elementos arábicos no português, ou, melhor, na Península, verificaríamos que a maioria termina em *-a*, claro sinal de que teve preponderância o caso acusativo sobre os demais.”⁴⁷⁷

Na nossa toponímia, há a referir *Cacela* com a terminação *-a*, do acusativo árabe; e *Beja* e *Mombeja* (< latim *PACE*) em que, com <c> a pronunciar-se [k], facilmente se operou a passagem a [paka], de acordo com a morfologia árabe, segundo a qual os topónimos eram, geralmente, femininos.

16.3.6 Substituição de *-iz* por *-ique*

Como refere David Lopes, os nomes românicos acabados em *-ricus* originaram a terminação *-rigo* (do acusativo) e, mais frequentemente, *-riz* (do genitivo). Mas, especialmente ao sul do Tejo, verificou-se, em bastantes casos, a substituição de *-iz* por *-ique*, não sendo alheia a este fenómeno a frequência da terminação *-ique* em

⁴⁷⁶ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 149.

⁴⁷⁷ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 134-135. Em nota de rodapé a Autora esclarece: “Não é, pois, coincidência fortuita o fato de sobreviver o acusativo no port., no esp. e outras línguas românicas. Há, parece, uma razão — ou a frequência dos verbos transitivos a exigirem o objeto, ou a forte impressão que causa, na oração, êsse objeto, direto ou indireto.”.

palavras árabes (*alambique, arrebuie, tabique*, etc.) e a representação, em árabe (igualmente por *-ique*), das terminações românicas ou romanizadas *-icu / -ico* e *-ecu / -eco*: “No sul de Portugal, como de Espanha, onde a dominação muçulmana foi mais duradoura e intensiva, os nomes de lugares de origem germânica (ou outra), que sobreviveram, não puderam evoluir como no norte, porque os árabes os fixaram na forma que subsistiu sempre.”⁴⁷⁸

Além de *Monchique, Montachique, Manique* e *Ourique*, aduzidos por David Lopes, ocorrem no Sul mais topónimos com a mesma terminação: *Espique* (Castelo Branco), certamente do latim SPECU ‘caverna, canal coberto’; *Marchique* e *Marachique* (Beja e Almodôvar), com anaptixe no segundo, de MARCICI, patronímico de Marcus; *Mourique* e *Mouriquinhos* (Évora), do patronímico de Maurus, MAURICII; *Penique* (Setúbal, Beja e Faro) pode representar o antropónimo *Peniculus*.⁴⁷⁹ Não está dilucidada a origem de *Robique, Terrique, Totenique, Quinta do Anabique* e *Monte de Coquenique*. No Norte ocorrem ainda: *Monchique* (Penafiel e Porto), *Penanrique* (Guimarães), possivelmente de PINNA + HENRICUS; *Ribeira de Valdique* (Bragança) pode ser genitivo do visigodo latinizado *BALDOIGIUS.

⁴⁷⁸ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 148. Cf. também as p. 142-157.

⁴⁷⁹ Antropónimo citado em Francisco TORRINHA, *Dicionário latino-português*, 3ª ed., Porto, 1945, s.v. 2. Peniculus.

CAPÍTULO IV

HISTÓRIA DOS TOPÓNIMOS MOÇÁRABES DO ANTIGO CONDADO DE COIMBRA

Os moçarabismos toponímicos recolhidos no âmbito territorial em causa vão ser agrupados segundo as particularidades mais relevantes, estudadas no capítulo anterior.

17. Vocalismo

17.1 Vogais finais

Nas alíneas seguintes estudam-se os topónimos cujas vogais finais apresentam características fonéticas tipicamente moçárabes, nomeadamente a supressão de -A final ou a sua representação como <e>, a ocorrência da terminação <es> como resultado dos plurais femininos em -AS, a perda de -E final ou a sua evolução para /o/, a substituição de -O final por [e] ou a sua apócope, como é o caso de topónimos terminados em -el (do sufixo -ĔLLU) e em -im, aloforma de -inho.⁴⁸⁰

Refira-se a propósito que muitos autores explicam esta última terminação, variante do sufixo -inho, por importação francesa ou italiana (esta através do francês),⁴⁸¹ e entre a grande maioria dos toponimistas quase se generalizou a

⁴⁸⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 429, abona: “Godim por Godinho, como Severim por Severino, Martim por Martino, o mesmo que Martinho; Valentim por Valentino, e Marim, que se encontra em Vila Marim, etc., por Marinho”.

⁴⁸¹ Sílvia SKORGE, “Os sufixos diminutivos em português”, cit., p. 55.

convicção de que os nomes geográficos terminados em *-im* e em *-e* são de origem germânica ou continuam genitivos de nomes pessoais, algumas vezes como patronímicos. Se o facto é, na verdade, bastante frequente, com o aprofundamento dos estudos sobre dialectos moçárabes tem-se verificado que não pode ser tomado por geral. Vejam-se, por exemplo, as palavras de Joseph M. Piel: “Temos de confessar que nós também não atendemos suficientemente à importância daqueles elementos [latinos], quando, no estudo dedicado aos antropónimos germânicos persistentes na toponímia portuguesa, atribuímos uma origem visigoda a não poucos nomes de lugar, que na realidade têm um carácter latino. Contribuiu para nos induzir em erro a circunstância de determinadas desinências e sufixos onomásticos das duas línguas se terem fundido foneticamente, como sucedeu com a terminação *-INUS* e *-EINS*, o que torna muitas vezes delicado o problema da atribuição de um nome a uma ou à outra.”⁴⁸² Pedro de Azevedo cita vários nomes terminados em *-ede* e *-ide*, onde não “é demonstrável a origem germânica”, como é o caso de *Alferrarede*, *Lourede*, *Povarede*, *Caparide* e *Colaride* (topónimos que não localiza).⁴⁸³ Relembre-se também o aviso de Leite de Vasconcelos: “Quando virmos um nome geográfico terminado em *-e*, podemos suspeitar que será genitivo de posse, mas também os há que creio são locativos, como *Murtede*, *Lourede*, *Cidadelhe*, *Carrazede*, ou genitivos epexegéticos (*villa* vel *oppidum Civitaticulae*, *Murteti*, *Laureti*). Suspeita semelhante tem justificação a respeito de todas as outras terminações de que (...) tenho falado: *-im*, *-mil*, *-alde*, etc.”⁴⁸⁴ E, como refere Harri Meier, “*-INUS* também dá *-ín* em dialectos do Noroeste da Península.”⁴⁸⁵

⁴⁸² Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 2.

⁴⁸³ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de lugares derivados do germânico *-redi*”, *Revista Lusitana*, vol. 12, 1909, p. 325.

⁴⁸⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, *Opúsculos*, vol. III (Onomatologia), Coimbra, 1931, p. 320.

⁴⁸⁵ Harri MEIER, Recensão a *Sache, Ort und Wort* — Jakob Jud, zum 60. Geburtstag (12.

Nesta alínea existem, porventura, também nomes a que não se pode atribuir com todo o rigor uma natureza moçárabica e que necessitam de estudo mais aprofundado, motivo pelo qual aqui se incluem com a devida salvaguarda.

*Currais de **Abrizes*** (Leiria).

Este topónimo poderá relacionar-se com *briza*, nome vulgar das plantas gramíneas, muito frequentes em Portugal e usadas nos ramos perpétuos.⁴⁸⁶ Se assim for, além do plural <-as> representado por <-es>, verifica-se também a aglutinação de *a(l)*.

Afonsim (Sátão).

Afonsim ocorre também nos concelhos de Marco de Canaveses e Vila Nova de Gaia.

Além de *Afonsim*, Pedro Ferreira refere (sem localizar) outros topónimos que entende relacionarem-se com o nome próprio *Ildefonso*: *Afonso*, *Fonxe*, *Galifonxe*, *Guilhafonce*, *Guilhafonso* e *Vila Fonche*. Acrescenta ainda que a freguesia de Santo Ildefonso, no Porto, foi fundada sobre a velha “Albergaria de Santo Alifon”, nome que se documenta em 1043.⁴⁸⁷

Galmés de Fuentes cita os antropónimos moçárabes *Alfōnš(o)*, *Alfōnš(o) Garçʿa*, *Alfōnš(o) ben Cid* e a variante *Alfós Çidiç*;⁴⁸⁸ e José Pedro Machado abona *afonxí*, *afonxi* ‘afonsino’, designação dada pelos moçárabes à antiga moeda instituída pelo rei castelhano *Afonso* ou *Alfonso*, de acordo com documentação toledana de 1175, onde se encontra frequentemente a forma *alfonxī*, cujo uso não se restringiu unicamente à região de Toledo. Sem qualquer dúvida, as formas portuguesas um

Januar 1942), *Boletim de Filologia*, t. VIII, 1945-1947, p. 162-163 (nota 2).

⁴⁸⁶ *GEPB*, vol. 5, s.v. BRIZA. No concelho de Aljezur regista-se *Abris*, talvez com a mesma origem. Cf. *GEPB*, vol. 1, s.v. ABRIS.

⁴⁸⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 42; vol. III, p. 184.

⁴⁸⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 107 e 108.

pouco mais modernas *afonsi*, *afonsim* e *alfonsim* partilharão a mesma origem moçárabe, a avaliar pelas antigas *Alfonsim* e *Alfonsi* (documentadas como topónimos já em 1220) e pelas expressões «*libras dafonsijs*» e «*dinheiros alfonsiis*» (no século XV). Machado também refere *Afonsim* como topónimo dos concelhos de Sátão, Marco de Canaveses e Vila Nova de Gaia, e não exclui a possibilidade de algumas destas formas serem variantes de *Afonsinho* (que também existe na toponímia — *Vale de Afo[n]sinho*, no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo).⁴⁸⁹

Por sua vez, Joseph Piel considera *Fonxe* (Lisboa e Lourinhã) correspondente ao antigo *Casal de Fonxi* (1258), um genitivo de *Fonso* (977) proveniente de *FONSUS, forma latinizada de *Fonsa*, nome de um “vir illuster” no Concílio de Toledo de 589. *Fonso* provém duma raiz que no alemão antigo soa [fūs] e significa ‘pronto’. No *Onomástico medieval português*, recolheu os derivados *Fonsim* (950), *Fonsini* (959), *Fonsin* (1224) e *Fonsam* (1259). O nome é igualmente representado na toponímia galega por *Funsin*, *Fonsim* e *Villarfonge*.⁴⁹⁰

Rosário Mansur Guérios também considera *Alfonsi* uma “adaptação fonético-morfológica” arabizada, onde “se percebe o gótico alatinado *Hadefonsus*”.⁴⁹¹

Agodim, *Ribeira de Agodim*, **Godim** (Leiria), **Godins** (Lousã), **Goim** (Santa Maria da Feira), *Quinta de Goins* (Cinfães).

José Leite de Vasconcelos abona *Godinho* e *Godim*, que radica na forma antiga *villa Gotini* ‘quinta de Godino’ (de *Gotus* ‘Godo’), considerando-a genitivo.⁴⁹² Já Pedro A. Ferreira alude a diversos topónimos que considera terem “tomado o nome de *Gothinus* ‘Godinho’” — entre eles *Godim*, *Godins*, *Godinho(s)*, *Godel(a)* e *Agodim*. Crê que *Goim* é um alótopo de *Godim*, hipótese que não fundamenta; relaciona *Agodim*

⁴⁸⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Afonsi.

⁴⁹⁰ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 229.

⁴⁹¹ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 142.

⁴⁹² J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 319.

com *Godim*, confrontando as duas formas, e afirma que *Godim* está por *Godinho*.⁴⁹³ À semelhança de *Francos*, *Galegos*, etc., Joseph Piel considera *Godim* e *Godins* topónimos étnicos, continuadores de *Godinus* (951);⁴⁹⁴ entende que na origem de *Goim* e de *Goins* está um nome germânico **Goinus*;⁴⁹⁵ e, em *Agodim*, vê o nome latino *Agathinus*.⁴⁹⁶ Sobre *Godim*, ver ainda a p. 241.

Mira de Aire, *Serra de Aire* (Porto de Mós), *Vale de Aires* (Lousã), *Castro Daire* (Castro Daire), *Daires* (Tondela).

Estudados adiante (p. 347), a propósito da conservação do ditongo [aĩ].

Albarrol₃ (Ansião, Miranda do Corvo, Vila Nova de Ourém), *Ribeiro de Albarrol* (Ansião).

David Lopes considera *Albarrol* nome arabizado e explica-o aproximando-o do diminutivo *Barró* (topónimo do concelho de Resende).⁴⁹⁷ Pedro A. Ferreira inclui este nome entre os muitos que “têm do árabe o prefixo *al*”, afirmando que *Albarrol* e *Alborrol* estão por *Albarral* ‘o barral’ e comparando *Albarrada* com *Barrada*.⁴⁹⁸ José P. Machado cita também *Albarrol*, do baixo latim BARRIOLU, com prótese do artigo árabe.⁴⁹⁹ E Joaquim da Silveira enumera diversas ocorrências do sufixo diminutivo *-ol* (do latim vulgar -ŌLUS) que, a par de *-ô*, se verificam em nomes étnicos, no

⁴⁹³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 531.

⁴⁹⁴ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 390-391. O Autor refere um *Monte do Godins*, em Odemira.

⁴⁹⁵ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 393.

⁴⁹⁶ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 24. Cf. também Pedro de AZEVEDO, “Nomes de pessoas e nomes de lugares”, *Revista Lusitana*, vol. 6, 1900, p. 51.

⁴⁹⁷ David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 262. Segundo o Autor, *Albarrol* é também topónimo dos concelhos de Gavião e Niza.

⁴⁹⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 270; e vol III, p. 434, respectivamente.

⁴⁹⁹ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 40-41.

vocabulário comum (por exemplo, em *lençol*, *anzol*, *castanho*), e na nomenclatura geográfica, como é o caso de *Albarrol* e de *Barrô* continuadores do latim BARRIOLU.⁵⁰⁰ Tudo aponta, pois, para que este nome se relacione com *barro* ‘argila’, que Corominas considera de origem pré-romana, talvez celtibera.⁵⁰¹

Alboi (Aveiro).

Certamente continuador de PÖDIU, este topónimo ilustra alguns dos fenómenos característicos dos dialectos moçárabes, como é o caso da apócope de -o final (ver adiante, p. 481).

Alcobe (Tondela).

Variante de *Alcoba*, estudado na p. 510.

Alcogulhe, **Alcogulhe de Cima** (Leiria).

Não se encontrou qualquer elemento que pudesse esclarecer cabalmente a origem deste nome. *Cogul* é topónimo de Lérida; também foneticamente próximos mas com vogais finais distintas, registam-se entre nós: *Cogula* (Trancoso); *cogula* ‘túnica larga dos religiosos’ (do latim CUCŪLLA ‘capa, capucho’); *cogulho* ‘ornato que se usa na decoração de cornijas’, de origem obscura; e *cogulo* ‘a porção em excesso, nas medidas de grãos’, ‘medida correspondente a um alqueire acogulado’ (do latim CUCULLU).⁵⁰² Qualquer que seja a relação de *Alcogulhe* com um destes nomes (se é que ela existe), parece, no entanto, clara a aglutinação do artigo *al*.

⁵⁰⁰ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 200.

Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 52, considera *Barrô* um diminutivo do baixo latim BARRIUS, mas hesita ao atribuir-lhe um dos significados — ‘barro’ ou ‘bairro’?

⁵⁰¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BARRO I.

⁵⁰² Cf. respectivas entrada na *GEPB*, vol. 7, p. 68; em António de Moraes SILVA, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, cit., vol. II, p. 71; e em Antônio Geraldo da CUNHA, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, 1991, p. 193.

Alfaites (Leiria).

Este nome estuda-se adiante, a propósito da aglutinação do artigo árabe *al* (p. 518).

Alquerque (São Pedro do Sul), **Guerres** (Soure).

Estarão estes topónimos relacionados com *guerra*, do germânico ocidental *werra* ‘discórdia, peleja, revolta’, termo que substituiu o latim BELLUM?⁵⁰³ É uma hipótese que não é possível fundamentar melhor. Não se conhece a data do uso também como apelido, mas é possivelmente tardia.

Aljazedo₂ (Ansião, Figueira da Foz).

Não mencionando o do concelho de Ansião, Joaquim da Silveira refere-se ao topónimo figueirense, de que se conhece a forma *Algizidi* (1175), e considera-o “vocábulo mozarábico formado sobre o baixo latim *gypsetum* com prótese de artigo arábico *al*”,⁵⁰⁴ não especificando, no entanto, o seu significado. O vocábulo não figura nos dicionários de latim clássico, mas só pode tratar-se de um derivado de *gypsum* ‘gesso’.

Rua de Alpedide (Coimbra).

Este topónimo antigo será estudado a propósito da aglutinação do artigo árabe *al* (p. 528).

Água de Alte₄ (Águeda, Arganil, Castro Daire, Viseu), **Ribeiro de Água de Alte** (Castro Daire).

Assim como Machado considera *alte* um alótopo de *alto*, do latim ALTU ‘elevado; profundo’,⁵⁰⁵ e Pedro A. Ferreira confronta os topónimos *Alte* e *Alto*,

⁵⁰³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Guerra.

⁵⁰⁴ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 216-217.

⁵⁰⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Alte.

usando-os para exemplificar a diferença de terminações *-e / -o*,⁵⁰⁶ Cunha Serra refere-se à “frequente evolução de *a* átono e final para *e* (...) que também se nota na história de alguns topónimos, como *Água d’ Alte*, *Freches* ou *Penedones* cujas formas antigas eram *Água d’ Alta*, *Frechas* ou *Pena de donas*.”⁵⁰⁷ Joaquim da Silveira,⁵⁰⁸ a propósito de *Água d’ Alto* (Nelas), informa que há mais localidades homónimas no país e outras com “leves variantes” — *Água d’ Alta* ou *d’ Alte*, *Água Alta* e *Águas Altas* — e explica que todos estes nomes se relacionam com a proximidade de um curso ou queda de água.

⁵⁰⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 515.

⁵⁰⁷ P. Cunha SERRA, *Estudos toponímicos (XXIII-XXVII)*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, 1968, p. 10. Apesar de *Freches* se localizar no concelho de Trancoso (distrito da Guarda), portanto já um pouco distante do território em estudo, vale a pena prestar-lhe alguma atenção, dado o seu carácter ilustrativo. Na toponímia do concelho de Mirandela existe *Frechas*, topónimo também referido por Cunha Serra, que não se debruça sobre a etimologia destes nomes, limitando-se a salientar a “frequente evolução de *a* átono e final para *e*”. *Frecha*, variante de *flecha*, a que J. P. Machado (*DELP*, s.v. Flecha) atribui origem francesa, é, das duas, a forma mais antiga entre nós. Além de *frecha* estar representada na toponímia e na terminologia militar (onde também ocorrem os derivados *frechada* ‘arremesso de flecha’, ‘ferida feita com flecha’; *frecheira* ‘seteira’; e *frecharia* ‘quantidade de flechas’), o provincianismo minhoto *frechadas* ‘pauzinhos a que estão presos os liços no tear’, e *frechal* ‘viga em que assentam os barrotes do tecto de uma casa’, ‘viga do banco de carpinteiro’, ‘vigas onde assenta o soalho do palco’ são derivados usados noutras áreas lexicais (ver as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 11, p. 811-812). Segundo J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. FLECHA, a primeira documentação castelhana de *flecha*, registada em 1397, é *freche* — possivelmente moçarabismo. O nome talvez seja continuador do frâncico *FLEU(K)A de que derivou também *flecha* e o francês *flèche*. A propósito das várias espécies de cana, Carolina M. de Vasconcelos refere *cana-frecha*, sugerindo que *frecha* está por *fercha* (< FERIC’LA), forma que se conservou porque a *cana ferula*, cortada em ponta de *frecha*, servia de lança nos jogos desportivos de cana. Além da *cana-frecha*, a Autora menciona *cana-van* (de VANUS), *cana-verde*, *cana-doce* e *caña-rroya*, e refere que “topograficamente há diversos *Cannafrexaes*, mas também *Cannafichal* e *Cannaficheiro* (com queda do *r*)”. Cf. C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria”, *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 283.

⁵⁰⁸ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, *O Instituto*, vol. 97, 1940, p. 270-271. Cf. *GEPB*, vol. 1, s.v. AGUADALTE, s.v. ÁGUA DE ALTO, s.v. ÁGUA ALTA.

*Beco do **Alvade**, Campo de **Alvade*** (Coimbra).

Topónimos estudados a propósito da conservação do ditongo [aɨ] em *Aivão* e *Aivana* (p. 349).

Alvalade (Coimbra).

Este nome, em cuja base está o latim PALATIUM, é estudado adiante (p. 533).

Alvarim₃ (Águeda, Arganil, Tondela).

De acordo com José Joaquim Nunes, *Álvaro* é nome germânico decomponível em *al-* (hoje, *all* ‘todo, muito’) e *-varo* (< *wars* ‘atento, circunspecto’), que se regista já em textos antigos, com as formas *Álvaro*, *Alvro* (com queda da vogal pós-tónica), **Alvar* (resultante de próclise), *Alvarez* (patronímico) e na toponímia, onde, além de *Álvaro*, ocorrem *Alvares*, *Alvarinho(s)*, *Alvarinha(s)*, *Alvarim*; o Autor cita também a forma antiga *Alvar ão*.⁵⁰⁹ Joseph Piel recolheu no *Onomástico medieval português* uma *villa Alvarin* (ano 974); além dos topónimos já mencionados, considera também afins *Alvariça*, *Alvarães* e *Alvarenga* e, a propósito de *Alvarim*, explica que o sufixo -IM, em nomes de origem germânica, continua o gótico -EINS que coincidiu com o sufixo latino -INUS, designando a proveniência ou propriedade. O primitivo carácter diminutivo que -EINS tinha no gótico atenuou-se, o que facilitou a fusão com -INUS.⁵¹⁰ Acrescente-se que, além de uma casta de videira de uvas brancas, *alvarinho* é também designação vulgar do carvalho comum, espécie muito frequente no Norte e Centro do país,⁵¹¹ cujo nome pode relacionar-se com a cor da sua madeira, tal como acontece com *Alvarelhos* — provavelmente continuador de um diminutivo do latim ALBARUM ‘álamo

⁵⁰⁹ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 31, 1933, p. 44.

⁵¹⁰ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 128.

⁵¹¹ *GEPB*, vol. 2, s.v. ALVARINHO.

branco'.⁵¹²

Alvite (Moimenta da Beira), **Alvite de Baixo**, **Alvite de Cima** (Arouca), **Alveite Grande** (Vila Nova de Poiares), **Alveite Pequeno**, **Lomba de Alveite** (Lousã), **Albitelhe** (Vouzela).

Trata-se de uma família de nomes muito representada na toponímia; o topónimo vouzelense comporta as variantes *Albitelhe* e *Albitelho*; de *Alveite Pequeno* também existe a variante *Alvite Pequeno*; *Alvite de Baixo* e *Alvite de Cima* registam-se igualmente como *Alvito de Baixo* e *Alvito de Cima*; *Alvite* abona-se ainda como topónimo dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo; nos distritos de Bragança, Vila Real e Porto existe *Alvites* (que no concelho de Baião pode ocorrer com as denominações variantes *Alvito*, *Alvitos* ou *Albitos*); *Alvito* é, como se sabe, nome de uma vila, sede de concelho do distrito de Beja, e também de vários lugares dos distritos de Aveiro, Braga, Castelo Branco, Leiria, Lisboa e Santarém.⁵¹³

Leite de Vasconcelos refere *Alvites* (*Alvitiz* no século X), que julga ser um patronímico tornado apelido e posteriormente passado à toponímia, derivado de ALVITU.⁵¹⁴ Pedro Ferreira notou que *Alveite* e *Alvite* são formas do mesmo nome. Este Autor, que também cita *Alvito(s)*, entende que na base destes topónimos está o antigo nome pessoal *Alvitus*, em cujo diminutivo *Alvitellus* radicará, por sua vez, *Alvitelhe*.⁵¹⁵

Joaquim da Silveira entende que o segundo elemento é o “vocábulo gótico latinizado — *víttus*, — *wíttus*, (...) o mesmo que aparece nos antropónimos *Aluítus*, *Aloytus* (*Alvito*), *Eloíto*, *Androítus*, *Sesuíto*, recolhidos por Cortesão no *Onomástico medieval português*, e nos nomes dos reis visigodos *Vitericus* (*Wittericus*), *Vitiza* (*Wittiza*, com dois *tt* originários), como demonstram os nossos topónimos *Alvite*,

⁵¹² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Álvaro. Sobre *Alvarelhos*, ver p. 471.

⁵¹³ *GEPB*, vol. 2, s.v. ALVITE, s.v. ALVITELHE, s.v. ALVITES, s.v. ALVITO.

⁵¹⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia”, *Revista Lusitana*, vol. 30, 1932, p. 308.

⁵¹⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 190.

Silvite, *Sesite*, *Quetritz* (ant. *Gueteriz*), *Guetiz*, deles derivados, — pois se houvesse um só *t*, este teria dado *d* em evolução.”.⁵¹⁶

Só J. Piel considera que *Alvite* é o genitivo de ALVITU. Além dos nomes do século VI, *Witigisclus*, *Vitigus* (de um rei ostrogodo) e *Alvith* (de um príncipe érulo), cita diversas formas recolhidas no *Onomástico medieval português* — *Alvitus* (964), *Alviti* (867-912), *Alvit* (1095), *Alvitici* (1073), *Alvitiz* (978 e 1095), *Alvitizi* (1006) e *Alvitaes*. Acerca da interpretação do elemento *Vit-* / *Wit-*, que causa entre os germanistas algumas discrepâncias, refere: “Sachs não acredita que se trate do mesmo elemento *Wit* que temos em *Gervide* e *Mondavide* (Lugo), porque o *t* não se teria conservado. Mas temos também formas regulares com *d*, (...) *Vide* (século XV), *Vides* (1220), e ainda hoje *Castelo de Vide* que naturalmente não pode ser VITIS «videira». ML [Meyer-Lübke] pensou também no sufixo diminutivo -ITTUS que se teria juntado ao radical de ALVARO, mas isto seria um caso completamente isolado.”. Sobre *Alvitelhe*, remete para *Alvite* e acrescenta que *-elhe* representa o sufixo gótico -ILA que, por se considerar feminino, foi latinizado em -ILUS que, por sua vez, se identificou com o sufixo latino -ELLUS, de onde resultou *-elo* (como em *Bertelo*, *Sendelo* e *Trodelo*), enquanto *-elhe*, que Piel entende estar presente em *Alvitelhe*, representaria a terminação de genitivo -ELLI.⁵¹⁷

Os nomes em análise podem, como vimos, ser formas de genitivo mas, uma vez que para um mesmo topónimo existem variantes com terminações diferentes (*-ito* / *-ite*, *-elho* / *-elhe*), incluem-se aqui como hipóteses viáveis, eventualmente a confirmar.

Acrescente-se que a população de *Alvite* (Moimenta da Beira) revela algumas características que permitem supor uma proveniência meridional: não sendo cigana, tem um tipo físico especial, parecido com o dos ciganos. Dedicar-se

⁵¹⁶ J. da SILVEIRA, “Alguns Nomes de Lugar da Freguesia de Areias (Santo Tirso)”, *Estudos etnográficos, filológicos e históricos*, 6º vol., Porto, 1951, p. 391-392.

⁵¹⁷ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 129.

predominantemente ao comércio, tendo até uma gíria própria que os estranhos não entendem.⁵¹⁸

Alvorge, *Charneca do Alvorge*, *Quinta do Alvorge* (Ansião), *Serra do Alvorge* (Ansião / Soure).

Ao contrário de J. P. Machado⁵¹⁹ e de Francisco Marsá, que vêem nos topónimos *Albôja*, *Alborja* (Évora), *Borges* (Beja, Coimbra, Guarda, Vila Real e Viseu) e *Borja* (Lisboa) — para só mencionar os portugueses — continuadores do árabe *burđž* ‘torre’,⁵²⁰ Adolfo Coelho entende que *Alvorge* é um topónimo “formado do artigo árabe e do grego *púrgos*, pequena fortaleza”, usando-o para ilustrar particularidades atribuíveis à influência árabe, como a “prefixação do artigo *al*” e “a mudança do *o* final em *e*”.⁵²¹ Arnald Steiger também se lhe refere como *Avorge*, nome onde reconhece o grego *πύργος* (*pyrgos*), igualmente presente no árabe *al-burž*.⁵²² Não sendo de excluir a possibilidade de o nome ter sido veiculado pelos árabes, pode-se também pensar numa origem ou numa via moçárabica, dada a sua localização numa região de forte implantação moçárabe.

Antes (Mealhada), *Cabeça de Ante* (Penela).

Do latim ANTA ‘ pilar de pedra que ladeia uma porta’.⁵²³ A nossa toponímia é fértil em denominações como *Anta(s)*, *Antela(s)*, *Antinha*, etc., que se ficam certamente a dever à presença desses monumentos funerários ou de cavernas

⁵¹⁸ Informação recolhida no programa radiofónico *Ciclos da Rádio*, R. D. P., 17 de Outubro de 1992.

⁵¹⁹ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 73.

⁵²⁰ Francisco MARSÁ, “Toponímia de Reconquista”, cit., p. 626-627.

⁵²¹ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 146.

⁵²² Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 185.

⁵²³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Anta².

naturais nas suas imediações.⁵²⁴ J. Piel considera o termo *anta*, inicialmente referido aos dólmenes e, por extensão, também aplicado às grutas, “uma curiosa especialização semântica, popular, de uma voz latina de mais ampla significação” — ANTAE, -ĀRUM, designativo das duas pilastras das portas que davam acesso a construções representativas.⁵²⁵

Antuzede (Coimbra).

Joaquim da Silveira apresenta as formas antigas *Antozede* (século XII), *Antosidi* (século XIII) e *Amtosedede* (1527) e inclui este topónimo entre os diversos que apresentam a terminação *-ede* e que, segundo o Autor, assentam em genitivos de nomes latinos em *-etum*.⁵²⁶ Ferraz de Carvalho cita Silveira mas, baseando-se numa outra forma antiga — *Antozende* —, interroga-se sobre a hipótese de se tratar de um composto formado com os nomes Anton e Cendus, este do germânico *swind* ‘fonte’.⁵²⁷ Piel também estudou este topónimo e, num primeiro momento, viu nele dois elementos germânicos: o primeiro, *anths* ‘espírito; alma’ ou *andeis* ‘ponta’ e, o segundo, *sinths* ‘caminho; expedição militar’ (> *-zende* ou *-sende*, com a variante *-sinde*).⁵²⁸ Numa recensão crítica à *Toponímia de Coimbra e arredores* de Ferraz de Carvalho, Piel reafirma que em *Antuzede* não está, de facto, o sufixo latino *-ETUM*.⁵²⁹ No entanto,

⁵²⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Curso de língua portuguesa arcaica”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 31. O Autor coloca também a hipótese de pertencerem à mesma família etimológica os topónimos *Antão* e *Antões*, que considera formas aumentativas. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 193, cita também *Anta(s)*, atribuindo-lhes a mesma origem — “anta, o mesmo que *dólmen* e entre nós antigamente Arca e Orca.”.

⁵²⁵ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 189. IDEM, *Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX, 1983, p. 24.

⁵²⁶ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 217.

⁵²⁷ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 49.

⁵²⁸ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 133.

⁵²⁹ Joseph M. PIEL, Recensão a Amadeu Ferraz de CARVALHO, *Toponímia de Coimbra e*

num artigo posterior, Piel inclui o nome no § 5. “O sufixo *-etum*, port. *-edo*”, e interroga-se: “o que significam *Antuz-ede*, *Treix-ede*, *Tavar-ede*? Qual a razão de estes nomes se encontrarem numa área tão bem delimitada? Não se tratará de uma região que conservou certos tipos toponímicos da época romana, devido à circunstância de nunca ter sido despovoada? Sabemos que o carácter primitivo do onomástico foi em parte destruído, no Norte pelas presúrias, no Sul pela colonização, sendo o Centro mais conservador sob este aspecto, facto atestado também pelos numerosos nomes em *-ã* < *ana* (*Ançã*, *Lousã*, *Covilhã*, etc.) que datam do tempo da romanização da Lusitânia, e que são quase inexistentes no Norte e no Sul.”⁵³⁰ No IX Congresso Internacional de Linguística Românica, J. Piel explicou que a terminação *-e* nas variantes *-ede*, *-ide*, *-ende* e *-inde* pode ter “três origens diferentes: pode representar um antigo genitivo em *-i*, um timbre atenuado de *-a* ou *-o* [característico do romance moçárabe, como acrescenta em nota de rodapé] ou, finalmente, uma má percepção dessas vogais finais. Podem também ter exercido uma influência os frequentes topónimos germânicos em *-sende*, *-sinde* e *-ide*, respectivamente.”. No entanto, durante o período de discussão, G. Rohlfs preferiu interpretar a variante *-ede* do sufixo toponímico *-edo* como “uma consequência da passagem através da língua dos moçárabes”, e não ver nela um genitivo latino *-eti* — hipótese que considerou “difícilmente concebível”.⁵³¹

arredores (contribuição para o seu estudo), *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 197.

⁵³⁰ Joseph M. PIEL, “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, *Boletim de Filologia*, t. VII, 1940-1944, p. 35-36. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 297, refere que “com a desinência *êde* por *êdo* avultam *Arazede*, *Cantanhede*, *Limede*, *Murtede* e *Tavarede* no distrito de Coimbra, — entre a Pampilhosa e a Figueira.”; e, no vol. II, p. 232, exemplifica com *Arazede*, *Cantanhede*, *Limede*, *Murtede* e *Tavarede*, o que considera uma “invulgar” e “estranha” abundância de topónimos com a desinência *-ede*, entre a Figueira da Foz e Coimbra, mas não acrescenta informação etimológica; no mesmo vol. II, p. 515, usa *Antuzede* e *Antosido* para ilustrar a diferença de terminação.

⁵³¹ Joseph M. PIEL, “Sobre a terminação *-endo*, (*-indo*), *-enda*, na fito-toponímia galego-portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. XX, 1962, p. 162.

Arazede (Montemor-o-Velho).

O nome latino ULĪCE ‘urze; espécie de rosmaninho’, evoluído em ERĪCE por ERĪCE, e o sufixo colectivo *-etu* (> *-edo*) estão na base do nome desta vila — *Arazede* (< *ERICETU) — de que se conhecem as formas antigas *Arazed*, *Arazedo* (séculos X e XI) e *Araceti*, *Arazidi* (século XIII).⁵³² Como acabou de ser referido (na nota 530), Pedro A. Ferreira considera “invulgar” e “estranha” a abundância de nomes de lugar com a “desinência *-êde* por *-êdo*”, no distrito de Coimbra (entre a Pampilhosa e a Figueira da Foz), nomeadamente *Arazede*, *Cantanhede*, *Limede* [*Lemedede*] *Murtede* e *Tavarede*, não aduzindo, no entanto, informação etimológica.

Quinta do Arinte (Lousã).

Além deste nome de lugar, Joseph Piel abona também um *Casal do Arinto*, em Tábua; filia-os dubitativamente no nome latino *Arentius* e explica *Arinte* por um genitivo *ARENTEI.⁵³³ Mas deve colocar-se a hipótese de se tratar de moçarabismo, tanto mais que neste topónimo se conserva a preposição determinativa de posse, ao contrário do que é habitual. O apelido *Arinto* ainda existe.

Costa de Arnes, Quinta de Arnes (Soure).

José Leite de Vasconcelos, citando a *Corografia histórico-estatística do distrito de Coimbra* de Rodrigues de Andrade, explica que o rio Anços desagua no Mondego

⁵³² Nota (4) de J. Leite de Vasconcelos ao artigo de J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 301. Sobre este nome, ver também: IDEM, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 147; Joseph M. PIEL, “Beiträge zur Kenntnis der toponymischen Mozarabismen Südportugals (Alfragide, Alferrarede, Alpertuche u. a.)”, *Romanica Europaea et Americana: Festschrift für Harri Meier*, Bonn, 1980, p. 439; IDEM, “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, cit., p. 36; J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 216.

⁵³³ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 32.

“por baixo do monte chamado *Arnes*, termo da vila de Montemor-o-Velho”.⁵³⁴ *Arna de Trás* é nome de lugar do concelho da Maia, enquanto *Arnas* e *Tebosa das Arnas* pertencem ao de Sernancelhe. O nome, bem como outros da família etimológica de ARENA, estuda-se adiante (p. 400).

Ribeira de Asnes (Viseu), *Rio Asnes* (Tondela).

Joaquim da Silveira cita *Asna*, *Asna Brava*, *Porto d’ Asna*, *Asneira*, *Nelas*, entre outros topónimos derivados de *asno* (< latim ASINU), largamente disseminados por todo o país: “seria interminável se quisesse prosseguir, e sobretudo se pudesse relacionar os milhares de nomes congêneres contidos nas matrizes prediais”. Explica que era, por vezes, intenção das populações “afastar o topónimo do seu radical *asno*, que daria ocasião a chocarrices dos néscios”, formando-se, assim, nomes como, por exemplo, *Nelas* (antigo *Asnelas* < latim vulgar ASINELLAS ‘burrinhas’), ou *Naes* (*Santa Marinha das Naes* < antigo *Santa Marinha de Asnaes*). Entre os diversos nomes antigos, refere *Portum Asinarium*, *Portu de Asinis*, *ribulo de Asinus*, *rivu de Asinis* e *rivo Asinorum* — estes últimos atribuídos ao *rio d’ Asnos*, *d’ Asnes* ou *Dasnes*. J. da Silveira explica *Asnes* pelo ablativo plural *Asinis*,⁵³⁵ à semelhança do que

⁵³⁴ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia geográfica* (I. Coutos de Alcobaca. II. Campo de Coimbra. Com dois mapas), separata de *Biblos*, vol. VI, 1930, p. 31.

⁵³⁵ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 395-400. O Autor entende que a cisão ocorrida em *Santa Marinha das Naes* “tem o ar de propositada” e faz-lhe lembrar o que aconteceu com a forma antiga *Burral do Lima* (Ponte de Lima) que foi transformada em *Beiral do Lima* — mutação semântica similar à que sucedeu com *Pocariça* (Cantanhede), outrora *Porcariça* (de *porco*). Sublinhe-se o tom (algures entre o sério e o jocoso) da nota final do Autor: “Podia escrever-se uma alegre, edificante e longuíssima dissertação sobre o papel do asno e dos asnos na onomástica geral. E, pelo que toca a Portugal, a conclusão a que se chega do exame da sua toponímia antiga e moderna, levando em conta os vários sinónimos por que tem sido designado o animal, doméstico ou selvagem, puro ou híbrido (asno, burro, burreco, gerico, sendeiro, zebro, mu ou mulo, macho, etc.) é a de que o país foi, de um extremo ao outro e em todos os tempos, largamente povoado de burros. Sem malícia... nem desdouro para o pobre e simpático quadrúpede.”. Sobre *Asnes* / *Dasnes*, cf. também J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 155; e

acontece em relação a *Dornes* e a *Cornes* (nome estudado adiante, p. 259), sem colocar a possibilidade de a evolução da sílaba final se ficar a dever à fonética moçárabe, onde, como se viu, era frequente.

Assabuje (Penalva do Castelo).

Este nome será analisado a propósito da aglutinação do artigo árabe *a(l)* (p. 553).

Assequins (Águeda).

A etimologia de *Assequins* é estudada adiante, na p. 556.

Azevedim (Sever do Vouga).

Além de antropónimo, *Azevedo* é ainda topónimo largamente representado em catorze concelhos, na sua maioria do Norte do país. *Azeveda* é também nome de um lugar de Ribeira de Pena e *Azevedinho* de Barcelos. À família etimológica de *ACIFOLIO (por AQUIFOLIO ‘azevo’) pertencem ainda *Azevo* (Pinhel) e *Azevinhos* (Barcelos e Valença).⁵³⁶

Barrins (Cantanhede), *Ponte de Barrins* (Anadia).

Pedro A. Ferreira regista as variantes *Barrins* e *Barris*, afirmando tratar-se do plural de *Barril*, no que é seguido por Joaquim da Silveira.⁵³⁷ Parece, no entanto, mais plausível que este nome se relacione com *barro* ‘argila’, que Corominas considera de origem pré-romana, talvez celtibera.⁵³⁸ Refira-se que é um apelativo muito representado na toponímia — em formas simples ou compostas — na medida em que qualifica, determina ou descreve a composição física do solo. É o caso de *Albarrol*,

IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 238.

⁵³⁶ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 103. IDEM, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 297.

⁵³⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 465 e 533. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 104.

(estudado na p. 221), *Barró*, *Barral*, e, na região da *Bairrada*, *Barrô*, *Oliveira do Bairro*, *Vilarinho do Bairro*, etc..

Batoquinho (Oliveira do Hospital).

Estamos perante um diminutivo de *Batoque* — topónimo do distrito de Lisboa —, a que Sanchis Guarner e José Pedro Machado se referem como exemplo de substituição de *-o* final (do sufixo pré-romano *-occu*) por *-e*.⁵³⁹

Beire (Santa Maria da Feira).

Este nome, na expressão de Pedro Ferreira, “*habet dentem coelhi*, porque as meias tintas confundem e nós temos várias povoações, cujos nomes parecem afins de Beire.”. Entre eles cita *Beiredo*, *Beires*, *Beiriz*, *Beiró*, *Beirolas*, *Veira*, *Veiro(s)*, *Veirós*, *Vieira(s)*, *Vieiro(s)*, etc.. Informa que *Beire* é também nome de uma vila de Navarra; *Beires*, além de apelido galego, é nome de uma povoação de Almeria; e *Beiro* é nome de povoações espanholas, em Pontevedra e Orense. Coloca ainda a hipótese de o nome em questão se poder relacionar com *vieiro* ‘veio de água, fieiro’, mas acaba por deixar o assunto em aberto. Mas adiante, a propósito de *Beiriz* (Póvoa de Varzim) refere ainda: “Viriz por Veriz pode vir de Veriniz, patronímico de *Verinus*, *i*, que deu Verim, e é diminutivo de *Verus*, *i*, Vero, nome pessoal romano e nome d’ um santo, como Veríssimo e Veriano.”.⁵⁴⁰

José Joaquim Nunes põe a hipótese de *Beire* poder ser variante de *Ver*, topónimo representante do nome próprio latino VALERIUS.⁵⁴¹ Num trabalho posterior e a propósito do nome latino *Valente* ‘forte, robusto’, J. J. Nunes cita diversas formas

⁵³⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BARRO I.

⁵³⁹ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 311. J. P. MACHADO, *Palavras a propósito de palavras. Notas lexicais*, Lisboa, s/d [1992], p. 133.

⁵⁴⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, cit., p. 387-389 e 444, respectivamente.

⁵⁴¹ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1273. O Autor remete para a p. 139 do volume III de *O Archeologo Português*, onde Pedro de Azevedo estuda os nomes de lugar *Ver* e *Vairão*.

aparentadas, entre as quais *Valeriano*, representado hoje pelo toponímico *Vairão* (antes *Veirão* e *Valeiran*) e acrescenta que o actual *Veiro* é o sucessor de *Valeiro*, que aparece num diploma de 773 como vila. Nunes fundamenta-se também em Pedro de Azevedo que entende que *Ver* é um genitivo continuador dos anteriores *Veeire*, *Vaer* e *Veer*, sendo *Beire* e *Beirão* formas divergentes de *Ver* e de *Veirão*, respectivamente.⁵⁴²

No entanto, Leite de Vasconcelos põe em causa essa possibilidade, dizendo que “o -e devia ter caído como em *Ver*, de *Valer* (séc. XI)”, e lembra a existência de um outro topónimo *Beire*, em Navarra.⁵⁴³

Joaquim da Silveira, aludindo a este mesmo nome do concelho de Santa Maria da Feira, cita diversas formas antigas — *villa Valeiri* (977), *Veeyre* (nos Livros de Linhagens), *Veiri* (1232) e *Veeyri* (1259) — e corrige a forma *Beiro*, referindo tratar-se de erro, por *Beire*.⁵⁴⁴

Joseph M. Piel sugere duas hipóteses etimológicas para este nome de lugar: por um lado, uma *VILLA BARIUS* (989) que, ou poderia ser a latinização de *BAIRUS > BEIRO, de que *Beire* seria o genitivo, ou representaria o nome latino *VARIUS*; por outro, o gótico *BAIRA ‘urso’. Mostra-se, no entanto, reticente quanto a esta possibilidade porque “o AI do gótico wulfilano não passa da grafia duma vogal breve E, e neste caso antes de R e H não se pode justificar.”⁵⁴⁵

Mas é Galmés de Fuentes que, citando o já referido topónimo de Almeria, *Beires*, um plural feminino em -es relacionado com o apelativo espanhol *vera* e com o português *beira* ‘margem, limite, borda’, do latim vulgar *BARIA* ou *BAREA*, com a

⁵⁴² J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 23. O Autor explana a opinião de Pedro de Azevedo na nota 2 dessa mesma página, sem indicar qualquer bibliografia.

⁵⁴³ J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, *Boletim da Classe de Letras*, vol. XV, 1924, p. 819-820.

⁵⁴⁴ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 15.

⁵⁴⁵ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II,

mesma significação, apresenta a solução mais plausível: segundo o Autor, a situação de *Beires* — localizado nas duas vertentes de um barranco — confirma a etimologia latina proposta.⁵⁴⁶

Belcouce (Coimbra).

Na toponímia antiga da cidade, existiam com esta designação um arco ou porta, uma rua e uma torre. De facto, ao cimo da Couraça da Estrela, ergueu-se até 1778 a porta ou arco de *Belcouce*, a porta principal da *Aeminium* romana, um dos raros monumentos dessa época que se manteve até ao século XVIII. Apesar da sua demolição, a planta da cidade de 1845 ainda designa aquele local como o “sítio da porta de *Belcouce*”. Para proteger a muralha, erguia-se, junto ao arco, uma torre com o mesmo nome, mandada edificar por D. Sancho I na primeira década do século XIII; a rua de *Belcouce*, de que existem poucas referências, deveria ser o prolongamento do largo da Estrela para o lado da Couraça, junto à muralha e à torre.

No *Livro Preto*, existe um documento de 1123 onde se fala de uma porta “quae arabice dicitur *Alcous*”, nome que posteriormente aparece sob as formas *Valcouce* (século XII), *Avalcozi* (1220), *Avalcouze* (1230), *Avalcouce* (1230 e 1317), *Val Cousse* (1399), e *Belcoyce* ou *Belcouce* (do século XV em diante).⁵⁴⁷ Gonçalves Viana viu

1933-1934, p. 228.

⁵⁴⁶ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 208, 309-310. O Autor cita ainda, com a mesma etimologia, o topónimo sevilhano *Veres* (p. 208).

⁵⁴⁷ Cf. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 202-203; A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 15 (onde foram recolhidas estas formas antigas); e António CORREIA, *Toponímia coimbrã* (II. Zona da Universidade), cit., p. 23-29. Este historiador relata que a demolição do arco de *Belcouce* foi decidida pela Câmara Municipal em 10 de Junho de 1778, “para se cortar o bastante para, naquele sítio, haver uma serventia corrente e larga, que depois deverá ser reedificada com a mesma pedra da muralha, a fim de parecer bem”. A pedra da porta romana foi vendida ainda nesse ano: em 24 de Novembro, a Câmara notificou Miguel Carlos para satisfazer a importância de 30 mil reis pela compra das pedras do arco de *Belcouce*. Há gravuras de Coimbra, onde se pode ver este arco: uma delas, de Jorge Bráunio, foi incluída na sua obra *Theatrum Urbium praecipuarum* (publicada em fins

neste nome o árabe *bal-qaus* ‘no arco’, expressão locativa formada com a preposição *be*,⁵⁴⁸ mas Joaquim da Silveira entende que “as formas mais antigas com *a* inicial — *Avalcozi*, *Avalcouze* — não abonam essa etimologia e postulam antes o árabe *abual-qaus*, «o sítio do arco».”.⁵⁴⁹ José Pedro Machado também entende que em *Belcouce* está o árabe *bāb al-qōs* ‘porta do arco’.⁵⁵⁰

Se, de facto, o topónimo for de origem árabe, deve excluir-se deste *corpus*. No entanto, pode relacionar-se com *couce*, talvez variante de *couço* (também representado na toponímia dos concelhos de Melgaço, Póvoa de Lanhoso, Arganil e Coruche), forma divergente de *calço* (de terreno), do latim CALCEUS.⁵⁵¹ A mesma possibilidade coloca-se em relação a ***Alcouce***₅ (Armamar, Condeixa-a-Nova, Santa Maria da Feira, Oliveira de Azeméis, Tondela), *Chão do Couce* (Figueiró dos Vinhos), *Foz do Couce* (Arganil), *Ribeira do Couce* (Pedrógão Grande) e *Vale Couce* (Oliveira de Frades). As opiniões dos especialistas não são unânimes em relação à origem destes nomes de lugar, que será abordada adiante (p. 513).

Belide₃ (Arouca, Condeixa-a-Nova, Soure), *Mato de Belide* (Arouca), ***Velide*** (Viseu).

Simonet refere os nomes ou alcunhas moçárabes Ibn Bellíth, Ibn Bellítha e Yuan Bellíthes, continuadores do adjectivo latino BELLITU, já usado como

do século XVI, princípios do século XVII), e encontra-se também reproduzida na *Coimbra Antiga e Moderna* de Borges de Figueiredo; a outra é da autoria de Piero Maria Baldi (1669).

⁵⁴⁸ A. R. Gonçalves VIANA, *Apostilas aos dicionários portugueses*, Lisboa, 1906, p. 36-37.

⁵⁴⁹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 203 (excerto adaptado). Segundo Silveira, o termo arábico *abu / bu* ‘pai’ é frequentemente usado, quer na composição de alcunhas (indicando ‘aquele que tem ou se distingue por alguma coisa’), quer na de topónimos de países islâmicos, designando ‘o sítio de, o lugar em que existe ou se nota alguma coisa’: *Bu-alam* ‘o sítio da bandeira’, *Bu-farique* ‘o sítio do trigo temporão’, *Bu-ghula* ‘o sítio da bruxa’, *Bu-nura* ‘o sítio das flores’, etc..

⁵⁵⁰ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 84.

⁵⁵¹ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 488.

antropónimo na Espanha visigótica, do latim BELLU ‘belo’.⁵⁵² Leite de Vasconcelos e Joseph Piel explicam *Belide* como o genitivo de BELLĪTUS, nome muito comum no onomástico medieval do noroeste.⁵⁵³ Mas Pedro Ferreira, ao estudar a “grande série de povoações que tomaram o nome das *aveleiras*”, entre muitas outras formas, inclui *Beledo*, *Beleda* e *Belida* e as variantes *Veledo*, *Velido*, *Veleda* e *Velida* que considera “contracções” de *Avelanedo* e *Avelaneda*. Segundo este Autor, *Belide* é o mesmo que *Velide* (o) ou que *Belido*.⁵⁵⁴ Também J. J. Nunes cita alguns topónimos relacionados com a *aveleira* (de ABELLA, antiga cidade da Campânia), “com perda regular da vogal inicial não protegida por consoante”, entre os quais *Velide*, *Velal*, *Velado*, etc..⁵⁵⁵ Sobre esta família etimológica, veja-se, adiante, a p. 402.

Quinta do Belmonte, Rua da Quinta do Belmonte (Coimbra).

O adjectivo que entra na composição de *Belmonte* continua o latim BELLU ‘bonito, encantador, elegante, amável, delicado; em bom estado, de boa saúde; bom’, onde assumia espectros semânticos próximos dos do adjectivo português. J. P. Machado nota que, na poesia de D. Dinis (século XIII, portanto), ele “aparece sincopado em *bel*”, sem, no entanto, se referir à natureza ou à motivação do fenómeno.⁵⁵⁶

⁵⁵² SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. BELLÍTH y BELLÍTHA.

⁵⁵³ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 490. Joseph M. PIEL, “Notas de toponímia galega”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1953-1955, p. 55-56; IDEM, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 44. Ver também IDEM, Recensão a Yakov MALKIEL, “The etymology of hispanic *vel(l)ido* and *melindre*”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 298-300.

⁵⁵⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 351-352 e 363; vol. II, p. 255, 267, 515-516 e 546; e vol. III, p. 28. Cf. outros continuadores do latim ABELLANA ‘avelã’, p. 402.

⁵⁵⁵ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 135.

⁵⁵⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Belo.

Bertelhe (Viseu).

Pedro A. Ferreira apresenta uma extensa lista de povoações, cujos nomes terminam em *-elha*, *-elhe* e *-elho*, entre as quais se encontra *Bertelhe*, sem qualquer indicação de natureza geográfica ou etimológica.⁵⁵⁷ Mas J. Piel explica que os nomes começados por *bert-* ou *bret-* contêm a raiz germânica BAIRHTS ‘claro; ilustre’, muito frequente em Portugal. Quanto à terminação, julga tratar-se do “genitivo -ELLI do sufixo latino -ELLUS que, por sua vez, é uma adaptação do sufixo diminutivo gótico -ILA (-ILUS).”. Abona também *Bertelo* “com o sufixo -ELLU no caso oblíquo”,⁵⁵⁸ de que há notícia de três lugares (concelhos de Castelo de Paiva, Felgueiras e Santa Marta de Penaguião).⁵⁵⁹ Mas não avanta a hipótese do percurso moçárabe -ELLU > *-elhe*, que teoricamente seria viável.

Bostelim (Coimbra).

Leite de Vasconcelos refere, sem localizar, os topónimos portugueses *Bustos*, *Bostelo* e *Bostelinhos* e os espanhóis *Bustelo*, *Bostelo*, *Busteliño*, *Bustiello* e *Bustillo*, que, segundo este Autor, assentam em *busto* — apelativo que comporta duas acepções: a de ‘rebanho’ e a de ‘curral; tapada ou bouça para criação de gado’ —, sendo esta segunda a que transitou para a toponímia.⁵⁶⁰ De facto, também Joaquim da Silveira se refere aos mesmos nomes de lugar portugueses e espanhóis como continuadores de *busto* ‘tapada, bouça para pastagem de gado — sobretudo bovino; fazenda no monte ou bravio fechada sobre si e unicamente destinada para criação desse gado, estrumes e lenha’.⁵⁶¹ A. Ferraz de Carvalho considera *Bostelim* diminutivo

⁵⁵⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 519.

⁵⁵⁸ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 229-230 (excertos adaptados).

⁵⁵⁹ *GEPB*, vol. 4, s.v. BERTELO.

⁵⁶⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Observações ao «Elucidário» do P.º Santa Rosa de Viterbo”, *Revista Lusitana*, vol. 26, 1925-1927, p. 127-128.

⁵⁶¹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 114.

de *bostelo* ‘pequeno bosque, tapada’;⁵⁶² esta forma antiga (igualmente referida por Leite de Vasconcelos) também designa, em Trás-os-Montes, uma bouça de mato. *Bostelim* é igualmente nome de uma ribeira que nasce no concelho de Proença-a-Nova, e *Bostelo* (por vezes grafado *Bustelo*) topónimo amplamente representado em diversos concelhos do Minho, Douro, Trás-os-Montes, Beira Alta e Beira Litoral. *Bustos* regista-se como freguesia do concelho de Oliveira do Bairro, e *Bosto* como nome de lugar do concelho de Boticas;⁵⁶³ este é, como apelativo, simultaneamente sinónimo de *bostelo* e do provincianismo *bostal* ‘curral de gado vacum; arribana, abegoaria, corte, loja’, que José Pedro Machado filia no latim tardio BOSTĀR (ou BUSTĀR), ou talvez em *BOSTĀRE ‘estábulo, curral para bois’, uma vez que a forma antiga parece ter sido *bostar*.⁵⁶⁴

***Bouceguedim*, Ribeira de *Bouce Guedim* (Arouca).**

O facto de este topónimo se grafar também como *Bouce Guedim* confirma a sua natureza composta.

O primeiro elemento — *bouça* ‘terreno delimitado de pedra ou de terra, onde há pinheiros, carvalhos ou outra vegetação e onde grassa o mato’ — é talvez continuador do latim BALTEU ‘correia’.⁵⁶⁵ José Pedro Machado pensa que a palavra possa provir de BALTEA, plural neutro de BALTEU (que, em latim, designa ‘o que cinge’); já quanto à sua significação também pensa tratar-se de ‘terreno que fornece mato e lenha’.⁵⁶⁶ Corominas relaciona a forma *calabozo* ‘espécie de podoa’ (composta de *calar*

⁵⁶² A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 56.

⁵⁶³ *GEPB*, vol. 4, s.v. BOSTELIM, s.v. BOSTELO, s.v. BOSTO. *GEPB*, vol. 5, s.v. BUSTELO, s.v. BUSTO², s.v. BUSTOS. Recolheu-se *Bostelo* / *Bustelo* nos concelhos de Águeda, Amarante, Arouca, Barcelos, Castro Daire, Chaves, Cinfães, Marco de Canaveses, Montalegre, Oliveira de Azeméis, Ovar, Paços de Ferreira, Paredes, Penafiel, Ponte de Lima, Póvoa de Lanhoso, Ribeira de Pena, Santa Marta de Penaguião, Terras do Bouro, Vila Real e Vila Verde.

⁵⁶⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bostal.

⁵⁶⁵ De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Bouça, boiça.

⁵⁶⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bouça.

‘penetrar, atravessar’ e do leonês *boza* ‘matagal’, de origem pré-romana) com o português *bouça* ‘terreno inculto’ e com *bouçar* ‘roçar e queimar o mato’.⁵⁶⁷

Além de nome comum e apelido pessoal, *Bouça* é topónimo muito representado em todo o território continental português, sob variadíssimas formas: *Bouça, Bouças, Bouçã, Boução, Bouceiros, Boucela, Boucelo, Boucelha, Boucelhas, etc.*⁵⁶⁸

Pedro A. Ferreira dedica um extenso artigo às povoações “que tomaram o nome das bouças” e, entre muitas, refere *Bouceguedim*, “por *Bouça Godim* ou *Bouça do Godim*”. Remetendo para o *Dicionário* de Cândido de Figueiredo, explica que *bouça* é alótopo do português *balça* ‘matagal, terreno inculto, onde nascem arbustos espinhosos’ mas diverge dele no que respeita à etimologia latina. Enquanto Cândido de Figueiredo entende que *balça* vem do latim BALTEA, plural de BALTEU, Pedro A. Ferreira sugere uma origem no baixo latim BAUCIA.⁵⁶⁹

Pedro Ferreira⁵⁷⁰ vê no segundo elemento destes topónimos o nome próprio *Godim*, variante de *Godinho*, enquanto Joaquim da Silveira⁵⁷¹ pensa tratar-se de um continuador do nome pessoal *Guidino* (com as variantes *Guitino, Quitino* e *Quidino*), de que também regista a variante *Guidim* (em *Guidimtesta*, sendo *Testa* apelido). Cita as formas antigas *Bouzan de Guidinum* (na carta de couto de Arouca, de 1132) e *Bouça de Guidino* (numa doação de D. Afonso III, de 1257). Além de *Bouceguedim*, Silveira refere igualmente o locativo *A de Guedino*, onde se verifica a ocorrência do mesmo nome próprio. Sobre *Godim* e outros nomes congéneres, ver a p. 220.

⁵⁶⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CALABOZO II.

⁵⁶⁸ Cf. *GEPB*, vol. 4, s.v. BOUÇA. *Bouças* era inclusivamente a antiga denominação do actual concelho de Matosinhos.

⁵⁶⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 301-303; cf. vol. III, p. 216-217.

⁵⁷⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 531.

⁵⁷¹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 86.

Boure (Castelo de Paiva).

Um documento de 883 refere-se ao mosteiro de *Santa Maria de Burio* e, nos séculos XII e XIII, o nome assume as formas *Burio*, *Buiro* e *Boiro*. Joaquim da Silveira supõe que o étimo deste topónimo seja o latim vulgar BURIU, talvez na acepção de ‘abegoaria’, ‘granja’ ou ‘cabana’, do antigo alto alemão BUR ‘construção, edifício, casa’. O Autor recolheu diversas formas que considera etimologicamente afins: nos dialectos franceses, *bur*, *bure* ‘cabana, casebre’ (Normandia), *buron* com o mesmo sentido (Auvergne), *borio*, *borie*, *bourie*, *bouria* ‘granja, casa agrícola’ (Languedoc e Provença); no *Romanisches Etymologisches Wörterbuch* de Meyer-Lübke, o germânico BURIA, que deu o francês antigo *buiron* e o moderno *buron* ‘cabana pastoril’; no *Glossarium* de Du-Cange, o baixo latim *boria* ‘casal rústico’, *burum* ‘recinto cerrado’, *bura* e *buria* ‘abegoaria’, que J. da Silveira crê relacionarem-se com as nossas formas toponímicas medievais. Em Portugal, *Bouro* figura em diversos nomes compostos (*Parada de Bouro*, *Santa Marta de Bouro*, *Terras de Bouro*, *Vale de Bouro*, etc.); com a forma simples há dez povoações e uma serra (concelho de Óbidos); e existem ainda os casais denominados *Bouros* e *Boureiro*. Em Espanha, têm o nome de *Bouro* duas povoações galegas (Oviedo e Corunha).⁵⁷²

Brejes (Pampilhosa da Serra).

Como se verá (na p. 487), os representantes toponímicos da família etimológica de *brejo*, do latim *BRACU ou *BRAGU, são bastante numerosos. Entre eles, registam-se *Brejo(s)*, de que *Brejes* deve ser uma variante com outra evolução da vogal final.

Brilhe (Penalva do Castelo).

“A parte superior da coxa tem na linguagem popular de Portugal [setentrional] e da Galiza o nome de *brilhas*. A linguagem antiga dizia *verilhas*; (...) os literatos

⁵⁷² J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 119.

modernos escrevem *virilhas*, em harmonia com o étimo verdadeiro que é o latim VIRILIA (franc. *vrille*).⁵⁷³ Leite de Vasconcelos confirma não só a etimologia latina mas também a forma popular *brilha*.⁵⁷⁴ Será variante desta forma o topónimo *Brilhe* relacionado com um aspecto antropomórfico de terreno (como *Pé de...*, *Braço de...*)? Aventa-se a hipótese, mesmo sem se considerar suficientemente fundamentada.

Brite (Armamar).

Não se tendo encontrado formas antigas deste topónimo, é difícil esclarecer a sua origem. *Britelo* (Celorico de Basto, Ponte da Barca e Boticas), *Britelos* (Vila Verde), *Briteiros* (Guimarães), *Brita* (Paredes) e *Brito* (Guimarães e Vinhais) — este também antropónimo — são nomes de lugar que parecem partilhar uma origem comum.⁵⁷⁵ Joaquim da Silveira refere a existência de *Brito*, a propósito de *Briteiros* (*villa Britteiros*, no século X), “plural de um nome gentílico com o significado de ‘os naturais ou habitantes de uma povoação chamada *Brito*”.⁵⁷⁶

Azenha do Burrel, *Lomba do Burrel*, *Pinhal do Burrel* (Arganil).

Vittorio Bertoldi refere a existência de vários topónimos baseados em nomes de animais, entre os quais o burro, cujo nome se deve à cor do seu pêlo.⁵⁷⁷ Simonet abona as variantes moçárabes *borréll*, *borréll*, *burél* e *burriél*, formas adjectivais continuadoras do baixo latim BURRELLU, diminutivo de BŪRRU ‘ruço; encarnado’, que, originariamente atribuídas ao dito animal, passaram a ser usadas como nomes

⁵⁷³ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 299.

⁵⁷⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos transmontanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 105.

⁵⁷⁵ Ver as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 5, p. 96-99.

⁵⁷⁶ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 212 (nota 2).

⁵⁷⁷ Vittorio BERTOLDI, “Onomastica iberica e matriarcato mediterraneo. Immagini d’ animali in denominazioni iberiche o ibero-aquitániche di divinità, di persone e di località”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, Coimbra, 1948, p. 1-14.

próprios ou alcunhas, como é o caso de Ibn Borrél, Ibn Burriél e Alí Borréll.⁵⁷⁸ Tratava-se certamente de apodos aplicados a indivíduos de cabelo ruivo ou de *facies* avermelhado, talvez por efeito do álcool. O mesmo pode acontecer com estes topónimos, onde *Burrel* deve ser nome ou alcunha do(s) proprietário(s), como indica o determinativo *do*. Recorde-se que o adjetivo *borracho* ‘bêbado’, com a mesma etimologia, adquiriu este significado pelo tom de pele rosado que os indivíduos alcoolizados geralmente apresentam, e segundo Corominas e J. P. Machado, terá passado do castelhano ao português.⁵⁷⁹ A forma *borro* ‘burro’ regista-se em documentação antiga; este termo usa-se ainda como sinónimo de borrego⁵⁸⁰ e, no Minho, para designar a massa de farinha e sangue de porco com que se enchem tripas. Na toponímia há também *Borrelho* (Vila Verde), *Borreles* (Vila Nova de Gaia) e *Borrelos* (Sertã).⁵⁸¹ Veja-se igualmente *Borracha* e *Borratena*, nomes presentes na composição de topónimos estudados nas p. 364 e 404, respectivamente.

Cabanes (Vale de Cambra).

É plural moçárabe correspondente a *cabanas* (também bastante representado na toponímia de quase todo o país),⁵⁸² do latim tardio CAPANNA. Conforme atesta Corominas,⁵⁸³ a forma *cabaña* (documentada pela primeira vez em 1044) comporta as

⁵⁷⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. BORRÉL, BORRÉLL, BURÉL y BURRIÉL.

⁵⁷⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BORRACHO, refere claramente: “Borracho, de um derivado del lat. BŪRRUS ‘rojizo’, por el color del que ha bebido.”, acrescentando que o sufixo *-acho* (< -ACEUS) tem origem moçárabe. Cf. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Borracho¹. SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. RÚCHOL, também cita *rúchol* e *rúchul*, diminutivos de *rucho* ‘burro pequeno’, com a referida etimologia latina. Sobre os sufixos *-acho*, *-echo*, *-icho* e *-ucho*, cf. nota 1097, p. 371.

⁵⁸⁰ Antônio Geraldo da CUNHA, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, cit., s.v. Borro.

⁵⁸¹ *GEPB*, vol. 4, s.v. BORRO, s.v. BORRELES, s.v. BORRELOS.

⁵⁸² *Cabanas* é nome de lugar dos distritos de Viana do Castelo, Braga, Vila Real, Bragança, Porto, Viseu, Lisboa, Setúbal, Beja e Faro.

⁵⁸³ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CABAÑA.

acepções de 'rebanho grande', em Aragão, e 'estábulo feito no campo' (nas Astúrias); a expressão *tiempo de cabaña* significava, em textos castelhanos e aragoneses próximos de 1300, 'altura do ano em que se fabricava o queijo, nas cabanas usadas nas serras por pastores transumantes'. Galmés de Fuentes abona também *qabaña*, *qabañāš* e *qabañēš* no moçárabe toledano e o topónimo *Cabanes* por *Cabañas* no *Libro del Repartimiento de Valencia*.⁵⁸⁴

Cagarrates (Coimbra).

Entre as várias formas que podem relacionar-se com este topónimo, conta-se: *cagarra* ou *cagarro* 'ave palmípede da espécie das gaivotas', que deu certamente o nome a um pequeno porto da ilha de Porto Santo — *Cagarras*; *cagarraz*, igualmente nome de uma ave bastante comum em Portugal, também conhecida por *mergulhão*; e *cagarrinha* 'peixinho de água salgada'.⁵⁸⁵ Não foi possível dilucidar a origem destes nomes, por não constarem dos dicionários etimológicos. Apesar de menos plausível, não se pode excluir a possibilidade de o topónimo se associar ao provincianismo transmontano *cagarracho* 'ajudante de lagareiro', ou a *cagarrão* 'prisão, calabouço' (de *cagar* < latim CACĀRE).⁵⁸⁶

Calde₂ (Cinfães, Viseu), **Caldures** (Penacova).

Abonam-se como antropónimos latinos *Calidus* e *Caldus*, sendo esta última a variante mais corrente. Em 1258, documentam-se as formas *Caldi*, *Caldy* e, em 1527, *Callde* — na opinião de Cunha Serra, assente no genitivo *villa Caldi* — que, segundo este Autor, estará também na origem de *Calde*.⁵⁸⁷ Mas pode tratar-se de variante de

⁵⁸⁴ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 49, 66 e 307, respectivamente.

⁵⁸⁵ *GEPB*, vol. 5, s.v. CAGARRA, s.v. CAGARRO, s.v. CAGARRAS, s.v. CAGARRAZ; s.v. CAGARRINHA.

⁵⁸⁶ *GEPB*, vol. 5, s.v. CAGARRACHO, s.v. CAGARRÃO. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Cagarrão, s.v. Cagar.

⁵⁸⁷ P. Cunha SERRA, "Estudos toponímicos", *Boletim de Filologia*, t. XV, 1954-1955, p. 262.

caldo, do latim CAL(Ī)DU ‘quente; arrebatado; temerário’,⁵⁸⁸ também nome de um afluente do Cávado. A toponímia é, aliás, fértil em continuadores deste adjetivo latino, entre os quais se deva talvez incluir *Caldures*. Além das muitas *Caldas*, existem, de Norte a Sul do país, diversos nomes com a mesma origem como, por exemplo, *Caldinhas*, *Caldeira(s)*, *Caldeiro*, *Caldeirão*, *Caldeirões*, *Caldeirinha(s)*, *Caldeiroa*, *Caldeireiros*, *Caldezes* e *Caldelas*.⁵⁸⁹

Cambres (Lamego).

José Pedro Machado recolheu, em documentos antigos, as expressões «riuulo *cambar* territorio alaphoen» (século XI), «Goína Petri de *Canbar*», «Petrus Petri de *Canbar*», «Nuno Petri de *Canbar*» e «Villan de *Canbar*» (século XIII); interroga-se acerca da sua etimologia e da do topónimo *Alcambar* (Fundão), aventando, com reservas, o árabe *al-qanbar* ‘a cotovia’.⁵⁹⁰ Segundo Joaquim da Silveira, *Cambares*, *Kambres* e *Cambres* — formas de que o topónimo em estudo se revestiu, nos séculos XII e XIII —, talvez assentem no nome pessoal *Camariz*, que figura em documentação portuguesa do século XI. A ser assim, este topónimo não deveria incluir-se neste trabalho.

No entanto, a antiga vila de *Cambra* (com foral desde 1514), posteriormente *Macieira de Cambra* e, a partir de 1926, *Vale de Cambra*, terá herdado, também de acordo com Joaquim da Silveira, o nome do antigo castro de *Cambra*, de que não restam hoje vestígios. Formas antigas deste nome são *Calambria* (no século XI), *Caambria*, *Caambraha*, *Caambra*, *Caumbria* e *Kalumbriae* (nos séculos XII e XIII), com a terminação *-bria* a representar o elemento céltico *briga* ‘altura fortificada, castro’.⁵⁹¹

⁵⁸⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Caldo.

⁵⁸⁹ Ver localizações nas respectivas entradas da *GEPB*, vol. 5, p. 467-476 e 482-488.

⁵⁹⁰ J. P. MACHADO, *Notas de toponímia portuguesa*, cit., p. 16. Sobre *Alcambar*, ver também IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 46.

⁵⁹¹ Sobre *Cambra* e *Cambres*, ver J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 121-125, onde explica a terminação *-bra* (*-bria* < *-briga*, elemento céltico)

Além disso, *Cambra* é também nome de duas povoações dos concelhos de Vouzela e de Águeda. Em relação à primeira, Joaquim da Silveira abona a forma antiga *Cámbar* (séculos XI a XIV) que traduziria o genitivo *villa Camari* ‘quinta de Cámaro’. No entanto, o nome pessoal *Camarus* (presente em inscrições latinas francesas e italianas) não se documenta na Península Ibérica, mas somente os gentílicos *Camerius* e *Camurius*. A segunda, *Camvar* (no século XIII) e *Cámbara* (no século XVI), situa-se nas margens do rio Alfusqueiro — também chamado *Cámbar* em documentos dos séculos XI e XII —, pelo que o Autor a considera uma reprodução do nome do topónimo vouzelense ou do mesmo rio. Nas suas margens, existe também a povoação de *Cambarinho*. Silveira recolheu, em Espanha, *Cambra* e *Cambariña* e, na Corunha, duas terras com o nome de *Cambre*. Galmés de Fuentes refere também os topónimos moçárabes *Cambero*, *Cambrillos* e *Cambronedas*.⁵⁹² Simonet abona os moçarabismos *cámara*, *al-cámara* ‘abóbada, aposento abobadado’ (< baixo latim CAMARA, CAMERA, CAMBRA ‘cela, casa, cubículo’), *cámiba* ‘campo, campina’ (do latim CAMPU) e *cambrón* ‘cambra, cambrão’, fruto da cambroeira, espécie de espinheiro de casca branca, provavelmente do latim CAMARU ‘encurvado, retorcido para dentro’, ou corrupção do latim RHAMNU ‘cambra, cambrão’.⁵⁹³

J. J. Nunes, a propósito dos grupos M’R e M’L, explicita que “se lhes intercala um [b] eufónico”, dando vários exemplos, entre eles, CAM(E)RA ‘tecto abobadado; abóbada; arco’, *cámara*, *cambra* (forma popular), e CUM(U)LO, *cômoro*, *combro*

também presente em diversos topónimos portugueses como, por exemplo, *Coimbra*, *Imbibra* (concelho de Coimbra), *Anobra* (concelho de Condeixa), *Boidobra* (concelho da Covilhã), *Embra* (concelho da Marinha Grande), etc., remetendo para as *Religiões da Lusitânia* e para as *Lições de Filologia Portuguesa* de José Leite de Vasconcelos. Sobre aqueles nomes ver também *GEPB*, vol. 5, s.v. CAMBRA, s.v. CAMBRES, s.v. CÂMBRIA. Refira-se que *Cambria* era o nome latino do País de Gales e *Alcambar* é topónimo do concelho de Arruda dos Vinhos (cf. *GEPB*, vol. 1, s.v. ALCAMBAR).

⁵⁹² Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 79, 108, 193 e 205.

⁵⁹³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CÁMARA y AL-CÁMARA, s.v. CÁMBA, s.v. CÁMPO y CÁMBA, s.v. CAMBRÓN.

(forma popular representada na toponímia urbana lisboeta — *Calçada do Combro*).⁵⁹⁴

Pedro Ferreira relaciona *Cambres* com o termo botânico latino CRAMBE ‘couve’, por ser terra muito fértil que, além de vinho, cereais e frutos, produz muita hortaliça, nomeadamente couves⁵⁹⁵ mas, a propósito do italiano *spina cervina* ‘espinheiro cerval’, ‘abrunheiro ou ameixeira brava’, ‘cambra ou cambroeira, planta espinhosa’, põe a hipótese de *cambra* ser contracção de *cambroeira* e daí ter partido *Macieira de Cambra*.⁵⁹⁶ Também a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁵⁹⁷ regista *cambra* como sinónimo de ‘cambroeira’, *cambrão* como ‘fruto da cambroeira’ e *cambroeira* como ‘espécie de espinheiro de casca branca, espontâneo nos matos, sebes e valados’.

Hipótese menos plausível é a que formulou Carolina Michaëlis de Vasconcelos que, a propósito de *cambar* como representação imperfeita de *caimbar*, *cambiare*, refere “*caimbras*, escrito em regra *cambras*, de *crambias*, do germânico *crampi* ‘kämpfe’.”⁵⁹⁸

Campizes (Condeixa-a-Nova).

Certamente variante de um adjectivo derivado de *campo*, do latim CAMPUS ‘planície; terreno fora do povoado’.⁵⁹⁹ Paiva Boléo refere três localidades de uma pequena zona no Baixo Alentejo, em que os seus habitantes utilizam o termo *campaniço* para se designarem a si mesmos e como qualificativo para casas, terras,

⁵⁹⁴ J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 251-307. Cf. em especial a p. 304.

⁵⁹⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 131; vol. III, p. 96-97 e 229.

⁵⁹⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 66.

⁵⁹⁷ Ver *GEPB*, vol. 5, s.v. CAMBRA, s.v. CAMBRÃO, s.v. CAMBROEIRA.

⁵⁹⁸ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Glossário do Cancioneiro da Ajuda”, *Revista Lusitana*, vol. 23, 1920, p. 16.

⁵⁹⁹ Maria Olímpia da Rocha GIL, “Arroteias do vale do Mondego durante o século XVI (Ensaio de história agrária)”, *Obras de Maria Olímpia da Rocha Gil*, vol. I, Açores, 1997, p. 35, refere-se a *campo* na acepção de ‘terreno marginal de um rio, plano e próprio para cultura’ (*campo* de Bolão, *campo* de Pereira, *campo* de Montemor, por exemplo) e estabelece a oposição entre as

etc..⁶⁰⁰ O nome desta povoação da freguesia da Ega assume as formas *Campizeos*, em documento de 1226, e *Campizes*, no Censo de 1527.⁶⁰¹ Recorde-se que o nome *campo* é muito frequente na toponímia, onde ocorre em nomes simples, compostos e derivados como, por exemplo, *Campo(s)*, *Campo de Besteiros*, *Campo de Ourique*, *Figueiró do Campo*, *Campelo*, *Campia*, *Campina(o)*, *Campanas*, etc. (estes últimos referidos na p. 406, a propósito da conservação de -N- intervocálico).

Cantim (Resende), **Contim** (Armamar), **Gondim**₃ (Arouca, Castelo de Paiva, Lamego), *Ribeiro Gondim* (Arouca).

Pedro A. Ferreira entende que *Gondim* é uma variante de *Gontim*, que por sua vez está por *Contim*, nomes “tirados de *Quintini*, patronímico de *Quintinus*, *i* — *Quintino*, (...) diminutivo de *Quintus* — nome romano”. Na sua opinião, “a escala seria: *Quintini* — *Quentim* — *Cantim* — *Contim* — *Gontim* — *Gondim*”.⁶⁰²

No entanto, Joseph Piel filia *Cantim* no nome latino CANTINIUS (de CANTIUS)⁶⁰³ e, ao tratar de *Contim*, também remete para *Gondim* e *Gontim*, mas revela opinião diferente sobre a etimologia: “Vem de *GUNTHS ‘luta’ mais o sufixo -INUS = gótico -EINS. A forma arcaica é *Gontim* (1258)”. Considera que *-im* representa a terminação do genitivo -INI, e que a substituição do G inicial por C é

terras de campo e as *terras do monte*.

⁶⁰⁰ M. Paiva BOLÉO, “Linguistique, géographie et unités dialectales subjectives au Portugal”, *Estudos de Linguística Portuguesa e Românica*, vol. I, Coimbra, 1974, p. 349-473 (com um mapa anexo). A viola *campaniça* é um instrumento musical tipicamente alentejano, que, após um período de silêncio, tem vindo a ser reabilitada por músicos especialistas, por tocadores individuais e por grupos de música tradicional, como os *Adiafa*, por exemplo.

⁶⁰¹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 120.

⁶⁰² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 281, 331 e 530-531; vol. III, p. 233.

⁶⁰³ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 52. Piel também cita *Cantinho*, topónimo dos concelhos de Ovar e de Paredes, do apelativo *canto*, de origem obscura, talvez do vocábulo pré-romano CANTHU ‘aro de roda; borda’. Cf. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Canto*²; e António Geraldo da CUNHA, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, cit., s.v. *Canto*^{2 e 3}.

frequente, como em *Cadilhe* e *Castaide*, por exemplo. Em Mirandela existe *Contins*, que Piel considera equivalente ao patronímico Gontiniz (1046) de Gontino (1012).⁶⁰⁴ Num artigo posterior, refere que a origem de *Gondim* está no genitivo *Gondini* (documentado em 1059 como nome geográfico), de *Guntino* (985), *Gundinus* (1008), derivado com o sufixo -INUS de GUNDUS, GUNDA.⁶⁰⁵

A procedência germânica de *Gondino*, diminutivo de *Gondo* ou *Gonto* ‘guerreiro’, também é apontada por J. J. Nunes, que refere várias formas medievais como *Guntino(a)*, *Gontino(a)* e *Gontinha*, representados actualmente na toponímia por *Gondim*, *Gontim*, *Gontinho* e *Gontinha*.⁶⁰⁶ De facto, existem *Gontim* e *Gondim*, em Fafe; *Gontinho*, em Cabeceiras de Basto, Fafe e Almodôvar; *Gontinha*, em Braga e Mortágua; e *Casal dos Gontinhos*, em Ferreira do Alentejo. Parece pois muito provável tratar-se, na terminação, de uma forma alotrópica de *-ino* e não de um genitivo.

Carnide₂ (Leiria, Peniche), ***Carnide de Baixo***, ***Carnide de Cima***, ***Carnide do Meio***, ***Ribeira de Carnide*** (Pombal).

Pedro de Azevedo recolheu no *Glosario* de Simonet um “número avultado de palavras românicas influenciadas pela pronúncia árabe, que se conservam entre nós como nomes de lugares” e que, nalguns casos, são “apelidos de proprietários que se fixaram nas terras que lhes pertenciam por qualquer título.”⁶⁰⁷ Entre esses antropónimos figura *Carníth*, a que o Autor atribui a etimologia de *Carnide*, também freguesia da cidade de Lisboa. De facto, Simonet abona *Carníth* ‘polvo’, provavelmente de um adjectivo do baixo latim CARNUTU, reflectindo a natureza

⁶⁰⁴ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 304 (excerto adaptado).

⁶⁰⁵ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 32. Neste artigo ainda não considera, em qualquer topónimo, o sufixo *-im* como alotropo de *-inho*.

⁶⁰⁶ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 158.

carnuda do polvo. Considera que *Carníth* deve ter sido inicialmente uma alcunha, que passou a nome próprio.⁶⁰⁸

Carrazede, *Campos de Carrazede* (Viseu).

Além do feminino *Carrazeda*, nome de serra localizada na região de *Carrazeda de Ansiães*, concelho do distrito de Bragança, a forma masculina *Carrazedo* atesta-se em diversos nomes de lugar onde aparece simples ou composta (*Carrazedo* ou *Carrazedo da / de / do*), nos distritos de Bragança, Vila Real, Braga, Porto e Aveiro.⁶⁰⁹

Leite de Vasconcelos faz notar: “Quando virmos um nome geográfico terminado em *-e*, podemos suspeitar que será genitivo de posse, mas também os há que creio são locativos, como *Murtede*, *Lourede*, *Cidadelhe*, *Carrazede*, ou genitivos epexegéticos (*villa* vel *oppidum Civitaticulae*, *Murteti*, *Laureti*).”, e acrescenta, mais adiante, vários topónimos relacionados com o latim CAREX «cana de paul ou erva semelhante a esparto», entre os quais figuram *Carrazedo* e *Carrazeda*.⁶¹⁰

A mesma opinião tem Joaquim da Silveira,⁶¹¹ que refere vários topónimos provenientes do termo antigo *cárrega*, do latim vulgar *CARICA, por CAREX ‘carriço de água’ (planta lacustre com inúmeras utilizações: pasto, camas para o gado, cobertura de palheiros, miolo de enxergões, etc.), entre os quais *Carrazedo(a)*, *Carregal*, *Carregoso(a)*, *Carragosa*, *Carregueira* e *Palha-carga*.

⁶⁰⁷ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213.

⁶⁰⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CARNÍTH, onde refere o castelhano *carnudo*, o valenciano e o provençal *carnut*, o francês *charnu* e o italiano *carnuto*, continuadores de CARNUTU, e relaciona o castelhano *pulpa* ‘carne sem ossos’ e *pulpejo* ‘parte carnosa de um membro’ com *polvo*.

⁶⁰⁹ Ver *GEPB*, vol. 5, s.v. CARRAZEDA, s.v. CARRAZEDA DE ANSIÃES; e *GEPB*, vol. 6, s.v. CARRAZEDO.

⁶¹⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 320 e 379. Refira-se, a propósito, que Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 265, confronta os topónimos *Cidadelha* e *Cidadelhe*, que considera diminutivos de *cidade*, embora não se pronuncie sobre a vogal final.

⁶¹¹ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 280.

Pedro A. Ferreira, por sua vez, tinha notado que os *carrascos* ‘oliveiras bravas’ deram o nome a várias localidades portuguesas, entre as quais *Carrazeda*, *Carrazedo* e *Carrazedo*.⁶¹²

Carrizes (Armamar).

O apelativo *carricho* ‘espécie de cana que cresce em terrenos arenosos e húmidos’, ‘semente espinhosa, o mesmo que carrapito ou carrapicho’ (do latim *CARĪCIU, de CĀREX ‘carricho’) é frequentemente usado como sinónimo de *carricha* ‘nome vulgar de uma ave da fauna nacional’; estão ambos representados na toponímia por *Carricho(s)*, *Carricha(s)*, pelos derivados *Carrichosa*, *Carricha*⁶¹³ e pelo moçárabe *Carriche* (presente na toponímia de Lisboa em *Calçada de Carriche*), também documentado por Simonet e por Galmés de Fuentes, sob a forma *carrīch*.⁶¹⁴ Pedro A. Ferreira vislumbrou correctamente a relação de *Carrizes* com *Carriches* (variante de *Carrichos*) mas não o seu significado, que entende ser ‘carrinhos’.⁶¹⁵

Cartim, *Bouça de Cartim* (Vale de Cambra).

De acordo com Pedro A. Ferreira, *Cartim* (bem como a variante *Cartem*) está por *Quartim*, de QUARTINU — diminutivo de QUARTU ‘Quarto’, nome romano e nome de um santo, de QUARTU, numeral ordinal. Este Autor considera também da mesma família etimológica os topónimos *Quartim*, *Quartinos*, *Quartilho* (por *Quartinho*) e *Quartilhões / Quartilhaes*, estes de QUARTINIANIS ou QUARTILIANIS.⁶¹⁶

Mas Joseph Piel entende que *Cartim* “é o mesmo nome que *Cardim*. A troca de

⁶¹² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 242, 270 e 515-516.

⁶¹³ *GEPB*, vol. 6, s.v. CARRIÇA, s.v. CARRIÇO. Sobre a etimologia ver J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Carriço.

⁶¹⁴ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CARRÍCH. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 224, 233 e 240. Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213.

⁶¹⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, cit., p. 238.

⁶¹⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 276. Como se sabe, os romanos usavam

d por *t* (...) é uma assimilação à surda inicial. Esta variante com *t* prova que *Cardim* não tem nada a ver com *cardo*.”. O Autor, que localiza uma povoação *Cardim* em Elvas, põe a hipótese de se relacionar com um nome *GARD-INUS, acrescentando que o étimo da raiz GARD-, CARD- é o gótico GARDS ‘quinta’ (cf. o alemão *Garten* e o inglês *garden*). No entanto, devido a esta última localização geográfica, aventa afinal a possibilidade de se tratar de um derivado de *cardo*, informando que na Galiza há o topónimo *Cardim*.⁶¹⁷ Num artigo posterior, rectifica a opinião anterior e filia *Cartim* no antropónimo latino CARTINIUS e *Cardim* em *CARDINIUS (de CARDIUS).⁶¹⁸

Carvide (Leiria), *Casal do Carvide* (Caldas da Rainha).

Cunha Serra trata de um conjunto de topónimos simples ou compostos, em que figuram os elementos *Carva(s)*, *Carvelas*, *Carvelinhas*, *Cravelas*, *Caravela(s)*, *Caravelinha*, *Carves*, *Carviçais* e *Carvide*, cuja base etimológica é *carva* ‘bouça, mata de carvalhos de pouca altura intermeada de lameiras’. Além destes, existem ainda *Alcaravela* (distrito de Santarém) e *Carvino* (distrito de Vila Real), não referidos por Cunha Serra. Tratando de *Carvide*, o Autor abona as formas antigas *Carvedi* (princípios do século XIII) e *Carvide* (1527) e refere: “é com reserva que incluímos *Carvide* na estirpe de *Carva*, pois o seu *ubi* está numa velha região da Estremadura. Aliás, a passagem de *Carvido* (i. é, *Carbetu-*) a *Carbedo*, *Carbido* e *Carbide* ou *Carvide*, não seria difícil de explicar, tratando-se de um topónimo com o *ubi* numa região fortemente influenciada por falares moçárabes; quanto à estrutura, note-se o topónimo de Lugo, *Carbedo*.”⁶¹⁹ Sobre *Caravela* e *Alcaravela*, da mesma família

frequentemente antropónimos derivados dos dez primeiros numerais ordinais.

⁶¹⁷ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 297.

⁶¹⁸ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 54 e 52, respectivamente.

⁶¹⁹ P. Cunha SERRA, “Estudos toponímicos” (XIV-XVI), *Boletim de Filologia*, t. XXI, 1965, p. 99-116. Ver, especialmente, p. 103 (nota 15).

etimológica, veja-se também a p. 360.

Casconhe (Cinfães).

Joaquim da Silveira, com base em documentação antiga — (*villa Cresconi* (1083, 1101), *Crasconi* (1258) e *Casconhe* (1527) —, entende que a forma correcta é esta e não *Cosconhe* (como habitualmente é grafada) e refere que a origem do topónimo está no genitivo do antigo nome pessoal *Crisconius* (que também assume nos documentos as formas *Gresconiu*, *Cresconius* e *Crasconho*), “tendo ocorrido a queda insólita do *r* da primeira sílaba, talvez por influência de outros nomes começados por *Casc*.”⁶²⁰ Pedro Cunha Serra debruça-se longamente sobre este e sobre vários topónimos congêneres: *Casconha*₂ (Coimbra e Paredes), *Casconho* (Soure), *Cosconho* (Guimarães), abonando de todos eles diversas formas antigas. Do topónimo em estudo refere: *cresconi* (1065), *cresconii* (1076), *Cresconi* (1083, 1101), *Crescomi* e *Crasconi* (1258), *castonhe* e *Castonhy* (1515), *casconhe* (1527), *Casconhe* (1594), *Cusconha* (1689), *Casconhe* e *Crasconhe* (1758). Muitas destas formas são, aliás, comuns a *Casconha* (Paredes), como é o caso de *Cresconi* (1112), *Casconha* (1594, 1642 e 1689), *Casconhe* (1642), *Cosconha* e *Cosconhe* (1758). Entende que estes nomes têm a sua base no nome pessoal latino CRESCONIU, de largo uso em Portugal e na Galiza medievais, e que foi assumindo diversas formas: *Cresconius* (906 e 1112), *Gresconiu* (968), *Crisconius* e *Cresconii* (1087), *Cresconio* e *Cresconiu* (1109), *Coscognio*, *Crosconio*, *Crascogno* e *Croscognos* (1258),⁶²¹ *Grasconho* e *Crasconho* (século XV). Joseph Piel, que também refere as formas toponímicas *Casconho* e *Casconha*, crê que na sua base está o antropónimo latino *Casconius*,

⁶²⁰ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 34-35 (excerto adaptado).

⁶²¹ Estes exemplares aparecem em expressões como *erdade*, *erdade de*, *erdade dos*, *que foi de* e *pomar de*, pelo que podem ter dado origem a topónimos de existência precária, tendo sido substituídos por outros e desaparecido. P. Cunha SERRA, *Estudos toponímicos* (XXIII-XXVII), cit., p. 1-8.

pertencente a um grupo onomástico constituído por *Casco*, *Casca*, *Cascus*, *Cascius*, *Cascellius* e *Casconia*. Não exclui, no entanto, a possibilidade de estes topónimos serem derivados de *casc-*, elemento presente em *cascalho*⁶²² e, provavelmente, em *Cascana* (cf. p. 409).

Fornos de Castel (Condeixa-a-Nova), *Quinta do Castel* (Soure).

Do latim CASTELLU ‘posto militar fortificado, de carácter permanente ou temporário e, por vezes, dependente de uma cidade vizinha’, forma diminutiva de CASTRU.⁶²³ Simonet⁶²⁴ abona os moçarabismos *castél*, *al-castél*, *casthél*, *castíll*, *caxtíl*, a par de *castélo*, *castéll* e *caxtíll*, nomes que deixaram marcas na toponímia espanhola, sendo *castel* um dos sobreviventes em *Alcastel*, *Vivas Castel*, *Castel de Olivas*, *Castel de Ferro*, *Castel novo*, etc..⁶²⁵ Do mesmo étimo latino, através do árabe, derivou também o topónimo português *Cacela*.⁶²⁶

A propósito do diminutivo *Maciel* (*macianel < *macianelo), Leite de Vasconcelos confronta *Pinhel*, *Portel* e *Castel* com *Pinho*, *Porto*, e *Castelo* (certamente

⁶²² Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 54. J. P. Machado considera *cascalho* derivado de *cascar*, este do latim QUASSĪCĀRE (< QUASSĀRE ‘partir aos bocados, sacudir; enfraquecer’). Cf. MACHADO, *DELP*, s.v. Cascalho, s.v. Cascar.

⁶²³ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CASTILLO. J. Leite de VASCONCELOS, “Curso de língua portuguesa arcaica”, cit., p. 33.

⁶²⁴ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CASTÉL.

⁶²⁵ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 127, 183, 169, 73 e 135 (nota 39). *Castel novo* é também referido por J. P. MACHADO, *Palavras a propósito de palavras. Notas lexicais*, cit., p. 111.

⁶²⁶ Trata-se de um representante do latim CASTELLU, diminutivo de CASTRU, veiculado através do árabe *qastallā*. Sobre este nome, veja-se, entre outros: David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 23-24, 103 e 133; J. Leite de VASCONCELOS, “Romanço Mozarábico”, cit., p. 354; IDEM, “Amstras de toponímia portuguesa”, *Opúsculos*, vol. III, cit., p. 151; Arnald STEIGER, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, cit., p. 179 e 330; J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 38-39; e M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 317.

pensando em *Castro*, uma vez que *Castelo* é igualmente uma forma diminutiva).⁶²⁷

Catives*, Ponte de *Catives (Sever do Vouga).

Leite de Vasconcelos abona o topónimo *Cativelos*, interrogando-se acerca da sua provável relação com *cativos*,⁶²⁸ o que faria dele um continuador do latim CAPTIVU 'preso, prisioneiro' (do verbo CAPERE 'colher'), que já se empregava como substantivo a designar 'prisioneiro de guerra'.⁶²⁹ Mas Cunha Serra cita a forma antiga *Cativas* (1258), com a variante *Catives* “por obscurecimento do timbre da vogal final”, acrescentando que *Cativos* aparece no *Cadastro* de 1527, “por erro ou pretensa correcção” da dita variante, uma vez que o referido documento está “inçado de erros”,⁶³⁰ não tendo pensado na possibilidade de a alteração da última vogal constituir uma variante moçárabe.

***Cedrim*₂** (Sever do Vouga, Viseu).

José Joaquim Nunes explica que “da conífera chamada *cedro*, com leve alteração da sua designação em latim e grego [lat. CEDRU, gr. kédros], aparecem na toponímia apenas essa forma e a derivada *Cedrim*.”⁶³¹ Já Pedro A. Ferreira tinha aventado a hipótese de *Cedrim* estar por *Cedrinho*, confrontando-o com *Cedro*, nome de povoação que não localiza.⁶³² Joaquim da Silveira recolheu num documento de 964, respeitante a uma *villa Pinitello*, o seguinte passo: «... et est ipsa villa [*Pinitello*] inter villa Ceterina et villa de Idolo, subtus mons Gabro secus rivulo Vauga territorio visense...». Segundo a sua opinião, *Ceterina* ou *Cedarim*, como também se abona em

⁶²⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 243.

⁶²⁸ IDEM, “A história de Portugal reflectida na toponímia”, *Opúsculos*, vol. III, cit., p. 288.

⁶²⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Cativo*.

⁶³⁰ P. Cunha SERRA, “Estudos toponímicos” (XIV-XVI), cit., p. 106.

⁶³¹ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 144.

⁶³² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 531; vol. III, p. 256.

escritos dos séculos XI-XIII, é hoje *Cedrim*.⁶³³

Cunha Serra também abona diversas formas do “topónimo antigo” do concelho de Sever do Vouga, entre as quais *Cedarim* (964), *Zedarim* (1050), *Cedarim* (1050, 1077, 1258), *Cedarĩ* (1284), *Cedrim* (1708, 1747) e *Sedrim* (1768). Ao contrário dos outros autores, vê nele a origem latina CETARĪNU — *villa Cetarĩni* ‘a vila de Cetarino’ —, entendendo ser *Cetarinus* um nome étnico, que designava o natural da cidade siciliana de *Cetarĩa* e que teria passado a nome pessoal.⁶³⁴ A hipótese não parece melhor que as anteriores, mas quanto à terminação nada se altera.

Vilar de Cerves (Arouca), *Vale de Serves* (Leiria).

Trata-se aqui do plural de *cerve*, variante moçárabica de *cervo* ‘veado’, que se documenta, em português, desde 1139.⁶³⁵ Entre os muitos nomes de animais que se reflectem na toponímia, Leite de Vasconcelos abona *Cervo(s)*, *Cervas*, *Cerveira*, *Cervelhos*, etc., atribuindo-lhe a etimologia latina CERVU. Mas, talvez por desconhecimento da origem e do significado da palavra, nem sempre é usada a grafia etimológica, verificando-se, por vezes, a oscilação gráfica ilustrada pelo topónimo leiriense, *Vale de Serves*, que não é caso único: na língua d’ Oc, existe *Servières* por *Cervières*.⁶³⁶ Quando se refere aos topónimos *Cerva*, *Cervainhos*, *Cervelhos*, *Cervo(s)* e *Serva(s)* e provavelmente induzido pela oscilação gráfica, Pedro Ferreira hesita entre aproximá-los de CERVU ‘veado’ ou de SERVU ‘escravo’.⁶³⁷ Mas Joaquim da Silveira também corrige a grafia do vocábulo *Servos* (em *Vilar de Servos*), já *Vilar de Ceruos* no Censo da Beira de 1527: “O nome determinativo é *Cervos*, isto é, ‘veados’

⁶³³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 127.

⁶³⁴ P. Cunha SERRA, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXVI, 1970, p. 307-308.

⁶³⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Cervo.

⁶³⁶ J. Leite de VASCONCELOS, “Fauna toponímica portuguesa”, *Opúsculos*, vol. III, cit., p. 196; IDEM, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 419.

⁶³⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 259.

e não *Servos*.”.⁶³⁸ Não aludindo aos topónimos em estudo, Joseph Piel refere-se a uma “família de antropónimos extraídos de nomes de animais”, a que pertencem *Hirpius* (de HIRCUS ‘bode’), *Porcius*, *Bovius* e *Cervius*.⁶³⁹

Cimbres (Armamar), *Ribeiro de Cimbres* (Armamar / Tarouca).

Contrariando Pedro A. Ferreira, que vê na origem deste topónimo o nome dos *Cimbros*, povos da Dinamarca, Leite de Vasconcelos entende que “talvez não seja mais que a palavra comum *cimbre* ‘arcaria que serve de molde à abóbada’.⁶⁴⁰ Mas tanto *cimbre* como *cimbrar* são formas de origem e natureza insuficientemente esclarecidas. J. P. Machado aventa a possibilidade de *cimbre* ser forma divergente de *simples*; quanto ao verbo *cimbrar*, considerado de etimologia obscura, este Autor aproxima-o de *azumbrar*, *zimbrar*, *zumbrar* e *zumbir*.⁶⁴¹ Joaquim da Silveira debruça-se sobre *zimbrar* ‘agitar uma vergasta, fustigar, zurzir, tratar mal’, verbo “popular e já velho na nossa língua”, abonando as variantes mais antigas *çymbrar* e *cimbrar*, recolhidas no Cancioneiro Geral. Aproxima este verbo do provençal *cinglar*, *cenglar* e do francês *cingler*, *sangler*, talvez do latim *CING'LĀRE ‘açoitar, zurzir’ (com CINGULA ‘correia de cingir, cinto’), cruzado na Hispânia com VIBRĀRE ‘brandir, vibrar’).⁶⁴²

Como se sabe, há diversos nomes de espécies vegetais frequentemente representados na toponímia. Ora, além de ‘orvalho’, ‘chuva miúda e persistente’, *zimbro* assume a significação de ‘arbusto com cujas bagas se aromatiza a genebra’

⁶³⁸ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 27.

⁶³⁹ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 55.

⁶⁴⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 265. J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia mondinense”, *Opúsculos*, vol. III, cit., p. 302.

⁶⁴¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Cimbrar, s.v. Cimbre.

⁶⁴² J. da SILVEIRA, “Estudos sobre o vocabulário português”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 235-236 (nota 1).

(do latim JINIP(E)RU por JUNIPERU),⁶⁴³ e apresenta os sinónimos *zimbreiro* e *zimbrão*. *Zimbral* ‘terreno onde crescem zimbros’ deixou marcas toponímicas em Faro e Porto Santo, ilha onde também existe um porto chamado *Zimbralinho*.⁶⁴⁴ Poderá também *Cimbres* ser alótopo de *zimbro*, com ensurdecimento da fricativa inicial e alteração da vogal final?

Portela dos Corchos (Alcobaça).

É um dos numerosos topónimos que se distribuem um pouco por todo o território, entre os distritos da Guarda e de Faro. Como refere Corominas, a primeira documentação de *corcho* (do latim CORTICE ‘cortiça’) remonta ao século XIII e o apelativo chegou-nos por via moçárabe, “único medio de explicar, además, la *ch* < C^e, y el cambio de -E en -o, por una dilación vocalica que es común en este dialecto”. Cita diversos continuadores do mesmo étimo latino em vários idiomas (por exemplo, o hispano-árabe *cortíche*, *cortícha*) e as formas antigas *corcho* ‘colmeia de cortiça, cortiço’ e *corcha* ‘cortiça de sobreiro’ (abonadas por Nebrija),⁶⁴⁵ que se usam actualmente em bastantes regiões do nosso país com diversas especializações semânticas, dependendo dos objectos que designam e dos fins a que se destinam; por exemplo, ‘caixote’, ‘cortiço’, ‘tábua para transportar argamassa’, ‘flutuador de cortiça’, ‘bucha de madeira’, ‘cortiça’, ‘escudela de cortiça’.⁶⁴⁶

Cornes (Arouca), *Cornide*₂ (Penacova, Sever do Vouga).

Joseph Piel explica que *Cornes* deve ser a antiga *villa* de *Santa Christina de*

⁶⁴³ J. Leite de VASCONCELOS, “Bibliografía - II. Periódicos: *Zeitschrift für romanische Philologie*”, *Revista Lusitana*, vol. 10, 1907, p. 349. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Zimbro. *GEPB*, vol. 37, s.v. ZIMBRO^{1, 2}, s.v. ZIMBRE. *Zimbro* ‘orvalho’, ‘chuva miúda e persistente’ também apresenta a variante *zimbre*.

⁶⁴⁴ *GEPB*, vol. 37, s.v. ZIMBREIRO, s.v. ZIMBRÃO, s.v. ZIMBRAL, s.v. ZIMBRALINHO.

⁶⁴⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CORCHO. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 325, também refere *corcho*, do latim CORTICE.

⁶⁴⁶ *GEPB*, vol. 7, s.v. CORCHO, s.v. CORCHA. Luís CHAVES, “A cortiça e o seu vocabulário

Cornis (1258), documentada no *Onomástico medieval português*, onde também constam os nomes *Cornias* (1097), possivelmente patronímico de *CORNILA, *villa Cornado* (1008) e *Corneiro* (1258) — formas que, segundo Piel, “tornam uma origem germânica de CORN- possível.”⁶⁴⁷

A propósito de *Dornes*, que entende assentar no ablativo plural *Dornis* regido da preposição *de* com função de genitivo, Joaquim da Silveira refere: “Creio que desse ablativo em regência é que provém a forma actual de vários topónimos terminados em *-es*. Assim, para designar um mesmo lugar, aparece, ao lado da forma *villa de Cornias*, a forma *villa de Cornes*; ao lado de *ribulo de Asinus*, existe *rivo de Asinis*, que explica a forma actual *Asnes*; o nome do rio *Cobres*, afluente do Guadiana no Baixo Alentejo, é no século XIII, *rivulo de Colubris* ‘rio das cobras’, onde é transparente o ablativo plural do latim vulgar COLUBRA. O mesmo deve ter sucedido com *Dornes*, *Val d’ Asnes*, etc., e ainda com *Loures*, no século XIII chamada *Lurias* e no século XV *Luras*; com *Coires*, no século XIII chamada *Quairas*.”. Note-se que Joaquim da Silveira não considera, em nenhum dos nomes que estuda, terminações em *-e* continuadoras de *-U* ou *-A*. As *Inquirições* do século XIII revelam mais povoações com o nome de *Cornias*, hoje *Cornes*: além da do concelho de Arouca, existem outras duas nos de Vila Nova de Cerveira e Vila do Conde e uma já extinta na freguesia da Sé, em Viseu.⁶⁴⁸ Apesar de não mencionar *Cornes*, Adolfo Coelho refere alguns nomes de lugar derivados do latim CORNU ‘pilriteiro, planta rosácea’, como *Cornudelos*, *Cornadela*, *Cornado*, *Cornuda*, *Cornedos* e *Corneira*, o que deixa em aberto outra perspectiva sobre a possível origem do topónimo.⁶⁴⁹

popular”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 105.

⁶⁴⁷ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 305 (excertos adaptados).

⁶⁴⁸ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 156. O Autor entende que o mesmo aconteceu com *Chaves* (Castrum de Flaviis), ou uma simples modificação de *Chavias* por influência do nome comum *chave*.

⁶⁴⁹ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 143.

Cornide é também topónimo dos concelhos de Vila Nova de Famalicão e de Braga, e *Cornidos* de Paredes. Joseph Piel considera o nome germânico, formado pelos elementos CORN- e -IDE. Neste último, o Autor vê *HILDIS ‘luta’ (também presente em *Ataíde*),⁶⁵⁰ não tendo em conta a origem moçárabe desta terminação em tantos dos nossos topónimos.

*Rua do **Coruche*** (Coimbra).

A rua do *Coruche* abandonou esta sua designação secular em 1858, para tomar a actual — rua do *Visconde da Luz* (director das Obras Públicas, que impulsionou o alargamento e melhoramento da via). De facto, se em carta régia de 1552 se dizia ser ela uma “das boas ruas da cidade”,⁶⁵¹ já segundo os critérios do século XIX era considerada “disforme, tortuosa e estreita”.⁶⁵²

Do antigo nome, cuja origem não foi ainda dilucidada, restam-nos muitas abonações, a primeira das quais — *Curuchi* — remonta a 1204. Depois desta data registam-se as variantes *Coluche*, *Coluchi*, *Coruche* (séculos XIII e XIV), *Cruche*, *Curuche* e *Coruche* (séculos XV e XVI).⁶⁵³

Baseando-se na forma *Coluchi*, Amadeu Ferraz de Carvalho atribui-lhe o étimo latino COLLOTIUM ‘celeiro’.⁶⁵⁴

⁶⁵⁰ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 140 e 305.

⁶⁵¹ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 27-28.

⁶⁵² J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 298-304. O Autor informa que “foi aqui que pela primeira vez na história da cidade usou a Câmara da iniciativa de atribuir a denominação a uma rua, pois que até então todas as denominações toponímicas foram de formação popular.” (p. 304). Na Introdução a *Toponímia de Coimbra*, vol. I, p. XXV-XXX, Pinto Loureiro, alude longamente à história da *Rua do Coruche*. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 173, refere-se à dificuldade com que a mala-posta, cuja estação de Coimbra funcionava numa dependência do convento de Santa Cruz, passava pela muito estreita rua do *Coruche*: “a mala ia roçando pelas casas da dita rua, que não tinha passeios”.

⁶⁵³ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 298-304.

⁶⁵⁴ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 27-28.

Pedro A. Ferreira entendia que o apelativo *coruja* está, não só na base de *Coruche*, mas também na de muitos outros topónimos: “*Coruche* é deturpação de *Corucho* — e este de *corujo* por *coruja* — ave nocturna”.⁶⁵⁵

J. P. Machado,⁶⁵⁶ que atribui a *coruja* etimologia obscura, informa que *curugios* se documenta em 1085 e *curugeira* em 1101, como topónimo. Quanto a *Coruche*, diz desconhecer a sua origem, mas aventa a hipótese de se tratar de um nome arábico, ou mais provavelmente arabizado, isto é, pré-arábico mas passado pela fieira do idioma arábico, cuja forma mais antiga — *Coluchi* — data de 1268.⁶⁵⁷ O Autor ocupa-se ainda de *Alcorochel*, com as variantes *Alcoruchel* e *Alcorouchel*, considerando-o o resultado híbrido de *al* + *Coruche*. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (s.v. *Coruchéu*)⁶⁵⁸ explica o vocábulo pelo francês *clocher* ‘campanário’ e atribui-lhe os significados de ‘torre, remate superior de um edifício’ e ‘barrete de papelão ou cartão, em forma de cone, que levavam na cabeça as pessoas condenadas pela Inquisição’. Além de *coruchéu* ‘parte mais elevada de uma torre; torre, torreão’, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁶⁵⁹ regista: *corucho* ‘espécie de coroa com capuz usada no

⁶⁵⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 173 (nota 1). Além de *Coruche* (concelho do distrito de Santarém), refere a existência de cerca de 150 nomes de lugar que poderão radicar-se em *coruja*, entre eles *Alcorochel* ‘o corujal’ (concelho de Torres Novas) e *Alcochete* (concelho do distrito de Setúbal). Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. I, p. 297-299, 321 e 335; vol. III, p. 283.

⁶⁵⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Coruja*. IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 17 e vol. II, p. 69. Antes dele, já F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 146, tinha confrontado *Alcoruchel* com *Coruchel*, chamando a atenção para a presença do artigo árabe *al* na primeira forma, e entendendo que *coruchel* e *coruchéu*, apesar de serem de origem francesa (< *clocher*), entraram na língua portuguesa no século XII — num período em que a influência árabe ainda era marcante — tendo sofrido, portanto, adaptações fonéticas aos idiomas autóctones.

⁶⁵⁷ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 27, abona a data de 1266.

⁶⁵⁸ Sobre o sufixo *-éu*, resultante de *-el*, cf. J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 150.

⁶⁵⁹ Ver as referidas entradas nos vol. 6, 7 e 8.

Minho', (o mesmo que *coruto*, em Guimarães); *corunha* 'o mesmo que caroço, em Trás-os-Montes'; *cruça(o)*, o mesmo que *corocelo* 'espécie de capa de palha, coroça ou croça, usada no Minho', 'capuz que faz parte da coroça';⁶⁶⁰ *crunha*, *carunha(o)* 'caroço de fruto'. Também Maria José M. Santos recolheu em Trás-os-Montes *crunha* 'caroço de uma fruta' e *crucho* 'carrapito de cabelo enrolado' e 'capa de palha usada pelos pastores' (que tem o nome de *croça* quando forma um capuz que cobre também a cabeça).⁶⁶¹ Todas estas palavras se referem a objectos salientes e redondos, e filiam-se na raiz pré-romana COR(R)-, com essa significação, estudada por Krüger e por Hubschmid (que a considera, mais precisamente, celta).⁶⁶² Paiva Boléo e Gomes Ferreira aventam a hipótese — pouco viável — de *corucho* 'capuz de burel' ter como étimo o latim CORONA sufixado com *-ucho* (< -UCEU).⁶⁶³ *Coruche* pode ter-se, de facto, referido de início a uma elevação arredondada de terreno — o que, a avaliar pela inclinação que se mantém na actual artéria, poderia ter ocorrido no caso da rua primitiva. Na toponímia da região em estudo, registam-se ainda *Corucho* (Leiria) e *Corucho da Pena Ruiva* (Arouca), que certamente partilham a mesma etimologia. Tratando-se de um adjectivo em *-uceu*, são normais em dialectos moçárabes as resultantes *-ucho* / *-uche*.⁶⁶⁴ Pode ainda pensar-se na mesma origem para *Carocho* e *Fonte do Carocho* (Aveiro), uma vez que *carocha*, além de insecto, comporta o

⁶⁶⁰ F. Alves PEREIRA, "Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Valdevez (Alto Minho)", *Revista Lusitana*, vol. 19, 1916, p. 215, refere *corucha* e *corucho* (ou *crucho*) como sinónimos, com o significado de 'coroça ou croça de forma cónica', usada só por mulheres e rapazes, uma vez que não se pode trazer com chapéu. Mas abona também para *corucho* o sentido de 'parte superior ou remate de uma moreia de palha, de canastro de verga, etc.'.

⁶⁶¹ Maria José de Moura SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, cit., p. 288 e 293.

⁶⁶² Fritz KRÜGER, *Problemas etimológicos. Las raíces "car-", "carr-" e "corr-" en los dialectos peninsulares*, Madrid, 1956. Johannes HUBSCHMID, "Die Stämme *kar(r)- und kur(r)- im Iberoromanischen, Baskischen und Inselkeltischen", *Romance Philology*, vol. XIII, n.º 1, Agosto de 1959, p. 31-49.

⁶⁶³ M. Paiva BOLÉO e A. Gomes FERREIRA, "Amostras de uma bibliografia dialectal portuguesa", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 215-216.

⁶⁶⁴ Sobre os sufixos *-acho*, *-echo*, *-icho* e *-ucho*, ver nota 1097, p. 371.

significado de ‘mitra de condenado’, que J. P. Machado aproxima de *coroça* / *croça*.⁶⁶⁵

Simonet abona, não só *Curuch* ‘Cruz (apelido)’, como também *Xánta Cruch*, *Xánta Crus* ‘Santa Cruz’,⁶⁶⁶ que poderiam, à primeira vista, constituir a chave para a dilucidação do nome desta antiga artéria coimbrã: localizando-se a rua junto do mosteiro de Santa Cruz que, ao longo da Idade Média, e mesmo em épocas posteriores, deteve uma enorme influência política, económica, cultural e religiosa em todo o território de Coimbra, não seria impossível que a rua tivesse tomado para si o mesmo nome do mosteiro. Mas, como observa Pinto Loureiro, a esta interpretação opõe-se “um embaraço de concordância difícil de vencer, visto que pelos séculos adiante até ao seu desaparecimento, sempre a denominação foi *Rua do Coruche* e não *da* ou mesmo *de Coruche*, como seria tão natural se aquela explicação estivesse certa.”. Este Autor acrescenta ainda um outro argumento: no século XVI existiu uma *Rua da Cruz*, o *Arco das Cruzes* e hoje há o *Beco das Cruzes* e a *Cruz de Celas*, sem que se tivesse verificado uma “deformação do género da apontada ou outra qualquer.”⁶⁶⁷

Pedro de Azevedo recolheu no *Glosario* de Simonet um “número avultado de palavras românicas influenciadas pela pronúncia árabe, que se conservam entre nós como nomes de lugares” e que, nalguns casos, são “apelidos de proprietários que se fixaram nas terras que lhes pertenciam por qualquer título.”. Entre esses antropónimos figura, como já foi referido, *Cruch* ‘Cruz (apelido)’, a que o Autor atribui a etimologia de *Coruche* (distrito de Santarém), e em que poderia eventualmente assentar o nome desta antiga artéria coimbrã.⁶⁶⁸

Tendo-se verificado hesitações quanto à origem do nome em causa — em

⁶⁶⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Carocha.

⁶⁶⁶ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CRUCH, s.v. CRUS, s.v. XANT, XÁNTO. Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213, também se refere a [*Xánta*] *Cruch*, recolhido no *Glossário* de Simonet.

⁶⁶⁷ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. I, p. XXVI.

c(o)ruch / *-che* ‘elevação de terreno arredondada’ ou em *c(u)ruch* ‘cruz’ e apelido — já não há razão para dúvidas quanto ao cunho foneticamente moçárabe de *Coruche*.

Quinta do Corvim (Aveiro).

Pedro A. Ferreira, após citar diversos topónimos que filia em *corvo*, como *Corveira*, *Corvaceira*, *Corvel*, *Corval*, *Corvete*, *Corvite*, etc., refere a propósito de *Corvaceira*, sua terra natal: “ali não há memória de corvos, mas na minha opinião *Corvaceira* pertence à grande série das povoações que tomaram o nome dos corvos.”.⁶⁶⁹ De facto, poderiam colocar-se duas possibilidades etimológicas em relação a este e talvez a alguns dos outros topónimos semelhantes: o substantivo latino CORVU ‘corvo; arpão; certo peixe do mar’, que se abona em português em 1279 como apelido — *Martim coruo*; e o adjetivo CURVU ‘dobrado, encurvado, curvo; oco, fundo; que não é direito’, cuja primeira abonação data de 1141 e é apelido de um participante na campanha de Valdevez — *Pelágio Curvo*.⁶⁷⁰ Mas anteriormente o nome já se registava em documentação medieval românica com referências a D. Menendo Alániz de Bragança, chamado *Curvo*, governador de *Turre de Menendo Curvo*, nome que se continua no actual *Torre de Moncorvo*.⁶⁷¹ J. M. Piel exprime a mesma opinião: “*Moncorvo* (...) não se deve, creio, interpretar como «monte do corvo», mas como MONS CURVUS «monte curvo»”.⁶⁷² Este Autor cita o topónimo antigo *Corvim* (1258), que considera relacionado com o antropónimo *Corvinus* ou *Corvinus* — “duas formas que se prendem com o cognome CORVUS, que por sua vez corresponde ao apelido

⁶⁶⁸ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213.

⁶⁶⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 276 e 476. No vol. I, p. 237, afirma também: “A minha pobre *Corvaceira* tomou, pois, o nome dos corvos, posto que ali não há memória de semelhantes aves! — Eu, contando já 75 anos, nunca vi lá um corvo — nem lá os viram meus pais e avós.”. Cf. também vol. II, p. 400.

⁶⁷⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Corvo*, s.v. *Curvo*.

⁶⁷¹ *GEPB*, vol. 32, s.v. TORRE DE MONCORVO.

⁶⁷² Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 162.

Corvo, esp. *Cuervo*".⁶⁷³ O traço semântico 'curvo, encurvado' está igualmente presente nas formas antigas *qurbêl* 'podadeira pequena' (moçárabe), *corvo*, *corvillo* 'gancho' (castelhano), *curvillu* 'espécie de podão' (saiaguês), *corbella* 'foice' (valenciano),⁶⁷⁴ e actualmente nas portuguesas *Curvo* (apelido), *Curvos* (topónimo do concelho de Esposende), *curveiro* 'remoinho de água no mar', *curvilhão* 'jarrete', entre outras.⁶⁷⁵ De facto, Simonet também abona a forma moçárabe *corvél* 'instrumento para podar; espécie de podadeira pequena, sem ponta, inventada em Saragoça', considerando-a representante de CURVELLU, adjectivo do baixo latim, diminutivo de CURVU 'curvo, encurvado'.⁶⁷⁶ Da mesma fonte etimológica, veja-se *Corvina*, na p. 412.

Corvite (Castelo de Paiva).

Acerca deste nome, Joseph Piel é lacónico: "Sobre o primeiro elemento veja-se o artigo CORNES, sobre -VITE o art. ALVITE.".⁶⁷⁷

No entanto, por razões de carácter fonético, parece mais plausível aproximá-lo (pelo menos no que respeita ao seu primeiro elemento) do substantivo CORVU ou do adjectivo CURVU com o sufixo diminutivo *-ito*. Além de *Quinta do Corvim*, acima estudado, veja-se também *Corvina* (na p. 412).

Couchel (Vila Nova de Poiares).

Santos Agero discorda de Carolina Michaëlis de Vasconcelos (que identifica *coucelo* 'planta crassulácea, umbilicada' com *couchelo* e o relaciona etimologicamente com *concha*) e defende que a origem de *coucelo* reside no latim *CALICELLU, diminutivo de CALICE 'taça, cálice'. Este formato de cálice está, aliás, na origem de

⁶⁷³ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 58.

⁶⁷⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CORVO.

⁶⁷⁵ Ver as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 8, p. 312-313.

⁶⁷⁶ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CORVÉL.

⁶⁷⁷ Joseph M. PIEL, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 305.

basilios, variante de *vasillos*, nome dado à referida planta na província de Salamanca, o que confirma semanticamente a etimologia proposta por Agero.⁶⁷⁸ J. P. Machado, além de *coucelo*, também regista as variantes *coucelho* e *cousilho*, propondo a mesma etimologia latina.⁶⁷⁹

Coudel (Penela).

Do latim CAPITELLU, diminutivo de CAPUT 'cabeça; extremidade', tomou o sentido geral de 'chefe, comandante' e, na toponímia, designa certamente uma região cuja localização ou característica morfo-geográfica sugira a dita ideia de elevação, extremo, ou similar. Pedro Ferreira abona, no português antigo, *coudel* 'capitão de cavalaria', com especialização semântica relativamente ao já referido sentido geral e que confirma a etimologia do topónimo.⁶⁸⁰ *Cabedelo*, com a mesma origem e muito representado na toponímia, abona-se, desde 929, sob a forma *capetello*. A primeira documentação de *coudel* regista-se no século XV, mas J. P. Machado⁶⁸¹ afirma tratar-se de forma mais arcaica, o que parece certo.

Eidim (Arouca).

Eidim e *Eidinho* (lugares dos distritos de Braga, Porto, Viana do Castelo, Vila

⁶⁷⁸ Santos AGERO, "Etimologias portuguesas", *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, p. 101-102.

⁶⁷⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Coucelo, s.v. coucelho, s.v. cousilho. A hipótese parece preferível a uma relação que *Couchel* possa manter com a interjeição *coch*, *coche* ou *cuch(e)*, usada para chamar o porco, e que passou, posteriormente, a designar o próprio animal ou a sua cria. *Coche* é topónimo do concelho de Albergaria-a-Velha. O português antigo possuía as formas *cochom* e *cochõa*, também aplicadas a pessoas de baixo nível e o transmontano mantém ainda *cochino*, 'leitão'. Cf. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. COCHINO; e Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 100.

⁶⁸⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 268. O *coudel-mor* tinha a seu cargo a criação de cavalos e governava as *coudelarias*. Este cargo era tradicionalmente ocupado pela família dos condes de Lumiares. Da mesma família etimológica temos, portanto, *coudelaria* 'antigo cargo do coudel', 'estabelecimento em que se criam, aperfeiçoam e seleccionam raças de animais, especialmente de cavalos'. Cf. *GEPB*, vol. 7, s.v. COUDEL, s.v. COUDELARIA.

Real e Viseu) são certamente diminutivos de *eido*, variante de *aido*. Joseph Piel diz a propósito de *Eidinho*: “A frequência deste topónimo indica um diminutivo do apelativo *eido*, sem ser impossível que um ou outro dos exemplos apontados seja o nome EIDINO”. Num outro artigo, trata de *Eidim*, colocando duas hipóteses etimológicas: tratar-se-á do genitivo de EIDINO — EIDO ou HEIDO, de uma raiz germânica EID- ‘juramento’, sufixado com -INUS —, nome que recolheu no *Onomástico medieval português*, onde também figura Santa Maria de *Eidiaes* (< *EIDILANIS, da mesma base germânica); ou “*Eido* pode interpretar-se também como sendo o apelativo ADĪTUS que se encontra mais de cem vezes na toponímia portuguesa de hoje”.⁶⁸² Ver *Aido(s)*, p. 344.

Eimede (Figueira da Foz).

J. da Silveira dá-nos conta da existência desta “antiga povoação, hoje simples sítio desabitado perto e ao Norte de Buarcos”; abona as formas antigas *Alimedi*, *Alamedí*, *Alemede* (século XI), *Haimedi*, *Aimedi*, *Eimide*, *Eymede* (século XII), e relaciona o topónimo com o latim HALIMUS (grego ALIMOS) ‘salgadeira, planta dos terrenos marítimos e arenosos’.⁶⁸³ No entanto, estas formas antigas não inviabilizam a hipótese de este nome se relacionar com *álamo*, à semelhança do que acontece com *Lemede* (referido a seguir, na p. 285). A ser assim, observar-se-ia em *Alemede* > *Aimedi* > *Eimede* um processo de “dissolução do *l* em *l̃*”⁶⁸⁴ idêntico ao que ocorreu com o vocábulo *caivera* ‘caveira’ (< latim CALVARIA), que Leite de Vasconcelos considera “provir do romance mozarábico-meridional”.⁶⁸⁵

⁶⁸¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Cabedel, s.v. Coudel.

⁶⁸² Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 37-38.

⁶⁸³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 216.

⁶⁸⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 31. Em vez de “dissolução” diríamos, naturalmente, “vocalização”.

⁶⁸⁵ IDEM, “Romance Mozarábico” cit., p. 354. Cf. p. 449, onde se estudam topónimos da

*Ponta do **Espichel*** (Óbidos), *Cabeço do **Pichel*** (Tabuaço).

Espichel deriva de **espiche* / *espicho* considerado originário do cruzamento do latim SPECULA 'atalaia' e SPECULU 'espelho', à semelhança dos topónimos espanhóis *Espeja*, *Espejo*, *Espiel*, *Espiells*, etc..⁶⁸⁶ Existem também, no distrito de Faro, uma *Ribeira* e um *Ribeiro de Espiche*.

Mais difícil é estabelecer com segurança a origem de *Pichel*. Excluir-se-á deste estudo se se tratar de um continuador do francês antigo *pechier* ou *pichier* 'vasilha para vinho; medida para líquidos', alteração de *bichier* (do latim *BECARIU, com origem no gergo *bikos* 'ânfora para vinho; vaso para beber'). Mas *Pichel*, apelido de uma família nobre, proveniente de alcunha, abona-se nas *Inquirições* de 1258, onde é feita referência a um *Egee Pichel*, que viveu na segunda metade do século XII.⁶⁸⁷ A hipótese de se tratar de um antropónimo não deve ser posta de lado.

*Espinhel*₃ (Águeda), *Quinta do **Espinhel*** (Sátão).

Derivado de *espinho*, do latim SPINU 'espinho; ameixieira brava', na toponímia refere-se, sem dúvida, a um lugar ou região onde se encontram espinheiros. Já nos dialectos moçárabes se usavam os termos *expina*, *espino* com a significação de 'espinha', 'espinho', e *expína álba*, *expíno álbo* 'espinheiro alvar'.⁶⁸⁸ Recorde-se que, em catalão, o apelativo *espinel* significa 'aparelho de pesca com vários anzóis', certamente por metonímia.⁶⁸⁹ Sem mencionar *Espinhel*, José Joaquim Nunes cita diversos continuadores do latim SPINU ou SPINA como, por exemplo, *Espinho(s)*, *Espinha(s)*, *Espinhal*, *Espinheira(s)*, *Espinhosa*, *Espinhaço*, etc..⁶⁹⁰ Pedro A. Ferreira, a propósito de pares toponímicos cognatos com diferentes terminações, cita *Espinhel* e

mesma família etimológica.

⁶⁸⁶ Francisco MARSÁ, "Toponímia de Reconquista", cit., p. 615.

⁶⁸⁷ J. P. MACHADO, *DEL P*, s.v. Pichel. *GEPB*, vol. 21, s.v. PICHEL.

⁶⁸⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. EXPINA y ESPINO, s.v. EXPÍNA ÁLBA y EXPÍNO ÁLBO.

⁶⁸⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ESPINA; e J. P. MACHADO, *DEL P*, s.v. Espino.

⁶⁹⁰ J. J. NUNES, "A vegetação na toponímia portuguesa", cit., p. 167.

Espinhal; e, num atento estudo dos continuadores do latim SPINU e SPINA (entre os quais o *espinheiro*, o (porco) *espinho*, a *espinha* (dorsal), e talvez os apelidos espanhóis *Espinelo*, *Spinosa* e *Spínola*), refere que em Portugal existem mais de mil povoações que “tomaram o nome dos espinhos e das plantas espinhosas”.⁶⁹¹

Espite, *Matas de Espite*, *Ribeiro de Espite* (Vila Nova de Ourém).

A freguesia de *Espite* pertenceu até 1855 ao concelho de Pombal. Trata-se de um nome cuja origem se apresenta de difícil dilucidação — talvez um cognato de *espeto*, possivelmente do gótico *SPITUS ‘assado’, ‘assador’, cuja abonação mais antiga, *spitus*, remonta ao século VIII. Originou continuadores com /e/ e com /i/ como vogais tónicas, conforme as línguas. Além do galego e do português *espeto*, existe *espedo* em aragonês, e *espetu* em asturiano. Também há *espita*, a que se atribui outra origem: deverbais do verbo *espitar* ‘espeter, cravar’.⁶⁹²

Fanates ou ***Fanatos*** (Figueira da Foz).

Localmente, usa-se também a variante *Fanatos* por *Fanates*. Estes nomes de lugar fazem parte de um vasto grupo com a mesma etimologia, em que se incluem, na região estudada, *Fanadia*, *São Gregório da Fanadia* (Caldas da Rainha), *Beco do Fanado* (Coimbra), *Faneco* (Cantanhede), *Fanicas*, *Fanico* (Penela), *Faniqueira*, *Casal da Faniqueira* (Batalha), de que Joaquim da Silveira regista a variante *Fanequeira*; fora da região estudada, encontram-se ainda, entre outros: *Vale Fanado*, *Barranco do Vale Fanado* (Beja), *Fanada* (Chamusca), *Fanica*, *Foro da Fanica*, *Monte da Fanica* (Montemor-o-Novo), *Quinta de Fanares* (Sintra), e *Fonte dos Alfanados* (Ponte de Lima), que têm origem no nome pessoal ou apelido *Fanado* (de um protótipo *FANNARE).⁶⁹³ José Pedro Machado considera o verbo *fanar* de origem ainda não

⁶⁹¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 262 e 506; e vol. III, p. 36, 65-72 e 99.

⁶⁹² J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ESPETO, s.v. ESPITA.

⁶⁹³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 211-212; IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 73.

esclarecida, mas coloca a possibilidade de se tratar do latim FANARE ‘consagrar’ que, por influência hebraica, teria evoluído semanticamente para ‘circuncidar,’ e daí para ‘castrar’ e ‘amputar’, sentido em que o verbo já era usado por Fernão Lopes (*Crónica de D. João I*): «... mandou tomar huÿs seis ou sete Portugueeses, homens de trabalho que tiinha presos, e mandouhos todos deçepar das mãos e fanar dos narizes».⁶⁹⁴

Corominas aduz o topónimo *Cerro Fano* numas "coplas" antigas, considerando que o adjectivo não é espanhol e relacionando-o com o galego *fanar* ‘cortar as orelhas ou os chifres a um animal’, verbo comum ao português antigo, onde significa também ‘circuncidar’ (de FANU ‘templo’); cita o asturiano *fana* ‘desprendimento de terras’ e o português *fanadura* ‘circuncisão, corte, amputação’, no século XVI.⁶⁹⁵ Confirmam a área semântica proposta: os provincianismos alentejanos *fanica* ‘pessoa muito fraca, magra, escanzelada’ e *fanaco* ‘pedaço (geralmente de pão)’, equivalente a *fanico* ‘fragmento, migalha’; a expressão verbal *andar ao fanico*, equivalente ao verbo *fanicar* ‘andar à espera de frete ou transporte casual, de lucros insignificantes; prostituir-se’; a variante minhota *fanichar* ‘quebrar, lascar, partir’; e ainda o adjectivo *fanado* ‘despontado’ (falando de árvores de fruto); ‘que tem falta de uma orelha’, no Minho.⁶⁹⁶

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa abona: *fanado* e *afanado* ‘cortado, mutilado; murcho, seco; extinto, morto’; *fanar* ‘amputar, mutilar; cortar nas extremidades, aparar; murchar’; *esfanicar* e a expressão *fazer em fanicos* ‘despedaçar, destruir, partir’; e *esfanicado* ‘partido,

⁶⁹⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Fanar.

⁶⁹⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. FANÁTICO. J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 243-244, vê em *Fão* “um representante da religião dos nossos maiores, pois corresponde perfeitamente, quanto à fonética, ao latim FANUM (santuário); (...) o onomástico italiano oferece a forma paralela *Fano*, que provém da antiga FANUM FORTUNAE.”.

⁶⁹⁶ *GEPB*, vol. 10, s.v. FANICA, s.v. FANACO, s.v. FANICO, s.v. FANICAR, s.v. FANICHAR, s.v. FANADO.

esmigalhado; pessoa delgada ou magra'.⁶⁹⁷ Acrescente-se que, na linguagem corrente (pelo menos do Centro e Sul), *fanado* e *afanado* usam-se também com a significação de 'desbotado; estragado ou gasto pelo uso'.

O *Beco do Fanado* é, como o nome indica, uma pequena e estreita artéria da cidade de Coimbra, que liga o Terreiro da Erva à Rua da Sofia, e cuja antiguidade é atestada em velhas relações de ruas.⁶⁹⁸

Pinhal de Farripes (Oliveira do Hospital).

Farripas, *falripas*, *farripos* e *farrepas* são sinónimos de 'cabelos ralos e curtos; grenha', de origem obscura. *Farripas* documenta-se como alcunha já em 1278.⁶⁹⁹

Farves (Vouzela).

Joseph Piel recolheu, no *Onomástico medieval português*, *Farueu* e *Farveu* (1228), nomes onde pensa poder estar a raiz FARV-, tal como provavelmente acontece em **Farv-itta* e *Fravius*. A propósito, este Autor lembra também o nome alamanco *Frahu-Sinta*, bem como *Fervilam* e *Fervila*, de FAÍRHVUS 'mundo'.⁷⁰⁰ A propósito das imprecisões ortográficas que inçam a toponímia portuguesa, Joaquim da Silveira alude a *Farves*, nome que por vezes aparece como *Tarves*, mas não se debruça sobre a sua etimologia.⁷⁰¹

Favarrel, *Favarrelinho* (São Pedro do Sul).

Certamente derivados do latim FABA. Um autor moçárabe anónimo faz referência a um legume chamado *faicyêla* ou *faicîla*, o que leva Corominas a colocar a

⁶⁹⁷ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Fanado, s.v. Fanar, s.v. Efanicado, s.v. Efanicar.

⁶⁹⁸ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. I, p. 349.

⁶⁹⁹ Cf. respectivas entradas na *GEPB*, vol. 10, p. 973. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Falripa, farripa.

⁷⁰⁰ Joseph M. PIEL, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 225.

⁷⁰¹ J. da SILVEIRA, "A nossa toponímia e o censo da população", cit., p. 3.

hipótese de a forma espanhola *habichuela* ser alteração do moçarabismo **favichela*.⁷⁰² Nada obsta a que se trate de um processo de derivação com a mesma base e um sufixo diferente. De facto, além de *Favarrel* e *Favarrelinho*, Pedro Ferreira abona diversos topónimos que considera continuadores daquele apelativo latino, entre os quais *Fava*, *Alfava*, *Faval*, *Favacal*, *Favaqueira*, *Favariça*, *Favaxa*, *Favela*, etc..⁷⁰³

***Febres*₂** (Cantanhede, Oliveira do Bairro).

Joseph Piel cita diversas formas antigas, *Feveros*, *Feuerus*, *Februs*, *Fibros* e *Fibrus*, a que correspondem as actuais, *Febro(s)*, *Febras*, topónimos e potamónimos dos distritos de Viana do Castelo, Braga e Porto — região rica em arcaísmos toponímicos —, que o Autor integra na “categoria histórica de antigos nomes comuns «fossilizados»”. Piel considera *Febres* (concelho de Cantanhede) “uma etimologia popular que alterou a forma primitiva *Febros*”, cuja origem é **Febro* (do latim FIBER, -BRI ‘castor’ ou da sua variante tardia FEBER, -BRI). Abona ainda *Alfebres*, forma arabizada de **febras*, nome de duas povoações do concelho de Alcácer do Sal. Estes topónimos portugueses e o asturiano *Febrero* são, segundo Joseph Piel, os únicos que nas línguas românicas, germânicas e eslavas continuam o latim FIBER, entretanto substituído pelo celta **BEBER*.⁷⁰⁴

Fermilhe (Oliveira de Azeméis).

Joseph Piel explica que este nome não tem nada que ver com *Fermil*, topónimo dos concelhos de Vila Nova de Famalicão, Vouzela, Celorico de Basto e Guimarães, continuador do nome próprio *Filimer* (< **FILI-MERS* = *Filimir*, bispo de Lamego), mas está por *Framilli*, diminutivo de *Framila* ou **Framilo*, que se liga à base **FRAMS*

⁷⁰² J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. HABA.

⁷⁰³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 295; vol. II, p. 28, 120, 417, 451 e 506; e vol. III, p. 36 e 434.

⁷⁰⁴ Joseph M. PIEL, “Febros: uma relíquia lexical zoonímica latina”, *Revista de Guimarães*, LXXVIII, 1968, p. 327-334. Em “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do

‘valente’ (em saxónio arcaico *fram* ‘valente’), de FRAMR ‘excelente’.⁷⁰⁵ Se for de facto continuador do genitivo *Framili*, não será moçarabismo. Será viável, tratando-se de um diminutivo, que este se tenha formado de *FRAM(S) com o sufixo -ELLU (**Framiellu*)?

Ferreirim₂ (Lamego, Sernancelhe), **Ferreirim de Baixo**, **Ferreirim de Cima** (Lamego), **Ribeiro de Ferreirim** (Sernancelhe).

Ferreira(s) e *Ferreiro(s)*, do latim FERRU, são nomes muito abundantes na toponímia do território português, nomeadamente nos distritos de Beja, Bragança, Coimbra, Faro, Funchal, Porto, Santarém, Viana do Castelo e Viseu. Com a mesma etimologia, ocorrem, além de *Ferreirim*, outras formas diminutivas: *Ferreirinho(s)* (Guarda, Guimarães e Vila Pouca de Aguiar), *Ferreirinha* (Cabeceiras de Basto e Gondomar) e *Ferreiró* (Porto e Vila do Conde).

A esta família etimológica parecem ligar-se também *Ferraria(s)* (distritos de Beja, Bragança, Faro, Lisboa, Ponta Delgada, Portalegre e Santarém), *Alferrarede*, *Alferrarede Velho* (concelho de Abrantes), *Alferrara* (concelho de Palmela), e *Alferreira Pequena* (concelho de Nisa).⁷⁰⁶

Estas últimas formas foram estudadas por alguns especialistas: Machado⁷⁰⁷ considera *Alferrarede* como um derivado de *Alferrara* para o qual propõe, com reservas, que se julgam fundamentadas, a hipótese etimológica árabe *al-karrará* ‘cascata’; Piel⁷⁰⁸ refere-se-lhes como sendo formas moçárabes: *Alferrara* < *ferreira*

solo”, cit., p. 162, o Autor abona ainda *Montebres*. Cf., adiante, p. 299.

⁷⁰⁵ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 226. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 257-258, também estuda os topónimos *Fermil* e *Formilo*, de um antigo nome pessoal germânico documentado como *Filimiro*, *Filemiro* e *Filmiro*, cujo sentido original parece ter sido ‘muito (*filu*) afamado (*mêris*)’.

⁷⁰⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 270-272 e 515.

⁷⁰⁷ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 194. IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 56.

⁷⁰⁸ Joseph M. PIEL, “Beiträge zur Kenntnis der toponymischen Mozarabismen Südportugals

'oficina de ferreiro' e *Alferrarede* < (*herba*) FERRARIA 'verbena', com o sufixo *-ede* < *-ETU*; e Galmés de Fuentes cita, entre outros, os topónimos *Alferrera*, *Alffarrayra*, *Ferro*, *Ferreira* e *Ferreirola*.⁷⁰⁹ Parece pois possível ver em *Alferrarede* uma variante de *Alferrareda* ou, como prefere Pedro A. Ferreira, de *Alferraredo*, que filia (a par de outros topónimos como, por exemplo, *Ferraria(s)*, *Ferreira(s)* e *Ferreiró*) no latim FERRU > FERRARIA 'ferraria ou mina de ferro'.⁷¹⁰

Ferrel₂, *Rio Ferrel* (Peniche).

Também derivado de *ferro*, do latim FERRU 'ferro; objecto de ferro'. Talvez se relacione com a cor do terreno. Pedro A. Ferreira constata a existência do topónimo *Ferrel*, que aproxima do cognato *Ferral*.⁷¹¹

Ferronhe (Viseu).

Joseph Piel abona *Ferronho* (na Maia) e *Ferronha* (em Penedono), topónimos que, à semelhança dos nomes gentílicos itálicos *Ferronius*, *Ferennius* e *Ferrenus*, relaciona com o latim FERRU. O Autor recolheu, no *Onomástico medieval português*, os nomes geográficos antigos *Ferronio* (961) e *castello Ferronium* (século XIII) que lhe "dão antes a impressão de se ligarem a um adjectivo tirado de *ferro* (indicando jazigos desse metal), do que a um nome de possessor".⁷¹²

Fonseca₂ (Albergaria-a-Velha, Resende), *Quinta das Fonsecas*, *Travessa das Fonsecas* (Coimbra).

O elemento água, independentemente da natureza que assume, marcou

(Alfragide, Alferrarede, Alpertuche u. a.)", cit., p. 438-440.

⁷⁰⁹ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 170, 171, 128, 137, 138, 78 e 226.

⁷¹⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 270-272 e 515.

⁷¹¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 262 e 506; vol. III, p. 36.

⁷¹² Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 67-68.

sempre presença na nossa toponímia, e disso são testemunho também as fontes. Já Simonet e Galmés de Fuentes aludem a *font cicha* ou *font xica* ‘fonte seca’, alótopos moçárabes remotos de *Fonseca*.⁷¹³ Pedro A. Ferreira também vislumbrou essa possibilidade etimológica, quando se refere a *Fonseca* (concelho de Resende) como proveniente de *fonte seca*.⁷¹⁴

Joseph Piel⁷¹⁵ indica a existência de dez topónimos *Fonte Seca* e cinco *Fonseca*, não localizando nenhum deles e remetendo para um trabalho de Leite de Vasconcelos que, num artigo inteiramente dedicado às *fontes* na toponímia portuguesa, explica: se “a água cessou de brotar ou diminuiu, lá temos *Fonte Seca*, *Fonseca*”. Num outro ensaio, além de referir as formas corográficas *Fonsecas*, *Fonseca* (esta última usada também como apelido, que admite a variante *Afonseca*, com aglutinação do artigo), especifica: “a etimologia de *Fonseca* é *Fonte Seca* (que também existe como nome de local), em virtude destes intermédios: *Font’ seca* (como se diz em pronúncia rápida) e *Fonsseca*, por assimilar do *t* ao *s* (mais propriamente, *absorção*) (...). Alguém poderia lembrar-se do latim *fons sicca*, que à primeira parece mais vizinho da forma portuguesa, posto que *fons* no latim clássico fosse do género masculino: mas nada se opõe à etimologia primeiro dada; além disso o nominativo *fons* parece não ter existido no latim popular, como se deduz do que diz o glotólogo Mussafia: «... in vero la forma classica latina [*fons*] non lasciò veruna traccia di sé nel romanzo. Prov. e fr. ant. *fons*, propriamente *fonz* (*fontz*) corresponde a *fontis*» (vide *Romania*, I, 493). Outra prova de que *Fonseca* provém de *fonte seca* está em *Fonsecas*, que, como nome de lugar, só pode ter vindo de *fontes secas*, e nunca de *Fonseca* (que não tinha significação comum, e por isso não podia ter plural) nem de

⁷¹³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. FONT. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 127.

⁷¹⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 310.

⁷¹⁵ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. VIII, 1945-1947, p. 326.

**fons sicca*”. Em nota de rodapé, o Autor acrescenta que, se há casos em que o apelido *Fonseca* apresenta o plural *Fonsecas*, não é crível que esse plural tenha estado na origem do topónimo *Fonsecas*, uma vez que ele aparece várias vezes no onomástico.⁷¹⁶ É o caso da *Quinta das Fonsecas* e da antiga *Travessa das Fonsecas* (hoje rebaptizada Rua Sanches da Gama, conforme consta da placa toponímica), que se situam nas imediações da *Arregaça*, zona da cidade de Coimbra conhecida pelas suas linhas de água e fontes, como é o caso da Fonte do Bispo, da Fonte do Castanheiro, da Fonte da Talha e da Fonte da Pipa, abundantemente mencionadas em documentação antiga.⁷¹⁷

Leite de Vasconcelos faz referência a uma fonte situada numa baixa da vila de Mesão Frio, junto do rio Teixeira — *Fon de Vila* (Fonte de Vila por Fonte da Vila) —, nome onde houve “a mesma síncope de *te* que em *Fonseca* por *Fonte Seca*”.⁷¹⁸ Como o próprio estudioso afirmou (e acabámos de referir), após a apócope de [e] final, houve assimilação do [t] ao [s] inicial, e não propriamente “síncope de *te*”, como parece pretender J. J. Nunes, pela forma como apresenta as formas “*Mon(te)santo*, *Mon(te)beja*, *Fon(te)seca*”.⁷¹⁹

⁷¹⁶ Cf., respectivamente, J. Leite de VASCONCELOS, *A ideia de “fonte” na toponímia portuguesa*, separata do *Archivio Glottologico Italiano*, vol. XXI, Torino, 1927, p. 114; e IDEM, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 51-52. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 20 e 310, refere que *Fonseca* é apelido nobre e antigo que tem o seu solar na aldeia de *Fonseca* (= *Fonte seca*), freguesia de S. Martinho de Mouros, concelho de Resende.

⁷¹⁷ Além de *Quinta das Fonsecas* e de *Travessa das Fonsecas*, não se conseguiu localizar nenhum outro topónimo onde figure o nome *Fonsecas*. Há deliberações camarárias do século XVI em que se proibia não só a lavagem de roupa nos ribeiros e fontes da *Arregaça*, “porquanto é prejuízo para a saúde do povo e limpeza dele”, mas também que os homens acompanhassem as moças à fonte ou a lavar roupa, “para se evitarem imoralidades”. Ver J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. I, p. 155, 371-375.

⁷¹⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 313.

⁷¹⁹ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 389.

Freixede (Coimbra).

Trata-se de um local, hoje desabitado, a Noroeste de Coimbra, de que existem os registos antigos *Fraxineti* e *Freixeneti* (séculos X e XI). De acordo com vários autores,⁷²⁰ este nome assenta no latim FRAXINU ‘freixo’, bastante representado na toponímia: *Freixede*, *Freixiosa*, *Freixeiro*, *Freixieiro*, *Freixianda* e *Freixiana* (cf. p. 419) são nomes que designam locais abundantes em freixos. Entre nós existem muitos topónimos derivados de nomes de árvores — *Asseiceira* (ver p. 554), *Sabugueiro* (< SAMBUCU), *Loureiro* (ver p. 289), *Vimeiro* (< *VIMINARIU, de VIMINE), *Bidoeiro* (< BETULU), *Azinhairo* (< ILICINU), *Cercal* (< QUERCU), etc..

Gaiate₂ (Miranda do Corvo, Santa Maria da Feira).

Pedro de Azevedo verifica que a terminação -ATU, qualquer que seja a sua origem, resulta em -ado / -ade, e usa *Gaiate* (< GAGIATU) como exemplo.⁷²¹ Aceitando-se esta etimologia, teríamos, além da vogal final, a conservação da consoante surda intervocálica, que também ocorre nos dialectos moçárabes.

Gasel (Miranda do Corvo), *Ribeira de Gasel* (Coimbra / Miranda do Corvo).

Relativamente a este topónimo, que requer estudo mais aprofundado, aventam-se algumas hipóteses etimológicas: tratar-se-á de um diminutivo de CASA ‘cabana, choça’? de um derivado regressivo do latim vulgar *INCASTRARE ‘inserir, articular’, que estaria na base da forma moçárabe **engaçarar*?, ou de um continuador, com outro sufixo, do frâncico *WASO, -UNS do qual derivou o francês *gazon* e o

⁷²⁰ Sobre esta família etimológica, ver: F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 142; Joseph M. PIEL, “Beiträge zur Kenntnis der toponymischen Mozarabismen Südportugals (Alfragide, Alferrarede, Alpertuche u. a.)”, cit., p. 439; IDEM, “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, cit., p. 36; J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 216; C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 186; J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 150; Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 469; J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Freixo.

castelhano *gasón* ‘relva’?⁷²² Poderá, ainda, tratar-se de um antropónimo.

Germel (Penela).

Germel, *Germelo*, *Gerumelo* ou *Juromelo* são os nomes dados à elevação “gémea” do Monte do Castelo ou *Germanelo*, que se ergue à sua frente e sobre o qual existe a ruína do antigo castelo com o mesmo nome. De GERMANELLU (ver *Germanelo*, p. 361).

Gevim (Lousã).

Joseph Piel cita diversos topónimos — entre eles *Gevim*, *Quinta de Gebim* (Lousã), *Gebelim* (Alfândega da Fé) e *Casal da Geba* (Guimarães) —, que entende derivados da raiz germânica GIB- (do verbo GIBAN ‘dar’), de onde se terão formado também os antigos nomes pessoais *Geba* e *Gibo*.⁷²³

Gilde, *Ribeira de Gilde* (Castelo de Paiva).

Pedro de Azevedo refere que “os nomes em *-gildus* conservam-se em *ide*, *ido*, *gido*, *gil*, *gilde*, *il*”.⁷²⁴ J. J. Nunes recolheu *Gildo*, num diploma do século X, entendendo ser um hipocorístico de *Gildardo* — nome germânico que significa ‘o senhor, o presidente (*-ardo* por *-art*) do sacrifício (*gild-*)’ —, que vive ainda no topónimo *Gilde*.⁷²⁵ De facto, após aventar a hipótese de se tratar de um continuador do genitivo *GEN-ILDUS, Joseph Piel abandona-a por ter encontrado, no *Onomástico medieval português*, a forma *Gildo* que remonta a 960, o que o faz admitir estar perante GILDUS, da raiz GILD- ‘imposto’, que nada tem que ver com *Gil* de origem francesa

⁷²¹ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de pessoas e nomes de lugares”, cit., p. 51.

⁷²² J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GASÓN.

⁷²³ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 377 e 382.

⁷²⁴ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de pessoas e nomes de lugares”, cit., p. 50 (excerto adaptado).

⁷²⁵ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 153.

(AEGIDIUS, EGÍDIO).⁷²⁶ No concelho de Castelo de Paiva existe também o topónimo *Gildinho*.

Gogim, Goujoim, Ribeira de Goujoim (Armamar).

Segundo Pedro A. Ferreira, os dois topónimos terão a mesma etimologia: “*Goujoim* vem de *Gosuinus*, *i*, antigo nome pessoal que no diapasão galego se pronunciava *Goxoínus*, *i*, unde *Goxoim*, *Gojoim*, *Goujoim* e por contracção *Gogim*, povoação próxima”.⁷²⁷

Goje₂ (Cinfães, Penalva do Castelo).

Em Trás-os-Montes, dá-se o nome de *gojo* a qualquer animal, como o coelho, a pomba, a galinha, o galo, etc., e *goja* significa ‘cobra’.⁷²⁸ No entanto, Pedro A. Ferreira relaciona entre si os nomes de diversas povoações — *Coja*, *Coixo(a)*, *Gojo(a)*, *Goijo(a)*, *Goije*, *Goixo(a)*, *Goixe*, entre outras, — considerando que puderam “tomar o nome de *tojo*, pois *co*, *go*, e *to* não raras vezes se confundiram na onomástica portuguesa”.⁷²⁹ Joaquim da Silveira refere *Goje*, a variante *Goije* e a forma antiga *Goegi* (1258), que entende representar o genitivo do nome feminino “*Goegiae* = *Godegiae* (sc. *villa*), «quinta de *Godégia*»”.⁷³⁰ Joseph Piel abona *Gojo* (em Cinfães) e *Goje* (também topónimo do concelho de Ponte da Barca) que relaciona com o latim GAUDIUM, presente na documentação antiga portuguesa sob as formas *Gaudio* (1020) e *Gaudizi* (1086).⁷³¹ Para *Goja*, Joseph Piel coloca a hipótese etimológica *GOGILA,

⁷²⁶ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 382-383.

⁷²⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 398; vol. II, p. 530.

⁷²⁸ *GEPB*, vol. 12, s.v. GOJO, s.v. GOJA.

⁷²⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 300-301. J. P. Machado, remetendo para o *DCELC* de Corominas, explica que *tojo* supõe a base pré-romana *TOJU, sendo uma “palavra especial do noroeste da Península Hispânica”, comum ao português, ao castelhano e ao gascão. Ver J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Tojo; e J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. TOJO.

⁷³⁰ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, p. 284.

⁷³¹ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia*

cuja forma intermédia seria *GÓGEA, estranhando o facto de nenhuma delas se documentar em fontes medievais.⁷³²

Gondelim, Foz de **Gondelim**, Ribeiro de **Gondelim** (Penacova).

A propósito de nomes de herdades e casais do Sul do país — *Água de André*, *Água Gil*, *Água do Conde*, *Água da Rainha* e *Água de Elvira* (este documentado no século XVIII como *Guadelvira*) —, Joaquim da Silveira cita *Guadelim*⁷³³ (*Godelim*, na pronúncia popular), nome de uma ribeira fronteiriça, que o Autor considera tomado do espanhol, uma vez que “Não há nomes de rios portugueses começados por *Guad-*; só os há em espanhol, que assim reproduz o vocábulo arábico *uádi*, «rio».”⁷³⁴ De facto, como já foi referido em 16.3.4 Od- 'água, curso de água' + base românica (p. 213), a este elemento árabe correspondem o espanhol *guad-* e o português *od-* 'água, curso de água', que entram na composição de vários topónimos e hidrónimos.

Pedro A. Ferreira inclui *Godelim* e *Gondelim* entre os diversos nomes de lugar filiados no antropónimo *Gothinus* 'Godinho',⁷³⁵ enquanto Pedro de Azevedo associa *Gondelim* ao nome próprio *Gondelinus*,⁷³⁶ e J. J. Nunes o considera diminutivo de um antigo nome *Guntello* ou *Gondello*, semanticamente próximo de *Gondino* — “nome de procedência germânica, que se pode traduzir por *guerreiro*”, hipocorístico de *Gondo* ou *Gonto*, representado na toponímia por *Gondim*, *Gontim*, *Gontinho* e *Gontinha*.⁷³⁷

asturo-galego-portuguesa, cit., p. 75-76. Segundo o Autor, *Góis* (distrito de Coimbra) assenta no patronímico *Gaudizi*.

⁷³² Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 394.

⁷³³ Ribeira do Alentejo, que nasce em Espanha e tem cerca de quinze quilómetros de curso em Portugal, passando pelo concelho de Mourão e indo desaguar na margem esquerda da ribeira de Alcarrache. Cf. *GEPB*, vol. 12, s.v. *GUADELIM*.

⁷³⁴ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 267.

⁷³⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 531.

⁷³⁶ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de pessoas e nomes de lugares”, cit., p. 51.

⁷³⁷ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 158.

A *Herdade de Godelim* (Montemor-o-Novo) é um dos topónimos étnicos que Joseph Piel considera continuador de *Godinus*.⁷³⁸ No entanto, *Gondelim* não será moçarabismo se, como entende este Autor, representar o genitivo *Gondelini*, *Gondeline* (de *Gondelino*), formas documentadas no *Onomástico medieval português* em 985 e 967.⁷³⁹

Gourim, Minas de ***Gourim*** (São Pedro do Sul).

J. Piel pensa que GOR- e GOUR- devem representar a mesma raiz, também na origem de *Gormão*, e a propósito do qual refere: “A primeira parte do nome, GOR-, está também em GOR-MIRI (946) de que trata Meyer-Lübke. Os topónimos *Gourim* e *Gourivanes* [concelho de Mirandela] vêm confirmar a hipótese por ele apresentada, embora não fundamentada, de que se trata da raiz GAUR-, de GAURJAN ‘magoar’, GAURS ‘triste’, GAURI e GAURIDA ‘tristeza’, e não uma variante do nome GOSMIRUS.”⁷⁴⁰

Gualdim (Tábua).

Pedro A. Ferreira explica que *Gualdim* é variante de *Gualdino*, que também existe como topónimo, “diminutivo de *Gualdus*, forma latina de *Wild* ou *Wald*, nome germânico e apelido português, que, na passagem para o latim, deu *Waldus*, r.”⁷⁴¹

Guediche (Lamego).

Guediche é hoje um sítio ermo, completamente deserto, pertencente à freguesia de Penajoia, nas abas do *Monte* ou *Serra do Poio* (moçarabismo estudado

⁷³⁸ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 390.

⁷³⁹ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 30.

⁷⁴⁰ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 35-36 (adaptado).

⁷⁴¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 16 e 530. O Autor refere-se ainda às formas *Galdim* e *Galdins*.

na p. 391), mas a tradição local refere que, em tempos remotos, existiu aí uma cidade com esse mesmo nome. Trata-se certamente de uma forma diminutiva, a acreditar na informação veiculada por Pedro A. Ferreira⁷⁴² que refere o carácter arcaico do nome que “vem de *Gadiche* por *Gadicho* — e este por *Gadinho*. Era, portanto, *Guediche* a cidade ou povoação *do gadinho*, por estar nas abas da grande serra — no sítio mais próprio para os currais e cabanas ou casas dos pastores e donos do gado!...”. E o Autor continua, referindo que, no português antigo, eram frequentes a “confusão” entre “as desinências *inho* e *icho*” e a ocorrência “trivial” da “desinência e por *o*”. Cita diversos topónimos que tomaram os seus nomes de *gado* como, por exemplo, *Gados*, *Gadinho*, *Gadelha(o)*, *Guedelha(s)* e *Guedelhinhas*, etc..

Guetim (Espinho).

Segundo Pedro A. Ferreira, “os gatos bravos ou teixugos deram o nome a diferentes povoações nossas, — ao todo mais de trinta”, entre as quais menciona *Catem*, “talvez forma de *Gatem* por *Gatim* — (gatinho) (...); como *Guetim* por *Gatim*.”⁷⁴³

Vale de Janes (Condeixa-a-Nova), *Vale Janes* (Soure), *Janarde*₂ (Arouca, São Pedro do Sul).

Pertencentes à família etimológica de IOANE (estudada na p. 423), *Janes*, *Jano*, *Janus*,⁷⁴⁴ *Janardo* e *Janarde* são nomes presentes na nossa toponímia e antroponímia.

Laborins (Penacova).

Joseph Piel julga que na base de *Lebrinho* (Gondomar), *Laborim* (Porto e Viana

⁷⁴² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 239-240. Ver também vol. II, p. 443, e vol. III, p. 42.

⁷⁴³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 280 e 532.

⁷⁴⁴ *Sic*, no *Reportório Toponímico de Portugal*, cit..

do Castelo) e *Laborins* possa estar o antropónimo latino *Leporinus* (< LEPU ‘lebre’).⁷⁴⁵ Mas talvez este topónimo se explique pelo provincianismo *laborinho* ‘pastagem (constituída por plantas do género *festuca*)’, também do latim LEPORINU (por ser um pasto de que a lebre gosta).⁷⁴⁶

Lalim (Lamego).

Esta povoação foi doada a Egas Moniz por Afonso Henriques, tendo-se tornado bastante importante, chegando mesmo a sede do concelho de Lalim-Ribelas, extinto em 1834, incluído no de Tarouca e, posteriormente, no de Lamego.⁷⁴⁷ Para José Leite de Vasconcelos, o genitivo *Lalini* estará na base de *Lalim*,⁷⁴⁸ que talvez tenha sido na sua origem propriedade de um indivíduo de nome *Lallinus*, hipocorístico de *Lallus*, documentado, em 1032, como *Lalo* — formas que Joseph Piel relaciona com *Lalim* e com *Larim* (Vila Verde) — *villa Lalini* (959). Noutra alínea, este Autor aduz *Larim* (Amarante) e *Larinho* (Torre de Moncorvo), que liga dubitativamente a *Larinius* (gentílico etrusco-romano a que correspondem os antropónimos medievais *Larinio* (879) e *Larinu* (1065)), não excluindo a possibilidade de derivarem de *Lallinus*.⁷⁴⁹

Lazarim (Lamego).

Segundo José Leite de Vasconcelos, na origem deste topónimo está o genitivo *Lazarini*.⁷⁵⁰ Pensando na mesma fonte onomástica, Pedro Ferreira tinha escrito: “de *Lazarinus*, *i*, diminutivo de *Lazarus*, *i*, Lázaro, nome d’ um santo, etc.”.⁷⁵¹ Num documento de 1343 *Lazarim* figura como nome de uma igreja (e não de uma

⁷⁴⁵ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 93.

⁷⁴⁶ *GEPB*, vol. 14, s.v. LABORINHO.

⁷⁴⁷ *GEPB*, vol. 14, s.v. LALIM.

⁷⁴⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 320.

⁷⁴⁹ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 88-89.

⁷⁵⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 320.

propriedade, visto que se refere um “padroado da igreja de Lazarim que he no bispado de Lamego”),⁷⁵² o que parece mais consentâneo com a natureza diminutiva do nome.

Lemedede (Cantanhede).

Joaquim da Silveira coloca a hipótese de *Lemedede* estar por *Alemede*, que “se formaria sobre *álemo*, *álimo*, *álamo* (pop. *almo*)” e, segundo ele, “de étimo ainda duvidoso”.⁷⁵³ Pedro A. Ferreira, sem se referir à etimologia, inclui este topónimo (que grafa com <i>-i</i>) entre os topónimos do distrito de Coimbra — *Arazede*, *Cantanhede*, *Limedede*, *Murte* e *Tavarede* — que apresentam “a desinência *êde* por *êdo*”, considerando portanto que *Limedede* está por *Limedede*.⁷⁵⁴

Parece, no entanto, mais plausível derivar *Lemedede* de *lama*, forma muito produtiva na nossa toponímia, com cerca de 600 representantes — dois deles *Lamedede* (no concelho de Vieira do Minho), que Piel abona sem localizar, considerando-os derivados de *lama*. A etimologia deste vocábulo não reúne o consenso dos linguistas: R. Menéndez Pidal (citado por Piel) considera-o pré-romano, mais precisamente ilírio, trazido talvez por um povo de nome Ambrones; Piel admite que o termo era raro em latim e unicamente abonado em Énio e Horácio — poetas oriundos da Ilíria, no Sul da península itálica —, mas acrescenta que não seria caso inédito a conservação, no Noroeste da Península, de um elemento lexical não (ou quase não) atestado nas fontes, como, por exemplo, a palavra *TULLA (talvez do etrusco TULLIUS ‘veia ou jorro de água’), supondo, portanto que a forma *lama* pudesse ter sido trazida por

⁷⁵¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 487.

⁷⁵² Cf. *Livro das Lezírias d’ El-Rei Dom Dinis*, Lisboa, 2003, p. 90.

⁷⁵³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 216. De acordo com J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, *cit.*, p. 137, “a espécie de choupo, conhecida pelo nome de *álamo*, chamava-se em latim *alnus*; desta forma ou antes de *almus*, resultante do seu cruzamento com *ulmus*, resultaria primeiramente *almo*, (...) e depois por suarabacti, o actual *álamo*”.

colonos rurais romanos, generalizando-se numa região em que os *lameiros* tão grande papel desempenham na criação do gado;⁷⁵⁵ Vincenzo Cocco também considera *lama* ‘terreno plano e pantanoso’ um dos relictos do substrato pirenaico-alpino, constituído por palavras de civilização que dizem respeito a conceitos físico-geográficos, geralmente acidentes de terreno;⁷⁵⁶ José Pedro Machado dá para *lama* a etimologia latina LAMA ‘charco’, pântano, lodaçal, atoleiro’, de provável origem ligúrica, “vocábulo raro, mas que, a crer na toponímia, teve largo uso na linguagem vulgar”;⁷⁵⁷ Corominas⁷⁵⁸ faz igualmente referência ao carácter não indo-europeu do vocábulo e à sua grande representação no castelhano, galego e português, e na toponímia — sobretudo no eixo Biscaia-Lisboa — apesar de ter sido usado mais a Sul, como o documentam autores de Soria e Sevilha citados no *Glosario* de Simonet, onde se abona *lamách* ‘lamaçal’, os secundários *lammách* ‘enlamear’ e *mulámach* ‘lamacento’ e se aventa uma afinidade entre LAMA e LIMUS.⁷⁵⁹

⁷⁵⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 297; vol. II, p. 232, 270 e 515.

⁷⁵⁵ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 311-313. Cf. IDEM, “Miscelânea de toponímia peninsular”, cit., p. 201.

⁷⁵⁶ Vincenzo COCCO, Recensão a Vittorio BERTOLDI, “Sulle orme di Jakob Jud. Contributi alla storia del lessico indigeno dell' Europa mediterranea”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 240-243 (ver p. 240-241). São exemplos dos relictos mencionados *tala* ‘terra’, *balsa* ‘pântano’, *marra* ‘precipício’, *balma* ‘abrigo debaixo da rocha’, *nava* ‘bacia entre montanhas’, etc. —, que “se deixam facilmente identificar pela sua estrutura e pela área de difusão como elementos fósseis de falares mediterrâneos não-indo-europeus”. Em termos de estrutura, Cocco refere que uma das características dos relictos deste substrato é a grande frequência da vogal *a*. Ver um texto posterior: Vincenzo COCCO, Recensão a Giandomenico SERRA, “Del mito e delle origine della voce “balma””, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VII, Coimbra, 1956, p. 446-447, onde o Autor atribui a *balma* ‘gruta eremítica’ (vocábulo que “tem sido considerado ora céltico, ora lígure ou, mais genericamente, pré-romano”) a origem latina VALVA. Cf. também *Pala*, p. 460.

⁷⁵⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Lama.

⁷⁵⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. LAMA.

⁷⁵⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. LAMÁCH, s.v. LAMMÁCH.

Lobel (Santa Maria da Feira), **Lobelhe do Mato** (Mangualde).

Cunha Serra⁷⁶⁰ cita as formas antigas *Lobello* (1104), *chausas de Lubelo* (1258) e *Lobel* (1514), fazendo remontar a sua etimologia ao nome pessoal latino *Lupillus* (< LUPU), que foi sendo sucessivamente representado por *Lopellus* (887), *Lobello* (1065), *Lubelo* (1220 e 1258). No concelho de Santa Maria da Feira, existe outro nome de lugar etimologicamente correlato: *Lobão*. O Autor compara a evolução de *Lobello* a *Lobel* com a que se verificou em ANNELLU > anel. Acerca de *Lobel*, Joseph Piel recorda o antropónimo masculino *Lubenei*, cuja primeira parte entende ser formada com *LEUBA, sem que lhe seja possível explicar o segundo componente.⁷⁶¹ Além dos femininos *lópa* e *lóbba*, Simonet cita diversas variantes moçárabes de *lop* ‘lobo’ (< latim LUPU), como *lobb*, *lóbbo*, *lúpo*, *lóbo*, *lôpo*, *lubb*, *lup*, *lúpi* e *lúpo* e abona os diminutivos *lopél*, *lobbél*, *lubél* e *lupél* — muitas das quais representadas na antroponímia e na toponímia, como é o caso de *Güid al-Lubb* ‘o rio do lobo’ (hoje *Guadalupe*, em Espanha) e, em Portugal, *Água de Lupe* (Évora, Santarém). Refere ainda os aumentativos *lupón*, *lopách* e *lobbách*, também usados como apelidos, e os patronímicos *Lópes* e *Lopiç*.⁷⁶²

À mesma família etimológica pertence *Lobelhe do Mato*, no concelho de Mangualde. Pedro A. Ferreira refere-se a *Lobelhe* e a *Lobelha* como “diminutivo dos lobos”.⁷⁶³ Além deste topónimo, existem também *Monte da Lobelha*, *Monte de Lobelhe* (Odemira) e *Santa Maria de Lobelhe* (Vila Nova de Cerveira), onde Joseph Piel vê o genitivo de um nome formado de *LEUBA com o sufixo -ELLU a substituir -ILO, -ILA. No *Onomástico medieval português*, recolheu *Leopelle* (952), *Leobele* (998), *Lobello*

⁷⁶⁰ P. Cunha SERRA, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, p. 54-58.

⁷⁶¹ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 317.

⁷⁶² SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. LOP, s.v. LUBB, s.v. LUPÓN, s.v. LOPACH, s.v. LOPÉL, s.v. LÓPES, s.v. LÒPO.

⁷⁶³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 519.

(1065), o seu patronímico *Lobellizi* (1068) e *Lobela* (1258).⁷⁶⁴ Leite de Vasconcelos, debruçando-se sobre os nomes geográficos provenientes da fauna, especialmente sobre os derivados de *lobo*, explica *Lobelhe* pelo genitivo *LUPICULI,⁷⁶⁵ o que não se afigura viável, uma vez que, segundo J. Piel, “o sufixo -ĪCULUS não entra na formação de antropónimos latinos”.⁷⁶⁶ Cunha Serra também dedica alguns parágrafos à análise de *Lobelhe* e de *Lobelhe do Mato*, de que cita as formas antigas *Lobeli de Mato* (1161), *Lobeli*, *Lobely*, *Lobili* (1258), *lobelhe de pero alvarez* (1527), *lobelhe* (1689) e *Lobelhe do Mato* (1708), relacionadas com o nome próprio latino *Lupillus* (< LUPU), mais especificamente com o genitivo *Lupillii*.⁷⁶⁷ Se a fonte etimológica for um genitivo, não se trata de um moçarabismo. O mesmo já não se verifica se, como pensa J. Piel, *-elhe* continuar *-ELLU*.

Lomarim (Vale de Cambra).

A propósito de *Lomão* (concelho de Vouzela) e de *Lomar* (concelhos de Braga e de Penafiel), Joseph Piel refere que o elemento inicial *Lo-* se pode explicar “por várias raízes góticas”, entre as quais *LIUD-, *LEUD-, presente no verbo LIUDAN ‘crescer’, de onde o visigótico LEODES ‘gente’ (com que confronta o antigo alemão LIUT ‘homem’, ‘povo’, o moderno *Leute*, bem como outras formas antigas aparentadas com o latim LIBER, e que também significam ‘povo’: a inglesa *Léod*, a francónia LIÖD e a saxónia LIUD). O Autor recolheu no *Onomástico medieval português* diversos nomes masculinos formados a partir da referida raiz: *Leode-mundo*, *Leode-sindo*, *Leode-Gundie*, *Leode-gildo*, *Lode-rigo*, *Leode-Maró*, etc.. No que respeita ao segundo

⁷⁶⁴ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 317.

⁷⁶⁵ J. Leite de VASCONCELOS, “Fauna toponímica portuguesa”, cit., p. 195-196.

⁷⁶⁶ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 128.

⁷⁶⁷ P. Cunha SERRA, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, p. 57-58.

elemento, Joseph Piel aproxima *Lomar* de *Armamar*, apresentando as opiniões de Meyer-Lübke — que vê em -MAR o gótico *MARHA ‘cavalo’ —, e de Sachs, que o identifica com a forma germânica ocidental do gótico *MÊREIS ‘célebre’. J. Piel coloca ainda a hipótese de -MAR se relacionar com o gótico MARCA ‘limite’, mas adia a discussão desta tese.⁷⁶⁸ Joaquim da Silveira cita as formas antigas *Lodomar* (1110 e 1112) e *Loomar* (1220), que considera evoluções de *villa Leodemari* ‘quinta de Leodemaro’.⁷⁶⁹

No caso de haver um segundo elemento, pode tratar-se de *Marim*, alótrope de *Marinho* — continuador de “*Marinus*, um dos muitos adjectivos que os romanos passaram à classe dos nomes próprios” e frequentemente se aglutinam com outros elementos lexicais, “como em *Samarinho* e *Samarim*.”⁷⁷⁰ Refira-se que, no distrito de Faro, existem os topónimos *Marim* e *Castro Marim*, com a variante moçárabe da forma galego-portuguesa *marinho*.⁷⁷¹

Loure*, São João de *Loure (Albergaria-a-Velha).

Numa longa e fundamentada exposição sobre os “nomes derivados de LAURUS”, que são entre nós mais de trezentos, Pedro A. Ferreira refere a preferência dos Romanos por esta árvore e abona, sem localizar, diversos topónimos relacionados com ela, nomeadamente *Louro(s)*, *Loure(s)*, *Loured(a, o)*, *Lourel*, *Louril*, *Loural*, *Lourim*, *Louriçal*, *Louridal*, *Lordelo*, etc., alguns dos quais se abonam na toponímia

⁷⁶⁸ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 318-319. IDEM, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. II, p. 136-137.

⁷⁶⁹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 126.

⁷⁷⁰ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1269-1270 (excerto adaptado). J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 809, não vislumbrando o carácter moçárabe do nome, contraria a opinião de J. J. Nunes: “Suponho que *Marim* não é proclítico de *Marinho*, isto é, de *Marino*, mas genitivo.”

⁷⁷¹ Cf. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Marinho*; e Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores”*

desde o século IX. Acrescenta ainda que *Loure* e *Lourede* são o mesmo que *Louro* e *Louredo* “porque as desinências -e e -o [finais] trivialmente se confundiram na onomástica portuguesa”.⁷⁷² O latim LAURU ‘loureiro; coroa de louros; vitória, triunfo’, era nome feminino, cuja terminação *-aurus* concorreu para que se tornasse masculino.⁷⁷³ Simonet abona diversos apelativos moçárabes pertencentes a esta família etimológica — *láura*, *láuro*, *laról* e *lóra* ‘loureiro, louro’, *laurária*, *laurét*, *lauránca* e *lauránica* ‘sítio povoado de loureiros’ —, alguns dos quais se documentam na toponímia, como é o caso de *Loranca*, *Lora* e *Lauret*.⁷⁷⁴ Galmés de Fuentes também cita *Lauret*, topónimo moçárabe espanhol continuador do latim LAURU.⁷⁷⁵

Magarim (Resende).

Apesar de não se ter conseguido dilucidar convenientemente este nome de lugar, reuniram-se algumas pistas que podem vir a contribuir para o seu esclarecimento.

Joseph Piel refere a presença, na Península Ibérica, de nomes visigóticos formados da raiz MAG-, do gótico MAGUS ‘rapaz, filho’, entre os quais os topónimos portugueses *Maga* (Valença), *Quinta da Maga* (Castro Daire), *Magães* (Marco de Canaveses) e o espanhol *Magán* (Pontevedra). O apelido patronímico *Magas* (1115) revela que, além de nome de lugar, *Maga* era usado como antropónimo.⁷⁷⁶ Pedro

latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa, cit., p. 101.

⁷⁷² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol III, p. 498-508. Ver igualmente vol. I, p. 264 e 355. Também J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 153, se ocupa desta família etimológica, citando muitos representantes do latim LAURU.

⁷⁷³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Louro¹.

⁷⁷⁴ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. LÁURA, s.v. LÁURANCA, s.v. LAURÁRIA, s.v. LAURÉT, s.v. LÁURO.

⁷⁷⁵ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 141, 146.

⁷⁷⁶ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. V, 1937-1938, p. 35-36.

Ferreira abona *Garim*,⁷⁷⁷ sem acrescentar qualquer outra informação sobre o topónimo. Uma breve pesquisa sobre *Garim* revelou é usado como apelido e que o nome também existiu na toponímia: na freguesia de Marvila (Lisboa) — zona onde subsistiram fortes comunidades mouras e moçárabes —, havia um lugar denominado *Garim Sancho*, abonado desde 1220.⁷⁷⁸ Será, então, possível que *Magarim* seja o resultado da aglutinação do elemento *Maga* com o nome ou apelido *Garim*?

Mangues*, Serra de *Mangues (Alcobaça).

Carolina Michaëlis de Vasconcelos aproxima *frango* (< FRANCO) de *manga* (< *man'ca*) e J. J. Nunes usa *manga* < MANĪCA como exemplo da queda da vogal pós-tónica nos proparoxítonos.⁷⁷⁹ *Manga* é vocábulo de uso geral em todas as épocas e tipo comum a todas as línguas românicas; partiu, como já foi referido, do latim MANĪCA 'manga (de túnica)', de MANU 'mão'. Usa-se, no castelhano, com vários significados: além de 'destacamento de soldados ou grupos de caçadores', 'presente' e 'negócio sujo', note-se a acepção locativa de 'espaço compreendido entre as estacas que convergem para a entrada de um curral'. *Mangas* é nome do concelho de Oliveira de Azeméis e *La Manga* regista-se na toponímia espanhola.⁷⁸⁰

Marcelim (Cinfães).

Joseph Piel filia este topónimo em *Marcellinus*, derivação em -INUS de *Marcell(i)us* — antropónimo por sua vez derivado de *Marcus*, de que existem bastantes continuadores toponímicos em Espanha: *Marcel*, *Marcelle*, *Villamarcel*, *Villamarciel*, *Marcellana* e *Marcelín*.⁷⁸¹

⁷⁷⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 531.

⁷⁷⁸ <http://www.esec-d-dinis-lsb.rcts.pt/marv.htm>.

⁷⁷⁹ C. Michaëlis de VASCONCELOS, "Fragmentos etimológicos", cit., p. 168. J. J. NUNES, "Fonética histórica portuguesa", cit., p. 255.

⁷⁸⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MANGA.

⁷⁸¹ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 100.

Ribeira **Marnel** (Sever do Vouga), Rio **Marnel** (Águeda).

Este vocábulo não aparece abonado no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, mas a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*⁷⁸² informa que significa 'paul, terreno alagadiço, charco', explicando que está por *marinel* < *marino*.

José P. Machado⁷⁸³ vai ao encontro desta origem, relacionando *marnel* (que considera de origem obscura) com o radical de *mar*, e fazendo remontar a documentação da forma a 957, já como nome de lugar. A localização dos dois topónimos condiz com a importância dos cursos de água e braços de mar na região.

Piel⁷⁸⁴ relaciona *marnel* com *marnota* 'terreno que pode ser alagado pela água do mar ou de um rio; parte da salina em que se junta a água para o fabrico do sal' e atesta os topónimos portugueses *Marnota* (Barcelos, Paredes de Coura) e *Marnotas* (Loures e Pombal) e os espanhóis *Marne*, *Marnes*, *Marnela*, *Marnotos* e *Marnotes*. Transcreve a etimologia do *Dicionário* de Cândido de Figueiredo («por *marinel*, de *marino*»), mas acha que ela carece de rectificação e que “deve tratar-se do mesmo elemento que o fr. *marne*, ant. *marle*, de origem celta.”. Também de *mar*, existe o apelativo *marnoto* 'homem que se ocupa das salinas', também usado como apelido.⁷⁸⁵ Corominas⁷⁸⁶ também se refere ao vocábulo francês *marne* e opina que procede de MARGĬLA, um derivado do latim MARGA, de raiz celta. Pedro Ferreira, sem abordar a etimologia, cita os topónimos *Marnel* e *Marnal*.⁷⁸⁷

⁷⁸² Cf. vol. 16, s.v. Marnel, onde ficamos também a saber que *Marnel* era uma “cidade” fronteira a Serém, sobre o Vouga, passagem importante da antiga via militar *Aeminium-Calem*.

⁷⁸³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Marnel.

⁷⁸⁴ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 322.

⁷⁸⁵ Maria de Fátima R. F. MATIAS, “Breve contributo para o estudo da influência marítima nos nomes de famílias portuguesas (Aveiro e Ílhavo)”, *Biblos*, vol. LVIII, Coimbra, 1982, p. 13-29. Ver, sobretudo, p. 22. *Casal dos Marnotos* é nome do concelho de Pombal.

⁷⁸⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MARGA I.

⁷⁸⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 506.

A do **Marrel** (Oliveira do Hospital).

V. Cocco⁷⁸⁸ menciona diversos relictos do substrato pirenaico-alpino que, tendo como referentes acidentes de terreno, se relacionam com conceitos físico-geográficos. Entre eles figura *marra* 'precipício', de que *marrel* talvez seja diminutivo. À semelhança do que acontece em tantos outros nomes de lugar, este deve ser mais um caso em que há omissão do elemento determinado.⁷⁸⁹

Fonte de **Martel** (Cantanhede).

O apelido de Carlos Martel, vencedor dos árabes em Poitiers e avô de Carlos Magno, deve ser continuador do latim vulgar MARTELLU, que era usado como variante de MARCELLU e se documentava já como antropónimo em 1220; no latim clássico registavam-se MARCULU e MARTULU — formas que, tal como as primeiras, se devem ligar com MARS 'Marte'.⁷⁹⁰ Em Aragão, encontra-se representado pelo apelativo *martillo*, na acepção de 'parte do território de uma circunscrição encravada dentro dos limites de outra', vulgarmente designada pelo galicismo *enclave*.⁷⁹¹

Martim Vaqueiro (Ansião).

José Joaquim Nunes nota que o resultado do latim MARTINU- foi *Mart̃o* e, posteriormente *Martinho*, ocorrendo ambos na toponímia, bem como “o proclítico *Martim*, quer só, quer seguido de um apelido”.⁷⁹² Pedro A. Ferreira confronta *Martinho*,

⁷⁸⁸ Recensão de V. COCCO ao artigo de BERTOLDI, cit., p. 240-241.

⁷⁸⁹ Cf. outros exemplos em J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 264-265; IDEM, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 27-28; e Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 147-158.

⁷⁹⁰ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 101.

⁷⁹¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MARTILLO. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Martelo.

⁷⁹² J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1271. J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 810-811, concorda com J. J. Nunes quanto à etimologia de *Martim*. Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 102, abona, entre

Martino e *Martim* (debruçando-se também sobre outros nomes com a mesma etimologia como, por exemplo, *Martini*) que, explica, “foram tirados do latim *Mars*, *Martis* — *Marte*, deus da guerra”.⁷⁹³ Neste caso, teríamos o nome seguido de uma alcunha profissional que, como em tantos outros casos — Monteiro, Carpinteiro, Lavrador, etc. — pode ter originado um apelido. O segundo elemento entra, aliás, na composição de outros topónimos, como é o caso dos alótipos *Mem Vaqueiro*, *Mimvaqueiro* e *Mendo Vaqueiro*.⁷⁹⁴

Martinel (Leiria).

J. Piel recolheu, num documento de 1220, o antropónimo *Martinel* — “uma forma moçárabe, com evolução de -ELLU > -el”, cujo étimo supõe ser o diminutivo latino *MARTINELLUS.⁷⁹⁵ No concelho de Abrantes, existe *Martinchel* (*Martim Chel*, em documento de 1462 e *Mart̃chel*, no Censo de 1527) a propósito do qual Joaquim da Silveira refere que “a terminação -chel é o sucessor moçárabico do sufixo latino -cellus”.⁷⁹⁶ São ambos derivados toponímicos da raiz latina MARTINUS.⁷⁹⁷ Simonet abona os diminutivos moçárabes *marquínél* e *marteníl* ‘martelinho’ (este também apelido moçárabe), continuadores do latim MARCULU e MARTULU (diminutivos de MARCU e MARTU, respectivamente). A fonte etimológica destes nomes é MARS

outros nomes geográficos com a mesma origem, cinco ocorrências de *Martim* na toponímia minhota e dezassete de *Martín* na galega.

⁷⁹³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 296 e 530. Ver também as p. 15-16 e 464.

⁷⁹⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 530.

⁷⁹⁵ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 102.

⁷⁹⁶ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 4. A propósito da “confusão do emprego [gráfico] de *ch* por *x* e vice-versa”, este Autor refere ainda *Caramochel*, topónimo do concelho de Tomar.

⁷⁹⁷ Ver: Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 102, além de *Martinus* refere também **Martinius*; Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 276-277; J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MARTÍN; J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Martinete.

'Marte', de onde se formou também o nome do mês de Março.⁷⁹⁸

Meires (Pombal).

Do latim MATERIA 'madeira, lenha, madeira para construção', partiram *maeira*, *meira* e *máira*, sendo naturalmente mais antiga a primeira, da qual resultaram as outras por crase.⁷⁹⁹ *Meires* poderá ser alótopo moçárabe de **Meiras*.

Ribeiro de Mide (Viseu).

No foral de Castelo Mendo menciona-se *Magidi*, que corresponde a *Mido* (povoação que pertenceu sucessivamente aos concelhos de Castelo Mendo, até à sua extinção em 1855, Sabugal, e Almeida, a partir de 1870) e a *Mangide*, em Pinhel. Existem igualmente os topónimos *Midão* e *Midões*, certamente relacionados com o nome próprio *Midon*.⁸⁰⁰ Tratando-se de um curso de água, dificilmente seria na origem um genitivo de posse, pelo que é de aceitar que a fonte etimológica terminava em -o (cf. Castelo Mendo).

Miel (Figueiró dos Vinhos).

Provavelmente continuador do latim MEDIELLU, derivado de MEDIU. Têm a mesma fonte etimológica, entre outros, os topónimos *Mielas* (Viana do Castelo), *Meãs* (Coimbra), *Vila Meã* (abundantemente representado em cerca de treze concelhos do Norte do país, entre Vila Nova de Cerveira e Carregal do Sal) e *Vila Meão* (Bragança).

São Pedro de Moel ou *São Pedro de Muel*, *Ribeira de Moel* (Marinha Grande).

Derivado do latim MOLA, de início 'mó' e 'dente molar', sendo 'cerro escarpado e com o cimo plano', significação derivada por analogia de forma, bastante

⁷⁹⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MARS, s.v. MARTENÍL y MARQUINÉL.

⁷⁹⁹ J. Leite de VASCONCELOS, "Português dialectal da região de Xalma (Espanha)", *Revista Lusitana*, vol. 31, 1933, p. 175.

⁸⁰⁰ Pedro de AZEVEDO, "Nomes de pessoas e nomes de lugares", cit., p. 49. IDEM, "Documentos de Santa Maria de Aguiar", *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 3.

representada na toponímia.⁸⁰¹ Neste caso, dada a configuração geográfica do lugar e as falésias nele existentes, tudo indica que *Moel* assumia a segunda significação mencionada, também referida por Simonet que abona os moçarabismos *móla*, *múla* e *muéla*, plural *muéla*, os topónimos *Villa de Muelas* e *Soria La Muela*, e o apelativo castelhano *muela* ‘cerro alto, natural ou artificial’.⁸⁰²

José Leite de Vasconcelos refere-se à ribeira de *Moer*, antiga denominação da ribeira de *Moel*, situada a norte de *São Pedro de Moel*, opinando que “o *-l* de *Muel* nasceu do *[-r]* de *Moer*”. E acrescenta que “num documento alentejano do séc. XIV (...), figura um *Pero de Muel*; o apelido é de origem geográfica, e parece relacionar-se com o nome de que se está tratando.”.⁸⁰³ A abonação deste apelido ajuda a perceber a antiguidade de *Moel* mas, se no documento em que D. Afonso Henriques define as linhas que limitavam o Couto da doação alcobacense consta, de facto, o nome *Moer*, não se sabe se ele é referido à dita ribeira ou à própria povoação de *São Pedro de Moel*.⁸⁰⁴

Sobre outros continuadores da mesma fonte etimológica veja-se *Molães*, *Molaredo*, *Molareira*, *Moledo*, *Molelinhos* e *Molelos* (p. 455).

Moncalva (Pombal).

Por um processo semelhante ao de outros casos incluídos nesta alínea, este nome de lugar foi, sem dúvida, formado com os elementos lexicais *Mon* ‘monte’ e *calva* ‘lugar com pouca vegetação’. Na nossa toponímia são muito frequentes os nomes que se referem a terrenos desta natureza, como se verá adiante (p. 449), onde,

⁸⁰¹ J. COROMINAS, *DCELC*, averba *mole* ‘massa, volume’ (s.v. MOLE), e *moler* ‘moer’ (s.v. MOLER, onde cita *molino*, *molinero* e *molinera* ‘presa de água do moinho’). Ver também J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos transmontanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 118, onde distingue dois apelativos: *mó* (f.) ‘dente molar’, do latim MOLA; e *mó* (m.) ‘monte de pão depois de debagado’, do latim MOLES ‘massa; volume’.

⁸⁰² SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MÓLA y MÚLA, s.v. VÍLLA, VÍLA y BÍLLA.

⁸⁰³ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografía geográfica*, cit., p. 12.

a propósito de *Calvaria(s)*, se estuda a família etimológica de CALVU.

Monchorro (Castelo de Paiva).

Joaquim da Silveira menciona este topónimo, sem, no entanto, explicar a sua origem.⁸⁰⁵ O primeiro elemento (*Mon* ‘monte’) parece perfeitamente semelhante ao de outros nomes de lugar mencionados nesta alínea.⁸⁰⁶ O seu segundo elemento talvez se possa aproximar do apelativo *chorro*, que significa ‘jorro (de água)’,⁸⁰⁷ ou eventualmente dos topónimos *Chorim*, *Chorão*, *Chorente*, *Chorido*, *Chorio* que assentam no latim FLORE ou no participio do latim vulgar *FLORIRE, de onde partiram diversos nomes próprios antigos (documentados no *Onomástico medieval português*) de que há vestígios na toponímia como *Floridia*, *Florido(e)*, *villa Floridio* (> *Chorio*, em Barcelos e Arouca), *Florito(e)* (> *Chorido*, em Guimarães; *Choride*, em Orense), *Floresindo*, *villa Floresindi* (> **Chorsende*, *Chousende*, em Guimarães), etc..⁸⁰⁸ J. J. Nunes também refere que a *flor* se acha representada na toponímia por *Chorente*, *Chorido* e *Chorim*; e Pedro A. Ferreira cita *Chorim* e *Chorão*.⁸⁰⁹

⁸⁰⁴ GEPB, vol. 27, s.v. SÃO PEDRO DE MOEL.

⁸⁰⁵ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 20.

⁸⁰⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 31. Da extensa lista de nomes de lugar “tirados dos montes e vales, acidentes de terrenos que todos conhecem e distinguem a olho nu perfeitamente”, constam *Monreal*, *Monsanto* e *Monsul*, que apresentam este elemento inicial (*Mon* = *monte*). Ver também, IDEM, *Ibidem*, p. 267.

⁸⁰⁷ GEPB, vol. 6, s.v. CHORRO.

⁸⁰⁸ Cf. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 126-127; Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 71-73.

⁸⁰⁹ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p.171. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 110. Sobre *flor* e outras formas geralmente consideradas importadas, cultas ou semi-cultas (como, por exemplo, *cravo*, *praça*, *prazer*, *branco*, *claro*, *brando*), ver Maria José de Moura SANTOS, *Cultismos ou moçarabismos?*, cit..

Mondim₂ (Lamego, Sever do Vouga), **Mondim da Beira**, **Mondim de Cima** (Tarouca).

Segundo José Leite de Vasconcelos, na base deste topónimo está o genitivo *Mondini*,⁸¹⁰ como é igualmente opinião de Joseph Piel que, aliás, remete para o artigo de Leite de Vasconcelos. Mas existem também os topónimos *Montinho* e *Montim*, que Piel aproxima, respectivamente, de *Mondinho* (nominativo-acusativo de *Mondim*) e de *Mondim*, considerando que “os numerosos topónimos *Montinho* são formações portuguesas com o sufixo *-inho* e não vêm de um substantivo latino *Montim. Também não é impossível que num ou noutro caso *Montinho* tenha tomado o lugar de *Mondinho* < *Mondim*.”.⁸¹¹ Talvez, por proximidade fonética, tenha havido cruzamento entre as duas formas.

Monforte, *Ribeira de Monforte* (Miranda do Corvo).

Leite de Vasconcelos⁸¹² refere-se a “*Monforte* = **Mont’ forte*”, bem como J. Piel,⁸¹³ que salienta a “perda” da segunda sílaba de *monte*. De facto, como aconteceu em *Monsanto*, *Monsul* e *Fonseca*, também neste caso se verifica apócope de [e] e assimilação da consoante final [t] pela que inicia o outro elemento do topónimo.

Monreal (Vila Nova de Ourém).

Este nome de lugar parece ter sido formado com os elementos lexicais *monte* e

⁸¹⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 320. IDEM, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 11, 1908, p. 350.

⁸¹¹ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. V, 1937-1938, p. 50-51. Com a mesma alternância fonética [t] / [d], também existem *Mondão* e *Montão*. Sobre os nomes *Mundo*, *Mondo*, *Mundino*, *Mondino* e *Mondon*, ver também J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 71.

⁸¹² J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 51. Cf. IDEM, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 313.

⁸¹³ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 162.

real, por um processo em tudo semelhante ao de outros casos incluídos nesta alínea. Leite de Vasconcelos cita (sem localizar) uma *Quinta de Monreal*, considerando tratar-se de um composto de *monte*.⁸¹⁴

Monsanto (Viseu).

Nos seus escritos, Leite de Vasconcelos alude diversas vezes a *Monsanto* (por *Monte Santo*), topónimo do concelho de Lisboa, “palavra que traduz Mons sacer” e que, à semelhança de outros topónimos como, por exemplo, *Monte da Lua* (Sintra), testemunha a existência de antigos cultos religiosos.⁸¹⁵ Já Simonet havia também registado *Mónte Xácro*, *Mónte Xáquer* ‘monte sagrado’, e *Mónte Xánto* ‘monte santo’.⁸¹⁶ Não é, pois, difícil reconstruir o percurso fonético do topónimo: *Monte Santo* > *Mont’ Santo* > *Monsanto*, com síncope de [e] final e assimilação de [t] a [s], como aliás Leite de Vasconcelos explica (e não com “síncope de *te*”, como posteriormente refere)⁸¹⁷ — opinião partilhada por J. J. Nunes⁸¹⁸ e por J. Piel, que escreve: “Em *Monsanto* vemos que *monte*, combinado com outra palavra, pode perder o segundo elemento, o que se verifica igualmente em *Monfurado*, *Monforte*, *Monfortinho*, *Mombeja*, *Monfepres*, etc.”.⁸¹⁹

⁸¹⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Preito filológico prestado a um insigne orador” [António Cândido], *Opúsculos*, vol. III, cit., p. 18.

⁸¹⁵ Cf. J. Leite de VASCONCELOS, “Amostra de toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 21, 1918, p. 59; IDEM, “Preito filológico prestado a um insigne orador”, cit., p. 18; IDEM, “Curso de língua portuguesa arcaica”, cit., p. 37. Houve quem pretendesse ver, em *Monção*, *Monte santo* e, em *Buçaco*, *Monte sacro*, mas este Autor entende que “tais equivalências não se podem admitir, por estarem em desacordo com a fonética.”

⁸¹⁶ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MÓNTE.

⁸¹⁷ Ver J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 51-52; e IDEM, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 313, respectivamente.

⁸¹⁸ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 389, ilustra o fenómeno com os nomes “*Mon(te)santo*, *Mon(te)beja*, *Fon(te)seca*”.

⁸¹⁹ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 162 (excerto transcrito com supressões).

*Quinta do **Monsul*** (Lamego).

Sem definir a sua localização, Leite de Vasconcelos alude ao topónimo *Mossul*, alótopo de *Monsul* < **Mont' Sul*, por *monte do Sul*, referindo tratar-se de mais um exemplo de “assimilação do *t* ao *s*” (como em *Fonseca* e em *Monsanto*).⁸²⁰

Morel ou *Mourel* (São Pedro do Sul), *Ribeira do Morelinho* (Cinfães).

Não se dispõe de dados que permitam dilucidar se estes topónimos têm a sua origem nos nomes próprios *Mauro* ou *Amaro* do latim MAURU, com a forma gentílica homónima, ou no radical pré-romano *MORA ‘monte de pedras; montão’, que se documenta também noutros idiomas.⁸²¹ As interferências fonéticas e semânticas — aliás visíveis nas duas grafias encontradas de *Mo(u)rel* — remontam já aos dialectos moçarabes, como se verifica ao consultar Simonet, que abona os moçarabismos: *máuro*, *máura*, *maurél* e *moreno* ‘escuro’, alguns dos quais documentados também como antropónimos — *Asán ben Maurél*, *Beni Maurél*, *Benimaurell* e *Benamaurél* (do baixo latim MAURELLU e MORELLU, -A; e do latim MORULU, diminutivos de MAURU e MORU); *móra*, *máura*, *mauréna* e *maurór* ‘monte ou colina redonda, cabeça’, *morél*, *morélla*, *maurélla* ‘pequeno morro’, que o Autor filia na raiz ibérica *mor* ou *mur* ‘cabeço, cume de um monte’.⁸²² Como se vê, a proximidade fonética que *Morel* mantém com *Mourel* (como nota Pedro A. Ferreira próximos de *Mouril*)⁸²³ torna difícil a dilucidação

⁸²⁰ Sobre este nome, ver: J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 51; IDEM, “Preito filológico prestado a um insigne orador”, cit., p. 18; e Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 31.

⁸²¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MORO, s.v. MORENA II. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Morouço. Cf., em Coimbra, o lugar *Cruz de Morouços*, num ponto alto da margem esquerda do Mondego.

⁸²² SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MÁURO, s.v. MAURÉL, s.v. MÓRA, MÁURA, s.v. MORÉL, s.v. MORÉLLA y MAURÉLLA.

⁸²³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 262 e 305. Cf. *Moirim* e *Moure*, p. 304. *Mourel*, já estudado a propósito de *Moure* e de *Mourilhe*, ocorre também na toponímia dos distritos de Évora e de Bragança (*Mourel*, *Ribeira de Mourel*, *Quinta do Mourel de Baixo*, *Quinta do Mourel de Cima*).

destes topónimos. No entanto, Galmés de Fuentes aproxima os nomes de lugar espanhóis *Morel* (que filia em MAURĚLLU), *Maura*, *Benimaurel* e *Almaurelli* — estes sem redução do ditongo [au] a [o] — e contesta a opinião de Alcover que via no primeiro um derivado de MORU.⁸²⁴ A reforçar esta possibilidade está a opinião de Piel, que atribui a *Morão*, *Mourão*, *Morões*, *Mourões* e *Mourães* o étimo MAURU / MAURA.⁸²⁵

Mortazel [Mortàzel], *Ribeira de Mortazel* (Mortágua).

A mais antiga tentativa de explicação etimológica, aventada por Pedro A. Ferreira e José J. Nunes, sugeria uma relação com *mirta* ou *murta*, planta abundante no nosso país e de cujo nome derivaram topónimos numerosos, como *Murtal*, *Murtede*, *Murteira(s)*, *Murtosa*, etc..⁸²⁶ Esta hipótese, aliás insuficientemente fundamentada, deixou de ter interesse desde os primeiros trabalhos de Joaquim da Silveira e de Joseph Piel, que tiveram em conta as características do solo e também abonações antigas de *Mortágua* e *Mortazel*.

De facto, *Mortágua* situa-se na área de uma antiga concha lacustre, hoje desaparecida (a chamada Bacia de Mortágua); e o pequeno povoado de *Mortazel*, a norte, evoca “outro lago mais pequeno também «morto», situado não muito longe do primeiro”.⁸²⁷ Joaquim da Silveira deu a conhecer abonações antigas, como *Mortalago* (1985), *Mortalaga* (1986), *Mortaagua* (século XII) e *Mortalazelio* (1985); e propôs para o

⁸²⁴ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 127 e 141, onde, na nota 44, o Autor remete para o texto de Alcover.

⁸²⁵ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. V, 1937-1938, p. 53-54. IDEM, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 104.

⁸²⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 256; vol. II, p. 506; vol. III, p. 37. J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 156.

⁸²⁷ Aristides de Amorim GIRÃO, *Geografia de Portugal*, Porto, 1941, p. 129. Alfredo Fernandes MARTINS, *O esforço do Homem na bacia do Mondego*, Coimbra, 1940, p. 20. Ambos os geógrafos conheciam bem a zona em causa.

nome da vila a origem MORTALE AGUA ‘água que mata’.⁸²⁸ Mais tarde, J. Piel, considerando que em documentos do século X há quatro ocorrências de *Mortalago* e só uma de *Mortalaga*, encara a primeira “como merecedora de maior confiança, fazendo entrever o étimo MORTUUS LACUS, que recebe a sua confirmação em *Mortalazelio*”, que sugere, no segmento final, um ponto de partida em “LAC- ELLUS”. Quanto à evolução de *Mortágua*, acha que “numa forma proto-histórica **Mortolago*, o o átono se assimilou ao *a*” acentuado; e na sequência da síncope de -L- perdeu-se a significação de -ago, “de que a etimologia popular fez água”.⁸²⁹

A estas abordagens seguiram-se dois outros artigos de cada um dos autores, gerando uma controvérsia que se prolongou por mais vinte e três anos e cujas conclusões passam a resumir-se. Joaquim da Silveira rejeitou a proposta de Piel, sublinhando em especial que no sintagma proposto como fonte etimológica — *mortuus lacus* — o adjectivo anteposto ao nome (como nas línguas germânicas) não era conhecido em topónimos da Península Ibérica nem da Gália; o mesmo argumento levou-o a pôr também de parte a sua própria sugestão inicial — *mortale aqua* — e a concluir, no final de ambos os artigos, que “este nome é ainda um enigma, que aguarda decifração aceitável”.⁸³⁰ Joseph Piel, por sua vez: refuta com bastantes exemplos a ausência do referido tipo de sintagmas no âmbito geolinguístico mencionado; reconhece que se trata de um problema etimológico difícil; considera todavia, no último artigo, ter aduzido elementos que podem atenuar o “cepticismo extremo em relação à suposta etimologia **mortu lacu*, a qual (...) sempre merece ser tomada em conta”.⁸³¹ No mesmo trabalho, este Autor volta a considerar a morfologia

⁸²⁸ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 119-120.

⁸²⁹ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 307-309.

⁸³⁰ J. da SILVEIRA, “Notas”, *Índice Geral dos Artigos de Toponímia Portuguesa de Joaquim da Silveira*, Coimbra, 1959, p. 33-35; IDEM, “Uma explicação sobre “Mortágua””, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 278-284. A frase citada encerra os dois artigos.

⁸³¹ Joseph M. PIEL, “A propósito do nome da Vila de Mortágua”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 273-277; IDEM, “Ainda a etimologia de Mortágua”, *Boletim de*

0068 histórica de *Mortazel* com base na antiga abonação *Mortazelio*: talvez *-elio* pudesse representar *-elho* (< -ĭculu); mas inclina-se para a origem que anteriormente propusera — deve tratar-se de uma grafia “arbitrariamente ampliada do moçárabe *-el* < *-ellu*, segundo faz supor a forma moderna do topónimo”.⁸³²

Motes (Pombal).

Este topónimo representa certamente o plural do apelativo *mota*, que assume os significados de ‘aterro feito à borda dos rios para proteger as terras de inundações’, ‘porção de terra que se junta em redor dos troncos das árvores para resguardar as raízes do calor’. Além disso, usa-se na Azambuja como sinónimo de ‘curral de bois’; no Ribatejo, designa a casa onde o campino vive na lezíria e também o maciço de terra ou de alvenaria que, formando um caminho ao longo de um rio, contém as suas águas.⁸³³ José Pedro Machado considera que *mota* tem origem obscura, talvez pré-romana.⁸³⁴

Mouquim₂ (Albergaria-a-Velha, Santa Maria da Feira).

No seu artigo “Mouquim: um espinhoso problema de toponímia minhota”, Joseph Piel reporta-se a *Mouquim* (Famalicão), negando uma relação com o adjectivo *mouco* ‘surdo’,⁸³⁵ e abonando as formas antigas *Maoquin* (1258), *Mooquin* (1220) e *Mouquin* (1320), que entende terem por base um primitivo nome de possessor, *Malokinus*, documentado em 965. O Autor exclui uma etimologia latina, aventando a possibilidade de se tratar de um nome celta, visigodo ou árabe. A favor de uma origem

Filologia, t. XXII, 1973, p. 59-63. Este último título merece especial atenção porque resume, de forma sistematizada, todos os argumentos que foram dirimidos. A citação é da p. 63.

⁸³² Joseph M. PIEL, “Ainda a etimologia de Mortágua”, cit., p. 62

⁸³³ *GEPB*, vol. 17, s.v. MOTA¹.

⁸³⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Mota¹.

⁸³⁵ Essa relação com *mouco* tinha sido aventada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos. Segundo J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Mouco, a etimologia do nome é obscura. Na Covilhã, o termo comporta também a significação de ‘tolo, parvo’ (cf. *GEPB*, vol. 17, s.v. MOUCO).

goda está o facto de o nome próprio do filho do possessor *Maloquinus* ser *Bertiario*, e de a maioria das testemunhas que assinam o documento de venda do século X apresentarem também nomes de origem germânica. A hipótese de se tratar do nome árabe **Maloc* ou **Maluc* (< *Malik*) é, para Piel, bastante mais remota: baseia-se no facto de *Bazi*, *Olidi* e *Zamari* — três dos indivíduos que assinam o referido documento — serem provavelmente moçárabes. O Autor inclina-se, pois, para uma origem celta, uma vez que *Maloquinus* evoca *Ma(h)iloc*, nome do bispo suevo que, no século V ou VI, fundou a diocese de Britonia (hoje a paróquia galega de Santa Maria de Britoña). *Mouquim* será, portanto, um derivado hispânico de *Mailoc* com o sufixo *-inus*. Não sendo *Maloquinus* um antropónimo muito recorrente, Piel explica a existência de outras povoações nortenhas com o mesmo nome, admitindo que um único e poderoso possessor-presor (talvez da linhagem do fundador de Britonia) se pudesse ter apoderado das terras hoje denominadas *Mouquim*.⁸³⁶

Moure₂ (Santa Maria da Feira, Viseu), **Moure** da Madalena (Viseu), *Montes de Moure*, *Ribeira de Moure* (Santa Maria da Feira), **Mourilhe**₃ (Cinfães, Mangualde, Santa Maria da Feira), *Fontes de Mourilhe*, *Ribeira de Mourilhe* (Mangualde), **Moirim** (Castelo de Paiva).

MAURU ‘negro’ era a designação latina para os habitantes da região que hoje corresponde geograficamente a Marrocos e que, usada de início como alcunha indicativa do tom escuro da pele, passou depois a antropónimo. Até ao século XIII, documenta-se o adjectivo *mouro* e, a partir do século XIV, também os nomes próprios *Mauro* e *Amaro* (variante do mesmo), e os derivados *Maurício*, *Maurílio* e *Maurino*.

De facto, Simonet abona os adjectivos moçárabes *máuro*, *máura* ‘negro’, usados como apelidos e também aplicados aos cavalos de pelagem preta e às sementes dos cominhos, de cor negra — *ximénte máura* (ou *móra*). Segundo este

⁸³⁶ Joseph M. PIEL, “Mouquim: um espinhoso problema de toponímia minhota”, *Revista de Guimarães*, LXXXV, 1975, p. 91-94.

Autor, o latim hispânico MAURU radicaria em MORUS ‘negro’, de onde também o nome do fruto MORUM ‘amora’.⁸³⁷

Além de *Moure* e *Mourilhe*, que J. J. Nunes relaciona com o antropónimo *Mauro*, existem na toponímia muitos outros nomes com a mesma fonte etimológica, como é o caso de *Moura(s)*, *Mouraz*, *Moural*, *Mourel*, *Mourão*, *Mouraria*, *Mourato(a)*, *Mourinho(a)*, *Mourim*, etc.. Opinião idêntica revela Pedro A. Ferreira, que apresenta uma extensa série de nomes de terras que “tomaram o nome dos mouros”, notando que eles “tiveram longa residência em Portugal — e que a onomástica é um valente auxiliar da história”.⁸³⁸ Leite de Vasconcelos também entende que o nome latino MAURU está na base de uma grande família de topónimos, mas vê em *Mourilhe* o genitivo *Maurelii* ou *Maurilii*.⁸³⁹ Joseph Piel, que cita igualmente *Mourilhe*, abona *Mourili* (924), *Mourelle* (946), *Maurelli* (1008), *Maureli*, *Mourel* (1220) de *MAURELLUS,⁸⁴⁰ num outro trabalho, acrescenta que a existência de vários *Mourel*(s) “faz desconfiar que aquela forma [*MAURELLUS] se usasse igualmente como nome comum para designar os mouriscos”.⁸⁴¹ *Mourilhe* será moçarabismo se tiver partido de **Maurellum*, aliás representado também em *Mourel*,⁸⁴² comparem-se

⁸³⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MÁURO, s.v. XIMÉNTÉ.

⁸³⁸ Ver J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 63; IDEM, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1270. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 262, 264 e 305-308; e vol III, p. 426-427 e 435, onde o Autor refere, entre muitos outros, os topónimos *Mouro(a)*, *Moure*, *Mourel*, *Moural*, *Mouril*, *Mourilhe*, *Mourim*, *Mouriz*, *Mourique*. Sobre os continuadores deste étimo latino na toponímia espanhola, consultar Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., sobretudo as p. 141, 169-171 e 192.

⁸³⁹ J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 813.

⁸⁴⁰ Joseph M. PIEL, “Sobre o sufixo *-ellus*, *-ella*, no onomástico tardio hispano-latino”, *Humanitas*, vol. II, 1948-1949, p. 245.

⁸⁴¹ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 106.

⁸⁴² Cf. *Morel* ou *Mourel* e *Morelinho*, p. 300-301.

ainda outros diminutivos, como os já citados *Mourinho* e *Mourim*, aloforma de *Moirim* (Castelo de Paiva). A esta extensa família etimológica pertence ainda *Moreno*, estudado na p. 431.

Murtede (Cantanhede).

Leite de Vasconcelos, incluindo este topónimo na categoria dos nomes de raiz romana, considera que “*Murtede* (...) vem de murteti, locativo ou genitivo de murtetum «murtal».”⁸⁴³ De facto, as formas antigas *Mirteti* e *Mortede* (séculos X e XI) permitem perceber que na base deste nome de lugar está o latim MYRTETUM ‘murtal’, de MYRTU ‘murta’,⁸⁴⁴ o que confirma a especialização do sufixo *-edo*, junto de radicais relativos a nomes de plantas ou de acidentes geográficos.⁸⁴⁵ Pedro A. Ferreira refere que “*Murtede* está por *Murtedo*, o mesmo que *Murtosa*, povoações nossas” e explica que “e e o [finais] trivialmente se confundiram e substituíram na onomástica portuguesa”.⁸⁴⁶

Simonet refere os moçarabismos *mírto*, o plural *mírtux*, *múrcha*, *múrta*, *múrta*

⁸⁴³ J. Leite de VASCONCELOS, “Amostra de toponímia portuguesa”, cit., p. 60. Em “Miudezas toponímicas”, cit., p. 320, o Autor deixa o aviso: “Quando virmos um nome geográfico terminado em *-e*, podemos suspeitar que será genitivo de posse, mas também os há que creio são locativos, como *Murtede*, *Louredede*, *Cidadelhe*, *Carrazedede*, ou genitivos epexegéticos (*villa* vel *oppidum Civitaticulae*, *Murteti*, *Laureti*). Suspeita semelhante tem justificação a respeito de todas as outras terminações de que (...) tenho falado: *-im*, *-mil*, *-alde*, etc.”.

⁸⁴⁴ Cf. Joseph M. PIEL, “Beiträge zur Kenntnis der toponymischen Mozarabismen Südportugals (Alfragide, Alferrarede, Alpertuche u. a.)”, cit., p. 439. IDEM, “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, cit., p. 35-36. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 216. J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 156. IDEM, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 262. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 256.

⁸⁴⁵ Joseph M. PIEL, Recensão a Amadeu Ferraz de CARVALHO, *A Terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela. Esboço histórico e toponímico*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 264.

⁸⁴⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 31, 125 e 515-516, respectivamente. Ver também a p. 475, onde acrescenta, como sinónimos de *Murtede*, os topónimos *Mortazide*, *Mortezede* (variante de *Murtazede*) e *Murtal*.

e *murtín*, alguns dos quais deixaram vestígios na toponímia espanhola, como é o caso de *Murtas* e *Murchas* (Granada).⁸⁴⁷

Nave, *Quinta da Nave*₂ (Moimenta da Beira, Vila Nova de Paiva), *Serra da Nave* (Moimenta da Beira), **Naves** (Castro Daire).

São vários os autores que se têm interessado pela história das formas *nava(s)* / *nave(s)*.

Corominas entende tratar-se de um vocábulo de origem pré-romana, pertencente a um substrato linguístico mais amplo que o do basco, uma vez que aparece em falares românicos dos Alpes orientais e em várias outras zonas da România; acrescenta que, no *Cid*, aparece também o nome de lugar *Navas de Palos*.⁸⁴⁸ Simonet considera que o moçarabismo *náva* é de origem basca, tendo sido introduzido no castelhano em fins do século VIII e deixado bastantes derivados na onomástica peninsular. Além do topónimo registado numa escritura moçárabe toledana *Col-el-Náva*, cujo primeiro elemento continua o latim COLLIS ‘colina’, cita os espanhóis *Navarra*, *Navardun*, *Navarrés*, *Navarrete* e *Navarri*.⁸⁴⁹ Galmés de Fuentes inclui *Naves* na série de topónimos moçárabes cuja terminação corresponde à galego-portuguesa *-[as]*.⁸⁵⁰

Joseph Piel⁸⁵¹ refere que o apelativo *nave* (em Portugal) / *nava* (em Espanha) designa ‘terra plana situada entre montanhas’, sendo, como topónimo, frequentíssimo em todas as épocas e regiões peninsulares. Regista a existência de vinte e cinco

⁸⁴⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MÍRTO, s.v. MÚRTA, s.v. MÚRTAN, s.v. MÚRCHA. Ver também s.v. MIRCÁS, onde o Autor explica que, antes da abundância da pimenta, as bagas deste arbusto eram usadas para condimentar os enchidos; daí o português *mortadela* e *morcela*.

⁸⁴⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. NAVA.

⁸⁴⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. COL y CÓLL, s.v. NÁVA.

⁸⁵⁰ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 312.

⁸⁵¹ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 153-197. Ver especialmente as p. 171-172.

localidades chamadas *Nave* e cinco *Naves* em todo o território continental português, a que se liga o diminutivo *Navió*⁸⁵² (Viana do Castelo e Braga), e certamente *Navalho* (Bragança), *Navalhos* (Vila Real e Viseu).⁸⁵³ A propósito da palavra portuguesa *naves* (tão recorrente na região da Serra da Estrela, por oposição a *covão*), este etimologista explica o *-[e]* final pela pronúncia débil das vogais átonas portuguesas, não se apercebendo da feição moçárabica do vocábulo.

J. P. Machado atribui a *Nava* / *Nave* o significado de ‘campo raso; terra baixa e plana; planura, planície’, referindo que, apesar da falta de documentos comprovativos e do desconhecimento dos idiomas primitivos da nossa Península, supõe que o termo represente uma forma indígena exclusiva do latim hispânico, uma vez que representa um resquício da antiga unidade linguística da bacia ocidental do Mediterrâneo, embora só se encontre amplamente documentada nos territórios francês e espanhol. Acrescenta o Autor que, entre nós, só existem abonações na toponímia, não muito abundantes.⁸⁵⁴ Mas Pedro A. Ferreira refere que o nome da região espanhola de Navarra “vem do antigo castelhano ou espanhol *nava* — planície — e do basco (...) *erria* — país, terra” e acrescenta que no antigo português *nava* e *nave* também se usava na acepção de ‘planície’, daí a existência de tantos topónimos “com os nomes de *Nave*, *Nave d’Alagoa*, *Nave das Milhas*, *Nave de Haver*, *Nave Fria*, *Nave Longa*, *Nave Redonda*, *Vila Franca das Naves*, etc., — e na Serra da Estrela — *Nave da*

⁸⁵² J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 132, cita vários topónimos formados com o sufixo latino *-OLA* (> port. *-ó*), entre os quais a forma antiga *Neviola* que deu origem à actual *Navió*.

⁸⁵³ Segundo Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 172, em Trás-os-Montes, *navalhão* designa um ‘pedaço húmido de terreno entre as searas, que não se cultivava para dar erva’.

⁸⁵⁴ Ver J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Nava*, *nave*; IDEM, “Elementos hispânicos do vocabulário latino”, *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, p. 258; IDEM, *Notas de toponímia portuguesa*, cit., p. 25, onde refere sete topónimos com esta designação: *Nave*, *Nave de Fornos*, *Nave de Santo António*, *Nave do Grou*, *Nave Morena*, *Nave Redonda* e *Naves*, localizados na Beira Alta e na Beira Baixa.

Argenteira, Nave de Santo António, Nave de S. Bento, etc., — sítios inóspitos, desabitados, mas fundos, quase planos e relativamente abrigados.”⁸⁵⁵

Vincenzo Cocco, em duas recensões,⁸⁵⁶ debruça-se sobre a matéria, expondo as opiniões de diversos estudiosos: H. Schuchardt entende que o espanhol *nava* ‘planície circundada de montanhas’ não seria palavra pré-latina mas representaria uma evolução do latim NAVIS ‘nave’ (baseada numa metáfora — a semelhança entre a depressão de um terreno entre duas montanhas e a forma de um barco); J. Hubschmid entende que não se trata do resultado directo do latim NAVIS, mas sim de uma palavra celta que, partilhando a mesma origem latina, teria penetrado também no basco antes da época romana ou no seu início; J. Jud, Meyer-Lübke, V. Bertoldi, C. Battisti e o próprio V. Cocco partilham a ideia de que se trata de um vestígio pré-indoeuropeu, a que atribuem o significado de ‘bacia entre montanhas’. Carolina M. de Vasconcelos inclui *nava* entre os elementos célticos do vocabulário português, e explica: “*nava* é uma declinação côncava de terreno, espécie de concha, circundada de montanhas. Não tem nada com *nau* e *nave*.”⁸⁵⁷

Nesperide (Viseu).

Topónimo continuador do latim vulgar *NESPĪRA, de *NESPĪLA, proveniente do latim clássico MESPILA, plural de MESPILUM, tornado singular. Apesar de *nêspera* só se documentar no século XVI, o vocábulo deve ser mais antigo, pois *nespereira* já se abonava na toponímia em 959: *villa nesperaria*.⁸⁵⁸ Leite de Vasconcelos cita também o francês *nèfle*, o italiano *nespola*, o castelhano *nespera* e o catalão *nespla*,

⁸⁵⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, cit., p. 77.

⁸⁵⁶ Recensão de V. COCCO ao artigo de BERTOLDI, cit., p. 240-243. Vincenzo COCCO, Recensão a Johannes HUBSCHMID, “Esp. “nava”, basque “naba”, frioul. “nava”, mots d’ origine pré-indo-européenne ou gauloise? Contribution à l’ étude comparative des noms de lieux dans les langues romanes”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1953-1955, p. 397-401.

⁸⁵⁷ C. Michaëlis de VASCONCELOS, *Lições de Filologia Portuguesa*, cit., p. 290.

⁸⁵⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Nêspera.

onde considera ter havido dissimilação na evolução de M- para N-, que se verificou no latim vulgar.⁸⁵⁹ José J. Nunes refere, sem localizar, os topónimos *Nesperal*, *Nesperido* (também em Viseu) — do qual *Nesperide* terá partido — e *Nespereira* ou *Anespereira*, que também considera continuadores de *NESPĪLA.⁸⁶⁰

Nodel, *Ribeira de Nodel* (Pedrógão Grande).

Representam, talvez, um diminutivo do latim NUDU 'nu; posto a descoberto', relacionando-se com as características de um terreno sem vegetação. Mas Joaquim da Silveira inclina-se para uma origem antroponímica; refere três topónimos *Nodar*: um no concelho de São Pedro do Sul (já com a mesma forma em 1258 e no século XVI); uma antiga quinta no Douro (assim chamada em 1211); e outro no termo de Pedrógão Grande, que talvez corresponda a um *Portum Nodeir*, mencionado no foral da Covilhã, em 1186, e certamente a *aqua de Noder*, em documento de 1200, hoje representado por *Nodel*, designativo de um afluente do Zêzere, na freguesia da Graça, concelho de Pedrógão Grande. Além de vários *Nodar* na Galiza, o Autor cita ainda, sem localizar, o diminutivo *Nodeirinho* e conclui: “O étimo destes nomes está no genitivo do antigo antropónimo *Notarius*, isto é, em villa Notarii, «quinta de Notário». Tal antropónimo figura com as formas *Notário*, *Nodário* e *Nodeirus* em documentos dos séculos X e XI.”⁸⁶¹ Se *Nodel* for, de facto, variante fonética de *Noder*, genitivo, não será moçarabismo.

*Campo de Ourique*₂ (Leiria, Montemor-o-Velho), *Campo de Ourique* ou *Chão de Ourique*, *Póvoa de Chão de Ourique* (Penela), *Ribeiro de Ourique* (Cinfães), *Vala*

⁸⁵⁹ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos transmontanos”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 64. Ver também a nota (2) deste Autor ao artigo de J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 302.

⁸⁶⁰ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 156. Foi possível localizar *Nesperal* (Sertã), *Nesperido* (Viseu) e várias povoações com o nome de *Nespereira* (nos concelhos de Lousada, Cinfães, Viseu, Gouveia e Sever do Vouga).

⁸⁶¹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 79-80.

de **Ourique** (Soure), **Doirique**, **Azenha Doirique** (Sátão).

Num completo estudo sobre *Ourique*, David Lopes cita as formas antigas *Oric*, *Ouric*, *Ourich*, *Aurich* e *Aulich* (a primeira das quais é a mais antiga, remontando ao século XII), propõe para o nome numa proveniência germânica — o antropónimo godo AURICUS (talvez redução de AURARICUS) latinizado, que se fixou em *Ourique* por influência árabe —, e refuta várias hipóteses etimológicas anteriores, entre as quais a que atribui a origem do nome aos genitivos germânicos *Honoriqui* (erradamente referido em vez de *Honorici*) ou *Honoriquizi* (patronímico de que resultaria **Ouríguez*), com três ordens de argumentos: atendendo à localização meridional da maioria das terras com o nome de *Ourique*, seria de esperar que a forma conservasse o -N-; algumas das formas antigas referidas apresentam *Au-* como primeira sílaba, o que é compatível com *Auricus* e não com *Honoricus*; e, na toponímia germânica do Norte, existem *Ouril* e *Ourilhe* < *Aurilli*, de *Auricus*, com [r] a pertencer ao primeiro elemento dos topónimos (à semelhança de *Mourilhe* < *Maurilli*, de MAURICU; e *Tourilhe* < *Taurilli*, de TAURICU, por exemplo), o que descarta a possibilidade de o seu étimo ser HONORICU. O genitivo deste antropónimo germânico conservou-se, de acordo com o Autor, na toponímia do Norte em *Oriz* e *Ouriz*, enquanto do acusativo se formaram *Origo* e *Ourigo*.⁸⁶²

Joseph Piel segue a lição de David Lopes, acrescentando que *Ourique* é a forma moçárabe do nome visigodo AORICU, também continuado em *Ourilhe* (Celorico de Basto).⁸⁶³

Já anteriormente, Pedro de Azevedo⁸⁶⁴ e Pedro A. Ferreira⁸⁶⁵ entenderam que

⁸⁶² David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 142-157. O Autor recolheu o nome *Ourique* nos concelhos de Ourique, Almodôvar, Lisboa, Montemor-o-Velho, Penela e Cartaxo. F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 144, além do concelho de *Ourique*, tinha referido que o nome só ocorre na designação *Campo de Ourique*, em Lisboa.

⁸⁶³ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. V, 1937-1938, p. 279-280.

⁸⁶⁴ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de pessoas e nomes de lugares”, cit., p. 49: “A composição

na base de *Ourique* estão genitivos de *Honoricus*. A contribuição de Pedro A. Ferreira revela-se interessante, não propriamente pela opção etimológica, mas sobretudo pelas informações de natureza histórico-geográfica. De facto, refere-se a *Campo de Ourique* (na margem esquerda do Mondego, local desabitado pertencente à freguesia de Santo Varão) e a *Campo de Ourique* ou *Chão de Ourique*, como possíveis cenários da Batalha de Ourique. Seguindo a lição de Alexandre Herculano,⁸⁶⁶ Pedro Ferreira refere que a lendária batalha — um simples *fossado* ou *correria* — aconteceu a 25 de Julho de 1139, não no Alentejo (a cerca de 300 quilómetros de Coimbra), mas sim em *Campo de Ourique* (a cerca de 18 quilómetros) ou, mais provavelmente ainda, em *Campo de Ourique* ou *Chão de Ourique* (a cerca de 24 quilómetros). Realmente, nesse mesmo mês e ano, tendo saído de Coimbra, Afonso Henriques fez uma doação a Monio Guimariz quando ia para o *fossado* da Ladeia do Rabaçal, junto a Penela. Não é provável, portanto, que tivesse atravessado a Estremadura e o Alentejo — ainda sob domínio muçulmano — quando tinha o inimigo às portas de Coimbra: “ainda em 1143 — quatro anos depois da batalha d’ Ourique — os muçulmanos infestavam ousadamente as cercanias do Rabaçal e de Penela, o que determinou Afonso Henriques a fundar o castelo e a vila do Germanelo, concedendo-lhes foral amplíssimo de couto de homiziados. Não se diga, pois, que em 1139, por ocasião da batalha d’

com *-ricus* é extremamente vulgar, e produz *-rigo* e *-riz*. (...) *Honoricus* (*Honorici*): Origo, Oriz, Ouriz, Ourique?”. Pedro de AZEVEDO, “Nomes de lugares derivados do germânico *-redi*”, cit., p. 323, rebate a opinião de F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 144, que faz derivar *Ourique* de *ouro* (bem como *Ourilhe*, *Ouril* e *Ourém*). Também J. P. MACHADO, “Adolfo Coelho e o romance moçárabico”, cit., p. 19, discorda desta etimologia apresentada por Adolfo Coelho.

⁸⁶⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 230-232, onde, baseando-se nos *Vestígios da língua árabe* de Fr. João de Sousa e no *Portugal Antigo e Moderno* de Pinho Leal, refere: “*Ourique* é vocábulo godo (...) e vem de *Honoriqui* ou *Honoriquizi*, patronímico de *Honoricus*, *ci*, nome pessoal germânico” — em que também faz radicar os supra-citados topónimos nortenhos.

⁸⁶⁶ Alexandre HERCULANO, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, cit., vol. II, nota XVI, p. 279-287.

Ourique — ou do fossado da Ladêra — já D. Afonso Henriques era pacífico Senhor das terras ao sul de Coimbra até ao castelo d' Almourol, na margem direita do Tejo.”⁸⁶⁷

De resto, outros autores, entre os quais David Lopes e José Saraiva entenderam também que D. Afonso Henriques não poderia ter cometido a imprudência de se aventurar em território inimigo até tão longe, pelo que aventam, respectivamente, a possibilidade de a batalha ter tido lugar em *Chão de Ourique* (Cartaxo) ou em *Campo de Ourique* (Leiria).⁸⁶⁸

Em *Doirique* e *Azenha Doirique* (Sátão), temos sem dúvida a variante fonética *Oirique*, a que se aglutinou a preposição *de*; só na segunda ocorrência chegou até nós o apelativo determinado pelo nome próprio em causa.

Pai Viegas (Miranda do Corvo).

J. Joaquim Nunes explica que “a *Pelágio* corresponde em língua popular *Paio* ou *Pai*, quando em próclise; destas duas formas a primeira ocorre na toponímia, quer só, seguida doutro nome, quer ainda como adjectivo característico de orago; neste caso os dois nomes fundidos, isto é, *Sampaio*, usam-se também como apelido; a segunda, porém, aparece naturalmente seguida sempre doutro nome, representativo de alcunha pela qual o indivíduo era conhecido; assim: — *alvo*, — *calvo*, — *cão* (isto é, ‘branco ou velho’: cf. *Pero Cão*), — *mogo*, etc.”⁸⁶⁹ José Leite de Vasconcelos também

⁸⁶⁷ Excerto adaptado de Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 225 (nota 1). As primeiras 232 páginas do 1º volume da sua *Tentativa etimológico-toponímica* constituem um escrito “ao correr da pena”, onde o Autor aborda assuntos vários, entre os quais a história de Portugal, para só depois entrar “no pelouro mais difícil do nebuloso campo etimológico”, ou seja, no estudo da toponímia. Sobre *Ourique*, cf. ainda IDEM, *Ibidem*, vol. I, p. 212-218; vol. II, p. 105 e vol. III, p. XVI e 261.

⁸⁶⁸ *GEPB*, vol. 5, s.v. CAMPO (C. de Ourique); *GEPB*, vol. 19, s.v. OURIQUE (Batalha de Ourique).

⁸⁶⁹ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1271 (excerto adaptado). *Mogo* é sinónimo de ‘monge’. Sobre esta forma, cf. C. Michaëlis de

se refere a *Pai Viegas* para tratar de *Pai* < *Paio* < *Pelaio* < PELAGIU.⁸⁷⁰ Sobre o moçarabismo *Viegas*, ver, adiante, p. 566.

Painel₂ (Peniche, Vila Nova de Ourém).

Coloca-se a hipótese de poder ser da família etimológica do latim PANE que, por metonímia, passou a designar as plantas e os cereais com que se fabrica o pão. Corominas regista também os derivados *panal* 'massa (de várias matérias)' e *panel* 'conjunto de células do favo'.⁸⁷¹ Sobre o [i] não etimológico, compare-se *Plaino* (p. 355).

Parrachil (Aveiro).

Contra o “mal de pedra”, a que estão atreitas as aves de caça, receitavam os falcoeiros do século XIV, entre outros remédios, sementes de *perrexil* (de que existem as variantes *pirixel*, *prixel* e *prijel*) — uma planta umbelífera, cujo nome botânico é *apiu petroselinu*, correspondente à salsa comum. Entre nós, o nome *perrexil* foi também aplicado a outra planta da mesma família, o *funcho marítimo* ou *crétano marinho* (< CRITHMU) que, pelas suas qualidades condimentares e pelo seu cheiro, se aproxima da salsa e se dá bem à beira mar⁸⁷² — o que condiz com a natureza geográfica do topónimo, que é uma ilha. Talvez *Parracheira*, topónimo do distrito de Leiria, se possa incluir na mesma família toponímica. Mas, segundo J. J. Nunes, *perrexil* é de origem francesa, “língua em que é regular a troca do *tr* por *rr*”,⁸⁷³ se este percurso histórico for o verdadeiro, não se tratará de um moçarabismo.

VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, cit., p. 174. No concelho da Guarda, existe outra povoação com o nome de *Pai Viegas*, e *Paialvo* é topónimo do concelho de Tomar.

⁸⁷⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 492.

⁸⁷¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PAN.

⁸⁷² C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria”, cit., p. 360-361.

⁸⁷³ J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 278.

Peche (Condeixa-a-Nova), **Pinhal do Peche** (Oliveira do Hospital), **Pechins** (Alvaiázere).

A propósito de *filhar* ‘achar, buscar, acolher’, *pilhar* ‘agarrar pelos cabelos’ (< PILIARE); ‘roubar, saquear’, e da “passagem” de [p] a [f], Carolina Michaëlis de Vasconcelos refere *fecho* < *pecho* / *fechar* < *pechar* de *pecho* (< PESCLU por PESTLU por PESSŪLU) e ainda *piccho* / *pincho* dos falares da Beira.⁸⁷⁴ *Peche* será pois, provavelmente, um alótopo moçárabe de *pecho*, e *Pechins* um diminutivo com o mesmo percurso histórico.

Pedre₂ (Oliveira de Frades, Vale de Cambra), **Pedronhe** (Tondela).

Estes nomes podem relacionar-se com o antropónimo *Pedro* ou com o apelativo *pedra*.⁸⁷⁵ *Pedra(s)* abona-se em topónimos simples ou compostos, bem como os nomes que, derivados substantivais (de PĚTRA, *PETRĀRĪA, etc.) ou adjetivais (de PETRŌSU, PETRĪNU, por exemplo),⁸⁷⁶ traduzem o carácter morfológico do terreno e, por vezes, entraram na antroponímia: além de *Alpedrinha* e *Alpedriz* (ver p. 529), existem entre nós *Pedraça*, *Pedraído*, *Pedralva*, *Pedregal*, *Pedregais*, *Pedreiros*, *Pedrógão(s)*, *Pedroso*, *Pedrouços*, *Pedrulha*, *Pedrulhos* e *Pedrunhos*.⁸⁷⁷ J. Piel vê em *Pedre* o genitivo de *Petrus*; também se refere a *Pedronhe* (e a *Pedronho*, em São Pedro do Sul), nomes já estudados por Joaquim da Silveira.⁸⁷⁸ Este Autor entende que *Pedronho* deve assentar no acusativo *Petronium* e *Pedronhe* no genitivo *Petronii*.⁸⁷⁹ Não se dispendo de formas antigas, torna-se difícil estabelecer

⁸⁷⁴ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Glossário do Cancioneiro da Ajuda”, cit., p. 39.

⁸⁷⁵ Sobre estes nomes, ver J. Leite de VASCONCELOS, “«Pedro» e «Pedra»”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 170; e J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 261-263.

⁸⁷⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, vol. IV, p. 330, onde, em várias entradas, apresenta diversos continuadores das referidas formas latinas.

⁸⁷⁷ *GEPB*, vol. 20, p. 756-772 e 832-842.

⁸⁷⁸ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 126.

⁸⁷⁹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 218.

com segurança a natureza destes topónimos, que deverão ser excluídos deste trabalho caso se confirme a sua origem genitiva.

Peniche, **Peniche de Cima**, **Casal do Peniche** (Caldas da Rainha), **Casal do Penicheiro** (Peniche).

Seguindo a opinião de Leite de Vasconcelos — “Como de *PENNA se formava facilmente *PENNISC’LAE, que admira que existisse o locativo *PENNISCULAE ou *PENNISC’LAE, se esta forma, em harmonia com as leis da língua, dava sem nenhuma dificuldade *Peniche?*”.⁸⁸⁰ —, Joaquim da Silveira entende que *Peniche* assenta em *PENNISC’LAE CASTRU 'castro da peninha' (ou, no caso de se tratar de um locativo, 'castro na peninha'), sendo *PENNISCULA diminutivo de *PENNA 'penha', tal como acontece no castelhano antigo com as formas *peñiscola* e *peniscal* [sic] 'penhasco'.⁸⁸¹ A aceitar-se o genitivo / locativo proposto por estes autores, o topónimo devia retirar-se do *corpus* estabelecido. Mas, como já foi referido (p. 260), Joaquim da Silveira não toma em conta a influência moçárabe em terminações -e(s) continuadoras de -U ou -A; poderá tratar-se antes do acusativo *PENNISC’LA > *penicha > peniche, com uma influência moçárabe na vogal final?

Penim (Lamego), **Penozim**, **Penude**, **Penude de Baixo**, **Serra de Penude** (Resende).

São muitos e variados os topónimos cujo nome traduz uma localização próxima de acidentes geo-morfológicos. É o caso dos que se filiam no latim PINNA 'penhasco, rochedo',⁸⁸² como *Pena(s)*, *Penha(s)*, *Penedo(s)*, *Peneda(s)*, *Penedelo*, *Pindelo(a)*, *Penina*, *Alpenas*, *Penique*, etc..

À família etimológica de *Pena* pertencem também os diminutivos *Penozim* e *Penim*, que Leite de Vasconcelos identifica como tal, ao lado de, por exemplo,

⁸⁸⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Notícias filológicas”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 132.

⁸⁸¹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 220.

Penidelo, Penique, Peninha e Penina.⁸⁸³ Anteriormente, Pedro Ferreira entendeu que *Penim* é aférese de APENINU, nome dado pelos Romanos a um sítio “muito escarpado, mas muito lindo e de forma cónica que tem no topo uma quinta muito antiga, em que têm aparecido velharias romanas.”⁸⁸⁴

Quanto a *Penude*, este Autor supõe que, tratando-se de uma freguesia abundante em fragas e penedos, “*Penude* vem talvez de *Penide* por *Penido* e este por *Penedo*.”⁸⁸⁵

Na Serra de Montejunto (concelho de Alenquer), além de *Penedos* e de *Penafirme*, situa-se o lugar de *Penuzinhos* — nome que se abona também na antiga toponímia lisboeta, onde existiu uma *Rua dos Penozinhos*.

Pepim (Castro Daire), *Moinhos de Pepim* (Penalva do Castelo).

Este nome é considerado adiante (p. 435), a propósito da conservação de -N- em *Pepinos*.

Picotes (Vale de Cambra).

Picotas (mina de estanho, no concelho da Guarda) e *Picote* (freguesia do concelho de Miranda do Douro) são os nomes de lugar que, certamente, partilham com *Picotes* a mesma etimologia — *pico* (de *picar*), cujo sentido geográfico se documenta só no século XVI mas que se usa desde o século XIII. *Picar* é, de acordo com José Pedro Machado, palavra espalhada por todos os romances ocidentais, cuja formação expressiva remontará ao latim vulgar, e que se documenta pela primeira vez, em português, em 1269.⁸⁸⁶

Pedro A. Ferreira refere-se a *Picote* (que não localiza) como sendo “o mesmo

⁸⁸² J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PEÑA. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Pena³.

⁸⁸³ J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 244-245, onde, a propósito de *Penamacor*, se referem muitos topónimos formados a partir de *pena*.

⁸⁸⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 477 (excerto adaptado).

⁸⁸⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 210, 463 e 539; vol. III, p. 71 e 120.

que *Picoto*”, citando também os diminutivos *Picotinho* e *Picotim*.⁸⁸⁷ *Picoto* assume a significação geográfica de ‘cimo agudo de um monte; elevação de terreno; marco ou coluna de pedra colocada no cimo de um monte’; e *Picota* é nome de um dos pontos mais altos da serra de Monchique. Ambos são diminutivos de *pico* — forma muito produtiva na nossa toponímia, a avaliar pelas mais de vinte abonações reunidas na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.⁸⁸⁸

Pondres (Arouca).

Pondras, com a variante local de *Pondres*, é uma freguesia do concelho de Montalegre, situada na margem esquerda do rio Rabagão.⁸⁸⁹ Na origem do seu nome e muito possivelmente deste do concelho de Arouca deve estar o apelativo *pondra* ‘pedra de passagem de uma para outra margem de um ribeiro ou rio’, também com as variantes *alpondra* e *alpoldra*, “de *al-* + latim *PULITRU ‘poldro’”, traduzindo a imagem sugerida pelo saltitar de pedra em pedra.⁸⁹⁰

Porcelhe (Oliveira de Frades).

São muitos os topónimos portugueses que continuam o latim PORCU, entre os quais se encontram *Porca(s)*, *Porcalho*, *Porcalhota* (hoje Amadora), *Porcariça*, *Pocariça*, *Porcel*, *Porqueira(s)* e *Porcelhe* que, segundo Pedro A. Ferreira, se pode radicar no diminutivo latino PORCELLU, sinónimo de PORCULU (< PORCU).⁸⁹¹ Leite de Vasconcelos explica este topónimo pelo genitivo *PORCĪCULI,⁸⁹² no que é contrariado por J. Piel, uma vez que “o sufixo -ĪCULUS não entra na formação de

⁸⁸⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Pico, e s.v. Picar.

⁸⁸⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 31 e 515.

⁸⁸⁸ *GEPB*, vol. 21, s.v. PICO.

⁸⁸⁹ Fernando Braga BARREIROS, “Vocabulário barrosão”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 271. *GEPB*, vol. 22, s.v. PONDRAS, s.v. PONDRA.

⁸⁹⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Alpoldra, alpondra, e s.v. Pondra.

⁸⁹¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 79.

⁸⁹² J. Leite de VASCONCELOS, “Fauna toponímica portuguesa”, *cit.*, p. 195.

antropónimos latinos”. Este Autor abona *vila Porceli* (1050), explicando o topónimo pelo genitivo do antropónimo latino *PORCELL(I)US,⁸⁹³ o que, a confirmar-se, excluiria *Porcelhe* deste estudo.

Portel (Lamego).

Portel, simples ou em nomes compostos, está também representado na toponímia dos distritos de Évora e Beja (como *Portel*, *Porto de Portel*, *São Pedro de Portel*). Através de um documento do século XII, sabe-se que o antigo nome da vila de *Portel* (Évora) era *Portel Maformade*, com um elemento árabe, influência também referida por Leite de Vasconcelos: “*Portel* (Alentejo): de *Portelo, com queda de -o, por influência do árabe”. Noutro artigo, o mesmo Autor aproxima *Pinhel*, *Portel* e *Castel de Pinho*, *Porto*, e *Castelo*, respectivamente.⁸⁹⁴ A propósito de *Alportel*, afirma David Lopes: “é o nome românico «portel», diminutivo de «porto», no sentido de «porto seco», como em «Portalegre», «Portel», etc., mais o artigo árabe.”;⁸⁹⁵ J. P. Machado também se refere a *Alportel* como um caso de composição híbrida de *al* com **portellu*, diminutivo, do latim PORTU ‘porto’;⁸⁹⁶ e J. J. Nunes considera igualmente *Alportel* um topónimo formado da junção do artigo árabe *al* com um nome comum de proveniência latina, cuja etimologia não aborda.⁸⁹⁷

⁸⁹³ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 128.

⁸⁹⁴ Cf., respectivamente, J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia”, cit., p. 308; e IDEM, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 243.

⁸⁹⁵ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 131. *Alportel*, *Cerro de Alportel*, *Outeiro de Alportel*, *Ribeira de Alportel*, *São Brás de Alportel* são topónimos do distrito de Faro.

⁸⁹⁶ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 278; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 70. *Alburitel* (Vila Nova de Ourém) é outro caso em que houve perda da vogal final. Trata-se de um exemplo de hibridismo também aduzido por Machado, que o considera herança dos antigos dialectos moçárabes, não identificando o elemento românico. Sobre *Alburitel*, ver J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 41; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 120.

⁸⁹⁷ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 187.

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* lê-se que “o nome de *Portel* parece derivar de *porto pequeno* ou *passagem estreita*”,⁸⁹⁸ o que acrescenta um outro significado ao vocábulo. Leite de Vasconcelos cita Bluteau que, tanto no *Vocabulário* como no *Elucidário*, escreve, definindo *porto*: “nos Coutos de Alcobaça é uma abertura por onde se entra em uma fazenda”.⁸⁹⁹ Simonet, além do topónimo *El Portel* (Granada), abona os apelativos *portél* e *portiel* no sentido de ‘pequena porta, postigo’ e também no de ‘passagem estreita entre montanhas’, que radica no baixo latim PORTELLU, diminutivo de PORTU ‘abertura, passagem; entrada de um porto’.⁹⁰⁰ Pedro Ferreira também aproximou as formas *Alportel*, *Portel* e *Portal*, sem se referir à sua etimologia.⁹⁰¹

Azenha dos Poupins (Penalva do Castelo).

De origem e evolução onomatopaica, para José P. Machado, *poupa* (< latim ŪPŪPA ‘poupa; ave’) é nome de uma ave estival, muito comum no país, cuja cabeça é adornada com um tufo de penas; por extensão, o termo designa igualmente um nó de cabelo no alto da cabeça, que faz lembrar a poupa das aves.⁹⁰² Talvez a origem deste topónimo assente no nome da ave ou numa alcunha.

*Rebolim*₂ (Alcobaça, Coimbra), *Pinheiro do Bolim* (Pedrógão Grande).

Relativamente a *Rebolim*, colocam-se diversas possibilidades etimológicas. *Rebolo* é apelativo que se usa a significar ‘cilindro, mó’, de *rebolar*, de *bola* (< BŪLLA, talvez não directamente do latim, mas através de qualquer outro idioma românico), e ‘castanheiro’ (de REPŪLLU, ou talvez pós-verbal do latim REPŪLLĀRE). Como regionalismo, designa igualmente ‘amêndoa arredondada’, ‘qualquer seixo’ (em

⁸⁹⁸ *GEPB*, vol. 22, s.v. PORTEL.

⁸⁹⁹ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia geográfica*, cit., p. 16.

⁹⁰⁰ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. PORTÉL. Cf. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PUERTO.

⁹⁰¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 506; vol. III, p. 36, 95 e 434.

⁹⁰² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Poupa. *GEPB*, vol. 22, s.v. POUPA¹.

seixos e algum lodo; a dificuldade é, portanto, acrescida, deixando em aberto qualquer uma destas possibilidades. Talvez se possa seguir a pista etimológica deixada por Simonet (*reból* ‘azevinho’), ou a de Pedro A. Ferreira (já atrás sugerida) que, confrontando os topónimos *Rebolo* e *Rebolim*, formula a hipótese de este se relacionar com o diminutivo *rebolinho*. Em outros trechos, este Autor abona diversos topónimos que tomaram o nome dos castanheiros bravos ou *reboleiros*, assim chamados porque dão castanhas redondas, semelhantes a *rebolos* ou *rebolãs* — *Rebolaria*, *Rebolal*, *Reboleiro(s)*, *Souto de Reboleiras*, *Rebolosa*, etc..⁹⁰⁷

Bolim pode ligar-se a *Rebolim* e representar um antropónimo ou talvez uma alcunha, como se pode perceber pela contracção da preposição com o artigo em *Pinheiro do Bolim*.

Rechico (Estarreja).

Neste topónimo, cuja base etimológica é o latim RIVULU SICCU ‘rio seco’, há a notar a apócope de *-o* (em *rio*), e a palatalização de [s] (em *seco*), como se verá, adiante, p. 381.

Redondel (Viseu).

Não se referindo nem à etimologia nem à localização, Pedro A. Ferreira cita *Redonde* (Guimarães) e *Redondo* (Évora)⁹⁰⁸ que, como *Redondela* (cidade da Galiza), *Redondelo* (Chaves e Ribeira de Pena), e *Redondel*, partem do latim vulgar *RETUNDU, forma dissimilada de ROTUNDU ‘redondo, arredondado’.⁹⁰⁹ Simonet abona *retóndo*, *rothóndo(a)*, *rotúndo* e na toponímia *Pódio Rotúndo* e *El Retóndo*.⁹¹⁰

⁹⁰⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 464 e 526; vol. III, p. 251-252.

⁹⁰⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 515. Na *GEPB*, vol. 24, s.v. REDONDO, pode ler-se: “Da origem do seu nome nada se sabe, havendo a tradição de derivar de um grande penedo *redondo* que existia onde hoje se levanta a Misericórdia.”

⁹⁰⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. REDONDO. Cf. J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, *cit.*, p. 259.

⁹¹⁰ SIMONET, *Glosario*, *cit.*, s.v. RETÓNDO, ROTHÓNDO, A y ROTÚNDO.

No distrito de Vila Real, existe ainda *Rodel*, continuador do latim tardio *ROTELLU (< ROTULU) 'pequena roda', derivado de ROTA 'roda',⁹¹¹ tal como o galego-português *rôdo* 'círculo; rolo'. No vocabulário dos pescadores, *rodela* e *rodel* significam 'bóia redonda'.⁹¹² Tanto *Redondel* como *Rodel* relacionam-se certamente com características topográficas ou referem-se a *arredores* (da mesma família etimológica). No distrito da Guarda, é muito frequente usar-se *redondel* nesta última acepção.

Relves (Soure).

Além de se usar como apelido, *Relva(s)* documenta-se como topónimo, quer do território continental português, quer dos Açores e da Madeira.⁹¹³ J. J. Nunes abona ainda *Relvais*, *Relvão*, *Relvinha(s)*, *Relvinho* e *Relvoso*, considerando *relva* como forma divergente de *erva*.⁹¹⁴ Segundo J. P. Machado, têm sido feitas várias tentativas para explicar o nome *relva* e o verbo *relvar*; uma delas pertenceu a Joaquim da Silveira, que considerou *relva* deverbais de *relvar*, derivado do latim vulgar RE-HERBARE 'criar de novo erva', formado com o prefixo de valor iterativo RE + HERBARE — verbo que no baixo latim se empregou por HERBERCERE 'criar erva'. Machado considera possível que *relva* seja vocábulo privativo do português mas aproxima o verbo *relvar* do leonês *ralbar* 'dar la primera reja de arado a las tierras, levantar el barbecho', como aliás é opinião de Corominas, que os considera irmãos e ambos derivados do latim RELEVĀRE 'levantar'.⁹¹⁵ Corominas fornece outras informações importantes para a compreensão da natureza dos topónimos com estes nomes: *relva* assume o sentido genérico de 'erva curta do prado que está à flor da terra e lhe serve de tapete'; *relvar* usa-se em Trás-os-Montes nas acepções de

⁹¹¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. RUEDA.

⁹¹² Luís CHAVES, "A cortiça e o seu vocabulário popular", cit., p. 113.

⁹¹³ *GEPB*, vol. 25, s.v. RELVA, s.v. RELVAS.

⁹¹⁴ J. J. NUNES, "A vegetação na toponímia portuguesa", cit., p. 173.

⁹¹⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Relva.

‘restivar ou semear no restolho do centeio’, ‘dar a primeira lavra à terra na Primavera’. A área vocabular de *relva* penetra em vários pontos no território linguístico leonês, onde se usa a expressão “echar el caballo a *relva*” que significa ‘soltá-lo e não cuidar dele (uma vez que tem pasto)’.⁹¹⁶

Repeses, *Ribeira de Repeses* (Viseu).

Não se encontrou qualquer referência a este nome de lugar que pudesse ajudar a esclarecer a sua origem. Não parece provável que se ligue a *repeso*, de REPENSU, particípio de REPENDERE que funciona como particípio forte do verbo *arrepender* (de (AR)REPĀNITĒRE < PĀNITĒRE ‘causar pena, arrependimento’).⁹¹⁷ Uma vez que, segundo J. P. Machado, parece ter havido “o cruzamento *arrepender* x *prender*”, pode pensar-se numa analogia com *represa* ‘açude’, nome representado na toponímia do concelho de Montemor-o-Novo, e já documentado em 1065, de *re-* + *preso*, e este do latim PRENSU ou PREHENSU, particípio passado do verbo PREHENDĒRE.⁹¹⁸ Ou talvez se relacione com o provincianismo trasmontano *repesoiro* ‘terreno baldio nos montes ou próximo dos rios’.⁹¹⁹

Reveles₂ (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho), *Campo de Reveles* (Figueira da Foz).

Segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, “o topónimo *Reveles* é derivado da baixa latinidade *Rebelles* e é assim que é designada a povoação [do concelho de Montemor-o-Velho] no ano de 1139, na troca que o convento do Ceiça fez da herdade que possuía nas Figueiras por outra da igreja de S.^{ta} Maria de Montemor,

⁹¹⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. RALBAR.

⁹¹⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Arrepender. J. J. NUNES, “Notas filológicas”, *Revista Lusitana*, vol. 14, 1911, p. 75. Note-se que há mais particípios assim formados, como *morto*, particípio forte do verbo *morrer*, que se pode referir também a *matar*.

⁹¹⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Represa, s.v. Preso, s.v. Arrepender. *GEPB*, vol. 25, s.v. REPRESA.

⁹¹⁹ *GEPB*, vol. 25, s.v. REPESOIRO.

em Ogal, junto do rio Carnide: «Freixiosa e lagoa de *Rebelles*». O foral manuelino de Montemor grafa a povoação por *Revelleis*.”.⁹²⁰ Joseph Piel, que também cita *Revel* e *Revelhe* (no Norte do País), interroga-se acerca da eventualidade de na base de *Reveles* estar o patronímico **Revellici* de **REVELLIUS*,⁹²¹ o que parece não se coadunar com *Campo de Reveles*. Poderá tratar-se de variante de *Ribeles* (estudado a seguir)?

Ribeles (Oliveira do Hospital).

J. Leite de Vasconcelos recolheu, no *Dicionário Postal* de Silva Lopes, catorze povoações com o nome de *Ribela(s)*, que considera diminutivo de *riba(s)*.⁹²² *Ribelas*, outrora sede de um pequeno concelho extinto no século XIX e absorvido pelo de Lamego, é um nome de lugar relacionado com as características topográficas do terreno: situa-se num pequeno vale sobranceiro ao rio que atravessa a veiga de Lalim. A forma antiga do nome, usada até ao século XVII, era *Ribadelas*, o que mostra que, neste caso, *Ribelas* não é diminutivo plural de *riba* ‘margem’, mas sim de *ribada* ‘riba prolongada e alta; arribada, escarpa’, ambos com base no latim *RIPA* ‘margem’.⁹²³ Na freguesia de Marvila — zona onde se mantiveram grandes comunidades mouras e moçárabes —, havia um lugar chamado *Ripeles* (1220),⁹²⁴ nome onde se verifica ainda a manutenção da surda intervocálica [p]. Em Coimbra, era antigamente dado o nome de *Vale da Ribela* à depressão hoje ocupada pela avenida Sá da Bandeira e continuada na rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes.⁹²⁵

⁹²⁰ *GEPB*, vol. 25, s.v. REVELES, s.v. REVELHE.

⁹²¹ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 134.

⁹²² J. Leite de VASCONCELOS, “Riba d’ Ave”, *Opúsculos*, vol. III, cit., p. 161.

⁹²³ *GEPB*, vol. 25, s.v. RIBELAS.

⁹²⁴ <http://www.esec-d-dinis-lsb.rcts.pt/marv.htm>.

⁹²⁵ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 151.

Rochel, *Ribeiro de Rochel* (Arganil).

Não se conseguiu apurar, de forma satisfatória, a origem destes topónimos. Estarão ligados provavelmente a *rocha*, com o sufixo diminutivo. José P. Machado situa a sua primeira abonação em 1156, considerando *rocha* “galicismo antiquíssimo; do francês *roche*, que representa um tipo **rocca*, de origem desconhecida, mas sem qualquer dúvida pré-latino.”⁹²⁶

Vale de Rocim (Oliveira do Hospital).

Pedro A. Ferreira relaciona as formas toponímicas *Rozem* e *Vale de Rocim* (por *Vale de Rozim*, o mesmo que *Vale de Rozem*), filiando-as em “*Rauzendus*, *i* — *Rozendo*, antigo nome pessoal”.⁹²⁷ A ocorrência da preposição não abona em favor de um possível genitivo; o mesmo se pode afirmar em relação ao étimo proposto que, a ser genitivo, teria uma forma do tipo **Rosendí*, com a última sílaba conservada.

Casal do Rolim (Óbidos).

O *Dicionário etimológico da língua portuguesa* apresenta duas entradas para *rolim*: a primeira remete para *raulim* ‘religioso budista de Pegu e de Bramá’, acepção que, para este contexto, parece completamente inadequada; a segunda refere tratar-se de substantivo, de etimologia obscura, não juntando qualquer outra informação útil.⁹²⁸ O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (s.v. Rolim), não esclarecendo a etimologia, consigna os usos zoológicos de ‘bezedor, fura-buxo’ — peixes da família dos molídeos —, além de ‘emissário entre os povos do Extremo-Oriente’ e de ‘monge no reino de Pegu’. A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* inclui as acepções já referidas, acrescentando a de ‘ave, o mesmo que *ruli*’; além disso apresenta dezasseis entradas

⁹²⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rocha.

⁹²⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 290.

⁹²⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rolim^{1 e 2}, s.v. Raulim, rolim.

onde o termo aparece como apelido.⁹²⁹ Também Pedro A. Ferreira entende tratar-se de um apelido e radica-o em RAULINU (< baixo latim RAULU), “unde *Raulino*, *Raulim* e *Rolim*, apelidos nossos”.⁹³⁰ De facto, dado o carácter determinativo conferido pela contracção da preposição com o artigo, é, nestes casos, a hipótese mais plausível. Também no concelho de Óbidos, existe *Casal do Rolo* e, no do Bombarral, *Casal do Rolão* (tratados na p. 463). Ver também *Rolinas* (Condeixa-a-Nova), p. 395 e 437.

Ronde (Arouca).

Segundo Piel, possivelmente *Ronde* corresponde ao antropónimo feminino *HRUNDA, que partiu do antigo nórdico *Hrund* ‘deusa’, ‘mulher’.⁹³¹

Sales₂ (Espinho, Santa Maria da Feira).

Certamente plural de *sala* e alótopo de *salas*, nome muito recorrente na toponímia; o estudo do étimo SALA encontra-se na p. 464, a propósito da conservação de -L- intervocálico.

Samel (Anadia), **Samil** (Oliveira de Azeméis).

Não nos foi possível esclarecer totalmente a proveniência destes topónimos, que não geram consenso junto dos especialistas. Tratar-se-á de formas com a mesma origem pré-romana de *samo* ‘alburno, casca de árvore’, ou *sama* ‘caruma’?⁹³² Serão alótopos de *samelo* (provincianismo minhoto) ‘pequena pedra’?⁹³³ J. J. Nunes explica que “*Emilius* ou *Emílio* soa na boca do povo *Emilo* e *Milo*”, forma documentada em 974 e que o Autor entende estar representada nos topónimos *S. Mil* ou *Samil* e *Santomil*.⁹³⁴

⁹²⁹ *GEPB*, vol. 26, s.v. ROLIM^{1 e 2}.

⁹³⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 43.

⁹³¹ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. VI, 1939-1940, p. 83.

⁹³² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Samo, s.v. Sama, samoco, samouco, samudo.

⁹³³ *GEPB*, vol. 26, s.v. SAMELO.

⁹³⁴ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, *cit.*, p. 1266.

Pedro A. Ferreira interroga-se se *Samel* estará por *Samuel* — nome próprio hebraico e topónimo português; e, de acordo com este Autor, *Samil*, por sua vez, poderá ser variante de *Samel*.⁹³⁵ J. Piel também não exclui essas possibilidades quando diz ignorar se *Samel* está por *Samuel* ou por *Samil*, que entende tratar-se do genitivo do nome medieval *Salamirus*.⁹³⁶ Leite de Vasconcelos pensa que *Samil* está por *Salamiri*, genitivo de *Salamirus*, nome germânico, representado por *Salamiro* em documentos do século X.⁹³⁷ E Rodrigues Lapa recolheu *Samil*, de *Sanamiri*, em Georg Sachs, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*.⁹³⁸ Se assim for, deverá excluir-se deste estudo.

Samorim (Vila Nova de Paiva).

Pedro Ferreira confronta os topónimos *Samarim* / *Samarinho* e *Samorim* / *Samorinha*, sem qualquer outra informação adicional, nem de carácter etimológico nem geográfico.⁹³⁹ Como já se notou (a propósito de *Lomarim*), J. J. Nunes exemplifica com *Samarinho* e *Samarim* a aglutinação do “qualificativo próprio de oragos” com o nome próprio *Marinus*, que está representado por *Marinho* e pelo seu proclítico *Marim*.⁹⁴⁰ Mas pela proximidade fonética com *Morim*, topónimo dos concelhos de

⁹³⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 89 e 268.

⁹³⁶ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. VI, 1939-1940, p. 333-334.

⁹³⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, *cit.*, p. 798-799.

⁹³⁸ Rodrigues LAPA, Recensão a Georg SACHS, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 176 e 180.

⁹³⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 464.

⁹⁴⁰ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, *cit.*, p. 1269-1270 (excerto adaptado). J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, *cit.*, p. 809, não vislumbrando o carácter moçárabico do nome, contraria a opinião de J. J. Nunes: “Suponho que *Marim* não é proclítico de *Marinho*, isto é, de *Marino*, mas genitivo.”.

Amares e de Paredes de Coura,⁹⁴¹ também é possível que *Samorim* seja o resultado da aglutinação de SANCTU MAURINU. Lembre-se que Piel atribui a diversos topónimos o étimo latino MAURUS / MAURA⁹⁴² — adjectivo do latim hispânico que, segundo Simonet, radica em MORUS ‘negro’, de onde também o nome do fruto MORUM ‘amora’,⁹⁴³ o que é, aliás, consentâneo com a opinião de J. J. Nunes,⁹⁴⁴ que dá *Amorim* como um dos diversos topónimos derivados de *amora*, o que se coaduna com a existência de *morim*, não só como apelativo e como apelido, mas também como nome de lugar.⁹⁴⁵

Sandim (Góis), **Sendim** (Tabuaço).

Na opinião de Pedro A. Ferreira, o nome próprio latino *Sandinus* “deu ou podia dar *Sandim*, *Sandinha*, *Sandinho* — e *Sendim*, *Sendinha*, *Sendinho* [que são] povoações nossas.”⁹⁴⁶ A existência destes diminutivos torna muito provável que o sufixo -INU esteja na origem também das terminações em *-im*.

Santins (Arouca).

J. Piel abona diversos nomes latinos derivados de *Sanctus*, entre os quais *Sanctinus*, e recorda que *Sanctus* tinha originariamente o significado de ‘virtuoso, honesto’, passando a assumir, na terminologia cristã, a significação de ‘santo’ só a

⁹⁴¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 262 e 305, onde também cita *Moural* e *Mouril*. Cf., acima, *Moirim* e *Moure*, p. 304.

⁹⁴² Cf.: Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 103-107; IDEM, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. V, 1937-1938, p. 53-54. Piel considera que *Morão*, *Mourão*, *Mourães*, *Morim*, *Mourim*, *Morins*, etc. partilham a mesma etimologia. Igual opinião tem Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 288, 295 e 305-308.

⁹⁴³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MÁURO.

⁹⁴⁴ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 156-157.

⁹⁴⁵ *GEPB*, vol. 17, s.v. MORIM, que, além de ser variante de *amorim*, comporta a acepção de ‘matéria corante que contém o lenho da amoreira’.

⁹⁴⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 231 e 464.

partir do século V.⁹⁴⁷ *Santo(s)*, *Santinho*, *Sancho*, *Sanches* são antropónimos frequentes entre nós. Na toponímia, existem, por exemplo, *Sanche* (Amarante), *Casal Sancho* (Nelas) e *Santinha* (Gouveia).

Macieira de Sarnes (Oliveira de Azeméis).

Não se tendo encontrado pistas etimológicas que ajudem a explicar este nome, afigura-se possível aproximá-lo de *Cernache* e de *Sarnada(s)* (ver adiante, p. 366).

Sarradel (São Pedro do Sul).

Serradela, do latim *SERRATELLA por SERRATULA, é nome vulgar de várias plantas leguminosas forrageiras, espontâneas em Portugal, e de grande interesse para os terrenos pobres.

Existe também o topónimo *Serradelo*, lugar da freguesia de Raiva, concelho de Castelo de Paiva, cujas origens remontam ao século XII, época em que se documenta *Cerradello*. Este parece relacionar-se com o latim CERRINU, da terminologia vegetal ('carvalho, azinheira'), o que, a verificar-se, estaria de acordo, em antiguidade, com a vetustez do povoamento e da vegetação local, que remonta à pré-história.⁹⁴⁸ Joaquim da Silveira considera antes que a base de *Serrado* (Castelo de Paiva, Ovar e Oliveira de Azeméis), *Serradinho* (Castelo de Paiva) e *Serradelo* "é o vocábulo comum *cerrado* 'cerca, terreno tapado ou murado'", derivado do verbo *cerrar*, sendo os dois últimos formas toponímicas diminutivas. A grafia da consoante inicial não é objecção a esta origem, dada a grande frequência de grafias não etimológicas, mas devidas a homofonia.⁹⁴⁹

Sarzedo (Sernancelhe).

Carolina Michaëlis de Vasconcelos relaciona o topónimo com o latim SALICE

⁹⁴⁷ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 140.

⁹⁴⁸ *GEPB*, vol. 27, s.v. SARRADELA; *GEPB*, vol. 28, s.v. SERRADELA, e s.v. SERRADELO.

‘salgueiro’: “SAL’CE deu em castelhano *salce* (de onde *salcedo* e *salceda*), e por vocalização do *l* consoante: *sauze* (de onde *saucera*, *sauzal* e *saucedá*), e secundariamente *saz* (cfr. *calce*, *cauce*, *caz* de CAL’CE). Em português *salce*, que vive nos nomes de lugar *Salzedas* (de onde *Sarzedas* e *Sarzedo*), produziu *saice* e em último lugar *seice*.”.⁹⁵⁰ Todavia, nem José Joaquim Nunes nem Leite de Vasconcelos, que também estudaram topónimos com esta raiz etimológica, se referem a *Sarzedas* ou a *Sarzedo* como cognatos de *Salzedas*.⁹⁵¹

Pelo contrário, Leite de Vasconcelos considera diferentes estes dois tipos toponímicos e sublinha a distinção que lhes está subjacente. Assim, filia *Sarzedo* na família etimológica do latim QUERCUS ‘carvalho’ de onde, por sufixação, se teriam formado diversos topónimos, entre os quais cita *Cercada*, *Cercosa*, *Cercal*, *Cerqueira*, *Cerzedá* (< *querceta*) com o diminutivo *Serzedelo*, *Sarzedo* e *Sarzedá(s)*.⁹⁵² Atribuindo a evolução de [ə] para [a] nestas últimas formas à “influência do *r* vizinho, pois este faz mudar facilmente um *e* átono e surdo em *a*”, explica que “o *qu* de *quercus* adquiriu a pronúncia de *c* românico antes de *e* (...) e por isso transformou-se de gutural em sibilante.”. E, num aturado estudo sobre *Salzedas* (freguesia do extinto concelho de Mondim da Beira, actualmente pertencente ao de Tarouca), abona as formas antigas *Salzedá*, *Serzedá*, *Cerzedas* e *Çarzedá*, acerca das quais nos diz o seguinte: “estas três últimas formas devem considerar-se como erradas, e apenas resultantes de confusão com outras verdadeiras que efectivamente há (*Cerzedá*, *Sarzedá*, *Sarzedas* e *Sarzedo*), mas que se referem a outras povoações e têm uma explicação diversa; de

⁹⁴⁹ Cf. J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 24.

⁹⁵⁰ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, cit., p. 185-186.

⁹⁵¹ Ver, adiante, *Asseiceira*, p. 554.

⁹⁵² Existem, aliás, várias povoações com nomes cognatos: *Serzedelo* é topónimo dos concelhos de Guimarães, da Póvoa de Lanhoso e de Lousada; *Sarzedo* dos concelhos de Guimarães e de Vila Nova de Gaia; *Sarzedo* de Arganil, Covilhã e Moimenta da Beira; *Sarzedinho* de São João da Pesqueira; *Sarzedá* de Sernancelhe e de Bragança; e *Sarzedas* de Castelo Branco.

facto as formas com *l* são mais antigas, e no dialecto beirão o *l* naquelas circunstâncias não se muda facilmente em *r*, o que hoje acontece no dialecto interamnense (onde se diz *áurma* = *alma*, etc.): por isso só com custo *Salzeda* podia dar *Çarzedá*, *Serzedá* ou *Cerzedas*, de mais a mais escritas com *Ç* e *C* que naquela época soavam diferentemente de *S*, e que não podiam provir deste. (...) A etimologia é evidentemente o latim *saliceta*, de *salicetum* (donde proveio *salictum*), derivado de *salix* (salgueiro).”. Prossegue, explicando não ser raro que os nomes neutros latinos da segunda declinação estejam representados pela forma neutra do plural em *-a* e sejam facilmente confundidos como formas femininas do singular. *Salzedas* seria, portanto, plural de *Salzeda* (**sal'ceta* < **sal'ce* equivalente a *salicem*) por *saliceta*, plural de *salicetum*. E termina com uma citação de Viterbo: “Este sítio, cercado de águas, e que ainda hoje produz imensa cópia de salgueiros, era o mais próprio para dar o nome à Salzeda, que no latim daqueles tempos se chama *Saliceta*, que corresponde a *Salicetum* ou *Salgueiral*.”.⁹⁵³

Joseph M. Piel,⁹⁵⁴ num estudo sumário mas bem sistematizado sobre a representação de SALICĒTU ‘salgueiral’ e de SALIX, -ĪCE ‘salgueiro’ na toponímia hispânica, elenca variadíssimos nomes de lugar derivados de SALICĒTU, entre os quais os portugueses *Sarzedo(a)*, *Sarzedinho(a)* ao lado de *Salzeda(s)*, e os espanhóis *Sarceda* e *Salcedo(a)*. Em nótulas que antecedem as formas toponímicas, Piel faz referência à evolução fonética sofrida pela sequência *-lc-*. No que respeita a *Sarzedo(a)*, *Sarzedinho(a)*, a indicação é *-lc- > -rz-*, o que significa que faz derivar estas formas de *Salcedo(a)* (existente na toponímia espanhola mas não na portuguesa) e não de *Salzeda(s)* que, como aliás já entendera Carolina M. de Vasconcelos, parece mais plausível. Tratar-se-ia de um caso de rotacismo, à

⁹⁵³ Cf. J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 240 e 49-51, respectivamente.

⁹⁵⁴ Joseph M. PIEL, “Nota ao artigo precedente” [de Paul AEBISCHER, “Salicetum te Salictum dans les langues romanes”], *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III, 1949-1950, p. 86-89.

semelhança de tantos outros que tão frequentemente se observam — *grória* (por *glória*), *cardo* (por *caldo*), *sordado* (por *soldado*), etc.. É, portanto, possível que *Sarzedede* seja variante de *Sarzedo* ou de *Sarzedade*.

Segade (Miranda do Corvo).

Pedro de Azevedo nota que a terminação -ATUS, qualquer que seja a sua origem, tem como resultado -ado e -ade, e dá *Segade* (< SAGATU) como exemplo.⁹⁵⁵ O termo latino *sagatu* aplicava-se especialmente aos militares romanos, que usavam *sago* ou *saio* ‘espécie de manto de lã’.⁹⁵⁶ Poderá ter sido antropónimo?

Senhorim, *Canas de Senhorim* (Nelas).

Só Leite de Vasconcelos entende tratar-se do genitivo *Seniorini*.⁹⁵⁷ José Joaquim Nunes considera *Senhorim* a forma masculina do nome próprio feminino *Senhorinha*, caído em desuso, mas presente na toponímia. A abonar ambos, cita as formas antigas *Santa Senhorina* (século XIII) e *Seniorim* (séculos XI e XII).⁹⁵⁸ A opinião de que não se trata de genitivo é também defendida por outros autores: Pedro de Azevedo, que dá *Senhorim* como equivalente do nome medieval *Seniorinus*,⁹⁵⁹ Joseph Piel e Pedro A. Ferreira, que vêem em *Canas de Senhorim* o nome próprio *Seniorinus* (diminutivo do latim *Senior*),⁹⁶⁰ e Joaquim da Silveira, que cita a forma de 1286 *Canas*

⁹⁵⁵ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de pessoas e nomes de lugares”, cit., p. 51.

⁹⁵⁶ António Gomes FERREIRA, *Dicionário de Latim-Português*, Porto, s/d, s.v. *sagātus*, s.v. *sagum*.

⁹⁵⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 817-818.

⁹⁵⁸ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1272-1273. Ver também IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 186.

⁹⁵⁹ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de pessoas e nomes de lugares”, cit., p. 51.

⁹⁶⁰ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 142. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 464, e vol. III, p. 298 e 375.

de *Senhor* ã.⁹⁶¹

Sepins (Cantanhede).

Pedro A. Ferreira regista *Sepinho* e *Sepins*, entendendo que este está por *Sepinhos*, mas nada acrescentando quanto à etimologia.⁹⁶² Apesar da grafia não etimológica, talvez se relacione com o apelativo *cepo*, do latim CIPPU ‘cipo, coluna funerária; estacas em armadilhas; limite, marca de terreno’, cuja abonação mais antiga, já como topónimo, remonta a 1258.⁹⁶³

Serém (Águeda).

José Joaquim Nunes afirma que o adjectivo latino SERENUS, representado entre nós pelo topónimo *Serém*, começou a ser usado pelos romanos como alcunha, tendo-se depois fixado como nome pessoal.⁹⁶⁴ Leite de Vasconcelos entende que na origem deste topónimo se encontra *Sereni*, genitivo de *Serenus*, nome próprio filiado no referido adjectivo.⁹⁶⁵ Mas Joseph Piel, que também explica o nome de lugar pelos antropónimos latinos *Serenus* ou *Serenius* (igualmente na origem de topónimos espanhóis e franceses), abona as formas antigas portuguesas *Villa Seren* (1050) e *Serem* (1057), onde a marca de genitivo não é evidente.⁹⁶⁶

Serpel (Águeda), **Serpins** (Lousã).

O apelativo *serpe*, representado na toponímia por *Cova da Serpe* (Figueira da Foz), está certamente na origem de *Serpel* e talvez também na de *Serpins*. *Serpente*

⁹⁶¹ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 277.

⁹⁶² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 464.

⁹⁶³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Cepo. Como já foi referido, J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., corrige a grafia de numerosos topónimos.

⁹⁶⁴ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 34, 1936, p. 157.

⁹⁶⁵ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 356-357.

⁹⁶⁶ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 143.

veio de SERPENTE, do verbo *serpere* 'arrastar-se'; mas note-se que, em latim vulgar, o nominativo *serpes*, forma usada por *serpens* 'serpente', foi tomado por um feminino em *-is*.⁹⁶⁷

A *villa* rústica de *Serpins*, no território do castelo de Arouce, constituiu um rico privado moçárabe pertencente a Zoleiman Abaiub e a sua mulher Châmoa (ou Chama), que doaram metade ao mosteiro do Lorvão. Conhecem-se duas abonações antigas: a primeira data de 943: "in villa de Serpini"; e a outra de 961: "villa que dicitur Serpinis".⁹⁶⁸ De facto, Joseph Piel (que também cita as referidas abonações) pensa que o antropónimo *SERPINIUS (de SERPENS) poderá relacionar-se com este nome de lugar.⁹⁶⁹

*Ribeira do **Sinhel*** (Góis).

Certamente derivado de uma forma antiga **senho* ou **senha* 'sinal, marca', de SIGNU ou seu plural SIGNA, semelhante ao castelhano *seña*, e que foi posteriormente substituída por *sinal* (< latim tardio SIGNALE).⁹⁷⁰ O [i] da primeira sílaba pode ser devido a uma contaminação por *sinal* ou, mais provavelmente, a assimilação exercida pela consoante palatal.

Tagim (Vale de Cambra).

Tagim e *Taim* (Maia) são dois nomes de lugar que Joseph Piel filia no antropónimo latino *Taginius*.⁹⁷¹

⁹⁶⁷ Ver *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Serpe; e J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Serpe.

⁹⁶⁸ *GEPB*, vol. 28, s.v. SERPINS.

⁹⁶⁹ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 144.

⁹⁷⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. SEÑA.

⁹⁷¹ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 149.

Tales (Castelo de Paiva).

Trata-se certamente de um alótopo de *talas* ou de *talos*, nomes também representados na toponímia do território em estudo por *Lagoa das Talas* (Alcobaça) e por *Talos* (Leiria), estudados adiante, a propósito da conservação de -L- intervocálico (p. 468).

Tanhel (Arouca).

Tanho 'seirão para guardar cereais' e *tanheiro* 'recipiente de madeira para salgar carne' são apelativos, de origem obscura, com os quais se pode relacionar este topónimo.⁹⁷²

Tavarede (Figueira da Foz).

Tavaredi, *Tavarede* e *Tavaredo* são grafias dos séculos XI a XIII. Silveira diz desconhecer a etimologia deste nome, sendo de opinião que ele nada tem a ver com *Taveiro*, *Taveira* ou *Tavares* (cujo [a] da primeira sílaba é aberto), e informando da existência de uma *Quinta de Tavarede*, em Peso da Régua.⁹⁷³ Joseph Piel remete para o estudo de Joaquim da Silveira e interroga-se também acerca da origem deste nome.⁹⁷⁴ Não aventando qualquer fonte etimológica, Pedro A. Ferreira, salienta uma “invulgar” e “estranha” abundância de topónimos, entre a Pampilhosa e a Figueira, que apresentam “a desinência *êde* por *êdo*”, entre os quais refere *Tavarede*.⁹⁷⁵

Telhe, **Monte de Telhe**, **Ponte de Telhe**, **Ribeira de Telhe** (Arouca).

Pedro A. Ferreira abona *Telhe* e *Telhelhe*, interrogando-se se se trata de diminutivo de *telha*.⁹⁷⁶ Se assim for, estamos perante um continuador do latim TĒGŪLA

⁹⁷² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Tanho.

⁹⁷³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 217.

⁹⁷⁴ Joseph M. PIEL, “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, cit., p. 35.

⁹⁷⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 297; vol. II, p. 232, 270 e 515.

⁹⁷⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 519.

'telha', que se documenta em 1179.⁹⁷⁷

Tourelhe (Vouzela).

Certamente diminutivo de *ouro*, do latim TAURU, com o mesmo significado. Existem, na nossa toponímia, vários nomes muito antigos, alguns anteriores à nacionalidade, relacionados com a criação, o pastoreio ou a comercialização destes animais — *Toural*, *Tourais*, *Tourão*, *Tourim*, etc..⁹⁷⁸ Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* considera-se *Tourelhe* — *villa de Tourelí*, no século XIII — o genitivo do nome pessoal **Taurellus* > *Tourello* (diminutivo de *Taurus*, bastante usado até ao século XII). Mas importa ter em conta que o facto de este lugar ter sido honra de fidalgos “desde o tempo em que os cavaleiros cristãos de Alafões, do séc. VIII, fizeram composição com os invasores arábicos”, o coloca no cerne de uma região de forte influência moçárabe;⁹⁷⁹ além disso, seria estranho um genitivo vir precedido da preposição *de*, na abonação em latim aduzida.

Tovim de Baixo, **Tovim do Meio**, **Tovim de Cima** (Coimbra).

De acordo com J. Pinto Loureiro, estes nomes de lugar tiveram origem num casal pertencente ao cavaleiro João Tobim. Num manuscrito do século XVII, há referência expressa a esse casal e ao facto de, em 1525, o seu proprietário ter dotado uma filha e uma neta com a terça em que se inclui essa propriedade.⁹⁸⁰

Treixede (Montemor-o-Velho).

Antiga granja do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra era, em documento do

⁹⁷⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Telha. Cf. J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 262 e 283.

⁹⁷⁸ Cf. as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 32, p. 345-348. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 530, abona, sem localizar, *Tourim*, *Tourém* e *Torino*, topónimos que considera terem a mesma etimologia. Também Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 150, refere o antropónimo latino *TAURELLUS.

⁹⁷⁹ *GEPB*, vol. 32, s.v. TOURELHE.

⁹⁸⁰ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 281.

século XII, referido como *Traisedo*. Tal como no caso de *Tavarede*, Silveira⁹⁸¹ diz desconhecer a etimologia deste nome, e Piel⁹⁸² interroga-se acerca do seu significado. No entanto, encontrámos *Treixedo*, localidade do concelho de Santa Comba Dão, cujas formas antigas *Traxete* e *Traxede* (século X), *Traxedo* (século XII) e *Treyxedo* (século XIII) são próximas do topónimo em análise, continuando obscura a sua origem: “deve ser um locativo ou genitivo hepexegético, acaso alusivo à vegetação dominante na época da aplicação do topónimo (o suf. *-edo* < *-etu* é geralmente «botânico»), mas sem ser fácil determinar-lhe a espécie.”⁹⁸³ O nome de planta gráfica e foneticamente mais próximo destes topónimos é *teixo* ‘arbusto ou pequena árvore da família das taxáceas’ (< latim TAXETU) que está na origem de diversos nomes de lugar — *Teixedo*, *Teixoso*, *Teixeiró* e *Teixeira* — este último muito representado na antroponímia.⁹⁸⁴ Pedro A. Ferreira⁹⁸⁵ também entende que estes nomes de lugar se relacionam com o *teixo* (< latim TAXU) e acrescenta diversos outros topónimos etimologicamente afins como, por exemplo, *Teixo*, *Teixe*, *Teixinho*, *Teixelo* e *Teixeirinha*. Poderão *Treixedo* e o alótopo *Treixede* resultar de um cruzamento de *teixo* e *freixo*, ambos nomes de árvores?

Alto do Trevim, Castelo do Trevim (Lousã).

Segundo Piel, chama-se *Alto* ou *Altar de Trevim* ao ponto culminante da Serra da Lousã (1204^m), de onde se disfruta de um panorama único; no vale vizinho da ribeira de Arouce, ergue-se um castelo com o mesmo nome. A situação geográfica do referido alto (assinalado por um marco geodésico) leva o Autor a colocar a hipótese de

⁹⁸¹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 217.

⁹⁸² Joseph M. PIEL, “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, cit., p. 35.

⁹⁸³ *GEPB*, vol. 32, s.v. TREIXEDO.

⁹⁸⁴ *GEPB*, vol. 31, s.v. TEIXEDO, s.v. TEIXEIRA, s.v. TEIXEIRÓ, s.v. TEIXOSO.

⁹⁸⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 13; cf. também a p. 487, onde reafirma a variância *Teixedo* / *Treixedo*, e a p. 515, onde retoma a oposição *Teixo* / *Teixe*.

a sua etimologia residir no latim TRĪFĪNIU ‘ponto onde confinam três terras ou territórios’, à semelhança de *Treviño* e *Treveño*, topónimos espanhóis.⁹⁸⁶

Turquel, *Alto de Turquel* (Alcobaça).

Juntamente com a variante local *Truquel*,⁹⁸⁷ é cognato do apelativo *torga* ou *torgo* ‘urze, giesta’, do latim TORICA.⁹⁸⁸ Do facto se apercebeu Pedro A. Ferreira que, ao constatar a existência de pares toponímicos etimologicamente próximos mas com diferentes terminações, cita “*Turquel* e *Turcal*, o mesmo que *Torgal*, *Trogal* e *Trugal*, apelidos e nomes de povoações tirados da *torga*, como *Torgo*, *Torgos*, *Turqueda*, etc.”. A estes nomes, acrescenta, noutro passo, *Turquel*.⁹⁸⁹

Turquel é uma vila muito antiga, parte integrante dos antigos Coutos de Alcobaça, e a que o abade Fr. Pedro Nunes deu carta de povoação em 1314.⁹⁹⁰

Urzelhe, *Ribeiro de Urzelhe* (Miranda do Corvo).

Leite de Vasconcelos e Corominas explicam *urze*, planta ericina, pelo latim ULICE ‘urze; rosmaninho’.⁹⁹¹ Segundo J. J. Nunes, a *urze* (< ULEX ‘certa espécie de alecrim’) está representada na toponímia pelos derivados *Urzal*, *Urzela*, *Urzalão*, *Urgueira*, *Urgares* e *Urgal* ou *Orgal*.⁹⁹² Pedro A. Ferreira também atribui a *urze* a

⁹⁸⁶ Joseph M. PIEL, “Miscelânea de toponímia peninsular”, cit., p. 220-221. G. ROHLFS, “Aspectos de toponímia espanhola”, cit., p. 247, cita *Treviño* e *Peña Trevinca* (< TRIFINICA) “en un lugar donde se encuentran las provincias de Orense, León y Zamora”.

⁹⁸⁷ J. Diogo RIBEIRO, “Linguagem popular de Turquel”, *Revista Lusitana*, vol. 28, 1930, p. 242.

⁹⁸⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Torga, Torgo.

⁹⁸⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 262 e 506, respectivamente.

⁹⁹⁰ Sobre o foral ou carta de povoação de *Turquel*, ver Manuel Vieira NATIVIDADE, *O Mosteiro de Alcobaça*, Coimbra, 1885, p. 70 e seguintes; e J. Diogo RIBEIRO, *Memórias de Turquel*, Porto, 1908, p. 32 e seguintes, citados por J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografía geográfica*, cit., p. 17-18. Sobre a cronologia da história de Cister em Alcobaça, ver também <http://www.terravista.pt/bilene/1754/historial.htm>.

⁹⁹¹ Nota (4) de J. Leite de Vasconcelos ao artigo de J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 301. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. URCE.

⁹⁹² J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 152 e 169, respectivamente.

origem de vários topónimos como, por exemplo, *Urgal*, *Urzal*, *Urgez* e *Urzelhe*, variante de *Urzelha*.⁹⁹³

Valmeirim (Lamego).

Este topónimo é, certamente, o resultado da aglutinação dos elementos lexicais *vale (do) meirim*, com supressão das respectivas vogais finais. O segundo elemento, alótopo de *meirinho*, magistrado medieval que, por nomeação régia, governava amplamente um território ou comarca, é continuador do latim MAJORE, ou mais precisamente do seu diminutivo MAJORINU ‘de classe maior’, tendo-se tornado também antropónimo masculino;⁹⁹⁴ deste sobreviveram as formas *Maiorinus* (951), *Maiorinu* (século XII), *Maiorina* (976) e *Meirim* (1258), documentadas no *Onomástico medieval português*. Piel localiza, no concelho de Monção, *Meirins* e *Merim*, ponderando a possibilidade de este estar por *Meirim*.⁹⁹⁵ Cf. também *Almeirim*, p. 524.

Veade (Santa Maria da Feira).

Este nome está igualmente presente na toponímia dos concelhos de Celorico de Basto e de Montalegre, enquanto *Veado* se abona no de Marco de Canavezes. Estarão estes nomes relacionados com o nome próprio latino *Beatus*, como pretende Joseph Piel,⁹⁹⁶ ou deve procurar-se a sua origem no apelativo *veado*, do latim VĒNĀTU ‘caça, produto de caça’, cuja primeira documentação remonta a 1102?⁹⁹⁷

⁹⁹³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 94-96.

⁹⁹⁴ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Meirinho¹. Como adjectivo, *meirinho* (com a mesma etimologia latina, MAJORINU) usa-se para designar o gado lanígero transumante, a sua lã e ainda o tecido feito com ela (ver Meirinho²). Cf. *GEPB*, vol. 38, s.v. ALMEIRIM; e Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 64.

⁹⁹⁵ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 99.

⁹⁹⁶ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 32.

⁹⁹⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Veado.

Verdemilho (Aveiro).

Joaquim da Silveira apresenta diversas formas antigas deste nome de lugar — *Villa de Milio* (1166, 1220-1222), *Villa de Milho* (1495, 1514) e *Vila de Milho* (1527) —, cujo significado original é sem dúvida ‘quinta do milho’, e confronta-os com *Terra do Milho* (Alcanena) e *Vale do Milho*, nome de várias povoações do país. Explica a etimologia popular de *Verdemilho* (< VILLA DE MILIO): “*Villa* em próclise reduziu-se a *Vil*. — *Vil de milho* (cp. *Vil de Ferreiros*, *Vil de Matos*, *Vil de Moinhos*).”.⁹⁹⁸ Não se trata de etimologia popular, que poderá ocorrer a quem só conheça a forma escrita do nome: as pessoas dessa terra e da região de Aveiro pronunciam a primeira vogal de *Verdemilho* como a segunda e não com a tónica fechada de *verde*.

Verride (Montemor-o-Velho).

Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, *Verride* é considerado um topónimo “de origem linguística e significação indecisa”, cuja aparência é de “um genitivo antroponímico (**Verriti*, sc. «villa» de *Verritus*?) ou de um locativo ou genitivo de um nome apelativo”.⁹⁹⁹ Joseph Piel também relaciona *Verride* com o antropónimo latino *Verridius* (de *Verrius*) mas acrescenta que normalmente “a terminação -IDI(I) evoluciona para -*eje*”, e que a etimologia proposta só é viável se se admitir uma “evolução divergente deste grupo fonético, no centro do país”.¹⁰⁰⁰ Na nossa toponímia existem *Berredo(s)* e *Berraria* que “talvez provenham do português popular *berredo*, o mesmo que *berraria* e *berreiro* — de *berrar*, dar *berros*, gritar; — *urrar*, *bramir*, *roncar*, termos onomásticos da *voz das feras*”, o que deixa antever a possibilidade de *Verride* estar igualmente relacionado com *berro*.¹⁰⁰¹ Mas Pedro Ferreira também usa este

⁹⁹⁸ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 226. Ver também *GEPB*, vol. 35, s.v. VIL²; e vol. 34, s.v. VERDEMILHO.

⁹⁹⁹ *GEPB*, vol. 34, s.v. VERRIDE.

¹⁰⁰⁰ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 158.

¹⁰⁰¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 85. À mesma família semântica pertencem,

nome de lugar para exemplificar a “confusão” verificada entre as “desinências *ida, ide, eda, ede e edo*” na onomástica portuguesa. Assim, segundo este Autor, o latim VERRES, IS ‘porco’ (também apelido latino) está na origem do apelativo *berrão* (por *varrão*) e provavelmente também dos topónimos *Berredo* (também apelido, por *Verredo*) e *Verride*. Não se dispondo de abonações ou de outros elementos decisivos, esta hipótese parece mais plausível, com o sufixo colectivo *-edo* a ter evoluído para *-ede*.

Ponte de Vigues, Rio Vigues (Vale de Cambra).

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* põe a hipótese de *vigo*, como termo geográfico, poder ser uma “corrupção” de *bico*, nome que designa o terso de uma colina e está representado, por exemplo, na toponímia do concelho de Penacova, onde existem os lugares de *Pé de Vigo de Baixo* e de *Pé de Vigo de Cima*. *Vigues* pode relacionar-se com este apelativo ou, eventualmente, com o nome latino *Vicus*.¹⁰⁰²

Vil de Matos (Coimbra), *Vil de Ferreiros*, *Vil de Moinhos*, *Vil de Souto* ou *Vil de Soito* (Viseu).

O termo *Vil*, que aparece sempre subordinado a outros encliticamente, não é mais do que uma forma proclítica de *Vila*, isto é, do nome arcaico *villa* ‘território agrário e povoado’ (< latim VILLA ‘casa de campo, herdade’), bastante frequente na toponímia a sul do Douro. *Vil* nada tem, portanto, em comum com *vil* ‘vilão’, até porque nunca se abona isoladamente como nome de lugar, mas sempre ligado a termos ou epítetos distintivos — *de Matos, de Moinhos, de Souto*, etc. — com os quais tal significação não se coadunaria. Confirmam-no algumas formas antigas (*Vila de Matos, Vila de*

segundo o Autor, *Urra, Urrô, Urró(s), Urros, Ronca(s), Ronco, Roncão(ões), Ronqueira(s), Roncanito*, etc.. Este último nome está representado na toponímia dos distritos de Évora e Beja. Sobre ele, cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 175.

¹⁰⁰² Cf. *GEPB*, vol. 35, s.v. VIGO, s.v. VIGO²; e *GEPB*, vol. 27, s.v. SAZES DO LORVÃO.

Moinhos, etc.), registadas em documentação medieval — nas *Inquirições* de D. Afonso III, por exemplo — e até, em alguns casos (como *Vila de Matos* e *Vila de Souto*), muito posterior.¹⁰⁰³ Também Joaquim da Silveira se refere a algumas destas ocorrências a propósito de *Verdemilho* (< VILLA DE MILIO) — topónimo estudado acima (p. 341).¹⁰⁰⁴

Vale **Vinhel** (Mealhada).

A sua localização no concelho da Mealhada, região tradicionalmente vinícola, permite-nos pensar que a origem deste topónimo estará em *VINELLU, derivado do latim VINU ‘vinho’.¹⁰⁰⁵

Apesar de não ter sido possível esclarecer completamente a origem de alguns topónimos cujas terminações são consentâneas com a matriz moçárabe, eles não foram excluídos desta alínea para facilitar futuras pesquisas mais aprofundadas:

Ponte de Antim (São Pedro do Sul), talvez relacionado com o apelativo *anta*; **Dacotim** (São João da Pesqueira); **Gagim** (Oliveira de Azeméis), que Pedro A. Ferreira entende estar por *Gaguim* ou *Gaguinho*;¹⁰⁰⁶ **Hombres**, *Ribeira de Hombres* (Penacova); **Palames** (Montemor-o-Velho); **Pelomes** (Penela); *Vale de Pelingrim* (Mortágua); *Vale Perrim* (Ansião), de PETRINU?; **Sampiel** (Mortágua); **Seguim** (Coimbra), nome de lugar citado num documento de 1179, referente a bens existentes no limite do subúrbio de Coimbra, junto ao banho da cidade;¹⁰⁰⁷ **Serraquim** (Sátão).

¹⁰⁰³ Cf. *GEPB*, vol. 35, s.v. VIL². *Portugal Antigo e Moderno*, organização de Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho LEAL, vol. 11, Lisboa, 1886, p. 663 e 1070-1071. Em relação à oscilação gráfica do ditongo em *Souto* / *Soito*, ver ainda J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 47; e *GEPB*, vol. 36, s.v. VISEU.

¹⁰⁰⁴ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 226. Ver também *GEPB*, vol. 34, s.v. VERDEMILHO, e vol. 35, s.v. VIL².

¹⁰⁰⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. VINO.

¹⁰⁰⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 531.

¹⁰⁰⁷ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 271.

17.2 Conservação do ditongo [aj]

Aido₁₃ (Anadia, Arouca, Carregal do Sal, Castelo de Paiva, Castro Daire, Cinfães, Montemor-o-Velho, São Pedro do Sul, Vale de Cambra), **Aido das Figueiras** (Vale de Cambra), **Aido de Além**₆ (Oliveira de Azeméis, São Pedro do Sul, Vale de Cambra), **Aido de Baixo**₄ (Oliveira de Azeméis, São Pedro do Sul, Vale de Cambra), **Aido de Cabanas** (Carregal do Sal), **Aido de Cima**₃ (Arouca, Oliveira de Azeméis, São Pedro do Sul), **Aido do Carvalho** (Oliveira de Azeméis), **Aido do Meio**₄ (Oliveira de Azeméis, São Pedro do Sul, Vale de Cambra), **Aidos**₂ (Cinfães, Oliveira de Frades).

Pedro Ferreira considera *aido* e *eido* “termos antigos que têm feito matutar boa gente, conservando-se ainda mal definidos por terem significações muito diferentes.”.¹⁰⁰⁸ Constata que, em Espanha, os *Aidos* se encontram representados na toponímia setentrional (sobretudo na Biscaia, em Burgos e em Santander), enquanto os *Eidos* são nomes geográficos exclusivos de Pontevedra. Entre nós, os topónimos *Aido* e *Eido* são nomes geográficos amplamente representados no Norte e no Centro-Norte do país, sinónimos de ‘aldeia, casa, casal, quinta, vila, vilar, vilarinho, granja, assento e residência’. Como apelativos, *aido* e *eido* são completamente desconhecidos na Estremadura, Beira Baixa, Alentejo e Algarve; *aido* predomina nos

¹⁰⁰⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 404-418. Nestas páginas reúnem-se postumamente, sob o título de “Aido e Eido”, um excerto da autobiografia do Autor (a que pertence esta citação), uma carta e algumas notas compiladas com vista à elaboração do estudo comparativo destes nomes, que o Autor não chegou a concluir nem a preparar para publicação. Alguma da informação é necessariamente dispersa, repetida e, em certos aspectos, algo contraditória. Tem, no entanto, o grande mérito de lançar alguma luz sobre um assunto pouco estudado, apresentando os diversos campos semânticos que os termos recobrem, bem como uma minuciosa lista de topónimos com as respectivas localizações. Além disso, reveste-se de alguma cientificidade, uma vez que o Autor alude a “informadores” e a “um inquérito” com que gastou anos e que levou a cabo junto de “muitos párocos e de outras pessoas de vários pontos do nosso país”, na época em que, após a morte de Pinho Leal, concluía o *Portugal Antigo e Moderno*. Sobre estes nomes, ver também IDEM, *Op. cit.*, vol. II, p. 33-35, 274 e 531.

distritos de Aveiro e Viseu; e *eido* abunda nos de Viana do Castelo, Braga, Porto, registando-se também no de Viseu. *Eido* e *aido* têm diversos significados, uns de carácter mais abrangente, outros mais especializado. Podem referir-se, num âmbito mais restrito, ao ‘terreno vedado, próximo da casa, onde se cultivam legumes, flores, etc.’; a ‘toda a cerca da casa’ e a ‘todo o prédio contíguo a ela’; ao ‘terreno próximo da casa, compreendendo a eira, o espigueiro e até propriedades separadas da cerca da casa’. Em Tondela, Carregal do Sal e Lamego, *aido* assume frequentemente a acepção de ‘adro de igreja ou capela’; em Arouca, ‘curral do gado’ ou ‘pequeno quinteiro junto das casas’; em Gondomar, ‘loja do gado’; no distrito do Porto, ‘terreiro junto da casa da quinta e das lojas do gado’. No Alto Minho, *eido* designa ‘todo o casal’, isto é, a ‘casa de habitação, com vastos prédios contíguos e outras propriedades, mais ou menos distantes da casa central’; nas Taipas, o ‘quintal ou chão vedado, onde se criam plantas mais mimosas’; em algumas regiões beirãs significa ‘eira’; na Régua e em Lamego é o ‘quinteiro do gado’; em Trás-os-Montes, o ‘lugar próprio das coisas e pessoas’ (por exemplo, em expressões como “põe o chapéu no seu *eido*”, ou “senta-te no teu *eido*”). Perante tal diversidade semântica a que subjaz, contudo, sempre um sentido locativo, Pedro Ferreira recusa as etimologias tidas como consensuais e tenta outras vias explicativas, que não parecem pertinentes: “Vulgarmente diz-se que *eido* vem do latim *exitus*, ‘saída’; e *aido* de *aditus*, ‘entrada’. Não me satisfazem estas etimologias, porque *aido* e *eido* têm significações muito diferentes.”; “não aceito *aditus* nem *exitus*, como etimologia de Aido e Eido. Opto pelo latim *aedis, is — ium*, casa, casas, palácio ou paço e por extensão Granja, Vila (casa de campo), Assento, Residência, Casal, Quinta, Aldeia, povo, lugar, Paço.”¹⁰⁰⁹ Noutro excerto, desenvolve: “Talvez que o latim *aedes — casa, assento, residência, —* no baixo latim desse *aedium —* na mesma acepção, lendo-se *edium*, como *aedes* se lê

¹⁰⁰⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 416, 407-408, respectivamente. O Autor grafa alguns destes nomes com maiúscula certamente por eles estarem representados na toponímia,

édés. Por seu turno, *edium* daria em antigo português *edio* e por metátese *eido*. (...) Por seu turno, *aido* é talvez uma forma de *eido*.”¹⁰¹⁰ Mas, em relação a *aido*, aventa ainda: “Do italiano *atrio* — entrada exterior de qualquer edifício; átrio, adro. — De átrio, *aidro*, *aido*? Por seu turno, átrio (...) vem do latim *atrium*, *ii* — o pátio, alpendre, pórtico.”; e, noutro passo: “Como adro vem do latim *atrium* — adro, átrio, o povo, por metátese, fez de átrio — *aidro* e depois *aido*, porque o *r* é a letra mais falsa e mais caprichosa.”¹⁰¹¹

Leite de Vasconcelos também considera *aido* e *eido* termos semanticamente equivalentes usados, sobretudo na Galiza e no Norte de Portugal, para designar genericamente o ‘recinto anexo às casas aldeãs, que serve como pátio ou quintal e onde se podem guardar animais’; ‘pátio, quinteiro, quintal’; ‘corte’. Regionalmente, comportam alguma flexibilidade semântica: ‘estábulo, loja da casa, onde se recolhe o gado e se prepara o estrume’; ‘terreno com horta e árvores junto à casa, também chamado “campo da porta”’; e ‘terreno descoberto, fechado pelos corpos da casa e por muro, no qual existe larga porta, que dá para a estrada ou caminho, ou para a quinta’ — este último considerado o sentido primitivo por ser o mais próximo do étimo latino ADITUS / ADITUM.¹⁰¹² Joseph Piel também se refere a *Eido*, colocando a hipótese de este topónimo se filiar no apelativo *eido*, de ADĪTU.¹⁰¹³ J. P. Machado concorda com a

sobretudo na nortenha.

¹⁰¹⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 404.

¹⁰¹¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 404-405 e 407, respectivamente.

¹⁰¹² Cf. J. Leite de VASCONCELOS, *Opúsculos*, vol. II, (Dialectologia, parte I), Coimbra, 1928, p. 165, 487 e, sobretudo, p. 104-105 e 242-243 (onde o Autor remete para dois trabalhos de C. Michaëlis de VASCONCELOS, *Miscellânea Caix-Canello*, p. 124, § 16; e *Studien zur hisp. Wortdeut.*, § 16, respectivamente); e IDEM, “Dialectos transmontanos” *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 62-63 (onde é feita igual remissão para C. Michaëlis de VASCONCELOS, *Studien zur hisp. Wortdeut.*, § 16). Ver ainda: C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, cit., p. 186 (“eido – de ADITUS”); *GEPB*, vol. 1, s.v. AIDO (em que se considera *Aido* variante provinciana de *eido*); *GEPB*, vol. 9, s.v. EIDO; e *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Eido.

¹⁰¹³ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t.

etimologia ADĪTU ‘acesso, entrada’, considerando *eido* forma divergente de *ábito*. Ao contrário de *eido*, cuja documentação, como topónimo, remonta ao século XIII, Machado situa a primeira abonação de *aido* no século XIX (*Cartas Inéditas de Fradique Mendes*, de Eça de Queirós)¹⁰¹⁴ — o que não deixa de ser estranho, dada a ampla representação desta variante na toponímia. *Aido(s)* é também muito frequente como apelido, geralmente determinado pela preposição *de*, que se contrai com o artigo *o(s)*: ... *do(s) Aido(s)*. *Eidim* e *Eidinho* são formas diminutivas, a que já se fez referência na p. 267.

Airas₃ (Santa Maria da Feira, Tábua), *Mira de Aire*, *Serra de Aire* (Porto de Mós), *Vale de Aires* (Lousã), *Castro Daire* (Castro Daire), **Adairas**, **Daires** (Tondela).

Seria necessário conhecer formas antigas destes nomes para se poder estabelecer com alguma segurança a sua etimologia. Sem esse meio, podem aventar-se várias hipóteses. Ligarem-se com *aira* ‘género de planta gramínea cultivada pela sua elegância e beleza’, do grego *áira* ‘joio’,¹⁰¹⁵ as terminadas em -s, com um antigo nome pessoal germânico, *Arias*, como prefere Pedro Ferreira;¹⁰¹⁶ com AGRUM, como opina Leite de Vasconcelos,¹⁰¹⁷ ou, como parece mais razoável, com *eira*,¹⁰¹⁸ do

III, 1934-1935, p. 38.

¹⁰¹⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Eido. Dada a proximidade semântica entre *eido* e *enxido* / *eixido*, esclarece numa nota, citando Leite de Vasconcelos: “Tanto *enxido*, como *eixido*, continuam o latim *ex ĭtus*, -us, não directamente, por causa do ĭ, mas com recomposição: *ex-ĭtu* (sobre *ĩre*), tendo-se desenvolvido nasal no princípio, como em *enxame*, de *examen*, em que assenta a forma semi-culta *exame* (pronunciada *eizame* e *izame*)”.

¹⁰¹⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Aira. *GEPB*, vol. 1, s.v. AIRA.

¹⁰¹⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 38, 150, 201 e 253. Segundo o Autor, *Dairas*, *Daires* ou *Adaires*, *Val de Aires*, *Castro Daire*, o apelido *Aires* e *Airas* ‘casa nobre’ continuam o antigo nome pessoal *Arias*.

¹⁰¹⁷ J. Leite de VASCONCELOS, Recensão a Jules CORNU, *Die portugiesische Sprache*, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 360, onde refere que AGRUM deu *airo*, conservado em *Castro Daire*, cuja forma antiga, encontrada em forais, é *Castro Dairo*.

¹⁰¹⁸ Este nome está muito representado na toponímia: de acordo com Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 236, existem mais de 800 povoações que “tomaram o nome das eiras”.

latim *ĀRĒA*, que comportava inúmeras significações — ‘superfície, solo unido, plano; local para edificações; pátio, praça; espaço para bater o trigo, eira; canteiro; espaço preparado para apanhar pássaros; cemitério; calvície; área; superfície’ — e cuja primeira abonação em português remonta a 1018.¹⁰¹⁹ *Castro Daire* assenta no alto de um monte, em terreno muito acidentado; foi habitado pelos romanos e era ponto de passagem da estrada romana de Viseu a Lamego. O seu nome composto — *Castro de Aire* — liga-se a um antigo castro que se erguia nesse local.¹⁰²⁰

Adairas pertencerá, certamente, à série de povoações a cujos nomes se antepõem artigo e preposição, *a de* — equivalente a ‘a vila, granja, quinta, casa *de*...’ — com supressão do primeiro elemento em *Daires*.¹⁰²¹

Fora do território em análise, existem diversos topónimos foneticamente próximos de *Airas* mas cuja etimologia é igualmente difícil de esclarecer: *Airado*₂ (distrito de Castelo Branco), *Airães*₂ (distritos de Braga e Porto), *Airão*₄ (Braga, Viana do Castelo), *Aires*₈ (Beja, Braga, Évora, Guarda, Santarém, Setúbal). *João Airas* foi um dos mais famosos poetas e trovadores da poesia portuguesa do século XIII; *Aires* é também patronímico, usado actualmente como apelido.

Aivão (Viseu), ***Quinta de Aivana*** (Mangualde).

Segundo José Pedro Machado, na base de *Alvão* e do seu alótropo *Aivão* parece estar o latim **ALBANU* ‘branco, alvo’, pelo que estas formas poderão relacionar-se com a cor do terreno.¹⁰²² De facto, Joseph Piel relaciona os nomes próprios latinos *Albanus* e *Albanius* com *ALBUS* ‘branco’, e abona o topónimo *Alvão*

¹⁰¹⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Eira.

¹⁰²⁰ *GEPB*, vol. 6, s.v. CASTRO DAIRE.

¹⁰²¹ Cf. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 147-149, e 149-158, respectivamente, onde dá muitos exemplos destes topónimos: *Adanaia*, *Adarnal*, *Aderneira(s)*, *Aderneirinha*, *Adernela*, *Adecide*, e *Danaia*, *Darnela*, *Daroeira*, *Decide*, etc., a que poderiam juntar-se *Damaia* e alguns outros. Cf. também J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 264-267, onde cita muitos nomes formados do mesmo modo.

(Oliveira de Azeméis).¹⁰²³ Este Autor recolheu, em Carolina M. de Vasconcelos, *aivado* = *alvado* (derivado de ALVEUS ‘cavidade; leito de um ribeiro’ ?) e *alvão* = *aivão* < *ALBANU, para ilustrar “a possibilidade da evolução esporádica *alv-* > *aiv-*“.¹⁰²⁴ *Alvados* e *Alvades* são, respectivamente, nomes de lugar dos concelhos de Porto de Mós e Castro Verde; *Beco do Alvade* e *Campo de Alvade*, com passagem de -o final a <e>, são nomes moçárabes da toponímia coimbrã. Adolfo Coelho refere *aivão* com o sentido de ‘faisão, andorinha de pés curtos’, acrescentando existir a variante *alvão*, com o mesmo significado.¹⁰²⁵

Plaino (São Pedro do Sul), **Plaino da Gardona** (Castro Daire), **Plainada** (Oliveira do Bairro).

Serão estudados adiante (p. 355), a propósito da conservação do grupo latino PL.

Taipa₆ (Castelo de Paiva, Ovar, Oliveira de Azeméis, Anadia, Aveiro), **Taipa de Baixo**, **Taipa de Cima** (Oliveira de Azeméis), **Quinta da Taipa** (Oliveira do Hospital),

¹⁰²² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Alvão.

¹⁰²³ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 24-25.

¹⁰²⁴ Joseph M. PIEL, “Apostilas de etimologia e lexicologia portuguesa”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 453. Registe-se, mais a Sul, a existência de outros topónimos onde também se conserva o ditongo [aɨ] mas em cuja base está provavelmente o latim ALVEATU ‘cavidade em forma de alvéolo’: *Aivada* (Portalegre), *Aivado*₃ (Santarém, Portalegre), *Barros de Porto Aivado*, *Ribeira do Aivado* (Portalegre), *Ribeiro do Aivado* (Castelo Branco), *Aivados*₃ (Setúbal, Beja), *Aivados e Fontes* (Faro), *Cerro dos Aivados*, *Ribeira dos Aivados* (Beja), *Praia dos Aivados* (Setúbal), *Vale Aivados* (Santarém). Segundo J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Alvado, são variantes de *alvado*, enquanto F. Adolfo COELHO, *Manual etimológico da língua portuguesa (...)*, Lisboa, s/d., s.v. Alvado, lhes atribui a etimologia latina ALVEU ‘buraco no cortiço por onde entram as abelhas; abertura num instrumento de ferro, onde se encaixa um cabo’, acrescentando existir também a variante *aivado*. *Eivados*, no distrito de Beja, deve ser alótopo de *Aivados*.

¹⁰²⁵ F. Adolfo COELHO, *Manual etimológico da língua portuguesa*, cit., s.v. Aivão e s.v. Alvão.

Vale de **Taipa** (Tábua), **Ribeiro das Taipas** (Oliveira de Frades), **Taipinas** (Cantanhede), **Quinta do Taipal** (Montemor-o-Velho).

Largamente representado na toponímia,¹⁰²⁶ este nome não tem sido objecto de estudo aprofundado. Aparece incluído no *Glosario* de Simonet — *thápia* ‘taipa; parede construída de terra e pedra amassadas’ —, que avança duas hipóteses explicativas: a primeira, através do baixo latim TAPA ou TAPIA ‘parede de terra’; a segunda, considerada mais provável, do verbo *tapar*, também com a forma *tapiar* ‘fechar com parede’, de onde o português *tapume* ‘vedação feita com tábuas; sebe’.¹⁰²⁷ J. P. Machado entende tratar-se de palavra de origem obscura, que se usa nos idiomas hispânicos e no provençal, tendo-se propagado ao árabe e ao turco.¹⁰²⁸ Corominas também atribui a *tapia* origem incerta, talvez de *tap* — onomatopeia que traduz o barulho do pisoamento. Essa era, de resto, a opinião de Schuchardt, que via em *tapia* a mesma raiz “onomatopaica” do occitano *tap* ‘argila’, *atapi* ‘achatar, amassar, pisar com os pés’, e do catalão *tapàs* ‘argila’ e *atapeir* ‘entupir’, enquanto Meyer-Lübke defendia uma origem pré-romana para o nome, comum ao basco *heipe* ‘pórtico, claustro’, com o artigo ibero-berber *ta*.¹⁰²⁹ *Taipa* é-nos também citado por Galmés de Fuentes, que o recolheu em Pedro de Alcalá como sinónimo de ‘parede’.¹⁰³⁰ Maria da Graça Pinheiro Costa notou também que o topónimo (estudado no concelho de Guimarães) se relaciona com o apelativo *taipa* ‘parede formada com achas

¹⁰²⁶ Em nomes simples ou compostos, *Taipa(s)* regista-se em todos os distritos portugueses. Além disso, existem também os diminutivos *Taipinhas* (distritos de Portalegre, Évora, Setúbal, Beja, Faro) e *Taipina*, e os derivados *Taipada(s)*, no distrito de Setúbal.

¹⁰²⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. THÁPIA. Em África e na Hispânia, a construção tradicional da *taipa* fazia-se com o auxílio de um molde formado por duas tábuas paralelas. A *GEPB*, vol. 30, s.v. TAIPA, revela que o método de construção se manteve: “Parede feita de barro amassado e calcado, em geral entre enxaméis atravessados por fasquias ou entre dois tabuões: o barro das *taipas* endurece e resiste às inclemências do tempo.”.

¹⁰²⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Taipa.

¹⁰²⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. TAPIA.

¹⁰³⁰ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 215

entrelaçadas e ligadas com barro' e que "na linguagem minhota é frequente o verbo *taipar* no sentido de 'construir com *taipa*".¹⁰³¹

18. Consonantismo

18.1 Grupos latinos CL, PL e FL

Cacheira₂ (Pombal, São João da Pesqueira), **Achada do Cachinho** (Vila Nova de Ourém).

Estes topónimos pertencem, certamente, à família etimológica de *cachar* e de *cacho*, que está longe de ser esclarecida, uma vez que existe uma complicada trama de relações fonéticas, morfológicas e semânticas que impedem a sua completa dilucidação.

Segundo José Pedro Machado, *cachar* 'desbravar, arrotear', possivelmente do latim *CAPPŪLARE, de CAPŪLARE 'cortar', liga-se a *cacho*, continuador do latim CAPŪLU 'punhado, mancheia'¹⁰³² — etimologia já proposta por Corominas, que abona o castelhano *cacha*, talvez "de una forma vulgar *CAPPŪLA en lugar del lat. CAPŪLA, plural de CAPŪLUM 'empuñadura de la espada'". Corominas e Galmés de Fuentes abonam também o vocábulo moçárabe *calcha* 'cabo de faca, punho', com a mesma etimologia.¹⁰³³ Simonet também registou, de facto, *calcha* e *calch* (castelhano *cachas* e catalão *galtas*) que considera continuadores do baixo latim CAPULA por CAPULUS

¹⁰³¹ Maria da Graça Pinheiro COSTA, *Toponímia de Guimarães. Estudo de algumas freguesias da margem esquerda do Ave*, tese de licenciatura (inérita), Coimbra, 1960, p. 204-205. Acerca do topónimo vimaranense *Caldas das Taipas*, a *GEPB* (vol. 30, s.v. TAIPAS) refere que a documentação de *Tapia* remonta ao século XIII, e coloca a hipótese de o nome ter tido origem nas "barracas ou vedações de madeira existentes nos balneários das notabilíssimas «caldas»" utilizadas pelos romanos — como se deduz das muitas inscrições que ainda lá existem e das piscinas que as escavações do século XIX puseram a descoberto.

¹⁰³² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Cachar², e s.v. Cacho.

¹⁰³³ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CACHA. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 242-243.

‘o punho da espada’, de CAPIO ‘colher’.¹⁰³⁴

Leite de Vasconcelos recolheu, no Alentejo, *cacheira* ‘pau de trazer na mão, com uma saliência na parte inferior’ (que corresponde a *moca*, na Beira Alta) e *cacheiro* ‘a referida saliência’ e ‘espécie de bengala, cujo castão forma ângulo recto com a haste’, cuja etimologia entende ser o latim *CAPULARIUS de CAPŪLUS.¹⁰³⁵

Carolina Michaëlis de Vasconcelos dá para *cacho* a etimologia CA(L)C’LU.¹⁰³⁶ Gonçalves Viana refere-se a *cacho* que, no galego, no castelhano e no mirandês, significa ‘pedaço’, atribuindo-lhe também a etimologia *CALCLO < CALCULU, e chamando a atenção para o facto de ser diferente do castelhano *cacho* e do italiano *quatto* (< COACTU).¹⁰³⁷ Galmés de Fuentes vê em *cacho* e *gacho* continuadores de COACTU.¹⁰³⁸ Corominas sugere que estes nomes podem radicar no adjectivo pós-verbal *cacho* / *gacho*, provavelmente de *COACTIU relacionado com o verbo COACTARE ‘reunir; apertar’, frequentativo de *cogere*.¹⁰³⁹

Mas Piel (a propósito de COPULA > *cocha*, “único exemplo que podemos citar contra a regra que *pl* precedido de vogal dá *lh*”) refere a possibilidade de a forma *cacho* ‘conjunto de flor ou fruta’, ‘pescoço’ ter precedido *cabo*, do latim CAPULU, derivado de CAPERE ‘pegar, agarrar’, o que permitiria “fazer concordar os sentidos diferentes de *cacho*, tão disparatados à primeira vista. O *cacho*, *cachaço* do boi seria a parte onde pega o jugo; e as expressões *cacho de uva*, *de flor*, etc., contêm também a

¹⁰³⁴ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CALCHA.

¹⁰³⁵ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 31, e vol. 4, 1896, p. 60. No Alandroal recolheu também *caxêro* e *caxêra*.

¹⁰³⁶ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria”, cit., p. 273.

¹⁰³⁷ A. R. Gonçalves VIANA, “Materiais para o estudo dos dialectos portugueses”, *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 206.

¹⁰³⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 98 e 326. Cf. nota 1097, p. 371.

¹⁰³⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. AGACHAR. MACHADO, *DELP*, s.v. Cachar¹. A. Gomes PEREIRA, “Tradições populares e dialecto de Penedono”, *Revista Lusitana*, vol. 12, 1909, p. 313, refere o regionalismo de Penedono *gachos* ‘cachos’.

ideia de coisas pegadas uma a outra.”. No entanto, abandona-a, por razões de ordem fonética: “O pior é que a forma espanhola é *catcho*, e não *callo*, como era de esperar, de maneira que temos de renunciar a encontrar um exemplo que se possa pôr ao lado de COPULA. O esp. *catcho* explicar-se-ia melhor por COACTUS «apertado» mas, neste caso teríamos que ver nas formas portuguesas castelhanismos.”. Reportando-se à toponímia arcaica e moderna, de que abona *Cachafrõe*, *Cachamondinho*, *Cachoufe* e *Cachaões* como derivados de *catcho* e de *cacha*, Piel aventa a possibilidade de *catcho* ser um representante do latim CASTRU, através do diminutivo *CASTULU > *CASTLU, após a queda da vogal pós-tónica, e a evolução (em posição forte) do grupo T'L > C'L > [š]. *Cacha* representaria a forma do plural latino CASTULA, não diferindo semanticamente de *catcho*, uma vez que muitos plurais neutros em -a se confundiram com o singular da primeira declinação e se tornaram singulares.¹⁰⁴⁰

José Herculano de Carvalho, por seu lado, explica a forma *gacho* pelo cruzamento de *galho* com *catcho*, o que não é necessário se se considerar *catcho* um moçarabismo.¹⁰⁴¹

Mocha (Figueiró dos Vinhos), **Mocho**₂ (Espinho, Nelas), *Casal Vale de Mocho* (Leiria), *Ribeira do Mocho* (Espinho), *Quinta do Mocho* (Armamar), *Vale do Mocho* (Oliveira do Hospital), *Vila do Mocho* (Anadia), **Mochos** (Nelas), *Quinta dos Mochos* (Mangualde), *Vale dos Mochos* (Leiria), **Mochico** (Castro Daire), **Camocho** (Pampilhosa da Serra), **Demochino** (Carregal do Sal), **Mouchedo** (Castelo de Paiva),

¹⁰⁴⁰ Joseph M. PIEL, “Da evolução dos grupos consonânticos com «l» em português e espanhol, a propósito de duas etimologias «cocha» e «cascho»”, *Biblos*, vol. VII, Coimbra, 1931, p. 513-514 e 521, respectivamente. Esta opinião de Piel é corroborada por Rodrigues LAPA, Recensão a Georg SACHS, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, cit., p. 179.

¹⁰⁴¹ M. Paiva BOLÉO e Joseph M. PIEL, “Publicações recebidas e notas bibliográficas” [sobre José G. C. Herculano de CARVALHO, *Derivados do latim “galla”*, separata da *Miscelânea de filologia, literatura e história cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho*], *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III, 1949-1950, p. 388.

Mouchinha (Nazaré), **Muchões** (Vale de Cambra).

Maria José M. Santos¹⁰⁴² explica com bastante documentação tanto a história de *mocho* (s.) ‘banco’ (< *MŪCLU < MŪTŪLU ‘cepo, bocado de tronco, marco divisório’) como de *mocho* (s. e adj.) ‘ave’, ‘sem ponta, sem chifres’ (< MŪTĪLU ‘mutilado, sem orelhas’), cujos grupos consonânticos T’L, em posição intervocálica, sofreram tratamentos fonéticos idênticos — [kl] não resultou em [ʃ], como seria de esperar, mas sim em [ʃ], através da africada [tʃ] —, o que leva a Autora a concluir que a entrada do termo nos idiomas ibéricos, nomeadamente no português, se processou por via moçárabe. De facto, o *Glosario* de Simonet documenta largamente a vitalidade de *mauch* (e seus cognatos) nos dialectos moçárabes de extensas zonas, dedicando-lhes dois artigos nas entradas MÁUCH (adj.) e MÁUCHIL, MAUCHÓL (e outras variantes diminutivas).¹⁰⁴³ Nesses artigos encontram-se múltiplas formas adjectivas, substantivas e verbais de diversos idiomas a que Simonet atribui a mesma base etimológica. Para o português temos, por exemplo, o adjectivo e o substantivo *mocho* e o verbo *mochar* que, apesar de morfológicamente distintos, partilham um sema comum, próximo do da sua raiz etimológica. Ficamos também a saber que o termo se usava igualmente como alcunha pessoal caracterizadora de particularidades físicas, tendo-se tornado posteriormente apelido. Simonet refere vários, usados entre os séculos IX e XII — *Mauch*, *Mauchol*, *Mauchuel* — e ilustra o fenómeno com o caso de *Ibn Amuxco*, um muladi do século XII descendente de um cristão que perdera uma das orelhas e a quem, por isso, chamavam, gritando: *he, muxco!*¹⁰⁴⁴ Além disso, estas

¹⁰⁴² Maria José de Moura SANTOS, *A origem de “mocho” ‘banco’ e o seu campo morfo-semântico*, cit..

¹⁰⁴³ SIMONET, *Glosario*, cit.. Ver as referidas entradas nas p. 350-351.

¹⁰⁴⁴ Ver J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Mocho¹, onde se refere que, em português, *Mocho* se documenta também como alcunha, no século XV.

J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MOCHO, também cita Simonet para exemplificar que em moçárabe *mocho* podia significar descendente de ‘alguém sem orelhas’.

formas estão também representadas na toponímia: *Almochuel* ‘torreão mocho’ (Zaragoza), *Mochuelo*, serra de Córdoba, *Mochon*, serra de Badajoz, e *Almorchon*, nome de dois montes em Málaga e Jaen.

Derivados de *mocho* são, certamente, *Camocho* e *Demochino*, tendo este último sido, de início, determinativo de um nome de terra ou propriedade — de *Mochino*.

Não abordando a etimologia, Pedro A. Ferreira refere que “os *mochos* deram o nome a várias povoações nossas”, que elenca extensamente, sem localizar. Entre elas, inclui também *Moucheira*, *Moucharia*, *Mouchinho(s)*, *Mouchão*, *Mouchões*, etc., interrogando-se se estarão igualmente relacionados com os *mochos* ou com os *mochões* ou *muchões* ‘espécie de mosquitos’,¹⁰⁴⁵ o que é pouco provável.

Quinta da Penegacha (Santa Comba Dão).

Trata-se, sem dúvida, da composição por dois elementos: *pena* < PINNA¹⁰⁴⁶ e *gacho* / *cacheo*. Este último é de difícil dilucidação, dadas as diversas possibilidades etimológicas de que se reveste, e que foram expostas, acima, a propósito de *Cacheira* e de *Achada do Cachinho*.

Plaino (São Pedro do Sul), **Plaino da Gardona** (Castro Daire), **Plainada** (Oliveira do Bairro).

São continuadores do latim PLANU, PLANA. Simonet abona *plan*, *aplán*, *plána* e *planilla*, na toponímia representados por *El Plan*, *Aplán*, *La Plana* e *La Planilla*.¹⁰⁴⁷

Não está, no entanto, dilucidada a origem do [i̯] e estas formas (com o ditongo [a̯i̯]) não são referidas em gramáticas históricas nem em estudos consagrados aos dialectos moçárabes. Piel, que não lhes faz qualquer alusão no artigo que consagrou à

¹⁰⁴⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 113 e 518.

¹⁰⁴⁶ Cf. *Peniche*, p. 316; *Penude*, p. 316; *Penha*, p. 478.

¹⁰⁴⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. PLAN, APLÁN y PLÁNA, s.v. PLANÍLLA.

toponímia relacionada com o relevo, sugere mais tarde que venham de um diminutivo (certamente *PLANINU, mas que não explicita), quando concorda com essa hipótese de Fr. Martín Sarmiento.¹⁰⁴⁸ Mas não está fora de causa uma evolução fonética independente de qualquer sufixo, semelhante à anaptixe de [j], geral em francês, depois de vogal seguida de nasal (MANU > *main*, FAME > *faim*, PLENU > *plein*, etc.), que em algumas regiões se deu em poucas palavras, como foi o caso do galego *espadaina*, variante de *espadana* e, na zona de Álava, *abainar* por *abanar*, não se tendo continuado.¹⁰⁴⁹ Pode pôr-se ainda a hipótese, menos provável, de contaminação por cognatos com o sufixo -ARIA — PLANARIA > *plãira > *Chaira*, *Cheira*.

Praino (já no concelho de Marco de Canaveses, contíguo ao de Castelo de Paiva) é variante de *Plaino*, logo também continuador do latim PLANU, aplicando-se também neste caso o que foi exposto anteriormente em relação à epêntese de [j]. Os trabalhos consultados sobre dialectos moçárabes referem-se apenas à conservação dos grupos CL, PL e FL em posição forte; mas nos dialectos de Portugal e da Andaluzia (a que também não fazem alusão), a segunda consoante passou, frequentemente à líquida vibrante /r/.¹⁰⁵⁰

¹⁰⁴⁸ Cf., respectivamente, Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit.; e IDEM, “A Propósito de um Centenário: o “Onomástico” de Fr. Martín Sarmiento (1768)”, cit., p. 112.

¹⁰⁴⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ABANAR e ESPADANA.

¹⁰⁵⁰ Cf. David LOPES, *Textos em Aljamia Portuguesa*, cit., p. 58-59, onde são referidos *b^arazer* ‘prazer’ e *c^araro* ‘claro’, respectivamente. Terá a evolução começado em palavras onde existia outro /r/? Sobre a Andaluzia, vejam-se, por exemplo, entre os continuadores de PLECTA, as variantes *preita* (semelhante ao português *empreita*), *praita*, *preitilla*, *preítiya* e *emprenta*: cf. Manuel ALVAR, *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía*, t. II, cit., mapa 544. Sobre esta evolução, ver ainda Maria José de Moura SANTOS, *Cultismos ou moçarabismos?*, cit., onde a Autora, após analisar e comentar criticamente as opiniões de alguns autores que se debruçaram sobre o assunto, conclui que as formas portuguesas em que persistem os grupos consonânticos com [r] proveniente de L devem ser de proveniência moçárabe.

Recachos (Cantanhede).

A morfologia deste topónimo prefigura uma formação composta: o segundo elemento é, certamente, *cachos* (já abordado a propósito de *Cacheira* e de *Cachinho*, p. 351); quanto ao primeiro, pode-se colocar a hipótese de se tratar de *rio* (< RIVULU), à semelhança do que se verifica em *Rechico* (topónimo do concelho de Estarreja estudado adiante, p. 381), ou, menos provavelmente, do prefixo *re-* (do latim RE- ‘novamente’, ‘para trás’), que assume com frequência os sentidos de ‘repetição’, ‘intensidade’, ‘regresso a uma situação que havia cessado’, ‘reforço’, ‘acção de sentido contrário’, ‘recuo’.¹⁰⁵¹

18.1.1 Anaptixe no interior destes grupos ou entre consoantes

Em fontes moçárabes, é bastante frequente o aparecimento de uma vogal entre elementos dos grupos formados por consoante oclusiva seguida de líquida. O facto está amplamente documentado nos já referidos textos em aljama portuguesa estudados por David Lopes. Menéndez Pidal recolheu as formas *franco* e *fab^alar* em textos aljamiados, e explica que a epêntese nestes grupos é uma tendência enfática, verificada em diversas épocas (inclusivamente no latim vulgar). Salienta, no entanto, a visibilidade do fenómeno no período em causa: “En estos siglos en que el mozarabismo era influyente, contribuiría también por mucho a la difusión de esta epéntesis el uso morisco que según la particularidad de la lengua árabe no tolera sílaba que empiece por dos consonantes.”¹⁰⁵²

Álamos (Lamego), *Quinta dos Álamos* (Sernancelhe), *Quinta da Alameda*

¹⁰⁵¹ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Re-. Maria Helena Mira MATEUS (e outras), *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Lisboa, 2003, p. 963-965. Júlio MOREIRA, “Questões de linguagem”, *Revista Lusitana*, vol. 14, 1911, p. 275-276, acrescenta aos derivados do latim PLANU — *Chão(s)*, *Chã(s)*, *Cheira(s)*, etc. — *Recheira* (topónimo do concelho de Santa Marta de Penaguião) e os apelativos *rechão* e *rechã*. Cf. *Recochina*, *Reconchina*, *Cova das Reconchinas*, p. 437.

(Nelas), *Ribeira do **Almo*** (Vila Nova de Ourém).

Alameda 'sítio povoado de olmos' é derivado de *álamo*, espécie de choupo que se chamava em latim ALNU 'álamo'. Do seu cruzamento com ULMU 'olmo' resultou a forma ALMU, ainda sobrevivente nos topónimos *Almo*, *Alminho* e *Almito*.¹⁰⁵³ Além de *ólmo* 'olmo' e dos nomes de lugar *Ólmos* ou *Ólmox*, Simonet recolheu os moçarabismos *omméda*, *al-améda*, *hamméda* 'alameda', e os topónimos toledanos antigos *Al-Omméda* e *Al-améda* — forma correspondente ao actual *Alameda de La Sagra*.¹⁰⁵⁴ Galmés de Fuentes faz igualmente referência aos topónimos moçárabes *Alāmoš* e *Al-omeda*.¹⁰⁵⁵ Menéndez Pidal refere *álamo* (< *ALMUS), observando também a anaptixe.¹⁰⁵⁶

Alpendurada, *Ladeira das **Alpenduradas*** (Coimbra).

No caso destes topónimos, estudados a propósito da aglutinação do artigo árabe *al* (p. 530), a anaptixe foi reforçada pela analogia com *pendurado*, *-a*.

Outros casos se verificam em contextos ligeiramente diferentes mas sempre entre [r] e outra consoante ou grupo consonântico:

Carapelhos (Mira), ***Carapetos*** (Montemor-o-Velho), ***Carapinha***₂ (Aveiro,

¹⁰⁵² R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 40.5, p. 197.

¹⁰⁵³ J. Leite de VASCONCELOS, "Onomástico do concelho de Mértola", cit., p. 420, conheceu no concelho de Ponte de Sor (Portalegre) uma herdade chamada *Almo* (< *Álamo*) com o seu "monte", que foi dividido em dois por falecimento do dono; um dos herdeiros construiu na sua parte um novo "monte" a que chamou *Alminho*. *Alminho* e *Almito* são também referidos por J. J. NUNES, "A vegetação na toponímia portuguesa", cit., p. 137.

¹⁰⁵⁴ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. ÓLMO, s.v. OMMÉDA, AL-AMÉDA y HAMMÉDA.

¹⁰⁵⁵ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 76 e 50, respectivamente.

¹⁰⁵⁶ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 40.2 e 40.5. Sobre os topónimos em estudo, ver ainda: F. Adolfo COELHO, "Origens do português do Sul", cit., p. 146; J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Álamo; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 278; António LOSA, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, cit., p. 61.

Tábua), **Carapinhal**₆ (Arganil, Figueiró dos Vinhos, Góis, Miranda do Corvo, Mortágua), **Carapinheira**₂ (Estarreja, Montemor-o-Velho), **Carapinheira da Serra** (Coimbra).

José Joaquim Nunes trata de vários nomes de lugar filiados em *carpa*,¹⁰⁵⁷ “que deve ter existido em latim, a ajuizar da árvore chamada assim e também *carpe*”, nome de que, por sufixação, derivaria *carpeto* e dele, “por meio de suarabacti (cf. pop. *caravão*, *marafado*, etc.) tirar-se-ia *carapeto*, espécie de pereira brava, que em ambos os números e com os seus derivados *Carpeta*, *Carpetalinho*, *Carpeteiro* ou *Carpeteira* (como *Carapeta*) e *Carpetosa* figura na nossa toponímia.”. Nunes acrescenta que o latim *CARPINUS*, com a mesma significação, deve ser do mesmo tema e ter por continuador o português **carpinho*. Dele, igualmente por anaptixe, resultaria *Carapinho* (nome de um casal do concelho de Moura), a par de *Carapinha* e seus derivados *Carapinhal* e *Carapinheira*.¹⁰⁵⁸

Pedro A. Ferreira explica que na região de Montemor-o-Velho se dá o nome de *carapinha* e de *carapinheira* a certa planta que julga ser a giesta; cita, sem localizar, diversos topónimos relacionados com ela — entre os quais *Carapinha*, *Carapinhal*, *Carapinheira* e *Carapinhos*; acrescenta que no Alentejo se dá o nome de *carapinha* ao ovário da esteva ou giesta, depois de caídas as pétalas; e coloca a hipótese de *Carapinhal* e *Carapinheira* serem sinónimos de *Esteval*, *Esteveira*, *Giestal* e *Giesteira*, também povoações portuguesas.¹⁰⁵⁹

¹⁰⁵⁷ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. *Carpa*², ‘árvore da família das coriláceas, de madeira muito resistente, podendo atingir grandes proporções, frequente na Europa e Ásia ocidental e cultivada em Portugal’.

¹⁰⁵⁸ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 142-143.

¹⁰⁵⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 33, 131 e 234-235. Em passagens anteriores (*Op. cit.*, vol. II, p. 90 e 269), o Autor relaciona *Carapetos*, entre outros, com “*carrapato*, contracção de *carrapateiro*, espécie de feijão que dá o ricino e abunda em várias regiões do nosso país, pelo que dele tomaram o nome diferentes povoações nossas”. Parece, no entanto, pouco plausível que *carrapato* (com a vibrante [r̃]) tenha simultaneamente tido continuadores com a

Quinta da Caravela (São Pedro do Sul).

José Joaquim Nunes explica que a raiz *carb-* está na base de *carvalho* que “ou só, em ambos os géneros e números, ou acompanhado dos sufixos *-ada*, *-al* (nos dois números), *-ão* (só no singular), *-eda*, *-edo* (tanto no singular como no plural), *-eira* ou *-eiro*, *-iça*, *-iço* (aquele em ambos os números, este só no plural), *-ice* (só no singular), *-ido* e ainda nos diminutivos em *-inho*, deu grande contingente para a toponímia.”¹⁰⁶⁰

De facto, Pedro Cunha Serra confirma esta opinião ao afirmar que na origem dos topónimos *Carvela* e *Caravela(s)* se encontra o apelativo *carva* ‘bouça; mata de carvalhos jovens, com pouca altura’, aliás, também ele representado na toponímia por *Carvas* e *Carves*. Abona também as formas antigas *caruela* (século XII), *Carvela(s)*, *Carvellas* (1258) e *Caravella* (séculos XVI e XVII). No território nacional são bastante numerosos os topónimos com esta etimologia, alguns com anaptixe.¹⁰⁶¹

Quando estuda o topónimo do distrito de Santarém, *Alcaravela* (não citado por Cunha Serra), José Pedro Machado não o relaciona com aquela fonte etimológica, e coloca a hipótese de ele poder ligar-se ao apelativo *alcaravão* (< árabe *al-qarauan* ‘espécie de perdiz’), do qual cita algumas variantes.¹⁰⁶² Já Pedro A. Ferreira, a propósito da prótese do artigo árabe *al*, dá diversos exemplos de pares toponímicos (com e sem a referida prótese) entre os quais *Caravela(s)* e *Alcaravela*, *Carva* e

referida vibrante múltipla — *Carrapetal*, *Carrapateira(o)*, *Carrapatoso*, etc. — e com a vibrante simples — *Carapeços*, *Carapeta(s)*, *Carapetosa*, etc. — porque tal implicaria a neutralização da forte e distintiva oposição fonológica [r̄] / [r], o que só acontece em contextos regionais muito restritos (como é o caso da região de Setúbal).

¹⁰⁶⁰ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 143.

¹⁰⁶¹ Ver P. Cunha SERRA, “Estudos toponímicos” (XIV-XVI), cit., p. 99-106. Cunha Serra acha estranha e não explica satisfatoriamente a forma *Carves*, considerando que a terminação *-es* se deve à atonicidade e à contiguidade da final palatal, sem reparar que se trata de uma evolução própria dos dialectos moçárabes. Cf. também Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 55, 90, 93 e 155.

¹⁰⁶² J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 47; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 151-152.

Alcarva, que relaciona com *carpa* 'árvore amentácea, da família do carvalho'.¹⁰⁶³

De facto, Simonet cita o apelativo botânico *alcaravea* (< latim CAREU) que considera ter sofrido influência do árabe *carawíya*.¹⁰⁶⁴ Veja-se ainda *Carvide*, p. 253.

Carrachana (Pombal).

Tal como *Carxana* (Carregal do Sal), *Carrachana* pode ser derivado de *carcha* 'cada uma das partes de uma batata cortada ao meio', vocábulo usado nas Beiras, ou mais provavelmente de **carchere* < CARCERE 'prisão, calabouço', com a evolução moçárabe C^e > [č], já estudada. Galmés de Fuentes recolheu *Carchena* e *Caranchena* no *Repartimiento* de Sevilha, que usa para ilustrar esta evolução de C^e latino e a do sufixo -ENA.¹⁰⁶⁵ Refira-se ainda que o apelativo *carracha* se usa regionalmente nos Açores para designar uma criança do sexo feminino e em Trás-os-Montes na expressão *às carrachas* 'às cavalitas'; *carracho* é, no Minho, variante popular de *carrasco*.¹⁰⁶⁶

Rua do ***Coruche*** (Coimbra), ***Corucho*** (Leiria), ***Corucho da Pena Ruiva*** (Arouca), ***Carocho***, *Fonte do Carocho* (Aveiro).

Estas formas, cuja origem não é completamente clara, foram estudadas a propósito do tratamento da vogal final em *Coruche* (p. 261).

Gerumelo ou ***Juromelo*** (Penela), *Monte de Jerumelo* (Cantanhede).

Germanelo, *Germelo*, *Germel*, *Gerumelo*, *Juromelo* e *Jerumelo* são variantes alotrópicas, continuadoras de GERMANELLU, diminutivo de GERMANU 'irmão'.

As constantes incursões muçulmanas às terras do Rabaçal e de Penela

¹⁰⁶³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 250; vol. III, p. 33 e 239-241, onde se encontra uma extensa lista "das muitas povoações que tomaram o nome dos carvalhos".

¹⁰⁶⁴ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. GIRÍVIA.

¹⁰⁶⁵ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 199 e 210, respectivamente.

¹⁰⁶⁶ *GEPB*, vol. 5, s.v. CARRACHA e s.v. CARRACHO².

determinaram D. Afonso Henriques a fundar em 1142 a vila e o castelo do *Germanelo*, implantando-o sobre um de dois montes de configuração semelhante que, por isso, são referidos, num documento régio de 1160, como *germanelos*: “O *germanellus*, por ter a mesma forma cónica e aproximadamente a mesma altura de outro morro, (...) pode dizer-se [seu] irmão *germano*, *gemanelo* ou *irmãozinho*.”¹⁰⁶⁷ Couto de homiziados com amplo foral, a antiga vila do *Germanelo* foi, entre 1142 e 1146, sede de um município que, com o prosseguimento da Reconquista, perdeu importância e se integrou no de Coimbra. No foral do *Germanelo* descrevem-se pormenorizadamente os seus limites e pode, de facto, ler-se que o termo “vai depois para o sul indefinidamente e compreenderá tudo quanto os habitantes do *Germanelo* puderem e quiserem habitar e ocupar”.¹⁰⁶⁸ Usufruíam, além disso, de muitas outras benesses exclusivas dos ocupantes das praças de guerra fronteiriças como, por exemplo, o pagamento do dízimo (isto é, *um de dez*, contra *um de cinco* ou de *seis* que a maioria das terras pagava). E a Torre da Ladeia (hoje *Quinta do Alvorge*, concelho de Ansião), dada por Afonso Henriques para defender aqueles povoados das invasões dos mouros, nem sequer dízimo pagava. Actualmente sem qualquer população e encimado pelas ruínas da referida fortificação (que conserva o nome de *Germanelo*) é também conhecido por Monte do Castelo, enquanto à elevação vizinha chamam *Germel*, *Germelo* ou *Gerumelo* — “O nome *Gerumelo* (...) é o de *Germanelo*

¹⁰⁶⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 94, onde, além de *Germanelo*, refere *Germel* e *Jarmelo* como continuadores do latim GERMANUS > baixo latim GERMANELLUS. Cf. IDEM, *Op. cit.*, vol. III, p. 312. Sobre este nome, ver também David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 29; IDEM, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 258; e Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 77-78.

¹⁰⁶⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 221-222. Calcula-se que este foral tenha sido concedido por D. Afonso Henriques entre 1140 e 1146. A sua transcrição, em latim, encontra-se em Salvador Dias ARNAUT, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o Estudo do Feito de Ourique*, cit., p. LXXIII-LXXV; e a sua tradução, em Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 221-223.

mascarado.”.¹⁰⁶⁹ Joaquim da Silveira, que também se debruça sobre o topónimo do concelho de Penela, citando as formas *Jerumelo*, *Jarmelo* e *Germelo* (que considera “a evolução regular do nome antigo *Germanello*”), refere que um dos quatro outeiros que cercam a vila de Ançã (concelho de Cantanhede) é igualmente conhecido pelo nome de *Monte de Jerumelo*.

Mas estes casos de “irmãozinhos” não são únicos na nossa toponímia.

Joaquim da Silveira dá também notícia de um lugar da Beira Baixa chamado *Germelo*; de uma povoação do concelho de Mafra conhecida por *Jerumelo* ou *Juremelo* (*A do Germelo*, em 1423; *lugar do Jormello*, em 1610; e *Jurumelo*, no século XVIII); e de duas freguesias contíguas no concelho da Guarda — ambas com o nome de *Germelo*, *Jermelo* ou *Jarmelo* (*Germeelo*, no século XIII; *Jormello*, em 1510; e *Germello*, em 1527) — nome este que, por designar duas freguesias, aparecia frequentemente no plural, em documentos antigos: *Germanelos* (1209), *Germeelhos* e *Germeelos* (século XIII).¹⁰⁷⁰ No século XI, D. João Ramires e o seu irmão D. Pedro doaram aos monges beneditinos de S. Pedro das Águias um casal em Távora (concelho de Tabuaço) que incluía, entre outros lugares, os *Germelos* — “o actual *Castelo dos Cabris*, formado por três grandes penhascos contíguas e muito

¹⁰⁶⁹ *GEPB*, vol. 12, s.v. GERMANELO, onde também se conta a lenda de Melo e Gerumelo, dois gigantes irmãos, ferreiros de profissão, que habitavam cada um o alto de seu monte e que, num “acidente profissional”, deram origem a uma nascente de água férrea e à povoação do Zambujal, na falda do Monte do Castelo. O valor estratégico das duas elevações era evidente, como se comprova pelas diversas referências documentais. Num testamento régio de 1160, lê-se: “per uiam que uenit de atheania inter ambos germanelos”; e numa carta de venda de 1233 refere-se uma herdade em Ladeia e *Germanelos*. Ver Salvador Dias ARNAUT, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o Estudo do Feito de Ourique*, cit., p. XXIII. Sobre o *Germanelo*, veja-se ainda Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 225-230.

¹⁰⁷⁰ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 263-264. Joseph M. PIEL, “Sobre o sufixo *-ellus*, *-ella*, no onomástico tardio hispano-latino”, cit., p. 245, também faz referência às formas antigas *Germanello*, *Germeelo* e às actuais *Germelo* e *Jerumelo*. Actualmente, as duas referidas freguesias do concelho da Guarda unificaram-se, tendo assumido o nome de *S. Miguel de Jarmelo*.

semelhantes a modo de irmãos ou *germanos*, unde *germanellos*, e por contracção *Germelos*.”.¹⁰⁷¹ *Alafões* ou *Lafões* tem na sua base o árabe *Alahauān(e)* que significa 'os dois irmãos', designação dada a dois cabeços fronteiros, perto de Viseu (hoje os montes *Lafão* e *Castelo*), que constituem a extremidade setentrional da serra do Caramulo.¹⁰⁷² No distrito de Braga, há uma povoação e um vértice geodésico com o nome de *Gémeos* e uma região chamada *Gémeas*. Na Serra das Talhadas (concelhos de Oliveira de Frades e de Sever do Vouga) existem dois enormes blocos graníticos idênticos, que se chamam *Irmãos das Talhadas*.¹⁰⁷³

18.2 Ce, i

Vale da Borracha (Oliveira do Hospital).

Borracha e *Borracheta* são nomes de lugar do concelho de Ponte de Lima e *Borracheira* de Proença-a-Nova e de Tavira.¹⁰⁷⁴ Não se ligando certamente a plantas de onde se extrai o látex, os topónimos devem reportar-se à cor avermelhada do terreno. Segundo Corominas, o adjectivo *borracho* 'bêbado', que terá passado do castelhano ao português, é “un derivado del lat. BŪRRUS 'rojizo', por el color del que ha bebido”. O Autor acrescenta ainda que o sufixo *-acho* (< -ACEU), tem origem

¹⁰⁷¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 419. Sobre esta doação, cf. p. 418-424, e acerca do *Castelo dos Cabris*, ver p. 533.

¹⁰⁷² Ver *GEPB*, vol. 14, s.v. LAFÕES; J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 129; e, especialmente, David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 29; IDEM, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 258, onde este especialista estuda *Alafões*, abona formas antigas, e dá conta da existência de outros casos idênticos na toponímia alemã — *Die Brüder*, nome atribuído aos castelos *Liebenstein* e *Sternberg* da margem direita do Reno, perto de Caub; na espanhola — *Dos Hermanos*, povoação da província de Sevilha; e na argelina — *Açahrahān(e)* 'os dois penedos', nome atribuído a uma fonte e a um monte.

¹⁰⁷³ *GEPB*, vol. 30, s.v. TALHADAS; na *GEPB*, vol. 20, além de s.v. PEDRAS TALHADAS, regista-se a existência de três ilhéus situados 20 km a SO da Ilha do Príncipe, a que os ingleses dão o nome de *Three Brothers* (ver, no referido vol. 20, s.v. PEDRAS TINHOSAS).

¹⁰⁷⁴ *GEPB*, vol. 4, s.v. BORRACHA, s.v. BORRACHETA, s.v. BORRACHEIRA.

moçárabe.¹⁰⁷⁵ Com a mesma etimologia, *Burrel* e *Borratena* são nomes presentes na composição de topónimos estudados nas p. 243 e 404, respectivamente.

Cárquere*, Ribeira de *Cárquere (Resende).

Além do concelho de Resende, este nome de lugar encontra-se também na margem norte do Douro, no concelho de Baião. Joseph Piel considera-o, entre os diversos continuadores de CARCER(E), uma “curiosa variante portuguesa”. Informa que “a pronúncia corrente de *Cárquere* é *Cárcre*, e a ouvida em Baião, é *Cacre*”, e que existe a forma antiga do topónimo, *S.^{ta} Maria de Carcari* (século XIV) com a variante fonética *Carcadi*. Afastada a possibilidade de se tratar de nome de possessor, dado que não existe nenhum elemento no onomástico latino nem no indígena celto-lusitano que faça supor o nome *Carcarus* ou *Carcarius*, este topónimo afigura-se ao Autor um vestígio de CARCAR, forma vulgar de CARCER(E) ‘prisão’, a que alude a glosa 43 do *Appendix Probi*: “CARCER, non CARC[AR]”, resultando as formas *Cárquere* e *Ca(r)cre* de um enfraquecimento progressivo da vogal átona. Na sua opinião, continuam o mesmo étimo: o topónimo português antigo *Valcarcer*, os espanhóis *Carcar*, *Valcárcel* e *Los Valcárceles*; o catalão *Vallcàrca(ra)* e o adjectivo *encarcarat* (= *carcar*) que se usa em relação a uma pessoa rígida, hirta; as expressões toponímicas medievais francesas *Castrum quod carcer vocatur* (século XI) e *Castellum de carcere* (século XII), actual *Chartre-sur-le-Loire*. Mas o vulgarismo CARCAR não excluiu o uso de CARCER, sobrevivente num nome documentado em 1325, *Carcerelos de susaões* (onde o qualificativo *de susaões* significa ‘de cima’ < SURSU + -ANU) e em *Caçarilhe* (antigo *S. Michael de Carcereli* ou *Carcerilh*).¹⁰⁷⁶

¹⁰⁷⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BORRACHO. Cf. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Borracho¹. SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. RÚCHOL, também cita *rúchol* e *rúchul*, diminutivos de *rucho* ‘burro pequeno’, com a referida etimologia latina. Sobre os sufixos *-acho*, *-echo*, *-icho* e *-ucho*, cf. nota 1097, p. 371.

¹⁰⁷⁶ Joseph M. PIEL, “Miscelânea de toponímia peninsular”, cit., p. 208-215; IDEM, Recensão a Hans JANNER, “Apuntes para la toponímia española”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III,

Cernache, *Quinta de Cernache*, *Ribeira de Cernache*, *Vila Nova de Cernache*, *Vila Pouca de Cernache* (Coimbra).

A etimologia deste nome não é bem conhecida: os estudiosos não têm sobre ela opiniões unânimes, sendo várias as hipóteses aventadas.

Amadeu Ferraz de Carvalho cita a *Monografia histórica de Cernache* de Henrique Mateus dos Santos, onde se afirma que, através dos diplomas legais mais antigos, é possível ver que “o nome de Cernache foi sempre escrito com C, o que indica que a sua etimologia deriva do verbo latino *cerno*, ver ao longe”. Discordando desta origem, porque “os topónimos em geral não derivam de verbos”, Ferraz de Carvalho propõe o antropónimo *CERNACIUS como “uma mera hipótese [etimológica] que carece de confirmação”, uma vez que o nome não está documentado no onomástico português.¹⁰⁷⁷

O verbo *cernare*, além de ‘distinguir, ver; discernir; decidir’ comporta o sentido de ‘passar pelo crivo, peneirar, separar’,¹⁰⁷⁸ que parece mais consentâneo com o dos moçarabismos *saránd*, *çaránd*, *sardan*, *sardana* ‘ciranda, peneira’ e *çarrat* ‘cirandar, peneirar’, que Dozy entende de origem persa, mas que Simonet prefere relacionar com o baixo latim CERNELLA (por certo étimo de *cernelha*, alógrafo de **Sernelha**, topónimo do concelho de Penacova), CERNIDA e CERNILLA ‘crivo, peneira’, e com o referido verbo CERNO, afirmando que *sarand* é uma alteração de CERNIDA sob influência do árabe.¹⁰⁷⁹

A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* afirma que a grafia oficial é com

1949-1950, p. 341. Sobre o milagre de Cárquere que, supostamente, está na base da construção da igreja de Santa Maria de Cárquere, ver José MATTOSO, “O Condado Portucalense”, cit., p. 442; e *GEPB*, vol. 5, s.v. CÁRQUERE.

¹⁰⁷⁷ Ver A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 62-63, onde o Autor informa ainda que, outrora conhecido por *Sernache dos Alhos*, simplificou-se-lhe o nome e passou a ser grafado com <c> inicial por decreto de 2 de Julho de 1910.

¹⁰⁷⁸ António Gomes FERREIRA, *Dicionário de Latim-Português*, cit., s.v. cernō.

¹⁰⁷⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. SARÁND.

<s> inicial, pelo que remete para a entrada SERNACHE, mas as formas antigas recolhidas — *Cernach*, *Alcernache*, *Acernache*, *Arcenachi* e *Çarnache* — postulam uma grafia com <c> inicial. Na entrada SERNACHE DO BONJARDIM, destaca-se a antiguidade do nome que “provavelmente se relaciona com *Sernada* ou *Sarnada* e terá por étimo o latim CERNUATU 'inclinado (para a frente)'. Parece ainda tratar-se de um locativo, *CERNUATI, de sentido topográfico, condicente com a realidade da inclinação [do solo]”.¹⁰⁸⁰

José Leite de Vasconcelos refere-se-lhe muito brevemente, aludindo a uma forma antiga *Sarnache* (= *Cernache*), presente num documento manuscrito de 1634, o «Tombo» dos Condes de Cantanhede, Marqueses de Marialva; e dedica uma breve nota a *Sarnadela* (concelho de Arganil), cuja forma antiga, *Cernadela*, o leva a considerá-la diminutivo de *cernada*, “derivada de *cernar* «cortar além da casca das árvores até descobrir-lhes o cerne», do latim *circinare*, por dissimilação, isto é, por síncope do segundo *c*”.¹⁰⁸¹

Joaquim da Silveira ocupa-se também dos topónimos dos distritos de Aveiro e de Viseu *Cernada(s)*, *Cernadinha*, *Cernadães* e *Cernadelo*, abonando várias formas antigas (séculos XII a XVI) que indicam que a grafia deve ser com <c> inicial, e não com <s>, como frequentemente se regista, e acrescenta que “provêm de um antigo vocábulo português *cernado*, *cernada*, participio substantivado do verbo *cernar*, ‘rodear, cercar, formar um círculo ou cinta’, vocábulo que significou ‘prédio rústico circuitado de muro, valo ou outra vedação’ e que é sinónimo de outros usados na língua: *cerrado*, *cerrada*, *chouso*, *chousa*, *cerca*, *tapada*, etc..”.¹⁰⁸² Num outro artigo de

¹⁰⁸⁰ Cf. *GEPB*, vol. 6, s.v. CERNACHE, e vol. 28, s.v. SERNACHE DO BONJARDIM. *Sernada*, *Sarnada(s)* e *Sarnadinha* documentam-se também na toponímia da região em estudo.

¹⁰⁸¹ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia geográfica*, cit., p. 30. IDEM, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 488-489.

¹⁰⁸² J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 23 e 45.

Joaquim da Silveira,¹⁰⁸³ encontramos informação complementar: *cernado*, o referido particípio de *cernar*, radica no latim vulgar CERNARE = *CIRC'NARE < latim CIRCINARE 'fazer ou formar um círculo'. Na linguagem da arboricultura, a par da expressão *cintar* uma árvore, existe *cernar* uma árvore, isto é 'fazer-lhe uma incisão em toda a volta do tronco e tirar-lhe a casca, para a fazer secar'. Semanticamente relacionado com *cerrado*, *cerca*, *tapada*, etc., e também abundantemente representado na toponímia (sobretudo do Norte do país), temos o nome *bouça* (*bauza*, *baucia*, no século X), na base do qual está o latim BALTEA 'cinta' (com referência aos muros ou valas que geralmente cercam as bouças).

Herculano de Carvalho não aduz qualquer explicação sobre este topónimo, mas considera *Cernache* de "conformação tipicamente moçárabe", tal como outros nomes de localidades próximas — *Malga*, *Assafarge*, *Alcabideque*, *Almalaguês*, *Alcouce* e *Bendafé* —, sublinhando o carácter fortemente moçárabe da região onde se inscrevem.¹⁰⁸⁴

Chelo₃ (Cinfães, Penacova), *Cabeço de Chelo*, **Chelinho** (Penacova), Quinta de **Sancheleiros** (São João da Pesqueira).

Do latim CELLA 'quarto; celeiro; santuário'.¹⁰⁸⁵ E. Gamillscheg (ao contrário de Meyer-Lübke, que situa no século VIII a palatalização na Hispânia meridional) entende

¹⁰⁸³ J. da SILVEIRA, "Alguns Nomes de Lugar da Freguesia de Areias (Santo Tirso)", cit., p. 396-398. Nesta nota filológica, Silveira trata de *Sarnados* (concelho de Santo Tirso) que, em documentação do século XVI, figura como *Cernados*. Explica a forma moderna pela influência de [r] sobre [ə] átono, que se transforma em [a], e pela conseqüente impossibilidade de representação gráfica de <ç> inicial, que foi substituído por <s>, assegurando-se, assim, a manutenção da forma fonética. A provar esta tese cita diversos topónimos etimologicamente correlatos — *Sarnado(a)*, *Cernado(a)*, *Sarnadelo*, *Cernadelo(a)*, etc. — e algumas das suas abonações dos séculos X e XI — *Cernato*, *Cernatello* e *Cernatella* —, nenhuma delas com <s> inicial. Esclarece que *Sarnados* nada tem que ver com o português antigo *serna* ou *senra* 'seara' e, tal como os topónimos dos distritos de Aveiro e de Viseu, acima referidos, se filia em *cernado*.

¹⁰⁸⁴ José Herculano de CARVALHO, "Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego", cit., p. 168.

que quando os Mouros invadiram a Península ainda encontraram viva a velar latina seguida de [i] ou [e] em nomes de lugar, alguns dos quais revelam diferentes fases (mais ou menos avançadas) de palatalização: *Pake* (< PACE), *Zaragoza* (< CAESAREA AUGUSTA), *Cáceres* (< NORBA CAESAREA) e *Cheles* (< CELL-). Nessa época, a velar românica levemente palatalizada equivalia foneticamente ao *gim* árabe, pelo que acabou por se confundir com ele.¹⁰⁸⁶ Sanchis Guarner¹⁰⁸⁷ confirma a etimologia referida e abona *Cheles* (Badajoz) e *Chella* (Valência); Galmés de Fuentes também refere o topónimo *Cheles* (Badajoz), que compara com as formas *Chela*, *Chelo* e *Chelos*;¹⁰⁸⁸ Pedro Ferreira relaciona igualmente *Cheleiros* com celeiros.¹⁰⁸⁹ No entanto, Piel filia estes topónimos e ainda os galegos *Cheulo* e *Chiela* no diminutivo latino PLANELLU, -A derivado de PLANU, -A; e cita as formas antigas, apontadas por Leite de Vasconcelos, *Chaelo*, *Cheelo*, *Chaela*, *Chaelas*, etc., que acha ilustrativas da evolução fonética sofrida pelas modernas.¹⁰⁹⁰ A mesma opinião tinha Adolfo Coelho que considerava *Chelo(s)*, *Chela(s)*, *Chelinho* e *Cheleiros*, derivados do latim PLANU, nomes antigos formados num período em que ainda não se tinha verificado a síncope de -N-, isto é, antes do fim do século XII.¹⁰⁹¹ Apesar da divergência de opiniões, mas tendo em conta que as regiões onde se localizam os topónimos são, em termos histórico-geográficos, de forte incidência moçárabe, cremos ser mais plausível a etimologia CELLA.

¹⁰⁸⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CELDA.

¹⁰⁸⁶ Clemente MERLO, Recensão a E. GAMILLSCHEG, *Romanen und Basken*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 259.

¹⁰⁸⁷ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 316.

¹⁰⁸⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología moçárabe*, cit., p. 312. Confronte-se com os topónimos portugueses *Chelas* (Braga, Lisboa) e *Chelos* (Braga).

¹⁰⁸⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 162, 164 e 262.

¹⁰⁹⁰ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 157. Este Autor segue, de resto, a opinião expressa por J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 420-421.

¹⁰⁹¹ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 146.

Chiqueiro₅ (Arouca, Lousã, Oliveira do Bairro, Pampilhosa da Serra), *Barroca do Chiqueiro* (Pampilhosa da Serra), *Costa do Chiqueiro* (Penela), **Chiqueda de Baixo**, **Chiqueda de Cima** (Alcobaça).

A propósito de *Reca* (nome de lugar do concelho de Ourém), do feminino de *reco* ‘porco’, Joaquim da Silveira refere “topónimos que reproduzem os nomes dos currais ou estâncias dos porcos, e os dos criadores e negociantes da raça porcina”; entre eles, cita, sem localizar nem se referir à sua etimologia, *Chiqueiro*, *Chiqueira*, *Vale Chiqueiro*, *Vale de Chiqueiros* e *Ribeiro de Chiqueiros*.¹⁰⁹²

Conforme afirma Galmés de Fuentes, *chiqueiro* relaciona-se com a forma moçárabe *sirkáir* ‘choça; cabana; tugúrio’, continuadora do latim CIRCARIU, derivado de CIRCA.¹⁰⁹³ De facto, Simonet abona o moçárabe *xircáir* — castelhano *chiquero*, português *chiqueiro* — provavelmente de um adjectivo do baixo latim CERCARIU ou CIRCARIU, formado de CERCA ou CIRCA ‘cerca, cercado’ ou do latim CIRCU ‘cerco’.¹⁰⁹⁴

Na sua abordagem, Joseph Piel refere o *Glosario de voces romances registadas por un botánico hispano-musulmán* (séculos XI-XII), onde se lê: “cherco: es el árbol de la nuez de agallas” e “al-‘afs [árbol de la nuez de agallas] al-andalusí se llama, en ayamiyya, *cherco* y en latin *quercus*”. Piel cita diversos topónimos espanhóis que considera terem esta etimologia — *La Chirca* e *Chircal* (século XVI) e *Chercos*, *Chércoles* e *Chircales* —, remetendo também para Pedro de Alcalá, onde se encontram mais abonações do referido moçarabismo: *chirqua*, *chirque*, *chirich* e *chirica*.¹⁰⁹⁵

¹⁰⁹² J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 96. Além destes, refere também *Porcaria*, *Porcaria*, *Porcil*, *Pocil* (< latim PORCILE) e *Pocilga* (< latim *PORCILICA). Cf. *Asnes*, p. 232, e *Porcelhe*, p. 318.

¹⁰⁹³ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 329.

¹⁰⁹⁴ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. XIRCÁIR. Cf. também s.v. SÉRCA ‘cerca, cercado’, de CERCARE (por CIRCARE) e este do latim CIRCUS ‘cerco’.

¹⁰⁹⁵ Joseph M. PIEL, “Os Nomes das “Quercus” na Toponímia Peninsular”, *Revista Portuguesa*

Portela dos Corchos (Alcobaça).

Já estudado (na p. 259), a propósito de -E final representado por -o.

Couchel (Vila Nova de Poiares).

Este topónimo foi objecto de estudo (p. 266) aquando do tratamento moçárabe das vogais finais.

Vale do Fornacho (Mortágua).

Certamente derivado de *forno* (< latim FURNU) que, como topónimo, se documenta a partir de 897,¹⁰⁹⁶ com o sufixo *-acho* (< -ACEU), considerado por Galmés de Fuentes como tipicamente moçárabe (cf. *lebracho* ‘macho da lebre’). Este Autor refere muitos apelativos moçárabes pertencentes a esta família etimológica, entre os quais *forn(o)*, *fornāch(o)*, *fornēlloš*, *forneyro*, *fornayro*. Na toponímia abona também os nomes antigos *Fornēlloš*, *Alforn*, *Alfornayr*, *Alforner*, e os actuais *Forna*, *Fornas* e sua variante *Fornes*, *Hornachos* e *Hornachuelos* continuadores de *hornacho* ‘concavidade nas montanhas resultante da escavação de minérios’.¹⁰⁹⁷ Simonet, além de *fórno*, *forn*

de *Filologia*, vol. IV, 1951, p. 326-327.

¹⁰⁹⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Forno.

¹⁰⁹⁷ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 52, 58, 73, 80, 81, 89, 137, 142, 310 e 326. A africada palatal surda /č/ dos sufixos portugueses *-acho*, *-echo*, *-icho*, *-ucho* intrigou Leite de Vasconcelos. Põe de lado uma eventual explicação por *-aculus*, *-iculus*, etc., “porque deram *-alho*, *-elho*, etc..”, e também não aceita que /č/ seja resultado de C^e, i latino, como entende Diez quando “explica o sufixo português *-acho* de *lebracho*, *riacho*, etc. pelo latim *-aceus*, pondo-o pois na mesma linha que o italiano *-accio*, etc.. O italiano veio sem dúvida de *-aceus*, mas este sufixo em português deu *-aço* e não podia foneticamente dar *-acho*”. Leite de Vasconcelos coloca então a hipótese de os sufixos portugueses *-asco*, *-esco*, *-isco*, *-usco* estarem na origem de *-acho*, *-icho*, etc., através das formas compostas *-asc(u)llus*, *-esc(u)llus*, *-isc(u)llus*, *-usc(u)llus*, “porque o grupo *-sc’l-* dá perfeitamente *ch*, como o prova *macho* (de *masculus*), *bucho* (de *musculus*), *facha* (de **fascula*), etc.. A minha explicação abrange o espanhol *-acho*, pois também aí *-aceus* não podia dar esse sufixo, como quer Diez, ao passo que *-sc’l-* dá *ch* como o prova *macho*, *bacha*, etc..”. Ver J. Leite de VASCONCELOS, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 271-272 (excertos adaptados). Sobre os sufixos *-acho*, *-icho*, *-echo*, *-ucho*, cf. também J. J. NUNES, *Compêndio*

e do plural *fórnex*, recolheu também os diminutivos *fornácho*, *fornách*, *fornachólo*, *fornachuélo* e *fornatila* e, da mesma família etimológica, os derivados *fornáir* ‘forno’, com as variantes *fornár*, *fornáxer*, *fornáyr* e *fornér*.¹⁰⁹⁸ Os derivados de *forno* são igualmente frequentes na nossa toponímia, como é o caso dos diminutivos *Fornelo*, *Fornilho*, *Forninho*, *Alfornel*, *Alfornelos* e *Fornino*, nome de lugar do concelho de Ansião (referido, a propósito da conservação de -N-, na p. 419).¹⁰⁹⁹

Garruchas (Batalha), **Garrucho** (Tondela).

J. P. Machado situa em 1397 a primeira documentação do apelativo *garrucha*, a que atribui proveniência castelhana.¹¹⁰⁰ Este apelativo, usado outrora para designar um antigo instrumento de tortura, é hoje utilizado na linguagem militar e náutica, onde assume acepções diversas assentes na noção de ‘mecanismo com *garras*, que serve para prender, esticar, etc.’. Corominas vê na forma antiga e dialectal *carrucha* (derivada de CARRO) a origem de *garrucha* ‘polé; roldana’, “porque sirve para acarrear el agua desde el fondo del pozo y para llevar otros pesos.”¹¹⁰¹ O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa apresenta ainda *garrucho* e *garruncho*, como termos semanticamente afins, assumindo o último também o sentido beirão de ‘gado que serve para juntar o mato roçado’, e o transmontano de ‘ramo seco na árvore’.¹¹⁰² Machado interroga-se se *garruncho* terá que ver com *garra* ou se derivará de *garrucha*. Em termos semânticos

de gramática histórica portuguesa, cit., p. 386-387; e Silvia SKORGE, “Os sufixos diminutivos em português”, cit., p. 57-58.

¹⁰⁹⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., p. 228-229.

¹⁰⁹⁹ Cf. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 528. J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 57, estuda *Alfornel* que considera “forma híbrida de *al* + latim *furnellu*-, diminutivo de *furnus* ‘forno’”, e abona o topónimo antigo *Fornel* (1052).

¹¹⁰⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Garrucha.

¹¹⁰¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GARRUCHA.

¹¹⁰² *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Garrucha, s.v. Garrucho, s.v. Garruncho.

parece mais plausível ligar os topónimos em causa com uma destas acepções regionais do que ver neles termos militares e, dada a sua localização geográfica, muito menos náuticos. E, assim sendo, é razoável pensar que os topónimos em questão radicam em *garra*, vocábulo pré-romano de acordo com J. P. Machado,¹¹⁰³ mas cuja etimologia se entrecruza com a de outros termos, como se verá. Segundo Corominas, *garra* ‘pata das feras e das aves de rapina com unhas curvas fortes e agudas’ era, na Idade Média, *garfa* com o mesmo significado, a que se juntava o de ‘punhado, quantidade de algo que se pode agarrar com uma mão’, provavelmente do árabe *gárfa* ‘punhado’ (da raiz *gáraf* ‘tirar água’, ‘arrebatar, empunhar’). Para a alteração do sentido românico houve interferência da parónima *garfio* ‘gancho forte’, do grego, através do latim GRAPHIUM ‘estilete para escrever’, por seu turno formal e semanticamente influenciado por *garfa*. Além destas acepções, ainda existe, em Aragão e no espanhol falado na América do Sul, *garra* ‘barriga da perna’, do celta *GARRA. De acordo com as diferentes origens etimológicas, Corominas divide os derivados de *garra* em três grupos: os do castelhano *garra*; os do celta *GARRA; e os do termo greco-latino GRAPHIU. Considera derivados do celta *GARRA os regionalismos *garra* ‘rama de árvore’, de onde *garrocha* ‘vara com gancho na ponta’ (termo que já figurava em glossários medievais, a par das variantes *garocha* e *escarrocha*). Do cruzamento de *garra* ‘rama’ com o sinónimo *gancho* resultou o castelhano *garrancho* ‘parte saliente de um ramo ou tronco’, ‘ramo quebrado’, também provincianismo português da Beira ‘espécie de ancinho com grandes dentes de ferro para arrastar estrume e para outros serviços agrícolas’. Por sua vez, o minhoto *garruncho* ou *garroncho* ‘pontas de lenha não acamadas’ e o transmontano *garruncho* ‘ramo seco preso na árvore’, já referido, seriam produto do cruzamento com *garrocha*. Refira-se ainda o catalão *garranxa*, valenciano *garranxo* ‘sarça, tojo’, representado na

¹¹⁰³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Garruncho, s.v. Garra¹.

toponímia — *La Garranxa*.¹¹⁰⁴ Parece claro que a dilucidação dos nomes portugueses em causa passará certamente pelo campo semântico da botânica que, como se sabe e se tem verificado também neste trabalho, se reflecte frequentemente na toponímia. Em termos fonéticos, não se pode deixar de aproximar *Garruchas* e *Garrucho* dos apelativos beirões *garruça* ‘carapuça’,¹¹⁰⁵ *carruço* ‘caneca de pau’, e de *carricho* ‘planta, espécie de cana, que cresce nos lugares arenosos e húmidos’, ‘semente espinhosa, o mesmo que carrapito ou carrapicho’ (do latim *CARĪCIU, de CĀREX ‘carricho’), frequentemente usado como sinónimo de *carriga* ‘nome vulgar de uma ave da fauna nacional’, representados na toponímia por *Carricho(s)*, *Carriga(s)*, pelos derivados *Carrigosa*, *Carrigal*¹¹⁰⁶ e pelo moçárabe *Carriche* (presente na toponímia de Lisboa em *Calçada de Carriche*), também documentado por Simonet e por Galmés de Fuentes, sob a forma *carrīch*.¹¹⁰⁷

Vale do Machial (Pampilhosa da Serra).

Este topónimo beirão, também usado como apelido (proveniente do nome de lugar), pertence à numerosa família etimológica de *maçã* (< MA(T)TIANA).

Leite de Vasconcelos e José Joaquim Nunes recordam que MATIANA foi na origem um qualificativo de *mala* (plural neutro de *malum* ‘fruto’ e pontualmente ‘maçã’). Citam muitos topónimos derivados, como *Maçal*, *Maçadas*, *Maçainhas*, *Macedo(s)*, *Macido*, *Macide*, *Macede*.¹¹⁰⁸ Os três últimos indiciam um percurso moçárabe devido à

¹¹⁰⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GARRA.

¹¹⁰⁵ A. Gomes PEREIRA, “Tradições populares e dialecto de Penedono”, cit., p. 313.

¹¹⁰⁶ *GEPB*, vol. 6, s.v. CARRUÇO, s.v. CARRIÇO. Sobre a etimologia ver J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Carricho.

¹¹⁰⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CARRÍCH. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 224, 233 e 240. Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213, que também recolheu este nome no *Glosario* de Simonet, considera-o na base do referido topónimo lisboeta.

¹¹⁰⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 241-242, onde também refere *maçana* “nos dialectos de Trás-os-Montes” [Moçarabismo, leonesismo ou

evolução das vogais tónicas e / ou das finais. O mesmo se verifica em *Machede*, no Alentejo, onde ocorre ainda a evolução de [Tɪ] para [š],¹¹⁰⁹ como no nome em epígrafe, *Machial*. Pedro Ferreira já tinha também reunido, sem os localizar, bastantes topónimos com esta origem, entre os quais *Maçal*, *Macial* e *Machial*;¹¹¹⁰ não sabe explicar este último por não o ter reconhecido como alótopo moçárabe de *Macial*.

A origem do adjectivo MA(T)TIANA tem sido objecto de várias hipóteses. Simonet aventou três possibilidades: o apelido *Matius* (escritor latino) e os topónimos *Matia*, cidade italiana, e *Matium*, na Cólquida asiática.¹¹¹¹ Para José Pedro Machado o adjectivo *Mattiana* teria derivado de *Mattium* (capital dos Cátios, povo germânico).¹¹¹² Corominas, no denso artigo sobre a família etimológica em causa, inclina-se para uma origem antroponímica (já aventada por Simonet) no apelido (Caius) *Mattius* ou *Matius* (século I a. C.), donde a oscilação ortográfica entre *mattiana* e *matiana*; considera que deve ter sido MATTIANA “a forma oral, a julgar pela evolução fonética em castelhano e nas outras línguas românicas”.¹¹¹³

Na região estudada ocorre também *Vale das Massanetas* (Porto de Mós), com -N- conservado, como em *maçana*, já referido, e em muitos outros cognatos reunidos

moçarabismo recebido por via leonesa?]. J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 155.

¹¹⁰⁹ Registam-se, no distrito de Évora, *Santa Maria de Machede* e *São Miguel de Machede*. Cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 94.

¹¹¹⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 505; ver também as p. 261-262.

¹¹¹¹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MASSÁNA (que inclui *maçana* como “port. antigo”); s.v. MASSANÉLLA, s.v. MASSANÍTH, MANÇANIL y MAXANÉTHO, onde enumera bastantes topónimos.

¹¹¹² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Maçã; como abonação mais antiga aduz o hidrónimo *Maçãas*, em 1187.

¹¹¹³ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MANZANA, cita bastantes continuadores dialectais e toponímicos da Península Ibérica. Sobre a história e a geografia deste tipo lexical na România remete para um artigo de P.[aul] Aebischer em *Estudios de Toponímia y Lexicografía Románica*, Barcelona, 1948, p. 99-128.

por Simonet.¹¹¹⁴ Como nota Lindley Cintra, *maçanêra* 'macieira' e o diminutivo *maçanita*, ocorrem com muita vitalidade em todo o Baixo Alentejo e no Algarve.¹¹¹⁵ Também aí Clarinda Maia recolheu moçarabismos com a mesma origem: o já mencionado *maçanera* como designação mais representada de 'macieira' e os diminutivos *maçanelha*, *maçanilha* e *maçanelha* 'variedades de azeitona'.¹¹¹⁶ *Maçanedo*, *Maçaneda* e *Maçanede* são topónimos que conservam igualmente -N-.¹¹¹⁷

Mingacho, Vale do ***Mingacho*** (Pedrógão Grande), ***Mingachos***, Vale de ***Mingachos*** (Lousã).

São topónimos cuja explicação não se encontra esclarecida. Galmés de Fuentes refere o nome toledano *Minqāch* 'Minga', registado em documentos moçárabes.¹¹¹⁸ Uma vez que se trata de pequenos aglomerados populacionais, cujo *ubi* foi outrora uma zona fronteiriça do antigo território de Coimbra, afigura-se plausível a possibilidade de *mingachos* terem sido originariamente pequenas fortificações, torres ou atalhas que servissem a vigia e a defesa do condado. Pode-se pensar, de facto, em nomes derivados de *minga* 'coisa pequena', com o sufixo -ACEU. *Minga* e sobretudo *mingar* ocorrem na linguagem popular de várias regiões. Corominas filia o

¹¹¹⁴ Cf., acima, as notas 1108 e 1111.

¹¹¹⁵ Cf. Luís F. Lindley CINTRA, *Estudos de dialectologia portuguesa*, cit., p. 74; IDEM, *Áreas lexicais no território português*, cit., p. 17, onde refere que "a terminação *-nito* tem provavelmente o seu foco de irradiação nos casos do tipo *manita*, de *mano* por *mão*, *granito*, de *grano* por *grão*, *maçanita*, de *maçana* por *maçãa*, *maçã*".

¹¹¹⁶ Clarinda de Azevedo MAIA, *Os falares do Algarve (inovação e conservação)*, cit., p. 46-47, 123-124 e mapa 8. Corominas, no artigo citado, insere o esp. *manzanilla* 'camomila' (devido à configuração esférica das suas pequenas flores).

¹¹¹⁷ Cf. J. Leite de VASCONCELOS, "Ensaio de onomatologia portuguesa", cit., p. 241-243; J. J. NUNES, "A vegetação na toponímia portuguesa", cit., p. 155; Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 261-262 e 505. Estes Autores citam os referidos nomes mas não os localizam; só foi possível identificar *Ribeiro do Vale Maçanedo*, afluente da margem direita do Sado.

¹¹¹⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 95. Galmés de Fuentes cita a fonte onde recolheu este nome (Ángel GONZÁLEZ PALENCIA, *Los mozárabes de Toledo en los siglos XII y XIII*) na nota 1 da p. 45.

verbo *minguar* (esp. *menguar*), que considera restrito ao vocabulário hispânico, no latim MINUARE, forma vulgar de MINUERE; *minuare* documenta-se em glosas latinas desde o século VIII, e *amingar* no século XIII.¹¹¹⁹

Moacha (Aveiro).

Não se encontrou qualquer referência a este topónimo. Tratar-se-á de um continuador de **molacea*, derivado do latim MOLA ‘mó’? Recorde-se que esta forma latina tem vários representantes na toponímia — alguns deles aqui estudados como, por exemplo, *São Pedro de Moel* (p. 295), *Molães*, *Molaredo*, *Molareira*, *Moledo(s)*, *Molelinhos* e *Molelos* (p. 455). Em Mouraz, concelho de Tondela, usa-se *molachim* para designar o amolador ambulante. *Moacho* regista-se como apelido.¹¹²⁰

Pelichos (Montemor-o-Velho), **Balixo** (Pampilhosa da Serra).

É muito possível que estes topónimos pertençam à mesma família etimológica de *Beliche*,¹¹²¹ *Baliza*, etc., continuadores moçárabes de PALICIU (do latim PALU ‘pau’ + -ICIU, étimo já referido na p. 182), apresentando -L- conservado, africada palatal surda /č/, resultado tipicamente moçárabe de C^e, i latino e, no caso de *Pelichos*, assimilação da primeira vogal [a] pela vogal tónica.

Não se pode, no entanto, excluir de modo liminar a hipótese (ponderada em relação a *Balisque* e a *Balixo*, a propósito do estudo de *Direito da Baliza*, p. 483) de uma relação com *balíxa* e *belíxa* ‘bolsa de pastor’, do baixo latim PELLICEA, derivado de PELLIS.¹¹²²

¹¹¹⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MENGUAR.

¹¹²⁰ *GEPB*, vol. 17, s.v. MOLACHIM, s.v. MOACHO.

¹¹²¹ No Algarve há vários lugares com este nome (por vezes também grafado *Belixe*). É o caso de uma enseada situada entre o Pontal Gordo e a Ponta de Sagres, onde há uma praia também chamada *Beliche*; de um lugar do concelho de Tavira; e de uma ribeira que nasce na serra da Alcaria de Cima e desagua no concelho de Castro Marim. Cf. *GEPB*, vol. 4, s.v. BELICHE.

¹¹²² SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. BALÍXA ou BELÍXA.

Portacho (Penela).

Derivado de *porto*, com o sufixo *acho* (< -ACEU). Sobre a origem e a família etimológica veja-se *Portel* (p. 319).

Cabeço do Rabachinho (Góis).

A propósito do *Rabaçal*, Pedro A. Ferreira explica que esta freguesia “tomou claramente o nome das *rabaças*, como outras muitas povoações nossas”, entre as quais cita *Rabacinha(s)* e *Rabacinas*.¹¹²³ *Rabaçal* (de *rabaça* ‘planta herbácea da família das umbelíferas, muito frequente em Portugal’ < latim RAPĀCĪA ‘folhas de rábano’) abona-se como topónimo desde 1162.¹¹²⁴

Tocha, *Lagoa da Tocha*, *Palheiros da Tocha* (Cantanhede).

Até ao século XVI a região da *Tocha* era uma charneca inabitável e deserta, coberta por um matagal cerrado, até que, em 1610, um nativo de Pontevedra criado na corte de Madrid, João Garcia Bacelar, aí iniciou a construção de uma ermida dedicada à madrilena Nossa Senhora de *Atocha*, em cumprimento de uma promessa.¹¹²⁵

Pedro Ferreira refere, sem localizar, diversas povoações de nomes semelhantes, entre as quais *Tocha*, *Tocho* e *Tocheiro*, cujos nomes filia — cremos que sem o aprofundamento desejado — em *tojo*, vocábulo regional da Península Ibérica, que supõe assentar numa base pré-romana *TQJU.¹¹²⁶ De facto, Corominas¹¹²⁷ abona

¹¹²³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 325.

¹¹²⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rabaça e s.v. Rabaçal.

¹¹²⁵ *GEPB*, vol. 31, s.v. TOCHA. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 8.1, recolheu, no Fuero de Madrid de 1202, *Tocha* por *Atocha*. Ainda existe em Madrid uma igreja (com estatuto de basílica) que é das mais antigas daquela cidade e conserva traços arquitectónicos moçárabes.

¹¹²⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 278 e 345-350; vol. II, p. 99, 136; vol. III, p. 159. J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 168, considera *tojo* de origem desconhecida e abona diversos topónimos seus derivados, entre os quais não figura *Tocha*. Em relação à etimologia de *tojo*, ver J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Tojo; e J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ATOCHA, s.v. TOCHO.

diversas formas, fonética e semanticamente afins, que filia num apelativo hispânico, também pré-romano, *TAUCIA ‘mata’; entre elas contam-se a moçárabe *táuča* ‘esparto’, de onde a espanhola *atocha*, com a mesma significação; a portuguesa *touça*, com a variante *toiça* ‘vergôntea de castanheiro’, ‘pernada de árvore’, ‘pé da planta formado pela base do caule e da raiz’, ‘mata, moita’, ‘grupo de castanheiros que foram plantados ao mesmo tempo’, que no mirandês e, de modo geral, em Trás-os-Montes assumem os sentidos de ‘mato, matagal’ e ‘moita alta de feno grosseiro’, respectivamente;¹¹²⁸ a leonesa e aragonesa *toza* ‘mata, matagal’, ‘pé de uma planta’; a galega *touza* ‘arbusto’, ‘bosque de carvalhos’; as sanabresas *touza* e *touzaca* (esta como colectivo) ‘mata, matagal’, ‘terreno inculto’. As abonações mais antigas em espanhol, *Toia* e *Tocha*, remontam a 1202 e a 1219, respectivamente, como transcrições antigas do nome próprio madrilenho *Atocha*. Do século XIII são também as abonações hispano-árabes *taucha*, *táuča* ‘esparto’ (colectivo *táuč*), e, do século XVI, o topónimo *El Tauxar* (Almeria) e as formas *cauchíl*, *cuchíl* e *tháuch* ‘esparto’, que Simonet relaciona com *thóyo* ‘giesta’.¹¹²⁹ Corominas, no entanto, considera que essa aproximação seria possível do ponto de vista semântico, dada a afinidade que existe entre o esparto e a giesta (parente próxima do tojo), mas não fonético, uma vez que *tojo* representa TOĬ- e *atocha* supõe TAUTĬ- ou, mais provavelmente, TAUCĬ-. Acrescenta ainda não ser de estranhar que uma denominação moçárabe do esparto, cuja significação genérica inicial deve ter sido ‘mato’, tenha deixado entre nós tantos tipos vocabulares, dada a importância do seu cultivo e aproveitamento em vastas zonas da Península, entre as quais o Sul de Portugal, como já atestavam os Romanos.

¹¹²⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ATOCHA.

¹¹²⁸ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Toiça, Touça. António de Morais SILVA, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Mem Martins, 1994, s.v. Touça.

Maria José de Moura Santos completa o artigo de Corominas, ao compilar diversas formas, portuguesas e espanholas, etimológica e semanticamente afins da base pré-romana *TAUCIA. Entre outras, vejam-se, por exemplo, as portuguesas *trocho* ‘cajado, pau grosso’, e *trochada* ‘cacetada’, que se abonam desde o século XVI e que continuam *tocho* — forma dialectal moçárabe posteriormente generalizada em diversos idiomas ibéricos; e *redoixa* (com as variantes *redouça*, *retoixa* e *retouça*) ‘baloço tosco de corda (primitivamente feito de pernadas e cascas de árvore)’.¹¹³⁰

Cais de Trapiche (Figueira da Foz).

Corominas considera *trapiche* ‘armazém, cais ou alpendre onde se guardam mercadorias’ “alteración mozárabe del lat. TRAPĒTUS ‘molino de aceite’, voz de origen griego”, atribuindo a terminação *-che* e a evolução da vogal tónica (Ē > i) à influência dos dialectos moçárabes. Em vários autores latinos, recolheu a variante *trapetum* ‘mola olivarum’, o plural *trapetes* e, em Marcial, *trapetis* ‘prensa para uvas’. No Sul de Itália, especialmente na Sicília, conservou-se *trappitu* ‘moinho de açúcar’ — significação que *trapiche* mantém no Brasil, a par de ‘armazém’. Segundo o Autor, “No encontrándose el vocablo en Portugal ni en Galicia, parece seguro que debió de tomarse del castelhano.”¹¹³¹ No entanto, além da Figueira da Foz, *Trapiche* é topónimo dos distritos de Setúbal e do Funchal, o que deixa em aberto a possibilidade de uma proveniência moçárabe também para o português.

¹¹²⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CAUCHÍL, CUCHÍL, s.v. THÁUCH, s.v. THÓYO.

¹¹³⁰ Maria José de Moura SANTOS, *Nota sobre a etimologia de “redoixa”*, separata de *Biblos*, vol. LXIV, Coimbra, 1988. Ver também *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. *Retoixa*, *retouça*, s.v. *Retoixar*, *retouçar*. Refira-se que *Redoixa* é também topónimo do concelho da Lousã.

¹¹³¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. TRAPICHE. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Trapiche*, repete Corominas, sem acrescentar informação relevante.

18.3 Sⁱ

Rechico (Estarreja).

Pedro Cunha Serra ocupa-se deste topónimo, que assenta na base etimológica latina RIVULU SICCU, e que teve dois continuadores em português. A forma antiga *Riuio sicco* (1258) corresponderá ao actual *Rio Seco* (Oliveira do Hospital), enquanto *riu sicu* (1077), *Riuulo sicco* (1220) e *relocjiquo* (1514) serão antepassadas de *Rechico*. O Autor justifica a evolução do elemento inicial pela sua posição proclítica, o que faz com que S- não ocupe, de facto, uma verdadeira posição forte. Ilustra a palatalização de [s] com alguns exemplos sem, no entanto, a explicar, e considera-a responsável pela manutenção de [i̯], que, normalmente, daria lugar a [e̯]. Cunha Serra acrescenta que este nome de lugar mereceria um exame mais detido, uma vez que “em *Rechico* nos surge uma daquelas evoluções *caprichosas* tão típicas da toponímia.”.¹¹³² Simonet abona o topónimo de Almería *Riochico*, cujo nome antigo, *Río Chíco* ou *Riochíco*, recolheu num documento moçárabe de 1514.¹¹³³

18.4 Consoantes surdas intervocálicas

Alcabideque (Condeixa-a-Nova).

A origem do nome (*CAPITE AQUAE) é estudada mais detidamente na p. 506.

¹¹³² P. Cunha SERRA, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVI, 1960, p. 200-202. Pedro de AZEVEDO, “Documentos de Santa Maria de Aguiar”, cit., p. 5-6, faz notar a existência de um outro topónimo com o mesmo nome: um lugar do concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, identificado como “Rio Seco = Rio Chico = Rexico”. Este estudioso afirma que *Chico* não é vocábulo português e acha “curiosa” a sua permanência na fronteira. Este nome de lugar aparece referido num documento de confirmação do rei Afonso IX de Castela ao mosteiro cisterciense de Santa Maria de Aguiar: “illas grangias scilicet, grangiam Turris Aquilaris, grangiam de Reyo Chico”. Cf. Paul AEBISCHER, “Granica «grange» et sa descendance dans les dialectes italiens et les langues de la Peninsule Ibérique”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 216.

¹¹³³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. RÍO.

Alfatar (Penela).

Nome de lugar que, se for derivado de *fava*, conserva a consoante não sonorizada. Sobre a questão etimológica, ver, adiante, p. 516.

Defesa (Penedono).

Do latim tardio DEFENSA (de DEFENDERE 'proibir, vedar').¹¹³⁴ A propósito do termo *devesa* (usado num documento antigo), José Joaquim Nunes¹¹³⁵ explica que a ideia de proibição está presente na designação de terrenos cercados de paliçadas, sebes ou muros e que, a par de *devesa*, existe em português; existiu também em castelhano antigo *defesa* com idêntica significação. Interroga-se acerca da coexistência destas formas na onomástica peninsular e remete para um artigo de Leite de Vasconcelos, que considera este apelativo proveniente do romance moçárabico meridional: “*Defesa* (...) só existe no Sul, ao passo que (...) no Norte e na Beira só existe *Devesa*; cf. *Dehesa* em espanhol, a par de *Debesa* em galego.”¹¹³⁶ Num artigo anterior, Leite de Vasconcelos já tinha dado conta de um “monte” alentejano, chamado *da Defesinha*: “ouvi pronunciar este nome assim *da T’fesinha*, com síncope do *e* e dissimilação de *d*”; e sublinha que o latim DEFENSA “também deu *devesa* (forma

¹¹³⁴ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 148.

¹¹³⁵ J. J. NUNES, “Notas filológicas”, cit., p. 66. O Autor remete para os artigos de J. Leite de VASCONCELOS, “Romance Mozárabico”, cit., e de F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit. — os únicos que se tinham ocupado da “influência que a língua arábica exerceria nos dialectos latinos falados na península” e coloca a hipótese de “a troca do -v- pelo -f-“ ter sido devida a tal influência. Noutros escritos, J. J. Nunes afirma que o [f] medial permuta com a sonora correspondente [v] como, por exemplo, em *devesa* (< DEFE(N)SA) e que a sua conservação é de origem literária. Utilizando este e outros exemplos (TENSO > teso, MENSA > mesa, SPONSO > esposo), explica que a “desnasalação de [n]” ocorreu antes de [s], numa época muito antiga que remonta ao latim popular. Cf. J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 297. IDEM, *Crestomatia Arcaica. Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI*, 8ª ed., Lisboa, s/d [1981], p. L.

¹¹³⁶ J. Leite de VASCONCELOS, “Romance Mozárabico”, cit., p. 354. J. P. MACHADO, *Ensaio histórico-linguístico*, cit., p. 69, também chama a atenção para esta repartição geográfica.

usada no Norte).”.¹¹³⁷ De facto, contrastando nitidamente com a forma *Devesa* (com sonorização da fricativa surda /f/) que se conserva na toponímia setentrional,¹¹³⁸ *Defesa* (com /f/ conservado) mantém-se sobretudo nas regiões mais meridionais do nosso território. A propósito da resistência moçárabe à sonorização das surdas intervocálicas, Menéndez Pidal compara as formas *Devesa* / *Defesa*, considerando também que a última remonta à época moçárabe.¹¹³⁹ Pedro Ferreira abona as duas variantes — *Defesa* e *Devesa* —, que nalgumas regiões (nomeadamente na Beira Baixa) assumem o sentido de ‘baldio, logradouro comum a certas povoações’.¹¹⁴⁰ A primeira documentação de *Defesa* abona-se em 1141, enquanto que a de *Devesa* data de 961.¹¹⁴¹

Espite, *Matas de Espite*, *Ribeiro de Espite* (Vila Nova de Ourém).

Se *Espite* for um cognato de *espeto* do gótico *SPITUS ‘assado’, ‘assador’, (como já foi aventado, acima, na p. 270), então estamos perante um caso de conservação da consoante surda intervocálica -T-.

Fanates ou ***Fanatos*** (Figueira da Foz).

Fanato é alótopo de *Fanado*, cuja história etimológica parece ter partido de FANU ‘templo’, como foi exposto, a propósito da última sílaba em *Fanates* (p. 270).

Gaiate₂ (Miranda do Corvo, Santa Maria da Feira).

Este topónimo já foi estudado na p. 278, a propósito do tratamento das vogais finais.

Marinha do Gramato, *Esteiro dos Gramatos* (Aveiro), ***Gramatinhos***

¹¹³⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 62.

¹¹³⁸ Maria da Graça Pinheiro COSTA, *Toponímia de Guimarães. Estudo de algumas freguesias da margem esquerda do Ave*, cit., p. 300-301.

¹¹³⁹ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 46.5.

¹¹⁴⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 293.

(Alvaiázere).

Certamente variante de *Gramado(s)* ‘terrenos em que há grama, relvados’,¹¹⁴² derivado de *grama* ‘gramínea rasteira, semelhante à relva’, do latim GRAMĪNA, plural de GRAMEN ‘erva, relva’.¹¹⁴³ Da forma singular latina procede, segundo Corominas, a forma moçárabe *grâmen*, que Abenbuclárix diz ser própria do Leste peninsular.¹¹⁴⁴

Pedro Ferreira abona *Gramicho* (apelido e nome de quinta) e os topónimos *Gramãos* e *Gramacho*, notando que este está por *Gramação*, e também que *Gramido* está por *Gramedo* ‘sítio abundante em grama’.¹¹⁴⁵ Joaquim da Silveira lembra que, na toponímia portuguesa, são vulgares os nomes derivados de vegetais com o sufixo *-aço*, *-aça* e exemplifica com *Gestaço*, *Milhaço*, *Gramação*, *Louraço*, *Cadraço* (por *Cardaço*) derivados de *gesta* ou *giesta*, *milho*, *grama*, *louro* e *cardo*, respectivamente.¹¹⁴⁶ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* aceita a mesma etimologia ao referir-se a *Gramatinhos* (povoação da freguesia de *Almoster*) como diminutivo de *Gramatos*.¹¹⁴⁷

Charneca da Matrena (Coimbra), *Vale da Matrena* (Oliveira do Hospital).

Certamente derivado do radical latino MATER ‘mãe, matriz’, comum a todas as

¹¹⁴¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Defesa e Devesa.

¹¹⁴² *GEPB*, vol. 12, s.v. GRAMADO. Este mesmo volume da *GEPB* (s.v. GRAMATA) abona *gramata* ‘nome de uma planta herbácea, o mesmo que barrilheira’, vocábulo que não se conseguiu localizar em nenhuma outra obra de referência.

¹¹⁴³ J. P. Machado, que entende ser GRAMEN o étimo, refere que “não está ainda claramente explicado o aparecimento do -a.”. A evolução normal do grupo -MN- deveria ser [n]; e em castelhano -mbr- (cf. *hombre* < HOMINE). Corominas, partindo do plural GRAMĪNA, que daria *GRAMNA, explica a conservação do grupo -mn- por acção dissimilatória de [r] da sílaba inicial, que impediu a diferenciação em -mr-, posteriormente -mbr-. Cf. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Grama; e J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GRAMA.

¹¹⁴⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GRAMA. SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. GRÁMEN.

¹¹⁴⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 541.

¹¹⁴⁶ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 118. Cf. também IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 54.

¹¹⁴⁷ *GEPB*, vol. 38, s.v. ALMOSTER.

línguas românicas, excepto o romeno.¹¹⁴⁸ Galmés de Fuentes recolheu *maṭre* no cancionero de Ibn Quzmān e *Matrena* na toponímia sevilhana;¹¹⁴⁹ Pedro A. Ferreira também cita *Matrena*, sem localizar nem se referir à origem do nome;¹¹⁵⁰ e Joseph Piel recolheu, em Guimarães, *Madrona* e *Madroa*.¹¹⁵¹ Com a mesma etimologia, existe ainda *Madrina* (distrito de Faro), também moçarabismo.

Rua de Sub-Ripas (Coimbra), *Vale de Ripas* (Alcobaça).

O primeiro documento em que se alude ao bairro “qui dicitur Super *Ripam*” data de 1231 e, entre esta data e finais do século XVII, este topónimo é frequentemente referido em inúmeros escritos, com algumas variações em contextos sintácticos cronologicamente determinados — *Super Ripa*, *Riparia collimbria*, *Super Ripas*, *sobre ripas*, (rua de) *sob a riba / sobre arriba / de cima da riba / de Sob aribas*, (casas em) *Sobre-Ribas* — em que se nota uma tendência progressiva para a sonorização [p] > [b]. A partir do século XIX, a oscilação surda / sonora é igualmente visível: em 1825, regista-se de novo (rua de) *Sobre-Ripas*; em 1844, *Sub-Ripas* — designação com que passa a figurar na planta geral da cidade de 1845; (rua de) *Sobre-a-Riba*, na planta de 1873-1874; (rua de) *Sub-Ripas*, em 1892 e 1931; (rua de) *Sub-Ripas* ou *Subre-a-Riba*, em 1932; e, em 1942, “a Câmara deliberou que a Rua de Sub-Ripas passasse a denominar-se Rua de Sobre-Ribas, por dever considerar-se erroneamente ortografada e pronunciada aquela denominação.”¹¹⁵² Posteriormente, a designação oficial de *Sub-Ripas* voltou a figurar na placa toponímica da rua —, onde existe também um

¹¹⁴⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MADRE.

¹¹⁴⁹ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 335 e 210, respectivamente.

¹¹⁵⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 513 e 520.

¹¹⁵¹ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 103.

¹¹⁵² J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 425. Acerca deste nome, ver as p. 420-425. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 387-388, num artigo dedicado ao “prefixo sub”, também cita “Sub-Ripas, velha rua de Coimbra”.

palácio homónimo.

Simonet, além dos apelativos *ríba* e *rípa* (< latim RIPA), regista os topónimos moçárabes *Rípa Róya* e *Ríba-Róya*;¹¹⁵³ Gerhard Rohlfs dá-nos igualmente conta da existência dos topónimos moçárabes espanhóis *Sorripas* e *Las Arripas*.¹¹⁵⁴ Joseph Piel refere-se a *Riba* ‘margem, ribanceira’, do latim RIPA, como elemento integrante de nomes de inúmeras terras portuguesas, e, citando Viterbo, explicita que na Idade Média, “*ripa*, ou *riba*, não só significava a ribanceira, margem, vizinhança ou borda de algum rio, mas ainda todas as terras que ficavam superiores, e águas vertentes para o mesmo rio.”¹¹⁵⁵ Com aglutinação de *a*, *Arribada* (Oliveira de Azeméis), *Arribadas* (São Pedro do Sul) e *Arribança* (Montemor-o-Velho) são topónimos da mesma família etimológica, a que se fará referência adiante (p. 546).

18.5 Grupos consoante + [j]

Alboi (Aveiro).

Este topónimo (estudado adiante, p. 481) é certamente continuador de PÖDIU, como se considerou já na p. 193.

Arraiola₂, **Marroio** (Vila Nova de Paiva), **Arroia**₂ (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho), **Monte Arroio** (Montemor-o-Velho), **Arroios**, **Montarroio** (Coimbra).

O grande problema que se coloca em topónimos com esta configuração é distinguir com alguma segurança os que são continuadores do substantivo *arroio* ‘regato’ e os que se relacionam com o adjectivo *arroio* (variante de *roio* ‘vermelho’), o

¹¹⁵³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. RÍBA Y RÍPA.

¹¹⁵⁴ G. ROHLFS, “Aspectos de toponímia española”, cit., p. 250. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 46.3, também destaca a conservação da consoante surda no topónimo espanhol *Sorripas*.

¹¹⁵⁵ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 337.

que não é fácil nem para os especialistas que se debruçaram sobre o assunto.

J. Piel recolheu, em Plínio, o protótipo ARRŪGIA ‘galeria de mina’ (> *arroio*) e cita do artigo de Vittorio Bertoldi, “Sulle orme di Jakob Jud. Contributi alla storia del lessico indigeno dell’ Europa mediterranea”: “Nel termine tecnico *arrugia* «canale del minere» é riconoscibile un tipo pirenaico, caratterizzato da quella vocale protetica *a-* davanti ad *r-*, a cui fa rcontro un tipo alpino **rugia* «canale del mulino» (dove *róza* della Lombardia e del Veneto, *róia* della Val Gardena, *róga* del territorio comasco, ecc.). Mentre in tal modo si conferma la comparazione pireneo-alpina fatta da Jud, s’è in grado di giustificare il tipo *ar-rugia* (dove bearn. *arrouio*, spagn. *arroyo*, portogh. *arroio*, ecc.) in base ad un fenomeno di sostrato comune alla fonetica ibero-basca e a quella guascone, precisando inoltre la classe sociale dei minatori a cui termine in origine apparteneva.”. Noutro texto, o Autor acrescenta que *arroio* é um dos vocábulos galego-portugueses que, a par de, por exemplo, *gândara* e *seara* “manifestamente afloraram do subsolo linguístico galaico”.¹¹⁵⁶ Corominas também se lhe refere como vocábulo hispânico pré-romano, do masculino correspondente a ARRUGIA, que significava ‘galeria larga de mina’ e cujas primeiras abonações, *arogium* e *arroyo*, remontam a 775 e 929, respectivamente.¹¹⁵⁷ O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa propõe para *arroio* a mesma etimologia.

Quanto a *Arraiolos* (Évora), Joaquim da Silveira crê que “assenta em *Arroiolos*, com dissimilação do *o* pretónico e representa o plural de um apelido moçárabe”¹¹⁵⁸ e remete para Simonet, que refere vários adjectivos — *róyo*, *róy* e *róya*, diminutivos *royól(a)*, *royuél(a)*, do latim RUBEU, RUBEA ‘vermelho, vermelha’ — a partir dos

¹¹⁵⁶ Ver, respectivamente, Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 341; e IDEM, “Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, 1975-1976, p. 394.

¹¹⁵⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ARROYO.

¹¹⁵⁸ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 197.

quais se formaram nomes pessoais da Espanha árabe (séculos IX a XI) como, por exemplo, *El Róyo*, *Ibn Ar-Róyo*, *El Royól*, *Ibn Ar-Royól*, *Ar-Royóla*, e os topónimos *Rípa Róya* (Saragoça), *Vílla Róya*, *Ríba-róya* (Valência), *Villarróya*, *Vilaroya* (Málaga).¹¹⁵⁹ Galmés de Fuentes revela o mesmo entendimento, ao considerar *rroyo*, *el-rroyo*, Barba *Rrōya* e Pedro *el-Rrōyo* continuadores de RUBEU.¹¹⁶⁰ Assim sendo, a forma feminina *Arraiola* (que Silveira não cita) estaria também explicada por *Ar-Royola*.¹¹⁶¹

Nomes com esta mesma origem são, como se viu, bastante frequentes na toponímia espanhola antiga — *Penna ruuia*, *Cobas ruuias*, *Cofas rubias*, *Monte ruyo* —, e actual — *Monterrubio*, *Ribarroya*, *Peñarroya*, *Villaroya* e *Monroyo*.¹¹⁶²

Antes de ser conhecida a fonte moçárabe destes tipos lexicais, Pedro A. Ferreira (que também não cita *Arraiola*) era de opinião que os nomes de diversas povoações portuguesas, entre as quais *Arroia(o)*, *Arroios*, *Roios* e *Arraiolos* se filiavam no latim ARROGIU(M). Mas este Autor, notando que por vezes há nomes de localidades determinados por cores, estabeleceu a oposição *Montes Claros / Montarroio*, em Coimbra, e afirma que *Montarroio* está por *Monte Roio* — o mesmo que *Monte Roso*, *Monte Ruivo* — à semelhança de *Penas Roias* e de *Pedras Ruivas*.¹¹⁶³

Designando inicialmente a extensa colina coimbrã que se ergue a Sul desde o

¹¹⁵⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. RÓYO, s.v. ROYÓL, A y ROYUÉLO, s.v. ROYÓLA, s.v. ROYUÉLA, s.v. RÍBA, s.v. VÍLLA, VÍLA y BÍLLA. Simonet abona ainda *royóla* ‘salsaparrilha’, que deve o nome ao encarnado das suas bagas, e *royuéla* ‘míldio’, assim chamado pela cor avermelhada com que ficam as plantas que ataca. Cf. também R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 24.6-a,-c,-d e 48.1.

¹¹⁶⁰ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 285.

¹¹⁶¹ Cf. *Roliça*, p. 394.

¹¹⁶² Cf. G. ROHLFS, “Aspectos de toponímia española”, cit., p. 248 e 258; e R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 48.1.

¹¹⁶³ Cf. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 267; vol. II, p. 225 e 252, onde se salienta a oposição *Roio* e *Arroio(s)* para ilustrar a aglutinação do artigo árabe *al*.

antigo vale da Ribela (hoje avenida Sá da Bandeira e rua Olímpio Nicolau Rui Fernandes), delimitada a Oeste pela rua da Sofia, a Este pela rua de Saragoça e a Norte pela Conchada, *Montarroio* é actualmente nome de rua, de travessa e de beco, todos eles situados na vertente sudoeste dessa mesma colina de formação sedimentar, cujas argilas e calcários de tons amarelo-avermelhados terão motivado o qualificativo *rubio* (< latim RUBEU 'vermelho'), como se constata pelas numerosas formas antigas: *montem rubium* (1088), *Monte Rubeo* (1130, 1162, 1210), *Mons rubens* (1181), *Monte a Royo* (1300), *Monterroio* (1345), *monte Royo* (1523, 1549-1552) e *Monte Royo* (1553).¹¹⁶⁴ Foi precisamente *Montarroio* que levou A. Ferraz de Carvalho a aproximar o nome desta encosta escarpada de *Penas Roias* (ant. *penas rubeas*), topónimo transmontano: “a forma medieval — *monte-rubio* — indica-nos que lhe deu origem a cor avermelhada das argilas terciárias que o recobrem em contraste com o calcário branco das pedreiras de Montes-Claros.” Este estudioso não afasta completamente a possibilidade de a forma actual *Montarroio* ter sofrido alguma contaminação de *arroio*, mas a sua opção etimológica é claramente a que foi citada.¹¹⁶⁵ *Montarroio*, *Monterroio* e *Monte Arroio* são igualmente variantes de apelidos portugueses, alguns bastante antigos.¹¹⁶⁶

Quanto a *Marroio*, José Joaquim Nunes,¹¹⁶⁷ a propósito do ditongo [õɨ], aventa o étimo latino MARRUBIU. *Marroio* é nome de diversas plantas labiadas, entre as quais se contam três espécies muito frequentes em Portugal — o marroio branco, o

¹¹⁶⁴ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 150-160. Clarinda de Azevedo MAIA, *Os falares fronteiriços do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilha*, cit., p. 300, também refere um lugar chamado *Roio*; e no concelho de Penacova existe uma aldeia com o nome de *Roxo*.

¹¹⁶⁵ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 35.

¹¹⁶⁶ *GEPB*, vol. 17, s.v. MONTARROIO e s.v. MONTERROIO. Ver também *GEPB*, vol. 3, s.v. ARROIO, p. 372 e seguintes, onde há vários registos do apelido *Arroio*.

¹¹⁶⁷ J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 265. Cf. *GEPB*, vol. 16, s.v. MARROIO, onde se confirma a etimologia referida. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., não contempla este vocábulo.

negro, e o da água. Também Adolfo Coelho e Leite de Vasconcelos consideram que “marroio proveio de *marrubium*”, tal como *Roias*, o segundo elemento do topónimo *Penas Roias*, continua o latim RŪBEAS.¹¹⁶⁸ Simonet e Pidal também se referem ao nome botânico *marroio* que, nos dialectos moçárabes, assumiu diversas formas, entre as quais *marróy*, *marrúy*, *marrúyo* e *marrúya*.¹¹⁶⁹

Foios (Pombal).

Simonet,¹¹⁷⁰ além do nome próprio *Foyos*, regista as formas apelativas moçárabes *foyo*, *foo* e *foya*, ao lado do português *fojo* e *foio* (< baixo latim FOGIA / FOGIU, do latim FOVEA). Galmés de Fuentes cita o topónimo *Foyos*¹¹⁷¹ e Sanchis Guarnier refere-se ao apelativo moçárabe *foia*, continuador do latim FOVEA 'buraco, caverna, fosso', representado na toponímia valenciana — *Foios*.¹¹⁷² Piel abona as formas galego-portuguesas *fojo* e *foja* na acepção orográfica de 'passagem estreita; depressão', e Pidal as formas asturianas *Fueyo*, *Los Fueyos* e as correspondentes castelhanas *Hoyo*, *Hoyos* (< FOVEU).¹¹⁷³ O vocábulo recobre, no entanto, um vasto leque semântico: 'cova ou buraco fundo, tapado com ramos de árvore, para servir de armadilha a animais ou a pessoas', 'caverna, furna, gruta', 'lugar de refúgio ou abrigo', 'cova que se abre nas minas para servir de depósito de água', 'redemoinho ou sorvedouro de águas e lama', 'local muito profundo num rio'.¹¹⁷⁴

¹¹⁶⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 316 e 373. F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 142.

¹¹⁶⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MARRÓY, s.v. MARRÚY. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 48.1.

¹¹⁷⁰ SIMONET, *Glossário*, cit., s.v. FÓYO. Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 214, também recolheu o nome próprio *Foyo* neste *Glossário*.

¹¹⁷¹ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología moçárabe*, cit., p. 138 e seguintes.

¹¹⁷² M. SANCHIS GUARNER, “El Moçárabe Peninsular”, cit., p. 309, 313, 321.

¹¹⁷³ Ver, respectivamente, Joseph M. PIEL, *Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa*, cit., p. 23-24; e R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 25.1.

¹¹⁷⁴ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Fojo. Cf. Pedro A. FERREIRA,

Poio (Pampilhosa da Serra), **Poio do Meio** (Ansião), **Poio Velho**, **Monte do Poio**, **Vale do Poio** (Pombal), **Pinhal do Poio** (Arganil), **Serra do Poio** ou **Monte do Poio** (Lamego / Resende), **Poios₂** (Ansião, Pombal), **Poios de Baixo** (Ansião), **Azenha dos Poios**, **Barroca dos Poios**, **Cabeço dos Poios** (Pampilhosa da Serra), **Milheirós de Poiares** (Santa Maria da Feira), **Vila Nova de Poiares** (Vila Nova de Poiares).

Tal como acontece com *Alboi* (tratado adiante, p. 481), o latim PŎDIU ‘balcão, degrau’ parece ser também a base comum a estas formas.

Simonet abona os moçarabismos *pódio*, *púche*, *púio* ‘colina, outeiro’, e *pújár* ‘poial; colina, monte’ de PODIALE, um adjectivo do baixo latim derivado de PŎDIU; estes nomes aparecem também representados na toponímia em nomes simples ou compostos como, por exemplo, *Pódio Rotundo*, *Alpúche*, *El Púche*, *Púio Rúbeo* e *Pujár*.¹¹⁷⁵

Carolina Michaëlis de Vasconcelos dá-nos conta da existência do verbo *poiar* ‘subir, fazer subir’, derivado de *poio*.¹¹⁷⁶ José Leite de Vasconcelos afirma que, apesar de a vila de *Poiares* se situar numa bacia geográfica, tem à sua volta vários outeiros e o topónimo fica a dever-lhes o nome, que significa ‘série ou grupo de elevações’. Num outro artigo explicita: “*Poiares* (= Poi-ar-es, do lat. podium, como *Puy*, em França)”. Este linguista refere-se também a *poial* ‘banco de pedra, assento’ (do mesmo étimo latino, através de *PODIALE), que em algumas regiões meridionais, nomeadamente no Alentejo e no Algarve, pode assumir a forma *pial* e designar o ‘sítio da casa onde se colocam os cântaros da água’ ou o ‘banco de pedra unido à parede, à entrada das casas’.¹¹⁷⁷ Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, pode ler-se que as ruínas

Op. cit., vol. II, p. 544, onde cita *Foia*, *Foio(s)* e *Refoio(s)*, variantes de *Fojo(s)* e *Refojo(s)*.

¹¹⁷⁵ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. PÓDIO, PÚCHE y PÚIO, s.v. PUJÁR.

¹¹⁷⁶ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Glossário do Cancioneiro da Ajuda”, cit., p. 69.

¹¹⁷⁷ Cf., respectivamente, J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 495; IDEM, “Preito filológico prestado a um insigne orador”, cit., p. 19; e IDEM, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 70. Considera aqui que, no caso de *pial*, “o ditongo *ôi*, por estar antes da vogal tónica, e haver por isso o acento

da vila Alva, em *Poiares* (freguesia do concelho de Freixo-de-Espada-à-Cinta), se situavam num vale formado por duas cordas de montanha que se ligam em forma de ferradura e apresentam cumes “cujas antigas denominações aludiam à arqueologia — como *Poiares*, sobre a pov.[oação] (de *podiales*, do lat. *podiu-*)”.¹¹⁷⁸ Vincenzo Cocco também refere os apelativos *poio* e *poia* e os topónimos *Poio* e *Poiares* como herdeiros do latim PŎDIU, que tomou na Ibéria o sentido de ‘banco de pedra, assento de terra ou pedra para descansar ou pousar algo’.¹¹⁷⁹ Já Pedro A. Ferreira se debruçara longamente sobre *Poiares* (topónimo de Freixo-de-Espada-à-Cinta), relacionando o seu nome com *poial* e com *poio* ‘lugar onde se assenta ou coloca alguma coisa; banco fixo; assento de pedra’.¹¹⁸⁰

Os estudos mais completos sobre estes topónimos pertencem a Menéndez Pidal e a Joseph M. Piel: a sua origem mais remota encontra-se no vocábulo grego que significa ‘pé’, continuado em PŎDIU, com a já referida significação de ‘degrau, balcão’ e certamente também com a de ‘altura’. Assim se explica o sentido topográfico de *poio* ‘outeiro’ (presente já no *Poema* do Cid), dos diversos topónimos *Poio(s)* (que se estendem das Beiras ao Algarve) e dos seus derivados *Poiares* (representados na toponímia do Norte e Centro). Os autores estabelecem uma comparação entre *poio* e a sua forma alotrópica *pojo* ‘pequena elevação de terreno ou de pedra’ — também

recaído na subjuntiva, foi reduzido a *ɨ*”.

¹¹⁷⁸ GEPB, vol. 22, s.v. POIARES.

¹¹⁷⁹ Vincenzo COCCO, “Tradizione indoeuropea e lessico mediterraneo. Nota a margine d’ un recente lavoro”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 424. Na Serra da Estrela *poio* assume, frequentemente, o sentido oronímico de ‘bloco errático ou fragão de dimensões consideráveis’, como é o caso do *Poio do Judeu* e do *Poio de Matacães*.

¹¹⁸⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 4-8. Após discutir duas possibilidades — “*Poiares* pode vir de *poiaes* e de *pilares*” — o Autor inclina-se para a primeira e, nas p. 7-8, justifica a sua opção pela proximidade fonética e semântica que *poiaries* mantém com *poio* e com *poial* e pela existência na nossa toponímia de outros nomes do mesmo campo lexical — *Pousadouro(s)*, *Pouso(s)*, *Poiais de São Bento* — que “tomaram o nome de algum sítio que ali houvesse, onde costumassem *pousar* ou *descansar* os carretões.”. Ver, ainda neste vol. II, a p. 434, onde o Autor reafirma: “*Poio*, do latim *podium*, e este do grego *podion*.”.

representada nos topónimos *Pojos* (espanhol) e *Poja* (espanhol e português) —, “cuja evolução fonética condiria com a de HODIE > *hoje*, INVIDIA > *inveja*, ao passo que a de *poio* teria uma réplica em MODIU > *moio* e *CLODIU > *Croio*.”.¹¹⁸¹ Com a mesma etimologia, no Nordeste peninsular existe o apelativo *puig* ‘montanha alta a aguda’, sendo muito frequentes os topónimos *Puig*, *Pujal*, *Pujol* e *Poyales*. Pidal distingue etimologicamente *Poiares* (< PODIARE) de *Poyales* (Ávila) (< PODIALE) mas, num outro trabalho,¹¹⁸² Piel nota que o sufixo *-al* (< latim *-ale*) adoptava frequentemente a forma dissimilada *-ar* (< latim *-are*), quando o radical possuía um L.

Refira-se que o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa comporta diversas outras acepções de *poio* e de *poia*, que partilham o sentido popular de ‘montículo de excrementos’ e o regional de ‘pão grande’. Além destes, temos o significado madeirense de *poio* ‘socialco escavado nas encostas’; e os regionais de *poia* ‘bolo grande feito com farinha de trigo’, ‘pão dado ao forneiro como retribuição da cozedura de uma fornada’, ‘porção de farinha dada ao moleiro como retribuição pela moagem do cereal’ e ‘porção de azeite dada ao lagareiro como retribuição pela moagem da azeitona’.¹¹⁸³ Se exceptuarmos o caso do

¹¹⁸¹ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 85.2 e 85.6; e Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 159 (de onde foi retirada a citação). Sobre *croio*, ver ainda: J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 789, onde se refere *Croio* como uma das “representações geográficas” dos nomes latinos *Claudius* e *Clodius*; Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 56, que considera *Croio* uma forma semi-culta (de CLAUDIUS), presente no topónimo antigo *Sancto Croio de Regalados* (1220); e *GEPB*, vol. 8, s.v. CROIO, onde o termo é abonado com o significado de ‘depósito calcário nos canos e nas vasilhas de água’, e como provincianismo alentejano ‘mancha na pele produzida pela sujidade e difícil de tirar’. Acerca de *moio*, ver Adelina Angélica PINTO, *Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade)*, cit.. Sobre a evolução de DĪ, cf. J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 289-290.

¹¹⁸² Joseph M. PIEL, “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, cit., p. 37.

¹¹⁸³ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Poia e Poio.

espanhol *puig* ‘montanha alta e aguda’, o traço semântico comum é, pois, o de ‘objecto arredondado e elevado, mas com o topo aplanado e não pontiagudo’.

Roliça (Bombarral).

Num extenso artigo que dedica a este topónimo, Leite de Vasconcelos começa por chamar a atenção para a pronúncia correcta do nome, isto é, com [ɔ] e não com [u]: “como se escreve *Roliça*, as pessoas de longe pronunciam naturalmente *Ruliça*; mas a pronúncia local é *Ròliça*, e por isso deve escrever-se a palavra com ò.”. Apresenta, depois, as formas antigas que recolheu em documentos concelhios (hoje guardados no Museu Etnológico e na Torre do Tombo): *Royiriça* (1334), *Roiariça* (1335, 1352, 1355), *Royariça* (1351, 1352, 1397), *Royryça* (1454), *Rooriça* (1511), *Rouriça* (1527), *Rorisa* (1558), *Roliça* (séc. XVIII). Nas costas de documentos de 1335, 1352 e 1355, encontrou a forma *rroriça*, e no último também *rouriça*, mas com letra mais moderna que a deles. Tal como acontece ainda na oralidade, as formas aparecem sempre precedida de artigo, o que revela a sua qualidade de apelativo.

Leite de Vasconcelos entende tratar-se de um continuador do latim *ROBUR* ‘roble, carvalho’, com o sufixo *-ICIA*, isto é: **ROBORICIA* e, a fundamentar a sua hipótese, aduz o facto de serem de uso corrente os substantivos sinónimos *ramalhiça* e *carvalhiça* e de haver na região outros topónimos formados com o mesmo sufixo — *Canigos* e *Louriçal*. Como o Autor tem consciência de que esta etimologia suscita alguns problemas, explica-a detalhadamente: “A mudança do *-B-* em *-v-* é normal: cfr. *debere* > *dever*. De **Rovoriça* passar-se-ia para **Rovariça*, ou por intermédio de **Roveriça*, ou logo directamente. **Rovariça*, com vocalização do *v*, dava **Rouariça* <> *Roiariça* (pela correspondência de *ou* a *oi*), que é, como vimos, a forma usada no século XVI. *Rouariça* e *Roiariça*, que, na minha hipótese, coexistiam, como hoje coexistem *noute* e *noite*, simplificaram-se respectivamente em *Roiriça* = *Royriça* (séc. XV), e *Rouriça* (séc. XVI). O povo mudava sem esforço *Rouriça* em *Rooriça* = *Ròriça* (séc. XVI), como hoje muda, no próprio concelho de Óbidos, *Louridos* em *Lòridos*, pois

é uma regra da fonética local que *ou* átono se transforma em *ò*; (...) A passagem de *Ròriça* para *Ròliça* é o que há mais corrente, por causa de *r-r* dissimilados em *r-l*, como em *refractário* > pop. *reflectário*, *recruta* > pop. *recluta*.”.¹¹⁸⁴

No entanto, com base no conhecimento das formas antigas transcritas por J. P. Machado¹¹⁸⁵ — *Royariça, Roiçiça, Rooriça, Royriça, Roriça, Rourissa e Roulissa* — somos levados a supor que se trata de um derivado de *roya / roia* < RUBEA 'avermelhada',¹¹⁸⁶ uma vez que existem outros topónimos que se referem a esta cor (cf., por exemplo, *Arroia, Arraiola, Marroio, Montarroio*, p. 386). Corominas confirma que *royo*, com a significação indicada (semelhante à latina e à do catalão *roig*) continua RUBEUS em bastantes regiões, constituindo a forma geral no aragonês e também uma base toponímica muito representada.¹¹⁸⁷ Num outro texto, J. P. Machado acrescenta que *Roliça* é uma das “palavras latinas do sul, implantadas aí antes dos Árabes e mantidas até hoje”.¹¹⁸⁸

Rolinas (Condeixa-a-Nova).

É possível que seja um outro nome com origem em RUBEU, como *Roliça*, mas com outro sufixo (aliás também de cunho moçárabe). Poderia também tratar-se de um cognato de *rola* (de origem onomatopaica),¹¹⁸⁹ ou relacionar-se com *Rolim, Rolo* e *Rolão* (nomes também representados na toponímia e estudados nas p. 326 e 463). Qualquer que seja a origem do radical, a feição moçárabe mantém-se no sufixo *-inas*.

¹¹⁸⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 378-391. Ver especialmente as p. 389-390.

¹¹⁸⁵ J. P. MACHADO, *Palavras a propósito de palavras. Notas lexicais*, cit., p. 268-270, diz desconhecer a origem de *Roliça*, considerando-a um mistério. A evolução fonética destas formas reconstitui-se, de facto, com facilidade — *Royariça* > *Roiçiça* > *Rouriça* > *Roriça* > *Roliça* —, o mesmo não se podendo dizer da sua etimologia.

¹¹⁸⁶ Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 121.

¹¹⁸⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. RUBIO.

¹¹⁸⁸ J. P. MACHADO, *Ensaio histórico-linguístico*, cit., p. 70.

¹¹⁸⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rola.

18.6 Conservação de -N- intervocálico

O inventário de formas onde se manteve esta consoante apresenta-se também bastante longo. Muitas vezes podem identificar-se terminações típicas (-*ano*, -*ino* e outras), ocorrendo como parte de um radical ou representando, maioritariamente, sufixos.

Além dos nomes de lugar com -*ana*, originário da terminação latina -ANUA, há também a registar os sufixados, em que -*ano*, -*ana* podem comportar um valor relacional ('proveniente de —; onde há —', como em *Carchana*, *Duriana*, *Freixiana*) ou aumentativo — valor este que ainda mantêm actualmente no Alentejo, em formas como, por exemplo, *cabeçana*, *bocana* e *mantana*. Registam-se também algumas ocorrências de topónimos em -*eno*, -*ena*, -*ono*, -*ona*.

Tal como acontece com os diminutivos em -*nito*, -*nita* — ausentes da toponímia da área geográfica estudada mas muito abundantes nas zonas mais meridionais do país, quer como topónimos quer como apelativos (*canito*, *panito*, *manita*, *irmanito*) —, os diminutivos em -*nico*, -*nica* constituem moçarabismos que continuam radicais latinos. As aloformas de -*ito* podem ocorrer em formações mais tardias, quando a base derivacional termina em nasal (vogal ou ditongo): *tostão*, *vintém*, *melão*, *pirum* — *tostanito*, *vintenito*, *melanito*, *pirunito*.¹¹⁹⁰ Outros nomes de lugar conservam o sufixo diminutivo -*ino*, -*ina* e não o alótopo galego-português -*inho*, -*inha*.¹¹⁹¹

¹¹⁹⁰ Cf. Graça Maria de Oliveira e Silva RIO-TORTO, *Formação de Palavras em Português. Aspectos da Construção de Avaliativos*, tese de doutoramento (inédita), Coimbra, 1993, p. 819-823. Ver também Silvia SKORGE, “Os sufixos diminutivos em português”, cit., p. 65-68, onde a Autora se debruça sobre as “particularidades das províncias do sul”, que ilustra com exemplos, alguns dos quais retirados da toponímia — *Almarjanito*, *Beiranito(a)*, *Caldeiranito*, *Casanito*, *Manita*, *Cabanita*, *Padronita*, *Catrivanita* e *Trejanitos* —, sem nunca se referir à influência moçárabe.

¹¹⁹¹ É curioso notar que a terminação em causa se observa na toponímia e também na antroponímia. Em registos paroquiais da freguesia de São Bartolomeu, entre os anos de 1825 e 1900, constam, em avultado número, nomes de baptismo, como *Abrilina*, *Antonino*, *Apolino*,

Aguaneiras (São Pedro do Sul).

No concelho de Sabrosa existe uma povoação também com este nome.

Como apelativo, *agueiro* assume os significados de ‘sulco ou cano em que se juntam as águas (das estradas, dos telhados, etc.)’, ‘orifício nos muros das propriedades rústicas’. Podem encontrar-se treze registos de *Agueiro* ou *Agueiros* sobretudo na toponímia do Norte do país, nomeadamente nos distritos de Viana do Castelo, Braga, Porto, Aveiro. *Agueira* é nome de três povoações dos concelhos de Celorico de Basto, Ovar e Alenquer, e *Agueiras* de Ponte de Lima.¹¹⁹² Como se pode verificar, estas formas contrastam com *Aguaneiras*, onde ocorre -N-.

Um pouco por todo o país, são frequentes os topónimos em cuja formação se encontra *água(s)* (< latim AQUA). Além de *Água de Alte* (Águeda, Arganil, Castro Daire, Viseu), já estudados na p. 223, são disso exemplo: *Água Morta* (Baião), *Aguaceiras* (Vila Nova de Famalicão), *Aguaceiro* (Penafiel), *Água Fria* (São Pedro do Sul), *Água da Figueira* (Sabugal), *Água Boa* (Vila Nova de Ourém, Tomar), *Água da Murta* (Idanha-a-Nova), *Água de Souto* (Portalegre), *Água do Conde* (Coruche), *Agualva* (Sintra, Vale de Cambra), *Água de Lupe* (Santarém, Évora), *Água de Peixes* (Alvito), *Água Assada* (Alcácer do Sal), *Água do Peixe*, *Águas Ferrenhas* (Odemira), *Águas Frias de Baixo* (Loulé).¹¹⁹³

Quinta de Aivana (Mangualde).

Já foi tentada uma explicação etimológica a propósito de *Aivão* (p. 348).

Balbina, Barbarina, Belarmina, Capitolina, Carmina, Eufrosino, Faustina, Gravelina, Juvelina(o), Juverdina, Serafino, Severino, Vitalina, para além de outros mais vulgares: *Albertina, Alexandrina, Avelino, Carolino(a), Catarina, Clementina, Georgina*, etc.. Cf. Maria Abigaíl da Costa AMORIM, *Contribuição para o estudo da antroponímia da região de Coimbra*, tese de licenciatura (inédita), Coimbra, 1955. Como se verá adiante (p. 399, 408, 409, 411 e 416) alguns destes nomes de baptismo encontram-se directamente representados na toponímia da região em estudo.

¹¹⁹² *GEPB*, vol. 1, s.v. AGUEIRO, s.v. AGUEIROS, s.v. AGUEIRA, s.v. AGUEIRAS.

¹¹⁹³ Podem encontrar-se muitos outros exemplos em *GEPB*, vol. 1, p. 626-630 e 635-642.

Andrinos*, Casal *Andrino (Leiria).

De acordo com informações de Joaquim da Silveira, o adjectivo *andrino* documenta-se em português, qualificando o ‘cavalo de pelagem negra com tons azulados’. De facto, também Bluteau explica que se chama *andrino* ao cavalo que ostenta uma cor idêntica à das costas das andorinhas. É recente (1910) a referência ao cavalo russo *andorino* ou *andrino*, em que predominam os pelos de tom negro-azulado, que lembram a cor do dorso da andorinha. A forma castelhana *endrina* designa a ameixa brava, de cor negro-azulada, e o mirandês e o catalão usam *andrina* para designar outra variedade de ameixa, da mesma cor.

Na opinião de Silveira, este adjectivo (que considera “importado” do espanhol para o português) tem na sua origem o latim HIRUNDINU ‘da cor da andorinha’ > *HINDURINU (com metáteses consonânticas) > *endrino* (já no espanhol, pela queda da vogal pretónica). Discorda, portanto, este Autor de Meyer-Lübke que, no *Aditamento* à 3ª ed. do REW, n.º 753, liga as formas *endrina* (castelhana) e *andrina* (mirandesa e catalã) à base latina ATER, negro.¹¹⁹⁴ Também Corominas¹¹⁹⁵ atribui a *endrina* a etimologia *ADRINA (< PRUNA *ATRINA ‘ameixa preta’) derivada de ATER ‘negro’. É importante verificar que em ambas as hipóteses há -N- conservado. Curiosamente, em Trás-os-Montes, o adjectivo *andrino* significa ‘de cor negro-azulada das andorinhas’ e *andrina* ‘variedade de ameixa branca’; no último apelativo deve ter havido uma transferência de significado devida a confusão entre espécies pouco divulgadas ou eventualmente aborígenes. *Andorinheira*, *Andorinha(s)* e *Andorinho* abonam-se como topónimos; tal como *Andrino*, *Andorinho* é também apelido português, cuja forma antiga, *Andorinus*, se documenta em 1256.¹¹⁹⁶

¹¹⁹⁴ J. da SILVEIRA, “Estudos sobre o vocabulário português”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 406-407.

¹¹⁹⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ENDRINA. A primeira documentação do vocábulo em Espanha é como topónimo: *Valle Andrinos*.

¹¹⁹⁶ Cf. *GEPB*, vol. 2, s.v. ANDRINA, ANDRINO, ANDRINO (João Rodrigues) e ANDRINO

Vale **Antonino** (Pampilhosa da Serra).

Como já foi referido (p. 396), a terminação em causa observa-se em alguns nomes de baptismo, directamente representados na toponímia da região em estudo.

Formado a partir do tema *Antu-*, talvez de origem céltica, o nome latino *Antonius* deu origem a diversos topónimos. Além de *António(a)*, *Antão*, *Antunes* e *Antoninho*, J. J. Nunes cita *Antoinha*, lugar dos concelhos de Braga e de Monção, “o actual representante de *Antonina*, que como termo geográfico, se lê em *Inquirições* de 1258”.¹¹⁹⁷ Mas já no século X, *Antoninus*, derivado de *Antonius*, estava representado na toponímia nacional por *Villa Antolini* (981), com dissimilação de [n] em [l]. Também *Antanhol* (*Antoniol* ou *Antunio*l, em documentos dos séculos XI e XII), nome de uma freguesia de Coimbra, deve ser diminutivo de uma forma da mesma família etimológica de *António*.¹¹⁹⁸

Ardena (Cinfães), *Rio Ardena* (Arouca).

O apelativo *arda*, cuja etimologia não se pôde esclarecer, designa uma espécie de esquilo lanudo do tamanho de um gato. De radical semelhante ao de *Ardena*, existem ainda os seguintes topónimos: *Arda*, uma ribeira que nasce a sudoeste de Arouca e desagua no Douro; *Ardão*, no concelho de Guimarães; *Ardãos*, no de Boticas; e *Ardada*, em Vila Nova de Gaia.¹¹⁹⁹

(Teodora Maria), ANDORINHAS, ANDORINHEIRA; vol. 35, s.v. VILAR DE ANDORINHO.

¹¹⁹⁷ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1263. *GEPB*, vol. 2, s.v. ANTOINHA. Em Viana do Castelo existe também uma *Quinta de Santoinho*, nome que pode representar uma variante popular de *Santo Antoinho*.

¹¹⁹⁸ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa” *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p.198-199, e Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 29-30, consideram *Antanhol* diminutivo de (*monte de*) *Antunio* (1087) variante de *António*. Posteriormente, J. da SILVEIRA, “Notas”, cit., p. 32, refere que afinal a forma *Antunio* não existe no original do *Livro Preto* (guardado na Torre do Tombo), onde figura *Antunio*l, certamente por “erro de leitura do copista”; o exemplar do século XVIII (existente no Arquivo Distrital de Coimbra) regista *Antunio*, na passagem correspondente.

¹¹⁹⁹ Cf. as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 3, p. 156-157.

*Largo do **Arnado*** (Coimbra), ***Arnal**₃* (Leiria, Mealhada, Pombal), ***Arnais*** (Leiria), ***Arnas***, ***Tebosa das Arnas*** (Sernancelhe), ***Casal da Arneira*** (Bombarral), ***Arneirinho*** (Cantanhede), ***Arneiro**₁₅* (Alcobaça, Anadia, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Leiria, Lousã, Mira, Montemor-o-Velho, Pombal, Soure), ***Arneiro da Arruda***, ***Arneiro de Fora***, ***Arneiro de São João***, ***Arneiro de Sazes***, ***Arneiro Tecelão*** (Figueira da Foz), ***Arneiro da Pereira*** (Leiria), ***Arneiro do Cepo*** (Montemor-o-Velho), ***Arneiro do Pisão*** (Pombal), ***Arneiro do Tecelão*** (Cantanhede), ***Cabeço do Arneiro*** (Lousã), ***Casal do Arneiro*** (Leiria), ***Mina do Arneiro*** (Óbidos), ***Ribeira do Arneiro**₃* (Cantanhede, Figueira da Foz, Lousã), ***Ribeiro do Arneiro*** (Lousã), ***Arneiros**₁₁* (Aveiro, Cantanhede, Figueira da Foz, Lamego, Leiria, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Óbidos, Peniche, Pombal), ***Arneiros da Gafaria*** (Pombal), ***Arneiros da Mata***, ***Arneiros do Carvalhal*** (Vila Nova de Ourém), ***Vale dos Arneiros**₂* (Peniche, Vila Nova de Poiares), ***Arnela**₃* (Castelo de Paiva), ***Arnelas*** (Aveiro), ***Costa de Arnes***, ***Quinta de Arnes*** (Soure), ***Rio Arnoio*** (Caldas da Rainha / Óbidos), ***Arnosa*** (Tondela), ***Póvoa da Arnosa*** (Carregal do Sal), ***Ribeira da Arnosa*** (Tondela), ***Darneiro*** (Mortágua).

Trata-se de nomes de lugar continuadores e derivados do latim ARENA, que, ao contrário das formas galego-portuguesas *areia*, *areado*, *areal*, *areeiro*, *areosa*, etc. (também representadas na toponímia), conservam N. As formas com sufixos tónicos já não apresentam a terminação *-ena*, devido à síncope da vogal [e], tornada pré-tónica.¹²⁰⁰ Simonet abona *aréna* (os plurais *arénax*, *arénas* e *arénes*) e *arénal* (plural *arenálex*).¹²⁰¹ Desta família etimológica, é *Arneiro*, de ARENARIU, o topónimo mais recorrente; Ivo Castro¹²⁰² tinha já identificado como moçarabismo *Arneiro dos Marinheiros*, no concelho de Mafra. Deve notar-se que *Arneiro*, embora na grande maioria dos casos designe um local arenoso, pode ter sido também nome de pessoa,

¹²⁰⁰ Cf. J. Leite de VASCONCELOS, “Linguagens fronteiriças de Portugal e Espanha”, *Revista Lusitana*, vol. 7, 1902, p. 151.

¹²⁰¹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. ARÉNA, s.v. ARENÁL.

¹²⁰² Ivo CASTRO, *História da língua portuguesa*, cit., p. 167.

relacionado com a sua proveniência geográfica ou com a ocupação profissional, como em [O / A] *Darneiro*,¹²⁰³ *Arneiro Galego* e *Arneiro Tecelão*. José P. Machado¹²⁰⁴ indica 1258 como data da primeira documentação de *areeiro*, em português, enquanto, segundo o Autor, *arneiro* só se registaria no século XVII. Tal facto não deixa de ser estranho, dada a recorrência do nome na toponímia (não só do Sul mas também do Norte do país). Além disso, o seu sinónimo *Arnado*, de ARENATU, é topónimo muito antigo e designa igualmente 'lugar coberto de areia'.¹²⁰⁵ O *Largo do Arnado*, em Coimbra, é o vestígio toponímico da "pequena faixa de terreno areento, a Noroeste de Coimbra, entre o Terreiro da Erva e a Azinhaga dos Lázarus, marginando o Mondego, que então corria fundo."¹²⁰⁶ De facto, Vincenzo Cocco¹²⁰⁷ também alude a este

¹²⁰³ [O / A] *Darneiro* é um topónimo em que há omissão do elemento determinado [a quinta, a herdade, o casal]. J. da SILVEIRA, "Toponímia portuguesa", *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 264-265, refere-se a nomes de lugar cujos elementos (o artigo, a preposição e o nome determinativo) aparecem aglutinados e que algumas vezes, "para encurtar, se deixou cair a ou o iniciais"; e exemplifica: *Daires* ou *Adaires* (A de Aires), *Danaia* ou *Adanaia* (A de Anaia), *Damaia* ou *A da Maia*, *Dabeja* ou *A da Beja*, *Decide* ou *A Decide* (A de Cide), etc. Sobre este fenómeno, cf. ainda J. da SILVEIRA, "A nossa toponímia e o censo da população", cit., p. 27-28, onde o Autor alude a outros casos idênticos (como *Adnodeiro*, por *A de Nodeiro*, 'A do Notário', no concelho de Viseu); e Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 147-158.

¹²⁰⁴ DELP, s.v. *Areeiro*, s.v. *Areia*.

¹²⁰⁵ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia geográfica*, cit., p. 25, a propósito dos nomes de lugar que fazem parte dos *Campos* de Coimbra, abona, como equivalentes as formas *Arenado* e *Arnado*.

¹²⁰⁶ GEPB, vol. 3, s.v. ARNADO, onde se relembra uma lenda patriótica contada por Duarte Galvão na *Crónica de D. Afonso Henriques* e na qual é referido um "campo chamado Arnado". Ver também: Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 330-331 e 431; vol. I, p. 272, onde refere que "Arena deu também *Arnado* em Coimbra — o mesmo que *arenado*, *areado* ou *assoreado*."; e Maria da Graça Pinheiro COSTA, *Toponímia de Guimarães. Estudo de algumas freguesias da margem esquerda do Ave*, cit., p. 316, onde, no estudo de um *Arnado* da região, salienta a sua localização ribeirinha.

¹²⁰⁷ Vincenzo COCCO, Recensão a P. FOUCHÉ, "A propos de l' origine du basque", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 314-315. Neste trabalho, Fouché põe em evidência a expansão de uma base ARNA da Ásia Menor para a Ibéria. Cocco critica-o por alinhar ao lado de *Arnum*, nome de um rio atestado por Plínio, as formas espanholas *Arnado*, *Arnadelo*,

Arnado como “uma área sujeita às cheias do Mondego, que deixam atrás de si extensas camadas de areia”, confirmando a sua etimologia latina — claramente visível nas formas antigas *Arenato* (1083) e *Arnato* (1092 e século XIII) — e referindo-se-lhe como “um bairro”, onde em tempos foi erigida uma capela ao *Senhor* ou *Santo Cristo do Arnado*. Galmés de Fuentes também refere como moçarabismo *Villar de Arenes*, documentado em 1157.¹²⁰⁸

Avenal₃ (Caldas da Rainha, Condeixa-a-Nova, Oliveira de Azeméis), *Casal do Avenal* (Óbidos), *Casais do Avenal* (Bombarral), *Quinta do Avenal* (Mangualde), *Ribeira dos Avenais* (Vale de Cambra), *Avenida* (Ovar), *Aveneira*, *Ribeira da Aveneira* (Arouca).

Continuadores do latim ABELLANA (NUX) 'noz de Abella',¹²⁰⁹ sendo este o nome de uma cidade da Campânia.¹²¹⁰ Herculano de Carvalho, referindo-se somente à existência dos topónimos de Arouca, Ovar e Condeixa-a-Nova, sublinha a importância deste último, que, com *Malga*, *Cernache*, *Alcabideque*, *Almalaguês*, *Alcouce*, *Assafarge* e *Bendafé*, permite “fazer avançar decididamente mais para o Norte o limite geográfico da conservação moçárabe de *n* e *l* intervocálicos.”. Estuda-o aprofundadamente, apresentando e interpretando abonações de várias épocas: *Avellanale*, *Avelanal* (séculos XII e XIII — talvez latinismo ou “uma variante *ainda viva* daquele nome de lugar”), *Avelaal* (séculos XII e XIII — “forma setentrional, com

Arnande, *Arnao*, *Arnedo*, *Arneira*, *Arnauri*, *Arnego* e *Arnoya*, sem ter procurado determinar se todas elas se ligam à dita base (muito produtiva na formação de hidrónimos), e entende que nem sempre essa ligação é aceitável, como no caso de *Arnado*. Além das formas antigas que aduz, Cocco acrescenta que este nome de lugar é mencionado por Gil Vicente na *Farsa dos Almocreves* e pelo já referido Duarte Galvão na *Crónica de D. Afonso Henriques*.

¹²⁰⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 308.

¹²⁰⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. AVELLANA.

¹²¹⁰ P. MACHADO, *DELP*, s.v. Avelã e s.v. Abelanos. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 363 e vol. II, p. 267, também refere que as *avelãs* e *aveleiras* devem o seu nome a *Avella*, cidade italiana. Além destas páginas, cf. também no vol. I, p. 351-352, e no vol. II, p. 255,

tratamento ‘português’ da nasal medial”), *Avenanali*, *Averanal*, *Avenelar* (século XIII ou começo do século XIV, no que respeita à última — “formas intermediárias, certamente de uso popular”), *Avenal* — forma documentada desde o século XIII que “acabou por se fixar no uso geral, prevalecendo sobre todas as outras”. Este especialista explica igualmente as alterações fonéticas provocadas pela proximidade articulatória das consoantes [l], [n], [l] em sílabas seguidas que, colocando problemas de articulação e / ou de identificação, levou a “uma série de fenómenos de dissimilação e de metátese”.¹²¹¹ Num extenso artigo dedicado aos derivados de ABELLANA, Leite de Vasconcelos formula opinião idêntica: “o mais natural seria termos aqui o sufixo *-ar* (...), mas também há *Avelar* a par de *Avelal*. Como *Avenal* se produziu *Avenida*.”¹²¹² Além dos apelativos *avellána* e *vellanár*, Simonet abona *El Vellanár*, nome de um escritor moçárabe de Toledo e *El Avellanar*, topónimo antigo da mesma cidade.¹²¹³

Benedita (Alcobaça).

Afonso Henriques tinha prometido terras à ordem de Cister, caso fosse bem sucedido na conquista de Santarém aos mouros. Assim, após o êxito, fez a doação dos coutos de Alcobaça (1153), onde se incluía então a região da *Benedita*, depois repovoada pelos monges cistercienses. A natureza do nome desta vila não é clara. Talvez os monges lhe tenham chamado *Benedita* por fazer parte das terras prometidas; poderá também relacionar-se com a capela da Senhora da Benedita, ali encontrada quando procuravam um local apropriado à fundação de um mosteiro; ou

515-516 e 546.

¹²¹¹ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 163-167 e 169.

¹²¹² J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 318 e 375-376 (de onde foi retirada a citação). Ver também, IDEM, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, cit., p. 241. Sobre estes nomes e outros com a mesma etimologia, cf. ainda Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 351-352, e vol. II, p. 470 e 473, onde são citadas as formas *Avelal* e *Avenal*, *Aveleda* e *Avenida*.

¹²¹³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. VELLANÁR.

pode ainda ligar-se aos Beneditinos, uma vez que a ordem de Cister constitui um ramo da regra de S. Bento.¹²¹⁴ Independentemente da sua motivação, o nome *Benedita* continua o latim BENEDICTA, particípio do verbo *benedicere*. Segundo Leite de Vasconcelos, *Benedictus* é um nome romano que aparece na epigrafia pagã, pelo menos desde o ano 140, tendo sido também muito usado pelos primeiros cristãos, e como nome de santos,¹²¹⁵ e cuja expansão em Portugal pode ter sido motivada por influência eclesiástica. Joseph Piel também cita o antropónimo latino *Benedictus*, os portugueses *Bieito* (usado ainda por Sá de Miranda) e o actual *Bento*.¹²¹⁶ Como antropónimo, documenta-se desde 973 e, posteriormente, abonam-se diversas formas — *beneito*, *bẽeito(s)*, *beeito* e *beento* (século XIII).¹²¹⁷

*Azenha da **Borratena*** (Tondela).

O topónimo deverá excluir-se deste trabalho se a sua origem for árabe, como é o caso de *Borratém* (*Baratem* e *Barrotem*, em documentos antigos), de *ber atten(e)* ‘poço da figueira’. Como refere David Lopes, “A forma *borr-* por *ber-* deve ser devida à palavra vulgar e corrente *borra*.”¹²¹⁸ Mas, tanto J. P. Machado como A. Geraldo da Cunha atribuem a *borra* a origem latina BURRA ‘tecido grosseiro de lã’, ‘coisa grosseira ou sem importância’,¹²¹⁹ não sendo, no entanto, de excluir a origem latina

¹²¹⁴ A capela de Nossa Senhora da Benedita foi ampliada pelos monges que fizeram dela uma igreja com uma bela porta gótica idêntica à do mosteiro de Alcobaça. A sua construção está envolta em lendas, contadas no artigo de Guilherme FELGUEIRAS, “O estudo da literatura popular e das tradições orais estremenhas – lendas da fundação da igreja da Benedita”, *Boletim cultural – Junta Distrital de Lisboa*, série III, n.ºs 67 / 68, p. 300-301. Uma delas pode ler-se em *Origens e tradições*, <http://www.terravista.pt/nazare/2457/Origens.htm>.

¹²¹⁵ J. Leite de VASCONCELOS, *Antroponímia portuguesa*, cit., p. 60. IDEM, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 788.

¹²¹⁶ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 45.

¹²¹⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bendito.

¹²¹⁸ LOPES, David, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 267.

¹²¹⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Borra¹. Antônio Geraldo da CUNHA, *Dicionário Etimológico*

adjectival BŪRRU ‘ruço, vermelho’, onde também radicam *Borracha* e *Burrel*, nomes presentes na composição de topónimos já estudados (nas p. 364 e 243, respectivamente). De facto, além de *Borras de Baixo* e *Borras de Cima* (Anadia), há na nossa toponímia outros congéneres: *Borralha(s)* (Águeda, Guimarães, Ponte de Lima, Portimão, Vila Real), *Borralhos* (Ponte de Lima), *Borralhal* (Oleiros, Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga, Cinfães, Tondela, Castro Daire), *Borralhães* (São Pedro do Sul), *Borralheira(s)* (Amarante, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Vinhais), *Borralheiro(s)* (Celorico de Basto, Guimarães, Vila Real), *Borralhoso* (Arouca), *Borraís* (Baião, Vila Verde), *Borreiro(s)* (Santo Tirso, Santiago do Cacém, Vila de Rei, Vila Verde), *Borreirinho* (Vila Verde), *Borraceira* (Carrazeda de Ansiães). Talvez se possam relacionar com *borralho* ‘brasido da lareira’, ou com termos botânicos como, por exemplo: *borroso*, que se refere ao centeio aventado e limpo; *borragem*, planta medicinal frequente em todo o país; *borralha*, casta de uvas do Minho; *borrazeira*, espécie de salgueiro; ou *borreira*, usado em Trás-os-Montes para designar uma variedade de azeitona.¹²²⁰

Brasina (Pedrógão Grande), *Lomba das **Brazinas***, *Moinho das **Brazinas*** (Pampilhosa da Serra).

Talvez derivado do apelativo *brasa*, muito comum em todas as línguas românicas ocidentais, de origem não dilucidada satisfatoriamente.¹²²¹ Recorde-se que *Brasil* se tem considerado derivado de *brasa* devido à cor encarnada do “pau brasil”; tratar-se-á de lugares onde a terra era avermelhada? Pode também colocar-se a hipótese de se estar perante uma variante fonética de *Varzina* (derivado de *várzea*, referida na p. 443), com metátese na sílaba inicial.

Nova Fronteira da Língua Portuguesa, cit., s.v. Borra.

¹²²⁰ Ver as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 4, p. 945-953.

¹²²¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BRASA (artigo extenso que aventa diversas hipóteses sem considerar definitiva qualquer delas), e s.v. BRASIL.

Calvino, *Calvino de Baixo* (Figueira da Foz).

Calvino é alótopo moçárabe de *Calvinho*, topónimo do concelho de Resende, formas diminutivas de CALVU. Estuda-se esta família etimológica a propósito de *Calvaria(s)*, na p. 449.

Campanas (Cantanhede), **Campina**₂ (Penalva do Castelo, Vila Nova de Ourém), **Campino** (Alvaiázere), **Campinos**₂ (Estarreja, Leiria).

Topónimos moçárabes diminutivos de *campo*, do latim CAMPU 'planície; terreno fora do povoado', muito frequente na toponímia, onde ocorre também em compostos e derivados como, por exemplo, *Campizes* (já estudado na p. 248), *Campo(s)*, *Campo de Besteiros*, *Campo de Ourique*, *Figueiró do Campo*, *Campelo*, *Campelinho*, *Campanhó*,¹²²² etc.. Simonet aduz os moçarabismos *cámpo*, *camba* 'campo', *campânia*, *al-campânia* 'campina' e os diminutivos *campaníla*, *campanílla*, plural *campaníles*, *campaníllas*.¹²²³ E Corominas crê que *campiña* seja variante moçárabe de *campañã* (< CAMPANIA), com /i/ < /a/ por imela, uma vez que todos os exemplos espanhóis de *campiña*, anteriores a 1400, se localizam na Andaluzia onde, ainda hoje, esta forma se mantém viva. O topónimo *Campiña* (Córdova) é documentado em textos antigos como *Campania* e como *al-qanbâniya* em vários escritos árabes do século X.¹²²⁴ Além dos apelativos *campania*, *campiña* e *campañã*, Galmés de Fuentes também refere os topónimos *Campanes*, *Campaniles* e *Campanillas*.¹²²⁵

¹²²² Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 50, estabelece a distinção entre os topónimos filiados no apelativo latino CAMPANIA 'campina' (como é o caso de *Campanhó* < *CAMPANIOLA) e os continuadores do nome próprio CAMPANIUS (como, por exemplo, *Campanhã*).

¹²²³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CÂMPO y CÂMBA, s.v. CAMPÂNIA, s.v. CAMPANÍLA y CAMPANÍLLA.

¹²²⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CAMPO.

¹²²⁵ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 307, 311 e 325.

Canais (Leiria), **Canal** (Lamego).

Trata-se de continuadores do latim CĀNĀLE que, entre outros, assumia os sentidos de ‘cano, canal de água (aberto ou coberto); filão de mina’.¹²²⁶ São diversos os topónimos com estes nomes, sobretudo no Sul do país (Estremadura, Alentejo e Algarve), mas que ocorrem também nos distritos de Bragança, Braga e Porto. Piel escreve que o vocábulo latino evoluiu, em português, para *cal(e)* ‘cano ou rego que conduz água a moinhos ou de um campo para outro’ (regionalismo que outrora se grafava *caal* mas que, para não se confundir com o homónimo *cal* adoptou o <-e>), referindo também uma variante galega, *canle*, que se estende até Monção e Arcos de Valdevez. Abona ainda 76 ocorrências de *Cale(s)* — topónimos privativos dos distritos do Norte de Portugal e da Galiza — e *Canle* que, com a vogal tónica nasal, ocorre esporadicamente nas três províncias galegas. Considera, no entanto, que “a forma literária moderna *canal* (latinismo ou italianismo?) pode estar num ou noutra topónimo, como *Fazenda do Canal*, mas, na sua maioria, tais nomes explicar-se-ão de preferência como derivados de *cana* <CANNA, designando canaviais.”¹²²⁷ Mas Joaquim da Silveira refere-se à forma minhota *canle*, à galega *cal* e ao apelativo beirão *cal* ou *cale* ‘canal ou levada por onde corre a água da represa ou açude para a roda da azenha ou rodízio do moinho’, cuja “forma medieval é *caal* do latim *canale*”, e que está representada em *Cal* ou *Cale*, nome de um casal do concelho de Nelas.¹²²⁸ Nenhum dos nossos toponimistas teve em conta que já Simonet tinha assinalado os

¹²²⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Canal.

¹²²⁷ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 316-317. Nos seus primeiros artigos sobre toponímia, este Autor não fazia referência a influências moçárabes. Piel cita o *Dicionário* de Cândido de Figueiredo, segundo o qual *cale* tem também a significação de ‘parte mais funda do rio, entre parcéis’. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Cale, além de ‘calha, rego por onde corre a água’, ‘caleira’, abona também o significado regional de ‘parte funda e apertada de um rio’ e o provincianismo minhoto ‘barco pequeno e de fundo chato para a navegação fluvial’.

¹²²⁸ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 275-276.

moçarabismos *canál* 'canal', plurais *canáles*, *canálex*, *canálix* e *canals*.¹²²⁹

Cantina (Armamar).

Segundo Corominas, trata-se de vocábulo de origem desconhecida, talvez céltica. Schuchardt relaciona-o com o topónimo *Cantuna* e com *Cantunaecus*, nome de divindade ibérica. Tem vários significados, entre eles: 'loja; sótão; adega; posto de venda de vinho e de comida'. Em italiano tem também o de 'caverna', que Corominas julga ser o primitivo.¹²³⁰

Recorde-se que Piel filia *Cantim* (Resende) no nome latino CANTINIUS (de CANTIUS), e *Cantinho* (Ovar e Paredes) no apelativo *canto*. Poder-se-á pensar numa eventual relação entre *Cantina* e este apelativo de origem obscura (do pré-romano CANTHUS 'aro de roda; borda'?), que no português do século XIII assumia os significados de 'ângulo, aresta, esquina', 'bloco de pedra de cantaria', 'pedra' (ver p. 249).

Casal Carolino (Leiria).

Carlos é nome próprio masculino que provém directamente de CAROLUS, latinização do germânico *Karl* 'homem'. São seus diminutivos *Carloto* (que parte de *Carlo*) e *Carolino* (de *Carolus*), ambos com femininos regulares, e *Carlino*, alótopo de *Carolino*. Por influência de outros nomes terminados em *-lindo* / *-linda* (como, por exemplo, *Ermelinda*, *Carmelinda*, *Rosalinda*) poder-se-ão ter alterado *Carolino* em *Carlindo* e *Carolina* em *Carlinda*.¹²³¹ Tal como acontece noutros topónimos — *Casal Comba*, *Casal Vasco*, etc. — temos provavelmente neste nome de lugar um determinativo de posse, em que se suprimiu a preposição *de*, isto é *Casal (do) Carolino*.

¹²²⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CANÁL.

¹²³⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CANTINA.

¹²³¹ J. J. NUNES, "Os nomes de baptismo. Sua origem e significação", *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 73-74.

Ribeiro da Carracena (Pombal).

Carracena é o nome de uma variedade de ervilheiras de pequeno porte, também conhecida por *anã*. Além de *Carracena*, existem na toponímia *Carraças* (Sintra) e *Carraceira* (Arouca), que devem ser derivados de *carraça* ‘carrapato’, de origem obscura, ou talvez melhor do provincianismo *carraço* ‘grande tojo’.¹²³² Pode também tratar-se de um derivado do latim CAREX ‘cana de paul ou erva semelhante a esparto’, tal como *Carrazedo(a)*, *Carregal*, *Carregoso(a)*, *Carragosa*, *Carregueira* e outros citados aquando do estudo de *Carrazede* (p. 251).

Carrachana (Pombal), ***Carxana*** (Carregal do Sal).

Já estudados (na p. 361) a propósito da anaptixe de [a] entre consoantes.

Cascana (Castro Daire).

Talvez se possa incluir este nome de lugar entre os derivados de *casca* — hipótese também colocada a propósito de *Casconhe* (p. 254).

Catarina₂ (Ansião, Oliveira de Frades), ***Póvoa da Catarina*** (Tondela), ***Vale da Catarina*** (Leiria), ***Catarinões*** (Cantanhede), ***Catrino*** (Pombal).

O antropónimo *Catarino* deriva de um adjectivo grego, que significa ‘puro, inocente’, sendo mais difundido o género feminino do nome por estar representado no calendário religioso. Além de *Catarina*, existem: *Caterina*, com dissimilação vocálica (de onde o popular *Catrina*), *Catalina* e *Catelina* (abonadas nos séculos XV e XVI).¹²³³ Como apelativo, *catarina* designa uma casta de uva branca de Ourém e *catarino*, uma variedade de feijão vermelho raiado.¹²³⁴ *Catrino* será certamente nome próprio,

¹²³² *GEPB*, vol. 2, s.v. ANÃ. *GEPB*, vol. 5, CARRAÇAS, s.v. CARRACEIRA, s.v. CARRACENA, s.v. CARRACENO, s.v. CARRAÇO. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Carraça.

¹²³³ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 76.

¹²³⁴ Até 1584, ano em que o seu nome mudou para *pedristas*, os religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco eram conhecidos por *catarinos*, pela assistência que faziam no oratório de

variante de *Catarino*, e *Catarinões*, plural aumentativo. Apesar de parecer tratar-se de mais um caso em que a toponímia se cruza com a antroponímia, poderá ainda aventar-se a hipótese, mais remota, de alguns serem continuadores de CATINU 'fonte de lousa', por etimologia popular?¹²³⁵

Choupana (Ansião), ***Choupanas*** (Coimbra).

Segundo José Pedro Machado,¹²³⁶ *choupana*, de etimologia obscura, talvez se relacione com *choupa*, vocábulo castelhano de origem incerta. Serafim da Silva Neto relaciona, dubitativamente, este termo com o latim vulgar *POPPLU (de POPULU 'choupo') e a terminação *-ana* de CAPANNA¹²³⁷ — o que, a ser assim, excluiria os topónimos deste trabalho. O *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa* inclui ainda a forma *choupa* (do latim CLŪPĒA 'sável'), que não parece poder relacionar-se com estes topónimos, uma vez que não se situam em zonas marítimas nem fluviais.¹²³⁸

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa apresenta, por sua vez, três entradas para *choupa*: a primeira, coincidente com a acabada de referir; a segunda, semanticamente próxima de *choupo*, — 'árvore semelhante ao choupo, mas mais copada e de folhas mais largas'; a terceira, do latim CLUPEUS 'escudo', 'protecção', usada nas acepções de 'peça pontiaguda de metal duro, colocada na extremidade de um pau, uma vara, uma lança...'; 'ferro ou ponta de aço de dois gumes e cabo curto, usada nos matadouros'; e 'ponta da lança ou do arpão usados pelos pescadores de baleias'.¹²³⁹ Quanto à sílaba final, conserva-se aí, de facto, a consoante nasal intervocálica.

Santa Catarina, junto a Santarém. Cf. *GEPB*, vol. 6, s.v. CATARINA, s.v. CATARINO, s.v. CATARINOS.

¹²³⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CATINO.

¹²³⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Choupana, s.v. Choupo.

¹²³⁷ Serafim da Silva NETO, *Língua, cultura e civilização: estudos de filologia portuguesa*, Rio de Janeiro, 1960, p. 212.

¹²³⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Choupa.

*Quinta da **Contina*** (Montemor-o-Velho).

Tratar-se-á de etimologia popular de *cantina* (citado na p. 408)? Ou será continuador do latim CONTINUU 'adjacente; contínuo'?¹²⁴⁰

Constantina (Ansião).

Constante era um adjectivo latino, igualmente usado como nome próprio, com a mesma significação que hoje se lhe conhece, ainda conservada no seu derivado *Constância* (usado também como apelativo). Deste último partiu o masculino *Constâncio* (que, por sua vez, originou *Constanciano*) e os diminutivos *Constantino* e *Constantina*.¹²⁴¹ O facto de serem nomes de santos contribuiu certamente para a sua expansão e conservação toponímica, como aconteceu com *Constance* (Marco de Canaveses), com *Constantim* (Miranda do Douro e Vila Real) e com muitos outros topónimos espanhóis.¹²⁴² Como acontece em vários outros casos, este nome de lugar tem, muito provavelmente, origem antroponímica, conservando o nome de um proprietário, no início a determinar um apelativo que não se conservou.

Cortinas₃ (Porto de Mós).

Pedro Ferreira abona *Cortinas*, que considera “uma antiga forma de *Cortinhas*”,¹²⁴³ do latim vulgar CORTE (< COHORTE 'recinto; curral; grupo de pessoas; divisão de um acampamento; séquito dos magistrados provinciais', derivado de HÖRTUS 'recinto; horto'). Além de vários continuadores em diversos idiomas românicos, temos, no português do Minho e de Trás-os-Montes, *cortinha* 'campo junto

¹²³⁹ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Choupa^{1, 2 e 3}.

¹²⁴⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CONTINUO.

¹²⁴¹ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 85. IDEM, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1264.

¹²⁴² Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 57.

¹²⁴³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 276 e 287, onde regista a variante *Curtinha* que, tal como *Cortina*, considera diminutiva de *Corte*.

da povoação; terra de sementeira cercada de parede'; no galego *cortiña* 'terra cercada para o cultivo de legumes e cereais'; e, no castelhano, *cortinal* 'pedaço de terra cercada, próxima do povoado', que equivalem semanticamente ao moçárabe *cortina* 'terra pequena, cercada'.¹²⁴⁴ De facto, Simonet abona o moçarabismo *cortína* 'pátio exterior (para gado vacum)' (do baixo latim CORTINA, diminutivo de CORS, -TIS), bem como o seu sinónimo *cortál*.¹²⁴⁵ *La Cortina* é topónimo catalão, occitano, friulano e italiano,¹²⁴⁶ e em Portugal, além da forma singular *Cortina* (distrito da Guarda), registam-se também *Cortinal* (distrito de Portalegre) e *Coritinas* (distrito de Castelo Branco), pertencentes à mesma família etimológica.

Corvina (Ansião).

Tal como acontece com *Corvim* (em *Quinta do Corvim*, topónimo estudado na p. 265), é mais provável ser este nome um diminutivo feminino de *corvo* ou relacionar-se com o adjectivo *curvo*, do latim CURVU (usado também como apelido ou alcunha), do que ligar-se a *corvina*, peixe de cor escura, também conhecido por *viúva*. Refira-se, a propósito, que, ao contrário de Machado e de Corominas, que vêem a forma portuguesa *corvina* como proveniente do castelhano *corvina* (do latim CORVU 'ave; peixe de cor escura'),¹²⁴⁷ o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa considera-a continuadora do latim CORVĪNA, feminino de CORVĪNU, provavelmente por associação ao tom negro do corvo; e *corvina* (adj.) derivada de *corvo*.¹²⁴⁸ Corominas acrescenta que o nome do peixe se fica a dever à cor parda, manchada de negro, e que o actual Dicionário da Academia Espanhola abona *corvo* como sinónimo de *corvina*, ao contrário da edição de 1843,

¹²⁴⁴ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 217, cita *cortīna* sem se referir à etimologia nem ao sentido do nome.

¹²⁴⁵ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CORTÍNA, s.v. CORTÁL.

¹²⁴⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CORTE.

¹²⁴⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Corvina. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CUERVO.

¹²⁴⁸ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Corvina, s.v. Corvino¹, a.

que o considerava termo galego para designar uma espécie de peixe grande, o *mugem*, que se encurvava ao ser cozinhado.

Costaneiras (Batalha).

Costaneira ‘papel imperfeito, de qualidade inferior que se põe de um lado e de outro das resmas de papel bom, para o proteger’, ‘a primeira e a última tábuas de um tronco serrado’ e *costaneiro* ‘cada um dos lados do lombo das reses’ filiam-se no latim *COSTANARIU, de *COSTĀNU (de COSTA ‘lado’).¹²⁴⁹ Na origem deste topónimo poderão estar construções toscas, de carácter rudimentar, feitas com tábuas *costaneiras* (também chamadas *casqueiras*, usadas em vedações, tapumes, tabiques e outras obras provisórias); ou talvez o termo se relacione com a morfologia do terreno, dado que *costa* comporta o significado de ‘encosta, declive’, e *costeira* ‘encosta’ usa-se na expressão *cultivar em costeira*: uma forma de dispor os alfobres, levantando no terreno um camalhão (‘elevação de terra entre regos, para sementeira’), de que fica uma das faces virada ao Sul, e a face oposta, quase a prumo, a servir de abrigo.¹²⁵⁰

Cotorino (Condeixa-a-Nova).

J. P. Machado abona o apelativo *coto* ‘outeiro’, do vocábulo pré-romano *COTTU com o mesmo significado.¹²⁵¹ Sem se referir ao seu conteúdo semântico, Joseph Piel também documenta uma base celta COTTO, representada na toponímia antiga — *Coto* e *Cotino* (1055), *Coti* e *Cotes* (1056), *Cotanes* (1078) e *Cota* (1220) — e moderna: *Coteiro* (Santa Maria da Feira), *Cotares* (Monção), *Cotarinho* (Cinfães), *Cotarinhos* (Póvoa de Lanhoso) e *Coteres* (Póvoa de Varzim).¹²⁵² *Cotorino* poderá ser

¹²⁴⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Costaneira, s.v. Costaneiro. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Costaneira, s.v. Costaneiro.

¹²⁵⁰ *GEPB*, vol. 7, s.v. COSTANEIRA, s.v. COSTA, s.v. COSTEIRA.

¹²⁵¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Coto³.

¹²⁵² Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t.

alótopo de *Cotarinho* ou, menos provavelmente, uma alteração do antropónimo *Catarino*.

Demochino (Carregal do Sal).

Sem dúvida derivado de *mocho* que, como adjectivo, comportava de início a significação de 'sem ponta; sem cornos' e do qual deriva a forma substantiva. Foi certamente determinativo de um nome de terra ou propriedade — de *Mochino*.

A origem deste tipo lexical foi estudada mais detalhadamente a propósito de *Mocha*, *Mocho(s)*, etc. (p. 353).

Espadana₃ (Cantanhede, São João da Pesqueira, Viseu), ***Espadanas*** (Porto de Mós), ***Espadanal***₆ (Cinfães, Coimbra, São João da Madeira, Tábua, Viseu), *Pinhal do ***Espadanal**** (Mangualde), *Quinta ***Espadanal**** (Oliveira do Hospital), ***Espadanedo***₂ (Cinfães), ***Espadaneira***₃ (Coimbra, Ovar), *Fonte da ***Espadaneira**** (Alcobaça).

Derivados de SPATHA 'espátula; espada'. J. Joaquim Nunes confirma esta etimologia, referindo que “da *espadana*, que parece um derivado de *espada* ou *spatha*, de certo pela configuração das folhas, provêm *Espadanal*, *Espadanedo* e *Espadaneira*”,¹²⁵³ e A. Ferraz de Carvalho¹²⁵⁴ faz também uma breve referência a *Espadaneira* como nome proveniente da flora. Para além do nome de uma planta com folhas de forma semelhante a uma espada, *espadana* ocorre com várias outras acepções, designando, por exemplo, na Beira, o objecto para espadelar o linho.¹²⁵⁵ De facto, Simonet abona, com a mesma origem: *expátha* e a variante *ixpátha* como ‘espadela’ e ‘remo’, dada a semelhança formal entre os dois referentes; *expathélla*, *expathiélla* e *expathílla*, seus diminutivos, nomes também aplicados à espadela e ao ácoro, planta herbácea de folhas compridas e estreitas, igualmente por semelhança

II, 1933-1934, p. 305-306.

¹²⁵³ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 167.

¹²⁵⁴ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 44.

¹²⁵⁵ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Espadana.

formal; *expathána* e a variante *espathána* designavam a *espadana*, lírio amarelo dos pântanos ou charcos, cujas folhas também se assemelhavam a espadas.¹²⁵⁶

***Espertina*, Quinta da *Espertina*, Rua da *Espertina* (Coimbra).**

À primeira vista, poderia pensar-se no latim vulgar EXPERTU, forma analógica usada com o valor de EXPERRECTU, participio de EXPERGISCI 'despertar-se';¹²⁵⁷ Joseph Piel abona *Espertim* (Covilhã), colocando a hipótese de ser o genitivo de um *EXPERTINUS, nome latino-cristão (de EXPERTU, participio de EXPERIOR).¹²⁵⁸ Mas, neste caso, afigura-se muito mais provável ser variante de *espartina*, derivado de *esparto* (do grego, pelo latim SPARTU 'esparto, espécie de junco').¹²⁵⁹ O *esparto*, planta cujos caules rijos mas flexíveis servem para fabricar esteiras, ceirões, capachos, cordas, etc., cresce espontaneamente em certas regiões sobretudo do Sul da Península, nomeadamente no Algarve, de onde era exportado para Castela, constituindo importante fonte de rendimento para os concelhos. Já os Romanos aludem ao *esparto* como planta tipicamente ibérica: Quintiliano apelidava-o de *iberica herba*; Horácio designava as cordas de *esparto* como *iberici funes*; e Plínio deu a Cartagena o nome de Spartaria Carthago.¹²⁶⁰ É, pois, natural que, dada a importância do seu aproveitamento, tenha deixado entre nós muitos vestígios no vocabulário comum, na toponímia e na antroponímia.¹²⁶¹ Galmés de Fuentes abona o apelativo

¹²⁵⁶ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. EXPÁTHA, s.v. EXPATHÉLLA, EXPATHIÉLLA, EXPATHÍLLA, s.v. EXPATHÁNA. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ESPADA, também abona a forma moçárabe *ešpaṭána*.

¹²⁵⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. DESPIERTO.

¹²⁵⁸ Joseph M. PIEL, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 48. IDEM, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 66.

¹²⁵⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Esparto.

¹²⁶⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 303.

¹²⁶¹ Cf. os apelativos *espartão* 'tecido de esparto', *espartaria* 'lugar onde se fabricam ou vendem obras de esparto; conjunto de obras de esparto', *espartenhas* 'antigo calçado de esparto', *esparteiro* 'aquele que fabrica ou vende obras de esparto', profissão com regimento

moçárabe *ešpartinaš*, documentado em Toledo também como nome de lugar, e o topónimo *Espartinas* da região de Sevilha, bem como *Espertel*, em Murcia.¹²⁶² Simonet, além do apelativo *expartél* ‘espartal’, refere *Expartél* como nome antigo de um cabo na costa Noroeste de África, que actualmente conserva o nome *Espartel*.¹²⁶³

Fanadia, São Gregório da **Fanadia** (Caldas da Rainha), **Beco do Fanado** (Coimbra), **Fanates** ou **Fanatos** (Figueira da Foz), **Faneco** (Cantanhede), **Fanicas**, **Fanico** (Penela), **Faniqueira**, **Casal da Faniqueira** (Batalha).

Derivados de *fanar*. A etimologia deste grupo de nomes¹²⁶⁴ já foi estudada (p. 270), a propósito da última sílaba em *Fanates*.

Casais da Faustina (Caldas da Rainha).

Trata-se de mais um caso de cruzamento da toponímia com a antroponímia. Com origem na raiz *fau-*, *fausto* e *fausta* — de onde derivaram *Faustino* e *Faustina* — eram adjectivos já usados pelos Romanos como nomes próprios, com a significação de ‘favorável, salvador, que traz felicidade, de bom agoiro’. Em documentação antiga registam-se as formas *Faustro* e *Frausto* como topónimos¹²⁶⁵

Fenos (Cantanhede).

Do latim FENU. A mais antiga abonação românica situa-se entre 1188 e

próprio na colecção dada pelo Senado de Lisboa, em 1572. *Esparteiro* passou a usar-se também como apelido. Ver as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 10, p. 231-214 e 217.

¹²⁶² Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 54, 93, 207, 211 e 165, 169, 179, respectivamente.

¹²⁶³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. EXPARTÉL.

¹²⁶⁴ A que se juntam vários outros em diversos distritos do país, por exemplo, *Barranco do Vale Fanado*, *Vale Fanado* (Beja), *Fanada* (Santarém), *Fanica*, *Foro da Fanica*, *Monte da Fanica* (Évora), *Quinta de Fanares* (Lisboa), *Fonte dos Alfanados* (Viana do Castelo).

¹²⁶⁵ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 131-132.

1230,¹²⁶⁶ o que contraria Leite de Vasconcelos quando considerou a forma actual uma reconstituição culta ou um castelhanismo, uma vez que o étimo latino “deve ter dado *feno em português pré-histórico, fēo em português antigo, donde veio depois feo, que desapareceu por causa da homonímia com feo, de foedus, e foi refeito, ou directamente pelo latim, ou pelo espanhol arcaico *feno (hoje heno)”.¹²⁶⁷ Carolina Michaëlis de Vasconcelos partilhava a mesma opinião e, aduzindo como exemplos feno (< FCENU), menos (MĪNUS) e pena (< PCENA) que, sem [n] e evolucionados em feo, meos e pēa, respectivamente, seriam passíveis de confusão com feio (< FCEDU), meios (< MEDIOS) e peia (< PEDICA), entendeu que quando “a intercalação do *i* provocava equívocos, os cultores ou paladinos da língua preferiram reintegrar o *n* intervocálico latino.”¹²⁶⁸ Também J. J. Nunes considerava “refeitas” formas como feno, pena, menos, menor e ordenar, que na linguagem arcaica eram feo, pea, meos, meor e ordinar.¹²⁶⁹ Sem ter em conta a antiguidade de feno e o facto de se abonar na toponímia, Piel retoma estas teses, pensando igualmente que a forma feo teria sofrido uma “reconstituição moderna” por incompatibilidade homonímica com o adjectivo antigo feo ‘feio’. Acrescenta ainda que o uso de feno na terminologia latinizante dos boticários e na tradição bíblica poderia também ter funcionado como motivação para a restauração do -*n*- caduco. Cita vários topónimos derivados de feo (portanto sem -*n*- intervocálico), todos localizados no Noroeste peninsular,¹²⁷⁰ não fazendo qualquer referência ao facto de, mais a Sul, existirem outros em que o -*n*- se conservou. Nenhum destes autores pensou numa via moçárabe, ao contrário de Corominas, que

¹²⁶⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Feno.

¹²⁶⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “33. FENO”, *Opúsculos*, vol. I, cit., p. 527 (excerto adaptado). Ver também as p. 528-529, onde o Autor inclui vários apelativos e topónimos derivados de FENU.

¹²⁶⁸ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Inéditos de D. Carolina Michaëlis”, *Revista Lusitana*, vol. 28, 1930, p. 28.

¹²⁶⁹ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 113.

entende tratar-se de moçarabismo, pelo facto de a forma ter sido frequentemente usada em castelhano com /f/ inicial, durante a Idade Média.¹²⁷¹ O mesmo se pode aventar em relação ao português *feno*, neste caso devido à conservação da consoante intervocálica.

Fontanas (São João da Pesqueira), **Largo do Fontanário**, **Rua do Fontanário**, **Travessa do Fontanário** (Coimbra).

Distinguindo dois tipos fundamentais de derivação — FONTANUS e FONTANA —, Joseph Piel refere que a descendência portuguesa do latim FONS, FONTE (do género masculino no latim clássico, e feminino a partir do século IV) é muito abundante, contando com cerca de 1300 ocorrências. Este Autor salienta a importância das formas toponímicas derivadas de *fonte*, que, aliás, serviram para Menéndez Pidal delimitar a área primitiva da manutenção de F- inicial latino no castelhano, e para “chamar a atenção para o fenómeno, nas regiões meridionais portuguesas, da conservação do -n- intervocálico em *Fontanas* (Beja, Évora), *Fontanal* (S. Tiago de Cacém, Lisboa) e *Fontanais*, em que julga reconhecer vestígios do romance moçárabe, foneticamente menos progressivo que o do Norte.”¹²⁷²

São, aliás, diversos os autores que estudam esta família etimológica: Simonet abona os moçarabismos *fontána* e os diminutivos *fontanélla*, *fontanilla* e *fontinélla*,¹²⁷³ Corominas refere *Fontana* (inicialmente adjectivo *fontana aqua* 'água da fonte') e *Fontanal* 'lugar de fontes',¹²⁷⁴ também considerados moçarabismos por Sanchis

¹²⁷⁰ Joseph M. PIEL, *Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa*, cit., p. 14-16.

¹²⁷¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. HENO.

¹²⁷² Cf. Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 323-326. Neste artigo, Piel fornece uma explicação muito completa acerca das diversas formas que os topónimos com esta raiz podem apresentar: diminutivas, prefixadas, sufixadas, compostas com adjectivos, com antropónimos, etc.. Ver também R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 41.8 e seguintes.

¹²⁷³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. FONTÁNA.

¹²⁷⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. FUENTE.

Guarner, uma vez que conservam -N- intervocálico;¹²⁷⁵ Mansur Guérios e Herculano de Carvalho fazem igualmente referência a vários topónimos continuadores de FONTANA, salientando a presença da mesma consoante;¹²⁷⁶ Leite de Vasconcelos também cita o latim FONTANA e FONTANUS como adjectivos substantivados correspondentes a FONS e aduz o apelativo alandroalense *fontaneca* e o topónimo *Fontanas*;¹²⁷⁷ J. P. Machado considera *fontanário*, de que também existe a variante *fontenário*, um adjectivo continuador do latim *FONTANARIU.¹²⁷⁸

Fornino (Ansião).

Fornelo, *Fornilho*, *Forninho* e os moçárabes *Fornino*, *Alfornel*, *Alfornelos* e *Fornacho* (em *Vale do Fornacho*, no concelho de Mortágua) foram já identificados como diminutivos de *forno* (< latim FURNU), na p. 371.

Freixiana (Ansião).

Da família etimológica de FRAXINU 'freixo' (já estudada na p. 278).

Funais (Oliveira do Bairro).

Plural de *funal*, derivado de *funis* 'corda'; compare-se *fueiro* 'pau do carro de bois onde se prendem as cordas que sustentam a carga', forma galego-portuguesa

¹²⁷⁵ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit, p. 322.

¹²⁷⁶ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 161-162. R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçarábico lusitano”, cit., p. 147.

¹²⁷⁷ O culto pagão das fontes mantém-se presente nas lendas e tradições populares. Numa inscrição achada em Bencatel, concelho do Alandroal, figuram FONTANA e FONTANUS como nomes de deuses, isto é, de fontes divinizadas. Apesar de ser romana, Leite de Vasconcelos entende que a inscrição, *pro salute*, revela um culto pré-romano, uma vez que aqueles deuses pertencem à categoria dos deuses tópicos curandeiros, muito numerosos na Lusitânia. O termo alandroalense *fontaneca*, diminutivo directo de FONTANA, tem portanto “uma história nobilíssima e bem documentada.” Cf. J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 64; IDEM, “Curso de língua portuguesa arcaica”, cit., p. 37; IDEM, “Romance Mozarábico”, cit., p. 354.

¹²⁷⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Fontanário.

sem *-n-*, do latim FUNARIU.¹²⁷⁹

Galeana (Armamar), **Galiana**₂ (Penacova, Pombal), **Galianos** (Pampilhosa da Serra), **Galhano** (Penacova).

Corominas refere *galiana* 'caminho (na linguagem dos pastores)', como sendo abreviatura de *senda Galiana*, do latim (VIA) GALLIANA, derivado de GALLIA. Regista-se no castelhano também como nome próprio, no século XII. Cita ainda *galianos* 'comida de pastores'.¹²⁸⁰ Devem ter sido, certamente, povoações importantes junto de antigas vias romanas transpeninsulares que conduziam à Gália. Além das ocorrências já mencionadas, Pedro A. Ferreira cita a variante *Galiena*, não se referindo, no entanto, à origem dos nomes.¹²⁸¹

Em relação a *Galhano*, pode também pensar-se numa ligação com *galha* 'excrescência vegetal', do latim *GALLEA (NUCE) '(noz) de galha'.¹²⁸² Na linguagem popular antiga, *galhano* significava 'mal vestido, esfarrapado'; e a expressão alentejana *ir à pata galhana* 'fazer o caminho a pé', pode ser corruptela do castelhano *pata llana* ou *la llana* (de *llano* 'raso, chão').¹²⁸³

Gardina (Tábua), **Gardona**, *Plaino da Gardona* (Castro Daire).

Derivados de *guardar*, do germânico WARDÔN 'guardar; cuidar', através do latim tardio GUARDARE, já documentável no século VII. As formas *gardar* e *guardar* coexistem por vezes num mesmo texto.¹²⁸⁴ Sobre *Guarda* e afins veja-se a p. 67.

¹²⁷⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Fueiro; e J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. FUNIS.

¹²⁸⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GALIANA.

¹²⁸¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 509.

¹²⁸² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Galha¹. J. J. NUNES, "Fonética histórica portuguesa", cit., p. 302 (nota 1). Augusto Epifânio da Silva DIAS, "Etimologias", *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 175.

¹²⁸³ *GEPB*, vol. 12, s.v. GALHANO.

¹²⁸⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Guardar.

Germanelo (Penela).

O estudo histórico deste topónimo, bem como outros cognatos, encontra-se na p. 361.

Moinhos da Godeana (Condeixa-a-Nova).

Na base deste topónimo poderá estar o latim GOTHU 'godo', que cedo entrou na linguagem vulgar, como o atestam os vários casos antigos na toponímia e antroponímia e cuja primeira abonação data de 960.¹²⁸⁵ No entanto, inclinamo-nos preferencialmente para a hipótese de se tratar de um diminutivo de *godo* 'pedra' (do latim COS, COTIS 'pedra', de que houve também o diminutivo *COTINU 'pedrinha'). O catalão conserva a forma *codina* 'calhau; terra compacta e difícil de cultivar' e, no Norte de Portugal, usam-se os apelativos *godo*, *godinho* 'pedra', *codeo* 'terra endurecida pela geada', *codo* 'gelo', etc..¹²⁸⁶

Goiana (Lamego).

Joseph Piel relaciona este topónimo, cuja terminação lhe parece “estranha”, com *Goia* (concelho de Cabeceiras de Basto) e este, por sua vez, com *Góis* (nome de concelho do distrito de Coimbra), acerca do qual refere: “*Góis* vem do patronímico em -ICI de GOIUS (1258), forma latinizada de GOIA que encontramos logo como topónimo e de que temos documentado o caso oblíquo GOIAM (984) e o genitivo em -ANIS, *Goiaes* (nome geográfico, em 1220).”¹²⁸⁷

¹²⁸⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Godo¹.

¹²⁸⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CODÓN. São diversos os topónimos que poderão igualmente estar ligados a esta etimologia: *Fonte Codina*, *Cerro do Godel*, *Guedelha* e *Guedelhas* (Cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 156, 102 e 124, respectivamente).

¹²⁸⁷ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 391-392 (excerto adaptado).

*Quinta da **Gordalina*** (Leiria).

Pedro Ferreira cita diversos topónimos, “cujos nomes foram tirados de Gordo, apelido contraposto a Magro”, entre os quais *Gordo(s)*, *Agordela* (por *A da Gordela*), *Gordel*, *Gorducho*, *Gordim*, *Gordina* e *Gordalina*, e numa outra passagem acrescenta que, no *Magnum Lexicon*, GURDUS não significa ‘gordo’, mas sim ‘tolo, estouvado, inútil’.¹²⁸⁸ De facto, segundo J. P. Machado, o português *gordo* é um dos continuadores românicos do referido adjectivo que assumia, no latim, os sentidos de ‘bronco, estúpido; pesadão, vagaroso, molengão; desajeitado’. *Gorda* documenta-se como apelido feminino em 1034, e *Gordo* como masculino em 1105.¹²⁸⁹ A propósito do nome de um terreno — *Areia Gorda* —, Leite de Vasconcelos explica que “Da ideia de «grosseiro», «tolo», contida no lat. *gurdus*, desenvolveu-se a de «gordo», e por extensão a de «volumoso», «amplo», «grande», com que a palavra aparece no nosso onomástico.”¹²⁹⁰ Registou-se outro nome da mesma família etimológica, *Lage das Gordelhas*, perto de Tondela (ver p. 476).

Gravanas (Soure).

Uma vez que não foi possível esclarecer a origem deste topónimo, deixam-se algumas pistas que poderão conduzir à sua etimologia. *Gravanada* ‘bátega de chuva grossa e passageira’ é um regionalismo bairradino, talvez derivado de *gravana* ‘vento fresco de Sul e Sueste, que sopra no golfo da Guiné; estação seca em São Tomé’, termo também usado na gíria marítima — *safar gravana* ‘trabalhar depressa’.¹²⁹¹ *Gravano*, *garavano*, *grabano*, *garabano* ou *garabanho* ‘cabaço, vasilha / balde de lata ou de cortiça, encabado num pau, usado para tirar dos poços água para a rega’ são variantes de um regionalismo transmontano.¹²⁹² Nenhum destes nomes figura nos

¹²⁸⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 32 e 313-314, respectivamente.

¹²⁸⁹ J. P. MACHADO, *DELPE*, s.v. Gordo.

¹²⁹⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Onomástico do concelho de Mértola”, cit., p. 469.

¹²⁹¹ *GEPEB*, vol. 12, s.v. GRAVANADA, s.v. GRAVANA.

¹²⁹² *GEPEB*, vol. 12, s.v. GRAVANO, s.v. GARAVANO, s.v. GRABANO, s.v. GARABANO, s.v.

dicionários etimológicos consultados. Não parece fácil este topónimo relacionar-se com *Garvão*, vila do concelho de Ourique, cujo nome parece estar ligado ao árabe *gorabon* ‘corvo’.¹²⁹³

Janafonso, **Janalvo** (Alvaiázere), **Janarde**₂ (Arouca, São Pedro do Sul), **Janardo**₃ (Leiria, Tondela, Vale de Cambra), **Serra de Janeanes** (Condeixa-a-Nova), **Vale de Janefonso** (Soure), **Vale de Janes** (Condeixa-a-Nova), **Vale Janes** (Soure), **Janus** (Vouzela), **São Joane** (Oliveira de Frades), **São Joanino** (Armamar), **Joaninho**, **Vale Joaninho** (Coimbra), **Quinta do Joaninho** (Mangualde), **São Joaninho**₂ (Castro Daire, Santa Comba Dão), **Jonaverga** (Carregal do Sal), **Estevianas** (Góis), **Tevianas**₂ (Pedrógão Grande), **Póvoa de Lusianes** (Nelas), **Martianas** (Vila Nova de Ourém).

João, *John*, *Jean* e *Ian* são alguns dos representantes modernos do acusativo latino IOANE. A forma primitiva, JOHANNÉ, de origem hebraica, só se continuou em cultismos como *joanina*, ou em adjectivos, geralmente usados na linguagem bíblica, de que são exemplos o francês *johannique* e *johanniste*.

Alguns destes topónimos provêm, pois, de antropónimos documentados em antigos diplomas portugueses, a partir do século X.¹²⁹⁴ Os diminutivos *Janito(a)* e, menos vezes, *Janico(a)* são muito frequentes no Sul, com um radical a que corresponde noutras zonas *Joan-* (*Joaninha*, *Joanico*) e com a semivogal inicial a assumir uma articulação consonântica, como é normal nas línguas românicas. Excepção é a forma antiga *Oane*, que se continua nos apelidos actuais *Eanes*, *Enes* e *Anes*, com redução de [o̞a] a [a].¹²⁹⁵ Este nome pode também estar presente em

GARABANHO.

¹²⁹³ Portugal Antigo e Moderno, cit., vol. 3, Lisboa, 1874, p. 259. *Freguesia de Garvão*, <http://www.anafre.pt/template/frames>.

¹²⁹⁴ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 84-85.

¹²⁹⁵ J. J. NUNES, "Os nomes de baptismo. Sua origem e significação", *Revista Lusitana*, vol.

Martianas (Vila Nova de Ourém), certamente de etimologia popular por *Martim Anes*; em *Estevianas* (Góis) e *Tevianas* (Pedrógão Grande), este com aférese da sílaba inicial átona, por *Esteveanes*;¹²⁹⁶ e em *Póvoa de Lusianes* (Nelas), cujo primeiro elemento Joseph Piel entende relacionar-se com o nome *Lusio*, do latim LUCIDIU, que deu igualmente origem ao topónimo penafidelense *Lusim* (villa *Losidi*, em 943), de onde teriam provindo os povoadores de *Lusianes* e de *Lusianos*.¹²⁹⁷ Joaquim da Silveira é de opinião que “*Lusianes* está por *Luzía Anes* (ou *Eanes*), nome de mulher, seguido do antigo patronímico de *Johannes* bem conhecido, tendo havido aglutinação”.¹²⁹⁸

Em relação a *Janardo*, Joseph Piel coloca a hipótese de se poder tratar de um nome de origem francónica, como *Jani-pert* e *Jano-uildis*, que devem ser formações híbridas com JOHANE. Explica que é nome pessoal, muito frequente em documentos medievais (por exemplo: *Janardo* e *Janardiz*, em 908; *Janardus*, em 973; *Janardizi*, em 1068; *Janardici*, em 1075, etc.) e que, como topónimo, aparece *Jenarde*, em 1258. Quanto a *Janarde*, Piel refere uma vila *Janardi*, documentada em 1096, como o

33, 1935, p. 34. IDEM, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1268, onde refere *Janalvo* e *Janafonso*. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 102, abona o topónimo *São Joaninho*.

Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 318, abona diversos topónimos que considera continuadores de *João*, como *Janafonso*, *Janalvo*, *Janas*, etc.. Acerca desta família etimológica, nomeadamente sobre *Oane(s)*, *Joane(s)*, *Janafonso*, *Prianes* (= *Per’ Eanaes*), *Brancales*, *Morianes*, *Alvarianes*, *Esteveanes*, *Gonçaleanes*, etc., ver J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 804-805.

¹²⁹⁶ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 491. *Martim* é muito frequente, em topónimos simples ou compostos, como *Martim Mendes*, *Martim Afonso* e *Martim Longo*.

¹²⁹⁷ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 321. *Lusio* é topónimo de Paredes de Coura, Castelo de Paiva e Monção, e Monte do *Lusio* de Santiago do Cacém. No Alvito, existe *Monte dos Lusios* e *Monte dos Lusianos*. *Luzio* é apelido actual.

¹²⁹⁸ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 407-408 (excerto adaptado).

genitivo de *Janardo*.¹²⁹⁹ Na Corunha existe também o topónimo *Genarde*.

*Outeiro da **Janela*** (Mangualde), *Vale da **Janela***, *Quinta das **Janelas*** (Óbidos), ***Janeira*** (Penela), *Moinho da **Janeira*** (Sernancelhe), ***Janeiro** de Baixo*, ***Janeiro** de Cima* (Pampilhosa da Serra), *Pé de **Janeiro*** (Figueiró dos Vinhos), ***Janeia-a-Nova***, ***Janeia-a-Velha***, *Algar de **Janeia*** (Penela).

A raiz comum a estes nomes de lugar é IANUA ‘passagem, entrada; acesso, caminho; porta de entrada de uma casa ou de uma cidade’, que, segundo Piel deriva de IANUS, nome da divindade de duas caras, protectora das entradas e saídas das casas, também responsável pelo nome *Janeiro* — IANUARIUS —, o mês que abre o ano. Piel ocupou-se de *Jana(s)* e *Janela*, considerando-os moçarabismos. Nota o Autor que, antes de ceder a primazia ao diminutivo *IANU-ELLA, IANUA deixou vestígios no léxico dos falares rústicos galo-românicos e italianos (com o sentido de ‘passagem, abertura’), bem como na toponímia, de que *Janas* e *Ribeira de Janas* (Sintra) são testemunhos portugueses: “tudo sugere que a denominação de *janas*, plural do moçarabismo *jana* — o qual está também na base do diminutivo *jan-ela* — se inspirou nas dez ou onze largas aberturas, praticadas a meia altura do meio da galeria, de duas entradas, que dá acesso ao semicírculo do santuário (...). Esta explicação condiz perfeitamente com a significação, ou uma das significações primitivas do latim IANUA.”. Piel salienta a conservação do *-n-* intervocálico em *jana*, e relaciona IANUA e *Janas* com *yana* (leia-se *jana*), que figura numa *jarya* moçárabe, talvez do século XI.¹³⁰⁰ Rosário Mansur Guérios também transcreve e traduz a mesma *jarya*,

¹²⁹⁹ Cf. Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 312 e 311, respectivamente.

¹³⁰⁰ Joseph M. PIEL, *Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa*, cit., p. 18-22; na p. 19, existe uma fotografia da capela circular, onde se podem observar as referidas aberturas da capela, talvez romano-cristã; e, a propósito da importância das *jaryas*, pode ler-se: *Que faray mamma / meu 'l-habib estad [ad] yana* ‘Que hei-de fazer, minha mãe? / o meu amigo está à porta’. Cf. também António Gomes FERREIRA, *Dicionário de Latim-Português*, cit., s.v.

debruçando-se sobre vários dos seus termos, nomeadamente sobre *jana* ‘porta’, e sobre o seu diminutivo *janela*, que “vingou” no Norte de Portugal.¹³⁰¹ Piel entende igualmente que *janela*, também com *-n-* conservado, terá irradiado do Sul de Portugal “como termo de civilização meridional”, atingindo mesmo a Galiza e “abafando uma forma mais genuinamente galego-portuguesa”, patente ainda hoje no regionalismo minhoto *giela* e no topónimo do concelho de Arcos de Valdevez — *Giela* —, “que deve o seu nome a uma monumental janela manuelina, ornamento ainda actual do hoje arruinado *Paço de Giela*”.¹³⁰² Herculano de Carvalho debruçou-se sobre estas fontes etimológicas e cita o moçarabismo *yanair*, colhido em Simonet.¹³⁰³ Galmés de Fuentes também refere *yenair*, *yanair*, *yennāyr*, atribuindo-lhe (sem mais explicitações) o étimo JENUARIO.¹³⁰⁴

Sem se aperceberem da origem moçárabica destes nomes, Carolina Michaëlis de Vasconcelos e José Leite de Vasconcelos atribuem a manutenção de *-N-* em nomes como *Janeiro* e *janela* à “protecção” que a semivogal [ɥ] teria exercido sobre a consoante nasal. Este Autor acrescenta que “*Janeiro* é nome de homem correspondente a *Januário*, um e outro do lat. *Ianuarius*”.¹³⁰⁵

Jānūa; s.v. Jānus; s.v. Jānūarīus mēnsis.

¹³⁰¹ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 151.

¹³⁰² Joseph M. PIEL, *Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa*, cit., p. 21, onde existe uma reprodução fotográfica do Paço e da sua janela manuelina.

¹³⁰³ José Herculano de CARVALHO, *Coisas e Palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*, cit., p. 141-150. SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. YANÁIR, refere diversas variantes do nome: *Yannáir*, *Yanáiro*, *Yennáyr*, etc..

¹³⁰⁴ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 144, 224-225 e 230.

¹³⁰⁵ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Inéditos de D. Carolina Michaëlis”, cit., p. 29. J. Leite de VASCONCELOS, Recensão a Wilhelm MEYER-LÜBKE, *Grammaire des langues romanes*, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 364-376. IDEM, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 806. Ver também as Notas de Leite de Vasconcelos a J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 261 e 278, onde explica a manutenção de *e* e *-l-* e *-n-* em *janela*, *vinagre*, *Janeiro* e *manada* pela “protecção da semivogal [ɥ]”.

Em *Janeia* variante de *Janeira*, verificou-se uma alteração do sufixo (estudada adiante, na p. 489).

Lafrana (Figueira da Foz).

Poderá este nome representar um feminino do provincianismo transmontano *lafrau* ‘maroto, malandro; burlão que percorre as feiras com o jogo da vermelhinha’, de origem obscura?¹³⁰⁶ Ou ligar-se-á a *Lafões*, do árabe *Alahauān(e)* ‘os dois irmãos’ (nome a que já se fez referência na p. 364, aquando do estudo de *Gerumelo* ou *Juromelo* e de *Monte de Jerumelo*)?

Laniqueiro (Viseu).

Uma vez que se localiza numa região onde o fabrico caseiro da lã, decorrente da criação de gado ovino, foi sempre uma das ocupações dos seus habitantes, este topónimo pode-se ter formado a partir de uma forma diminutiva, **lanico* (do latim LANA), com o sufixo derivacional *-eiro*, designando o local onde se cria gado lanígero ou o agente dessa actividade.¹³⁰⁷

Rio Lena (Batalha / Leiria / Porto de Mós).

A propósito do nome da cidade de *Leiria*, Leite de Vasconcelos abona as formas antigas *Leirena* (século XIII) e *Leirea* (séculos XV e XVI), acrescentando que o nome da cidade “parece ter sido na origem nome de rio; pelo menos o *Foral* de 1142 diz: «in villa (Leirena) aut inter *Leirenam* et *Heirenam* rivulos» (...). Estes rios devem corresponder hidrograficamente aos modernos *Lena* e *Lis*.”¹³⁰⁸ Em Plínio, parece

¹³⁰⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Lafrau. *GEPB*, vol. 14, s.v. LAFRAU.

¹³⁰⁷ Sobre os processos de derivação em português, ver: Graça Maria RIO-TORTO, *Regras de formação de palavras em português: achegas para um quadro geral*, separata da revista *Diacrítica*, nº 9, Braga, 1994; Maria Helena Mira MATEUS (e outras), *Gramática da Língua Portuguesa*, cit., p. 943-967.

¹³⁰⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 424-425. Sobre *Leiria*, cf. David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 269; e J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 47.

haver referência a uma cidade lusitana chamada *Lena*.¹³⁰⁹ *Lenas* era usado entre os romanos como apelido: *Pompílio Lenas*, governador da Hispânia Citerior, auxiliou Quinto Serviliano nas suas lutas contra Viriato e tentou negociar a paz com os Lusitanos.¹³¹⁰

Marçaninas (Alcobaça).

Este nome não figura nos dicionários disponíveis. Sem qualquer certeza, podemos-nos interrogar se terá que ver com *marçano* ‘aprendiz de balcão, de loja ou venda de produtos alimentares’, do mesmo radical de *merx*, *-cis* ‘mercadoria’¹³¹¹ ou, mais provavelmente, com derivados de *março* — *marçoleta* ‘fruto do espinheiro’, *marcico* ‘espécie de melro’.¹³¹²

Vale das Massanetas (Porto de Mós).

Topónimo da família etimológica de *Machial*, já estudada (p. 374).

Charneca da Matrena (Coimbra), *Vale da Matrena* (Oliveira do Hospital).

Nomes da família etimológica de MATER, já anteriormente comentados (na p. 384), a propósito da manutenção da consoante surda /t/.

Casal Menino (Vila Nova de Ourém), *Vale da Lagoa do Menino* (Soure), *Quebrada da Menina* (Caldas da Rainha), *Ribeira da Menina* (Lousã).

De acordo com José Pedro Machado, *menino* é uma das palavras que mais tinta tem feito correr e o problema da sua etimologia originou já numerosas hipóteses, muitas hesitações e um sem número de correcções, sempre sem qualquer resultado definitivo. A única certeza para este Autor é que *menino*, de que abona as primeiras

¹³⁰⁹ Carlos Leite RIBEIRO, *Terras e gentes de Portugal. Leiria – capital de distrito e da alta Estremadura*, <http://www.terravista.pt/baiagatas/2172/portugal/leiria.htm>.

¹³¹⁰ *GEPB*, vol. 14, s.v. LENAS. Cf. *GEPB*, vol. 14, s.v. LENA², onde o apelativo *lena* assume o significado de ‘abafo usado pelos romanos sobre a toga’ (< LAENA).

¹³¹¹ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Marçano.

documentações do século XIII — *menyo*, *mininno*, *menio* e *meninho(a)* —, é um termo autóctone e não uma importação do castelhano.¹³¹³ Segundo Corominas,¹³¹⁴ é palavra de criação expressiva, do mesmo radical do francês antigo *mignot* 'bonito', catalão *minyó* 'rapaz' e do italiano *mignolo* 'dedo mínimo'. Está documentado, no Minho, *menino* ou *minino*, no galego *meniño* e *dedo meniño* e, em D. Francisco Manuel de Melo, *meninho*, havendo mais algumas variantes.¹³¹⁵ O tipo *menino* (e variantes) está especialmente arreigado no galego-português e nos dialectos leoneses. Trata-se da mesma palavra que temos no português — *menino*, *-a* — antiga e de uso geral. Entrou em Espanha, ida do nosso país, no século XVI, com o sentido de 'rapaz ou rapariga nobre que entrava na corte para servir a rainha ou os príncipes "meninos"'. Corominas refuta outras opiniões sobre a origem do português *menino*, cuja evolução fonética também tem posto problemas; Meyer-Lübke (*REW*, 5817) chegou a pensar numa origem castelhana por causa dos dois *-n-* intervocálicos. A forma galega *meninho*, comum também em Trás-os-Montes, pede a terminação *-INUS*, como é claro na expressão “costa meemjna” ‘costa menor’, de *meiminho* (< *MINIMUS* + *-INUS*).¹³¹⁶ Silvia Skorge vê em *-ino* apenas uma “derivação erudita do latim *-inus*, que se mantém às vezes em palavras portuguesas parecendo simples variante de *-inho*” e, baseando-se por certo em J. J. Nunes, vê em *menino* uma forma com assimilação.¹³¹⁷ De facto, J. J. Nunes considera *menino* aloforma da ainda usada *meninho* e

¹³¹² J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MARTE.

¹³¹³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Menino.

¹³¹⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MEÑIQUE.

¹³¹⁵ Além de *meminho* ou *meninho*, o dedo mínimo da mão assume diversas designações regionais: *mendinho* / *mindinho*, nas Beiras, *menino*, no Minho, e *maminho*, na Estremadura. Cf. J. Leite de VASCONCELOS, “46. MENDINHO (dedo) e MINDINHO”, *Opúsculos*, vol. I, cit., p. 539. IDEM, “Nomes populares dos dedos da mão”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 181.

¹³¹⁶ Joseph M. PIEL, Recensão a José Luís Pensado TOMÉ, “Estudos etimológicos galaico-portugueses”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI, 1972-1974, p. 500.

¹³¹⁷ Silvia SKORGE, “Os sufixos diminutivos em português”, cit., p. 54.

acrescenta que para a “troca” devem ter contribuído formas, como *divino*, *crystalino*, *contino*, etc., que conservam a terminação latina *-inu*. Duvida de que *MINIMINU pudesse ter originado *meninho* e interroga-se: “como justificar em palavra que é evidentemente popular a conservação do N intervocálico e a queda do M? *MINIMINU-, a existir, devia ter dado a forma *meminho*, com que é designado entre o povo o dedo mínimo.”.¹³¹⁸ Poderia pensar-se que *meninho* passou a *menino* por assimilação; mas, no entanto, julgamos ser mais viável atribuir-lhe uma origem leonesa e / ou moçárabe.

Chão Minoinho (Porto de Mós).

Topónimo ao qual deve estar subjacente a ideia de 'pequeno', pela presença do radical *min-*. Confronte-se *miúdo* < *MINUTU, e *mindinho* (talvez do latim *MINITINU < *MINUTINU, com influência de MINIMU),¹³¹⁹ além do cultismo *mínimo*.

Azenha do Vale de Moitanas (Vila Nova de Poiares).

Derivado de *moita* ‘mata de plantas arborescentes, rasteiras e densas’, de origem obscura.¹³²⁰ Carolina M. de Vasconcelos opina que, à semelhança de *oito*, *outo* (< ALTUS), *outeiro* (< ALTARIUS), *soito*, *souto* (< SALTUS), e *fouveiro* (< FALBARIUS), a forma antiga, *mouta*, podia estar por *mauta*, *malta* (< MAT’LA < MATTULA) diminutivo de *mata*. Mas acrescenta: “o pior é que a origem de *mata*, *mato* não é clara.”.¹³²¹ Também J. J. Nunes considera *moita* ‘aglomeração de arbustos ou plantas rasteiras’ de origem desconhecida, e cita vários topónimos filiados neste apelativo, entre os quais não consta *Moitanas*.¹³²²

¹³¹⁸ Cf. J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 367-368; IDEM, “Bibliografia - I. Livros: *Die Sprache des Königs Dinis*, de Gassner”, *Revista Lusitana*, vol. 10, 1907, p. 337 (de onde se retirou a citação).

¹³¹⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Mindinho. Veja-se *menino*, na entrada anterior.

¹³²⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Moita.

¹³²¹ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, cit., p. 174.

¹³²² J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 172.

Vale **Mona** (Figueiró dos Vinhos), **Moninho**, *Barroca do Moninho*, *Ribeira do Moninho* (Pampilhosa da Serra), *Frei Moninho* (Águeda), **Moninhos** *Cimeiros*, **Moninhos** *Fundeiros* (Figueiró dos Vinhos), *Casal Moninhos* (Penalva do Castelo).

Significação originária difícil de apreender. *Mona* e *mono* como apelativos têm origem obscura,¹³²³ e acepções diversas: *mona* 'macaca; bebedeira; cabeça; boneca de trapos; cabra mocha; pião; armadura de ferro; planta da família das monadáceas'; *mono* 'macaco; estúpido; indivíduo sem iniciativa; boneco de trapos; burla; mercadoria fora de moda; molengão; que não tem chifres, mocho'¹³²⁴ (cf. *cabra mona*). Podem ser nomes relativos a pequenas elevações ou cabeços arredondados (significação próxima de 'cabeça; cabeça de animal sem chifres') ou estar relacionados com o nome próprio latino MONIUS, que estará na base de *vila* MONIA (actualmente *Monha*) e de MONINUS (> *Ponte do Monim*, *Moninhas*, *Moninho(s)*, *Moniza*, *Moniz* e *Monelhe*).¹³²⁵ Leite de Vasconcelos afirma que *Moninho* tem na origem o nome próprio masculino *Monim*,¹³²⁶ mas deve tratar-se de um alótopo.

Moreno (Pombal), *Rua do Moreno* (Coimbra).

Moreno (-a, -os, -as), tão frequente na toponímia (sobretudo no Sul do País), conta apenas com estas duas ocorrências no território em apreço.

De acordo com Corominas,¹³²⁷ trata-se de um derivado de *mouro*, do latim MAURU 'habitante da Mauritânia', provavelmente através de *MAURENU, forma que associa à referida raiz românica o sufixo -ENUS, talvez de origem pré-romana (para muitos etrusca). A forma moçárabe *maurino* (a que correspondia, na oralidade,

¹³²³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Mono.

¹³²⁴ *GEPB*, vol. 17, s.v. MONA^{1,2 e 3} e s.v. MONO¹.

¹³²⁵ Cf. Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 111; e Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 48 e 139; vol. III, p. 354.

¹³²⁶ J. Leite de VASCONCELOS, "Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)", cit., p. 493. Cf. IDEM, *Antroponímia portuguesa*, cit., p. 38.

mauréno) é registada em 1100 por um anónimo sevilhano com o sentido de 'touro negro'. *Moreno* como antropónimo documenta-se, em Espanha, no ano de 1203 e como apelativo, no século XIV. Simonet refere igualmente o adjetivo *moréno* 'escuro, fusco', bem como o apelido *Moreno*.¹³²⁸ Deve tratar-se, portanto, de um adjetivo semanticamente relacionado com o tom de pele escuro característico dos naturais da Mauritânia e que, se em épocas antigas e a nível regional pode ter tido outros referentes (como, por exemplo, *Serra Morena*, *Cabeço Moreno*, etc.), actualmente, no português padrão, usa-se para qualificar o referido tom de pele ou o tipo físico com ela relacionado. Foi certamente esta acepção que motivou o nome da rua coimbrã, que “resultou possivelmente do facto de ali ter vivido, possuir ou haver praticado qualquer acto de que lhe proviesse certa notoriedade algum indivíduo de apelido ou alcunha «Moreno»”.¹³²⁹ A esta família etimológica pertencem também outros topónimos já estudados (p. 304).

Morganiças (Leiria).

Como apelativo, *morganiça* usa-se em Turquel para designar uma espécie de urze. Foneticamente próximos, registam-se *morganho* 'rato', que no Minho significa também 'caruma', 'ajuntamento de coisas ou de pessoas'; e *morganheira* 'planta venenosa, vulgar em Portugal, também designada por *tartago*', nome este igualmente representado na toponímia do concelho da Guarda.¹³³⁰ Não se encontraram pistas conducentes ao esclarecimento etimológico destes nomes.

¹³²⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MORO.

¹³²⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., p. 351.

¹³²⁹ A mais antiga referência a esta rua data de 1553 e há notícia de dois portadores deste apelido ou alcunha a quem poderia ser atribuída a denominação da rua: João Moreno, lente da Faculdade de Leis desde Outubro de 1548; e Lourenço Moreno, referido num alvará régio de 1558 e numa sentença de 1584. Cf. J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 161-162.

¹³³⁰ *GEPB*, vol. 17, s.v. MORGANIÇA, s.v. MORGANHO^{1, 2, 3}, s.v. MORGANHEIRA.

Ninganas, *Barroca de Ninganas* (Penela).

Talvez do latim NEC UNA 'nem uma', por influência de *ni(n)*.¹³³¹

Vale das Olinas (Pampilhosa da Serra).

Olinas é diminutivo de *olas*. Em nomes simples ou compostos, *Ola(s)* regista-se um pouco por toda a toponímia do Norte e do Centro do país (até Tomar); existem ainda os diminutivos *Olela* e *Olelas*, nos concelhos de Cabeceiras de Basto e Sintra, respectivamente; e o aumentativo *Olão*, no de Resende. Segundo Joaquim da Silveira, na origem destes nomes está o “nosso vocábulo comum *ola* (< latim OLLA ‘panela’) que tem o sentido vulgar, embora metafórico, de ‘remoinho, sorvedouro de água corrente’ e de ‘escavação circular em forma de caldeira ou fundo de pote, que esse remoinho produz com as pequenas pedras, que faz girar, num leito rochoso’ — o que por outras palavras se diz também, em diversos sítios, *pia*, *pião*, *dorna* e *caldeira*.”¹³³² *Ola* é também regionalismo trasmontano, onde tem precisamente o significado de ‘remoinho na água [de um rio]’.¹³³³

Panóias (Coimbra), *Cavadas do Pano* (Aveiro).

Panóias era a antiga designação de umas terras situadas algures “na zona da Estação Velha [estação ferroviária de Coimbra B], entre o leito do rio velho e a estrada do Porto”, a avaliar por um documento de 1564, em que a Universidade deu de emprazamento uma vinha nas *panoyas*, a Assamassa.¹³³⁴

No século VI a *Terra de Panóias* (*Pannonias* nos textos latinos), pertencente ao Reino de Leão, compreendia as zonas onde actualmente se situam Vila Real e Murça,

¹³³¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. NO.

¹³³² J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 236.

¹³³³ Santos AGERO, “Etimologias portuguesas”, cit., p. 106-107. O galego *ola* e o castelhano *olla*, além de ‘vasilha redonda de barro’, comportam também esta mesma significação de ‘remoinho na água de um rio’. Cf. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. OLA.

¹³³⁴ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 186. Sobre a localização de *Assamassa*, ver IDEM, *Op. cit.*, vol. I, p. 159-161.

em Trás-os-Montes.¹³³⁵ Tinha tomado, por extensão, o nome de uma cidade antiquíssima que adquiriu larga importância sob o domínio romano, como centro de um vasto *convento* de que veio a ser herdeira directa, no primeiro período da monarquia, a tenência de *Panóias* — um extenso território que se estendia do Douro até Murça e do Marão ao Tua, e que manteve essa designação até ao século XVI.

Corominas refere a forma PANUCULA 'cabeleira de maçaroca; maçaroca', do latim clássico PANICULA (diminutivo de PANU 'espiga'), como étimo do castelhano *panoja*.¹³³⁶ Como apelativo, *panóia* usa-se em Trás-os-Montes com o significado de 'espécie de aveia'¹³³⁷ o que, de certa maneira, se ajusta à proposta de Corominas. Não é de excluir a hipótese de se tratar de um nome de origem leonesa; no entanto, a avaliar pela razoável representação que ele tem um pouco ao longo de todo território nacional, com especial incidência no Sul,¹³³⁸ pode pensar-se numa origem moçárabe, que aliás também não é de excluir no antigo Reino de Leão. *Pano*, também representado na toponímia espanhola, é certamente continuador do latim PANU 'espiga', como já foi referido; o diminutivo *panito* 'pãozinho' é muito usado nas regiões mais meridionais do país, nomeadamente no Alentejo.

Casal da Pataiana (Leiria).

Não se tendo encontrado referências a este topónimo, procurou-se informação relativa a *Pataias* (freguesia do concelho de Alcobaça), que parece ser topónimo com origem afim. *Pataias* é uma povoação muito antiga, de que há notícia pelo menos

¹³³⁵ Cf. José Herculano de CARVALHO, "Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?", *Estudos Linguísticos*, 1º vol., Coimbra, 1973, p. 74. Sobre este antigo território, ver também a *GEPB*, vol. 20, s.v. PANÓIAS, onde se mencionam igualmente outras localidades com o mesmo nome.

¹³³⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PANOJA.

¹³³⁷ *GEPB*, vol. 20, s.v. PANÓIA.

¹³³⁸ Como topónimo existem: *Panóias*₃ (nos distritos de Braga, Beja, Faro), *Panóias de Baixo*, *Panóias de Cima*, *Panóias do Meio* (distrito da Guarda), *São Romão de Panóias*, *Vale de Panóias* (distrito de Beja) e *Vale de Panóia* (distrito de Setúbal).

desde 1153, altura em que, numa carta de doação de Alcobaça e do seu Couto ao Mosteiro de Claraval por D. Afonso Henriques, se menciona a existência da *Mata de Pataias*, uma mata de pinheiros mansos, da qual se tirava madeira para a construção naval. Afastadas algumas tentativas fantasistas de explicação etimológica,¹³³⁹ resta a que alude à formosa lagoa existente a pouca distância de *Pataias*, outrora habitada por patos da espécie tadorna, caracterizada por uma plumagem branca, salpicada de manchas escuras. A lagoa, que ainda hoje apresenta bastante variedade de vida animal, foi, desde sempre, um *habitat* de aves palmípedes e local preferido das espécies migratórias. Assim, é bastante provável que, devido à profusão de aves deste tipo, aqui resida a raiz do nome *Pataias* ‘*habitat* de muitos patos, pataial’.¹³⁴⁰ Pode-se pensar numa origem semelhante para o nome *Pataiana*.

Quinta dos Pepinos, Quinta dos Pepinos de Cima (Sernancelhe).

Continuador do latim PEPONE ‘melão’. A forma antiga *pepón* foi tomada por um aumentativo a que corresponderia o diminutivo *pepino*.¹³⁴¹ Simonet recolheu o moçarabismo *pepinéllo*, plural *pepinéllox*, diminutivo de *pepino*, do baixo latim PEPINU, diminutivo do já referido PEPONE ‘melão, melancia’.¹³⁴² Joseph Piel é de opinião que o nome pessoal *PEPPUS (de onde o diminutivo *PEPPINUS) se pode ter formado a partir de PEPO ‘espécie de melão’; abona os nomes antigos *Pepino* (952), *Pepina* (983), *Pipinio* (1022), *Pipino* (1025), etc., e os topónimos *Pepe*, *Pipe* e *Pepim*, com eles relacionados. Além de Castro Daire e Penalva do Castelo (ver acima, p.

¹³³⁹ Reza a lenda popular que a Rainha D. Leonor, dirigindo-se de Alcobaça a Monte Real e verificando a fadiga das mulas que transportavam as suas cortesãs, ter-lhes-ia ordenado: "Descei e caminhai à pata aias". Algumas opiniões radicam o topónimo no nome indiano *pataia* ‘celeiro, tulha’, que teria sido adoptado pelos frades de Alcobaça para designarem os contentores onde recolhiam os dízimos dos cereais das terras coutadas. Cf. *GEPB*, vol. 20, s.v. PATAIA.

¹³⁴⁰ *Vila de Pataias – História*, <http://www.eb23-pataias.rcts.pt>.

¹³⁴¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PEPINO.

¹³⁴² SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. PEPINÉLLO.

317), *Pepim* encontra-se também na toponímia dos concelhos de Amarante, Baião e Vieira do Minho; *Pepín* e *Pipín* são topónimos espanhóis.¹³⁴³

Picacinos (Marinha Grande).

Relacionados com o latim PICA 'pega'? Na região de Figueiró dos Vinhos, sabemos que o apelativo *picacino* se usa com o significado de 'calo produzido por trabalhos pesados'; poderá, na toponímia, ter o significado de 'pequena elevação'?

Pochana (Leiria), ***Pouchana*** (Vila Nova de Ourém), ***Ribeira das Bouchaneiras*** (Leiria).

Pochana e *Pouchana* são provavelmente derivados da raiz POCH-, de criação expressiva, com os significados 'manso; frouxo; preguiçoso'.¹³⁴⁴ Em português usa-se, regionalmente, *pocho* 'gordo' e *pocha* 'casca do painço ou do milho; cachorra'.¹³⁴⁵

Se *Bouchaneiras* mantiver alguma relação com eles, além da manutenção de -N- intervocálico, há a assinalar a sonorização da bilabial oclusiva surda inicial [p]. Pode-se também pensar numa eventual afinidade ou contaminação com *bouça* (*bauza*, *baucia*, no século X) 'terreno delimitado de pedra ou de terra, onde há pinheiros, carvalhos ou outra vegetação e onde grassa o mato', do latim BALTEA 'cinta', plural neutro de BALTEU (que, em latim, designa 'o que cinge').¹³⁴⁶

Portelanos (Ansião), ***Quinta dos Portinos*** (Penedono).

Portelanos afigura-se um derivado de *Portel*, por sua vez proveniente de *porto*; e *Portinos*, um diminutivo de *porto*, também do latim PORTU 'abertura, passagem;

¹³⁴³ Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 125. IDEM, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. V, 1937-1938, p. 285-286. Cf. Pedro de AZEVEDO, "Nomes de pessoas e nomes de lugares", cit., p. 51.

¹³⁴⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PACHÓN.

¹³⁴⁵ *GEPB*, vol. 22, s.v. POCHA^{1 e 3}, s.v. POCHO.

¹³⁴⁶ Ver referências bibliográficas nas p. 240-241, onde o apelativo *bouça* é estudado a

entrada de um porto'.¹³⁴⁷ Sobre este tipo etimológico, veja-se *Portel* (p. 319).

Poutena (Anadia).

Pouta ou *poita* e, no Minho, *poutada* ou *poitada* designam, na linguagem de marinheiros e pescadores, um corpo pesado que as pequenas embarcações de pesca usam para fundear. J. P. Machado considera-as de etimologia controversa, mas a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* atribui-lhe a origem latina PACTA, participio de PANGO 'fixar, espetar, enterrar'.¹³⁴⁸

Recochina₂ (Carregal do Sal, Santa Maria da Feira), **Reconchina** (Lamego), *Cova das Reconchinas* (Ansião).

Podem estar relacionados com o latim CONCHA 'concha; ostra; molusco de onde se extrai a púrpura'.¹³⁴⁹ O elemento *re-* parece assumir aqui natureza prefixal, como talvez nos apelativos *rechão*, *rechã*, e no topónimo *Recheira* (Santa Marta de Penaguião) derivado do latim PLANU.¹³⁵⁰

Quinta das Renelas (Tabuaço).

Sem dúvida variante de *Ranelas*, com assimilação da primeira vogal pela tónica; será, assim, da família etimológica de *rã*, do latim RANA. *Rã* documenta-se pela primeira vez no século XIII.¹³⁵¹

Rolinas (Condeixa-a-Nova).

Este nome de lugar já foi mencionado na p. 395.

propósito de *Boucegedim* e de topónimos afins.

¹³⁴⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PUERTO.

¹³⁴⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Pouta. *GEPB*, vol. 22, s.v. POUTA, s.v. POUTADA. António Gomes FERREIRA, *Dicionário de Latim-Português*, cit., s.v. 2. pāctus, a, um.

¹³⁴⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Concha, s.v. Conca.

¹³⁵⁰ Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Re-. Maria Helena Mira MATEUS (e outras), *Gramática da língua portuguesa*, cit., p. 963-965; e Júlio MOREIRA, "Questões de linguagem", cit., p. 275-276. Sobre *Recheira*, ver nota 1051, p. 357.

Rosmaninho (Castelo de Paiva), **Rosmaninhal**₃ (Mangualde, Sátão, Vila Nova de Ourém).

Trata-se de nomes pertencentes a uma família etimológica muito representada na toponímia¹³⁵² — a de *rosmaninho*, do latim ROS ‘orvalho’ MARINUS ‘marinho’, que se estendeu a diversas línguas românicas como, por exemplo, ao catalão *romaní*, ao francês *romarin*, ao italiano *ramerino* e ao espanhol antigo **romarino* ou **romerino*, de onde poderá ter derivado regressivamente, por desdiminutivação, a designação corrente de *romero* ‘rosmaninho’. Simonet abona *rosmánun* e *rosmarinun* ‘rosmaninho’, atribuindo-lhe a já referida etimologia latina.¹³⁵³ Mas Corominas, baseando-se nas formas moçárabes *rummájru*, *rumájra*, *romanîno* e *rumarîno*, recolhidas no já citado *Glosario de voces romances registradas por un botánico anónimo hispano-musulmán (siglos XI-XII)* de M. Asín Palacios, considera mais provável a hipótese de *romero* ter partido de outra forma latina do nome da planta — ROS MARIS, contraída em **ROSMARIS* e alterada para **ROMARIUS*.¹³⁵⁴ No português, formaram-se, de facto, pelo referido processo de desdiminutivação várias designações regionais do arbusto — *rosmano* e *resmano* na Beira Alta e no Alentejo; *resmono* e *rasmono*, no Algarve. J. J. Nunes também refere “o popular *rosmano* ou *rosmono*, tirado de *rosmaninho*, que, sendo primitivo em português, foi tomado como derivado, em vista de terminar em *-inho*”.¹³⁵⁵ Além destas, Leite de Vasconcelos recolheu ainda o provincianismo transmontano *rosmarinho*; e, em Miranda do Douro,

¹³⁵¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rã.

¹³⁵² Além de *Rosmaninho* e *Rosmaninhal* (também nome do distrito de Castelo Branco), existem os topónimos *Resmoneira*, *Rosmoneira*, *Rosmonal*₃ (distrito de Beja), *Rosmaneira* (distrito da Guarda), *Rasmenal*, *Rasmonal* (distrito de Faro) e *Resmonal*₂ (distritos de Setúbal e de Faro).

¹³⁵³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. ROSMÁNUN.

¹³⁵⁴ Cf. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ROMERO I.

¹³⁵⁵ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 368.

por contaminação, *rusmenino*.¹³⁵⁶ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* inclui, de facto, as variantes *rosmânia*, *rosmano*, *rosmono*, *rasmono*, como sinónimos de *rosmaninho*, o apelativo derivado *rosmaninhal* 'terreno onde cresce o rosmaninho', e ainda o verbo *rosmaninhar* 'exalar perfume de rosmaninho'.¹³⁵⁷

Saiano (Arganil), **Zaianas** (Cantanhede).

Talvez *Saiano* seja alótopo de *saião* 'juiz', que, segundo Corominas, terá partido do germânico SAGJO e, por influência do sinónimo latino PRAECONE, se converteu em SAGIONE 'carrasco'.¹³⁵⁸ Será *Zaianas* o resultado da sonorização da consoante surda inicial?

Sarcina (Arganil).

Muito possivelmente derivado de *sarça* 'silva; matagal', de origem incerta mas seguramente pré-romana. Refiram-se o moçarabismo *arça* 'silva', o colectivo castelhano *sarzal* (913) e o topónimo espanhol antigo *Molino dela Sarça* (1132).¹³⁵⁹ Poder-se-ia ainda colocar a hipótese (talvez menos plausível) de este topónimo se relacionar etimologicamente com *Sarzedo*, estudado na p. 330.

Serrabina (Ansião).

Se se tratar de palavra composta, como supomos, o seu primeiro elemento será *serra*, do latim SERRA, de início 'instrumento de corte', cujo sentido metafórico de 'linha de montanhas' deve remontar ao latim vulgar, por evocação semântica do

¹³⁵⁶ J. Leite de VASCONCELOS, "Dialectos alentejanos", *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 73. IDEM, "Dialectos transmontanos", *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 107. Sobre estes nomes e suas variantes ver também: J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ROMERO I; Felício dos SANTOS, "Linguagem popular de Trancoso (Notas para o estudo dos dialectos beirões)", *Revista Lusitana*, vol. 5, 1897-1899, p. 173; e J. J. NUNES, "A vegetação na toponímia portuguesa", cit., p. 164.

¹³⁵⁷ Ver as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 26, p. 254-255.

¹³⁵⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. SAYÓN.

¹³⁵⁹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ZARZA.

aspecto dentado das cordilheiras;¹³⁶⁰ o segundo elemento do vocábulo será *bina* 'dupla' (e também 'segunda lavra de um terreno'). De *binus* 'duplo' derivou o latim vulgar *BINARE, representado em todos os idiomas românicos da Península Ibérica e da Gália. Corominas sugere que o português *binar* possa ser de origem castelhana. No caso vertente, pode aventar-se a hipótese de uma origem moçárabe, o que não destoa de tantos outros moçarabismos da região.¹³⁶¹

Serrana (Albergaria-a-Velha), **Casa Serrana** (Resende), **Quinta da Serrana** (Vila Nova de Ourém), **Serrano** (Santa Comba Dão), **Forno do Serrano** (Ansião), **Pinhal Serrano**, **Vale Serrano** (Vila Nova de Ourém).

Têm na sua origem o latim SERRA, a que acabou de se fazer referência acima (a propósito de *Serrabina*). *Serrão* documenta-se não só como apelativo ('nome genérico de alguns peixes' e 'papo de galinha', regionalismo de Moimenta, concelho de Vinhais), mas também como apelido e como topónimo — *Herdade do Serrão* (Alzejur), *Mato Serrão* (Lagoa), *Vale Serrão* (Pampilhosa da Serra), *Vale do Serrão* (Ferreira do Zêzere), *Sítio do Vale Serrão*, *Porto do Vale Serrão* (Castelo de Vide), *Ribeiro Serrão*, *Sítio do Serrão* (Ilha da Madeira).

Serrazina₂ (Condeixa-a-Nova, Ovar).

Serrazes é nome de uma freguesia do concelho de São Pedro do Sul (no século XIII, *S. Salvador de Sarrazes*) que talvez se relacione com **Sarrázis*, possivelmente patronímico; *Sarrazinus*, antropónimo medieval muito frequente entre nós nos séculos XII e XIII, seria diminutivo desta fonte etimológica. Como apelativo, o termo *serrazina* ou *sarrazina* comporta diversos sentidos: 'ralho, lamentação, insistência; voz imitativa dos grilos', 'nome vulgar do pintarroxo'; como adjectivo, é 'maçador, insistente', significado idêntico ao do verbo *serrazinar*, *sarrazinar*

¹³⁶⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Serra. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. SIERRA.

¹³⁶¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BINAR. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bina, s.v. Binar.

'importunar, insistindo no mesmo assunto ou pedido'.¹³⁶² Corominas abona *sarracina* 'briga confusa e tumultuosa', do antigo *sarracino* 'sarraceno, mouro', devido à gritaria que faziam ao guerrear, considerando o termo uma substantivação do adjectivo étnico *sarracino*, variante de *sarraceno* 'árabe, mouro'. A forma apocopada *sarrazín* era já muito frequente entre os séculos X e XIII até como nome próprio.¹³⁶³ Poder-se-á então aproximar este topónimo de *Sarrazim* / *Serrazim* por *Sarracim*, variante de *Sarracino* 'sarraceno',¹³⁶⁴ ou de *Sarracinus*, antropónimo com a mesma origem?¹³⁶⁵ Uma outra hipótese seria tratar-se de um diminutivo de *serra* (< latim SERRA), alótopo de *Serrazinha*. Em qualquer dos casos haveria sempre a notar a consoante intervocálica conservada.

Taipinas (Cantanhede).

Diminutivo de *taipas*, cuja origem já foi estudada (na p. 349).

Términas (Estarreja).

Provavelmente do latim TERMINU 'marco; limite'.¹³⁶⁶

Trena (Murtosa).

Muito provavelmente do distributivo latino TRINA (> *TRENA, por analogia com TRES latino).¹³⁶⁷ Simonet abona *thrína*, nome de uma planta de folhas triplas semelhantes às do espinafre, de cor amarela e cujos rebentos se comem como os do

¹³⁶² GEPB, vol. 28, s.v. SERRAZES e s.v. SERRAZINAR.

¹³⁶³ J. COROMINAS, DCELC, s.v. SARRACINA. J. P. MACHADO, DELP, s.v. Sarrazina, também liga o termo a *sarraceno*, e pensa em que aludiria à aparente monotonia do falar ou dos cânticos dos Mouros; o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Serrazina, sarrazina, entende tratar-se de uma importação do castelhano *sarracina*.

¹³⁶⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 53 e 464.

¹³⁶⁵ Cf. Pedro de AZEVEDO, "Nomes de pessoas e nomes de lugares", cit., p. 51; e Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 141, onde também refere os topónimos portugueses *Sarrazim* e *Serrazinho*.

¹³⁶⁶ J. COROMINAS, DCELC, s.v. TÉRMINO.

funcho.¹³⁶⁸ Esta planta era conhecida entre os ervanários por *trinitas* (do baixo latim TRINITAS). TRINA é plural de TRINU, inicialmente adjectivo. O topónimo *Terena* (concelho do Alandroal) é considerado nome de origem árabe por David Lopes.¹³⁶⁹ Na capela da Senhora da Fonte Santa, Leite de Vasconcelos encontrou um ex-voto datado de 1851, onde figura a forma *Trena*, que o Autor considera “o mesmo que *Terena*, com síncope de [e]”.¹³⁷⁰ O facto de *Terena*, no Alentejo, se poder aproximar do arabismo andaluz *Terena* não quer dizer que o apelativo *trena* (< TRINA), de outras regiões, seja a mesma palavra; *trena* ‘trança’ foi recolhido no Algarve por Clarinda Maia,¹³⁷¹ e também ocorre na zona fronteiriça de Trás-os-Montes com a Galiza, com a significação de ‘coisa intrincada’.¹³⁷²

Quinta da Turina (Penela).

Tratando-se de toponímia menor e não se dispondo de abonações antigas, não é fácil estabelecer a origem deste nome de lugar.

Além de designar uma raça de gado vacum, *turina* e *turino* usavam-se antigamente com o significado de ‘peralta’. Como adjectivo, *turino* refere-se ainda ao incenso e aos Turinos ‘povo antigo da Itália’; talvez daqui seja originário o apelido de um compositor espanhol do século XX, de ascendência italiana.¹³⁷³ J. P. Machado também abona o adjectivo *turino* relativo à dita raça de gado (de origem obscura), e a incenso (< latim THURĪNU (ao lado de TURĪNU), de THŪRE ou TŪRE ‘incenso’).¹³⁷⁴

Ou talvez o topónimo se filie no latim TAURU ‘touro’, à semelhança do que

¹³⁶⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. TRENZA.

¹³⁶⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. THRÍNA.

¹³⁶⁹ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 123.

¹³⁷⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 32.

¹³⁷¹ Clarinda de Azevedo MAIA, *Os falares do Algarve (inovação e conservação)*, cit., p. 17, 39, 125 e mapa 20.

¹³⁷² Maria José de Moura SANTOS, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, cit., p. 360.

¹³⁷³ *GEPB*, vol. 33, s.v. TURINA^{1,2}, s.v. TURINO^{1,2,3,4}, s.v. TURINOS, s.v. TURINA (Joaquim).

¹³⁷⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Turino^{1,2}, s.v. -turi-.

acontece com *Touro* (Vila Nova de Paiva, Resende e Carrazeda de Ansiães), que tanto pode continuar o nome comum como o antropónimo *Taurus*, muito frequente entre nós antes do século X.¹³⁷⁵

Pode ainda pensar-se numa eventual (e menos provável) relação com *tourão* ‘furão bravo’, cuja forma originária (ainda não influenciada pela etimologia popular de *touro*) deve ter sido, segundo Carolina M. de Vasconcelos, *tuiro* ou *turo*, do adjectivo latino PUTORIUS ‘fedorento’, com supressão da primeira sílaba e alternância [u] / [ui], como ocorre em *abutre*, *chuva*, *ventura*, etc..¹³⁷⁶ *Tourão* é igualmente topónimo dos concelhos de Braga, Fafe e Vila do Conde; como apelativo, designa uma ‘espécie de ave’ e uma ‘criança traquina’; no Algarve diz-se do figo temporão, ainda imaturo.¹³⁷⁷

Urcinas (Penela).

Sem dúvida diminutivo de **urce*, com origem no latim ULICE ‘urze; rosmaninho’.¹³⁷⁸

Valdiganos (Tabuaço).

De origem desconhecida. Provavelmente relacionado com *Valdigem* (concelho de Lamego). Encontra-se documentado na Idade Média com as formas *Baldoigii* (960), *Baldigi* (1059) e *Baldige* (1182), que representam, certamente, o genitivo do nome visigodo **Balthweigs*, latinizado em **Baldoigius*.¹³⁷⁹ No concelho de Bragança, existe uma *Ribeira de Valdique*.

Varezina (Góis), **Varzena**, **Varzina** (Coimbra), **Varzinas** (Pampilhosa da Serra), **Varzealina** (Castro Daire).

Derivados de *várzea* ‘campina cultivada, chã, planície’, que, segundo J. P.

¹³⁷⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Touro. *GEPB*, vol. 32, s.v. TOURO.

¹³⁷⁶ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, cit., p. 187.

¹³⁷⁷ *GEPB*, vol. 32, s.v. TOURÃO.

¹³⁷⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. URCE.

¹³⁷⁹ *GEPB*, vol. 33, s.v. VALDIGEM.

Machado, admite as variantes *vargem* e *várja* e é de origem obscura.¹³⁸⁰ As variantes *varge* e *vargem* são igualmente referidas por J. Piel, que também abona diversas formas peninsulares afins, entre as quais a asturiana *Bárzana* e a castelhana *Bárcena*. De acordo com este Autor, o termo é “de cunho inconfundivelmente pré-romano, cuja base *BÁRCENA, VÁRCENA oferece o mesmo sufixo átono -ENA que caracteriza o antigo *lág-ena*, moderno *lágea*, *laja*, *laje* e *lajem* ‘pedra grande de superfície plana’.”¹³⁸¹ A primeira documentação — *uarcena* — regista-se em 897. A. Ferraz de Carvalho¹³⁸² refere que em antigos textos, principalmente no *Livro Preto*, se encontram inúmeras referências a *Varzena* — terrenos marginais em frente da cidade de Coimbra, o que é confirmado por Joaquim da Silveira, que identifica *Varzena* com a *Várzea* de Santa Clara, fronteira a Coimbra.¹³⁸³ Também José Leite de Vasconcelos se refere a um topónimo do concelho de Cantanhede, *Varziela*, que considera “diminutivo de *várzea*, por **várzena*” e de que abona as formas antigas *Varzenela* (século XI) e *Varzinela* (século XIII).¹³⁸⁴ Pedro A. Ferreira pensa que *varge* é o mesmo que *vargem*, *várgea* e *várzea* ‘campina cultivada, chã’ e, sem apontar o seu étimo, refere que existem mais de trezentas povoações portuguesas com a mesma etimologia, entre elas: *Bargina* (“por *Barginha*”), *Varginha*, *Varzina*, *Varzinha(s)* e *Varzielinha*, diminutivo de *Varziela*.¹³⁸⁵ Embora possam não pertencer a esta família etimológica, vejam-se também *Brasina*, *Lomba das Brazinas* e *Moinho das Brazinas*, já abordados (p. 405).

Cabeço do Vinagre (Pampilhosa da Serra), *Quinta do Vinagre* (Leiria), *Vale de*

¹³⁸⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Várzea*.

¹³⁸¹ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 174-176.

¹³⁸² A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 42.

¹³⁸³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 85.

¹³⁸⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 489.

Vinagre (Mealhada), **Vinagres**, **Ribeiro dos Vinagres** (Pombal), **Casal Vinagreiro** (Leiria).

Em *vinagre* temos a aglutinação dos continuadores dos étimos latinos VINU e ACRU.¹³⁸⁶ No oeste hispânico parece terem-se conservado alguns vestígios do latim clássico ACER pois, no galego e no português, conviveram as formas *agre* e *agro*, sendo a primeira usada no leonês da Sierra de Francia; compare-se ainda o derivado *agrião*. Corominas não vislumbrou o carácter moçarábico da forma portuguesa, considerando-a catalanismo pela presença de *-n-* e do tipo lexical *acer*.¹³⁸⁷ Machado, certamente apoiado no *DCELC*, refere também a sua proveniência catalã e cita 1188 como data da sua primeira abonação em português.¹³⁸⁸ Menéndez Pidal inclui *vinagre* entre os mais antigos galicismos importados (séculos XI-XII);¹³⁸⁹ mas a antiguidade de *agro* / *agre* no galego-português e no leonês, já aduzida, parece não justificar estas hipóteses. Na toponímia encontra-se também *Vinagra(s)*, *Vinagreira*, *Vinagrinho(a)*, por vezes em nomes compostos.

Nesta alínea, incluíram-se, com alguma reserva, topónimos cuja fonte etimológica não foi possível dilucidar cabalmente; pode tratar-se, designadamente, de nomes de pessoas mal conhecidos (ou de alcunhas), de cultismos ou estrangeirismos

¹³⁸⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 220 e 452.

¹³⁸⁶ Não se apercebendo do carácter moçarábico do apelativo, Leite de Vasconcelos entende que “a forma no latim vulgar devia ter sido, não *vin’acre*, mas sim **vinuacre* ou **vinuagre*, senão o *n* intervocálico tinha caído; em **vinuacre* manteve-se protegido pela semivogal *u*, como em *janela*, etc.”. Idêntica opinião revela J. J. Nunes, ao atribuir a conservação do *-N-* em formas como *Janeiro*, *vinagre* ou *maneira* ao ditongo que o “protegeu”. Cf. as Notas de Leite de Vasconcelos a J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 261 e 278; e J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 113. A propósito das “particularidades das províncias do sul”, Silvia SKORGE, “Os sufixos diminutivos em português”, cit., p. 68, refere-se ao “sentido originário” de *manada* ‘mancheia’, que se mantém nas Beiras e no Minho.

¹³⁸⁷ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. VINO, s.v. AGRIO.

¹³⁸⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Vinagre.

¹³⁸⁹ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 106.2.

(entre eles arabismos), cuja origem não se identifique com a matriz moçárabe. Pareceu-nos útil, apesar de tudo, não os pôr de parte, até com a finalidade de facilitar futuras pesquisas mais aprofundadas.

São eles:

Bolfinas (Lamego) — *Bolfenes*, segundo a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*;¹³⁹⁰ Quinta da **Cananina** (São João da Pesqueira); Quinta da **Chanforrina** (Coimbra); **Coitena** (Oliveira do Hospital); **Maritona**, Vale do **Marona** (Aveiro); Vale da **Mocana** (Albergaria-a-Velha); **Mortalina** (Porto de Mós).

Apesar de, em rigor, não se incluir entre os moçarabismos, **Peixeninho** (Castro Daire) é um caso interessante. Trata-se de um diminutivo de *peixe* (do latim PISCE) em que, apesar de a base derivacional não terminar em vogal ou ditongo nasal, se lhe pospôs *-ninho*, aloforma do sufixo *-inho* (mais frequente na formação diminutiva). Assim se assegura a manutenção inalterada do radical, sem que tal pareça relacionar-se com qualquer preferência da linguagem culta.¹³⁹¹

18.7 Conservação de -L- intervocálico

Álamos (Lamego), *Quinta dos Álamos* (Sernancelhe), *Quinta da Alameda* (Nelas).

Topónimos já estudados na p. 357.

¹³⁹⁰ *GEPB*, vol. 4, s.v. BOLFENES. No concelho de Águeda, existe também *Bolfiar*.

¹³⁹¹ Apesar de estarmos na presença de *-ninho* e não de *-zinho*, vejam-se as palavras de Celso CUNHA e Luís F. Lindley CINTRA, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 11^a ed., Lisboa, 1995, p. 93: “não é fácil indicar as razões que comandam a escolha entre *-inho* e *-zinho*. Sente-se que muitas vezes a selecção está ligada ao ritmo da frase. Por outro lado, verifica-se uma preferência na linguagem culta pelas formações com *-zinho*, no evidente intuito de manter íntegra a pronúncia da palavra derivante; a linguagem popular, no entanto, simplificadora por excelência, tende para as formações com *-inho*.”. Sobre a formação dos diminutivos nas línguas românicas, veja-se a bibliografia indicada pelos Autores nas p. 92-93.

Almalaguês, Malga, Ribeira de Malga (Coimbra), *Fonte da Malguinha* (Nelas).

J. P. Machado aventa a possibilidade de *Almalaguês* ser um derivado de *Almalague*, do antropónimo *Almalaki*, documentado em 1088, e este do árabe *al-mallāk* ‘proprietário’.¹³⁹² Também Ferraz de Carvalho coloca a mesma hipótese: Zoleiman *almalaki*, isto é, ‘natural de Málaga’, seria o nome do mouro fundador de *Malga*, sendo, portanto, *Almalaguês* nome de pessoa tornado topónimo — “nome de naturalidade derivado pelo sufixo *ês* porventura da vizinha povoação de *Malaga*, «*casali de Malega*, de Martinho, Mestre Escola da See» (*Livro das Calendas*, 1291), hoje *Malga*, para cá de Cernache.”¹³⁹³

No entanto, Joaquim da Silveira, que num primeiro artigo defende uma etimologia árabe para este topónimo, assume mais tarde tratar-se de um “nome românico (português) precedido do artigo arábico”.¹³⁹⁴

Herculano de Carvalho também considera *Almalaguês* topónimo moçárabe, em cuja base estaria outro da mesma região — *Malga* — “um evidente exemplo da conservação de um antigo / simples intervocálico”. Cita as formas antigas *Málaga* (séculos XII e XIII) e *Malega* (fim do século XIII), salientando, nesta última, o enfraquecimento da vogal postónica, a caminho da supressão — verificada, de facto, em *Malga*.

Referindo-se à questão etimológica, Herculano de Carvalho escreve: “em que relação esteja esta *Málaga-Malga* do território conimbrigense com a *Málaga* andaluza, a antiga *Malaca* fenícia, é outro problema para historiadores e toponimistas.”. Mas, mais adiante, quando nos informa da existência de outras duas povoações com este

¹³⁹² J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 237-238; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 63.

¹³⁹³ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 59.

¹³⁹⁴ Cf. os textos de 1913 e de 1940, respectivamente: J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 151; IDEM, “A nossa toponímia e o censo da

mesmo nome, nos concelhos de Sobral de Monte Agraço e de Cabeceiras de Basto (além de uma *Malgada* no de Santiago de Cacém), coloca a hipótese de o primeiro ser “descendente de um antigo *Málaga*”, e de o segundo, porque situado em plena área primitiva ‘portuguesa’, ter “outra origem” ou, o que considera muito menos provável, poder representar “um assentamento de povoadores moçárabes emigrados para o Norte, provenientes de alguma *Málaga* cujo nome quiseram perpetuar.”.¹³⁹⁵ O entendimento de Pedro A. Ferreira (que refere *Almelaguês* como variante usada localmente por *Almalaguês*) também é o de que “*Almalaguês* vem de *Al* e *malaguês*, o mesmo que *malaguenho*, filho de *Málaga*, povoação da Espanha, que deu também *malga* — tigela, — e *Malagão*, casal nosso. *Málaga* por seu turno veio de *Malaca*, cidade e região da Índia”.¹³⁹⁶

Bertoldi¹³⁹⁷ refere ainda *malga* 'queijaria do monte', elemento "fóssil" de falares mediterrânicos não indo-europeus. No entanto, nem o Autor relaciona este apelativo com qualquer topónimo, nem a significação parece adaptada a esta zona plana.

Segundo José Leite de Vasconcelos, *Fonte da Malguinha*, “nome de um sítio em Canas de Senhorim (Nelas)”, relaciona-se com o hábito de se colocar junto de uma fonte, no campo, uma *malga*, um *côcho* (ou *corcho*), para se poder beber mais comodamente.¹³⁹⁸ Mas apesar de a colocação de *malgas* nas fontes ser ali habitual, esta explicação não parece útil para o nome de lugar em causa, uma vez que existem topónimos afins com outra origem.

população”, cit., p. 15.

¹³⁹⁵ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 167-170. Recorde-se a importância que o Autor atribui a *Malga* que, com *Avenal*, permite “fazer avançar decididamente mais para o Norte o limite geográfico da conservação moçárabe de *n* e *l* intervocálicos” (citação da p. 163). Ver especialmente as notas 18 (p. 167-168) e 25 (p. 170).

¹³⁹⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 362 (nota 1). Ver também no vol. II, p. 99, 103 e 403; e no vol. III, p. 40, 121 e 188-189. Mas o nome da cidade indiana tem a segunda vogal tónica, pelo que não podia evoluir para *Malga*.

¹³⁹⁷ Recensão de V. COCCO ao artigo de BERTOLDI, cit., p. 241.

¹³⁹⁸ J. Leite de VASCONCELOS, *A ideia de “fonte” na toponímia portuguesa*, cit., p. 109.

Arraiola₂ (Vila Nova de Paiva).

Este nome, que conserva o sufixo latino -OLA, pertence certamente à família etimológica dos continuadores de RUBEU (já estudados, p. 386).

Direito da **Baliza** (Cantanhede), **Balisque** (Viseu), **Balixo** (Pampilhosa da Serra), **Pelichos** (Montemor-o-Velho).

Estes topónimos são abordados nas p. 377 e 483.

Beselga, *Ribeira de* **Beselga** (Penedono).

Do grego *basiliké* pelo latim BASĪLĪCA 'grande edifício público; bolsa de comércio; basílica'; encontram-se documentadas, em textos latino-bárbaros dos séculos IX e X, as formas *beselica*, *vaseliga* e *baséliga*.¹³⁹⁹ Menéndez Pidal, como Leite de Vasconcelos, considera-o vocábulo moçárabe; Joseph Piel, Joaquim da Silveira, Mansur Guérios e Pedro Ferreira atribuem-lhe também a mesma etimologia.¹⁴⁰⁰

Calvaria, **Calvarias** (Pombal), **Calvaria de Baixo**, *Ribeira de* **Calvaria** (Batalha), **Calvaria de Cima** (Porto de Mós).

Para explicar a evolução de -ARIA > -eira, J. J. Nunes utiliza, entre outros vocábulos, CALVARIA > *caiveira* — “forma popular do Sul, em que o / se vocalizou” —

¹³⁹⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Basílica¹.

¹⁴⁰⁰ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 45.5. J. Leite de VASCONCELOS, “Romance Mozarábico”, cit., p. 354. IDEM, “Amostra de toponímia portuguesa”, cit., p. 60; IDEM, “Amostras de toponímia portuguesa”, *Opúsculos*, vol. III, cit., p. 142; IDEM, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 416; IDEM, “Museu etnográfico português”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 224. Joseph M. PIEL, Recensão a Hans JANNER, “Apuntes para la toponímia española”, cit., p. 341. J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 31, onde explica que, de acordo com a etimologia e com o Censo da Beira de 1527, *Beselga* grafa-se com <s> e não com <z> como, por vezes, se verifica. R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 148. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 216.

e *caveira*.¹⁴⁰¹ Leite de Vasconcelos também explica *caivera* ‘caveira’ (< latim CALVARIA), pela “dissolução do *l* em *i*, como em *muíto*, de *multo*”. Considera que a acentuação de [a] da sílaba inicial revela a forma arcaica *caaveira*, a que corresponde outra, ainda mais antiga, **calavaria*, com epêntese de [a]. Leite de Vasconcelos conclui, portanto, que *caveira* e *caivera* são “duas formas da mesma palavra, pertencentes originariamente a dialectos diferentes, porque uma não pode ter provindo da outra.”. Num artigo posterior, afirma que *caivera* é palavra alentejana irreductível a *caveira*, considerando-a proveniente do romance moçárabico meridional.¹⁴⁰²

Simonet abona *calavaira* (castelhano, catalão e valenciano *calavera*, português *caveira* e latim *calvaria* e *calvarium*), remetendo para CALVO. As formas do castelhano, do catalão, do valenciano (*calavera*) e do moçárabe *calavaira* postulam, sem qualquer dúvida, uma forma originária *CALAVARIA, que não está suficientemente documentada nem explicada. Como adjectivos, regista as formas *calbo*, *calvo* e os diminutivos *calbel* e *calvil* que, a princípio alcunhas, acabaram por figurar na composição de antropónimos, como apelidos — *Pelay Calvo*, *Aben Calvo*,

¹⁴⁰¹ J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 264. R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 147, retoma este exemplo recolhido em J. J. Nunes para ilustrar a conservação de -L- intervocálico.

¹⁴⁰² Cf., respectivamente, J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos alentejanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 31; e IDEM, “Romance Mozarábico”, cit., p. 354. C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Etymologische Einfälle”, *Revista Lusitana*, vol. 20, 1917, p. 319, ao estudar a forma *caloiro*, atribui-lhe a etimologia proposta: “Creio que *caloiro* está por *calvoiro*. (...) Teríamos portanto o tema *calv-* e o sufixo *-oiro*, pronúncia popular de *-orio* (...). *Calvo* (que subsiste modificado em *caveira*, *caaveira* de CALAVARIA, com *a* epentético entre *l* e *v*) serve bem para caracterizar os estudantes do primeiro ano (...), visto que era e é costume dos quintanistas cortar-lhes madeixas de cabelo tão desajeitadamente que só uma tosquia completa os salva de terem aspecto ridículo.”. No entanto, nos “Inéditos de D. Carolina Michaëlis”, cit., p. 23, depois de referir a vocalização de [l], quando entre vogal e consoante, e a formação de ditongo com a vogal precedente, a Autora exemplifica os fenómenos com CALVARIA, *caiveira* (forma popular) e *caveira* e levanta uma dúvida: “*Caveira* talvez provenha do castelhano *calavera*, e não de *caiveira* por CALVARIA?”.

Iben Calbo, *Benu Calbel* e *Omar ben Hixém ibn Calvil*¹⁴⁰³ —, tendo-se posteriormente fixado na toponímia. De facto, tal como sucede com a forma popular *covo* 'lugar sem vegetação', que sobrevive como nome de lugar e como apelido, são diversos os representantes do latim CALVU que, na nossa toponímia, se reportam geralmente a lugares de pouca vegetação.¹⁴⁰⁴ Além dos já citados, existem ainda os moçarabismos *Calvino* e *Calvino de Baixo* (Figueira da Foz), a que já se aludiu na p. 406, *Calvel* (Torres Vedras),¹⁴⁰⁵ *Calvino*, *Alcalva de Baixo*, *Alcalva de Cima* (distrito de Évora), *Calvinos* (distrito de Santarém), *Calveiras da Granja* (distrito de Beja), *Calves* (distrito do Porto).¹⁴⁰⁶ Apesar de não serem moçarabismos, abonam-se, com a mesma origem, entre outros, *Douro Calvo* (Sátão), *Calvos*₃ (Sátão, Vouzela, Mortágua), *Alto de Calvos* (Cinfães), *Eira de Calva* (Lousã), *Ribeira da Calva* (Batalha), *Calvões* (Albergaria-a-Velha), *Calvela* (Vale de Cambra), *Calvelo* (Caldas da Rainha), *Calvete* (Figueira da Foz) e *Calvinho* (Resende). J. Piel também se refere a esta família etimológica que designa lugares despídos de vegetação, semanticamente comparável a *rapadura* 'campo tão limpo de vegetação que nem para pasto serve', também representada na toponímia portuguesa e galega.¹⁴⁰⁷ Galmés de Fuentes recolheu ainda os topónimos espanhóis antigos *Alcavas*, *Alcaveiras* e o antropónimo *Ibencalbo*.¹⁴⁰⁸

¹⁴⁰³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. CALAVÁIRA, s.v. CALBEL, s.v. CALBO, s.v. CALVIL y CALVEL, s.v. CALVO y CALBO.

¹⁴⁰⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CALVO, s.v. CALAVERA.

¹⁴⁰⁵ Pedro de AZEVEDO, "Alguns nomes mozarabes no Sul de Portugal", cit., p. 213.

¹⁴⁰⁶ Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 53, 85, 93 e 154. Ver também: Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 515 e 519; vol. III, p. 228 (onde abona, sem localizar, outros topónimos da mesma família etimológica, entre os quais *Calvelha*, *Calvelhe* e *Calvelho*), e p. 434 (onde compara *Alcalva* com *Calva*); J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 46, onde o Autor se interroga, aparentemente sem fundamento: "Do árabe *al-qarbâ* 'proximidade, vizinhança?'".

¹⁴⁰⁷ Joseph M. PIEL, "Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo", cit., p. 181-182.

¹⁴⁰⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozarabe*, cit., p. 125 e 138.

Columbeira, Vale da ***Columbeira*** (Bombarral).

Columbeira é povoação da freguesia de *Roliça*, cujo nome, sinónimo de *Pombeira*, é derivado do latim COLUMBA ‘pomba’, que tem outros representantes na nossa toponímia como, por exemplo, *Comba* e *Alcombral*.¹⁴⁰⁹ Da mesma família etimológica são os topónimos moçárabes registados por Menéndez Pidal e Galmés de Fuentes *Columber*, *Columbar* e os antigos *Qolomba* e *Santa Qolomba*,¹⁴¹⁰ nome também presente num documento nacional do século X, que alude a uma vila *Colomba*.¹⁴¹¹ Pedro de Azevedo recolheu no *Glosario* de Simonet um “número avultado de palavras românicas influenciadas pela pronúncia árabe, que se conservam entre nós como nomes de lugares” e que são, por vezes, “apelidos de proprietários que se fixaram nas terras que lhes pertenciam por qualquer título.”. Entre esses antropónimos figura *Colombária*, a que o Autor atribui a etimologia de *Columbeira*.¹⁴¹² De facto, Simonet abona diversas formas — apelativos, antropónimos e topónimos — filiadas no referido étimo latino: *colóm*, *colómba*, *Colóm*, *Aben Colom*, *Abin-Colóm*, *Donna Colomba* ou *Columba*, *Colombáira* e *Coloméra* (estes de COLUMBARIU ‘pombal’).¹⁴¹³

¹⁴⁰⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Columba*¹. IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 50. Cf. também Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 270.

¹⁴¹⁰ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 83.1 e 90.2; Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 152, 153, 98 e 104.

¹⁴¹¹ J. J. NUNES, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, cit., p. 1265.

¹⁴¹² Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213.

¹⁴¹³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. COLÓM y COLÓMBA, s.v. COLOMBÁIRA y COLOMÉRA. J. Leite de VASCONCELOS, “Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)”, cit., p. 794-795, menciona *Combinha*, *Comba* e *Santa Comba*; se neste último lhe parece fácil perceber a presença de um nome próprio feminino, e portanto do referido étimo latino, nos primeiros tal não acontece. O Autor coloca, então, a possibilidade de neles estar representado um nome comum, cujo étimo é o céltico CUMBA ‘vale, convale’, muito representado no onomástico francês e galês e talvez no espanhol, em *Coma(s)*. *Comas* é igualmente o nome de uma herdade no Alentejo, região onde existe também o topónimo *Combelas*. *Combe* (Amarante) e *Combinho*, na Beira, são, de acordo com Leite de Vasconcelos, topónimos

Escalos Cimeiros, Escalos do Meio, Escalos Fundeiros (Pedrógão Grande).

Escalos (de Baixo e de Cima) são também nomes de lugar do distrito de Castelo Branco. Actualmente o apelativo *escalo* designa um ‘peixe teleóstero de água doce, também conhecido por *bordalo* ou *ruivaca*, vulgar nos nossos rios e ribeiros’, do latim SQUALO.¹⁴¹⁴ Mas *Escaleira* (distritos de Bragança, Guarda e Beja) e *Escaleirinhas* (distrito de Braga), topónimos foneticamente próximos, podem levar a relacionar estes nomes com características morfológicas do terreno e, portanto, a procurar a sua origem no latim SCALA ‘escada, degrau’, de que SCALARIA, ‘escada, conjunto de degraus’, é derivado.¹⁴¹⁵ A forma *escala* usava-se em português com o significado de ‘escada’, actualmente caído em desuso, mas do qual decorreram outros: ‘escalada, assalto a fortaleza por meio de escadas’, ‘licença de saque’, ‘porto marítimo ou fluvial, onde arribam navios para meter combustível, refresco, embarcar e desembarcar mercadorias ou passageiros’, provindo este último da *escala* ou escada que faz comunicar a embarcação com a terra.¹⁴¹⁶ E, com este mesmo significado, Simonet abona o moçarabismo *escála* ‘porto, estação’.¹⁴¹⁷ Corominas refere, aliás, que no galego se usa *escala* como sinónimo de *escalera* ‘escadaria de uma casa’ (ao contrário do castelhano, onde a primeira forma designa ‘escada de mão’ e a segunda ‘escada de um edifício’) e cita o provincianismo minhoto *esqueiro* / *escairo* ‘pequena escada de mão’, a forma portuguesa e dialectal *escaleira* que, estranhamente, considera castelhanismo ou cultismo, e o moçarabismo *escaláira* ‘escada ou

continuadores dos antropónimos latinos *Columbus* e do seu diminutivo *Columbinus*. *Comba* está também presente na toponímia galega; cf. “Sta. Comba de Bande (Orense)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.stacomba.htm>.

¹⁴¹⁴ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Escalo. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Escalo. *GEPB*, vol. 9, s.v. ESCALO.

¹⁴¹⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Escala, s.v. Escalera e s.v. Escada. A primeira documentação de *escaleira* em português data do século XIII e a de *escala*, do século XV (nessa época com o significado de ‘torre móvel de combate’).

¹⁴¹⁶ *GEPB*, vol. 9, s.v. ESCALA.

¹⁴¹⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. ESCÁLA.

escadaria'.¹⁴¹⁸ Também Simonet e Galmés de Fuentes referem o apelativo moçárabe *escaláira* 'escada, escadaria'.¹⁴¹⁹ Ao lamentar as difíceis condições de cultivo das vinhas do Alto Douro — “muito escarpado, muito fragoso e todo ensucalcado” —, Pedro A. Ferreira refere as dificuldades das escadas ou *escaleiras* de acesso aos socalcos e explica: “as ditas escadas ou *escaleiras* são formadas ou feitas por pequenas pranchas ou lágeas de xisto”.¹⁴²⁰

Galifães (São Pedro do Sul).

De acordo com Joseph Piel, este nome provém do gótico *WALI-FANA. O Autor estranha que o -L- se tenha conservado; mas contorna essa dificuldade, admitindo que “nos nomes principiados em português por GAL- o respectivo tema esteja sob duas formas: WAL-, que se relacionaria, por exemplo, com WAILA 'bom', e WALJ- que viria de WALJAN 'eleger'. Em *Galifães* teríamos naturalmente esta última forma.”¹⁴²¹ Piel não pensou numa via moçárabe para explicar a conservação de -l-, o que viria a acontecer em trabalhos posteriores. Não havendo mais elementos sobre a origem do vocábulo, a via mencionada pode sempre constituir uma hipótese, assim como para o nome mencionado a seguir.

Galifonxe (Viseu).

Pelas suas características fonéticas, pode-se aproximar o primeiro elemento deste topónimo do que ocorre no anteriormente estudado — *Galifães*. Joseph Piel só se pronuncia relativamente ao seu segundo elemento, que entende ser o mesmo que se encontra presente em *Alfonxe* < *ALFONSI, genitivo de ALFONSUS (cujo radical -FUNS pertence ao alto alemão arcaico FUNS 'pronto; dócil'). Quanto à palatalização

¹⁴¹⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ESCALA.

¹⁴¹⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. ESCALÁIRA. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 225.

¹⁴²⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 226.

¹⁴²¹ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t.

[s] > [š], aproxima-a do arcaico *xufre* enxofre' < SULFUR, acrescentando que há autores que vêem nela uma aproximação à articulação árabe.¹⁴²² Basta percorrer as notas deste capítulo para recordar os numerosos moçarabismos aduzidos por Simonet onde ocorre x em vez de s como, por exemplo *xacro* por *sacro*.

Gola₂ (Arouca, Oliveira do Hospital), **Golas** (Pampilhosa da Serra), **Golão** (Sátão), **Goulinho** (Oliveira do Hospital).

Joseph Piel aproxima estes topónimos do nome germânico VOLA, alto alemão WOLA 'fortuna' ou do verbo gótico GÖLJAN 'saudar'.¹⁴²³ Parece também plausível relacioná-los com *gola*, do latim GŪLA 'garganta',¹⁴²⁴ que se usa em diversos âmbitos e acepções. As que parecem mais consentâneas com a natureza toponímica em que o termo aqui se estuda são as de 'passagem estreita, corredor' ou 'redemoinho formado nos pegos dos rios ou ribeiros'. Note-se que *golada*, além de 'gole, trago', se utiliza também no sentido de 'canal de navegação, no extremo dos bancos de areia de uma barra, que dá passagem a pequenos barcos'.¹⁴²⁵

Molães (Lamego), **Molaredo** (Ovar), **Molareira** (Vagos), *Quinta do Molarinho* (Coimbra), **Moledo**₄ (Castro Daire, Lamego, Mangualde, Nelas), *Caldas do Moledo* (Lamego), **Moledos** (Oliveira do Hospital), *Alto dos Moledos* (Mangualde), **Molelos**₂, **Molelinhos** (Tondela), **Moleanos** (Leiria), **Moliana** (Porto de Mós), **Molianos** (Alcobaça).

Estes topónimos incluem-se nesta alínea com algumas reservas. Como se verá, o esclarecimento da sua origem não se afigura fácil, nem sequer para os

III, 1934-1935, p. 371.

¹⁴²² IDEM, *Ibidem*, p. 371. IDEM, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 125.

¹⁴²³ Joseph M. PIEL, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 24.

¹⁴²⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Gola.

¹⁴²⁵ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Gola e s.v. Golada.

especialistas que mais se detiveram no seu estudo.

Pedro de Azevedo, que considera *Molaredo* um nome “campestre”, não se pronuncia quanto à sua origem.¹⁴²⁶ Joaquim da Silveira¹⁴²⁷ explica que *moledo* (também *moledro*, no Algarve) é palavra comum usada ainda um pouco por todo o país, com significados ligeiramente diversos mas afins: na boca dos mineiros designa uma ‘espécie de xisto molar’; no Minho, ‘pedra de granito brando em pedreira’; e no Algarve, ‘pedrouço, montículo de pequenas pedras’ ou ‘pedra desconforme, pedregulho’. No entanto este Autor, contrariando o traço semântico comum — a dureza da pedra —, coloca a hipótese de *moledo* poder relacionar-se com o latim MOLLE ‘mole; brando’.¹⁴²⁸ Não se trataria de moçarabismos se se aceitasse esta origem, que aliás não parece a mais plausível.

J. Piel,¹⁴²⁹ aduzindo as formas antigas *Moledo* (960) e *Moleda* (1258), atribui-lhes o significado de ‘terreno mole’, e acrescenta que, como topónimo, ocorre cerca de uma dúzia de vezes em Portugal (do Minho à região de Lisboa) e quatro vezes na Galiza. Refere a existência de outros nomes de lugar que considera aparentados com *Moledo* — *Molar* (Paredes), *Molares* (Celorico de Basto e Ponte de Lima), *Molarido* (Barcelos) e *Molaredo* (Ovar) — e que, na sua opinião, “é possível que (...) se devam ligar com MOLLIS, embora naturalmente se possa tratar de derivados de *mola*”. Acrescenta que os topónimos *Molelo* e *Molelos*, de que refere a forma antiga (1123) *Molnelos*, “nada têm que ver com *Moledo*, procedendo de MOLINELLU, **molnelo*, com *ln > ll, l*, como em *moleiro* < MOLINARIU.”.

José Leite de Vasconcelos aventa a hipótese de *Moledo* ter origem no “latim mollis, que deve ter significado uma planta (cfr. *herva molar* e outras plantas a cujo

¹⁴²⁶ Pedro de AZEVEDO, “Nomes de lugares derivados do germânico -redi”, cit., p. 325.

¹⁴²⁷ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 389-390.

¹⁴²⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MOLLÁIRA, também refere o moçarabismo *molláira* ‘cimo, cume’ (castelhano *mollera*, português *moleira* ‘moleirinha, do baixo latim MOLLARIU formado de MOLLIS ‘brando, mole’).

nome se junta *molar*)” mas imediatamente salvaguarda: “esta explicação, porém, não a dou com inteira confiança, por haver na língua popular do Algarve *moledo* (e *moledro*), no sentido de «montículo de pedras, etc.»”. Além disso, Leite de Vasconcelos refere ainda os regionalismos algarvios “*moleta* ‘mó pequena’ diminutivo de *mola*” e *molineta* que, “se não é o mesmo que *moleta*, é também outra mó.”¹⁴³⁰

Pedro A. Ferreira relaciona *Molões* com o latim MOLINUS, faz referência a uma “quinta dos *Molledos* ou dos *moinhos*” e, a propósito de *Molelos* e de *Molelinhos*, escreve: “*Molelinhos* é diminutivo de *Molelos* — e na minha opinião *Molelos* quer dizer *moinhos*, pois vem do latim *mola*, *ae* — a mó e o moinho — que no baixo latim deu *molellus*, *i* e *moletum*, *i*, unde *Moledo*, *Caldas do Moledo*, e *Modelos* por *Moledos*, freguesia de Paços de Ferreira, banhada pelo rio deste nome que ali move muitos moinhos! Também *Molelos* e *Molelinhos* são banhados pelo Criz e nele têm moinhos. *Mola* também no baixo latim deu *molendinum*, *i* — *molina*, *ae*, — *moliana*, *ae*, — *molineta*, *ae*, — *molinota*, *ae*, *molinus*, *i*, — *molinolus*, *i*, etc.”. Entre as muitas povoações que “tomaram o nome do latim *mola*”, este estudioso inclui *Moldes*, freguesia do concelho de Arouca, situada na margem esquerda de um ribeiro com o mesmo nome, que considera derivado do baixo latim *moles*.¹⁴³¹ Não se apercebe de que as diversas localidades com esse nome de *Moldes* o devem ao facto de terem sido povoados por *mollites*, ou seja, por *muladis* — os *muwalladim*, hispano-godos convertidos ao islamismo.¹⁴³²

No *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, Corominas averba

¹⁴²⁹ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 320.

¹⁴³⁰ Cf., respectivamente, J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 318 e 322; IDEM, “Dialectos algarvios”, cit., p. 335.

¹⁴³¹ Cf. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*: vol. I, p. 326 e 368 (nota 2); vol. II, p. 296 e 540, onde o Autor confronta topónimos portugueses e espanhóis derivados de MOLA; vol. III, p. 332-334.

¹⁴³² P. Cunha SERRA, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, cit., p. 97. Sobre o assunto, ver capítulo I, 7.2 Toponímia relacionada com o repovoamento e a Reconquista (especialmente p. 72 e seguintes).

mole ‘massa, volume’, e *moler* ‘moer’.¹⁴³³ Mansur Guérios considera que *moledo* “deve provir do latim meridional *moletu (derivado de MOLES ‘massa, volume, etc.’)”.¹⁴³⁴

Se esta etimologia parece aceitável, também não se pode excluir a possibilidade de a origem destes nomes de lugar ser MOLA ‘mó; cerro escarpado com cume plano’, hipótese admitida por Piel e por Pedro A. Ferreira e consentânea com a semântica dos apelativos. A ser assim, incluem-se também nesta alínea os topónimos *Moliana* (Porto de Mós) e *Molianos* (Alcobaça).

São Pedro de Moel, estudado na p. 295, *Moleiras*, tratado a seguir, e *Almoleiras*, na p. 489, são topónimos com origens afins.

Moleiras (Figueira da Foz).

Não se pode ter a certeza de que a origem deste topónimo seja MOLARIA ‘que faz moer a mó (do moinho)’, o que é possível; se assim for, será moçarabismo, o mesmo já não acontecendo se ela for o baixo latim MOLINARIA ‘moinho, moagem, moleiro’. Ambos os termos latinos assentam em MOLA ‘mó’. Além dos moçarabismos *móla* e *múla*, do topónimo *Móla* (hoje *La Muela*, em Soria), e do apelativo castelhano *muela* ‘cerro alto, natural ou artificial’, já referidos a propósito de *São Pedro de Moel* (p. 295), Simonet abona também *moliéna*, *molín* e *molína* (< baixo latim MOLINA, MOLINU, do adjectivo MOLINUS, de MOLA), todos eles representados na toponímia e *Molín* na antroponímia.¹⁴³⁵ Corominas averba *mole*, do latim MŌLĒS ‘massa, volume’, e *moler* ‘moer’, de MŌLĒRE.¹⁴³⁶

Moleiro, também representado na toponímia da região em estudo,¹⁴³⁷ tem sido

¹⁴³³ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MOLE, e s.v. MOLER, onde cita *molino*, *molinero* e *molinera* ‘presa de água do moinho’.

¹⁴³⁴ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçarábico lusitano”, cit., p. 149-150.

¹⁴³⁵ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MOLIÉNA, MOLÍN y MOLÍNA.

¹⁴³⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. MOLE, s.v. MOLER.

¹⁴³⁷ *Fonte do Moleiro* (Anadia), *Vale Moleiro* (Leiria), *Casal dos Moleiros* (Vila Nova de Ourém), *Vala dos Moleiros* (Murtosa).

objecto de curiosidade e de estudo por parte de vários linguistas dos séculos XIX e XX por causa da aparente manutenção de *-l-* (tal como acontece em *oliveira, olival, mula, males, palito*, etc.).

De acordo com Machado, a primeira abonação de *moleiro*, do latim MOLINARIU 'moleiro', também derivado de MOLA 'mó', regista-se em 1200.¹⁴³⁸

Gonçalves Viana, estranhando a diferença formal entre *moleiro* (do latim MOLINARIU) e *moer, moinho, moenda*, etc. (de MÖLĚRE e outros afins), começa por pôr de lado a possibilidade de uma influência castelhana ou raiana, uma vez que se trata de termos que, por terem andado sempre associados desde o início da formação da língua portuguesa, sofreram alterações análogas. Para esclarecer essa diferença de resultados, aventa duas hipóteses: MOLINARIU > **mol'nariu* > *molleiro* > *moleiro* ou MOLINARIU > **mon'lariu* > *molleiro* > *moleiro*. Como entende que a primeira hipótese daria como resultado mais provável *molneiro* (à semelhança de *solteiro* < SOLITARIU) ou *mouneiro* (como *outeiro* < ALTARIU), opta pela segunda, recorrendo a *monleiro* — forma do século XII citada por Viterbo. Assim, segundo Gonçalves Viana, as formas sucessivas devem ter sido MOLINARIU > **monilariu*, **monelario*, **mon'lario*, *monleiro*, **molleiro*, *moleiro*, com a lateral conservada por estar “protegida” pela nasal, que se perdeu porque o grupo NL deixou de ser usual em português.¹⁴³⁹ Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a quem Leite de Vasconcelos tinha pedido opinião acerca da etimologia de *moleiro*, responde: “*Moleiro* é *molleiro*, por *molneiro* (...). Estou pois de acordo com Gonçalves Viana.”. Noutro escrito, refere a Autora: “*moleiro* está por *monleiro* *monilariu*, em vez de *molinariu*”.¹⁴⁴⁰ José Leite de Vasconcelos remete para os artigos de Gonçalves Viana e de Carolina Michaëlis de Vasconcelos, entendendo

¹⁴³⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Moleiro.

¹⁴³⁹ A. R. Gonçalves VIANA, “Etimologia de Moleiro”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 180-181. Notem-se, porém, no século XV, *moinheira* e *molinheira* ‘moinho de moer pão’ e, no século XVI, *molinheiro* ‘moleiro’.

¹⁴⁴⁰ Ver, respectivamente, C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, cit., p.

que *moleiro* (< MOLINARIU) está por *molneiro* (*mõleiro* (= *monleiro*) e *moleiro*) e comparando a desnasalação que se verificou nesta forma com fenómeno idêntico observado também em *mõeda* e *mõesteiro*, por exemplo.¹⁴⁴¹ *Moleiro* não se pode considerar moçarabismo, porque o *-l-* não continua um *-L-* latino simples; é resultante de *mol'nariu* > *molneiro* > *moleiro*, como aliás se documenta no *Foral* de Garvão (1267), onde se encontra a forma *molneiro* ‘moleiro’.¹⁴⁴²

Cf. *São Pedro de Moel*, p. 295, *Molões*, *Molaredo*, *Molareira*, *Moledo(s)*, *Molelos* e *Molelinhos*, p. 455, e *Almoleiras*, p. 489.

Pala₂ (Mortágua, São João da Pesqueira).

Joseph Piel¹⁴⁴³ verifica que este nome geográfico é frequente no Norte do país e, além de *Pala* (concelhos de Mortágua e Pinhel), refere a existência de mais quinze quintas e lugares (que localiza num mapa) — todos a norte do Douro, com excepção de um no concelho de São João da Pesqueira. Recolheu no *Dicionário* de Cândido de Figueiredo o único significado (na região do Gerês) que, segundo o Autor, pode explicar este nome — ‘abrigo natural formado pelas rochas em que os pastores se recolhem’. Esta acepção regista-se também na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, onde há notícia de uma estação arqueológica com pinturas rupestres, localizada na aldeia do Franzilhal (concelho de Alijó), descoberta em 1921 pelo Dr. Horácio de Mesquita: “As pinturas encontram-se nos recantos abrigados de uma pala de granito, que fica no cimo da íngreme e pedregosa encosta norte de um apertado vale onde corre o ribeiro da Rebosa.”¹⁴⁴⁴ Por razões de ordem fonética e semântica,

180; e IDEM, “Inéditos de D. Carolina Michaëlis”, cit., p. 24

¹⁴⁴¹ J. Leite de VASCONCELOS, “O L latino em português”, *Lições de Filologia Portuguesa*, cit., p. 296. Ver também a nota (3) ao artigo de J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 301.

¹⁴⁴² Maria Helena M. Inês GARVÃO, *Foros de Garvão. Edição e estudo linguístico*, cit., p. 59.

¹⁴⁴³ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 186-189 e aditamento na p. 197.

¹⁴⁴⁴ Ver *GEPB*, vol. 20, s.v. PALA¹, e s.v. PALA-PINTA, onde é indicada bibliografia

Piel afasta a etimologia latina PALA ‘pá; enxada’, e põe a hipótese de existir uma relação entre o regionalismo trasmontano *pala* ‘abrigo natural formado pelas rochas’ e a base pré-latina *PALA ‘vertente íngreme e lisa’, característica das regiões alpinas e pirenaicas, uma vez que a ambos os referentes subjaz a ideia de ‘plano inclinado’. De facto, a favor desta explicação existe *Palorca* (concelho de Mirandela), onde se associam dois termos semanticamente afins — *pala* e *orca* ‘anta’.¹⁴⁴⁵ Vincenzo Cocco inclina-se igualmente para esta etimologia pré-romana e, além da significação conferida a *pala* no Gerês, abona a de ‘caverna’ em Sirvozel (Vila Real); acrescenta que *pala* e *paleira* ‘cova que serve de abrigo’ se encontram igualmente em Orense, bem como *pala*, a variante *pale* ‘encosta coberta de erva’ e a derivada *pela* ‘pequena encosta escarpada entre as paredes das rochas’ — usadas, por vezes também como topónimos, em algumas regiões do Norte e Centro de Itália, da Sardenha e dos Pirenéus.¹⁴⁴⁶ V. Cocco debruça-se sobre diversos relictos do substrato pirenaico-alpino, constituído por palavras de civilização que, entre outros, dizem respeito a conceitos físico-geográficos, tendo como referentes acidentes de terreno — *ganda* ‘montão de pedras’, *carra* ‘rocha’, *lama* ‘terreno plano e pantanoso’, *tala* ‘terra’, *balsa* ‘pântano’, *marra* ‘precipício’, *balma* ‘abrigo debaixo da rocha’, *nava* ‘bacia entre montanhas’, etc. —, que “se deixam facilmente identificar pela sua estrutura e pela área de difusão como elementos fósseis de falares mediterrâneos não-indo-europeus”. Quanto à estrutura fonética, Cocco refere que uma das características dos relictos deste substrato é a grande frequência da vogal tónica *a* — também presente em

especializada sobre a referida estação arqueológica.

¹⁴⁴⁵ Segundo Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 189, *orca* ‘anta’ filia-se no latim ORCUS ‘inferno’ e não em ORCA ‘recipiente bojudo, pipa’. *Orca* é freguesia do concelho do Fundão, e *Forno d’ Orca*, antigo sítio na costa da Nazaré.

¹⁴⁴⁶ Vincenzo COCCO, “Tradizione indoeuropea e lessico mediterraneo. Nota a margine d’ un recente lavoro”, cit., p. 422-425.

pala.¹⁴⁴⁷ Outros especialistas admitem igualmente uma etimologia pré-romana para *pala*, entre eles L. Wagner, V. Bertoldi e Meyer-Lübke, citados e refutados por Corominas, que vê no termo um empréstimo castelhano.¹⁴⁴⁸ José P. Machado discorda da opinião que Piel exprimiu a respeito de *pala* (no supracitado artigo “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”) e também explica a forma pelo castelhano *pala* (< latim PALA).¹⁴⁴⁹ Gerhard Rohlfs, que critica a construção de bases pré-latinas e de raízes pré-indo-europeias como *mala*, *pala*, *sala* e *tala* “con gran fantasía y con métodos que no pecan de excesiva crítica”, entende que *pala* ‘encosta de montanha’, termo dialectal gascão e alto-aragonês, é “idéntica al nombre del instrumento *pala*, queriendo decir la palabra en su sentido topográfico ‘pendiente parecida a una pala’”.¹⁴⁵⁰

A propósito de *Lapa do Lobo* (Nelas), Joaquim da Silveira aventa a hipótese de *lapa* ser metátese de *pala*, recordando que “há na língua um velho termo, *pala*, muito parecido, ainda usado no Gerez, em Mogadouro e outros sítios de Trás-os-Montes em idêntico sentido de ‘lapa, abrigo ou cavidade natural sob um rochedo; toca onde se abrigam os peixes’ e que no sul do distrito de Bragança parece aplicar-se ao chapéu ou laja superior das antas ou dólmeneas e às próprias antas. A origem deste termo está, decerto, no latim *palla* ‘cobertura, capa, manto’; *Pala* só aparece na Beira e ao norte do Douro, o que manifesta o seu maior arcaísmo, e pode documentar-se desde o século XI: *Palla de Usso* (Santo Tirso), *Pala de Amêndoas* (Penela da Beira), *Pala de Carvalio*, *Pala de Conde*, *P. de Porto Manso*, *Palla Dona Syntrelhe*, *Palla das Tieiras*, etc., em Trás-os-Montes.”¹⁴⁵¹

¹⁴⁴⁷ Recensão de V. COCCO ao artigo de BERTOLDI, cit., p. 240-241.

¹⁴⁴⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PALA.

¹⁴⁴⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Pala¹.

¹⁴⁵⁰ G. ROHLFS, “Aspectos de toponímia española”, cit., p. 238-239.

¹⁴⁵¹ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 386-387 (excertos adaptados). Se o latim PALLA estivesse na origem destes nomes, a forma espanhola seria *palla*, o que não acontece.

Se há divergência quanto à origem e / ou quanto ao significado do nome, não parece haver qualquer proposta credível sem -L-, cuja conservação aqui se pretende sublinhar.

Pilado₄ (Alcobaça, Marinha Grande), *Guarda do Pilado* (Marinha Grande), *Quinta da Pilada* (Leiria).

Na origem destes topónimos está, provavelmente, o latim PILA 'almofariz, pilão', derivado de PINSERE 'malhar'. Corominas regista *pilada* 'porção de pano que se bate para amaciar; mistura de cal com areia'.¹⁴⁵² Note-se que, para além do significado referido, *pilado* é também usado para designar uma espécie de caranguejo vulgar nas águas costeiras, que se emprega como adubo das terras.¹⁴⁵³

Casal do Rolim, *Casal do Rolo* (Óbidos), *Casal do Rolão*, *Vale do Rolão* (Bombarral).

Casal do Rolim já foi objecto de estudo na p. 326. Quanto aos outros dois nomes, não é de excluir a possibilidade de serem igualmente apelidos (do baixo latim RAULU), dada a natureza determinativa de *do*. *Rolo* e *Rolão* também se abonam, de facto, como apelidos e é como tal que este último se documenta pela primeira vez, em 1265. José Pedro Machado relaciona-o com *rola*, de origem onomatopaica, mas interroga-se acerca de uma possível influência de *rolo*.¹⁴⁵⁴ Se estes topónimos se relacionarem com o apelativo *rolo* 'remoinho, rodilhão', 'porção considerável de água que se envolve ou revolteia' (< latim RŎTŪLU), ou com *rolão* 'fragmentos de trigo', 'farinha de aveia', 'fragmentos de calcário e de cal', 'grande rolo ou vagalhão de água do mar',¹⁴⁵⁵ deverão ser excluídos deste estudo. Seria necessário o conhecimento de formas antigas e do seu *ubi*, para um melhor esclarecimento destes nomes de lugar.

¹⁴⁵² J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PILA I.

¹⁴⁵³ *GEPB*, vol. 21, s.v. PILADO.

¹⁴⁵⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rolão, s.v. Rola.

¹⁴⁵⁵ *GEPB*, vol. 26, s.v. ROLO, s.v. ROLÃO¹.

Ver também *Rolinas* (Condeixa-a-Nova), p. 395 e 437.

Salabardo (Soure), **Salaborda**, **Salaborda Nova**, **Salaborda Velha** (Pedrógão Grande), **Salão**₆ (Albergaria-a-Velha, Arganil, Mira, Oliveira do Bairro), **Salinha** (Oliveira do Hospital), *Pinhal do Salinha* (Arganil), **Sales**₂ (Espinho, Santa Maria da Feira).

Joseph Piel identificou *Salão* com o acusativo *SALLONEM, de *SALLO, nome próprio masculino, segundo o Autor relacionado com os ostrogodos *Sallia*, *Salla* e com o elemento *Sala-*, presente em nomes burgúndios; e recolheu, no *Onomástico medieval português*, os topónimos *Salom* e *Casal de Salo*.¹⁴⁵⁶ No entanto, a opinião de vários autores, entre os quais Leite de Vasconcelos,¹⁴⁵⁷ Pedro Ferreira,¹⁴⁵⁸ e mais tarde o próprio J. Piel, é a de que na origem destes topónimos se encontra o gótico *SALA 'casa, habitação'. Num outro artigo, Piel aventa ainda a possibilidade de estes nomes terem partido de SALA- 'água, rio', base hidronímica também pré-latina, que está representada nos nomes dos rios *Sabor* (com vogal aberta na primeira sílaba e com a variante *Salavor*, documentada em 1162), *Sado*, *Salado* (em espanhol), *Salat* (em francês), na antiga cidade de *Salacia* situada nas margens daquele rio e no topónimo galego *Seaya* (*Salagia*, em documento de 867).¹⁴⁵⁹ Os topónimos em apreço

¹⁴⁵⁶ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. VI, 1939-1940, p. 333. Segundo o Autor, *SALLO também está representado no patronímico português *Sales*.

¹⁴⁵⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 432, a propósito da significação primitiva de *sala*, transcreve um excerto do *Dictionnaire étymologique de la langue française* de A. Brachet (s.v. *salle*): “*salle*, ancien français *sale*, en italien *sala*, du L. **sala* (demeure, séjour, dans les textes mérovingiens). *Sala* est un mot d’origine germanique, et répond à l’ancien haut allemand *sal*, maison, demeure.”.

¹⁴⁵⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 257.

¹⁴⁵⁹ Ver, respectivamente, Joseph M. PIEL, *O património visigodo da língua portuguesa*, cit., p. 27; e IDEM, “Betrachtungen zu hisp.-got. *sala, gal.-pg. Saa, Sá, usw”, *Studia Iberica: Festschrift für H. Flasche*, München, 1973, p. 458-465; IDEM, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 331. Cf. ainda IDEM, “Notas de toponímia galega”, cit., p. 66-67; e

podem também estar relacionados com a morfologia do terreno, e terem tido origem em *sala* 'terreno pantanoso', um dos diversos relictos não indo-europeus analisados por Bertoldi.¹⁴⁶⁰ Em qualquer das hipóteses *sala* terá sido sempre veiculado pelo latim.

Simonet não conhece a origem de *sala* nem significações do vocábulo relacionadas com a natureza do terreno. Mas abona os topónimos *Salas*, em Aragão (alótopo, sem dúvida, de *Sales* agora referido), *Salalonga* e *Sayalonga*.¹⁴⁶¹ Mansur Guérios considera *sala* vocábulo moçárabe e acrescenta que Cândido de Figueiredo regista *sala* como vocábulo antigo, com o significado de 'muralha, que entesta o baluarte', sendo este decorrente do mais genérico 'habitação', à semelhança do que acontece a *cidadela* em relação a *cidade*.¹⁴⁶² *Salinha* e *Salão* devem ser formas, respectivamente, diminutiva e aumentativa de *sala*. Consideram-se moçarabismos porque a conservação do -L- contrasta com a resultante galego-portuguesa *Sá* (antigo *Saa*), topónimo e antropónimo, presente também em *Savedra* (< SALA VETULA). Refira-se ainda que Maria da Adoração C. Monteiro, a propósito do topónimo vimaranense *Sá*, também precisa que se devem distinguir o nome de lugar *Sá* [com o alótopo *Sala*, que não cita] e o nome comum *sala*, do francês *salle* (este de origem germânica e cujo *ll*, geminado, terá vindo de interferência com *halle*).¹⁴⁶³

IDEM, "Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza", cit., p. 393. Não é certo que esta base hidronímica se possa identificar com o supracitado elemento *Sala-*, também referido por Piel, presente em nomes burgúndios.

¹⁴⁶⁰ Recensão de V. COCCO ao artigo de BERTOLDI, cit., p. 240.

¹⁴⁶¹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. SÁLA.

¹⁴⁶² R. F. Mansur GUÉRIOS, "O romance moçarábico lusitano", cit., p. 150.

¹⁴⁶³ Maria da Adoração de Castro MONTEIRO, *Guimarães. Alguns elementos para a toponímia das suas freguesias da margem direita do Ave*, tese de licenciatura (inérita), Coimbra, 1951, p. 104-106.

Salir, **Salir de Matos**, **Salir do Porto**, **Casais de Salir**, **Moinho de Salir** (Caldas da Rainha).

São vários os estudiosos que se debruçam sobre *Salir* (e / ou suas variantes), sem, no entanto, proporem qualquer hipótese etimológica.

Em 1710, Fr. Manuel dos Santos referia-se à “villa de *Silir* do Mato”, uma granja do Mosteiro de Alcobaça, que Fr. Fortunato de S. Boaventura grafava, em 1827, como *Selir* do Mato. Leite de Vasconcelos identifica estas grafias com *Salir do Mato* e adverte para que “não se confunda esta terra com *Salir do Porto*, mais próxima do mar.”. Acerca desta, explica que, em 9 de Junho de 1287, D. Dinis doa a D. Isabel “vários direitos de saída do porto ou barra de *Salir*, perto de S. Martinho, isto é, de *Salir do Porto*.”.¹⁴⁶⁴ José Diogo Ribeiro também dá conta de que, na linguagem popular, ainda é frequente a forma *Selir* por *Salir*.¹⁴⁶⁵ E Joaquim da Silveira (a propósito da manutenção do *-l-* intervocálico em *Alvalade*) enumera outros topónimos do Sul que também conservam *-l-* e entre os quais se conta *Selir*,¹⁴⁶⁶ no entanto, o Autor deve querer referir-se a *Salir* do concelho de Loulé, e não a nenhum dos topónimos com o mesmo nome do concelho de Caldas da Rainha. *Salir de Matos* também aparece frequentemente sob a forma de *Salir do Mato*, *Salir dos Matos*, e *Salir do Porto* era igualmente conhecido por *Salir da Foz*.¹⁴⁶⁷ Seria fácil explicar *Salir* pelo latim SALIRE 'saltar; brotar, rebentar', apesar de não se encontrarem referências à existência de fontes ou jorros de água nestas localidades.¹⁴⁶⁸

¹⁴⁶⁴ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia geográfica*, cit., p. 12-14 e p. 19. O Autor cita Fr. Manuel dos Santos, *Alcobaça ilustrada* (1710) e Fr. Fortunato de S. Boaventura, *História cronológica e crítica da real abadia de Alcobaça* (1827) e remete para a obra *Rainhas de Portugal* de Fonseca Benevides (1878).

¹⁴⁶⁵ J. Diogo RIBEIRO, “Linguagem popular de Turquel”, cit., p. 239.

¹⁴⁶⁶ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 197.

¹⁴⁶⁷ *GEPB*, vol. 26, s.v. SALIR.

¹⁴⁶⁸ António Gomes FERREIRA, *Dicionário de Latim-Português*, cit., s.v. salīēns, abona “salientēs (subent. fontes ou aquae), jorro de água, fontes”.

Tabuleiro (Mortágua), *Campo do Tabolado* (Lamego).

Estes topónimos estão relacionados com o latim TABŪLA, inicialmente 'tábua, peça de madeira plana' e com o derivado TABULĀRĪU. Leite de Vasconcelos recolheu *talera* (aloforma de *taleira*) no Alentejo, com o significado de 'tábua saída no carro rural, para lhe conferir mais firmeza' (apelativo também usado noutros contextos: 'peça de madeira que se mete na espessura de uma porta para evitar que empene', 'peça de madeira que une as falcas das carretas na artilharia naval'). E nota que a etimologia do apelativo é "um adjectivo latino TABULARIU".¹⁴⁶⁹ Como refere Corominas, alguns dos derivados de TABULA são frequentemente usados na toponímia.¹⁴⁷⁰ De facto, também José Pedro Machado (que, aliás, regista igualmente a etimologia latina TABULĀRĪU) abona *taboleiro* com o significado de 'grande espaço livre, terreiro', em 1550; além disso, documenta o topónimo *Taboleiru* em 1109; e *taboleiro* na acepção de 'bandeja', só em 1706.¹⁴⁷¹ Na *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* podem ainda encontrar-se outros significados para *tabuleiro*: 'esplanada; planície coberta de areia; divisão das salinas; planície na encosta de uma montanha'.¹⁴⁷² Simonet abona as variantes moçárabes *tábola*, *tábula* e *thábla* 'quadrado de terra plantado com hortaliça, vinha ou árvores', também documentadas na toponímia de Málaga e Granada.¹⁴⁷³ Pedro de Azevedo considera estas formas recolhidas por Simonet "palavras românicas influenciadas pela pronúncia árabe e que se conservam entre nós como nomes de lugares".¹⁴⁷⁴

Pedro A. Ferreira apresentou uma outra perspectiva sobre a significação

¹⁴⁶⁹ J. Leite de VASCONCELOS, "Dialectos alentejanos", *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 38. Ver também José Inês LOURO, "Tala", *Boletim de Filologia*, t. IX, 1948, p. 297-298; e *GEPB*, vol. 30, s.v. TALEIRA.

¹⁴⁷⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. TABLA.

¹⁴⁷¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Tabuleiro.

¹⁴⁷² *GEPB*, vol. 30, s.v. TABULEIRO.

¹⁴⁷³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. TÁBOLA y TÁBULA, s.v. THÁBLA.

¹⁴⁷⁴ Pedro de AZEVEDO, "Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal", cit., p. 214.

originária quando, falando de *Tabuaço* e do seu alótopo espanhol *Tablazo*, povoação próxima de Oviedo, acha que tomaram o nome “do latim *tabula* — tábua ou madeira para tábuas. *Tablazo* (*Tabuaço*) quer, pois, dizer — souto de castanheiros — ou região abundante em castanheiros, pois (...) a madeira melhor, mais vulgar e mais estimada para tábuas era a dos castanheiros.” Sem os localizar, acrescenta diversos nomes de povoações que “tomaram o nome dos castanheiros”, entre as quais figura *Tabuleiro*.¹⁴⁷⁵ Joaquim da Silveira cita *Taboaço* e *Taboaças* e também entende que têm por base o latim *TABŪLA*,¹⁴⁷⁶ cuja significação topográfica Joseph Piel confessa escapar-lhe.¹⁴⁷⁷

Cunha Serra cita diversos nomes da toponímia menor morfologicamente próximos dos já referidos, como é o caso de *Campo do Tabolado* (Vila Real, Lamego, Almeida), *Tavolado* (Chaves, Sabugal, Lisboa), *Largo do Tavolado* (V. N. de Fozcoa) e *Tablado* (Celorico da Beira), mas não se pronuncia nem quanto ao seu significado nem quanto à sua etimologia,¹⁴⁷⁸ que parece não oferecer dúvidas.

Lagoa das Talas (Alcobaça), *Talasnal* (Lousã), *Tales* (Castelo de Paiva), *Talisca* (Oliveira do Hospital), *Ponte Talisca* (Góis), *Taliscas*₂ (Penela, Tondela), *Azenha das Taliscas* (Arganil), *Talos*₂ (Leiria).

O facto de, nalguns pontos do país, se dar a designação de *talisca* a certos solos rochosos que facilmente se fendilham e desagregam, bem como a porções de

¹⁴⁷⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 71-73, 240, 470. Com a mesma etimologia cita, por exemplo, *Tábua(s)*, *Tabuado(a)*, *Taboeiro(a)*, *Tabulosa*, *Tavares*, *Távora*, *Taveiro(a)*, e junta uma informação curiosa: em português dá-se o nome de “pregos tabulares” aos pregos próprios para tábuas. Cf. IDEM, *Ibidem*, vol. III, p. 63, 208 e 360.

¹⁴⁷⁶ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 54.

¹⁴⁷⁷ Joseph M. PIEL, “Miscelânea de toponímia peninsular”, *cit.*, p. 223. O Autor refere *TABŪLA* como étimo de *Taboado(a)*, *Taboadela* e *Taboazas*.

¹⁴⁷⁸ P. Cunha SERRA, Recensão a Enric MOREU-REY, “Toponímia urbana i onomàstica vària”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, 1975-1978, p. 623-626.

terras constituídas por lascas de pedra miúdas,¹⁴⁷⁹ leva-nos a pensar que estamos perante topónimos relacionados com características geo-morfológicas do terreno. É, portanto, muito provável que estes nomes, com -L- intervocálico conservado, sejam continuadores do relicto pré-romano TALA 'terra', considerado por Bertoldi uma palavra "fóssil" dos falares mediterrânicos não indo-europeus.¹⁴⁸⁰

No entanto a etimologia destas formas não é consensual.

Corominas faz derivar *tala* de *lata*, por metátese, ou de TALU- 'pequeno osso; tornozelo; calcanhar'; Machado, A. Cortesão e Inês Louro optam pelo latim TABULA 'tábua'; Silva Bastos tira-a de uma forma grega *taleia*; Adolfo Coelho, de TALEA 'vergôntea, rebento; estaca'; e Cândido de Figueiredo, que inicialmente aceita TALEA, acaba por se inclinar, embora com dúvidas, para TABULA. Nem José P. Machado nem António Geraldo da Cunha aventam qualquer hipótese etimológica para *Talisca(s)*, mas Corominas e José Inês Louro entendem que na sua base está o latim TALA (de TABULA). Além de *talisca* e da variante *talisga* 'fenda; estilha', este Autor regista ainda *talada* 'grande fenda na rocha ou entre penedos'.¹⁴⁸¹

Tarolos (Viseu).

Segundo Machado, o apelativo *tarolo* está por *torolo*;¹⁴⁸² é derivado diminutivo de *toro* 'tronco de árvore sem rama', em cuja base se encontra o latim TORU 'saliência numa planta ou num terreno; pau seco para queimar'.¹⁴⁸³

Taveiro₂ (Alcobaça, Coimbra).

Apesar de modernamente este topónimo não conservar -l- e, portanto, não ser

¹⁴⁷⁹ *GEPB*, vol. 30, s.v. TALISCA.

¹⁴⁸⁰ Recensão de V. COCCO ao artigo de BERTOLDI, cit., p. 240. *Tala* também se regista na toponímia dos distritos de Braga, Lisboa e Vila Real.

¹⁴⁸¹ Cf. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. TALA; J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Tala¹; e José Inês LOURO, "Tala", cit., p. 297-298.

¹⁴⁸² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Tarolo.

¹⁴⁸³ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. TUERO.

moçarabismo formal na actualidade, as suas formas antigas, de cariz marcadamente moçárabe, justificam que se lhes faça referência. É o caso de *villa talabario* (980), *Talaveir* (1087 e 1142), e na mesma época *Taaveir* (1142) e *Talaveiro* (1183), citadas por A. Ferraz de Carvalho¹⁴⁸⁴ e por Herculano de Carvalho,¹⁴⁸⁵ onde o *-l-* intervocálico se conserva. Joseph Piel, numa recensão à *Toponímia de Coimbra e arredores* de Ferraz de Carvalho, acrescenta ainda *Villa Talubario* (967) e *Talaveiro* (980), reafirmando a origem pré-romana dos topónimos portugueses *Taveiro*, *Taveira*, *Tavares*, dos espanhóis *Talavera*, *Talaván*, *Talave*, *Talaya* e *Talamanca*, bem como dos antropónimos *Talaba* (927), *Talamancos* (941), *Taauera*, no século XI (hoje *Távora*), *Taluay* e *Taluaya* (século XV), que assentam na raiz ibérica TALA-.¹⁴⁸⁶ Leite de Vasconcelos, que cita também *Talaveiro* (século X), considera que este topónimo, tal como *Taveira* e *Tavares* (formas galego-portuguesas muito usadas como apelidos), tem na sua origem *Talavus*, antropónimo pré-romano que aparece em inscrições latinas do Nordeste peninsular, nomeadamente de Braga e das Astúrias.¹⁴⁸⁷

Monte da Talaveira e *Monte da Talaveirinha*, certamente da mesma família etimológica, são nomes de duas propriedades do concelho do Alandroal (distrito de Évora), que também conservam *-l-*.

Trémola de Baixo, Trémola de Cima (Coimbra).

Trémola é nome de lugar dos concelhos de Miranda do Corvo e de Sátão. No

¹⁴⁸⁴ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 64, refere as duas primeiras.

¹⁴⁸⁵ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, *cit.*, p. 168, cita as três últimas. Além de *Taveiro*, Herculano de Carvalho refere ainda o topónimo *Sebal* (concelho de Condeixa) de que existe a forma moçárabe antiga (1164) *Sinapalem* ‘campo de mostarda’ (ver p. 169).

¹⁴⁸⁶ Cf. Joseph M. PIEL, Recensão a Amadeu Ferraz de CARVALHO, *Toponímia de Coimbra e arredores*, *cit.*, p. 197-198.

¹⁴⁸⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Fenómenos arcaicos no falar hodierno”, *Lições de Filologia Portuguesa*, *cit.*, p. 165-167. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, *cit.*, p. 170, recolheu o moçarabismo *Tabayra*, no *Repartimiento* de Murcia, e compara-o com o castelhano

século XIX, a grafia *Trémua* reflectia mais fielmente o latim TREMULA ‘que treme’. O adjetivo *trémulo* caracteriza, nestes casos, a morfologia do terreno — instável, porque poroso, com infiltração de águas sob uma crosta, por vezes relvada. Os topónimos *Lamatreme* (Lamego) e *Lamatrema* (Tarouca) permitem supor a forma divergente **trema*.¹⁴⁸⁸

18.8 Palatalização de -LL- nos diminutivos em -ĚLLA(S) e -ĚLLOS (> -elha(s) e -elhos, respectivamente)

Alvarelhos (Carregal do Sal).

Segundo José Joaquim Nunes, o termo genérico latino *arbos* ‘árvore’¹⁴⁸⁹ contribuiu para a nomenclatura de vários lugares, quer através do seu representante directo *árvore* (nos dois números), quer pelo derivado colectivo *arvredo* e talvez ainda por *Alvarão*, *Alvaredo* e *Alvarelho*. O Autor explica que considerou estes nomes como derivados do mesmo tema porque “na boca do povo *arvredo* soa *alvredo* (dissimilação) e *alvredo*”.¹⁴⁹⁰ Por outro lado, Rodrigues Lapa inclui *Alvarelhos* nos “derivados de *Alvar*”,¹⁴⁹¹ o que faria do nome um diminutivo, com origem no latim ALBARU ‘álamo branco’.¹⁴⁹² Não se tendo encontrado referências precisas quanto à origem do apelativo nem à confirmação do sufixo, este nome inclui-se aqui com algumas reservas.

Tavera e com o galego *Taveira*.

¹⁴⁸⁸ GEPB, vol. 32, s.v. TRÉMOA.

¹⁴⁸⁹ António Gomes FERREIRA, *Dicionário de Latim-Português*, cit., s.v. arbor, refere a variante poética *arbos*.

¹⁴⁹⁰ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 170-171.

¹⁴⁹¹ Rodrigues LAPA, Recensão a Georg SACHS, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, cit., p. 179.

¹⁴⁹² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Álvaro.

Botelha₃ (Alvaiázere, Castanheira de Pera, Montemor-o-Velho), **Botelhas** (Castanheira de Pera), *Quinta da Botelheira* (Óbidos), **Botelheiras** (Cinfães).

Botelheira é igualmente nome de uma ‘casta de uva branca pouco produtiva e temporã.’ *Botelha* regista-se como apelido e também como topónimo nos concelhos de Vila do Bispo e de Vila Nova de Ourém; *Botelha dos Cavaleiros* em Monchique; e *Botelhas* em Grândola e Vila Real. Para além de ‘garrafa’, o apelativo *botelha* designa uma ‘espécie de cabaça ou abóbora’, uma ‘variedade de pera’, uma ‘espécie de alga, também chamada *botelho*’ e um ‘bosquete ou ilhota de mato no meio da charneca’.¹⁴⁹³

De facto, Manuel Mateus define *botelha* como sendo uma ‘faixa de terra plana, ou quase, situada junto de cursos de água’ e também como uma ‘mancha de terreno de qualidade inferior, geralmente de mato, no meio da charneca’,¹⁴⁹⁴ não se pronunciando, no entanto, quanto à sua etimologia, aliás difícil de esclarecer. Terá a ver com o espanhol *bota* ‘vasilha para beber vinho’ do latim tardio *BUTTE ‘tonel, odre’? Corominas abona, em espanhol antigo, a acepção ‘cuba, designadamente de barcos e fortificações’, assim como o catalão e occitânico *bota* ‘tonel’.¹⁴⁹⁵ J. P. Machado radica *botelha* em BUTTĪCŪLA, diminutivo do latim tardio BŪTTIS, co-relato de PUTEUS ‘cisterna, poço’.¹⁴⁹⁶ Ou ligar-se-á com o espanhol *boto* ‘rombo; néscio’, de origem incerta, em cuja família etimológica Corominas inclui o português *rebotalho* e o espanhol da América *rebote* ‘coisa que não presta’ — significados mais próximos de ‘terreno de qualidade inferior’, que Manuel Mateus refere. Não conseguimos fundamentar de modo mais satisfatório qualquer destas hipóteses, mas a aceitar-se a

¹⁴⁹³ GEPB, vol. 4, s.v. BOTELHA, s.v. BOTELHA^{1 e 2}, s.v. BOTELHAS, s.v. BOTELHEIRA. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 219, filia o apelido *Botelho*, muito frequente entre nós, em *botelha* ‘abóbora’, sem se referir à sua etimologia.

¹⁴⁹⁴ Manuel MATEUS, “Topónimos alentejanos relacionados com o aspecto geral do solo”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 248-256. Ver especialmente as p. 252-253.

¹⁴⁹⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BOTA I.

¹⁴⁹⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Botelha, s.v. Bota². *Bota* é, aliás, nome de recipiente e de antiga medida de capacidade. *Cuba* (Beja) também significa ‘cisterna, poço’.

etimologia BUTTĪCŪLA, aventada por Machado, os topónimos em questão não são moçárabes; no entanto, esse sufixo não está documentado, pelo que se pode também pôr a hipótese de um -ĔLLA etimológico.

Carapelhos (Mira).

A etimologia deste nome já foi estudada na p. 358.

Caselhos₂ (Albergaria-a-Velha, Cinfães), **Coselhas**, *Ribeira de Coselhas* (Coimbra).

São vários os documentos que, a partir do século X, aludem ao vale de *Coselhas*, o mais antigo dos quais menciona “duas vineas in vale de *coselias*” (967); em 1094, um documento da Sé de Coimbra refere uma “villa jacentia juxta illo arrugio de *cosilias*”; e, em 1127, encontra-se a grafia *cuzelias*. A. Ferraz de Carvalho aventa duas hipóteses etimológicas: estas formas serão “diminutivos de *cozza* ou *cozzia* (...), com a significação de medidas de capacidade usadas na percepção de pensões frumentárias e daí designando as próprias pensões ou foros”; ou poderá também pensar-se em “*conchela*, diminutivo de concha, medida frumentária”.¹⁴⁹⁷

Parece, no entanto, mais plausível aproximar *Coselhas*, com a velarização da primeira vogal por influência da consoante [k],¹⁴⁹⁸ de *Caselhos* e de *Caselas* (alótopo galego-português que ocorre nos arredores de Lisboa) — diminutivos do latim CASA ‘cabana; propriedade rural, pequena herdade’.¹⁴⁹⁹ É esta também, aliás, a opinião de Pedro A. Ferreira que, entre os numerosos nomes de lugar derivados de *casa*, refere *Coselhas*, povoação vizinha de Coimbra, explicando que “temos na toponímia

¹⁴⁹⁷ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 34.

¹⁴⁹⁸ *Cosena*, no distrito de Setúbal, talvez seja também um derivado de *casa* em que essa velarização é visível. Cf. Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 151.

¹⁴⁹⁹ O apelativo *casilha* (também derivado de CASA) documenta-se no século XV. Cf. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Casa, s.v. Casilha.

portuguesa o por a em muitas povoações”, como em *Coselhas*, por *Caselhas*.¹⁵⁰⁰ Galmés de Fuentes cita também os topónimos moçárabes *Casiellas*, *Casellas* e *Caselles*.¹⁵⁰¹

Formoselha₃, *Montes da Formoselha* (Montemor-o-Velho).

J. J. Nunes considera este nome de proveniência germânica, cujo primeiro elemento, FORM-, se relaciona com FRUMA- ‘primeiro’, mas não sabe explicar o segundo componente, -SELHA.¹⁵⁰² J. Piel afasta esta hipótese, abonando *Fromosili*, *Fermoseli*, *Fremoseli*, *Fremoselhi* e *Fermoselhe*, antigas formas de genitivo do topónimo (recolhidas no *Onomástico medieval português*), continuadoras de *FORMOSELLUS, apelido derivado de FORMOSUS ‘formoso’, onde o Autor nota, sem explicar, a “substituição” da terminação *-elhe* por *-elha*. Das formas arcaicas *Fermoso* e *Fremoso* terá derivado também *Fremosino*, *Fromosino* (hoje *Fromesinho*, no concelho de Marco de Canaveses).¹⁵⁰³ Adolfo Coelho recolheu em documentos de 1152 e 1162 vários nomes de lugar das imediações de Santarém, entre os quais figura *Fremoseli* que, segundo o Autor, é anterior à Reconquista.¹⁵⁰⁴ José Pedro Machado também é de opinião que, pela terminação das abonações *Fremoseli* (915 e 1258) e *Fremoselhi* (século XV) — que não correspondem a *Formoselha* —, deve tratar-se do

¹⁵⁰⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 316; vol. II, p. 8-9 e 519; e vol. III, p. 143.

¹⁵⁰¹ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 179 e 183.

¹⁵⁰² J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 143, faz referência a *Formosindo* ‘distinto’ e, resultado da “instabilidade do r”, à variante *Fremosindo* ou *Fremosendo*, explicando que na toponímia persiste a última no antigo *Fremosendi* (século XIII), hoje *Fermosem*. Além disso, recolheu no *Onomástico medieval português*: *Fremosindo*, *Fremosinda* (séculos X e XI), *Fremosendo*, *Fromosindo* e os patronímicos *Fremosindiz* e *Fremosendiz* (século XI).

¹⁵⁰³ Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 231-232. IDEM, “Sobre o sufixo *-ellus*, *-ella*, no onomástico tardio hispano-latino”, cit., p. 245. IDEM, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 73-74.

¹⁵⁰⁴ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 143.

antigo senhorio ou vila, propriedade de um *Fremoso*, nome próprio bastante difundido e continuador do latim FORMOSU 'belo; elegante'.¹⁵⁰⁵ Pedro A. Ferreira também relaciona *Formoselha* com o referido adjectivo e cita outros topónimos com o mesmo étimo: *Formoso(a)*, *Formosil*, *Formosim* e *Formoselos*;¹⁵⁰⁶ estes últimos diminutivos não têm a ver com um genitivo, mas com sufixos diminutivos, pelo que pode ter havido uma primitiva **Formosella* na origem da forma actual.

Francelha (Oliveira de Frades), ***Francelheira*** (Leiria).

O conde borgonhês D. Henrique trouxe consigo muitos conterrâneos, que lhe prestaram valiosas ajudas militares nas lutas contra os mouros. Muitos outros se lhes seguiram, servindo seu filho, Afonso Henriques, não só nas guerras da Reconquista, como também na luta pela independência do Condado Portucalense. Não é, pois, de admirar que a toponímia reflecta a sua presença entre nós: para além destes dois nomes de lugar, temos *Franco(s)*, *A dos Francos*, *Franca*, *França*, *Franceses*, *Francaria*, *Franqueiro(a)*, *Franceiras*, *Francelho*, *Francelos*, etc..¹⁵⁰⁷ Mas Joseph Piel, que cita diversos topónimos que poderão relacionar-se com os Francos — *França*, *France*, *Franco(s)*, *Franqueira*, *Francelos*, *Francelha*, *Francelheira* e *Francelheirinha* — refere não ter a certeza de que *Francelha*, nome exclusivo da nossa toponímia, venha de FRANCO e coloca a hipótese de se tratar de uma variante dos nomes beirões *francelho* e *francela* 'sítio onde se fabricam queijos'.¹⁵⁰⁸ No entanto, de acordo com Maria José Moura Santos, estes nomes têm outra origem: *francela* / *francelha* 'molde de queijo' partiram de FISCĚLLA, tipo muito representado também noutros

¹⁵⁰⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Formoso.

¹⁵⁰⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 281.

¹⁵⁰⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 104-105 e 273-275.

¹⁵⁰⁸ Joseph M. PIEL, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. III, 1934-1935, p. 234-237. Na p. 235 existe um mapa com a repartição geográfica dos topónimos referidos.

idiomas românicos.¹⁵⁰⁹

Como não se encontraram abonações antigas destes nomes de lugar, não é possível ter certezas quanto ao sufixo etimológico. Mas se *Francelha* é, como parece, alótopo de *francela*, trata-se muito provavelmente de -ĔLLA (em FISCĔLLA).

*Lage das **Gordelhas*** (Tondela).

Certamente continuador de *Gordo(a)* (< latim GURDU), nome próprio de que derivaram diversos topónimos, como *Agordela* (por *A da Gordela*), *Gordel*, *Gordim*, *Gordina*, *Gordalina*, etc.. Da mesma família etimológica já se referiu *Quinta da Gordalina* (p. 422).

Lagarehos (Cinfães).

Diminutivo de *lagar*. Como apelativo, *lagar* pode estar aparentado com *lago* (< latim LACU 'tanque; lago; depósito de cereais') ou representar uma forma latina *LAGALE. *Laco* documenta-se já como topónimo em 1025 e *Lago* em 1220; *lacar* remonta a 870 e *lagar* a 933.¹⁵¹⁰ Referindo-se às cerca de cento e cinquenta povoações que “tomaram os nomes dos *lagares*”, Pedro A. Ferreira cita, entre outras, *Lagarehos*, que considera forma diminutiva sem, no entanto, se pronunciar quanto à sua etimologia.¹⁵¹¹

Pernelhas (Leiria).

Não é invulgar o uso toponímico de certos elementos antropomórficos que traduzem expressivamente características morfológicas do terreno, acidentes geográficos, etc., como é o caso de *garganta*, *braço*, *pé* e *perna*. *Pernelhas* é, certamente, uma forma diminutiva derivada de *perna*, do latim PERNA 'coxa (com a

¹⁵⁰⁹ Sobre *francelha* e *francelho*, cf. Maria José de Moura SANTOS, *Áreas Linguístico-Etnográficas Românicas (Processos Tradicionais de Moldar o Queijo)*, cit., p. 619-624.

¹⁵¹⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Lagar, s.v. Lago.

¹⁵¹¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 281-282.

perna)¹⁵¹².

Pingarelhos₂ (Leiria, Pombal).

Como apelativo significa 'pau de armar lousas (armadilhas); qualquer coisa pouco segura; pelintra'.¹⁵¹³ Quanto à sua etimologia, deve relacionar-se com *pingar* (< latim *PENDICARE, derivado de PENDERE 'suspender, pendurar').¹⁵¹⁴

Sernelha (Penacova).

Certamente alógrafo de *cernelha*, já referido a propósito de *Cernache* (p. 366).

Esteiro da Sobrelha (Murtosa).

Joaquim da Silveira cita diversos exemplos de nomes que, na sua opinião, podem pertencer à família etimológica do céltico *briga* 'castro, altura fortificada', muito vulgar na toponímia arcaica da Península, nomeadamente como seu elemento final, sucessivamente em *-bria* e em *-bra*: é o caso de *Colimbria* > *Coimbra*, *Anlubria* > *Anobra*, *Sesimbria* > *Sesimbra*, etc.. Há, porém, outros topónimos de que o Autor não possui documentação antiga mas que, segundo a sua opinião, podem pertencer à mesma família etimológica, como é o caso de *Sobra*, povoação do concelho de Vila Verde. Na Galiza, existe o topónimo *Zobra*, que foi também apelido português de origem geográfica.¹⁵¹⁵ *Sobrelha* deve poder relacionar-se com *Sobra*.

Tarelhos (Cantanhede).

Tarelho é provincianismo alentejano, colhido em Montemor-o-Novo, que significa 'burro pequeno que ainda mama'. Existem também os apelativos *tarela* e *tarelo*, o mesmo que 'tagarela' e, na Beira, 'homem intrometido, que fala

¹⁵¹² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Perna.

¹⁵¹³ *GEPB*, vol. 21, s.v. PINGARELHO.

¹⁵¹⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Pingarelo, s.v. Pingar.

¹⁵¹⁵ J. da SILVEIRA, "Toponímia portuguesa", *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 123. Os restantes nomes de que Silveira não tem abonações antigas são *Imbibra* (Coimbra), *Guinobra*

despropositadamente'.¹⁵¹⁶ J. P. Machado também abona *tarelo*, de etimologia obscura. Apesar de não se terem encontrado registos do topónimo, pode-se pensar numa eventual origem moçárabe, sobretudo pelo confronto com *tarelo*.

Não se conseguiram dilucidar satisfatoriamente dois topónimos com as terminações em causa. Para posterior pesquisa etimológica, deixam-se aqui registados: **Sevelha** (Figueira da Foz) alótopo de *Sevilha?*, e **Vincemelha** (Soure).

18.9 Palatalização de -NN-

Penha Amarela (Arouca), **Penha Amarela** ou **Penha d' Águia** (Tabuaço), **Penha da Cabra** (Tábua), **Penhascosa** (Murtosa).

As explicações etimológicas deste nome não têm sido unânimes nem muito assertivas. J. M. Piel só cita três topónimos compostos com *Penha* (distritos de Bragança, Castelo Branco e Guarda) por considerar que “as outras localidades portuguesas chamadas *Penha* são relativamente insignificantes”. Por isso, faz uma breve alusão ao nome, considerando-o uma variante de *pena* ‘rocha alta; penhasco’ (do latim PINNA ‘pena; ameia, pináculo’), “que oferece um tipo evolutivo próprio do castelhano (*peña*) e que, por razões que ignoramos, conseguiu fixar-se na língua comum à custa de *pena*, sendo incomparavelmente mais rara na toponímia portuguesa e galega do que esta forma, que representa indubitavelmente a autóctone.”.¹⁵¹⁷

Leite de Vasconcelos debruça-se diversas vezes sobre o nome. A propósito de *Penamacor*, refere: “ao lado da palavra *penha* encontra-se *pena* (pedra), que existe na língua comum no derivado *penedo* (e *penedia*), e no onomástico em muitíssimos

(Sabrosa), *Vembra* (Braga) e *Embra* (Leiria).

¹⁵¹⁶ *GEPB*, vol. 30, s.v. TARELHO, s.v. TARELA, s.v. TARELO.

¹⁵¹⁷ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 168-169 (excertos adaptados).

casos”, mas não se pronuncia quanto à etimologia das duas formas. Posteriormente (falando de *Peniche*), opina que *penha* “não pode deduzir-se imediatamente de *penna, ou mesmo do port. *Pena*; o seu étimo não é claro; talvez se deva pensar em *pennia”, cujo significado originário não explicita. Mais adiante, após aduzir o latim PINNA como étimo de *pena*, identifica o cerne do problema: “a dificuldade não está em explicar *Pena*, que sem dúvida corresponde ao espanhol *Peña*; está, porém, em explicar o *nh* de *penha*; não se pode crer que *Penha* viesse do espanhol *Peña*, porque a forma é muito vulgar, e está muito enraizada para que tal importação se tivesse dado.”. No entanto, passados 33 anos (com base em elementos recolhidos no *Onomástico medieval português*, nos *Subsídios para um dicionário* de A. A. Cortesão e no *Dicionário Postal* de Silva Lopes, nomeadamente as formas *Penha Fidelis* e *Pena Fidelis*), Leite de Vasconcelos admite que *Penha* seja “tradução” de *Pena* — a forma primitiva, que julga mais antiga —, argumentando que *Pena* (forma singular ou plural, simples ou combinada com outro(s) elemento(s)) se regista cerca de 167 vezes, e *Penha* só aparece 24 — 13 no Sul, “onde a língua tem aspecto mais moderno do que no Norte, e 2 na Madeira, onde a língua é ainda mais moderna”; aí existem 31 formas derivadas de *Pena* — *Penela*, enquanto que de *Penha* não há nenhuma. A explicação que encontra para o facto é a seguinte: “Quando os reis de Portugal conquistaram o Sul aos Árabes, a palavra *pena* ou já devia ter desaparecido do uso quotidiano, ou estava a desaparecer: pelo que toponomasticamente não se propagou muito naquela região. Pelo contrário, *penha*, vinda depois, propagou-se quase por igual no Sul e no resto da nação.”. Em termos etimológicos, mantém que na base de *pena* está o latim PINNA ‘ameia’, que, por ser de rocha e ocupar lugar elevado, se viria a desenvolver semanticamente para ‘rocha, penhasco’; mas em *penha*, ao arrepio do que anteriormente afirmara, Leite de Vasconcelos acaba por admitir a influência espanhola.¹⁵¹⁸

¹⁵¹⁸ Cf., respectivamente, J. Leite de VASCONCELOS, “Ensaio de onomatologia portuguesa”,

Unânicos quanto à etimologia latina PINNA e à via castelhana da variante *penha* estão J. Pedro Machado e Corominas.¹⁵¹⁹

Parece, todavia, de recuperar o argumento aduzido, em 1896, por Leite de Vasconcelos de que *penha*, sendo um elemento lexical muito vulgar e enraizado (acrescentar-se-ia — também na toponímia), não se explica por importação do castelhano. A sua etimologia deve encontrar-se em PINNA, tal como *pena*, de que, tudo leva a crer, será alótopo moçárabe. Aliás, Simonet aduz as formas moçárabes *pénna*, *pínna*, *píña* ‘penha’, amplamente representadas na toponímia espanhola.¹⁵²⁰

19. Condicionamento dos nomes de origem latina pelo idioma árabe

Na toponímia do antigo Condado de Coimbra também existem alguns topónimos de matriz latina que, tendo passado pela fieira árabe, revelam marcas dessa influência fonética.

Dado estarem pouco representados, optou-se por reunir numa primeira alínea os casos onde se verificam alterações fonéticas em consoantes, nomeadamente a substituição de [p] por [b], a sonorização de /s/ > /z/ em posição forte, a evolução do grupo -ST- (para /s/ ou /z/) e a palatalização de (algumas) consoantes surdas; e, na seguinte, por apresentar os casos de “imela” (passagem de /a/ tónico a /e/ ou a /i/).

19.1 Alterações fonéticas em consoantes

Abegão (Alcobaça), **Abegões** (Penalva do Castelo).

Do radical PECUS, como será referido na p. 490.

cit., p. 244-245; IDEM, “Notícias filológicas”, cit., p. 132 e 275; e IDEM, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 429-430 (excertos adaptados).

¹⁵¹⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Penha. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. PEÑA.

¹⁵²⁰ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. PÉNNNA, PÍNNA y PÍÑA.

Aboboreiras (Mira).

Derivado de *abóbora* (do hispano-latino APOPÖRE), como se verá na p. 493.

Vale **Abrunheiro** (Pampilhosa da Serra), *Várzea de Abrunhais* (Lamego), **Abrunhal**₂ (Arouca, Viseu), *Quinta do Abrunhal* (Nelas), *Barroco do Vale de Abrunhal* (Arganil), **Abrunheira**₉ (Arganil, Caldas da Rainha, Coimbra, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Montemor-o-Velho, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital), *Lomba da Abrunheira* (Pedrógão Grande), *Vale da Abrunheira*, **Abrunheiras** (Ansião), *Azenha do Abrunheiro* (Figueiró dos Vinhos), **Abrunheiros** (Pampilhosa da Serra), **Abrunhosa**₂ (Mangualde, Sátão), **Abrunhosa-a-Velha**, **Abrunhosa do Mato** (Mangualde).

Do latim PRUNEU, como se refere adiante (p. 495).

Albarrada (Santa Maria da Feira).

Como *Albarrol* (já estudado, p. 221), *Albarrada* pode ser um nome filiado na família etimológica de *barro*, ou mais provavelmente, seguindo a lição de Simonet, um derivado do latim vulgar *PARĒTE, de PARIĪĒTE ‘parede, muralha’, como acontece com os moçarabismos *barráda*, *al-barráda* ‘parede de pedra seca’, e *paráta*, vocábulo usado em Granada e Almería no sentido de ‘leira ou courela situada num terreno inclinado, sustentado por uma *albarrada* — parede de pedra seca que impede o seu desabamento’. O plural *paratas* usa-se para designar terras de cultura dispostas em socalcos.¹⁵²¹ José P. Machado, não se apercebendo do carácter moçarábico do apelativo, coloca a hipótese de ser um continuador do árabe *al-*barrādā*, formado sobre *bardāia* ‘cortina’, e *burūd* ‘divisão, separação’, com influência de *barra*.¹⁵²²

Alboi (Aveiro).

Várias têm sido as tentativas feitas no sentido de dilucidar a origem da palavra,

¹⁵²¹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. ALBARRÁDA, s.v. BARRÁDA, s.v. PARÁTA.

¹⁵²² J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 40.

que é nome de um bairro da cidade de Aveiro, situado junto à ria e cujo núcleo primitivo teria sido um alpendre destinado à guarda das mercadorias transportadas pelos grandes barcos que, outrora, ali fundeavam.¹⁵²³ Mas, para além dos seus vários significados — 'alpendre, telheiro; casarão; casa mal construída; casa grande mas desprezada; coberto de telha ou colmo, onde se guarda o carro e outros utensílios de lavoura; clarabóia de abrir no telhado; mulher gorda e desajeitada' —,¹⁵²⁴ das formas antigas — *Alboy* (1708) e *Alboi* (1747) —, e das variantes minhotas *arboi*, *alboi* e *alboio*, nada mais se esclareceu acerca dela. Encontrámo-la na toponímia espanhola, citada por Sanchis Guarner, que refere o latim BOVE como seu étimo possível.¹⁵²⁵ No entanto, Pidal, afirmando ignorar a sua etimologia, cita as formas toponímicas moçárabes antigas *Caracoy*, *Caracuey* e *Caracuy*, cujas terminações aproxima de *Carcabuey*, assegurando que nada têm que ver com BOVE latino.¹⁵²⁶ Pedro de Azevedo recolheu no *Glosario* de Simonet um “número avultado de palavras românicas influenciadas pela pronúncia árabe, que se conservam entre nós como nomes de lugares” e que são, nalguns casos, “apelidos de proprietários que se fixaram nas terras que lhes pertenciam por qualquer título.”. Entre esses nomes pessoais figura *Boyo*, a que o Autor atribui a etimologia de *Boi Formoso* ou *Bemformoso*.¹⁵²⁷ De facto, Simonet relaciona com *boi* os nomes ou alcunhas *El Bóyyu* e *El Boyo*,

¹⁵²³ P. Cunha SERRA, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVI, 1960, p. 190-192, onde se indica bibliografia sobre o termo. O nome *Alboi* continua vivo na toponímia de Aveiro: numa pesquisa rápida, encontraram-se *Cais do Alboi*, *Rua Cais do Alboi*, *Bairro do Alboi*; *Alboi* deu ainda nome a uma residencial da cidade.

¹⁵²⁴ Além da bibliografia citada por Cunha Serra, ver: J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos interamnenses”, *Revista Lusitana*, vol. 8, 1903-1905, p. 56; Óscar de PRATT, “Linguagem minhota”, *Revista Lusitana*, vol. 14, 1911, p. 146; IDEM, “Notas à margem do «Novo Dicionário da Língua Portuguesa»”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 212; e F. Alves PEREIRA, “Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Valdevez (Alto Minho)”, cit., p. 181.

¹⁵²⁵ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 321.

¹⁵²⁶ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 25.3.

¹⁵²⁷ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213.

documentados nos séculos XIV e XVI, respectivamente.¹⁵²⁸ Mas Galmés de Fuentes, a propósito do topónimo *Alpoy* (continuador do nome da herdade de *Ahmad Alpoy*), afirma tratar-se de uma forma derivada do latim PÖDIU,¹⁵²⁹ que tomou na Ibéria o significado de ‘banco de pedra, assento de terra ou pedra para descansar ou pousar algo’, patente em *poio* e em *poial* ‘lugar onde se assenta ou coloca alguma coisa; banco fixo; assento de pedra’, e também presente em *Poiares* (cf. p. 391). Assim sendo, temos em *Alboi* um exemplo bem ilustrativo de fenómenos característicos dos dialectos moçárabes com a aglutinação do artigo árabe *al*, a substituição de [p] por [b] em posição forte, a evolução do grupo -dġ- > -i-, e a apócope de -o final.

Alvalade (Coimbra).

Conforme será referido (p. 533), neste topónimo antigo, continuador do latim PALATIUI, entre outros fenómenos típicos dos dialectos moçárabes, verifica-se a substituição de [p] por [b] seguida da fricativação em [v].

Direito da Baliza (Cantanhede), *Balisque* (Viseu), *Balixo* (Pampilhosa da Serra).

Corominas¹⁵³⁰ admite que *baliza* seja um continuador moçárabe do latim PALU ‘pau’ + -ICIUI, uma vez que, para além da conservação do -l- intervocálico, se regista a sonorização da bilabial oclusiva surda inicial [p]. Galmés de Fuentes e Sanchis Guarner confirmam a proveniência moçárabica do nome.¹⁵³¹ É bem conhecida a importância do abalçamento nos portos fluviais como, por exemplo, no de Lisboa — território que sofreu profundas influências moçárabes — e o facto de ter diversas

¹⁵²⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. BÓYO y BÓYYU.

¹⁵²⁹ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología moçárabe*, cit., especialmente as p. 178-179 e 285.

¹⁵³⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BALIZA.

¹⁵³¹ M. SANCHIS GUARNER, “El Mozárabe Peninsular”, cit., p. 322. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología moçárabe*, cit., p. 99 e 324.

acepções em Portugal indica que é uma palavra mais antiga e arreigada no português que nos outros idiomas românicos. Luís Chaves, por exemplo, refere *baliza* como vocábulo usado pelos pescadores, com a acepção de 'bóia amarrada para demarcar uma zona de pesca' e, curiosamente, a corda que a prende tem os nomes de *panda* ou *banda*, nos quais é notória a oscilação entre /p/ e /b/.¹⁵³² O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (s.v. Baliza¹) entende que o termo continua o baixo latim PALITIA 'estacada' (< PALU 'pau') e regista diversas acepções; além das já referidas, importa acrescentar a de 'marca de sinalização dos limites de um terreno; extrema, limite', uma vez que o topónimo composto *Direito da Baliza* sugere a ideia de 'linha orientadora, demarcação'.

É possível que *Balisque* e *Balixo* se relacionem igualmente com o mesmo étimo. Simonet recolheu *balíxa* e *belíxa* 'bolsa de pastor', do baixo latim PELLICEA, derivado de PELLIS,¹⁵³³ que, numa hipótese mais remota, poderia também estar na base destes topónimos.

¹⁵³² Luís CHAVES, "A cortiça e o seu vocabulário popular", cit., p. 93-121. Ver, especialmente, as p. 99-100. Cf. também Fritz KRÜGER, "Notas etnográfico-linguísticas da Póvoa de Varzim", *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 109-182, especialmente o § "A cortiça como elemento etnográfico", p. 139-156, onde se faz referência a diversos tipos de bóias de cortiça, como a *baliza*, o *corcho* e o *boirel* 'rolo de cortiça preso com pinos de madeira, que servem para conservar na altura desejada a rede sardineira, quando lançada ao mar' e se considera este nome um diminutivo de *bóia*.

¹⁵³³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. BALÍXA ou BELÍXA.

*Ribeira das **Bouchaneiras*** (Leiria).

Nome já referido (na p. 436), a propósito da manutenção de -N- intervocálico.

Brejes (Pampilhosa da Serra), **Brejinho** (Pombal), **Brejo**₁₁ (Coimbra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Mealhada, Ovar, Penela, Pombal, Tábua), **Brejo de Baixo**, **Brejo de Cima** (Pampilhosa da Serra), **Brejos**₃ (Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pampilhosa da Serra).

Certamente do latim *BRACU ou *BRAGU (como se verá a seguir, na p. 487).

Galifonxe (Viseu).

Como já foi mencionado (p. 454), Joseph Piel entende que o segundo elemento deste topónimo é o mesmo que se encontra presente em *Alfonse* < *ALFONSI, genitivo de ALFONSUS (cujo radical FUNS pertence ao alto alemão arcaico FUNS 'pronto; dócil') e aproxima a palatalização [s] > [š] do arcaico *xufre* 'enxofre' < SULFUR, acrescentando que há autores que vêem nela uma aproximação à articulação árabe.¹⁵³⁴

*Vila Nova de **Monsarros*** (Anadia).

Na base deste topónimo encontra-se o determinativo *moçárabe* que, como já foi referido, continua um particípio árabe *mustarib* ou *must'arab* 'arabizado, semelhante ao árabe', usado para designar o cristão que vivia sob o domínio dos muçulmanos.¹⁵³⁵ Apesar dos elementos *Vila Nova*, a origem da «villa» deve ser anterior ao Repovoamento, remontando talvez à dominação romana da região eminense. Um documento de 1082, onde D. Sisnando reconhece a posse da localidade aos monges do mosteiro de Vacariça, regista ora *Muzarros* ora *Mozarros*, o

¹⁵³⁴ Joseph M. PIEL, "Os nomes germânicos na toponímia portuguesa", *Boletim de Filologia*, t. II, 1933-1934, p. 125.

¹⁵³⁵ Ver: 7.2 Toponímia relacionada com o repovoamento e a Reconquista (especialmente a p. 76); 7.4. Populações moçárabes, p. 80 e seguintes; e 16.2.2 Evolução do grupo -ST-, p. 203.

que postularia a grafia *Moçarros*, de onde, por nasalação provocada na primeira sílaba pelo [m] inicial, se passou a *Monçarros*. Graças ao dito documento, fica-se a saber que *Vila Nova de Monsarros* (que foi sede de concelho entre 1514, data em que recebeu foral de D. Manuel, e 1836) é o resultado da junção de dois lugares distintos: a herdade de *Monsarros* e o lugar de *Vila Nova*.¹⁵³⁶ Joaquim da Silveira refere que “a grafia correcta é *Monçarros*, com ç, primitivamente *Moçarros*”, e faz remontar a mais antiga abonação do nome a 1064.¹⁵³⁷

A mesma base etimológica revela-se, fora do território em análise, no topónimo antigo (século XIII) *Fonte de Mozarabe* ou *Moçarava* (concelho de Elvas), e nos actuais *Monçarve* ou *Monte de Monçarve* (Viana do Alentejo), *Monceravia* ou *Monçaravia* (Alenquer) e *Monservia* ou *Monçarvia* (Sintra) (à letra ‘a moçarábica’ ou ‘a dos moçárabes’). Em Espanha existem igualmente alguns topónimos cognatos: *Valdemozárabes* (Toledo), *Mozarvez* ou *Aldeia de Mozárabes*, *Mozarabitos* ou *Huerta de Mozarabitos* (Salamanca) e *Almizárabes* (Jaen). Acrescente-se que *Mostárab* e *Mistárab* foram igualmente usados como apelidos que, sufixados com *-i*, indicavam relação ou procedência: em Espanha registam-se *Domínico Mostarabí* (século XIII), *Miguel Mozaraví* (século XVII). Entre nós, documentam-se os nomes pessoais *Maria Mozaraba*, *Petrus Mosarabe* (1167) e *Dominicus Mozaravinus* (1232).¹⁵³⁸

O mesmo tratamento do grupo medial ST > /s/ (ou /z/, no caso do castelhano) revela-se noutros topónimos românicos arabizados: é o caso das formas portuguesas *Cacela*, *Alcácer*, *Alçaçarias* e *Alçaçarinho*, veiculadas através do árabe *qastallâ* (representante do latim CASTELLU, diminutivo de CASTRU), e as castelhanas (onde [s] evolui mais tarde para [θ]) *Saragoça* (ant.) / *Zaragoza* (< árabe *saraqusta* <

¹⁵³⁶ GEPB, vol. 53, s.v. VILA NOVA DE MONSARROS. Através de outro documento de 1086, conhecem-se mesmo os nomes dos seus proprietários moçárabes: Martinho iben Atumati e sua mulher Múnia Zuleiman. O autor deste artigo considera-o moçarábico mas não sabe explicar a sua evolução (que pensa estar relacionada com o antropónimo *Muça*).

¹⁵³⁷ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 20.

CAESAR AUGUSTA), *Monacil* (< árabe *munastir* < MONASTERIU), *Ecija* (< árabe *‘istiya* < ASTIGI). No léxico comum, devem-se a influência árabe os resultados *bisnaga* (< PASTINACA) e *moço / moça* (do latim MUSTEU ou, talvez melhor, de *MUSTU ou *MUSTIU).¹⁵³⁹

Zaianas (Cantanhede).

Nome já referido a propósito da conservação de -N- intervocálico (p. 439).

19.2 “Imela” (passagem de /a/ tónico a /e/ ou a /i/)

Alcabideque (Condeixa-a-Nova).

Na origem da vogal tónica está o [a] de (*CAPITE) AQUAE (como será explicitado adiante, p. 506).

Brejes (Pampilhosa da Serra), **Brejinho** (Pombal), **Brejo**₁₁ (Coimbra, Figueiró dos Vinhos, Leiria, Mealhada, Ovar, Penela, Pombal, Tábua), **Brejo de Baixo**, **Brejo de Cima** (Pampilhosa da Serra), **Brejos**₃ (Figueiró dos Vinhos, Óbidos, Pampilhosa da Serra).

De acordo com o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa (s.v. Brejo), são várias as acepções de *brejo* — ‘terreno que apenas produz urzes e outros matos’, ‘terreno alagadiço, pantanoso’, ‘plantação de arroz’ (entre outras usadas no Brasil) —, que talvez provenha do latim *BRACU, de origem celta. J. P. Machado também advoga esta etimologia, acrescentando que a primeira documentação do apelativo *brejo* remonta a 1176 e que o topónimo *bregium* se regista em 1257.¹⁵⁴⁰

Piel concorda com essa hipótese etimológica, aliás sustentada pela existência

¹⁵³⁸ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 67-69.

¹⁵³⁹ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 144.

¹⁵⁴⁰ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Brejo.

no címbrio de *brag-wair* e *brag-welt*, nomes de duas plantas aquáticas, e refere que “Meyer-Lübke admitiu a identidade do português *brejo* (...) com aquela voz pré-latina, lembrando os conhecidos fenómenos «moçárabes» *á* > *e* e *-g* > *-j*, que observamos, p. ex., na evolução de TAGUS para *Tejo*.”¹⁵⁴¹ Piel acrescenta que, de acordo com a toponímia, a pátria de *brejo* é o Sul de Portugal, mais intensamente arabizado, como se pode perceber pelo facto de apenas um reduzido número dos 105 topónimos portugueses formados a partir deste apelativo se encontrarem situados a norte do Tejo. Mansur Guérios também alude a *brejo* (< latim *BRAGU) que, juntamente com *Tejo* e *Beja* (de TAGU e PACE, respectivamente), utiliza para ilustrar o fenómeno da imela (passagem de [a] tónico a [e], nestes casos) e da palatalização [g] > [j].¹⁵⁴²

Campina₂ (Penalva do Castelo, Vila Nova de Ourém), **Campino** (Alvaiázere), **Campinos**₂ (Estarreja, Leiria).

Como já foi estudado (p. 406), na origem destes nomes de lugar está CAMPANIA, com /a/ > /i/ por imela.

19.3 Interferências morfossintáticas

A duradoura convivência entre árabes e cristãos no território de Coimbra deixou também algumas marcas toponímicas da interinfluência morfossintáctica de elementos árabes e românicos. Numa primeira alínea, apresentam-se os casos de supressão de /r/ no sufixo românico *-eira* (> *-eia*), fenómeno fonético induzido por analogia, com consequências de natureza morfológica. Nas alíneas seguintes, estudam-se os numerosos casos de hibridismo, com elementos românicos ou romanizados e árabes: aglutinação do artigo árabe *al*, de que resulta *a-*, quando o / se assimila ao fonema “solar” inicial da palavra seguinte; *ben* / *ban*, forma encurtada de *ibn* ‘filho’, anteposta a um antropónimo românico, indicando filiação; e substituição de

¹⁵⁴¹ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 313-314.

¹⁵⁴² R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárábico lusitano”, cit., p. 142-143.

-iz por *-ique*, induzida pela frequente terminação *-ique* em palavras árabes, como *alambique*, *arrebique*, *tabique*, etc. (fenómenos já referenciados no capítulo anterior, nas p. 206, 212 e 215, respectivamente).

19.3.1 Supressão de /r/ no sufixo românico *-eira* (> *-eia*)

Como já foi referido no capítulo anterior (16.3.1, p. 205), não se encontrou na bibliografia consultada qualquer referência a esta evolução, semelhante à que ocorre em grande parte dos dialectos italianos no mesmo contexto fónico. Nas formas portuguesas, talvez fique a dever-se a uma analogia com apelativos de origem árabe terminados em *-eia* (por exemplo, *aldeia* e *açoteia*) e com os topónimos *Liceia* (Montemor-o-Velho) e *Ladeia* (Soure), este entendido pelos falantes da região como *Ladera* / *Ladeira*.¹⁵⁴³ Esta hipótese de trabalho, que merece um olhar mais atento, tem a seu favor a localização destes topónimos em concelhos próximos, Vila Nova de Poiares e Penela (este contíguo ao de Soure, onde se localiza a *Ladeia*). Fora do distrito de Coimbra, só se registou esta evolução em *Barranco das Almoleias* (Beja), por *Almoleiras*,¹⁵⁴⁴ o que leva a supor que o fenómeno tenha tido uma extensão maior, tendo sido travado pela maior influência de *-eira*. Recorde-se também que o arabismo *Carteia* deu origem a *Quarteira* (Faro) e a *Quarteiras* (Guarda) através de um processo análogo de identificação de sufixos.

Abraveia₂, Marco de ***Abraveia***, Póvoa de ***Abraveia*** (Vila Nova de Poiares).

Como se refere adiante (na p. 494), talvez se trate do resultado moçárabe de **Abraveira* e se possa relacionar este nome com *bravo* (provavelmente de BARBĀRU

¹⁵⁴³ Sobre a história deste arabismo e da respectiva região, cf. Salvador Dias ARNAUT, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o Estudo do Feito de Ourique*, cit.. Acerca de *Ladeira(s)* e *Ladeirinha(s)* (< LATUS + -ARIA), ver Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit., p. 167.

¹⁵⁴⁴ Ver Maria Luísa S. M. AZEVEDO, *Toponímia moçárabe em Portugal*, cit., vol. I, p. 65. Na origem deste topónimo está MOLA que, além de 'mó, moinho', pode ainda comportar a significação de 'cerro escarpado com cume plano'. Cf. *São Pedro de Moel*, p. 295, *Molões*,

‘violento, cruel; selvagem; inculto’).

Janeia-a-Nova, Janeia-a-Velha, Algar de Janeia (Penela).

Trata-se de um alótopo de *Janeira*, cuja história etimológica já se esboçou (p. 425).

19.3.2 Aglutinação do artigo árabe *al*

Abegão (Alcobaça), **Abegões** (Penalva do Castelo).

J. P. Machado regista para *abegão* o étimo latino ABIGŌNE ‘guardador de gado’.¹⁵⁴⁵ Pelo contrário, Leite de Vasconcelos entende que “o radical de *abegão* e *abegoaria* deve ser a- *pecudonem”, e regista, no Algarve, *abugão* ‘o que faz os instrumentos de lavoura, arados, carros, etc.’, variante de *abegão*;¹⁵⁴⁶ o vocábulo tem diversas acepções regionais, predominando na linguagem comum ‘pessoa que cuida do gado’.¹⁵⁴⁷ Galmés de Fuentes também refere o português *abegoaria* < PECUS, recolhido na *Grammaire des langues romanes* de Meyer-Lübke.¹⁵⁴⁸ Joaquim da Silveira recolheu, em Penalva do Castelo, *Abogões* por *Abegões*.¹⁵⁴⁹

Abitureira₄ (Arouca, Figueiró dos Vinhos, Mealhada), **Lomba da Abitureira**, **Vale da Abitureira** (Lousã), **Pinhal da Abitureira** (Arganil), **Abetureiras** (Figueira da Foz), **Vale da Abutra**, **Azenha do Abutre**, **Vale do Abutre**, **Azenha do Vale do Abutre** (Pampilhosa da Serra), **Minas da Albutieira** (São Pedro do Sul), **Avitouro** (Cinfães).

Do latim VULTŪRE ‘abutre’, em português arcaico *avuitor* e *avuitre*, cujo ditongo [uɨ] se reduziu a [u]; em alguns dos topónimos citados, reduziu-se a [i] (e

Molaredo, Molareira, Moledo(s), Molelinhos, Molelos, p. 455, e *Moleiras, Moleiro(s)*, p. 458.

¹⁵⁴⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Abegão¹.

¹⁵⁴⁶ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos algarvios”, cit., p. 334.

¹⁵⁴⁷ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Abegão.

¹⁵⁴⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 99.

¹⁵⁴⁹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 51.

ainda a [ə]).

Leite de Vasconcelos traça o percurso do termo — VULTŪRE(M) > *VULTRE > *a-buitre* > *abutre* — e explica: “De vulture(m) proveio *vultre pela síncope normal do *u* protónico; de *vultre proveio a forma arcaica *a-buitre*, pela dissolução do *l* (cf. *multo*, de multo), mudança de *v* em *b* (cf. *bodo*, de votum), e prótese frequente de *a*; da forma arcaica *abuitre* proveio *abutre*, pela redução de *ui* a *u* (cf. *chuva*, de *chuiva*; *fruto*, de *fruito*; *luto*, de *luito*).”¹⁵⁵⁰ Leite de Vasconcelos cita as formas onomásticas modernas simples *Bitureira* e *Vitureira*; com prótese de *a-*, *Abitureira(s)* e *Abutreira(s)*; e as antigas *Avuitoreira* e *Avuytureiras*.¹⁵⁵¹ São, aliás, vários os autores que se debruçam sobre esta família de nomes: J. Piel dá conta daquela que talvez seja a mais antiga forma toponímica do nome na nossa Península — *alpe Vulturaria* (num documento de 916) —, actualmente *Beitureira*, na província espanhola de Lugo;¹⁵⁵² Joaquim da Silveira dá como exemplo da “prótese” de *a-* a forma antiga *Avuitoreira* (< VULTURARIA), registada pela primeira vez como topónimo em 1220;¹⁵⁵³ Pedro A. Ferreira refere-se a diversas povoações que tomaram o nome “dos abutres, aves de rapina”, como *Abutre*, *Abutreira* e *Abitureira*, que considera o mesmo que *Bitureira* e *Abutreira*; e, noutro passo sobre a aglutinação do artigo árabe *al*, coteja as formas *Vitoreira* (por *Vitureira*) com *Abitureira*, *Avitureira* e *Abutreira*.¹⁵⁵⁴ Dada a proximidade

¹⁵⁵⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Notícias filológicas”, cit., p. 272. A referida etimologia é consensual; sem se deterem propriamente sobre o nome, fazem referências a *abutre* e à sua etimologia: C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Fragmentos etimológicos”, cit., p. 187; e J. J. NUNES, “Fonética histórica portuguesa”, cit., p. 296.

¹⁵⁵¹ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*, vol. II, cit., p. 161.

¹⁵⁵² Joseph M. PIEL, “Notas de toponímia galega”, cit., p. 58-59.

¹⁵⁵³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 209; e IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 54. Ver também J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Abutre*.

¹⁵⁵⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 28, 182, 425 e vol. II, p. 256, respectivamente. De facto, a grafia etimológica destes nomes é com <u> e não com <o>.

fonética e morfológica que *Albutieira* mantém com as restantes formas estudadas, poder-se-á também pensar numa mesma origem para este topónimo.

Vários outros nomes de lugar com esta etimologia distribuem-se um pouco por todo o território nacional continental: *Abitureira*₄ (Braga, Porto, Guarda, Castelo Branco), *Ribeira da Abitureira* (Guarda), *Rocha da Abitureira* (Faro), *Cerro da Abetreira*, *Abetoreira* (Beja), *Abetureira*, *Abitureiras* (Santarém), *Abotoreira*₂ (Vila Real, Castelo Branco), *Cerro da Abutreira* (Setúbal), *Ribeiro da Abutreira* (Castelo Branco).

Abóbada (Tondela), ***Aboadela*** (Lamego).

De acordo com Joaquim da Silveira, estes topónimos são continuadores do latim vulgar *VOLVĪTA ‘volta, arcada’, participio passivo de VOLVERE ‘dar volta, revirar’, ao qual se antepôs o artigo em causa (*a-* > *a(b)-*). No português antigo existiu *bóveda* com as variantes *bóbeda*, *bóboda*, *bóbada* e *abóveda*.

Trata-se de nomes bastante comuns na nossa nomenclatura topográfica, que inicialmente se podem ter referido à configuração do terreno ou ter tido que ver com a existência de construções abobadadas, como pequenos templos ou ermidas, fontes cobertas, etc.. *Abóbada* é também topónimo dos distritos de Lisboa, Évora, Setúbal e Beja e, em Évora, existe *São Marco da Abóbada*. Contrariamente à opinião de J. P. Machado que vê em *Aboadela* (também topónimo do concelho de Amarante) um continuador do árabe *abū* ‘*abd allaH*’ ‘pai de *’abd allaH*’,¹⁵⁵⁵ Silveira entende tratar-se de uma forma diminutiva de *abóbada*, em que, além da “prótese” de *a-*, se verificou “o desaparecimento do *v = b* interior, que se vocalizou primeiro em *u*, sendo este depois absorvido pelo *o* contíguo”. Sem *a* inicial, existem ainda os topónimos diminutivos espanhóis *Boadilla*, *Bobadilla* e os portugueses *Boadela* (Cabeceiras de Basto) e *Bobadela* (Oliveira do Hospital, Boticas, Loures e Chaves).¹⁵⁵⁶ Pedro A. Ferreira

¹⁵⁵⁵ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 22.

¹⁵⁵⁶ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, p. 277-278. De *Bobadela* (Oliveira do Hospital) abonam-se as variantes antigas com *a-* inicial *Abovedella*,

também menciona (sem localizar) *Abóbada(s)* e *Bóbeda* (por *Bóbada*) como nome de várias povoações portuguesas, e as formas diminutivas *Abobadela*, *Aboadela* e *Bobadela*.¹⁵⁵⁷

Aboboreiras (Mira).

De acordo com Corominas, *abóbora* e derivados filiam-se no hispano-latino APOPÖRE, segundo formas peninsulares antigas. As ocorrências *abóbra*, *bóbra*, *buébra*, *abobrélla*, *abobriélla*, *abubr'ālla*, *abobrilla*, *bobrilla*, *bobrélla*, *bobrin*, *bobrinélla* registam-se em várias fontes moçárabes dos séculos X e XIII,¹⁵⁵⁸ já com substituição de [p] por [b] em posição forte.

Muito recorrente na toponímia, são inúmeros os nomes de terras com o mesmo étimo, nomeadamente *Aboboreira*₁ (Castelo Branco, Santarém, Lisboa, Beja, Faro), *Abobreira*₂ (Viana do Castelo, Évora), *Abobreira Cimeira*, *Abobreira Fundeira*, *Fonte da Abobereira*, *Vale das Abóboras* (Santarém), *Abobeira*₂ (Vila Real). Além de J. J. Nunes, que refere *Aboboreira* e *Aboborais* como exemplos de derivados de *abóbora* em *-eira* e *-al*, muitos destes topónimos (maioritariamente centro-meridionais) são apresentados por José Pedro Machado como antigos e característicos desta região.¹⁵⁵⁹

Abóbora usa-se também como alcunha um pouco por todo o país, tendo Leite

em 1211 e *Abovadela*, em 1258. Sobre estes topónimos, ver também IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 123.

¹⁵⁵⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 416 e vol. III, p. 28, 95 e 182.

¹⁵⁵⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ABOBOREIRA; SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. ABOBRÉLLA, s.v. BOBRÉLLA; Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 257; J. P. MACHADO, “Elementos hispânicos do vocabulário latino”, cit., p. 250. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 83.1, salienta o facto de só o português conservar algumas destas formas, antigamente tão difundidas.

¹⁵⁵⁹ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 138. J. P. MACHADO, “Adolfo Coelho e o romance moçárábico”, cit., p. 19.

de Vasconcelos registado ocorrências em Nisa e em Elvas.¹⁵⁶⁰

Assinale-se, a propósito, a existência de topónimos que podem facilmente confundir-se com algum dos mencionados, por proximidades fonéticas e / ou gráficas: é o caso de *Abobleira* que, segundo Pedro A. Ferreira, será variante de *bebreira* e de *bobreira* (forma muito frequente entre o povo), o mesmo que *bebereira* ‘figueira que dá *bêberas*’ — designação abrangente de uma variedade de figo (preto por fora e roxo por dentro) e também da própria figueira’.¹⁵⁶¹ J. P. Machado estabelece a etimologia latina BĪFĒRA (FICUS) ‘(figueira) que produz duas vezes por ano’, e abona as formas antigas *abêbara*, *abêbera*, *abêbora*, *abebra*, *bêbara*, *bebra*, *bêvera* e *breba*.¹⁵⁶²

Abraveia₂, Marco de ***Abraveia***, Póvoa de ***Abraveia*** (Vila Nova de Poiares), ***Abravezes*** (Viseu).

De entre os etimologistas consultados, só Pedro A. Ferreira faz uma breve alusão a *Abravezes* como sendo o resultado de “*Al + bravezes*”, com o significado de ‘porcos, cabras, javalis selvagens, brav(i)os’, e acrescenta que talvez no português se tivesse usado *bravez* e *bravezes* como adjectivo, na acepção de ‘bravo(s), montez(es), serrano(s), serrenho(s)’.¹⁵⁶³ Não se tendo encontrado formas antigas que possam ajudar a reconstituir a evolução destes nomes, põe-se a hipótese de se relacionarem com *bravo*, de origem insuficientemente esclarecida, provavelmente do latim BARBĀRU ‘violento, cruel; selvagem, inculto’ (e este do grego *bárbaros* ‘estrangeiro, não grego’, por oposição a *Héllēn*). José Pedro Machado recolheu, em 883, *bárvaro* e, em 1124, *bravo*, por via popular, (através de uma forma **brabus* < **babru* < **barbaru*). As acepções de ‘selvagem’ ou ‘inculto’, que se aplicam a terrenos e se documentam

¹⁵⁶⁰ J. Leite de VASCONCELOS, *Antroponímia portuguesa*, cit., p. 260 e 263.

¹⁵⁶¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 182. *GEPB*, vol. 4, s.v. BÊBERA, s.v. BEBEREIRA. *Abobleira* (que Pedro A. Ferreira não localiza) deve ser alógrafo de *Aboboleira*, nome de lugar dos concelhos de Chaves e Vila Real. Cf. *GEPB*, vol. 1, s.v. ABOBOLEIRA.

¹⁵⁶² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bêbera.

¹⁵⁶³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 99 e 523-524.

em português, entre 870 e 1043,¹⁵⁶⁴ estarão na base dos topónimos em apreço. Como já foi referido (na p. 489), pode ainda aventar-se a possibilidade de *Abraveia* ser o resultado moçárabe de **Abraveira*, com supressão de /r/ no sufixo românico *-eira*.

Currais de Abrizes (Leiria).

Nome já estudado (p. 219), a propósito do tratamento das vogais finais nos dialectos moçárabes.

Vale Abronheiro (Pampilhosa da Serra), *Várzea de Abrunhais* (Lamego), *Abrunhal*₂ (Arouca, Viseu), *Quinta do Abrunhal* (Nelas), *Barroco do Vale de Abrunhal* (Arganil), *Abrunheira*₉ (Arganil, Caldas da Rainha, Coimbra, Figueira da Foz, Figueiró dos Vinhos, Montemor-o-Velho, Oliveira do Bairro, Oliveira do Hospital), *Lomba da Abrunheira* (Pedrógão Grande), *Vale da Abrunheira*, *Abrunheiras* (Ansião), *Azenha do Abrunheiro* (Figueiró dos Vinhos), *Abrunheiros* (Pampilhosa da Serra), *Abrunhosa*₂ (Mangualde, Sátão), *Abrunhosa-a-Velha*, *Abrunhosa do Mato* (Mangualde).

Segundo José Pedro Machado,¹⁵⁶⁵ *abrunho* vem “de *a-* + lat. *prūnu-* (*malum*), através de **prūnĕu-*” e documenta-se pela primeira vez em 1562.

José Joaquim Nunes acrescenta que, pelo menos no românico lusitano, esta forma adjectiva substituiu os substantivos *prunus* e *prunum*, “tomando para si as duas significações de árvore e fruto, que o latim distinguia”; dela proveio pela “junção do *a* o nosso *abrunho* que veio depois a perder aquele *a-*, resultando daí *brunho*, subsistindo hoje as duas formas; por essa razão a toponímia, ao lado de *Abrunhal*, *Abrunheira*,

¹⁵⁶⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. BRAVO. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bárbaro.

¹⁵⁶⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Abrunho*. J. Leite de VASCONCELOS, “Português dialectal da região de Xalma (Espanha)”, cit., p. 180, dá-nos a mesma etimologia (**a-pruneu*), a propósito de uma curiosa forma *agrunho* ‘abrunho’ que explica “talvez por influência de «agro».”. A. Gomes PEREIRA, “Tradições populares e linguagem de Vila Real”, *Revista Lusitana*, vol. 11, 1908, p. 287, atribui a *abrunheiro* o “étimo **apruniariu*, formado de *prunus* logo que no baixo latim o sufixo *-arius* se generalizou para os nomes de árvores.”.

Abrunheiros, Abrunheta, Abrunhosa, dá-nos Brunhal, Brunhais, Brunheda(o), Brunheiro, Brunheira(s), Brunheirinha, Brunheta, Brunhosa, e Brunhosinho.”¹⁵⁶⁶ O Autor não tem em conta que se trata de uma aglutinação de *a(l)-*, nem a frequente substituição de [p] por [b], a que já se fez referência na p. 481.

Leite de Vasconcelos partilha a mesma opinião: “de PRUNU formou-se o adjectivo *PRUNEU-, que, com acrescentamento de *a*, deu *abrunho*, de onde derivou o nome da árvore, *abrunheiro*”.¹⁵⁶⁷ Cunha Serra também explica *Brunhido* (Águeda) pelo latim *PRŪNĒU (= PRUNU ‘ameixeira; abrunheiro’) seguido do sufixo -ĒTUM, corrente na formação de nomes botânicos para designar o lugar onde existe ou onde se cultivava a planta; acrescenta a existência de numerosos nomes de lugar pertencentes a esta família etimológica, onde se verificou aglutinação de *a-*, dando como exemplo *Abrunheda, Abrunheira e Abrunhosa*.¹⁵⁶⁸

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa considera as formas *abrunho* e *brunho* semanticamente equivalentes, atribuindo-lhes também a etimologia latina **pruneus* de *prunus*. Além disso, consigna os correspondentes nomes de árvores, *abrunheiro* e *brunheiro*.¹⁵⁶⁹

Dada a proximidade fonética e gráfica dos apelativos (*a*)*brunho* e *bunho*, alguns destes nomes de lugar poderão eventualmente ter na sua origem o nome desta planta, como alerta Joaquim da Silveira,¹⁵⁷⁰ informando que *Brunheira* (Oliveira do

¹⁵⁶⁶ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 162 (excertos adaptados). Na *GEPB*, além dos topónimos citados pelo Autor, encontraram-se ainda: *Abrunheda, Abrunheiro, Brunheirinho, Brunheda, Brunhido, Brunhós e Brunhoso* (cf. vol. 1, p. 142, e vol. 5, p. 147).

¹⁵⁶⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 402.

¹⁵⁶⁸ P. Cunha SERRA, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXVI, 1970, p. 313-316.

¹⁵⁶⁹ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. *Abrunho, brunho, s.v. Abrunheiro, brunheiro*.

¹⁵⁷⁰ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 15. O Autor regista ainda *Brunheiro* por *Bunheiro* (Murtosa). Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 222, também dá conta dos topónimos *Bunheiro(a), Bunho, Bunhosa*, que filia em “*bunho*, o mesmo que palha

Bairro), também conhecida por *Abrunheira* (já no Censo da Estremadura de 1527), é, em rigor, *Bunheira* < *bunho* (do latim *BUDINU, de BŪDA)¹⁵⁷¹ ‘planta palustre, espécie de junco’, abundante nos arredores da povoação. No entanto, tal facto em nada compromete a aglutinação do artigo *a(l)*. Aliás, Ferraz de Carvalho¹⁵⁷² refere *Brunheira* como forma antiga (1527) de *Abrunheira* (Coimbra) e a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*,¹⁵⁷³ além de *Abrunheira* — também conhecida por *Brunheira* (Oliveira do Bairro) —, regista uma *Abrunheda*, em Carrazeda de Ansiães, por vezes denominada *Brunheda*.

Trata-se de topónimos muito recorrentes um pouco por todo o país: para além da já referida *Abrunheda* (Carrazeda de Ansiães), existem noutras regiões vários lugares chamados *Abrunheira*, nomeadamente nos distritos de Lisboa, Castelo Branco e Portalegre. Pedro A. Ferreira confronta *Abrunheiro(a)*, *Abrunhal* e *Abrunhais*, “povoações nossas que tomaram o nome dos abrunhos”, com outras formas sem *a*.¹⁵⁷⁴

Em Espanha existem também *Pruna* e *Prunes*, a que Galmés de Fuentes atribui origem moçárabe.¹⁵⁷⁵

Achada, ***Achada*** do Cachinho, ***Achada*** do Pontão (Vila Nova de Ourém), ***Casais da Achada*** (Caldas da Rainha), ***Achadas***₂ (Montemor-o-Velho, Pombal).

Adolfo Coelho considera *Achada* e o diminutivo *Achadinha*, derivados do latim

de tabúa, planta pantanosa, de que se fazem esteiras, tapetes, estrados, cadeiras, etc.”.

¹⁵⁷¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Boinho.

¹⁵⁷² A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 61.

¹⁵⁷³ *GEPB*, vol. 1, s.v. ABRUNHEIRA.

¹⁵⁷⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 28-29, 53-54 e 221; cf. também vol. II, p. 233, onde, a propósito de *Abrunheira* (Torres Vedras), refere que a desinência *-eira* é “própria e característica de Portugal e da velha Galiza”.

¹⁵⁷⁵ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 36, 311 e 313. Sobre a distribuição geográfica das denominações deste fruto no mundo românico e, em particular, na Península Ibérica, cf. R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 83.5.

PLANU, nomes antigos formados num período em que ainda não se tinha verificado a queda de -N-, isto é, antes do fim do século XII.¹⁵⁷⁶ Também Leite de Vasconcelos entende que *achada* ‘planície extensa no cume de um monte’ (pouco conhecida no continente português mas muito vulgar nas ilhas dos Açores e em Cabo Verde, com a mesma significação) é um continuador de “a + planata, como o mostra a forma arcaica *achaada*, que vem em Viterbo, *Elucidário*, s.v., e que devia ter passado por *achãada.”¹⁵⁷⁷ J. J. Nunes inclui *Achada* entre os topónimos em que ocorreu a “fusão do artigo com o nome”.¹⁵⁷⁸ Mas Francisco Carreiro da Costa, que se refere a vários topónimos açorianos com aglutinação de *a-*, precisa que em *Achada* “não houve prótese, mas síncope, visto que a forma mais antiga é *Achãada* < *adplanata*.”¹⁵⁷⁹ Também Piel,¹⁵⁸⁰ citando *achãado* (documentado na crónica de Azurara) e *achada* ‘planalto’, frequente nos Açores, julga-os continuadores do latim [AD]-PLANATA. Se assim fosse, estes nomes não seriam moçarabismos. No entanto, parece mais plausível a hipótese de aglutinação do artigo árabe em causa, tanto mais que o fenómeno é muito frequente nas regiões em causa.

¹⁵⁷⁶ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 146.

¹⁵⁷⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Dialectos açoreanos”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 306. Cf. também IDEM, “Onomástico do concelho de Mértola”, cit., p. 467-468. Este termo antigo, *achaada* ‘terreno raso; planalto’, pode igualmente encontrar-se na *GEPB*, vol. 1, s.v. ACHAADA e s.v. ACHADA. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 267, refere-se-lhe a propósito de *Monplate* (“do francês *mont* — monte — e *plat* — plano, chato.”) e de *Monte Chão* que lhe recordam *Achada*. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., não inclui este apelativo.

¹⁵⁷⁸ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 257.

¹⁵⁷⁹ Francisco Carreiro da COSTA, “Toponímia micalense. Topónimos protéticos”, *Insulana*, vol. I, n.º 2, 1944, p. 254-258.

¹⁵⁸⁰ Joseph M. PIEL, “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”, cit.; ver, especialmente, p. 157, onde o Autor refere que é um topónimo frequente na Madeira, nos Açores e que ocorre cerca de oito vezes no continente (Leiria, Santarém, Lisboa e Beja). Verifica-se que este nome de lugar está, de facto, amplamente representado nos Açores, e na Madeira e que, no continente, se documenta também nos distritos de Viana do Castelo, Coimbra, Leiria, Santarém, Lisboa e Beja.

Agodim, Ribeira de Agodim (Leiria).

Este nome já foi estudado a propósito do tratamento das vogais finais (p. 220).

Aguim (Anadia).

Conhecem-se diversas formas antigas do nome: vila *Aquilin* (1101), *Aguiin* (1140), *Aguil* e *Aguuil* (1220), *Aguij* (1255) e *Agim* (1527). De acordo com Joaquim da Silveira, elas apontam, portanto, para uma proveniência de genitivo — (villa) Aquilini ‘quinta de Aquilino’ (< AQUILINUS ‘nome próprio romano’),¹⁵⁸¹ o que excluiria este topónimo do presente estudo. Porém, a propósito de *Guim* (Santa Maria da Feira), Joseph Piel refere que, nas *Inquirições* de 1258, se encontra o nome geográfico GUIN, que deve ser idêntico a GUIM, interrogando-se se virá do genitivo latinizado *VIMI (do nome próprio masculino VIMA, documentado em 1032). Mas, como a par de GUIM existe um topónimo GUINS, cujo final indica um patronímico em -ICI e que não se pode explicar por *VIM-ICI, porque o resultado deste deveria ser GUIMES, Piel recorre ao nome feminino GUINA, documentado em 1083 (GUIN-ILLI, em 874), para explicar o referido nome. *Guins* é de facto topónimo do concelho de Cinfães, que Piel também refere.¹⁵⁸²

Aguincheira₂ (Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra), **Bouça da Aguincheira** (Vale de Cambra), **Aguincho₂** (Castro Daire, Vale de Cambra).

J. P. Machado considera *guincho* de origem onomatopaica e daí o nome da ave.¹⁵⁸³ Corominas abona *guinchar* ‘picar com a ponta de um pau’ e *guincho* nas acepções de ‘gancho pontiagudo’ e ‘ave de rapina de grandes unhas’, que entende ser o resultado do cruzamento de *gancho* com *pincho* ‘agulhão, ferrão’. Explica que

¹⁵⁸¹ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 152-153. Acerca deste nome, ver também J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 31, 1933, p. 61.

¹⁵⁸² Joseph M. PIEL, “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, t. IV, 1936, p. 52 e 55, respectivamente.

gancho é palavra antiga em castelhano e português, de onde passou a vários idiomas, entre os quais o árabe, e cuja primeira documentação — *qanğûllu* ‘abrolho’ — remonta a 1100, num glossário botânico moçárabe. Corominas abona *gancho*, cujo sentido primitivo ‘ramo pontiagudo, espinhoso ou em forma de gancho’ se pode ter generalizado em ‘ramo, galho de árvore’ (em espanhol e no português de Trás-os-Montes), especializando-se na acepção de ‘gadanha de ferro’ em Mogadouro. Cita ainda: *gancha* ‘galho’, ‘cacho de uvas’ (em espanhol); *ganzo* (Bierzo e Galiza), *ganzu* (no Oeste das Astúrias), *ganciu* (Sanabria e La Cabrera), variantes usadas no sentido de ‘ramo seco de urze para alumiar’; e as expressões espanholas *gancho de fierro*, *gancho de pastor* ‘cajado’, e *remirar de gancho* ‘olhar de soslaio’. Do extenso artigo que Corominas dedica a *gancho* conclui-se que se trata de um vocábulo de difícil explicação: de origem incerta, provavelmente pré-romana, a sua etimologia remontará a uma primitiva raiz celta KAN- ou GAN- de onde derivaram *GANSKIO- ‘ramo’, base do termo irlandês antigo *gésca* ‘ramo pequeno; rama ou galho de árvore’, aparentado com o galês *cainc* ‘ramo’ e com outros vocábulos indoeuropeus. O Autor não exclui, porém, a possibilidade de *gancho* poder ser uma forma moçárabe — “dialecto que tiene normalmente *ch* frente a la *ç* castellana”.¹⁵⁸⁴

De facto, Simonet abona os moçarabismos *gáncho* ‘cajado de pastor’ (também usado como apelido), *gánchu*, *gánxu* ‘gancho’ — castelhano e português *gancho*, *ganxo*; galego *gincho* e *guincho* — que filia no latim UNCUS ‘gancho’. Regista também as formas moçárabes *guixón*, *guixónex*, *aquixón*, *aquixónex* ‘espécie de margaça, camomila’, ‘pé-de-galinha, planta de flor branca, parecida com o funcho ou erva doce’, cujo nome se deve ao facto de os seus galhos serem muito direitos e pontiagudos, à semelhança de agulhas.¹⁵⁸⁵

À falta de formas antigas documentadas, não pode procurar-se outras origens

¹⁵⁸³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Guincho¹.

¹⁵⁸⁴ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GANCHO.

para estes topónimos.

Alagoa₂₄ (Águeda, Alcobaça, Ansião, Arganil, Arouca, Cantanhede, Carregal do Sal, Castro Daire, Góis, Montemor-o-Velho, Oliveira de Frades, Oliveira do Bairro, Pedrógão Grande, Penacova, Peniche, Santa Comba Dão, Soure, Tábua, Viseu), **Alagoa das Casas** (Castro Daire), **Alagoa das Talhas** (Alcobaça), **Póvoa da Alagoa** (Tondela), **Quinta da Alagoa** (Águeda), **Vale da Alagoa**₂ (Mealhada, Penacova), **Alagoas**₇ (Arganil, Arouca, Carregal do Sal, Miranda do Corvo, Pedrógão Grande, Penalva do Castelo, Soure), **As Alagoas**₂ (Góis, Pampilhosa da Serra), **Quinta das Alagoas** (Mangualde), **Alagoinhas** (Viseu), **Alagoeira** (Peniche).

Pedro A. Ferreira elenca vários nomes que “assimilaram o artigo árabe *al*”, entre os quais *Alagoa(s)* e *Alagoinha*, confrontando-os com *Lagoa(s)* e *Lagoinha*.¹⁵⁸⁶

Podemos admitir que se trata de um derivado do latim LACŌNA (< latim clássico LACUNA), com aglutinação do artigo árabe *al*, como aliás parece ser a opinião de Carreiro da Costa,¹⁵⁸⁷ J. Piel,¹⁵⁸⁸ J. P. Machado¹⁵⁸⁹ e J. Corominas.¹⁵⁹⁰ Apenas Leite de Vasconcelos¹⁵⁹¹ considera *alagoa* o feminino de *lagão* 'charco, água empoçada' (aumentativo de *lago*, do latim LACU 'reservatório; lago; fonte; instalação para cereais; fossa (para leões)').¹⁵⁹² Poderia objectar-se que *lagão* é muito menos

¹⁵⁸⁵ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. GÁNCHO, s.v. GUIXÓN y AQUIXÓN.

¹⁵⁸⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 250; vol. III, p. 32, 95 e 428.

¹⁵⁸⁷ Francisco Carreiro da COSTA, “Toponímia micaelense. Topónimos protéticos”, cit., confronta as formas toponímicas *Lagoa* e *Alagoa*.

¹⁵⁸⁸ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 339. O Autor abona muitos continuadores toponímicos deste étimo latino e, com prótese de *al*, além de *Alagoa(s)* e *Alagoeira*, cita *Alagoachas* (Odemira). *Alagoas* é também topónimo brasileiro e a baía frente a Maputo é conhecida por *Alagoa-Bay*.

¹⁵⁸⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Lagoa. A primeira documentação de *alagoa* regista-se, segundo Machado, no século XIV.

¹⁵⁹⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. LAGO.

¹⁵⁹¹ J. Leite de VASCONCELOS, “Onomástico do concelho de Mértola”, cit., p. 420.

¹⁵⁹² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Lago.

frequente que *lagoa* e afins. Verifica-se que vocábulos desta família etimológica, além de se usarem como antropónimos e topónimos, empregam-se como apelativos (*alagoeiro* ‘cova cheia de água, poça, charco’) e também com valor verbal (*alagoar* ‘cobrir de água formando lagoa’) e adjectival (*alagoado* ‘que tem alagoas, em que se formam lagoas’; *alagoso* ‘fácil de se alagar, alagadiço, pantanoso’).¹⁵⁹³

Albandeira (Cinfães).

Topónimo por certo resultante da aglutinação do artigo árabe *al* com o apelativo *bandeira*, do gótico *bandwo* ‘signo’.¹⁵⁹⁴

Albarqueira₂, *Ribeira de Albarqueira*, *Serra do Albarqueiro* (Penacova).

À primeira vista, estes nomes de lugar, que também se documentam como *Abarqueira* / *Abarqueiro* parecem derivados de *barco* (< latim BARCA), tal como *Albarquel* (nos topónimos setubalenses *Forte de Albarquel* e *Praia de Albarquel*).¹⁵⁹⁵

No entanto, de acordo com J. P. Machado,¹⁵⁹⁶ a etimologia do apelativo *abarca* radica num vocábulo hispânico pré-romano, ligado ao basco *abarka* e, provavelmente, relacionado com o latim BRACA ‘bragas; calções compridos, largos e apertados em baixo’. Retoma, assim, a tese de J. Hubschmid (*Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, p. 51) que entende que tanto o vocábulo português como o basco “se remontam a una palabra hispano-vasca atestiguada desde muy pronto en vascuence”. Segundo Machado, o termo abonava-se em português, já com o significado actual, no início do

¹⁵⁹³ *GEPB*, vol. 1, s.v. ALAGOA(S), s.v. ALAGOEIRO, s.v. ALAGOAR, s.v. ALAGOADO, s.v. ALAGOSO, etc..

¹⁵⁹⁴ Antônio Geraldo da CUNHA, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, cit., s.v. Bandeira. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bandeira, indica 1385 como data da abonação mais antiga do termo.

¹⁵⁹⁵ *Albarquel* é derivado de *barco* (< latim BARCA), com o diminutivo *-el*, e traduz a ideia de ‘o barquinho’. Cf. J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 113.

¹⁵⁹⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Abarca.

século XVI: «...calçam (as mulheres da Bisnaga¹⁵⁹⁷) *abarca* de couro lavradas muito bem de sedas...». A etimologia latina proposta torna-se pouco credível dada a grande disparidade semântica entre ela e o actual significado do termo.

Corominas¹⁵⁹⁸ afirma desconhecer a origem do apelativo *abarca* mas entende tratar-se de uma palavra pré-romana. Cita várias formas etimológicas e semanticamente afins, entre as quais as árabes *párga* / *bárga*, a castelhana *alparga* e a portuguesa *alparca* ‘sandália de couro ou seda’, com ensurdecimento [b] > [p] por influência moçárabe. Quanto a uma possível origem basca, expõe e discute diversas opiniões de alguns especialistas, concluindo que é impossível afirmar se *abarka* é “mãe” ou “filha” do termo românico. A antiguidade das formas e o facto de elas se registarem um pouco por toda a Península, de Norte a Sul, leva Corominas a pensar que os termos basco e românico procedem de um étimo pré-romano comum *ABARCA. E, como *abarca* se grafava originariamente com <v>, entende ser de excluir uma possível relação etimológica com *barca* ‘embarcação’.

Simonet¹⁵⁹⁹ regista as variantes *al-abárca* e *albárca*, remetendo para *párga* ‘abarca’. Neste artigo, estão incluídos diversos termos cognatos usados entre os moçárabes para designar alguns tipos de calçado pouco apurado, como é o caso das formas portuguesas *al-abárca*, *abarca* e *al-párca*, designando ‘calçado de esparto, chinela, tamanco’ (a que poderiam juntar-se, em português, *alpargata* e *alparcata*). Estas formas estão, segundo o Autor, etimologicamente ligadas a BARICU, adjectivo do baixo latim que, por sua vez, radica no celta ou no ibérico *bar* ‘ramo de árvore’, porque a base deste calçado era primitivamente de madeira, atada ao pé com tiras de couro cru. Simonet refere ainda que este vocábulo se regista pela primeira vez em Espanha como cognome do rei de Navarra, D. Sancho *Abarca* (século X). De facto,

¹⁵⁹⁷ Do indiano *Vijainágara*, cidade do Indostão, capital dum reino a que os naturais chamavam *Canará*, e os portugueses *Bisnaga*. Cf. *GEPB*, vol. 4, s.v. BISNAGA.

¹⁵⁹⁸ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ABARCA.

¹⁵⁹⁹ Ver SIMONET, *Glosario*, cit., p. 6 e 423-424, respectivamente.

ainda hoje o termo *abarca* se emprega, não só para designar este tipo de calçado, mas também aqueles que o usam.¹⁶⁰⁰ Galmés de Fuentes abona também as formas moçárabes *barqaš*, *bargaš* e *bargueš*.¹⁶⁰¹

Pedro Cunha Serra cita os topónimos *Abarqueira* e *Serra do Abarqueiro*, situando-os no concelho de Penacova e considerando-os “representantes actuais de *Auarqueira* constante num diploma de 1150 que trata dos limites de Penacova com Vila Cova”. Na sequência do estudo de *Rompecilha* (< RUMPĚRE + CINGŪLA), Cunha Serra refere topónimos de formação idêntica, como é o caso de *Rompe-Abarcas* (Vimioso) a que, além dos nomes em estudo, se liga *Avarcas* (Paredes de Coura).

São, de facto, diversos os nomes de lugar que traduzem as más condições dos terrenos ou dos percursos ásperos, fragosos, apertados ou ensilvados, que “rompiam” vestuário, calçado ou haveres de quem neles se aventurava. Além de *Rompe-Abarcas*, temos *Rompe-Alforges* (Vimioso) e, em Espanha, *Rompesacos*, *Rompzapatos* e *Rompe-Albardas*. Há também nomes botânicos populares que podem ajudar a perceber alguns destes topónimos: é o caso dos portugueses *Rompe-Saias* e *Rompesacos* e do castelhano *Rompebarrigas*.¹⁶⁰²

¹⁶⁰⁰ Cf. António de Morais SILVA, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, cit., s.v. *Abarca*; e Julio MARTINEZ ALMOYNA, *Dicionário de Espanhol-Português*, cit., s.v. *Abarca*. A *GEPB*, vol. 1, s.v. *ABARCA*, informa que Bluteau, no seu *Vocabulário Português e Latino*, escreve: «Por ser de pau e ter alguma semelhança com *barca*, lhe chamaram *abarca*.». Além disso, acrescenta que *Abarca* foi cognome, não só de D. Sancho II, como também de D. Garcia III de Navarra. Na entrada *ABARCAS*, a informação genealógica é mais completa: fica-se a saber que, de facto, a família *Abarcas* descende de D. Sancho *Abarca*, rei de Navarra e Aragão, tendo-se espalhado por vários pontos de Espanha e chegado a Portugal na pessoa de D. Francisca *Abarca*, no tempo de D. João IV (século XVII, portanto). De acordo com J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. *ABARCA*, o cognome de D. Sancho ficou a dever-se ao facto de, numa das suas expedições militares, ter feito calçar *abarcas* aos seus soldados para melhor caminharem sobre a neve. O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., não contempla o apelativo *abarca*.

¹⁶⁰¹ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 49 e 305.

¹⁶⁰² P. Cunha SERRA, *Estudos toponímicos (XXIII-XXVII)*, cit., p. 11-15. *Abarqueira* e *Serra do*

Albarrada (Santa Maria da Feira).

Apesar de alguns autores terem aproximado este nome de *barro*, Simonet entende tratar-se de um derivado do latim vulgar *PARĒTE, de PARIĪĒTE ‘parede, muralha’, como já foi referido (p. 481).

Albarrol₃ (Ansião, Miranda do Corvo, Vila Nova de Ourém), *Ribeiro de Albarrol* (Ansião).

Nome já estudado (na p. 221), a propósito do tratamento moçárabe das vogais finais.

Mata da Albofada (Condeixa-a-Nova).

Bofinho e *Bufo* são lugares dos concelhos de Alvaiázere e Guimarães, respectivamente, que, tal como *Albofada*, podem estar ligados a *bufo*, designação popular do sapo e de uma ave nocturna também conhecida por *corujão*,¹⁶⁰³ do latim vulgar BŪFO e este do clássico BŪBO. *Bufo* também se documenta como antropónimo desde o século XV.¹⁶⁰⁴

Alboi (Aveiro).

Este nome, certamente continuador do latim PŌDIU, ilustra alguns dos fenómenos característicos dos dialectos moçárabes, entre os quais a aglutinação do

Abarqueiro não figuram no *Reportório Toponímico de Portugal*, cit., mas são certamente variantes de *Albarqueira*. Neste *Reportório*, encontram-se *Albarqueira*₂ e *Albarqueiras*, nomes de regiões dos concelhos de Mirandela, Mogadouro e Bragança, respectivamente. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 206-210, num apontamento digno de nota, reporta-se aos seus tempos de estudante de Teologia em Coimbra (1851 a 1856) e conta-nos a primeira viagem entre a sua Penajóia natal (ou Penajúlia, como prefere chamar-lhe) e Coimbra e a última entre Coimbra e Penajúlia. Um dos pontos do atribulado itinerário que seguia era *Rompecilhas* que, segundo o Autor, “tomou o nome duma ladeira medonha, onde passa a estrada, porque os almocreves, para não se despenharem no abismo as cavalgadas, vão sempre concertando as cargas e apertando as cilhas, unde *Rompecilhas*?!...”

¹⁶⁰³ *GEPB*, vol. 4, s.v. BOFINHO. *GEPB*, vol. 5, s.v. BUFO, s.v. BUFO², s.v. BUFO³.

¹⁶⁰⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Bufo¹.

artigo árabe *al*, como já foi referido (p. 481).

Albugada, *Quinta da Albugada* (Coimbra), ***Alvogada*** (Carregal do Sal).

Pedro A. Ferreira exemplifica a prótese do artigo árabe *al* com o par toponímico *Bogas* e *Alvogas*, por *Albogas*, não acrescentando qualquer informação de carácter etimológico ou geográfico.¹⁶⁰⁵ Talvez os topónimos em questão se relacionem com *boga* ‘peixe de água doce, vulgar em Portugal’ (do latim *BŌCA* < grego *bóax*, acusativo de *bōka*).¹⁶⁰⁶ Simonet dedica um artigo do seu *Glosario* a *bóca* ‘boga, peixe’, tipo lexical representado em vários dialectos moçárabes.¹⁶⁰⁷

Alcabideque (Condeixa-a-Nova).

Joaquim da Silveira explica o topónimo *Alcabideque* pelo acusativo latino *CAPITE-AQUAE, com aglutinação de *al*, e regista-o entre os vários moçarabismos que cita. O nome está documentado com as formas *Alcapdec* (967), *Alcabdech* (século XII) e *Alcabedeque* (século XIII).¹⁶⁰⁸ Piel, que observa não ser necessária a hipótese *CAPITE, “visto a forma CAPUT dar suficientemente conta do topónimo híbrido português”, sublinha ser este “um curioso exemplo da transformação que sofreu uma expressão latina ao ser adoptada por uma população de língua árabe, que não só alterou o *a* tónico de *aqua* em *e* (a chamada imela) e conservou o carácter surdo do *qu*, como ainda antepôs o artigo próprio *al-*”.¹⁶⁰⁹ *Caputaquae* era o termo técnico latino para designar ‘arca de água’ ou ‘mãe de água’ e nesta povoação existem três olhos de água que, já na época romana, abasteciam Conímbriga. A designação de “cabeça” dada a uma fonte não se limita ao latim; encontra-se igualmente no grego, na toponímia alemã (*Brunhaupt*, *Bachaupt*, *Seeshaupt*), italiana (*Capolago*), francesa

¹⁶⁰⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 250.

¹⁶⁰⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Boga.

¹⁶⁰⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. BÓCA.

¹⁶⁰⁸ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 189-190.

¹⁶⁰⁹ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 326.

(*Chef-Boutonne*). Também Herculano de Carvalho cita o topónimo como moçarabismo, sem contudo se referir à sua etimologia.¹⁶¹⁰ David Lopes identifica *Alcabideque* com *Alcabideche* (Lisboa) mas diz não saber explicar a passagem de /k/ a /š/.¹⁶¹¹ Mas esse fenómeno é normal: também José P. Machado o explica pelo facto de *Alcabideche* ter passado pela "feira árabe", o que justifica que /k/ ou /g/ românicos se transformem em /š/ ou /ž/.¹⁶¹²

Alcanadas, *Ribeira das Alcanadas* (Batalha), *Serra de Alcaniz* (Vila Nova de Poiares).

Na base de *Alcanadas* encontra-se, sem dúvida, o latim CANNA > *cana*, de onde deriva *canada* 'caminho vedado (com canas), por onde passa o gado'.¹⁶¹³ Vale a pena recordar, provavelmente com a mesma etimologia, *Alcanede* (topónimo do distrito de Santarém), uma vez que tem merecido a atenção de vários estudiosos que põem em evidência o seu hibridismo, entre eles José P. Machado e Joaquim da Silveira.¹⁶¹⁴ Antes destes autores, José Joaquim Nunes, ao tratar dos muitos nomes de lugar derivados de *cana*, referia: “é possível que seja também de igual proveniência *Alcanede*, em que ao *canetum* latino se antepôs o artigo árabe, como noutros casos”.¹⁶¹⁵ Adolfo Coelho também se referiu a uma série de nomes de lugar “prefixados” com o artigo árabe *al* e que, por vezes, apresentam “outras particularidades atribuíveis a influência árabe, como mudança do *o* final em *e*”, entre

¹⁶¹⁰ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 168.

¹⁶¹¹ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 118-119.

¹⁶¹² J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 124-125. Ver também IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 42.

¹⁶¹³ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. CAÑADA.

¹⁶¹⁴ J. P. MACHADO, *Notas de toponímia portuguesa*, cit., p. 8. IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 46-47. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 133; IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 217.

¹⁶¹⁵ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 141. Cf. também IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 187.

os quais *Alcanede*, que compara com *Canedo* e *Canedinho*.¹⁶¹⁶ Joseph Piel propõe igualmente a forma latina CANNETU (< CANNA) como seu étimo provável e aproxima-a dos topónimos setentrionais *Canedo* e *Canido*.¹⁶¹⁷ Também Pedro A. Ferreira abona *Canedo* ‘canavial, bosque de canas’, e inclui *Alcanede* e *Alcanedo* nos nomes de povoações “com o prefixo árabe *al*”.¹⁶¹⁸ Pedro de Azevedo,¹⁶¹⁹ baseando-se em Simonet, explica o nome de lugar apenas como derivado do apelido *Cannit*, pertencente ao proprietário da terra. De facto, Simonet inclui, no seu *Glosario*, vários termos moçárabes, semântica e etimologicamente próximos, que filia no latim CANNA ou nos seus derivados CANNETUM, CANNITIUS e CANNITIA: *al-cañiz*, *al-cañizo*, *cannét*, *cannétho*, *cannéto*, *cannítho*, *canéto*, *canét*, *canních*, *cannít* e *al-cannít*. Alguns destes apelativos abonam-se também como nomes próprios: é o caso de *Cannet*, *Canneto* e *Al-Cannit*, onde Simonet considera radicarem-se os topónimos espanhóis *Alcañices*, *Alcañizo* e *Alcañiz*.¹⁶²⁰ O mesmo acontece, por certo, com o português *Alcaniz* — foneticamente próximo de *Alcanim* e *Alcanininhos*, que Pedro A. Ferreira abona, primeiro sem qualquer referência etimológica ou geográfica e, posteriormente, relaciona com *cão* (< latim CĀNE), confrontando com *Caniz*, nome de um casal que também não localiza.¹⁶²¹ Apesar de se considerar correcta a origem proposta para os nomes já citados, recorde-se que o adjectivo *cão* (do latim CĀNU ‘branco, de um branco brilhante, prateado’; ‘branco, falando dos cabelos e da barba’; e por extensão

¹⁶¹⁶ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 146.

¹⁶¹⁷ Joseph M. PIEL, “Beiträge zur Kenntnis der toponymischen Mozarabismen Südpotugals (Alfragide, Alferrarede, Alpertuche u. a.)”, cit., p. 440.

¹⁶¹⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 295-296. Cf. também vol. III, p. 32 e 33, onde o Autor refere outros nomes de lugar da mesma família etimológica.

¹⁶¹⁹ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 211-214; ver, especialmente, p. 213.

¹⁶²⁰ Ver as respectivas entradas em SIMONET, *Glosario*, cit., p. 8, 88 e 89. Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 137, a propósito da perda e conservação de -o final, também cita os nomes próprios moçárabes *Canet* e *Caneto*.

¹⁶²¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 530; e vol. III, p. 32 (respectivamente).

‘velho, venerável’),¹⁶²² que se usa também como apelido, pode referir-se à cor do solo e, nessa medida, estar na base de alguns nomes de lugar — talvez de, por exemplo, *Cano*, povoação do concelho de Sousel. É, aliás, neste sentido adjectival que Simonet abona o moçarabismo *cáno* e o nome próprio sevilhano *Ibn Al-Cáno* (século XIII).¹⁶²³

Alcangosta (Vila Nova de Ourém).

José Joaquim Nunes¹⁶²⁴ e J. Pedro Machado¹⁶²⁵ referem-se ao topónimo *Alcangosta* (concelho do Fundão) como sendo forma híbrida cujo elemento latino, *congosta*, não explicam. Pedro A. Ferreira compara as formas *Congosta* e *Alcangosta*, incluindo esta última na categoria dos nomes que “assimilaram o artigo árabe *al*”; e explicita que *Alcangosta* se formou de *al* e *congosta* ‘quelho, caminho estreito’, referindo-se a duas ruas chamadas *Congostas*, uma em Braga e outra no Porto.¹⁶²⁶

É Leite de Vasconcelos quem explica de forma mais completa a etimologia de *Cangosta*: “podemos admitir como étimo *canalis angusta*, isto é, *canalangusta*, que explica perfeitamente *cangosta*, porque a síncope de *n* e *l* intervocálicos é normal em português. A palavra *canalis* tanto é masculina, como feminina; na forma portuguesa prevaleceu o género feminino, que se nota também na palavra avulsa *cal*, como sinónima de «leito de rio»: no Douro diz-se mesmo «*a cal* do rio». Em resumo: *canalangusta* > **cãangosta* > **caangosta* > *cangosta*.”¹⁶²⁷

¹⁶²² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. *Cão*¹; s.v. *Cão*².

¹⁶²³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. *CÁNO*.

¹⁶²⁴ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 141. IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 187.

¹⁶²⁵ J. P. MACHADO, *Palavras a propósito de palavras. Notas lexicais*, cit., p. 86-87; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 144; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 50.

¹⁶²⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 250; vol. III, p. 434; e vol. I, p. 296 (respectivamente). O Autor vislumbra já uma explicação etimológica, colhida certamente no *Dicionário de Língua Portuguesa* de Cândido de Figueiredo: “*Congosta* vem do latim *cum* e *angustus* — estrito, apertado, como diz o sr. Figueiredo”.

¹⁶²⁷ J. Leite de VASCONCELOS, “Notícias filológicas”, cit., p. 272-273. O Autor acrescenta que

São, de facto, várias as fontes que fazem referência a este apelativo: o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa¹⁶²⁸ abona *cangosta* e *congosta*, do latim hispânico *congusta* [via] por *coangusta* [via] '[caminho] estreito', com a significação actual de 'rua estreita e comprida', 'caminho estreito, comprido e em declive, entre paredes', sinónimo de azinhaga; a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* refere os mesmos apelativos, com o mesmo significado, atribuindo-lhes o étimo latino CANALE ANGUSTA 'canal estreito';¹⁶²⁹ também o *Novo Aurélio*¹⁶³⁰ regista *congosta* e a sua variante *cangosta* 'rua estreita e longa, azinhaga'. Note-se que na toponímia também existe *Congosta*₃ (distritos de Viana do Castelo, Aveiro e Santarém) e *Congostinhas* (distrito de Viana do Castelo).

Alcarnachal (Montemor-o-Velho).

Certamente relacionado com *alcarnache* 'planta daninha do género da grama',¹⁶³¹ de que não foi possível encontrar a origem. Este apelativo deve também poder aproximar-se de *Carnaxide* (Oeiras), que David Lopes inclui num grupo de topónimos, cujas etimologias diz não poder esclarecer, mas não se inclinando para uma proveniência árabe.¹⁶³²

Macieira de Alcoba, ***Alcobela*** (Águeda), ***Alcobe*** (Tondela), ***Acubela*** (Coimbra).

Estes casos parecem diferentes dos derivados de CALVU (*Cobo*, *Calvela*, etc.)

no Norte, além de *congosta*, existe também a variante *quingosta*. Joseph M. PIEL, "As águas na toponímia galego-portuguesa", cit., p. 317, cita o *Dicionário* de Cândido de Figueiredo, segundo o qual *cale* tem também a significação de 'parte mais funda do rio, entre parcéis'.

¹⁶²⁸ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Cangosta, congosta.

¹⁶²⁹ *GEPB*, vol. 7, s.v. CONGOSTA.

¹⁶³⁰ Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Rio de Janeiro, 1986, s.v. Congosta.

¹⁶³¹ *GEPB*, vol. 5, s.v. ALCARNACHE.

estudados por M. Pidal.¹⁶³³

Segundo Joaquim da Silveira, o nome *Alcoba* foi usado, até ao século XVII, para designar a Serra do Caramulo e algumas povoações das suas abas também o tomaram. *Macieira de Alcoba* conserva-o, mas noutros casos foi substituído: *S. João de Alcoba* era, no século XII, o nome da actual freguesia de *S. João da Serra* (Oliveira de Frades) e *S. Mamede de Alcoba* é hoje *S. Mamede da Castanheira do Vouga* (Águeda). *Alcobela*, diminutivo de *Alcoba* ou de *Alcobe*, conserva-se como nome de um pequeno cabeço da Serra do Caramulo e, segundo um documento do século XII, existia em Coimbra um local chamado *Acubela*, variante sem a consoante [l] do artigo árabe. Apesar de Silveira,¹⁶³⁴ seguido por José P. Machado,¹⁶³⁵ se inclinar para uma etimologia árabe — *alcobba*, *al-cubba* ou *al-qubbâ* ‘cúpula, zimbório, abóbada’ —, Corominas¹⁶³⁶ cita o topónimo antigo *Alcubela* ou *Alcuela* (1194), hoje *Alcubilla*, que considera diminutivo da forma moçárabe *kûba* ‘cova artificial escavada para depósito de água’, provavelmente do latim CUPA. Além de *Vale das Cubas* e de *Rio do Vale das Cubas* (Águeda), é bem conhecido o topónimo alentejano *Cuba* ‘cisterna, poço’.

Simonet regista igualmente diversos apelativos moçárabes derivados de CUPA ‘cuba’, como, por exemplo, *cub*, *cuba*, *cubbel*, *cubilla*, *cubella*, *alcuba*, *alcubilla*, muitos dos quais se abonam também na toponímia — *Las Cubillas*, *Alcuba*, *Alcubilla(s)* — designando ‘arca de água; cova artificial ou natural onde se deposita água’.¹⁶³⁷ Galmés

¹⁶³² David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 21.

¹⁶³³ R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 20.5.

¹⁶³⁴ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 149-152. *Alcobela de Baixo* e *Alcobela de Cima* são povoações da freguesia de Arranhó, concelho de Arruda dos Vinhos.

¹⁶³⁵ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 49; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 163.

¹⁶³⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ALCUBILLA.

¹⁶³⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. AL-CUBA, s.v. AL-CUBILLA, s.v. CUB, s.v. CUBA, s.v. CUBBÉL, s.v. CUBÉLLA, s.v. CUBÍLLA.

de Fuentes refere igualmente *cub*, *cubb*, *cuba*, *qubaš*, *cubo*, *Alcub* e *Alcubo*.¹⁶³⁸

Alcobaça, *Évora de Alcobaça* (Alcobaça), *Vale de Alcobaça* (Vila Nova de Ourém).

Alcobaça é um nome abundantemente representado na toponímia: além destes que aqui importa analisar por se localizarem no distrito de Leiria, também se pode encontrar o nome *Alcobaça* ou o seu diminutivo *Alcobacinha*, em topónimos simples ou compostos, nos distritos de Viana do Castelo, Santarém, Lisboa, Portalegre e Setúbal.

Após o estudo de *Macieira de Alcoba*, *Alcobela* e *Alcobe* não se pode deixar de aventar a hipótese de o nome *Alcobaça* poder estar igualmente relacionado com o mesmo étimo latino de *Alcoba*, CUPA. De facto, essa possibilidade foi também sugerida por José Pedro Machado que, no entanto, considera obscura a sua etimologia e se interroga, paralelamente, quanto a uma possível proveniência árabe.¹⁶³⁹ Pedro Cunha Serra, que documenta abundantemente o nome — *Alcobacha* (1153), *Alcubacia* (1176-1179), *Alcubacie* (1186), *Alcobacie* (1210 e 1284) e *Alcobaça* (1520) —, vê nele um possível continuador do nome próprio *Ibn al-Ḥubbāza* (referido por um autor dos séculos IX-X) instituído a partir de uma alcunha com base no árabe *ḥubbāza* ou *ḥubbāzā* ‘malva, malva com folhas cor-de-rosa’.¹⁶⁴⁰ Manuel V. Natividade recusa outra etimologia árabe do nome — *al-cobaxa* ‘os carneiros’ (pelos muitos pequenos outeiros que cercam a cidade) —, uma vez que os romanos habitaram esta região muito primeiro que os árabes, ali se fixaram durante sete séculos, fundaram uma povoação muito civilizada (próxima de Valado dos Frades, a cerca de 4

¹⁶³⁸ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 52, 112, 137, 215 e 224.

¹⁶³⁹ Ver J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I p. 162; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 49.

¹⁶⁴⁰ P. Cunha SERRA, *Estudos toponímicos* (XXXVII-XLII), separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX, 1984, p. 9-10.

quilómetros de Alcobaça) a que deram o nome de *Helcobatiae*, e só muito tempo após o fim do seu domínio os árabes ocuparam a região.¹⁶⁴¹

Alcofra, Rio Alcofra (Vouzela).

Pedro de Azevedo dá-nos a relação dos castelos situados nos territórios a sul do Douro que, em documento de 960, eram chamados de «estremadura» e, noutro de 1059, «in extremis ex alia parte durio». Entre eles, existe um chamado *alcobria*, que o Autor diz não saber localizar, mas coloca a hipótese de ser *Alcofra, Alcoba* ou, menos provavelmente, *Algodres*.¹⁶⁴² Por seu lado, Joaquim da Silveira considera o nome de origem árabe sem especificar a sua etimologia.¹⁶⁴³ Este nome inclui-se aqui, portanto, com algumas reservas.

Alcogulhe, Alcogulhe de Cima (Leiria).

Este nome já foi abordado na alínea 17.1 Vogais finais (p. 222).

Alcouce₅ (Armamar, Condeixa-a-Nova, Oliveira de Azeméis, Santa Maria da Feira, Tondela).

Retoma-se aqui alguma informação, já referida a propósito de *Belcouce* (p. 236).

Herculano de Carvalho considera *Alcouce* topónimo moçárabe, sem se debruçar sobre a sua etimologia.¹⁶⁴⁴

José P. Machado atribui a *Alcouce* a etimologia árabe *al-qōs* ‘cabana de eremita ou de caçador’, ou *al-qaus* ‘o arco, a abóbada’.¹⁶⁴⁵

¹⁶⁴¹ Cf. <http://www.terravista.pt/bilene/1754/historial.htm>, onde se cita a obra de Manuel Vieira Natividade, *Mosteiro de Alcobaça* (1885). Este Autor recolheu *al-cobaxa* ‘os carneiros’, nos *Vestígios da língua árabe em Portugal* (1789) de Frei João de Sousa, e no *Portugal Antigo e Moderno* (1874) de Pinho Leal.

¹⁶⁴² Pedro de AZEVEDO, “Documentos de Santa Maria de Aguiar”, cit., p. 2-3.

¹⁶⁴³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 150.

¹⁶⁴⁴ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 168.

¹⁶⁴⁵ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 171-172. IDEM,

Mas Joaquim da Silveira, apesar de considerar esta “solução realmente tentadora, pois não só satisfaz no ponto de vista fonético, senão também na plausibilidade do sentido”, não concorda com ela. Em primeiro lugar porque “a povoação de *Alcouce*, no concelho de Condeixa, é a mais meridional de todas as [onze] homónimas” portuguesas, situando-se três delas nos concelhos de Monção, Póvoa de Lanhoso e Vila Nova de Famalicão — na opinião de J. da Silveira “absolutamente excluídos de qualquer influência directa dos árabes”; além disso, ainda mais a Norte, existem outros seis povoados galegos com o nome de *Alcouce* e dois *Alcoz*, em Oviedo e Navarra. Partindo das formas toponímicas antigas *Alcauzi* (1172), *Alcouce* (1212), *Alcoeice*, “talvez com erro de *ei* por *u*” (1527), *Alcouce*, *Acouce* (século XVIII), e do antropónimo de origem geográfica *Alcouze* (1065, 1220, 1258), aproxima *Alcouce* de *Couce* (também representado na toponímia portuguesa¹⁶⁴⁶ e espanhola), do latim CAL’CE (de CALICE ‘vaso, cano de aqueduto’). Segundo J. da Silveira, neste étimo também se radicam: o português antigo *cálice* ‘nascente ou rego de água’, *calze* ‘rego de fonte’; o galego *couce*; o castelhano antigo *calce* / *calze* ‘álveo de corrente, levada, vala de rega’; e o moderno *cauce* e *caz*. Ainda no mesmo artigo, Joaquim da Silveira estuda *Couso(s)* — “nome de muitos lugares e sítios de Portugal (...), vulgarmente escrito *Couço*, *Côço*, o que é erro” —, entendendo que assenta no latim vulgar *CAUSSU por CAUTU ‘couto, coutada’.¹⁶⁴⁷ Ao estudar o topónimo *Couce*, J. Piel remete para este texto de Silveira, afirmando que “a etimologia é fornecida pela expressão *calices molinarios*, que ocorre num doc. espanhol de Santillana del Mar, do séc. X, pela qual se devem entender levadas de moinho”, o que está de acordo com o sentido do latim CALIX ‘tubo de aqueduto’. Já no que respeita a *Couso(s)*, Piel

Vocabulário português de origem árabe, cit., p. 51. A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 15, também partilha desta opinião.

¹⁶⁴⁶ No território em estudo, existem *Chão do Couce* (Figueiró dos Vinhos), *Foz do Couce* (Arganil), *Ribeira do Couce* (Pedrógão Grande) e *Vale Couce* (Oliveira de Frades), a que já foi feita referência na p. 237.

considera o étimo aventado por Silveira “bastante problemático”, não fornecendo, porém, outra pista.¹⁶⁴⁸

Mas Leite de Vasconcelos considera *Couço* (concelhos de Melgaço, Póvoa de Lanhoso, Arganil e Coruche) forma divergente de *calço* (de terreno), do latim CALCEUS ‘calçado’, também usado na acepção de ‘calcanhar, pé, extremidade’,¹⁶⁴⁹ o que permite a possibilidade de *couce*, assumindo um significado topográfico, ser variante de *couço*. Acrescente-se que estes nomes, apesar de semântica e etimologicamente distintos, são objecto de frequentes oscilações gráficas.¹⁶⁵⁰

Corominas¹⁶⁵¹ propõe duas etimologias distintas para duas formas castelhanas também semanticamente diversas: atribui a *coz* ‘calcanhar; coice’ a referida raiz latina (CALX, -CIS) e afirma que, em português, se conservam as acepções mais próximas das etimológicas, nomeadamente ‘calcanhar, tacão, extremidade’; para *cauce* ‘leito de rio; canal, regueiro’, apresenta o étimo latino CALIX, -ĬCIS ‘vaso para beber’, ‘tubo de cobre ou bronze das condutas de água’, acrescentando que o espanhol *cauce*, mantendo-se próximo desta acepção, designou sempre um ‘canal artificial’ e, em particular, ‘o que leva a água aos moinhos’, tendo o termo passado também a recobrir o sentido de ‘leito de rio’, a partir do século XVIII. De entre as formas com *-l-* conservado, cita a moçárabe **kálič(ə)*, de que derivou o topónimo espanhol *Càlig*.

¹⁶⁴⁷ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 203-207.

¹⁶⁴⁸ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 318. Joaquim da Silveira, na p. 205 (nota 6) do artigo supracitado, refere que “num doc. espanhol de 933 ou 967 lê-se *calices monilarius [sic]* por «levadas de moinho».”.

¹⁶⁴⁹ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 488.

¹⁶⁵⁰ Para o facto chama a atenção J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 4, 35 e 49; IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 206-207.

¹⁶⁵¹ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. COZ, s.v. CAUCE.

Alcoutia (Coimbra).

Pedro A. Ferreira entende que o latim COTINU ‘espécie de zambujeiro’ poderá estar na base de *Cótimos* (freguesia do concelho de Trancoso) e, referindo-se a *Cotém*, explica que pode ser variante de *Cotim* por *Coutim* — elemento que se encontra no topónimo *Alcoutim* (o mesmo que *Al Coutim*), semanticamente equivalente a ‘o Coutinho’ ou ‘o Cotinho’ (‘pequeno couto’ ou ‘pequeno coto’).¹⁶⁵² Na mesma linha de pensamento e falando da etimologia de *Alcoutim*, José Pedro Machado coloca a hipótese de derivar da forma românica *coutim*, variante fonética de *coutinho*.¹⁶⁵³ No entanto, Pedro de Azevedo entende que *Alcoutim* é topónimo moçárabe “onde se oculta o godo *Al-Kuti*”.¹⁶⁵⁴ Afigura-se plausível aproximar *Alcoutia* de qualquer uma das possibilidades apresentadas.

Alfatar (Penela).

Este nome de lugar inclui-se aqui com algumas reticências porque, se da sua antiguidade não restam dúvidas, uma vez que já no foral do Germanelo há referência a uma «fonte de *Alfatar*», relativamente à sua etimologia não há consenso.

Adolfo Coelho recolheu *Alphauara* em documentos de 1094 e 1102, supondo referirem-se a *Alfatar*, a que atribui origem árabe: “*al-fakhhâr* ‘oleiro’, ou antes *dâr-al-fakhhâr* ‘olaria’, por elipse de *dâr*”, acrescentando que em castelhano existe

¹⁶⁵² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 277-278 e 280. Segundo o Autor, os sentidos de *coto* e *couto*, inicialmente distintos — *coto* ‘outeiro, pequena elevação’, e *couto* ‘chão privilegiado’ —, acabaram, pela proximidade fonética, por se confundir na onomástica portuguesa. Como na nossa toponímia existem mais de trezentas povoações com o nome de *Couto(s)* e seus derivados, Pedro A. Ferreira pensa que “são muitos *coutos* ou *honras* para um país tão pequeno” e que, portanto, muitas delas deveriam ser de facto *Coto(s)*, até pela sua localização em “sítios altos e vistosos”, e entende que *Alcoutim*, no Algarve, é um deles. Note-se que no distrito de Faro existem *Alcoutim* e *Vales de Alcoutim*, sendo *Alcoutim* também topónimo do distrito de Castelo Branco.

¹⁶⁵³ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 51.

¹⁶⁵⁴ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213.

alfahar 'oleiro', contraído em *alfar*.¹⁶⁵⁵ David Lopes também entende que na origem deste nome está o árabe *alfahār* 'oleiro', "com mudança de *h* em *f*, como é de regra", e chama a atenção para a frequência com que o nome *oleiro* aparece na nossa toponímia.¹⁶⁵⁶ Mas, para Pedro A. Ferreira, *Alfahar* está por *Alfavar*, o mesmo que *Alfaval*, ou seja, 'o faval', e cita diversos topónimos que "devem os seus nomes ao latim FABA", como é o caso de *Fava*, *Alfava*, *Faval*, *Favacal*, *Favaqueira*, *Favariça*, *Favarrel*, *Favaxa*, *Favela*, etc..¹⁶⁵⁷ Notem-se, em *Alfava* e *Favarrel*, características de moçarabismo.

Alfarelos₂ (Soure), *Vale de Alfarelos* (Figueira da Foz).

J. P. Machado considera *Alfarelos* "plural românico da evolução do árabe *al-fakhkhar*, 'faiança, louça' + *-ariu*",¹⁶⁵⁸ e aduz as formas afins *Alfarela* e *Alfarelha*. O prefixo deste último nome indicia um contexto moçárabe, aliás confirmado por Galmés de Fuentes, que cita as variantes *Alhariella*, *Alfariella* e *Alfarella* do topónimo murciano.¹⁶⁵⁹ Teríamos assim a evolução: **alfar* + *-eiro* / *-eira* > **alfarero* (forma semelhante à espanhola)¹⁶⁶⁰ > *alfarelo*. Mas o sufixo continuador de -ARIU tinha, em português antigo a forma *-eiro* e, nos dialectos moçárabes, *-air*. Além disso, a presença do sufixo em causa seria ainda mais difícil de explicar em *Alfarela* e *Alfarelha*. Parece, pois, mais viável a hipótese de ser *farelo* / *farela* (< latim **farellu*, diminutivo de FAR 'trigo; grão')¹⁶⁶¹ a base derivacional comum, tanto mais que, de

¹⁶⁵⁵ F. Adolfo COELHO, "Origens do português do Sul", cit., p. 143.

¹⁶⁵⁶ David LOPES, "Toponímia árabe de Portugal", cit., p. 258.

¹⁶⁵⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 295; vol. II, p. 28, 120, 417, 451 e 506; e vol. III, p. 36 e 434.

¹⁶⁵⁸ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 54.

¹⁶⁵⁹ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Las jarchas mozárabes. Forma e significado*, Barcelona, 1994, p. 50. IDEM, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 165.

¹⁶⁶⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ALFAR. Filia o espanhol *alfar*, 'olaria' (de onde deriva *alfarero*, 'oleiro') no árabe *fahhâr*, 'oleiro'.

¹⁶⁶¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Farelo.

acordo com Pedro A. Ferreira, “a Espanha não tem *Alfarela* nem *Alfarelos*, — *Alfarera* nem *Alfareros*, — mas tem *Alfar*, *Alfara*, *Alfarda*, por *Alfara*? — *Alfaro* e *Alfarerías*”.¹⁶⁶²

Alfaites (Leiria), ***Alfeiteiras*** (Cantanhede).

Alfaites é, por certo, variante de *Alfeite* (topónimo do distrito de Setúbal), do latim *FILICTU* (português antigo *feito*), hoje *feto* 'nome de planta', a que se aglutinou o artigo árabe,¹⁶⁶³ sendo *Alfeiteiras* seu derivado. Joaquim da Silveira refere-se ao apelativo *afeito* (planta) como tendo recebido prótese de *-a* inicial.¹⁶⁶⁴ Adolfo Coelho também elenca uma série de nomes de lugar prefixados com o artigo árabe *al* e que, por vezes, apresentam “outras particularidades atribuíveis a influência árabe, como mudança do *o* final em *e*” (e, sublinhe-se, frequente em formas moçárabes) entre os quais *Alfeite*, que compara com *Feito* e *Feto*.¹⁶⁶⁵

Num extenso artigo intitulado “Povoações nossas que tomaram o nome dos feitos, fentos, fetos ou feitos”, Pedro A. Ferreira detém-se longamente sobre o assunto, elencando as povoações cujos nomes “foram tirados do latim *filix*, *icis* — o feito, planta, que já no latim deu *filectum* e *filictum* — fetal, campo ou bosque de fetos, — *filicetum* — o mesmo que *filectum* — e *filicatus*, *a*, *um* — coisa semelhante ao feto.”. Entre muitos outros topónimos, refere (sem localizar): *Alfeite*, “uma forma de *Al* + *Feito*”, onde também nota a passagem de *-o* a *-e*; *Faitos*, que considera variante de *Feitos*; e *Alfeiteira* que decompõe em *Al Feiteira* ‘o fetal ou feital’.¹⁶⁶⁶ J. J. Nunes sublinha que *FILIX* (em rigor, o verdadeiro nome da planta) foi sendo progressivamente substituído por *FILICTU*, que significava propriamente ‘fetal’ e cujos

¹⁶⁶² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 64, considera que *Alfarela* e *Alfarelos* “tomaram o nome do castelhano *alfarero* — oleiro, fabricante de louça”.

¹⁶⁶³ David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 258. J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 55.

¹⁶⁶⁴ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 54.

¹⁶⁶⁵ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 146.

¹⁶⁶⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 122-137. Ver, para os topónimos em questão, as p.

derivados forneceram à nossa toponímia “um contingente importante”, do qual destaca, com aglutinação de *a-*, *Afeitai* e *Afeiteira*.¹⁶⁶⁷

Alfocheira (Lousã).

Não foi possível esclarecer uma eventual ligação entre este nome de lugar e *alfrocheira(o)* ‘casta de uva duriense e beiroa’ ou *alfucheiro* ‘casta de uva branca de Leiria,¹⁶⁶⁸ nem a etimologia destas formas.

Rio *Alfusqueiro* (Águeda / Oliveira de Frades / Sever do Vouga / Vouzela).

Alfusqueiro é nome de casta de uva da região de Aveiro,¹⁶⁶⁹ cuja etimologia não se conseguiu dilucidar completamente. Pode estar relacionado com o adjectivo *fusco*, do latim FŪSCUS ‘pardo, escuro’, documentado pela primeira vez (1088) em leonês — “bove per golore fosgo”.¹⁶⁷⁰

Algraves (Vagos).

Será variante de *Algarves*? Então excluir-se-á deste trabalho. Pode, no entanto, pensar-se noutras hipóteses etimológicas, como a base céltica *GRAVA ‘areia, cascalho’ (também na origem do francês *grève*),¹⁶⁷¹ ou o frâncico *GRAVAN ‘cavar’, que Corominas considera estar na base de *greba* / *greva*.¹⁶⁷² António Losa inclui *Algreves* (concelho da Póvoa de Varzim) numa lista de topónimos “de origem obscura ou mal explicada, começados por *-al*”, que encontrou a norte do Douro.¹⁶⁷³

123-125, 250 e 270. Cf. também IDEM, *Op. cit.*, vol. I, p. 295; e vol. III, p. 434.

¹⁶⁶⁷ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 149-150. Cf. também IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 187.

¹⁶⁶⁸ *GEPB*, vol. 1, s.v. ALFROCHEIRA, s.v. ALFROCHEIRO, s.v. ALFUCHEIRO.

¹⁶⁶⁹ *GEPB*, vol. 1, s.v. ALFUSQUEIRO.

¹⁶⁷⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. HOSCO.

¹⁶⁷¹ O. BLOCH e W. von WARTBURG, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, cit., s.v. Grève.

¹⁶⁷² J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. GREBA.

¹⁶⁷³ António LOSA, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, cit., p. 60.

Alguerre (São Pedro do Sul).

A hipótese de este nome (bem como *Guerres*, no concelho de Soure) poder ligar-se a *guerra*, do germânico ocidental *werra* 'discórdia, peleja, revolta', já foi colocada na alínea 17.1 Vogais finais (p. 223).

Aljazed_e (Ansião, Figueira da Foz).

Nome de lugar continuador do baixo latim *gypsetum* (já estudado na p. 223, a propósito do tratamento moçárabe das vogais finais, neste caso -O final > <e>).

Aljubarrota (Alcobaça).

José Pedro Machado considera a sua origem obscura, mas dá-nos conta da existência da forma antiga *Aliuma rupta* (documentada pela primeira vez em 1153 e ainda em uso em 1303), que se liga ao elemento românico *rupta*, de RUPTU, participio de RUMPERE 'romper, quebrar, fender, abrir'. De facto, José Joaquim Nunes também refere que nos mais antigos documentos em latim bárbaro se fala de terras "ruptas vel inruptas", isto é, 'terras cultivadas ou incultas', representando a forma *arromper* o RUMPERE latino. Quando aplicado ao tratamento de terras, *arromper* abandonou a primitiva significação de 'quebrar' para assumir a de 'destorrear, desbravar'; do participio *roto* formou-se o verbo *rotear* ou *arrotear* que veio substituir o arcaico *arromper*.¹⁶⁷⁴ Quanto a *aliuma*, 'ramagem de árvore', deve ter-se alterado para *aljuba*, por etimologia popular.¹⁶⁷⁵ Leite de Vasconcelos refere igualmente algumas variantes gráficas que sustentam esta etimologia: *Aljumaruta*, *Aljumarrupta* e *Aliumarupta*.¹⁶⁷⁶

Almalaguês (Coimbra).

Este topónimo da família etimológica de *Malga* foi já estudado, a propósito da conservação de -L- intervocálico (p. 447).

¹⁶⁷⁴ J. J. NUNES, "Notas filológicas", cit., p. 65-66.

¹⁶⁷⁵ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 229; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 61.

Almalho (Albergaria-a-Velha).

O apelativo *almalho*, do latim ANIMALIA, tornado masculino, usa-se na acepção de ‘novilho’ e, no Alto Minho, a variante *armalho* significa ‘boi inteiro’.¹⁶⁷⁷ Crê-se, no entanto, que o topónimo em análise em nada se relaciona com este nome. Tratando-se de um vértice geodésico, é muito mais plausível que na origem de *Almalho* esteja o latim MUTŪLŪ ‘bocado de tronco; cabeça de viga; marco divisório’ ou, mais precisamente, o seu derivado hispano-latino MŪTULONE, étimo do português *molhão / malhão* ‘marco divisório’, do catalão *molló* e do castelhano *mojón*, com o mesmo significado. Além dos termos arcaicos *molhom* e *malhom* (plural *malhões*) ‘baliza de propriedade’, no português há ainda os derivados *malhoeira* ‘conjunto de *malhões*’, *amalhoar* ‘colocar *malhões*’ e, na toponímia, *Malhão* e *Malhões*.¹⁶⁷⁸

Almargem, *Ponte de Almargem* (Viseu), *Campo do Almargem* (Albergaria-a-Velha), **Almargens** (Tondela).

Poderia citar-se também *Almarges*, nomes de regiões no concelho de Cantanhede, mas excluíram-se por serem muito próximos do árabe *marg*, como se verá. Leite de Vasconcelos escreveu a propósito de *Almarginho*, nome de uma courela do concelho de Mértola: "Diminutivo de *Almargem*, palavra de origem arábica, que significa 'prado'. No *Dicionário* de Morais vem também *almargem* no sentido de 'certa erva que nasce nos almargeais' (...). À família etimológica de *Almargem* pertencem *Almarginho*, *Almarjão* e *Almarjões*". E cita a antiga expressão *deitar um cavalo ao almargem*, em que modernamente se mudou *ao almargem* para *à margem*, por

¹⁶⁷⁶ J. Leite de VASCONCELOS, *Etnografia geográfica*, cit., p. 11 e 14.

¹⁶⁷⁷ J. Leite de VASCONCELOS, "Observações ao «Elucidário» do P.º Santa Rosa de Viterbo", cit., p. 116. IDEM, "Ementas gramaticais para a história da língua portuguesa", *Revista Lusitana*, vol. 37, 1939, p. 19.

¹⁶⁷⁸ Cf. Maria José de Moura SANTOS, *A origem de "mocho" 'banco' e o seu campo morfo-semântico*, cit., especialmente as p. 3-8, onde a Autora faz um aturado estudo da evolução do grupo -T'L-, com as necessárias referências bibliográficas.

etimologia popular.¹⁶⁷⁹ Poderá acrescentar-se que a expressão "deitar (alguém) ao almargem" ainda se usa na região da Bairrada em vez de "deitar à margem", aqui com contaminação semântica em sentido inverso. A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*¹⁶⁸⁰ contempla diversas formas desta família de palavras: *almarge*, variante de almargem; *almargeado* 'terreno baixo e alagadiço com erva para o pasto', 'animal que se deixa no pasto', 'pessoa desprezada'; *almargeal* 'terra baixa e húmida de pastagem'; *almargear* 'colocar [o gado] no almargem', 'semear pasto', 'abandonar, desprezar'; *almargem* 'pastagem, prado, lameiro, várzea'; "deitar ao *almargem*" 'afastar, abandonar, desprezar'; *almargio* 'relativo ao almarge', diz-se do animal almargeado ou lançado ao almargem: cavalo *almargio* (opõe-se a estabulado). No *Dicionário* de Cândido de Figueiredo também se encontram *almarjo* e *almargem* 'prado natural, pastagem, erva para pasto [e 'erva para barreiras?']; *almarjal* e *almargeal* 'terreno húmido que tem *almargem*'.¹⁶⁸¹

David Lopes considera *Almargem* de origem árabe — *almarg(e)*,¹⁶⁸² e o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa repete a etimologia árabe *al-marj* 'campo, prado'.¹⁶⁸³ J. P. Machado inclina-se para esta possibilidade, mas entende existir também influência de *margem*¹⁶⁸⁴ que, aliás, também existe na toponímia — *Margem, Margens*.

Sobretudo no Sul do País, são muitíssimos os topónimos portugueses pertencentes à mesma família etimológica — *Almargens, Almarginho(s), Almargias,*

¹⁶⁷⁹ J. Leite de VASCONCELOS, "Onomástico do concelho de Mértola", cit., p. 420. Ver também IDEM, "Amostra de toponímia portuguesa", cit., p. 63, onde o Autor refere que *Almargem* é vocábulo típico do Sul e da Beira.

¹⁶⁸⁰ *GEPB*, vol. 2, p. 27-28 (onde se encontram muitas formas toponímicas e antroponímicas desta família).

¹⁶⁸¹ Cândido de FIGUEIREDO, *Dicionário de Língua Portuguesa*, 2 vols., 16ª ed., Lisboa, 1981 e 1982, s.v. Almarjo, s.v. Almargem, s.v. Almarjal, s.v. Almargeal.

¹⁶⁸² David LOPES, "Toponímia árabe de Portugal", cit., p. 261.

¹⁶⁸³ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Almargem, almarge.

¹⁶⁸⁴ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 64.

Almarjão, Almarjões, Almajões, Almarjanito, Almarjo, Almarjinho(s) —, a que Pedro A. Ferreira também dedica algumas linhas, sem aduzir informação nova.¹⁶⁸⁵

No concelho de Mértola ocorre ainda *Almarjo*, semelhante a um apelativo muito usado em espanhol a significar 'barrilheira' (planta de cujas cinzas se faziam as barreiras); em espanhol *almarjal* e *maljal* designam 'terreno pantanoso, onde pode crescer o *almarjo*'. De facto, Corominas filia o espanhol *almarjo* 'barrilheira' no hispano-árabe *margo* (com o mesmo significado), do árabe *marg* 'prado, campo', directamente representado no árabe magrebino *marg* 'almarjal' [e, poderia acrescentar-se, no português *almarge*]; considera que a vogal final de *almarjo* "indica origem românica, não árabe".¹⁶⁸⁶

Ora a terminação de *almargem* também é analógica dos nomes românicos (em *-em*). Conclui-se que só *almarge* é um arabismo "puro": todas as outras formas foram mais ou menos contaminadas, tanto a nível morfológico como semântico. De facto, Manuel Mateus refere que *almarjão* e *almarjões* são faixas de terreno húmido e plano, junto de correntes de água, que se conservam geralmente incultos, só sendo cultivados raramente de milho ou de feijão.¹⁶⁸⁷ Este *almarjão* corresponde à definição do termo *almargeal* no *Dicionário* de Morais (8ª ed., de 1891), de onde passou para a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*.¹⁶⁸⁸ Situando-se os *almarjões* junto de rios ou ribeiros, pode perguntar-se se não será MARGINE o seu étimo, não excluindo embora uma analogia formal com *almargem*. Simonet regista as formas moçárabes *marjo* e *al-marjo*, com a mesma significação do espanhol *almarjo* / *armajo*; pensa que também podia filiar-se num adjectivo latino tardio *margius* ou *margeus*, derivado de

¹⁶⁸⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 138 e p. 507, além dos já mencionados, refere ainda *Almarjões*. Ver também vol. III, p. 188 e 434, onde compara *Almargem* com *Margem*, sem aduzir qualquer comentário ou explicação adicional.

¹⁶⁸⁶ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ALMARJO.

¹⁶⁸⁷ Manuel MATEUS, "Topónimos alentejanos relacionados com o aspecto geral do solo", cit., p. 250-251.

¹⁶⁸⁸ *GEPB*, vol. 2, s.v. ALMARGEAL.

MARGA 'terra semelhante à que produz barrilheira'. E acrescenta que do castelhano *armajo* partiu o árabe *armás*, nome que um escritor muçulmano dá à barrilheira.¹⁶⁸⁹

Creemos que tem mais interesse verificar as complexas interinfluências que definem este expressivo paradigma de híbridos do que estabelecer de forma rigorosa o percurso etimológico de cada um dos seus termos.

Almeirão (Coimbra), *Casal do Almeirão* (Caldas da Rainha).

Simonet recolheu as formas moçárabes *miron*, *amiron*, *amairon*, *almiron* (português *almeirão* e *almeiroa* e castelhano *amargón* 'chicória silvestre'), do latim AMARU, devido ao seu sabor amargo.¹⁶⁹⁰ E deve ser este significado botânico que preside não só aos topónimos em análise, mas também a *Almeirões*, nome de lugar do concelho do Seixal. *Almeiroa* é, de facto, o nome vulgar da referida planta, muito abundante em terrenos cultivados, relvados, caminhos e areias, de que se conhecem cinco variedades em Portugal.¹⁶⁹¹

Não é de excluir que *Almeirim* (concelho de Santarém) e *Almeirinho* (concelho de Mafra) sejam formas diminutivas de *Almeirão*. Parece, no entanto, mais plausível, por razões de carácter fonético, que continuem o latim MAJORE, ou mais precisamente o seu diminutivo MAJORINU 'de classe maior', de onde *meirim* e a aloforma *meirinho* 'magistrado medieval', tendo-se tornado o ápodo também nome pessoal masculino. Cf. *Valmeirim*, p. 340, onde são referidas formas antigas deste antropónimo, bem como outros topónimos congéneres.

¹⁶⁸⁹ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MÁRJO. Cf. MEYER-LÜBKE, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch*, cit., art. 5351, MARGA.

¹⁶⁹⁰ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. AMIRÓN Ó AMAIRÓN.

¹⁶⁹¹ *GEPB*, vol. 2, s.v. ALMEIRÕES, s.v. ALMEIROA; *GEPB*, vol. 38, s.v. ALMEIROA. *Almeirão* é um provincianismo algarvio usado para designar a 'pessoa alta, ossuda, de aparência forte mas geralmente fraca', semanticamente equivalente a *calmeirão*; porém, o seu emprego regional (geograficamente distante do *ubi* dos topónimos em análise) e o seu significado, que nada tem que ver com o botânico, aconselham o abandono desta pista etimológica (cf. *GEPB*, vol. 38, s.v. ALMEIRÃO).

Alto do Alminde (Coimbra).

Apesar de não se terem encontrado elementos esclarecedores da etimologia e significação de *Minde* (concelho de Alcanena), afigura-se possível uma relação formal entre este topónimo e *Alminde*.

Situada no extremo norte do concelho, *Minde* é uma povoação muito antiga, escassa em terras férteis, o que levou os seus habitantes a dedicarem-se à pastorícia e ao fabrico artesanal de lanifícios. Foi precisamente a actividade de produção e venda ambulante de mantas — cujo modelo é inspirado nas alentejanas de Reguengos — que fez surgir o *minderico* ou *pliação de charales*, “que não é mais do que agarrar em elementos vocabulares do português da região e deslocá-los dos seus significados comuns, no propósito de criar uma língua secreta que permitisse a autodefesa do grupo”.¹⁶⁹²

Outro nome possivelmente relacionado com *Alminde* é *Mindelo* (concelhos de Sintra e Vila do Conde), sobre o qual se conseguiu recolher mais informação. José Joaquim Nunes aduz diversos nomes geográficos (entre os quais *Amieira(o)*, *Amial*, *Amieirais*, *Amedo(a)*, *Ameneto* e *Amenitello*) da família etimológica de *amieiro*, “derivado de um antigo **amea*, representante do latim *amœna* (subentendida a palavra *arbo*)”,¹⁶⁹³ e, a propósito do estudo de *Medelo* (topónimo do concelho de Lamego), Leite de Vasconcelos cita as formas antigas *Amedello*, *Ameedelo*, *Amadelo*, *Medello* e *Ameedela* — diminutivos, respectivamente, de *Ameedo* e de **Ameeda* — que também radica no mesmo étimo latino. Além de diversos apelativos e topónimos antigos e modernos pertencentes a esta família etimológica, cita as formas medievais *Amenitello*, *Menidello*, *Aminitello*, *Aminidelo*, *Amiidelo* (por *Am ãidelo*), que considera precursoras da actual *Mindelo*.¹⁶⁹⁴

¹⁶⁹² *Minde*, <http://www.cm-alcanena.pt/concelho/indexm0406.asp>. Cf. *GEPB*, vol. 17, s.v. MINDE.

¹⁶⁹³ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 137.

¹⁶⁹⁴ J. Leite de VASCONCELOS, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 25,

Almoster, Ribeira de Almoster (Alvaiázere).

Apercebendo-se do carácter híbrido do topónimo, Leite de Vasconcelos refere: “Este nome decompõe-se no artigo árabe *al* e no substantivo *mostér*, que não existe na língua separadamente. *Mostér* (Al-moster) vem do lat. MONASTERIUM. O árabe *al* encontra-se junto a outros nomes de origem românica, por exemplo, *Alfeite*.”¹⁶⁹⁵ Adolfo Coelho também se referiu a uma série de nomes de lugar com aglutinação do artigo árabe *al*, entre os quais *Almoster*, que compara com *Mosteiro* e outros derivados.¹⁶⁹⁶

Muitos outros autores¹⁶⁹⁷ referem este topónimo como sendo moçarabismo, em cuja base se encontra o latim vulgar MONISTERIU, de MONASTERIU. Simonet regista diversas variantes do apelativo moçárabe *monastér* — *monastír*, *monaxtél*, *monaxtíl*, *monestér*, *munestér* —, bem como os topónimos *Monastér* ou *Monastír*, *Al-Monastér* ou *Al-Monastír*, *Al-Monestér* (hoje *Almonaster la Real*, em Huelva), *Monaxtél* e *Monaxtíl* (actual *Monachil*, em Granada).¹⁶⁹⁸ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* dedica um extenso e completo artigo a esta freguesia do concelho de Alvaiázere, onde, além da opinião de Leite de Vasconcelos (acima

1923-1925, p. 289-290. Cf. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 64, que também cita diversas formas antigas de *Medelo* e de *Mindelo*.

¹⁶⁹⁵ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 415.

¹⁶⁹⁶ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 146.

¹⁶⁹⁷ É o caso de: Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 206; J. P. MACHADO, *Notas de toponímia portuguesa*, cit., p. 8; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 266; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 68; J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 133; IDEM, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, p. 280; IDEM, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 15; David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 259; Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 213; J. J. NUNES, “Bibliografia - I. Livros: *Die Sprache des Königs Dinis*, de Gassner”, cit., p. 337; IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 187; Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 270; vol. III, p. 189.

¹⁶⁹⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MONASTÉR.

referida) se pode ler: “Ou o local já se chamava *Mosteiro* e os árabes assim o acharam e o adoptaram à feição dos seus hábitos glóticos, *Almoster*; ou existia aqui a instituição respectiva, que os dominadores muçulmanos respeitaram, criando-se já sob o seu domínio, por uso de populações árabes e moçárabes, o topónimo, segundo os referidos hábitos glóticos; ou, enfim, uma coisa e outra, que é o mais natural: a instituição monástica e o topónimo a ela devido. Desse obscuro mosteiro nada se sabe, como se não sabe de outros que em regiões tidas por mal povoadas nesses tempos aparecem mencionadas acidentalmente.”.¹⁶⁹⁹

***Alombada*, Ribeira da *Alombada* (Águeda).**

Lomba é um nome muito frequente na toponímia de todo o país; o derivado *Lombada* é também topónimo do concelho de Águeda, bem como da Madeira; e *Lombadas*, o nome de uma nascente de água mineral no concelho da Ribeira Grande. Nestes nomes é evidente o significado topográfico: *lomba* ‘planura sobre serra, colina ou qualquer altura’; *lombada* ‘lomba contínua de terreno’, do latim LUMBU ‘costas, espinhaço’.¹⁷⁰⁰ Torna-se, pois, clara a aglutinação de *a(l)* nestes topónimos.

***Alpalhão* (Anadia).**

J. P. Machado alude a três topónimos com este nome, nos concelhos de Anadia, Mação e Nisa, que considera moçarábicos — híbridos formados com o artigo árabe *al* e com um derivado aumentativo de *palha* < latim PALEA. O Autor recolheu na *doação de Açafa*, documento de 1198 ou 1199, o topónimo *Alpalanti*, que Alexandre Herculano identificou como o actual *Alpalhão* (concelho de Nisa).¹⁷⁰¹ Mansur Guérios

¹⁶⁹⁹ *GEPB*, vol. 38, s.v. ALMOSTER (excerto adaptado).

¹⁷⁰⁰ *GEPB*, vol. 15, s.v. LOMBA, s.v. LOMBADA, s.v. LOMBADAS. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Lomba, s.v. Lombo.

¹⁷⁰¹ Cf., respectivamente, J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 272; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 69; e IDEM, *Ensaios histórico-linguísticos*, cit., p. 13 e 15-16. As dificuldades fonéticas na evolução de *Alpalanti* a *Alpalhão* levam Machado a questionar tal identificação. Ver ainda: J. COROMINAS, *DCELC*,

exprime opinião idêntica.¹⁷⁰² Simonet abona o apelativo moçárabe *palyár* ‘palhal, palhar ou palheiro’, documentado na toponímia com o plural *Palyárex*.¹⁷⁰³ J. J. Nunes refere vários topónimos radicados em *palea* ou *palha*, entre os quais não figura *Alpalhão*.¹⁷⁰⁴

Pedro A. Ferreira indica “*Al + Palhares* — os palheiros, palhaes ou palhares”; e “*Alpalhão* — o *palheirão*, grande palheiro — vila e freguesia que demora entre o Crato e Nisa”, acrescentando que *Palheirão* é também o nome de uma herdade. Referindo-se especificamente à aglutinação do artigo árabe *al*, dá como exemplo o par *Palheirão* e *Alpalhão*, que considera “o mesmo que *Palhão* e *Alpalhão*”.¹⁷⁰⁵

Rua de Alpedide (Coimbra).

António Correia é um dos raros estudiosos que se reporta à antiga rua de *Alpedide*: “Em documentos dos séculos XV e XVI aparece com alguma frequência uma artéria, na freguesia de São Cristóvão, designada de rua de *Alpedide*. (...) Não resta dúvida de que a rua de *Alpedide* não era outra coisa senão mais um nome que designava a rua de São Cristóvão, mas que, contudo, se não fixou e desapareceu em curto prazo de tempo.”¹⁷⁰⁶ Embora não se tenham encontrado pistas etimológicas que ajudem a dilucidar a origem do segundo elemento deste nome, pode aventar-se a possibilidade de se tratar de uma alteração fonética de **Pedredo* / **Pedrido*, derivados de *pedra*, de que existem abundantes vestígios toponímicos (como *Alpedriz*, estudado a seguir). A ser assim, além da aglutinação do artigo árabe *al*, verifica-se também a evolução da vogal final *-o* > *-e*.

s.v. PAJA; *GEPB*, vol. 2, s.v. ALPALHÃO; e *GEPB*, vol. 38, s.v. ALPALHÃO.

¹⁷⁰² R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 141.

¹⁷⁰³ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. PALLYÁR.

¹⁷⁰⁴ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 172.

¹⁷⁰⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 9-10 e p. 250, respectivamente. Ver também, vol. III, p. 189 e 434.

¹⁷⁰⁶ António CORREIA, *Toponímia coimbrã* (I. Zonas da Sé Velha e Arco de Almedina), cit., p.

Alpedriz (Alcobaça).

José Pedro Machado¹⁷⁰⁷ cita vários topónimos a que atribui a origem latina PETRA 'pedra, rocha', entre os quais figuram, além de *Alpedriz*, *Alpedreira*, *Alpedrinha*, *Horta de Alpedrede*, *Alpedreirinha* e *Alpedreiras* — todos nomes da Beira Baixa e do Alentejo. Na base de *Alpedrinha*, Machado considera estar o adjectivo PETRINEA e não um diminutivo de PETRA, como parece ser o caso do topónimo em análise. Mansur Guérios também cita *Alpedriz* e *Alpedrinha* como exemplos de nomes moçárabicos.¹⁷⁰⁸ Pedro Ferreira inclui os topónimos *Alpedrinha* e *Alpedreira* nos nomes com aglutinação do artigo árabe *al*, e compara-os com *Pedrinha* e *Pedreira* atribuindo-lhes a etimologia latina PETRA 'pedra'¹⁷⁰⁹ — à semelhança de outros nomes, como *Pedre* e *Pedronhe*, já estudados na p. 315. Não apresentando razões indiscutíveis, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* avança outra possibilidade etimológica, que parece menos plausível: embora o autor do artigo considere *Alpedriz* um dos muitos topónimos do Sul do País com “o artigo arábico *al* aplicado a nomes românicos, usado sob o domínio arábico por populações de língua românica ou moçárabes”, crê que o topónimo corresponde a *Al Pedriz*, o patronímico PETRICI (do nome pessoal latino PETRU). Num documento do mosteiro de Alcobaça, datado de 1183, encontra-se a forma *Alpetri*, o que, na opinião do autor, significa que “o notário reconheceu ali facilmente a aplicação do artigo arábico *al* a um nome pessoal românico” e, deste modo, “o local recebeu a designação pré-nacional antroponímica do nome de um povoador sob a égide arábica: *Pedriz*, a que os

32.

¹⁷⁰⁷ J. P. MACHADO, *Palavras a propósito de palavras. Notas lexicais*, cit., p. 110-111; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 273; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 69-70. J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 187, também aduz *Alpedrinha* como um topónimo formado da junção do artigo árabe *al* a um nome comum de proveniência latina.

¹⁷⁰⁸ R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 141.

¹⁷⁰⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 250 e 270; vol. III, p. 434.

muçulmanos agregaram o *al.*”¹⁷¹⁰

Alpendurada, Ladeira das Alpenduradas (Coimbra).

Topónimos derivados do latim PENDERE ‘pender’.

António Losa alude a *Alpendurada*, cujo nome tem alternado através dos séculos com *Pendurada* (também grafado *Pendorada*), povoação administrativamente pertencente ao concelho de Marco de Canaveses mas mais próxima de Castelo de Paiva, onde, em 1054, se fundou e floresceu o mosteiro beneditino que tomou o nome de *S. João Baptista de Pendorada*. Na opinião do Autor, “é de crer que se passou da segunda para a primeira, formada de *alpendre* ou *alpendor*, e não vice-versa.”¹⁷¹¹ Joaquim da Silveira também refere *Alpendorada* como nome românico (português) precedido do artigo árabe.¹⁷¹² *Alpenderado*, nome de um esteiro ribatejano (Santarém), figura numa carta do rei D. Dinis, de 1343.¹⁷¹³

Na toponímia menor de Coimbra, coexistem também as formas *Pendorada* e *Alpendurada(s)*, o que confirma a etimologia referida. A primeira notícia do nome remonta a um assento de 1244, onde se fala de uma vinha, perto de dois lagares, “*in termino Pendorada*”; há registos de olivais na *Pendurada* (1370), na *Alpendurada* (1433) e às *Alpenduradas* (1444) — data a partir da qual não se registam mais oscilações nesta forma toponímica.¹⁷¹⁴ O primitivo *ubi* deste lugar da freguesia da Sé Nova abrangia o espaço limitado a Norte pelo Penedo da Saudade, a Oeste pela

¹⁷¹⁰ *GEPB*, vol. 38, s.v. ALPEDRIZ.

¹⁷¹¹ António LOSA, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, cit., p. 62. Sobre as origens do mosteiro de *Pendorada*, veja-se Fr. José MATOSO, *L' Abbaye de Pendorada, des origines à 1160*, Coimbra, 1962. Cf. também *GEPB*, vol. 2, s.v. ALPENDURADA (Convento de); e *GEPB*, vol. 38, s.v. ALPENDURADA e MATOS.

¹⁷¹² J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 15.

¹⁷¹³ Cf. *Livro das Lezírias d’ El-Rei Dom Dinis*, cit., p. 111.

¹⁷¹⁴ Cf. J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. I, p. 87-89. Não colhe, portanto, a hipótese de A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 40-41, que pretende filiar o topónimo em *alpondras* ou *poldras* ‘pedras de passagem de uma para outra margem de um ribeiro ou rio’.

Arregaça, a Este pelo Cidral e a Sul pela Fonte do Bispo. Actualmente, com a abertura de novos arruamentos e com a intensa urbanização desta zona, a individualidade do lugar da *Alpendurada* ficou um tanto comprometida, mas a placa toponímica — *Ladeira das Alpenduradas* (a ligar a Rua dos Combatentes da Grande Guerra à Rua do Brasil e à Rua do Teodoro) — atesta a continuação do nome.

Alpendurada regista-se também como apelido; *Alpenduradas* é topónimo do distrito de Beja; *Alpendrada*, de Setúbal; e *Alpendre(s)*, de Beja, Braga, Castelo Branco, Évora, Santarém e Setúbal.

A primeira abonação de *alpendre* data de 1339. Além do apelativo antigo *alpênder* ‘alpendre, telheiro’ e *alpendre* ‘tecto suspenso por colunas ou pilastras, telheiro’, ‘telhado de uma só água’ (também usado no Alentejo para designar ‘compartimento na entrada da casa, em que se cozinha e onde comem os homens da lavoura’), abonam-se: *alpendrada* (com a variante *alpendorada*) ‘alpendre grande, sustentado por colunas’, que nas casas rurais serve para guardar as alfaias agrícolas e cuja parte de cima pode utilizar-se como celeiro; o adjectivo *alpendrado* ‘coberto com alpendre’; os verbos *alpendrar* (e a variante *alpendorar*) ‘cobrir com alpendre’.¹⁷¹⁵ *Alpendrada* e, certamente, por etimologia popular *Alpendurada* devem, portanto, ter começado por ser adjectivos: *casa alpendrada*, etc.. Note-se que Júlio Dinis e Eça de Queirós usaram a expressão “varanda *alpendrada*”, n’ *A Morgadinha dos Canaviais* e n’ *A Ilustre Casa de Ramires*, respectivamente.¹⁷¹⁶

Alpossos (Santa Maria da Feira).

Nome de lugar de formação facilmente identificável, que tem por base o latim PUTEU ‘buraco, poço; chaminé’.¹⁷¹⁷ Recordando que o conhecimento da origem dos

¹⁷¹⁵ Cf. J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Alpendre; e as respectivas entradas na *GEPB*, vol. 2, p. 122-125.

¹⁷¹⁶ Júlio DINIS, *A Morgadinha dos Canaviais*, p. 58. J. M. Eça de QUEIRÓS, *A Ilustre Casa de Ramires*, p. 60.

¹⁷¹⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Poço.

topónimos permite emendar as suas grafias incorrectas, Joaquim da Silveira explica que a grafia etimológica é *Alpoços* “visto tratar-se do nome românico (português) *poços*, precedido do artigo arábico, como em *Alcobertas*, *Alcongosta*, *Alpendorada*, *Alcôrrego*, *Alfeijoeiros*, *Almalaguês*, *Alfundão*, *Almoster*, etc.”.¹⁷¹⁸ Pedro A. Ferreira, a propósito da aglutinação do artigo árabe *al*, refere a variante toponímica “*Alpossas*, por *Alpoças* e *Poças*”, não identificando a sua localização.¹⁷¹⁹

Alqueidão₁₄ (Alcobaça, Ansião, Caldas da Rainha, Figueira da Foz, Lamego, Leiria, Pombal, Porto de Mós, Vila Nova de Ourém), **Alqueidão da Serra** (Porto de Mós), **Alqueidão das Cortes** (Leiria), **Alqueidão de Maçãs de D. Maria**, **Alqueidão de Pussos** (Alvaiázere), **Matos de Alqueidão** (Ansião), **Moinho de Alqueidão** (Porto de Mós).

Alguns autores¹⁷²⁰ atribuem origem árabe a este topónimo, mas a falta de consenso sobre a sua etimologia — *alq(u)eddān(e)* ‘pedra calcária branca e branda’, *alq(u)ētūn(e)* ‘tenda; acampamento’, ou ainda *al-qattān* ‘[campo do] linho’ — fragiliza a hipótese de se tratar de arabismo.

E o facto de António Losa¹⁷²¹ enfileirar este nome de lugar ao lado de outros que considera de origem obscura ou mal explicada —, entre os quais menciona moçarabismos como, por exemplo, *Alfanados*, *Alconchel*, *Alvega*, etc. —, e de os topónimos aqui em questão se localizarem em regiões de forte implantação moçárabe, leva-nos a inclui-los neste trabalho, com as devidas reservas.

¹⁷¹⁸ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 14-15.

¹⁷¹⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 250; vol. III, p. 434.

¹⁷²⁰ Entre eles, David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 263-264; e J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 278-279; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 70; IDEM, *Palavras a propósito de palavras. Notas lexicais*, cit., p. 112-113.

¹⁷²¹ António LOSA, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, cit., p. 60.

Alufinha (Resende).

Pedro Ferreira coteja os topónimos *Alufinha* e *Lufinha*, sem referência à sua etimologia nem à localização.¹⁷²² Joaquim da Silveira entende que talvez fosse preferível a forma *Lufinha* a *Alufinha*, sem aglutinação do artigo, “como se faz para o nome de outro lugar da freguesia de Ribafeita, concelho de Viseu, que nas inquirições de 1258 se escreve *Lofã* e *Lofina*.”¹⁷²³ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* regista o apelativo *lufa* nas acepções de ‘vento, lufada’, ‘pressa, azáfama’, e também como termo botânico que designa uma planta, cujo étimo é o árabe *lufa*¹⁷²⁴— o que, a ser exacto, excluiria este topónimo do rol dos moçarabismos.

Alvalade (Coimbra).

David Lopes dá conta de que, no século X, existia junto ao Mondego, perto de Coimbra, uma «villa» conhecida pelo nome de *Albalat*, *Almalat* ou *Alualad*.¹⁷²⁵ Trata-se de um topónimo de formação híbrida, documentado entre nós a partir de 933, em cuja base está a forma latina PALATIUM, com influência do árabe *al-balat* ‘zona plana, chão’, onde, além da aglutinação do artigo árabe *al*, ocorre a substituição de [p] por [b] seguida da fricativação em [v] e a passagem da vogal final a <e>. O apelativo *alvalade* afasta-se, na toponímia, do sentido clássico de ‘palácio’ para assumir o de ‘residência senhorial, do alcaide-mor ou do senhor da terra’, ‘casa de campo de fidalgo ou pessoa principal’, explicando-se assim o seu plural (*Alvalades*, no concelho de Silves) e a frequência do nome em lugares onde não seria esperado se conservasse o significado etimológico, como é o caso de povoações dos distritos de Braga e Setúbal, de uma

¹⁷²² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 250; vol. III, p. 434.

¹⁷²³ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, *cit.*, p. 28.

¹⁷²⁴ *GEPB*, vol. 15, s.v. LUF².

¹⁷²⁵ J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, *cit.*, p. 72. David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, *cit.*, p. 34-35, 73, 92, 124, 181-184. IDEM, “Toponímia árabe de Portugal”, *cit.*, p. 264-265. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 197.

serra no distrito de Évora, e de uma ribeira no de Lisboa, onde o nome de *Campo de Alvalade Grande* e *Campo de Alvalade Pequeno* era antigamente dado aos actuais bairros do *Campo Grande* e do *Campo Pequeno* — nome que, aliás, se conserva na *Praça de Alvalade*.¹⁷²⁶ Pedro de Azevedo recolheu *paláth*, “*Valada, Alvalade*”, no *Glosario* de Simonet, incluindo o topónimo entre o “número avultado de palavras românicas influenciadas pela pronúncia árabe, que se conservam entre nós como nomes de lugares”.¹⁷²⁷ Simonet abona, de facto, a forma moçárabe *paláth* ‘palácio’, presente no topónimo granadino antigo *Al-Paláth*, documentado como *El Paláz* nos séculos XV e XVI.¹⁷²⁸

Ribeiro da Alvideira (Sever do Vouga).

Na sua base, está certamente o vocábulo românico *videira*, derivado de *vide* < VITE ‘vinha, cepa’, cuja primeira documentação data de 1154.¹⁷²⁹ Joaquim da Silveira aduz diversos topónimos “resultantes de uma antiga, extensa e intensa cultura da vinha”, entre os quais figuram *Vide*, *Castelo de Vide*, *Rio de Vides* e *Videiras*.¹⁷³⁰

Alvorge, *Charneca do Alvorge*, *Quinta do Alvorge* (Ansião), *Serra do Alvorge* (Ansião / Soure).

A fonte etimológica já foi considerada (na p. 228), a propósito de -O final representado como <e>.

Largo das Ameias (Coimbra).

Ameias era nome de um lugar da freguesia de S. Bartolomeu (Coimbra), que, com o crescimento da malha urbana, acabou por perder a sua individualidade,

¹⁷²⁶ David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 264-265, além dos topónimos portugueses, dá conta da existência do nome também em Espanha (Córdova e Toledo).

¹⁷²⁷ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes moçárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 214.

¹⁷²⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. PALÁTH.

¹⁷²⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Vide.

¹⁷³⁰ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 61.

constituindo o *Largo das Ameias* o único vestígio da sua memória. Abonam-se as formas arcaicas *amêã* e *amea*¹⁷³¹ do apelativo *ameia(s)* que, usado sobretudo no plural, continua o latim MINA(S), com idêntica significação.¹⁷³² Trata-se de um caso de *pluralia tantum* com aglutinação de *a(l)*-.¹⁷³³

Ameixeira₂ (Ansião, Condeixa-a-Nova), **Ameixeirinha** (Vila Nova de Poiares), **Ameixieira**₈ (Alvaiázere, Arouca, Ansião, Castanheira de Pera, Condeixa-a-Nova, Mira, Pombal, Porto de Mós), **Ameixieiraria** ou **Ameixeraria** (Pombal), **Ameixieiras** (Vila Nova de Poiares), **Ameixieirinha**₂ (Pombal, Porto de Mós), **Ameixiosa** (São Pedro do Sul), *Serra da Ameixiosa* (São Pedro do Sul), **Ameixoeira**₃ (Cantanhede, Leiria, Pedrógão Grande), **Ameixoeiras**₂ (Anadia, Cantanhede).

As formas *ameixa* e *amêijoa* têm merecido as atenções dos etimólogos, cujas opiniões acerca da origem destes apelativos — foneticamente próximos — nem sempre são unânimes, como se verá.

Segundo José Pedro Machado, *ameixa* vem do latim *MYXĪLA ou *MYXŪLA, de MYXA ‘espécie de ameixieira’, do grego *mýxa*. Este Autor aduz muitas formas antigas, entre as quais *mexianares*, *ameisenales*, *amexenales*, *meixieyra*, *amexanedo*, *amexaedo*, *almeixas*, etc.. Como se verifica, ao lado de formas simples, encontram-se outras com aglutinação de *a(l)* como, aliás, também acontece na toponímia: *Ameixedo* / *Meixedo*.¹⁷³⁴

¹⁷³¹ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Glossário do Cancioneiro da Ajuda”, cit., p. 5.

¹⁷³² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Ameia. As muralhas e torres medievais terminavam geralmente em forma denticulada, cujas partes salientes constituíam os *merlões*, sendo as *ameias* os intervalos por onde se atirava ao inimigo. Por uns não poderem existir sem os outros, o valor dos dois termos confundiu-se, dando-se impropriamente o nome de *ameias* ao conjunto dentado de *merlões*. Cf. *GEPB*, vol. 2, s.v. AMEIA.

¹⁷³³ J. Leite de VASCONCELOS, “Ementas gramaticais para a história da língua portuguesa”, cit., p. 11.

¹⁷³⁴ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Ameixa. R. F. Mansur GUÉRIOS, “O romance moçárabico lusitano”, cit., p. 141, dá como exemplos de vocábulos arabizados as variantes equivalentes

Ameijoeira e *Amejeira* são também topónimos portugueses que, pela sua proximidade fonética, podem ser variantes de *Ameixoeira* e *Ameixeira*, respectivamente. Machado¹⁷³⁵ coloca a hipótese de *amêijoa* ser um castelhanismo, do grego *mytilos*, pelo latim MĪTŪLUS; a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* refere *amêijoa* como um nome “do árabe *al* e lat. *mytilus* ‘mexilhão’”;¹⁷³⁶ e o *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa atribui-lhe “origem obscura”.¹⁷³⁷

Gonçalves Viana refere que, apesar de *amêixea* ter sido a forma que antecedeu *ameixa*, não existe fundamento para a identificação de *amêijoa* com *ameixa*, “somente amparada por uma duvidosa semelhança de forma”. Considera MYXA a base de *ameixa*, com aglutinação de *al*, mas é reticente em aceitar *mytilus* como étimo de *amêijoa*.¹⁷³⁸

Carolina M. de Vasconcelos dá-nos conta de que a oscilação ou o uso indistinto das variantes *ameixeira* e *ameixieira* é já arcaica, atribuindo-lhes o étimo DAMASCENARIA.¹⁷³⁹

Leite de Vasconcelos, que exemplifica com *Meixedo* e *Ameixedo* a “mobilidade” de *a* átono em sílaba inicial, entende que a etimologia de “*ameixa* por *damáscina tem a seu favor o galego *ameijenda* e a forma latino-bárbara de documentação portuguesa

ameixa e *almeixa*.

¹⁷³⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Amêijoa.

¹⁷³⁶ *GEPB*, vol. 2, s.v. AMEIJOA.

¹⁷³⁷ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Amêijoa.

¹⁷³⁸ A. R. Gonçalves VIANA, “Léxico português”, *Revista Lusitana*, vol. 11, p. 238-240. Cf. ainda Paul BARBIER FILS, “Esp. port. «mecha»”, *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 141-142, onde o Autor também se refere a “une prothèse d’un *a*” e compara *ameixa* com os nomes desse fruto nos dialectos setentrionais franceses.

¹⁷³⁹ C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria”, cit., p. 365. A Autora dá outros exemplos em que se observa o mesmo tipo de oscilação: *freixeiro* / *freixieiro* (< FRAXINARIU), *maceira* / *macieira* (< MATTIANARIA), *vimeiro* / *vimieiro* (< VIMINARIU).

do século X *Ameixenedo*, que talvez já se pronunciasse *ameixeedo*, donde o moderno *meixedo*, etc.. A forma galega supõe *damascineta; a portuguesa supõe *damascinetum.”.¹⁷⁴⁰

Também José Joaquim Nunes¹⁷⁴¹ relaciona *ameixa* com “a *damascena* dos romanos, isto é, ‘o fruto oriundo de Damasco’”, citando diversos topónimos (com e sem *a-* inicial) formados a partir deste étimo.

Joseph Piel, recusando a explicação de *ameixa* através de MYXA, entende que a forma antiga *Ameixenedo* e as modernas *Ameixial*, *Ameixeira*, *Ameixiosa*, etc. “indicam claramente que a palavra se deve equiparar ao toledano *a(l)macena*, ou seja, DAMASCENA «abrunho de Damasco» (...), que vamos também encontrar no italiano *amóscino*, lígure *dármacina*. Estas formas, juntamente com a portuguesa, fazem pensar numa base *(D)AMASC-ĪNA, em vez de DAMASC-ĒNA.”.¹⁷⁴²

Pedro A. Ferreira não se pronuncia acerca da sua etimologia, mas compara os topónimos *Ameixedo* e *Meixedo*, considerando que ambos são “contrações” de *Ameixieiredo* ou *Ameixoeiredo* ‘bosque de *ameixieiras* ou *ameixoeiras*’ e que no primeiro se verificou a aglutinação do artigo árabe *al*.¹⁷⁴³

Amoreira₅ (Figueira da Foz, Lamego, Leiria, Óbidos, Oliveira do Bairro), **Amoreira Cimeira**, **Amoreira Fundeira** (Pampilhosa da Serra), **Amoreira de Sangalhos**, **Amoreira da Gândara** (Anadia), **Amoreira de Repolão** (Oliveira do Bairro),

¹⁷⁴⁰ Ver José Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 376; IDEM, Recensão a Wilhelm MEYER-LÜBKE, *Grammaire des langues romanes*, cit., p. 373 (excerto adaptado).

¹⁷⁴¹ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 147. Cf. também IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 257.

¹⁷⁴² Joseph M. PIEL, Recensão a R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 261-267. Ver também Joseph M. PIEL, “Sobre a terminação *-endo*, (*-indo*), *-enda*, na fito-toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 156-157, onde apresenta uma grande diversidade de topónimos espanhóis e portugueses com esta etimologia — (PRŪNA) DAMASCĒNA, DAMÁSCĪNA ‘abrunho de Damasco’.

¹⁷⁴³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 251; ver também vol III, p. 29.

Rua da **Amoreira**, Travessa da **Amoreira** (Coimbra), Santo Amaro da **Amoreira** (Figueira da Foz), **Amoreiras** (Lamego), Rua das **Amoreiras** (Coimbra), **Amoreirinha** (Pampilhosa da Serra), **Amorim** (Santa Maria da Feira), **Amaral** (São Pedro do Sul).

Estes nomes de lugar assentam no apelativo *amora*, nome em que *a-* pode representar o artigo românico, tal como *abetoira* e *ameaça*. Como já foi anteriormente referido, a exiguidade deste número de formas coincide com a de aglutinações do artigo de origem latina nas fontes consultadas para o francês e o italiano.¹⁷⁴⁴

J. J. Nunes explica que “a *amora*, representante de *mora*, isto é, o plural do neutro *morum*, que a língua comum distingue da árvore que o produz, ajuntando-lhe para esta o sufixo costumado *-eira*, tem lugar entre os toponímicos não só nas duas mencionadas formas, a primeira no singular e a segunda nos dois números, mas ainda em muitos derivados, por vezes acompanhados, como o primitivo, do vulgar *a* prostético ou artigo”, exemplificando este último tipo com *Amaral*, *Amarais*, *Amorais*, *Amorim*, *Amorosa* e *Amoreirinha*, ao lado de *Morais*, *Mora*, *Moradal*, *Moredo*, etc..¹⁷⁴⁵ Mas Joseph Piel vê em *Amorim* um continuador do nome próprio latino *Amorinus*.¹⁷⁴⁶ *Morim*, variante de *amorim*, regista-se não só como apelativo e como apelido, mas também como nome de lugar.¹⁷⁴⁷ Simonet, que abona os apelativos moçárabes *morál* e *moráyra* ‘moreira, amoreira’, filia o adjectivo hispano-latino MAURU, MAURA em MORU ‘negro’, de onde também o nome do fruto MORU ‘amora’.¹⁷⁴⁸ J. Pedro Machado confirma que o apelativo *amora*, do grego MŎRON, nos chegou através do latim MŎRU, com *a-*; além de *Moreira*, que subsiste na toponímia e na antroponímia,

¹⁷⁴⁴ Cf. capítulo III, 16.3.2 Aglutinação do artigo árabe *al*, especialmente a nota 459, p. 211.

¹⁷⁴⁵ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 156-157.

¹⁷⁴⁶ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 28.

¹⁷⁴⁷ *GEPB*, vol. 17, s.v. MORIM. *Morim* comporta também a acepção de ‘matéria corante que contém o lenho da amoreira’.

¹⁷⁴⁸ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. MORÁL y MORÁYRA, s.v. MÁURO.

abona o topónimo antigo *Moraria* (960).¹⁷⁴⁹

Num dos seus artigos sobre toponímia portuguesa, Silveira refere-se a diversos nomes com aglutinação de *a-*, entre os quais figura *amoreira*.¹⁷⁵⁰ E Leite de Vasconcelos (a propósito de *Aveleda / Veleda*) refere: “em *Veleda* houve apócope de *a-*, pois *a* átono em sílaba inicial é muito móvel: ora se suprime, ora se acrescenta, por exemplo: *moreira* e *amoreira*, *metade* e *ametade*, *Meixedo* e *Ameixedo*”.¹⁷⁵¹

Tratando-se de um apelativo toponimicamente bastante produtivo, existe em Portugal um caso muito curioso que, pela sua especificidade, suscitou o interesse de vários estudiosos:¹⁷⁵² trata-se do bem conhecido *Castelo de Almourol*, construído numa pequena ilha do Tejo, em frente a Tancos, ainda no tempo da dominação romana e reedificado em 1160 por Gualdim Paes, mestre da Ordem dos Templários. A opinião unânime é a de que, na sua base, está de facto, a forma latina MORU 'amoreira', que, com o sufixo diminutivo *-ola*, originou o galego-português **morió*. Assim sendo, *Almourol* significa '[ilha da] amoreirinha'. Embora com um sufixo diferente, encontramos a forma diminutiva *Amoreirinha*, no concelho da Pampilhosa da Serra e, fora do território estudado, em Montemor-o-Novo e na ilha da Madeira.

Pedro A. Ferreira, que localiza uma *Amoreira* no concelho de Torres Vedras, refere que a desinência *-eira* é “própria e característica de Portugal e da velha Galiza”. Num outro passo, acerca da aglutinação do artigo árabe *al*, refere diversos pares toponímicos exemplificativos, entre os quais *Mora* e *Amora*, *Moreira* e *Amoreira*,

¹⁷⁴⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Amora, s.v. Amoreira. Um códice de meados do século XVII regista a variante *Rua da Moreira*, em Coimbra.

¹⁷⁵⁰ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 54.

¹⁷⁵¹ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 376.

¹⁷⁵² Entre eles veja-se: J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 200; David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 262; J. P. MACHADO, *Influência arábica no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 267-268, onde se incluem várias formas antigas, entre as quais *Almeirol* (1169), *Almoirel* e *Almourel* (1171) e *Almoyrol* (séc. XV).

Moreirinha e *Amoreirinha*.¹⁷⁵³ Pensa que há, portanto, cognatos com o artigo árabe inicial. Para verificar se em *Amoreira* houve aglutinação de *a(l)*- ou simplesmente de *a*- seriam necessárias formas antigas esclarecedoras.

Alquetes (Lamego).

Alquetes, cultivada e habitada já pelos romanos, é uma região onde existe uma propriedade que pertenceu a Pedro A. Ferreira e cujo nome (também *Alquetes*) constitui, segundo este Autor, uma reminiscência simultaneamente árabe e celta, na medida em que se radica no “celta ou neo-celta *kouete* — bosque, mata, com o prefixo arábico *al*. Quer, pois, dizer *as matas* ou *bosques*.”. Cita Guillou que, nas suas *Petites Étymologies Bretonnes*, explica a etimologia de Coat, localidade bretã cuja “raiz deve ser *ko* — esconderijo, escondedouro, já pela sombra das árvores, já porque os bosques serviam de refúgio nas guerras e nas invasões tão frequentes outrora. O equivalente francês de Coat é Nemours, cidade bem conhecida, que tomou o nome do latim *nemoribus* — matas, bosques.”.¹⁷⁵⁴

Anadia (Anadia).

A mais antiga forma conhecida deste nome é *Nadia*, num documento de 1082, mas na carta de couto de Aguim aparece já a forma actual, *Anadia*. Segundo Joaquim da Silveira, “*Nadia* representa sem dúvida o lat. NATIVA (sc. *aqua* ou *fons*) tomado substantivamente e significativo de «nascente; fonte natural, espontânea» com referência ao exuberantíssimo manancial das *fontes*, que brota à entrada da vila, do lado norte.”. Fenómeno idêntico ocorre, aliás, com outros adjectivos, na região da Bairrada — *nascediço*, *nascedio* e *nascido*, semanticamente próximos de *nativa*,

¹⁷⁵³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 233 e 251, respectivamente; ver também vol. III, p. 29 e 88.

¹⁷⁵⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 241-242. Refere-se também a existência de um rio *Alquête*, na Beira Baixa. Cf. *Op. cit.*, vol. II, p. 296, onde se explicita que “a escala seria: *Ar* ou *Al* + *Kouetes* — *Alcuetes* — *Alquetes*”; e vol. III, p. 189 e 476-477.

significam ‘fontinha, manancial, arroio’.¹⁷⁵⁵ A opinião de Joseph Piel é concordante; refere também diversos topónimos que se ligam ao verbo *nascer* e explica que no português antigo deveria ter existido um adjetivo *nadio* < NATIVU, que entrava na expressão *aqua nadia*, que deu origem ao nome da vila de *Anadia*.¹⁷⁵⁶ Num outro artigo,¹⁷⁵⁷ Silveira inclui *Anadia* entre os topónimos que utiliza para exemplificar aglutinação de *a-* como, por exemplo, *Arruda*, *Amoreira*, *Achelas*, *Avuitoreira*, etc.. *Anadia* também se conta entre os nomes em que J. J. Nunes considera ter ocorrido a “fusão do artigo com o nome”.¹⁷⁵⁸

Arrabaças (Góis), ***Arrabal***₂ (Leiria, Porto de Mós).

Estes topónimos partilham uma etimologia comum: o latim hispânico *RAPĀNU, de RĀPHĀNU que, por sua vez, provém do grego *ráphanos*.¹⁷⁵⁹ José Joaquim Nunes regista que “do plural de *rapacium* vem a nossa *rabaça*” — apelativo presente nos topónimos *Rabaça(s)*, *Rabaçal* ou *Arrabaça*, *Arrabaçal*, *Rabacinha*, *Rabaceira(o)* e *Rabaçosa* — e que do “*raphanus* greco-latino” (a “soar” *rábão* em português) derivaram *Arrabal* (variante de *Rabal*), *Rabada*, *Rabadela* e *Rabaínho*.¹⁷⁶⁰ Pedro Augusto Ferreira apresenta os pares toponímicos *Rabaça* / *Arrabaça* (por

¹⁷⁵⁵ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 17, 1914, p. 114-115. Silveira informa que, apesar de em Portugal não haver senão outra *Anadia* (nome de uma quinta do concelho de Loures), existem outros topónimos afins — *Nascedios* (9 casais), *Nascentes* e *Nasce-Água* (5 casais); na Espanha goda houve, no século VI, perto de Eliberis, uma povoação *Nativola*, diminutivo de NATIVA. No galego existe ainda o adjetivo *nadio* e no português, no galego e no castelhano antigos usou-se *natío* com o sentido de ‘nativo, natural, nascediço’. Nos documentos portugueses dos séculos X a XIII, o adjetivo *nadivo* / *nativo* empregava-se muito em designações topográficas, junto aos vocábulos *penedo*, *pedra*, etc..

¹⁷⁵⁶ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 327, onde lembra ainda um documento da Sé de Coimbra (906), que regista a expressão *Petras nativas* referente a um lugar com rocha virgem.

¹⁷⁵⁷ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 54.

¹⁷⁵⁸ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 257.

¹⁷⁵⁹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rábão.

¹⁷⁶⁰ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 163.

Alrabaça) e *Rabaçal* / *Arrabaçal* (por *Alrabaçal*) como exemplos da junção e assimilação do artigo árabe *al*.¹⁷⁶¹ Simonet abona os moçarabismos *rábano* ‘rábano’, *rabánal*, plural *rabanálex* — nome de um horto de Córdova.¹⁷⁶² José Leite de Vasconcelos recolheu num manuscrito transmontano de 1159 «uilla qui uocatur *Rauanal*», que se refere a *Rabal* (Bragança). *Ravanal* ‘terreno semeado de rábãos’ corresponde ao castelhano *rabanal* e ao português antigo *rábano*, ainda em uso, sobretudo com a forma diminutiva *rabanete*. Partindo do latim RĀPHĀNU, o Autor reconstitui a evolução do termo: “*rabanal* > **rabāal* > **rabaal* > *rabal* (= *raval*)”.¹⁷⁶³ A forma *rabaal* encontra-se efectivamente abonada num documento do século XIV, onde pode ler-se «campo do *rabaal*», «*ravales*» e «*labarrabos*». Pedro A. Ferreira inclui *Lava Rabos* na alínea dos “Nomes que devem mudar-se”, informando que o ministro do reino, conselheiro José Luciano de Castro, em vésperas de eleições, deu o nome de *S. João do Campo* àquela freguesia de Coimbra.¹⁷⁶⁴ Amadeu Ferraz de Carvalho também refere que *Lavarrabos* (com a variante *Rabarrabos*), topónimo derivado de *rabaal* (= *raval*) ‘rabanal, campo semeado de rábanos’, tomou o nome de *S. João do Campo*.¹⁷⁶⁵

A existência de *Rabal* como nome de lugar e a implantação de *Arrabal* numa

¹⁷⁶¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 251; vol. III, p. 197 e 434.

¹⁷⁶² SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. RÁBANO, s.v. RABANÁL.

¹⁷⁶³ J. Leite de VASCONCELOS, “Miudezas toponímicas”, cit., p. 385-386.

¹⁷⁶⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 17.

¹⁷⁶⁵ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 45-46, informa ainda que esta alteração toponímica ocorreu, a requerimento do povo, por decreto de 15 de Março de 1880 e acrescenta que “*Rabarrabos* e posteriormente *Lavarrabos* deveriam ter-se formado pelo conhecido processo de atracção homonímica, em virtude do qual o povo altera, dum modo inconsciente, a fisionomia dos vocábulos, originando deformações (...). Em *Rabarrabos*, por contaminação das duas primeiras sílabas, transformou-se a última parte do nome anterior que muito bem poderia ter sido *Rabalares*; *Lavarrabos* formou-se, sob a influência do mesmo processo, pela dissimilação do *r* em *l*, a qual poderia aliás justificar-se sob o ponto de vista puramente fonético. É de notar que no vizinho concelho de Penela (...) há, com o mesmo nome, mais dois lugares, *Rabarrabos* e *Lagoa de Rabarrabos*.”

região de forte influência moçárabe parecem confirmar o carácter moçárábico deste nome.

Arraiola₂ (Vila Nova de Paiva), **Arroia**₂ (Figueira da Foz, Montemor-o-Velho), **Monte Arroio** (Montemor-o-Velho), **Arroios**, **Montarroio** (Coimbra).

A etimologia destes nomes foi já amplamente discutida (p. 386). Eles deverão incluir-se nesta alínea caso se confirme a opinião de diversos autores, entre os quais Simonet,¹⁷⁶⁶ Galmés de Fuentes,¹⁷⁶⁷ Joaquim da Silveira¹⁷⁶⁸ e Pedro A. Ferreira,¹⁷⁶⁹ que os consideram topónimos determinados por cores, formados a partir do latim RUBEU, RUBEA 'vermelho, vermelha'.

Outeiro da Arratoa (Pombal).

Uma vez que não se encontrou qualquer referência a este nome de lugar, não é possível determinar com segurança se se trata do resultado da aglutinação de *a(l)* com **ratoa*, variante de *ratona*, aumentativo de *rata*, de origem desconhecida.¹⁷⁷⁰ Além da fêmea do rato, este apelativo designa, em Trás-os-Montes, a toupeira; os aumentativos *ratão* e *ratona* são também nomes de peixes. Na toponímia, *Rata* é nome de uma barra algarvia (a Oeste da barra do Bispo) e de uma mina de estanho no concelho de Murça; *Ratas*, um ilhéu na costa algarvia; e *Rato*, um forte também na costa do Algarve.¹⁷⁷¹ *Arratoa* pode também assentar num nome próprio, como acontece com *Rates* (Póvoa de Varzim), cuja forma antiga *Ratis* revela a existência de

¹⁷⁶⁶ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. RÓYO, s.v. ROYÓL, A y ROYUÉLO, s.v. ROYÓLA, s.v. ROYUÉLA, s.v. RÍBA, s.v. VÍLLA, VÍLA y BÍLLA. Cf. também R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., §§ 24.6-a,-c,-d e 48.1.

¹⁷⁶⁷ Á. GALMÉS DE FUENTES, *Dialectología mozárabe*, cit., p. 285.

¹⁷⁶⁸ J. da SILVEIRA, "Toponímia portuguesa", *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 197.

¹⁷⁶⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 267; vol. II, p. 252, onde salienta a oposição *Roio* e *Arroio(s)* para ilustrar a aglutinação do artigo árabe *al*.

¹⁷⁷⁰ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. RATA.

¹⁷⁷¹ *GEPB*, vol. 24, s.v. RATA, s.v. RATÃO, s.v. RATONA.

um **Ratus* ou *Raptus*.¹⁷⁷²

Arrebadal (Mortágua).

É possível que este nome de lugar se relacione com *Arrabaças* e *Arrabal*, estudados acima. Não se pode, no entanto, afastar a hipótese de se tratar de uma variante fonética de **arrabadal*, derivado de *rabada* ‘armação de rede destinada à pesca de rio’,¹⁷⁷³ uma vez que o topónimo se situa num concelho com uma extensa rede hidrográfica.

Arregaça de Baixo, **Arregaça de Cima**, **Lomba da Arregaça** (Coimbra), **Azenhas da Arregaça** (Murtosa).

A denominação genérica de *Arregaça* aplica-se uma ampla zona da cidade de Coimbra incluída nas freguesias de Almedina e de Santo António dos Olivais. Devido à sua extensão, houve necessidade de se lhe aplicar sub-designações específicas (acima referidas), que determinassem melhor a sua localização (cf. os plurais *Arreguaças* e *Regassas* adiante documentados).

É de 1190 a mais antiga notícia deste nome de lugar, quando o alcaide Cerveira e sua esposa doaram à Sé de Coimbra “una uinea in *Arregaça*”. Documentação posterior revela-nos a oscilante evolução e as variantes do topónimo, cuja forma definitiva se fixou no século XVI — *Aregaçia* (1212), *Arragaçia* (1222), *Arregacia* (1224 e 1239), *Arregaça* (1274, 1281, 1301, 1306, 1310), *Aarregaça* (1301), *Arregatia* (1303), *Aregaça* (1476, 1501), *Regaça* (1491, 1560), *Arreguaças* (1575), *Reguaça* (1578, 1598), *Regassas* (1579), *Arregaça* (1588).¹⁷⁷⁴

Perante estas formas antigas e dada a sua localização nesta zona da cidade — num vale, junto ao Mondego, onde correm várias linhas de água (desviadas ou

¹⁷⁷² *GEPB*, vol. 24, s.v. RATES. Cf. Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 133.

¹⁷⁷³ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Rabada.

¹⁷⁷⁴ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. I, p. 156-158.

canalizadas para este rio, de forma a permitir a construção de prédios e de vias públicas) — não parece haver dúvidas de que este nome se relaciona com o apelativo *rego(a)* ‘sulco, vala, riacho’ que, de acordo com Corominas, é pré-romano e supõe a base *RĒCU, talvez ibero-basca, que possivelmente se terá cruzado com o celta RĪCA ‘sulco’.¹⁷⁷⁵ A primeira abonação portuguesa de *rego* data, segundo José Pedro Machado, de 870.¹⁷⁷⁶

Ferraz de Carvalho também refere que *Arregaça* é “nome formado pela aglutinação do artigo a *regaça*, presumivelmente aumentativo de *rego* ou *vala* que ainda hoje lá existe.”.¹⁷⁷⁷ Bernardim Ribeiro refere-se à *Arregaça*, na écloga quinta, cujo contexto é consentâneo com a realidade descrita — o Autor relembra com saudade os sinceirais de Coimbra, suspirando pelo Mondego “das claras águas” e chorando pela *Regaça*.¹⁷⁷⁸

O apelativo *regaço* usa-se também no sentido de ‘espaço médio, interior de um terreno’, como na expressão «... no *regaço* dos valados e povoações lacustres...»,¹⁷⁷⁹ o que está de acordo com a morfologia do terreno onde os topónimos se inscrevem. *Regaço* ‘colo’ formou-se sem dúvida por extensão deste primitivo significado topográfico.

Arregada*, Quinta da *Arregada (Mangualde), ***Arregadas*** (Lamego).

Tal como em *Arregaça*, temos neste caso *a(l)* + *regada*, semanticamente próximo de *regaça* e que, na sua forma plural — *regadas* —, se documenta como topónimo em 1220.¹⁷⁸⁰ Mas, em termos etimológicos, enquanto *regaça* é aumentativo

¹⁷⁷⁵ J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. REGAR.

¹⁷⁷⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rego.

¹⁷⁷⁷ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 41. Cf. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 417; vol. III, p. 33 e 429, onde refere que *Arregaça* é sinónimo de ‘regadia ou regada’.

¹⁷⁷⁸ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. I, p. 156.

¹⁷⁷⁹ *GEPB*, vol. 24, s.v. REGAÇO. O exemplo citado é de Afrâneo Peixoto.

¹⁷⁸⁰ *GEPB*, vol. 24, s.v. REGADAS. *Regadas* é hoje topónimo do distrito de Braga.

de *rego*, *regada* é participio feminino do verbo *regar* (< latim RIGĀRE ‘fazer correr um líquido, dirigindo-o; dirigir um líquido (água ou sangue) nas veias; regar, banhar’),¹⁷⁸¹ significando ‘terra que tem água de rega, que é regadia’ e, como regionalismo beirão, ‘terreno agrícola muito húmido onde se semeia erva para alimentar os animais’. Este nome aproxima-se semântica e etimologicamente de *regadio* que, como adjectivo (‘que rega; que tem água de rega; que se rega’) ou como substantivo (‘rega; sistema de produção agrícola de que fazem parte as culturas sujeitas a rega; terreno onde se praticam essas culturas’), deriva de *regado*, participio passado de *regar* + sufixo *-io*.¹⁷⁸²

Arribada (Oliveira de Azeméis), **Arribadas** (São Pedro do Sul) **Arribança** (Montemor-o-Velho).

Joseph Piel refere que, na Galiza e em Portugal, *riba* (< latim RIPA) vem frequentemente precedido do artigo e exemplifica com os topónimos galegos *Arriba*₁₆, a que acrescenta também os portugueses *Arribas* (Guimarães) e *Arribada*₂ (Oliveira de Azeméis e Santo Tirso). Na Idade Média, *riba* significava não só ‘margem, ribanceira, vizinhança ou borda de algum rio’, como ainda designava todas as terras que ficavam em planos superiores, e águas vertentes para o mesmo rio.¹⁷⁸³ Pedro A. Ferreira também inclui *Arribas* e *Riba(s)* nos exemplos com que ilustra a aglutinação do artigo árabe *al*.¹⁷⁸⁴ Note-se, a propósito, que nas zonas fronteiriças do Alto Douro se dá o nome de *arribas* às margens escarpadas e rochosas do rio.

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa, além da etimologia latina, dá como sinónimos de *riba*: *arriba*, *escarpa*,

¹⁷⁸¹ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Regadas, s.v. Regar. Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 319, cita inúmeros topónimos pertencentes à “noção e ao tema de RIGARE ‘regar’”, entre os quais figuram *Regada(s)*.

¹⁷⁸² *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Regada¹; s.v. Regadio¹, a; s.v. Regadio².

¹⁷⁸³ Joseph M. PIEL, “As águas na toponímia galego-portuguesa”, cit., p. 337. Veja-se também, no âmbito desta etimologia, *Sub-Ripas*, p. 385.

falésia.¹⁷⁸⁵

Arrimal, *Lagoas do Arrimal*, *Serra do Arrimal* (Porto de Mós).

Não foram encontrados elementos que permitam esclarecer satisfatoriamente a origem e natureza deste nome. Ligar-se-á a *arrimo* ‘apoio, bordão’, derivado regressivo de *arrimar* ‘pôr em rima; encostar, apoiar’? Segundo J. P. Machado, este verbo tem origem obscura, não sendo de excluir uma relação com *rima* ‘amontoado’.¹⁷⁸⁶ *Arrimio* e *Arminio*, alótopos de *Rimini*, cidade italiana, estão documentadas em textos portugueses antigos.¹⁷⁸⁷

Arroça, *Casal da Arroça* (Arganil), **Arroçada** *do Moinho* (Viseu), *Vale do Arroçada* (Penacova), **Arroçadas** (Figueira da Foz), *Cimo do Arreçai*, *Fundo do Arreçai* (Arouca).

José Leite de Vasconcelos dedica breves linhas ao primeiro deste nomes, considerando-o substantivo deverbal de *roçar*, ‘terreno de charneca que se roçou’, com “prótese de a”, e cita *Corga da Arroça*, sem fornecer a sua localização.¹⁷⁸⁸ Também não conseguimos situar este topónimo, mas nas pesquisas feitas encontrámos um ribeiro denominado *Corgo da Arrocela*, no distrito de Braga, onde deve figurar uma forma diminutiva de *arroça*.

Pedro A. Ferreira salienta a existência das variantes *Arroça / Roça*, *Arroçada(s) / Roçada(s)*, e *Arreçai / Reçai* ou *Roçai* que, segundo ele, são equivalentes a *Roçado*.¹⁷⁸⁹ Mas Joaquim da Silveira emenda: “*Orçário* (por *O Arresário*), que é

¹⁷⁸⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 252.

¹⁷⁸⁵ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Riba.

¹⁷⁸⁶ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Arrimar, s.v. Arrimo.

¹⁷⁸⁷ J. J. NUNES, “Textos antigos portugueses”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 2.

¹⁷⁸⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 488.

¹⁷⁸⁹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 252 e 278; vol III, p. 429.

alteração popular de *Ressaio*”,¹⁷⁹⁰ sem se pronunciar acerca da etimologia e da significação do nome, que não consta da maioria dos dicionários consultados, mas que tem o significado de ‘terreiro junto a uma habitação; terreiro, rossio’.¹⁷⁹¹ Por seu lado, David Lopes documenta *Arraçário* (com a variante *Arreçário*) como nome de rua em Sintra, Castelo Branco e Castelo de Vide, considerando tratar-se do “vocábulo árabe *arreç*, «a cabeça», e a terminação portuguesa *-ário*”, sendo que *arreç* significa, neste caso, ‘elevação de terreno entre dois vales; lomba, cumeada’. No entanto, como não conhece “outros hibridismos desta natureza que o corroborem”, aventa esta hipótese “a medo”.¹⁷⁹²

Como se percebe, não é fácil estabelecer com segurança a origem destes topónimos, nem afirmar com certeza uma afinidade etimológica entre *Arroça* / *Arroçada* e *Arreçai* / *Arroçai*. Afigura-se, no entanto, possível a aglutinação do artigo árabe *a(l)* na sua formação.

Arrocha (Coimbra), ***Arrocheiras*** (Aveiro), *Vale de Arrochela* (Penacova).

Está, por certo, na origem destes topónimos a base **rocca*, pré-latina e de proveniência desconhecida.¹⁷⁹³ A propósito da aglutinação do artigo árabe *al*, Pedro A. Ferreira cita os pares toponímicos *Rocha* e *Arrocha* (por *Alrocha*), *Rochas* e *Arrochas* (por *Alrochas*).¹⁷⁹⁴

Arrochela é nome muito vulgar na toponímia portuguesa, em todo o país

¹⁷⁹⁰ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 3.

¹⁷⁹¹ Cf. António de Moraes SILVA, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, cit., s.v. Ressaio; Aurélio Buarque de Holanda FERREIRA, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, cit., s.v. Ressaio; e *GEPB*, vol. 25, s.v. RESSAIO.

¹⁷⁹² David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 265-266. Segundo David Lopes, o árabe *arreç* ‘cabeça’ tem continuadores na língua portuguesa: *rez* ‘cabeça de gado’, *arraís* ‘capitão de embarcação’, e o elemento *roç-* ‘cabo’, que entra na composição de *Roçalgate* ‘cabo do extremo’ (cabo muito proeminente da Península Arábica, a sul de Mascate).

¹⁷⁹³ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rocha.

¹⁷⁹⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 251 e 489; vol. III, p. 434.

(Braga, Castelo Branco, Faro, Porto, Viana do Castelo).

Arrota₄ (Anadia, Oliveira de Azeméis, Sever do Vouga), **Arrota Nova**₂ (Aveiro, Murtosa), **Arrota Velha**₂ (Águeda, Albergaria-a-Velha), **Quinta Arrota** (Águeda), **Arrotas**₅ (Albergaria-a-Velha, Aveiro, Cantanhede, Murtosa), **Arroteas** (Pombal), **Arroteia**₁₄ (Anadia, Arouca, Cinfães, Coimbra, Leiria, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Penacova, Pombal, Tábua, Tondela), **Arroteia Nova** (Alcobaça), **Vale da Arroteia** (Leiria), **Arroteias**₆ (Albergaria-a-Velha, Aveiro, Caldas da Rainha, Coimbra, Óbidos), **Casal das Arroteias** (Caldas da Rainha), **Cabeço da Arrouta** (Vale de Cambra).

Os apelativos *arrota* e *arroteia* são usados como sinónimos na região da Bairrada e significam ‘terra que se rompe de novo, à enxada ou lavrando, para a cultivar pela primeira vez’; no Sul, *arroteia* designa ‘queima de mato em terra não lavrada para esta se adubar com a cinza’, o que está de acordo com a política agrícola implementada nos anos 30 e 40 do século passado, em que o Estado estabeleceu *prémios de arroteia* pela mobilização de solo inculto ou há muito de pousio, precedida de roça de mato e seguida da queima do mesmo e da dispersão das suas cinzas.¹⁷⁹⁵

Mas é pela leitura de um cuidado trabalho sobre as *arroteias* do vale do Mondego que melhor se compreende a política de ocupação e exploração efectiva dos solos que, logo a partir do século X, subordinada aos imperativos da Reconquista, levou à revalorização do território “com terras novas designadas comumente por *arroteias*, *arrotas*, *terras rotas*, em oposição aos montes maninhos e bravios”. Frequentemente dinamizada por ordens religiosas, por fidalgos ou por “homens de bens”, esta actividade de *arroteamento* intensifica-se, entre os séculos XIV e XVI, no território de Coimbra — de “densa ocupação moçárabe” —, incidindo em todo o vale do Mondego, e expandindo-se para Norte até Anadia e, para Sul, até Óbidos.

Sobretudo com finalidades agrícolas, que incluíam a cultura do linho, do milho,

do trigo, do centeio, da cevada, do arroz, bem como o plantio da vinha e da oliveira, e a criação de gado, as *arroteias* eram produto do desbravamento e roça de matos e brenhas, da transformação de paus e terras alagadiças, e do reavivar dos casais desertos.¹⁷⁹⁶

Como refere José Joaquim Nunes, já nos mais antigos documentos em latim bárbaro se fala de terras “ruptas vel inruptas”, isto é, ‘terras cultivadas ou incultas’. As formas antigas *derromper* (galega) e *arromper* (portuguesa) — de RUPTUS, participio de RUMPERE ‘romper, quebrar, fender, abrir’ — sofreram uma especialização semântica, tomando o sentido de ‘desmaninhar, cultivar’. O arcaico *arromper* foi substituído pelo verbo *rotear* ou *arrotear*, formado, já dentro da língua, do participio *roto* com o sufixo *-ear*. Em castelhano, *roturar* corresponde a *arrotear* e, no francês antigo, *roture* significava ‘terra arroteada de fresco’. Do participio RUPTUS formou-se também o verbo *RUPTIARE, que está na base do nosso português *roçar*.¹⁷⁹⁷ Este verbo é muito frequente no vocabulário agrícola; ocorre às vezes o substantivo cognato *roça*, que no Brasil está largamente difundido.

José Leite de Vasconcelos menciona *Arroteia* como exemplo de nome de lugar relacionado com a natureza do campo ou com as formas de lavoura;¹⁷⁹⁸ dá como seu sinónimo *abruptela*,¹⁷⁹⁹ referindo que “hoje dizemos «rotear uma charneca»” e explicando que “*arrotear* ou *rotear* deriva de *roto* (chão) ou *rota* (terra), por intermédio do sufixo *-ear*” e que “do verbo *arrotear* veio *arroteia* como substantivo verbal ou

¹⁷⁹⁵ Cf. *GEPB*, vol. 3, s.v. ARROTA, s.v. ARROTEIA, s.v. ARROTEAR.

¹⁷⁹⁶ Maria Olímpia da Rocha GIL, “Arroteias do vale do Mondego durante o século XVI (Ensaio de história agrária)”, cit., p. 29-102. Ver sobretudo as p. 35-58.

¹⁷⁹⁷ J. J. NUNES, “Notas filológicas”, cit., p. 65-66. Ver também *Aljubarrota*, p. 520.

¹⁷⁹⁸ J. Leite de VASCONCELOS, “Museu etnográfico português”, cit., p. 224-225.

¹⁷⁹⁹ A *GEPB*, vol. 1, s.v. ABRUTELA e s.v. ABRUPTELA, aduz o significado de ‘terra aberta de novo, desbravada, roteada’ e acrescenta que “também se dizia *arruptela*, como se vê no *Livro dos Testamentos de Lorvão*”. Este apelativo não figura no *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit..

deverbal”.¹⁸⁰⁰

Arneiro da Arruda (Figueira da Foz).

Contrariando a etimologia árabe proposta por Machado,¹⁸⁰¹ Pedro de Azevedo e David Lopes relacionam *Arruda* com o latim RUTA e com o apelido românico *Rut(h)a*;¹⁸⁰² num dos seus artigos sobre toponímia portuguesa, Silveira refere-se-lhe como tendo sofrido acrescentamento de *a-* inicial,¹⁸⁰³ mas não explica a sua etimologia.

Pedro A. Ferreira, abonando (sem localizar) os topónimos *Arruda* e *Arrudon*, atribui-lhes também origem botânica: “de ruda, planta”;¹⁸⁰⁴ e José Joaquim Nunes esclarece ainda: “à língua comum e toponímica pertence igualmente a *arruda* em ambos os números, que continua o latim *ruta*, adicionado do artigo, que com o decorrer do tempo se lhe aglutinou, formando corpo com ele”.¹⁸⁰⁵

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa confere-lhe a mesma etimologia latina, acrescentando tratar-se de uma ‘planta subarbutiva de cujas folhas se extrai uma substância com aplicações medicinais’.¹⁸⁰⁶

De facto, com este mesmo sentido e etimologia, encontram-se em Simonet os moçarabismos *ruthá*, *rúta* e *ar-rúda*, o que esclarece dúvidas acerca da natureza deste elemento toponímico.¹⁸⁰⁷

¹⁸⁰⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Observações ao «Elucidário» do P.º Santa Rosa de Viterbo”, cit., p. 112-113.

¹⁸⁰¹ J. P. MACHADO, *Influência arábica no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 323.

¹⁸⁰² Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes mozarábicos no Sul de Portugal”, cit., p. 214. David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 26 e 92.

¹⁸⁰³ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 54.

¹⁸⁰⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 159.

¹⁸⁰⁵ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 164.

¹⁸⁰⁶ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. *Arruda*.

¹⁸⁰⁷ SIMONET, *Glosario*, cit., s.v. *AR-RÚDA*, s.v. *RÚTHA*.

Arruda e os seus compostos e derivados figuram na toponímia de outros distritos do Centro e Sul do país: *Arruda*₂ (Évora, Beja), *Arruda dos Pisões* (Santarém), *Arruda dos Vinhos* (Lisboa), *Cabeço da Arruda* (Castelo Branco), *Arrudanito*, *Arrudão de Baixo*, *Arrudão de Cima* (Beja).

Arruelas, *Casal de Arruelas* (Figueira da Foz).

Tratar-se-á de um diminutivo de *rua* do latim RUGA, inicialmente 'ruga da pele'?¹⁸⁰⁸ Ou, menos provavelmente, pertencerá à família etimológica de ROTA e *ROTELLA?¹⁸⁰⁹ Está mal explicada a evolução fonética das várias formas românicas que perdem a primeira consoante intervocálica, como o asturiano *ruenu* 'rodilha enrolada que as mulheres põem na cabeça, debaixo de um peso'. Corominas considera que *roel*, termo heráldico, e *roela*, de ourivesaria, vieram do francês. Mas no português abona-se, como provincianismo estremenho, *arruela*, a significar 'poço em que se recolhem as águas dos terrenos mais altos, para dali serem distribuídas por meio de regos'.¹⁸¹⁰

Pedro A. Ferreira, sem os localizar nem se pronunciar quanto à sua etimologia, refere os topónimos *Ruelas* e *Arroelas*, atribuindo a este o “acrescentamento” do artigo árabe *al*.¹⁸¹¹

¹⁸⁰⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Rua. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. ARRUGA. Cf. com o espanhol antigo *arrua* e *arruga*. Note-se também a existência do topónimo *Rua* (concelho de Baião, distrito do Porto). Ver também Paul AEBISCHER, “Ruga «rue» dans les langues romanes”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 170-185, onde, à semelhança de Meyer-Lübke, o Autor defende que *rua* em português, espanhol e nos dialectos meridionais de Itália seria um empréstimo do francês porque, segundo ele, a palavra atesta-se em França desde meados do século VIII, ao contrário do que acontece em Portugal (século XIII) [1149, segundo J. P. Machado], em Espanha (século XI) e em Itália (século XII).

¹⁸⁰⁹ Cf. J. COROMINAS, *DCELC*, s.v. RUEDA. Em português seria muito difícil explicar o desaparecimento de uma consoante surda intervocálica.

¹⁸¹⁰ *GEPB*, vol. 3, s.v. ARRUELA.

¹⁸¹¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 252 e 489.

Assabuje (Penalva do Castelo).

Além de ‘homem servil, sem dignidade’, *sabujo* significa ‘cão de caça’. José Pedro Machado entende que, tal como o castelhano *sabueso*, o francês antigo *seus* e *saus*, o provençal *sahus*, o veneziano antigo *seuso*, o piemontês *sus* e o italiano *segugio*, esta forma portuguesa, cuja primeira documentação remonta a 1209, provém do latim SEGUSIU (CANIS) ‘cão de Segusio’ (hoje Suse, na Itália transpadana).¹⁸¹² Poderá este topónimo relacionar-se com o referido apelativo?

Assafarge (Coimbra).

Sobre este nome de lugar nada se conseguiu averiguar. Só se dispõe da opinião de Herculano de Carvalho que, apesar de não adiantar qualquer explicação sobre o seu percurso, o considera de “conformação tipicamente moçárabe”, juntamente com outros topónimos geograficamente próximos (e já referidos noutros passos deste estudo), tais como *Malga*, *Cernache*, *Alcabideque*, *Almalaguês*, *Alcouce* e *Bendafé*.¹⁸¹³

Assamassa₂ (Coimbra, Oliveira do Hospital), *Ponte da Assamassa* (Pombal).

A primeira abonação do topónimo — *assa massa* — remonta a 1135, ano em que o infante D. Afonso Henriques fez doação dessa sua herdade, que hoje situaríamos *grosso modo* a norte da cidade de Coimbra, entre a Casa do Sal e o extremo setentrional da estrada do Loreto. Documentos posteriores facultam outras variantes do nome: *Assamassa* (a mais recorrente, entre 1139 e 1838), pontualmente *Alsamasa* (1721) e *Alçamaça* (1768).¹⁸¹⁴ Dessa denominação — *Assamassa* — nada resta hoje na toponímia de Coimbra mas, além dos topónimos referidos, a *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* refere dois lugares das freguesias de Beselga e

¹⁸¹² J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Sabujo.

¹⁸¹³ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 168.

¹⁸¹⁴ J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. I, p. 159-161.

de Casais, no concelho de Tomar, de nome *Assamaça*.¹⁸¹⁵ A variação gráfica continua, pois, a verificar-se: também Pedro A. Ferreira (sem se pronunciar quanto à etimologia nem à localização) coloca lado a lado *Assamaça* e *Assamassa*, formas onde considera existir aglutinação do artigo árabe *al*, e que faz contrastar com *Samaça*.¹⁸¹⁶ Tal como acontece com *Samel* (já estudado na p. 327), não se conseguiu esclarecer totalmente a proveniência deste topónimo. Terá a mesma origem pré-romana de *samo* ‘alburno, casca de árvore’, ou *sama* ‘caruma’?¹⁸¹⁷

Asseiceira (Alvaiázere), ***Asseição*** (Figueira da Foz).

Falando de *Asseiceira* (concelho de Tomar), Pedro A. Ferreira relaciona os topónimos *Seiceira* e *Sinceira* (de *sinceiro* ‘salgueiro’) e explica que a forma antiga, presente no foral de D. Manuel, é *Ceiceyra* e “deu ou podia dar *Aceiceira*, hoje *Asseiceira*, por *Al Seiceira*, reminiscência árabe — em português *A Seiceira*”. Com a mesma etimologia, abona diversas outras formas, com e sem acrescentamento de *a*-, entre as quais *Assinceira*, *Ceiceiro(a)*, *Sinçães*, e as diminutivas *Asseiceirinha*, *Asseiceirola*, *Asseiçãola* e *Asseição* (redução de *Asseiceirola*).¹⁸¹⁸ J. J. Nunes também alude a topónimos continuadores do nome da “árvore em latim chamada *salix*” (> *sáuz* > **seice*) nomeadamente aos que apresentam “o vulgaríssimo *a* inicial” — *Asseiceira* ou *Assinceira* e *Asseiceirinha* (ou *Sinceirinha*), considerando ter existido “fusão do artigo com o nome”.¹⁸¹⁹

Leite de Vasconcelos debruça-se detidamente sobre a família etimológica a que pertence este topónimo. A propósito do apelativo *ceiceiro* ‘sinceiro’, este especialista refere as formas paralelas *seiceiro* (segundo ele, a originária), *seiseiro*

¹⁸¹⁵ *GEPB*, vol. 3, s.v. ASSAMAÇA.

¹⁸¹⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 253.

¹⁸¹⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Samo, s.v. Sama, samoco e samouco, samudo.

¹⁸¹⁸ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 249; vol. III, p. 49 e 198-199.

¹⁸¹⁹ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 165; IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 257.

(num documento meridional de 1361), *sinceiro*, *cinheiro*, *zenzeiro*, e também a galega *cenceiro*.¹⁸²⁰ Acrescenta ainda que no Algarve se chama *saiceiro* ou *seiceiro* a um salgueiro novo, e *saíço* à sua madeira (por exemplo, «cesto de *saíço*»), tal como o castanho, o pinho e o sobro designam a madeira do castanheiro, do pinheiro e do sobreiro, respectivamente. Coloca a hipótese de *saiceiro* se deduzir de *saíço* ou de, por derivação regressiva, o processo de formação ter sido o inverso. Na origem do nome da árvore e da sua madeira estará, pois, o latim *SALICIU e, como acontece em *caniço*, *carvalhiço* ou *palhiço*, o sufixo *-iço* traduzirá, também em *saíço*, a ideia de pequenez. *Salgueiro* (< *SAL'GARIUS < *SALIGARIUS < *SALICARIUS, de SALICE), muito representado na onomástica, pertence também à mesma família etimológica, a par de diversos outros: *Salgosa*, *Salgueiroso(a)*, *Salzeda(s)*, *Seiça(s)*, *Seiçal*, *Seiceiro(a)* (ou *Sinceira*), *Assinceira* (variante de *Asseiceira*), *Asseiceirinha* (ou *Sinceirinha*), etc..¹⁸²¹

Joseph M. Piel, referindo a abundância da derivação em *-eiro*, especialmente na toponímia do Sul de Portugal, regista a oscilação *Seiceira* / *Saiceira* e salienta que em *Asseiceira* se verificou “a aglutinação do artigo”.¹⁸²²

Asseiceira é um nome de lugar muito antigo e recorrente na nossa toponímia, havendo já notícia dele no concelho de Tomar, em 1198.¹⁸²³ São diversas as

¹⁸²⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Observações ao «Elucidário» do P.º Santa Rosa de Viterbo”, cit., p. 134-135. O Autor discorda de A. Coelho, Cornu e Carolina M. de Vasconcelos, que radicam todas estas formas em *seice* 'salgueiro' (< latim SALICE). Sobre esta matéria, veja-se também: C. Michaëlis de VASCONCELOS, “Inéditos de D. Carolina Michaëlis”, cit., p. 22; IDEM, “Fragmentos etimológicos”, cit., p. 185-186, onde a Autora relaciona todas as formas aduzidas e informa que o *sinceiro*, também muito vulgar nas ribeiras do Mondego, fornece a madeira para os palitos lisos de Coimbra e do Lorrão e para os floreados de Penacova.

¹⁸²¹ Cf. J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 164-165, onde se aduzem diversas outras formas cognatas.

¹⁸²² Joseph M. PIEL, “Nota ao artigo precedente” [de Paul AEBISCHER, “Salicetum et Salictum dans les langues romanes”], cit., p. 86-89.

¹⁸²³ *GEPB*, vol. 3, s.v. ASSEICEIRA.

ocorrências deste topónimo nos distritos de Santarém, Portalegre, Lisboa, Setúbal e Beja; no de Faro, existe também *Saiceira*, sem aglutinação de *al*, mas com a conservação do antigo ditongo [aĭ], facto considerado traço moçárabe.

Assequins (Águeda).

A propósito de *Asseca*, nome de três povoações dos distritos de Santarém e de Faro, David Lopes refere: "A etimologia de *Asseca* não parece oferecer dúvida; é a mesma palavra que está em *Rio Seco*, mas na forma feminina, pois é uma abreviação de «villa sicca».". Além disso, dá-nos conta também de outras formas antigas e actuais de topónimos com a mesma etimologia: *villa seca* (em 1166); *villa de Azeca*, *Aceca* e *Ceca* (em documentos de 1172, 1176 e 1185, respectivamente); *serra sicca* e *villa sicca* (no ano de 1200); a herdade de *Aceca* (doada no ano de 1223); *Aceca*, topónimo espanhol actual.¹⁸²⁴ No entanto, Leite de Vasconcelos atribui a este nome um significado diverso, ao referir: "Acequia ou aceca, charco, etc. — Leia-se *acéquia*. Daqui veio o nome geográfico *Acêca*, que se escreve erradamente *Asseca*".¹⁸²⁵ Pedro A. Ferreira, por sua vez, também abona o latim *SICCU* como étimo de diversos nomes que traduzem o carácter seco do solo, entre eles: *Seco(s)*, *Seca(s)*, *Asseca*, *Sequeiro(s)*, *Sequeira(s)*, *Sequeiró(s)* e *Assequins* "por *Al* + *Sequins* — os chãos sequinhos ou secalinos".¹⁸²⁶ Joaquim da Silveira sugere a emenda da ortografia para *Acequins*, com base nos nomes antigos *Abciquinis* (em documentos de 1050 e 1077), *Aciquís* (numas inquirições de 1220-1222), *Cequins* e *Çaquins* (no Censo da Beira de

¹⁸²⁴ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 26-27 e também p. 92.

¹⁸²⁵ J. Leite de VASCONCELOS, "Observações ao «Elucidário» do P.^o Santa Rosa de Viterbo", cit., p. 113. A *GEPB*, vol. 1, s.v. *ACÉQUIA*, atribui-lhe o significado de 'obra hidráulica destinada a represar águas de rega; açude; vala; sanja; aqueduto', como provincianismo alentejano 'cano colector das águas pluviais', e transcreve a opinião de Leite de Vasconcelos, filiando o termo no árabe *assaquiat*, plural de *saquiaton* 'ribeiro de rega'. J. P. MACHADO, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 26-27, também coloca a possibilidade de *Aceca* ser forma divergente de *acéquia* < árabe *as-saquiâ* 'canal'.

1527),¹⁸²⁷ mas não aduz para estas formas qualquer fonte etimológica, o que dificulta uma opção definitivamente consistente.

Ataboa (Condeixa-a-Nova).

No *Glosario* de Simonet, encontram-se diversas formas cognatas, entre as quais o baixo latim *buda*, o castelhano antigo *boa*, o sardo *búda* e o português *tabúa*, com o sentido de “herba similis junco” e “espadaña, yerba”.¹⁸²⁸

José Joaquim Nunes, num pequeno parágrafo dedicado às variedades de junco, refere-se a *atabua* e a *tabua*, “de proveniência incerta”, que se podem encontrar em lugares húmidos e que forneceram à toponímia as seguintes designações: *Ataboeira* ou *Taboeira*, *Tabueiro*, *Tabuinho*, *Atabueirinha* e *Atabual*.¹⁸²⁹ Adolfo Coelho também considera equivalentes as formas toponímicas *Tabua* e *Atabua* considerando-as “nomes de lugar tirados de nomes de plantas”.¹⁸³⁰ Na mesma linha de pensamento, Pedro A. Ferreira compara *Ataboeira* / *Ataboeirinha* com *Taboeira* / *Taboeirinha*, considerando que as primeiras formas se formaram com o “prefixo árabe *a*”.¹⁸³¹

Joaquim da Silveira¹⁸³² estuda diversos tipos lexicais formados a partir do latim BUDA ‘tabúa, planta palustre, espécie de junco’, entre eles *boedo* < *BUDETU ‘tabueira, pântano’ (que, no singular e no plural, também existe como topónimo) e

¹⁸²⁶ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 105.

¹⁸²⁷ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, *cit.*, p. 15. Este Autor também emenda *Asseca* para *Aceca* (cf. *Ibidem*, p. 4).

¹⁸²⁸ SIMONET, *Glosario*, *cit.*, s.v. BÚDA.

¹⁸²⁹ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, *cit.*, p. 141. Encontraram-se, de facto, *Ataboal* (distrito de Faro), *Ataboeira*₇ (distritos de Évora, Beja e Faro), *São Marcos da Ataboeira* (distrito de Braga), *Atabu*₂ e *Atabueira*₂ (distritos de Beja e Faro), *Atabueira Velha* e *Atabueirinha* (distrito de Beja).

¹⁸³⁰ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, *cit.*, p. 146.

¹⁸³¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 253.

¹⁸³² J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 53-54.

Boal, que entende ser “sinónimo de *Atabua*”, forma com *a-* inicial. Poderia acrescentar-se que *Boal* também é apelido, o que acontece em numerosos outros nomes com idêntico percurso.

O *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa apresenta também o apelativo *tabua*, a que atribui (com algumas reservas) o já referido étimo latino, usado para designar a ‘planta da família das tifáceas, espontâneas em Portugal e usadas no fabrico de esteiras e fundos de cadeiras.’¹⁸³³ *Tabua* é também topónimo da Ribeira Brava, Funchal, que em documentos anteriores a 1838 era designado por *Atabua*.¹⁸³⁴

Atalhada₃ (Águeda, Penacova), *Serra da Atalhada* (Penacova).

Pedro A. Ferreira compara *Atalhada*, onde considera existir “prótese do artigo árabe *al*”, com *Talhada* e *Talhadas* ‘pedras fendidas ou partidas pelos raios’.¹⁸³⁵ A *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* inclui as formas toponímicas *Talhada* (concelho de Resende — *Taliada*, em 1258), *Atalhada* ou *Talhada* (no concelho de Lagoa, ilha de S. Miguel) e *Talhadas* (concelho de Sever do Vouga) acerca do qual explica: “Este topónimo crê-se subentender o apelativo «pedras» — isto é, na origem, talvez mais *in mente* que de facto (...), *Pedras Talhadas*. Há ainda quem, com igual verosimilhança, creia que esta expressão se refere a um gigantesco penedo que se abriu em dois, como se deduz do confronto das faces que se olham.”.¹⁸³⁶

A forma adjectival (que se abona pela primeira vez, no século XIII, num verso de D. Dinis: “Hunha pastor ben *talhada*”) é derivada de *talhar* < latim *TALĒĀRE

¹⁸³³ *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. *Tabua*.

¹⁸³⁴ *GEPB*, vol. 30, s.v. *TABUA*.

¹⁸³⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 253 e 270, onde informa da existência do topónimo *Alfreita*, o mesmo que *Freita(s)*, do latim *FRACTA*, aplicado a pedras fendidas ou partidas pelos raios — o mesmo que *Talhada(s)*. Cf. *IDEM*, *Op. cit.*, vol. III, p. 308.

¹⁸³⁶ *GEPB*, vol. 30, s.v. *TALHADAS*. Ver também s.v. *TALHADA*; e vol. 3, s.v. *ATALHADA*.

'talhar', por sua vez derivado de TĀLĒĀ 'estaca, espeque; rebento; barrote, viga'.¹⁸³⁷

Se formalmente *Atalhada* se pode associar a *atalhar / atalho*, o conteúdo das informações recolhidas pressupõe uma aproximação ao verbo *talhar* 'cortar, fender', semanticamente mais consentâneo.

Atoleiro (São Pedro do Sul), *Quinta do Atoleiro* (Lamego).

O castelhano *tollo* 'lugar profundo num rio', o português *atoleiro* 'lodaçal, pântano' e *atolar* 'enterrar no lodo' filiam-se no latim *TULLU, que se explica pela forma, provavelmente de origem etrusca, TULLIUS 'corrente, veia ou jorro de água'.¹⁸³⁸ A confirmar esta etimologia está o regionalismo minhoto *tola*, sinónimo de *talheiro*, *talhadoiro*, *pejeiro* e *cobradoiro* — termos usados para designar as aberturas feitas nos regos para desviar as águas, de acordo com as necessidades de irrigação.¹⁸³⁹

Piel atesta diversas marcas deste nome e seus derivados na toponímia peninsular. Além dos nomes de lugar aqui em estudo, refere, em território português: *Tola* (Viana do Castelo e Coimbra), *Toleiro* (Braga), *Casal do Atoleiro* (Castelo Branco), *Quinta dos Atoleiros* (Guarda) e *Herdade dos Atoleiros* (que não localiza). Em Espanha, existe também *Tola*, *Tollo(s)*, e as formas diminutivas *Tolilla* e *Tolinas*.¹⁸⁴⁰ Além destes, localizou-se ainda *Toladoiro* (Mangualde).

Pedro A. Ferreira, salientando a natureza árabe de *a-*, compara os topónimos

¹⁸³⁷ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Talhado, s.v. Talhar.

¹⁸³⁸ Harri MEIER, Recensão a *Sache, Ort und Wort* — Jakob Jud, zum 60. Geburtstag (12. Januar 1942), cit., p. 163.

¹⁸³⁹ Joseph M. PIEL, "As águas na toponímia galego-portuguesa", cit., p. 314-315. J. Leite de VASCONCELOS, "Dialectos interamnenses", cit., p. 60, sem aludir à sua etimologia, também refere a *tola* da água como a 'parte do rego onde há muitas roturas para sair a água'. Cf. *GEPB*, vol. 31, s.v. TOLA³; e *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. Tola², considerado de origem obscura, mas a que é também atribuído o sentido de 'pequeno sulco ou rego natural'.

¹⁸⁴⁰ Joseph M. PIEL, "As águas na toponímia galego-portuguesa", cit., p. 315.

Atoleiro(s) e *Toleiro(s)*.¹⁸⁴¹

Não é possível esclarecer se os nomes de lugar aqui em questão são ou não derivados do verbo *atolar*, pelo que se incluem com as devidas reservas.

Avessada₅ (Condeixa-a-Nova, Lousã, Oliveira do Hospital, Santa Comba Dão, Vila Nova de Poiares), **Avessada de Baixo**, **Avessada de Cima** (Ansião), *Quinta da Avessada* (Arouca), *Vale de Avessada de Baixo*, *Vale de Avessada de Cima* (Ansião), **Abessada** (Oliveira do Hospital), **Abessadas** (Santa Maria da Feira), **Abeçada** (Sever do Vouga), *Lomba da Abeçada* (Penela).

Vessada(s) documenta-se desde o início da nacionalidade, quer como topónimo quer como apelativo, para designar ‘terra fértil e regadia’, ‘terra encharcada, paludosa’, ‘terra que se lavra antes da sementeira’, ‘terra que uma junta de bois lavra num dia’, ‘jeira, vessadela’, filiando-se no latim *VERSARE* ‘revolver’.¹⁸⁴²

José Leite de Vasconcelos refere-se a diversos topónimos relacionados com a natureza do campo e com as formas de lavoura, entre os quais figura *Avessada*. Também Pedro A. Ferreira compara os topónimos *Vessada(s)* e *Avessada(s)*, vendo nestes a junção do artigo árabe *al*.¹⁸⁴³ Note-se a grafia oscilante dos últimos topónimos em estudo, com por <v> e com <ç> por <ss>.

Avide (Sever do Vouga).

Como foi referido (a propósito de *Ribeiro da Alvideira*, p. 534), entre os topónimos que testemunham a nossa tradição vinícola figuram *Vide*, *Castelo de Vide* e *Rio de Vides*¹⁸⁴⁴ — continuadores de *vide* (< latim *VITE* ‘vinha, cepa’), que se

¹⁸⁴¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 254.

¹⁸⁴² Cf. *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*, cit., s.v. *Vessadela*, s.v. *Vessadouro*, *vessadoiro* e s.v. *Vessar*; e *GEPB*, vol. 34, s.v. *VESSADA*.

¹⁸⁴³ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 255; vol. III, p. 95.

¹⁸⁴⁴ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 61. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 255, também cita uma série de povoações, cujos nomes se radicam no referido étimo latino, não mencionando o topónimo em questão.

documenta em português desde 1154.¹⁸⁴⁵ Na freguesia de Alcabideche (Cascais) existe um lugar chamado *Alvide*¹⁸⁴⁶ com etimologia e processo de formação — a aglutinação do artigo árabe *al* — idênticos.

Avinhó (Mangualde).

Trata-se de mais um topónimo que assinala a antiguidade e a extensão do cultivo da *vinha* entre nós, como notaram José Joaquim Nunes e Joaquim da Silveira.¹⁸⁴⁷ Além de *Vinhó* e *Avinhó* referem, entre outros, *Vinhal*, *Vinhaça*, *Vinhão*, *Vinheira*, *Vinheiro(s)*, *Vinheirão*, etc., derivados de *vinha* (< VINEA ‘vinha, cepa’), apelativo cuja mais antiga documentação em português remonta a 867.¹⁸⁴⁸ David Lopes vê em *Avinhó* o nome latino comum VINEOLA, diminutivo de VINEA, tornado próprio e precedido de *a(l)*-.¹⁸⁴⁹ Também Pedro A. Ferreira considera que na base de *Vinhó* e *Avinhó* está o baixo latim VINIOLA ‘pequena vinha’, e que esta última forma resulta da aglutinação do artigo árabe *al*.¹⁸⁵⁰

À semelhança do procedimento adoptado noutras alíneas, incluem-se aqui topónimos cuja origem não foi possível esclarecer convenientemente mas que, pelas suas características formalmente moçárabes, parecem compaginar-se com os restantes nomes de lugar aqui tratados. É o caso de:

Alvangeiras (Leiria), ***Alvoeira***, ***Ribeira de Alvoeira*** (Tábua), ***Alvorninha***

¹⁸⁴⁵ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Vide.

¹⁸⁴⁶ *GEPB*, vol. 2, s.v. ALVIDE.

¹⁸⁴⁷ J. J. NUNES, “A vegetação na toponímia portuguesa”, cit., p. 169. IDEM, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 257. J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 61-62.

¹⁸⁴⁸ J. P. MACHADO, *DELP*, s.v. Vinha.

¹⁸⁴⁹ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 26.

¹⁸⁵⁰ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 256. O Autor esclarece que “*Viniola* deu *Vinhó*, como *Ecclesiola* deu *Grijó*, — *ficariola* deu *Figueirôa* e *Figueiró*, — *Alexiolus*, diminutivo de *Alexius* — *Aleixo* — deu *Alijó* e por atêrese *Lijó*, o mesmo que *Aleixinho*.”. O Autor retoma o tema no vol. III, p. 52-53, 109 e 430.

(Caldas da Rainha) e **Avial** (Coimbra).

19.3.3 *Ban / ben*, forma encurtada de *ibn* 'filho' + antropónimo românico

Bagaúste (Lamego).

Trata-se do nome de uma quinta que, posteriormente, veio a ser dado à estação de caminho de ferro que se segue à da Régua, na linha do Douro. Cunha Serra transcreve algumas formas antigas — *bacalusti* (970, 973), *bagaustj* (1164), *Bagauste* (1182), *baguste* (1320-1321), *bagauste* (1527), *baguauste* e *bagauste* (1531-1532) — e considera que este topónimo tem por base um nome pessoal germânico bitemático, latinizado sob a forma *Bacalustus* e decomponível nos elementos *baka* 'combate, luta' e *lustu* 'vontade, prazer', que associados significariam 'vontade de combater' ou 'prazer na luta'.¹⁸⁵¹

No entanto, Pedro A. Ferreira, que já se havia debruçado sobre este nome, considera que “*Bagaúste* pertence à grande série das nossas povoações, em cujos nomes se encontra o prefixo árabe *iben* — filho, mais ou menos deturpado.”. E acrescenta que a evolução do nome deve ter sido *Iben + Augusti* > *Benaugusti* > *Banaguste* > *Baganuste* > *Bagauste*.¹⁸⁵² A ser assim, este nome teria sido formado

¹⁸⁵¹ P. Cunha SERRA, “Estudos toponímicos” (XIV-XXII), *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 72.

¹⁸⁵² Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 203 e vol. II, p. 46, respectivamente. Cunha Serra revela não conhecer a obra de Pedro Augusto Ferreira uma vez que, no 3º § do artigo acima citado, pode ler-se: “Tratando-se dum nome local bem conhecido e de que há referências na nossa literatura erudita, é de estranhar que ainda não tenha sido estudado.”. Veja-se também Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. II, p. 45-47, onde são referidos (mas não localizados) diversos topónimos híbridos com esta formação. Além de *Viegas* (“contração de *Iben Egas*”), propõe também *Baguaste*, que será “metátese de *Bagaúste*”; *Baguim* (“de *Iben Aquini*, filho de Aquino”); *Bagunte* (“de *Iben Arcontii*” < ARCONTIUS); *Baldreu* (“de *Iben + Ilderredus*, *ř*”); *Baldrigo* (“de *Iben + Ildericus*”); *Bamonde* (“de *Iben + Edmundi*, patronímico de *Edmundus*, *ř*”); *Barrozende* e *Bruzende* (“de *Iben + Rodesindi*, patronímico de *Rodesindus*, *ř*”); *Bem Canis* (“de *Ben Canis* — filho de *Cão*, — apelido nobre e antigo”); e *Bemnonis* (“de *Iben + Nonis* — filho de *Nono*, *Nunes* ou *Nuno*”). No vol. III, p. 211-214, acrescenta-se ou completa-se informação: *Bem*

pelo elemento árabe em questão e pelo genitivo românico AUGUSTI (< AUGUSTU), significando, portanto, ‘filho de Augusto’.

O nome inclui-se aqui com algumas reticências. Se a hipótese de Cunha Serra se afigura mais plausível sob o ponto de vista fonético e morfológico, já em termos semânticos, porque se trata de toponímia menor — uma quinta —, seria natural que conservasse o nome ou apelido do seu proprietário; no entanto, as formas antigas não parecem confirmar a hipótese de Pedro Ferreira.

Bandonages (Oliveira de Frades).

Joaquim da Silveira abona as formas antigas *Aben Donages* e *Bendonayxas*, esta última nas inquirições de 1258, entendendo que se trata de “um patronímico arábico ou moçarábico no plural, como outros, que aparecem na toponímia do velho território de Lafões”.¹⁸⁵³

Ribeira de Beijós (Nelas).

Beijós é referido por Joaquim da Silveira ao tratar do topónimo antigo *Beneagamus*, cuja primeira documentação remonta a 1100, designando um «rivulo *Beneagamus* territorio Seniorim», hoje denominado ribeira de Santar ou de *Beijós*. O Autor confessa nada de positivo saber dizer sobre o topónimo antigo, mas interroga-se acerca da possibilidade de se tratar de “uma grafia imperfeita por **Beneaiamus* (bem-hajamos? Mas com que aplicação?) visto nos velhos documentos peninsulares aparecer às vezes *g* para representar *i = j*. E então seria de aproximar do nome de

Sarilho (“de *Iben* e *Cirilus*, ?”); *Benafavais* (“de *Iben-al-Phebadiis*”); *Benagaia* (“de *Iben-al-Gaia*, filho de Gaia”); *Benamor* (“de *Iben-Amor*, filho de Amor”); *Bencatel* (“de *Catellus*, *i*, antigo nome pessoal com o prefixo árabe *Iben* — filho”); *Bensafrim* (“de *Iben Zephirini*, filho de Zefirino”); e o apelido *Bensimon* (“de *Iben* — *Simon*, filho de Simão”). Muitas destas explicações carecem certamente de fundamentação. Por exemplo, Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 41, filia *Baguim* (*Baguim*, em 1220, e *Bagoinnos*, em 1237) no nome latino *Baculinus*.

¹⁸⁵³ J. da SILVEIRA, “A nossa toponímia e o censo da população”, cit., p. 30.

outro rio nosso, *Beijames*, afluente do alto Zêzere, no concelho da Covilhã e do da povoação de *Beijós* (em 1258 *Beagioos*, que parece postular uma anterior forma **Beneagiolos* ou *-olas...*). Mas tudo isto é muito incerto e obscuro.”¹⁸⁵⁴ De facto, pouco se pode acrescentar ao que ficou dito, mas não parece improvável que neste topónimo esteja presente o elemento em causa.

Benavente (Oliveira do Bairro).

Pedro A. Ferreira faz remontar a “*Benevenitis*, patronímico de *Benevenitus* — Bemvindo” a etimologia de uma série de nomes próprios, entre os quais *Benavente*.¹⁸⁵⁵ A propósito do concelho de *Benavente*, também Cunha Serra refere que o nome “reproduz *Benevento*, nome da importante cidade episcopal italiana.”¹⁸⁵⁶ No entanto, a hipótese de António Losa, segundo a qual este nome de lugar se formou a partir do genitivo *Aventi* do nome próprio românico *Aventus*,¹⁸⁵⁷ parece mais viável, tendo em conta o contexto geográfico em que o topónimo se insere. J. P. Machado não se refere a este nome de lugar mas explica que *ben-* provém de *bani*, plural de *ben*, significando, portanto, ‘filhos’.¹⁸⁵⁸

Bendafé (Condeixa-a-Nova).

Herculano de Carvalho¹⁸⁵⁹ considera-o topónimo moçárabe, não explicando, no entanto, a origem do segundo elemento.

¹⁸⁵⁴ J. da SILVEIRA, “Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas”, cit., p. 274-275 (excerto adaptado).

¹⁸⁵⁵ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 212-213. Refere ainda, sem localizar, *Bemvinda*, *Benavide*, *Benavidinho* e *Benevente*.

¹⁸⁵⁶ P. Cunha SERRA, “Incidências italianas na toponímia portuguesa”, *Sonderdruck aus Philologische Studien für Joseph M. Piel*, Heidelberg, 1969, p. 195-198, debruça-se sobre a influência que a vinda de cavaleiros italianos, nomeadamente das Ordens Militares de Malta e do Hospital, teria tido em alguns topónimos portugueses. Cf. especialmente a p. 197.

¹⁸⁵⁷ António LOSA, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, cit., p. 62 (nota 265).

¹⁸⁵⁸ J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 25.

¹⁸⁵⁹ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 168.

Leite de Vasconcelos informa que, num manuscrito do início do século XIII depositado na Biblioteca Nacional, se regista a expressão «in loco qui dicitur *Abendafeir*». No verso desse documento, com letra do século XVII, existe uma nota onde o nome é alterado para *Bem da Fé*, o que o Autor considera exemplo de etimologia popular.¹⁸⁶⁰

Rego de Benfins (Coimbra).

Benfins, “de *Iben Felicis* — filho de Félix”, foi outrora uma “povoação próxima de Coselhas e de Coimbra”, sendo actualmente uma vereda que liga a Alameda da Conchada à antiga estrada de Coselhas.¹⁸⁶¹ J. P. Machado refere *Benafim*, topónimo que não localiza nem explica, admitindo (como já foi explicitado) que *ben-* provenha de *bani*, plural de *ben* ‘filhos’.¹⁸⁶²

Bensaúde (São João da Madeira).

O nome, que também aparece grafado *Bem Saúde*, não parece oferecer grande dificuldade: trata-se do elemento árabe *ben* aglutinado ao nome próprio *Saúde*. *Bensaúde* é igualmente apelido bem representado na antroponímia portuguesa.¹⁸⁶³

Bordonhos (São Pedro do Sul).

Segundo J. J. Nunes, Pedro de Azevedo e Pedro Ferreira, neste nome conserva-se o elemento árabe *ibn*, associado ao antropónimo latino *Ordonius*.¹⁸⁶⁴ Joaquim da Silveira também se refere a este topónimo, documentado no século XI: *villa de Iben-Ordonizi* ou *de Iban-Ordonis* — segundo o Autor, representando o plural

¹⁸⁶⁰ J. Leite de VASCONCELOS, “Notícias filológicas”, cit., p. 278.

¹⁸⁶¹ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 211 e 213. Cf. também J. Pinto LOUREIRO, *Op. cit.*, vol. II, p. 260-261.

¹⁸⁶² J. P. MACHADO, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. II, p. 25.

¹⁸⁶³ *GEPB*, vol. 27, s.v. SAÚDE; vol. 4, s.v. Bensaúde.

¹⁸⁶⁴ J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 205. Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 214. Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 218 e 244.

do nome composto moçárabe *Ibn-Ordonio* ou, melhor, o patronímico moçárabe *Iben-Ordóniiz*.¹⁸⁶⁵ Joseph Piel estuda igualmente este nome de lugar, considerando-o um “duplo patronímico, românico-árabe”, cujo elemento latino radica no antropónimo *Hordonius*, e fazendo remontar as suas abonações antigas ao século IX.¹⁸⁶⁶

Botão (Coimbra), *Pampilhosa do Botão* (Mealhada).

Pedro Ferreira aventa a possibilidade de *Botão* representar *Iben Otton* ‘filho de Ottão ou Othão’.¹⁸⁶⁷ À falta de formas antigas do topónimo e de outras informações seguras, inclui-se aqui este nome com reservas.

Viegas, *Carrasqueiral de Viegas* (Lamego), *Casal Viegas* (Ansião), *Castelo Viegas* (Coimbra), *Pai Viegas* (Miranda do Corvo), *Vale de Viegas* (Vila Nova de Poiares).

Viegas é, ainda hoje, um apelido bastante vulgarizado, designadamente em famílias algarvias ou oriundas dessa região do país, e são muitos os estudiosos que se interessaram por ele. Além de David Lopes, J. J. Nunes e Menéndez Pidal, que abonam o apelido português *Benegas*, *Beneegas* (991) e *Venegas* (1258),¹⁸⁶⁸ Machado debruça-se demoradamente sobre este nome híbrido formado pelo elemento árabe *iben* ou *ben* (náçabe que designa filiação), ligado ao nome românico *Egas*. Recolheu em documentação antiga “os directos antepassados do moderno *Viegas*”, isto é, as formas arcaicas *Benegas*, *Beniegas* e *Veniegas* (991), *Venegas* e *Uenegas* (994), *Iben Egas* (1004), *Veniegas* (de novo em 1014), *Ibeniegas* (1033 e 1050), *Egas*

¹⁸⁶⁵ J. da SILVEIRA, “Toponímia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 218 (nota 5).

¹⁸⁶⁶ Joseph M. PIEL, *Nomes de “possessores” latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, cit., p. 81-82.

¹⁸⁶⁷ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. III, p. 219.

¹⁸⁶⁸ David LOPES, “Toponímia árabe de Portugal”, cit., p. 267; J. J. NUNES, *Compêndio de gramática histórica portuguesa*, cit., p. 205; R. MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del español*, cit., § 105.3.

iben (1040), *Venegas*, *Ueegas* (1059), *Iben Ecas* (1088), *Beniegas* (novamente em 1105) e *Uëegas* (1278). Estas formas antigas do actual apelido *Viegas* registam-se em 14 dos cerca de 950 diplomas consultados pelo Autor e designam povoações dos distritos de Porto, Braga, Coimbra, Aveiro e Viseu. Curiosamente, verifica-se que o apelido se atesta desde os fins do século X, em terras situadas entre os rios Lima e Mondego, com maior incidência nas hoje pertencentes aos distritos de Braga e Porto. J. P. Machado atribui este processo de formação antroponímica à influência da vida pública muçulmana na Península Ibérica, em grande parte veiculada pelas populações moçárabes que, nas suas migrações, chegaram a toda a Hispânia, inclusivamente às zonas mais setentrionais. No Sul, o apelido ter-se-á conservado entre as populações moçárabes em parte devido ao reforço árabe de idênticas estratégias morfológicas de formação de patronímicos.¹⁸⁶⁹ Também Cunha Serra menciona este nome e muitas das suas formas antigas, acrescentando a variante *Beneegas* (991) e *Ibenegas* (1103). Atentando na primeira documentação que aduz — *Gudinu Beneegas* — é claro que se trata de uma forma patronímica — Godinho, filho de *Egas*.¹⁸⁷⁰ Leite de Vasconcelos, que também cita diversas formas antigas (*Ibenegas*, *Venegas*, *Vëegas* e *Veegas*), explica que o ditongo da forma actual “resulta de ter a nasal mantido *ee* (*Vëegas* > *Veegas*)”, se não “teríamos apenas *é*.”¹⁸⁷¹ J. J. Nunes utiliza a forma actual *Viegas* e as antigas *Benegas*, *Venegas* e *Veegas* para exemplificar o processo híbrido da formação de patronímicos; além do elemento árabe *ben* ‘filho’, debruça-se sobre

¹⁸⁶⁹ J. P. MACHADO, *Ensaio histórico-linguístico*, cit., p. 70-72; IDEM, *Influência árabe no vocabulário português*, cit., vol. I, p. 25 e 255; IDEM, *Vocabulário português de origem árabe*, cit., p. 126.

¹⁸⁷⁰ Pedro C. SERRA, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, cit., p. 119.

¹⁸⁷¹ J. Leite de VASCONCELOS, “Enquisas onomatológicas”, *Revista Lusitana*, vol. 21, 1918, p. 316-336. Ver também IDEM, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, cit., p. 492.

Egas, bastante antigo entre nós, cuja forma primitiva se lhe afigura ter sido o nome de procedência germânica *Ega*, também presente na toponímia, nomeadamente no concelho de Condeixa-a-Nova. De facto, no *Onomástico medieval português* documenta-se o nome masculino *Ecca* em 1060, certamente da raiz *ekk* ou *ekka* (no velho alto alemão; hoje *eck* ‘ponta, corte, espada’) que deve relacionar-se com a base indo-europeia *ac*.¹⁸⁷²

Ferraz de Carvalho explicita que *Castelo Viegas* era “um dos numerosos lugares fortificados espalhados em torno de Coimbra, como esculcas ou vigilantes atalaias”, cujo nome lhe veio “de Salvador Viegas, que em 1166, por morte de sua mulher D. Aldonça, doou tudo quanto tinha ao mosteiro de S. Jorge, onde professou”; e faz notar a queda da preposição *de*, frequente em compostos toponímicos, que devia ter ligado os dois componentes do nome.¹⁸⁷³ É, aliás, o que se verifica em *Vale de Viegas* e em *Carrasqueiral de Viegas* — segundo Pedro A. Ferreira, uma mata de castanheiros bravos “que tomou o nome de Iben Egas — filho de Egas.”¹⁸⁷⁴

Não se tendo encontrado qualquer referência a **Bandavizes** (Vouzela), não foi possível esclarecer satisfatoriamente a natureza deste topónimo, pelo que se regista nesta alínea, para eventual dilucidação futura.

19.3.4 Substituição de *-iz* por *-ique*

Como já foi referido no capítulo anterior (16.3.6, p. 215), os nomes terminados em *-ricus* deram origem a *-rigo* (no acusativo) e a *-riz* (no genitivo), tendo-se verificado com alguma frequência a substituição de *-iz* por *-ique*, especialmente a sul do Tejo. A este fenómeno não é certamente alheio o facto de a terminação *-ique* ser muito recorrente — tanto em palavras árabes (*alambique*, *arrebique*, *tabique*, etc.) como na

¹⁸⁷² J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 32, 1934, p. 105-106.

¹⁸⁷³ A. Ferraz de CARVALHO, *Op. cit.*, p. 59.

¹⁸⁷⁴ Pedro A. FERREIRA, *Op. cit.*, vol. I, p. 304. Ver nota 1852, p. 562.

representação em árabe das terminações românicas ou romanizadas *-icu / -ico* e *-ecu / -eco*. Recordem-se, a propósito, as palavras de David Lopes: “No sul de Portugal, como de Espanha, onde a dominação muçulmana foi mais duradoura e intensiva, os nomes de lugares de origem germânica (ou outra), que sobreviveram, não puderam evoluir como no norte, porque os árabes os fixaram na forma que subsistiu sempre.”.¹⁸⁷⁵

O fenómeno é notório em muitos topónimos portugueses como, por exemplo, *Espique*, *Manique*, *Marchique*, *Monchique*, *Montachique*,¹⁸⁷⁶ *Mourique*,¹⁸⁷⁷ *Totenique*, *Amorique*, *Penique*, *Sequinique*, *Terrique* e *Ourique*,¹⁸⁷⁸ este com várias ocorrências na região em causa:

*Campo de Ourique*₂ (Leiria, Montemor-o-Velho), *Campo de Ourique* ou *Chão de Ourique*, *Póvoa de Chão de Ourique* (Penela), *Ribeiro de Ourique* (Cinfães), *Vala de Ourique* (Soure), *Doirique*, *Azenha Doirique* (Sátão).

A etimologia já foi estudada (p. 310), a propósito da representação de -O final por <e>.

¹⁸⁷⁵ David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 148. Cf. também as p. 142-157.

¹⁸⁷⁶ Pedro de AZEVEDO, “Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal”, cit., p. 214, considera que *Xacro*, recolhido no *Glosario* de Simonet, está na base de *Montachique*. Mas David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, cit., p. 156, relaciona este topónimo — abonado numa inquirição de D. Afonso III como *Monte Aiseque* — com o antropónimo germânico *Agicus*.

¹⁸⁷⁷ J. J. NUNES, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 33, 1935, p. 63 (nota 3), refere um documento de 907, onde se encontra o nome próprio *Maurigo* (do latim *MAURICU) e as formas toponímicas *Mouriz* e *Maurize*, que o Autor entende serem genitivos da primeira.

¹⁸⁷⁸ F. Adolfo COELHO, “Origens do português do Sul”, cit., p. 143-144, abona os seis últimos topónimos referidos. Além de *Totenique*, indica outros seus representantes toponímicos no concelho de Odemira: *Herdade de Totenique*, *Monte de Totenique*, *Monte de Totenique de Baixo*, *Monte de Totenique de Cima*, *Totenique Raxado*, *Herdade de Toteniquinho*, explicando que *Totenique* está por *Toutenique*, derivado de *toutena* que, por sua vez, deriva de *touta* ‘cabeço(a), topete’ (de onde *toutiço* ‘cabeça’ e o composto *toutinegra*, nome de ave).

CAPÍTULO V

NOTAS FINAIS

Como ficou claro desde as palavras de abertura deste trabalho, os nossos investigadores não têm prestado muita atenção aos dialectos moçárabes nem aos traços linguísticos que os caracterizam: os poucos estudos existentes são de natureza parcelar ou pontual e, ao contrário do que acontece no país vizinho, não foi ainda efectuado um levantamento rigoroso e exaustivo nem da tipologia dos moçarabismos nacionais, nem das suas áreas de implantação.

Uma vez definido o âmbito geográfico do presente estudo — o antigo Condado de Coimbra — impunha-se perceber as suas raízes, as particularidades da sua dinâmica interna, e os factores externos que condicionaram a sua feição peculiar. Para tal, procedeu-se, nos capítulos I e II, à caracterização histórica e cultural daquela antiga unidade administrativa, com referência a aspectos específicos — nomeadamente de natureza sócio-económica, político-religiosa, técnico-científica e artística — imprescindíveis a uma cabal compreensão de um tema tão vasto e que, caleidoscopicamente, assume tantas e tão distintas feições, envolvendo variáveis que é necessário conhecer e sopesar.

De facto, se dos romanos herdámos a matriz do português — língua natural e histórica que constitui “o cimento fundacional, o instrumento de expressão e comunicação, a matriz profunda e omniformativa da nossa identidade cultural”¹⁸⁷⁹ —,

¹⁸⁷⁹ Vítor M. de Aguiar e SILVA, "Projecto editorial para a didáctica da língua e da literatura maternas: fundamentação", *Sinfonia da Palavra - perspectiva global*, cit., p. 2 (excerto adaptado).

outros traços sócio-culturais, que também nos definem como povo, e as bases científicas e tecnológicas que, com os Descobrimentos, nos permitiram redesenhar a face da Terra, constituem legados árabes. Após a ocupação muçulmana da Península, circunstâncias históricas, sócio-económicas e político-administrativas já anteriormente evocadas propiciaram a formação de um “cadinho”, no Centro-Norte do actual território nacional — que mais tarde viria a constituir-se no Condado de Coimbra —, onde frutificou o cruzamento da tradição neogoda, herdeira da latina, com a inovação árabe, e se consolidou ao longo dos tempos uma unidade sócio-cultural de feição marcadamente moçárabe.

Além disso, antes de se estudar a sobrevivência de traços linguísticos — especialmente na toponímia — que confirmassem o consabido carácter moçárabico deste território, afigurava-se imprescindível caracterizar linguisticamente os dialectos moçárabes, o que foi feito, de forma genérica, no capítulo III.

Uma vez que estes primeiros capítulos são fundamentais para o enquadramento histórico-cultural e linguístico dos moçarabismos toponímicos, ainda se ponderou a possibilidade de sublinhar essa importância, acrescentando ao título da tese um sub-título como, por exemplo: *caracterização geral dos dialectos moçárabes, história e encontro de culturas*. No entanto, esta ideia foi abandonada por se considerar que, apesar de muito importantes, esses aspectos são subsidiários do tema nuclear — a toponímia moçárabe do antigo Condado de Coimbra — e que esse acréscimo sobrecarregaria desnecessariamente um título já de si bastante longo.

Os poucos linguistas portugueses que se debruçaram sobre os dialectos moçárabes veicularam, genericamente, duas ideias: uma delas é a de que os vestígios dos antigos dialectos moçárabes se concentravam sobretudo nas zonas meridionais do País, nomeadamente a sul do Mondego, sendo os topónimos situados a norte desse rio encarados como excepções; a outra prende-se com as suas marcas identificativas — essencialmente confinadas à conservação de *-l-* e *-n-* intervocálicos e à aglutinação do artigo árabe *al*.

No entanto, como podemos verificar — especialmente pela toponímia menor, mais conservadora, porque menos exposta à mudança e à influência da norma — a extensão e profundidade da influência moçárabe é muito maior do que se supunha, recobrando áreas geográficas mais amplas e, além disso, os seus traços peculiares não se restringem aos referidos, se bem que estes estejam presentes numa parte muito significativa dos topónimos analisados. Assim, importa não só caracterizar esses moçarabismos — o que se tentou no capítulo IV —, mas também perceber a sua distribuição geográfica, calculando a densidade de nomes de lugar moçárabes em cada concelho e distrito.

É, em termos gerais, este o núcleo fundamental das conclusões que a seguir se apresentam.

20. Densidade de topónimos moçárabes no território estudado

Neste trabalho apresentam-se 1304 topónimos, a maioria dos quais foi alvo de estudo linguístico e histórico. Infelizmente nem sempre se encontraram dados que permitissem aprofundar os conhecimentos acerca de diversos nomes de lugar, tendo ficado até, por vezes, algumas etimologias por esclarecer. Como foi oportunamente referido, optou-se por não excluir estes últimos por parecerem configurar uma origem moçárabe, e para permitir pesquisas e estudos posteriores.

Para efeitos de análise quantitativa de dados, foram excluídos 26 topónimos do concelho de Coimbra, uns por serem antigos, entretanto banidos da toponímia, outros por constituírem nomes de artérias da cidade. Pretendeu-se, assim, manter uma certa paridade de critérios em relação à toponímia actual dos outros concelhos, acerca da qual não se dispõe de dados antigos nem de conhecimentos tão pormenorizados. Por outro lado, há alguns casos de rios, ribeiros e serras, cuja dimensão faz com que ultrapassem os limites de um ou mais concelhos, pelo que os seus nomes figuram no

cômputo de cada um dos concelhos por onde se estendem.¹⁸⁸⁰

Para perspectivar geográfica e quantitativamente o conjunto dos topónimos analisados, apresentam-se, nas alíneas seguintes, dados relativos a cada um dos quatro distritos abrangidos por este estudo e aos respectivos concelhos, nomeadamente o número de topónimos, a área de cada concelho¹⁸⁸¹ e a densidade toponímica (calculada por cada 10 quilómetros quadrados). Esta quantificação inscreve-se em tabelas acompanhadas de mapas dos quatro distritos,¹⁸⁸² onde cada um dos concelhos é representado por um tom de azul diferente, de acordo com a respectiva densidade toponímica,¹⁸⁸³ permitindo uma visão bastante nítida da concentração de topónimos moçárabes em cada região do antigo Condado de Coimbra.

Em termos genéricos, pode-se adiantar que uma visão conjunta dos mapas dos quatro distritos permite identificar várias manchas toponímicas dignas de relevo.

Na margem esquerda do Douro, encontra-se uma faixa que compreende os concelhos de Armamar, Lamego, Resende, Cinfães, Castelo de Paiva e Santa Maria da Feira; mais a Sul, formam um núcleo relativamente homogéneo os concelhos de Arouca, Vale de Cambra, São Pedro do Sul, Sever do Vouga, Oliveira de Azeméis, Albergaria-a-Velha e Oliveira de Frades.

No centro do Condado de Coimbra, outra mancha de densidade assinalável é

¹⁸⁸⁰ São sete estes casos: *Ribeira de Gasel* (Coimbra / Miranda do Corvo), *Ribeiro de Cimbres* (Armamar / Tarouca), *Rio Alfusqueiro* (Águeda / Oliveira de Frades / Sever do Vouga / Vouzela), *Rio Arnoio* (Caldas da Rainha / Óbidos), *Rio Lena* (Batalha / Leiria / Porto de Mós), *Serra do Alvorge* (Ansião / Soure), *Serra do Poio* ou *Monte do Poio* (Lamego / Resende).

¹⁸⁸¹ De acordo com os dados fornecidos na página da *Associação Nacional de Municípios Portugueses*, <http://www.anmp.pt>.

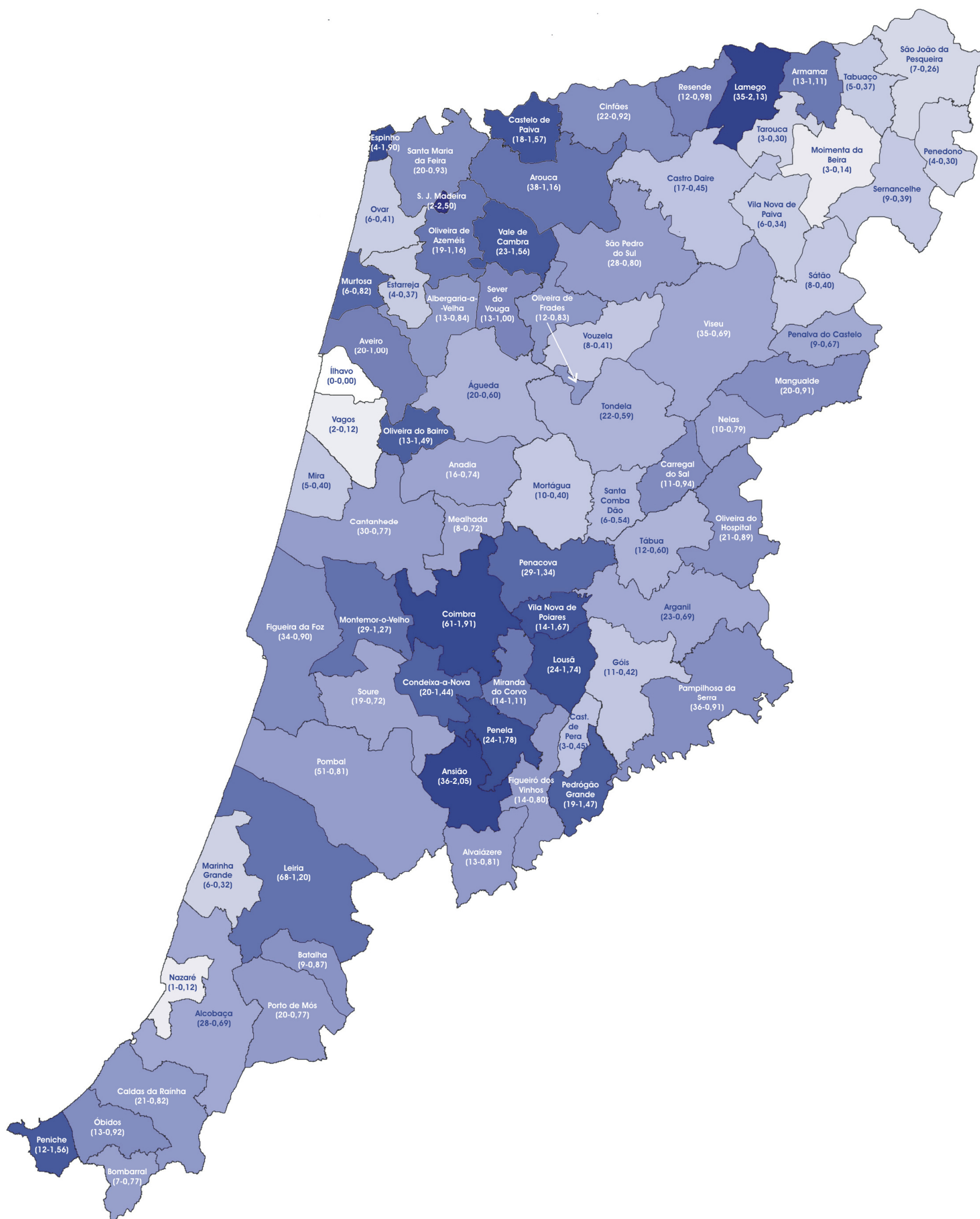
¹⁸⁸² A base geográfica destes mapas foi retirada da página do *Instituto Geográfico Português*, <http://www.igeo.pt>, tendo posteriormente sofrido tratamento gráfico adequado.

¹⁸⁸³ Cada concelho é identificado, apresentando entre parênteses dois dados quantitativos: o primeiro refere-se ao número absoluto de nomes moçárabes, e o segundo à densidade toponímica.

constituída pelos concelhos de Penacova, Coimbra, Montemor-o-Velho, Vila Nova de Poiares, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Condeixa-a-Nova, Pombal, Ansião, Pedrógão Grande, Figueiró dos Vinhos e Alvaiázere, prolongando-se ainda em direcção ao Sul com Leiria e Batalha.

Apesar de mais pequenos, merecem ainda referência os núcleos de Oliveira do Bairro / Aveiro e, no litoral-Sul, o de Peniche / Óbidos.

Vejamos, mais detalhadamente, os dados referentes às zonas estudadas.



Mapa 1 – Perspectiva geral da distribuição de topónimos moçárabes no antigo Condado de Coimbra

20.1 Distrito de Aveiro

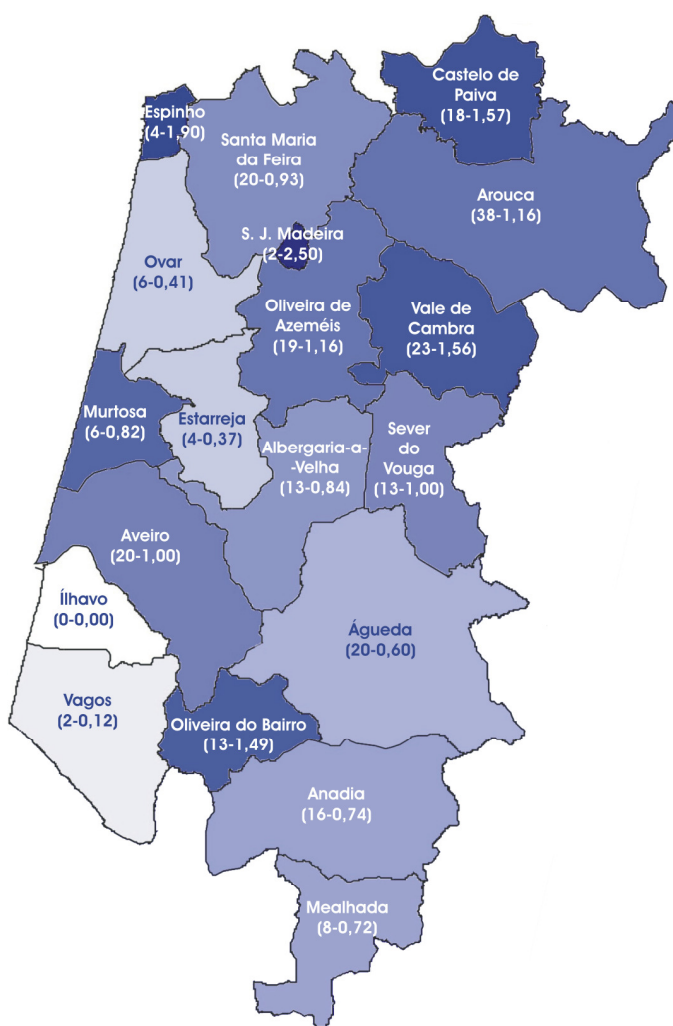
TABELA I

Distrito de Aveiro	Número de topónimos	Área (km ²)	Densidade toponímica / 10 km ²
Águeda	20	335	0,60
Albergaria-a-Velha	13	155	0,84
Anadia	16	217	0,74
Arouca	38	329	1,16
Aveiro	20	200	1,00
Castelo de Paiva	18	115	1,57
Espinho	4	21	1,90
Estarreja	4	108	0,37
Ílhavo	0	73	0,00
Mealhada	8	111	0,72
Murtosa	6	73	0,82
Oliveira de Azeméis	19	164	1,16
Oliveira do Bairro	13	87	1,49
Ovar	6	147	0,41
Santa Maria da Feira	20	215	0,93
São João da Madeira	2	8	2,50
Sever do Vouga	13	130	1,00
Vagos	2	165	0,12
Vale de Cambra	23	147	1,56
Total	245	2800	0,88

Como se pode verificar, o distrito de Aveiro, com um total de 245 topónimos moçárabes e uma superfície de 2800 km², apresenta uma densidade toponímica de 0,88 / 10 km².

Neste âmbito, destaca-se um núcleo constituído pelos concelhos do interior-Norte do distrito, nomeadamente Castelo de Paiva, Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Sever do Vouga — concelho outrora integrado na região moçárabe de Lafões — com densidades toponímicas iguais ou superiores a 1 topónimo por 10 km², ladeado por Santa Maria da Feira e por Albergaria-a-Velha, com densidades ainda bastante expressivas (0,93 e 0,84 topónimos / 10 km², respectivamente). Mais a Sul, outro pequeno núcleo formado por Oliveira do Bairro e Aveiro, com valores da ordem dos 1,49 e 1 topónimos / 10 km², respectivamente. Estes resultados são passíveis de inúmeras leituras e de diversas interpretações mas,

em termos gerais, pode dizer-se que, em zonas mais recônditas, mais protegidas da influência da norma ou mais resguardadas dos invasores, os moçarabismos se conservaram melhor. Também não se deve excluir a possibilidade de grupos de colonos de origem moçárabe, provenientes do Sul, se terem deslocado para esta região, aquando do “repopoamento” ou, em épocas pretéritas, fugindo da dominação árabe.



Mapa 2 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Aveiro

Os números excepcionais verificados em São João da Madeira (2,5 topónimos / 10 km²) e em Espinho (1,9 topónimos / 10 km²) requerem uma explicação. Não se encontrando motivos histórico-linguísticos que os justifiquem, eles devem ser estatisticamente desvalorizados, porque são devidos ao facto de as áreas destes

concelhos serem pequenas (8 e 21 km², respectivamente) e levarem a desvios nos valores esperados, tendo em conta a sua zona de implantação. Tomando como exemplo São João da Madeira, elevado a vila em 1924 e a concelho (o mais pequeno do país) em 1926, após ter obtido autonomia administrativa em relação a Oliveira de Azeméis,¹⁸⁸⁴ verifica-se que, se fossem somadas as superfícies dos dois concelhos e os seus topónimos moçárabes, a densidade toponímica (1,22 topónimos / 10 km²) conservar-se-ia dentro de valores mais próximos dos encontrados para os concelhos vizinhos. Por outro lado, usando ainda o caso paradigmático de São João da Madeira, veja-se o que ocorreria se a variação dos topónimos fosse mínima (mais ou menos 1): se o número de topónimos moçárabes aumentasse de 2 para 3, os valores passariam a 3,75 / 10 km²; mas, se o seu número diminuísse para 1, a densidade passaria a 1,25 topónimos / 10 km². Assim ilustrados, ficam claros os “saltos estatísticos” e justificada a desvalorização das densidades obtidas quando se trabalha com áreas pequenas.

20.2 Distrito de Coimbra

Com 406 topónimos moçárabes e uma área de 3973 km², o distrito de Coimbra é o que apresenta maior densidade, com 1,02 topónimos / 10 km² —, o que, de certa forma, seria de esperar, se pensarmos que nele reside o “coração” do antigo Território Conimbricense.

Os concelhos centrais do distrito constituem o foco mais forte de implantação de moçarabismos toponímicos, ocupando Coimbra, com 1,91 topónimos / 10 km², uma posição fulcral em relação aos concelhos adjacentes: Penacova, Vila Nova de Poiares, Lousã, Miranda do Corvo, Penela, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho, todos com uma densidade de topónimos moçárabes superior a 1 / 10 km². A influência deste núcleo estende-se ainda, para o interior, aos concelhos da Pampilhosa da Serra e de Oliveira do Hospital e, para o litoral, ao da Figueira da Foz.

¹⁸⁸⁴ *GEPB*, vol. 27, s.v. SÃO JOÃO DA MADEIRA.

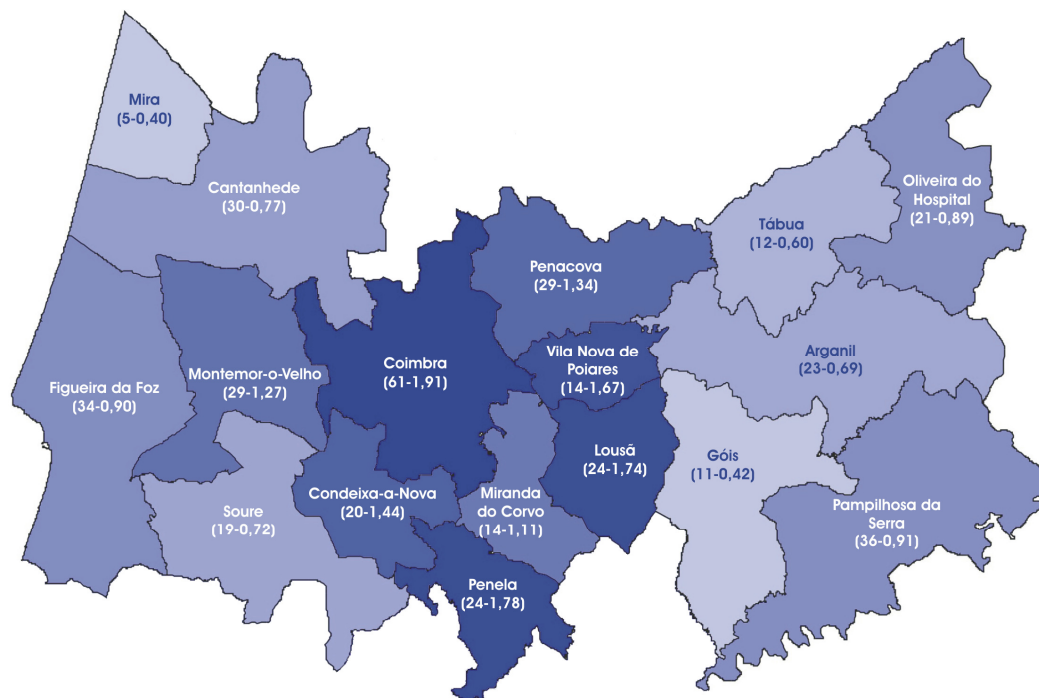
TABELA II

Distrito de Coimbra	Número de topónimos	Área (km ²)	Densidade toponímica / 10 km ²
Arganil	23	333	0,69
Cantanhede	30	391	0,77
Coimbra ¹⁸⁸⁵	61	319	1,91
Condeixa-a-Nova	20	139	1,44
Figueira da Foz	34	379	0,90
Góis	11	263	0,42
Lousã	24	138	1,74
Mira	5	124	0,40
Miranda do Corvo	14	126	1,11
Montemor-o-Velho	29	229	1,27
Oliveira do Hospital	21	235	0,89
Pampilhosa da Serra	36	396	0,91
Penacova	29	217	1,34
Penela	24	135	1,78
Soure	19	265	0,72
Tábua	12	200	0,60
Vila Nova de Poiares	14	84	1,67
	Total	Total	Total
	406	3973	1,02

Estes dados confirmam e evidenciam o que a História há muito vem ensinando: Coimbra foi a sede de um dos mais importantes núcleos moçárabes no Centro do país. A sobrevivência de moçarabismos nos nomes de ruas, largos, etc. conjuga-se com o facto de a proporção da população moçárabe urbana ter sido considerável, se não mesmo maioritária, o que, por sua vez, também ajuda a explicar que uma elite moçárabe — de onde se destacam os alvazis Sisnando, Martim Moniz, Mendo,

¹⁸⁸⁵ Apesar de no concelho de Coimbra terem sido identificados e estudados 87 topónimos moçárabes, 26 foram excluídos desta análise numérica, por se tratar ou de nomes antigos, entretanto desaparecidos da toponímia, ou de designativos de artérias da cidade. São eles: *Acubela, Alvalade, Assamassa, Beco do Alvade, Beco do Fanado, Belcouce, Ladeira das Alpenduradas, Largo das Ameias, Largo do Arnado, Largo do Fontanário, Panóias, Rego de Benfins, Rua da Amoreira, Rua da Espertina, Rua da Quinta do Belmonte, Rua das Amoreiras, Rua de Alpedide, Rua de Sub-Ripas, Rua do Coruche, Rua do Fontanário, Rua do Moreno, Seguin, Travessa da Amoreira, Travessa das Fonecas, Travessa do Fontanário e Varzena.* Com este critério de quantificação, pretendeu-se manter uma certa equidade em relação à toponímia dos outros concelhos, acerca da qual não se dispõe de dados nem de conhecimentos tão pormenorizados.

Baldemires, e os bispos Paterno, Martinho Simões, Domingos, João e Julião — tenha estado longos tempos à frente dos destinos da cidade e da região envolvente, rodeada por comunidades rurais moçárabes mais pequenas, entre as quais se destaca a do Lorvão, que prosperou “à sombra” do seu mosteiro.



Mapa 3 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Coimbra

20.3 Distrito de Leiria

Uma densidade de 0,92 topónimos moçárabes / 10 km² faz deste distrito, com 321 moçarabismos geográficos e 3500 km² de superfície, o segundo mais representativo desta realidade. O elevado número de topónimos registados não constituiu grande surpresa: de facto, se remontarmos no tempo da história, o constante avanço e recuo de forças árabes e cristãs constitui, só por si, factor determinante para a permanência e eventual aumento de populações moçárabes na região.

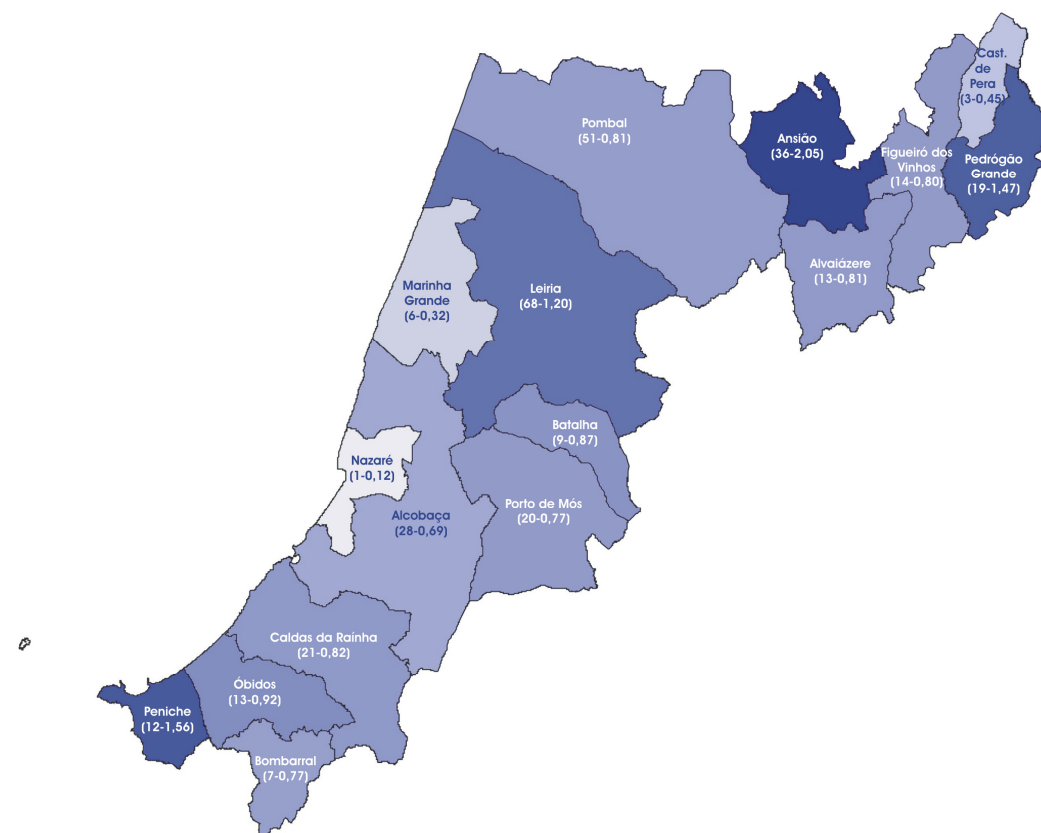
É aqui mais difícil distinguir claramente núcleos mais homogéneos, uma vez

que existem vários concelhos com forte implantação de topónimos moçárabes. Apesar disso, vale a pena destacar, no Norte do distrito, alguns concelhos, como Pombal, Alvaiázere e Figueiró dos Vinhos, com especial destaque para dois do interior: Pedrógão Grande (1,47 topónimos / 10 km²) e Ansião (2,05 topónimos / 10 km²), que, juntamente com os acima referidos concelhos centrais do distrito de Coimbra, se inscrevem numa forte zona de implantação moçárabe.

TABELA III

Distrito de Leiria	Número de topónimos	Área (km ²)	Densidade toponímica / 10 km ²
Alcobaça	28	406	0,69
Alvaiázere	13	160	0,81
Ansião	36	176	2,05
Batalha	9	103	0,87
Bombarral	7	91	0,77
Caldas da Rainha	21	255	0,82
Castanheira de Pera	3	67	0,45
Figueiró dos Vinhos	14	174	0,80
Leiria	68	568	1,20
Marinha Grande	6	185	0,32
Nazaré	1	82	0,12
Óbidos	13	141	0,92
Pedrógão Grande	19	129	1,47
Peniche	12	77	1,56
Pombal	51	626	0,81
Porto de Mós	20	260	0,77
	Total	Total	Total
	321	3500	0,92

Sujeitos a uma maior influência moçárabica meridional e reflectindo a importância dos agregados rurais moçárabes de Óbidos e de Leiria, os concelhos de Caldas da Rainha, Óbidos, Batalha, Peniche e Leiria registam densidades toponímicas bastante significativas, com especial relevo para estes dois últimos com 1,56 e 1,20 topónimos / 10 km², respectivamente.



Mapa 4 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Leiria

20.4 Distrito de Viseu

O vasto distrito de Viseu, com pouco mais de 300 moçarabismos geográficos, é, em termos gerais, o que apresenta uma mais baixa densidade de topónimos moçárabes. O facto poderá ter que ver com uma densidade populacional mais rarefeita, um povoamento mais disperso, e / ou indiciar uma presença menos significativa de populações moçárabes.

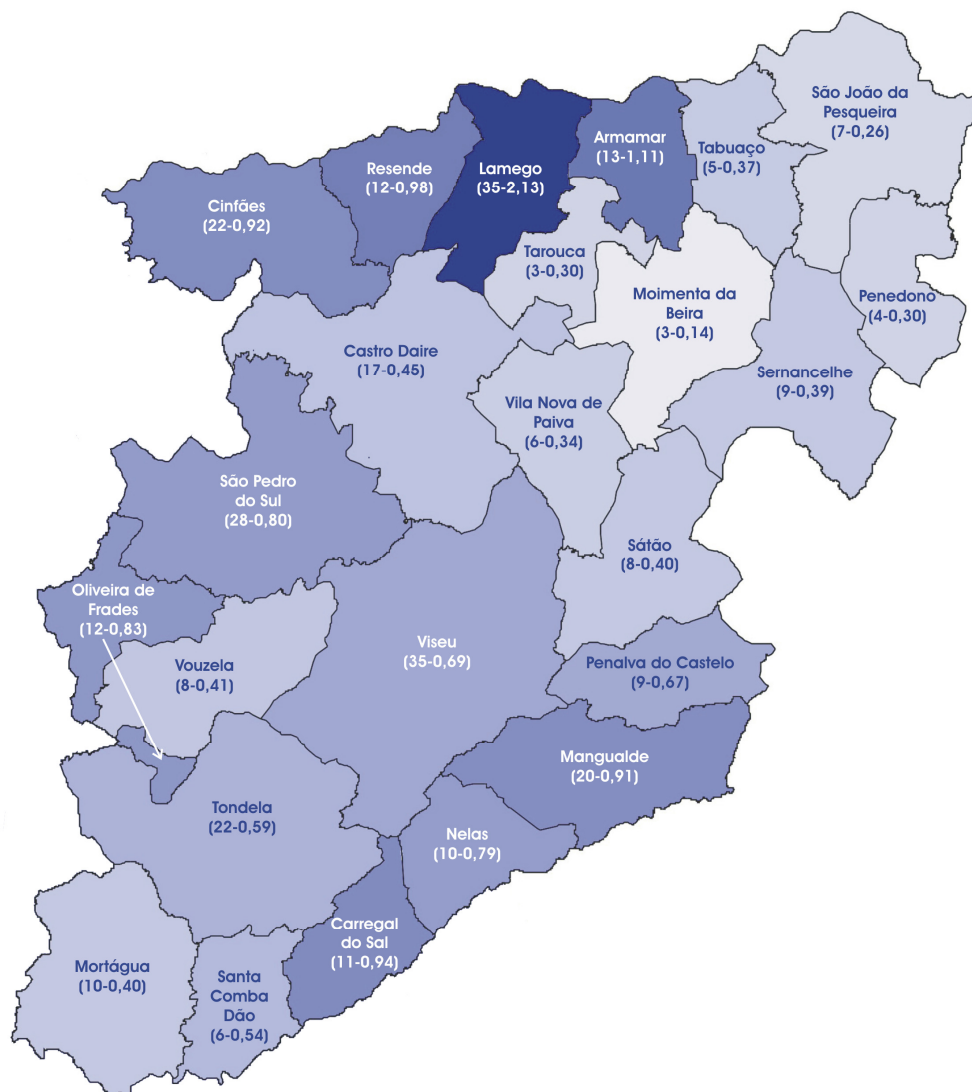
No entanto, uma vez que a terra cedida ao conde D. Sisnando incluía a zona situada a sul do Douro, não é de estranhar o especial relevo assumido pelos concelhos de Armamar, Lamego, Resende e Cinfães, que com Castelo de Paiva e Santa Maria da Feira (estes já no distrito de Aveiro) formam uma faixa expressiva a sul daquele rio. A influência do núcleo moçárabe rural de Lafões faz-se ainda presente nos concelhos de São Pedro do Sul e de Oliveira de Frades, que, apesar de

apresentarem mais baixas densidades de moçarabismos geográficos, integram um conjunto do qual fazem parte os já referidos concelhos aveirenses de Sever do Vouga, Arouca, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Albergaria-a-Velha.

TABELA IV

Distrito de Viseu	Número de topónimos	Área (km ²)	Densidade toponímica / 10 km ²
Armamar	13	117	1,11
Carregal do Sal	11	117	0,94
Castro Daire	17	379	0,45
Cinfães	22	239	0,92
Lamego	35	164	2,13
Mangualde	20	219	0,91
Moimenta da Beira	3	220	0,14
Mortágua	10	251	0,40
Nelas	10	126	0,79
Oliveira de Frades	12	145	0,83
Penalva do Castelo	9	134	0,67
Penedono	4	134	0,30
Resende	12	123	0,98
Santa Comba Dão	6	112	0,54
São João da Pesqueira	7	266	0,26
São Pedro do Sul	28	349	0,80
Sátão	8	202	0,40
Sernancelhe	9	229	0,39
Tabuaço	5	134	0,37
Tarouca	3	100	0,30
Tondela	22	371	0,59
Vila Nova de Paiva	6	175	0,34
Viseu	35	507	0,69
Vouzela	8	194	0,41
	Total	Total	Total
	315	5007	0,63

Mais a Sul, Carregal do Sal, Nelas e Mangualde formam uma pequena faixa a norte do Mondego, onde, apesar de pouco elevada, a densidade toponímica é superior à média do distrito.



Mapa 5 – Distribuição de topónimos moçárabes no distrito de Viseu

**21. Marcas mais recorrentes nos topónimos moçárabes do antigo
Território de Coimbra**

Traços estudados	Ocorrências ¹⁸⁸⁶
Vocalismo	
Vogais finais	372
Conservação do ditongo [aɨ]	62
Consonantismo	
Grupos latinos CL, PL, e FL	25
Anaptixe no interior destes grupos ou entre consoantes	28
C ^{o, i}	42
S ⁱ	1
Consoantes surdas intervocálicas	16
Grupos consoante + [ɨ]	27
Conservação de -N- intervocálico	297
Conservação de -L- intervocálico	98
Palatalização de -LL- nos diminutivos em -ĒLLA(S) e -ĒLLOS (> - <i>ellha(s)</i> e - <i>elhos</i> , respectivamente)	28
Palatalização de -NN-	4
Condicionamento dos nomes de origem latina pelo idioma árabe	
Alterações fonéticas em consoantes	55
“Imela” (passagem de /a/ tónico a /e/ ou a /i/)	24
Interferências morfossintácticas	
Supressão de /r/ no sufixo românico - <i>eira</i> (> - <i>eia</i>)	7
Aglutinação do artigo árabe <i>al</i>	358
<i>Ban / ben</i> , forma encurtada de <i>ibn</i> , 'filho' + antropónimo românico	17
Substituição de - <i>iz</i> por - <i>ique</i>	8

¹⁸⁸⁶ Para a determinação da densidade de topónimos moçárabes do concelho de Coimbra, excluíram-se, por razões então referidas (ver Tabela II e nota 1885), alguns topónimos. Mas, uma vez que se trata agora de quantificar traços identificativos dos dialectos moçárabes na sua globalidade e não de comparar densidades toponímicas entre concelhos e distritos, não se entendeu necessária a adopção do mesmo procedimento, pelo que se incluem aqui os topónimos antigos e os nomes de artérias de Coimbra, então excluídos.

Apesar de no *corpus* (Anexo I) figurarem 1304 topónimos, quando somados os números desta tabela, obtém-se um total de 1469 ocorrências. A explicação para esta (aparente) incongruência prende-se com o facto de, por vezes, num mesmo topónimo existirem dois ou mais traços característicos dos dialectos moçárabes. É, por exemplo, o caso de *Albarrada*, usado para ilustrar o condicionamento dos nomes de origem latina pelo idioma árabe, nomeadamente a substituição de [p] por [b], e a aglutinação do artigo árabe *al*; ou de *Alcabideque*, onde se verifica a “imela” (passagem de /a/ tónico a /e/, neste caso), a aglutinação do artigo árabe *al*, e a conservação da consoante surda intervocálica [k].

Uma análise atenta desta sistematização de dados permite constatar que as alterações que afectam a fonética das vogais finais, a conservação de -N- e de -L- intervocálicos e a aglutinação do artigo árabe *al* são as marcas mais frequentemente encontradas nos topónimos estudados. De facto, também os autores portugueses que se debruçaram sobre os dialectos moçárabes mencionam como traços emblemáticos a conservação de -N- e de -L- e a aglutinação de *al*, sendo muito mais esporádicas e mais recentes as referências às restantes características dos moçarabismos linguísticos.

No que respeita ao vocalismo, verifica-se a existência de grande número de topónimos cujas vogais finais apresentam características fonéticas tipicamente moçárabes, nomeadamente a ocorrência da terminação <es> como resultado dos plurais femininos em -AS, a supressão de -A final ou a sua representação como <e>, a perda de -E final ou a sua evolução para /o/, a substituição de -O final por [e] ou a sua apócope (como é o caso de topónimos terminados em *-el* (do sufixo -ĖLLU) e em *-im*, aloforma de *-inho*).

Como foi oportunamente referido, a aglutinação do artigo árabe *a(l)* é um processo morfológico muito recorrente no português e no espanhol, ao contrário do que acontece com as restantes línguas românicas. Também na toponímia moçárabe do antigo Condado de Coimbra essa aglutinação está abundantemente representada,

sendo o segundo grupo mais característico dos moçarabismos geográficos no território estudado.

Ocupando o terceiro lugar, as formas toponímicas em que se manteve -N- constituem também um inventário bastante longo. Algumas vezes identificam-se terminações específicas (-*ano*, -*ino* e outras), ocorrendo como parte de um radical ou representando, na maior parte dos casos, sufixos.

Além dos nomes de lugar com -*ana*, originário da terminação latina -ANUA, há também a registar os sufixados, em que -*ano* / -*ana* podem comportar um valor relacional ('proveniente de —; onde há —') ou aumentativo (valor que ainda mantêm actualmente no Alentejo). Outros nomes conservam o sufixo diminutivo -*ino* / -*ina* e não o alótopo galego-português -*inho* / -*inha*. Muito mais esporádicas são as ocorrências de topónimos em -*eno* / -*ena* e -*ono* / -*ona* e especialmente as de diminutivos em -*nico* / -*nica*, moçarabismos que conservam uma consoante de radicais latinos, estando ausentes da toponímia da área geográfica estudada os diminutivos em -*nito* / -*nita*, muito abundantes nas zonas mais meridionais do país.

Bastante menos representada, mas ainda merecedora de bastante destaque, com quase uma centena de ocorrências na toponímia analisada, a conservação de -L- (conjuntamente com a de -N-) é, como se sabe, considerada como um dos traços distintivos dos dialectos moçárabes portugueses.

A conservação do ditongo [aɨ], verificada em mais de meia centena de topónimos do antigo Condado de Coimbra, é um dos traços linguísticos moçárabes menos destacados pelos especialistas portugueses, mas que nem por isso deixa de assumir aqui uma posição de relevo.

Apesar de muito menos abundantes, não se podem desprezar os restantes traços linguísticos moçárabes, cuja notável diversidade é ilustrada por um conjunto de quase três centenas de nomes de lugar.

Já Herculano de Carvalho observou que o carácter fortemente moçárabe desta

região, amplamente conhecido no plano histórico, “se estendia também à linguagem, que não conheceu o fenómeno tão tipicamente galego-português da síncope de *-l-* e *-n-* intervocálicos.”. Mas, o elevado número de moçarabismos encontrados não confirma que, partindo de Coimbra, “a «portugalização» linguística” tenha feito desaparecer rapidamente as formas idiomáticas primitivas, “de que apenas escassos vestígios se conservam na toponímia, a bem pequena distância do foco inovador”.¹⁸⁸⁷

De facto, a sobrevivência de todos estes topónimos, abrangendo um leque tipológico tão diversificado e prolongando-se, até ao presente, em regiões situadas muito para norte do Mondego — chegando até ao limite da linha hidrográfica do Douro, fronteira entre os Condados Portucalense e Conimbricense —, atesta e confirma a grande vitalidade e duração da presença moçárabe no antigo Território de Coimbra.

¹⁸⁸⁷ José Herculano de CARVALHO, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, cit., p. 168. Cf. também IDEM, *Coisas e Palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*, cit., p. 278-281.

ÍNDICES REMISSIVOS DOS TOPÓNIMOS

ESTUDADOS

ALFABÉTICO

- Abeçada*, 559**
***Abeçada, Lomba da*, 559**
***Abegão*, 480, 489**
***Abegões*, 480, 489**
***Abessada*, 559**
***Abessadas*, 559**
***Abetureiras*, 490**
***Abitureira*, 490**
***Abitureira, Lomba da*, 490**
***Abitureira, Pinhal da*, 490**
***Abitureira, Vale da*, 490**
***Aboadela*, 491**
***Abóbada*, 491**
***Aboboreiras*, 480, 492**
***Abraveia*, 489, 494**
***Abraveia, Marco de*, 489, 494**
***Abraveia, Póvoa de*, 489, 494**
***Abravezes*, 494**
***Abrizes, Currais de*, 219, 494**
***Abrunheiro, Vale*, 480, 494**
***Abrunhais, Várzea de*, 480, 494**
***Abrunhal*, 480, 494**
***Abrunhal, Barroco do Vale de*, 480, 494**
***Abrunhal, Quinta do*, 480, 494**
***Abrunheira*, 480, 494**
***Abrunheira, Lomba da*, 481, 495**
***Abrunheira, Vale da*, 481, 495**
***Abrunheiras*, 481, 495**
***Abrunheiro, Azenha do*, 481, 495**
***Abrunheiros*, 481, 495**
***Abrunhosa*, 481, 495**
***Abrunhosa do Mato*, 481, 495**
***Abrunhosa-a-Velha*, 481, 495**
***Abutra, Vale da*, 490**
***Abutre, Azenha do*, 490**
***Abutre, Azenha do Vale do*, 490**
***Abutre, Vale do*, 490**
***Achada*, 497**
***Achada do Cachinho*, 497**
***Achada do Pontão*, 497**
***Achada, Casais da*, 497**
***Achadas*, 497**
***Acubela*, 510**
***Adairas*, 346**
***Afonsim*, 219**
***Agodim*, 220, 498**
***Agodim, Ribeira de*, 220, 498**
***Aguaneiras*, 396**
***Aguim*, 498**
***Aguincheira*, 499**
***Aguincheira, Bouça da*, 499**
***Aguincho*, 499**
***Aído*, 343**
***Aído das Figueiras*, 343**
***Aído de Além*, 343**

- Aido de Baixo, 343**
Aido de Cabanas, 343
Aido de Cima, 343
Aido do Carvalho, 343
Aido do Meio, 343
Aidos, 343
Airas, 346
Aire, Mira de, 221, 346
Aire, Serra de, 221, 346
Aires, Vale de, 221, 346
Aivana, Quinta de, 348, 397
Aivão, 348
Alagoa, 500
Alagoa das Casas, 500
Alagoa das Talhas, 500
Alagoa, Póvoa da, 500
Alagoa, Quinta da, 500
Alagoa, Vale da, 500
Alagoas, 500
Alagoas, As, 500
Alagoas, Quinta das, 500
Alagoeira, 500
Alagoinhas, 500
Alameda, Quinta da, 357, 446
Álamos, 357, 446
Álamos, Quinta dos, 357, 446
Albandeira, 501
Albarqueira, 502
Albarqueira, Ribeira de, 502
Albarqueiro, Serra do, 502
Albarrada, 481, 504
Albarrol, 221, 504
Albarrol, Ribeiro de, 221, 505
Albitelhe, 226
Albofada, Mata da, 505
Alboi, 222, 385, 481, 505
Albugada, 505
Albugada, Quinta da, 505
Albutieira, Minas da, 490
Alcabideque, 381, 486, 506
Alcanadas, 507
Alcanadas, Ribeira das, 507
Alcangosta, 508
Alcaniz, Serra de, 507
Alcarnachal, 510
Alcoba, Macieira de, 510
Alcobaça, 511
Alcobaça, Évora de, 511
Alcobaça, Vale de, 511
Alcobe, 222, 510
Alcobela, 510
Alcofra, 512
Alcofra, Rio, 512
Alcogulhe, 222, 513
Alcogulhe de Cima, 222, 513
Alcouce, 237, 513
Alcoutia, 515
Alfagar, 381, 516
Alfaites, 223, 517
Alfarelos, 517
Alfarelos, Vale de, 517
Alfeiteiras, 517
Alfocheira, 518
Alfusqueiro, Rio, 519
Algraves, 519
Alguerre, 223, 519
Aljazedo, 223, 519
Aljubarrota, 519
Almalaguês, 446, 520
Almalho, 520
Almargem, 521
Almargem, Campo do, 521
Almargem, Ponte de, 521
Almargens, 521

- Almeirão, 524**
Almeirão, Casal do, 524
Alminde, Alto do, 524
Almo, Ribeira do, 357
Almoster, 525
Almoster, Ribeira de, 525
Alombada, 527
Alombada, Ribeira da, 527
Alpalhão, 527
Alpedide, Rua de, 223, 528
Alpedriz, 528
Alpendurada, 358, 529
Alpenduradas, Ladeira das, 358, 529
Alpossos, 531
Alqueidão, 532
Alqueidão da Serra, 532
Alqueidão das Cortes, 532
Alqueidão de Maças de D. Maria, 532
Alqueidão de Pussos, 532
Alqueidão, Matos de, 532
Alqueidão, Moinho de, 532
Alquetes, 539
Alte, Água de, 223
Alte, Ribeiro de Água de, 223
Alufinha, 532
Alvade, Beco do, 225, 348
Alvade, Campo de, 225, 348
Alvalade, 225, 483, 533
Alvangeiras, 561
Alvarelhos, 471
Alvarim, 225
Alveite Grande, 226
Alveite Pequeno, 226
Alveite, Lomba de, 226
Alvideira, Ribeiro da, 534
Alvite, 226
Alvite de Baixo, 226
Alvite de Cima, 226
Alvoeira, 561
Alvoeira, Ribeira de, 561
Alvogada, 505
Alvorge, 228, 534
Alvorge, Charneca do, 228, 534
Alvorge, Quinta do, 228, 534
Alvorge, Serra do, 228, 534
Alvorninha, 561
Amaral, 537
Ameias, Largo das, 534
Ameixeira, 535
Ameixeirinha, 535
Ameixeira, 535
Ameixieiraria ou Ameixeraria, 535
Ameixieiras, 535
Ameixieirinha, 535
Ameixiosa, 535
Ameixiosa, Serra da, 535
Ameixoeira, 535
Ameixoeiras, 535
Amoreira, 537
Amoreira Cimeira, 537
Amoreira da Gândara, 537
Amoreira de Repolão, 537
Amoreira de Sangalhos, 537
Amoreira Fundeira, 537
Amoreira, Rua da, 537
Amoreira, Santo Amaro da, 537
Amoreira, Travessa da, 537
Amoreiras, 537
Amoreiras, Rua das, 537
Amoreirinha, 537
Amorim, 537
Anadia, 540
Andrino, Casal, 397
Andrinos, 397

- Ante, Cabeça de, 228**
Antes, 228
Antim, Ponte de, 342
Antonino, Vale, 398
Antuzede, 229
Arazede, 231
Ardena, 399
Ardena, Rio, 399
Arinte, Quinta do, 231
Arnado, Largo do, 399
Arnais, 399
Arnal, 399
Arnas, 399
Arnas, Tebosa das, 399
Arneira, Casal da, 399
Arneirinho, 399
Arneiro, 399
Arneiro da Arruda, 399
Arneiro da Pereira, 399
Arneiro de Fora, 399
Arneiro de São João, 399
Arneiro de Sazes, 399
Arneiro do Cepo, 399
Arneiro do Pisão, 399
Arneiro do Tecelão, 399
Arneiro Tecelão, 399
Arneiro, Cabeço do, 399
Arneiro, Casal do, 399
Arneiro, Mina do, 399
Arneiro, Ribeira do, 399
Arneiro, Ribeiro do, 399
Arneiros, 399
Arneiros da Gafaria, 399
Arneiros da Mata, 399
Arneiros do Carvalhal, 399
Arneiros, Vale dos, 399
Arnela, 399
Arnelas, 399
Arnes, Costa de, 231, 399
Arnes, Quinta de, 231, 399
Arnoio, Rio, 399
Arnosa, 399
Arnosa, Póvoa da, 399
Arnosa, Ribeira da, 399
Arrabaças, 541
Arrabal, 541
Arraiola, 385, 448, 542
Arratoa, Outeiro da, 543
Arrebadal, 543
Arreçaião, Cimo do, 547
Arreçaião, Fundo do, 547
Arregaça de Baixo, 543
Arregaça de Cima, 543
Arregaça, Azenhas da, 544
Arregaça, Lomba da, 543
Arregada, 545
Arregada, Quinta da, 545
Arregadas, 545
Arribada, 385, 546
Arribadas, 385, 546
Arribança, 385, 546
Arrimal, 546
Arrimal, Lagoas do, 546
Arrimal, Serra do, 546
Arroça, 546
Arroça, Casal da, 546
Arroçada do Moinho, 546
Arroçada, Vale do, 547
Arroçadas, 547
Arrocha, 548
Arrocheiras, 548
Arrochela, Vale de, 548
Arroia, 385, 542
Arroio, Monte, 386, 542

- Arroios**, 386, 542
Arrota, 548
Arrota Nova, 548
Arrota Velha, 548
Arrota, Quinta, 548
Arrotas, 548
Arroteas, 548
Arroteia, 548
Arroteia Nova, 548
Arroteia, Vale da, 548
Arroteias, 548
Arroteias, Casal das, 548
Arrouta, Cabeço da, 548
Arruda, Arneiro da, 550
Arruelas, 551
Arruelas, Casal de, 551
Asnes, Ribeira de, 232
Asnes, Rio, 232
Assabuje, 233, 552
Assafarge, 552
Assamassa, 553
Assamassa, Ponte da, 553
Asseiceira, 553
Asseição, 553
Assequins, 233, 555
Ataboa, 556
Atalhada, 557
Atalhada, Serra da, 557
Atoleiro, 558
Atoleiro, Quinta do, 558
Avenais, Ribeira dos, 401
Avenal, 401
Avenal, Casais do, 401
Avenal, Casal do, 401
Avenal, Quinta do, 401
Avenida, 401
Avenida, 401
Avenida, Ribeira da, 401
Aveneira, Ribeira da, 401
Avessada, 559
Avessada de Baixo, 559
Avessada de Baixo, Vale de, 559
Avessada de Cima, 559
Avessada de Cima, Vale de, 559
Avessada, Quinta da, 559
Avial, 561
Avide, 560
Avinhó, 560
Avitouro, 490
Azevedim, 233
Bagaúste, 561
Balisque, 448, 483
Balixo, 376, 448, 483
Baliza, Direito da, 448, 483
Bandavizes, 568
Bandonages, 562
Barrins, 233
Barrins, Ponte de, 233
Batoquinho, 234
Beijós, Ribeira de, 563
Beire, 234
Belcouce, 236
Belide, 238
Belide, Mato de, 238
Belmonte, Quinta do, 238
Belmonte, Rua da Quinta do, 238
Benavente, 563
Bendafé, 564
Benedita, 403
Benfins, Rego de, 564
Bensaúde, 565
Bertelhe, 239
Beselga, 448
Beselga, Ribeira de, 448
Bolfinas, 445

- Bolim, Pinheiro do, 320**
Bordonhos, 565
Borracha, Vale da, 364
Borratena, Azenha da, 404
Bostelim, 239
Botão, 565
Botão, Pampilhosa do, 565
Botelha, 471
Botelhas, 471
Botelheira, Quinta da, 471
Botelheiras, 471
Bouce Guedim, Ribeira de, 240
Bouceguedim, 240
Bouchaneiras, Ribeira das, 436, 484
Boure, 242
Brasina, 405
Brazinas, Lomba das, 405
Brazinas, Moinho das, 405
Brejes, 242, 484, 487
Brejinho, 484, 487
Brejo, 484, 487
Brejo de Baixo, 484, 487
Brejo de Cima, 484, 487
Brejos, 484, 487
Brilhe, 243
Brite, 243
Burrel, Azenha do, 243
Burrel, Lomba do, 243
Burrel, Pinhal do, 243
Cabanes, 244
Cacheira, 350
Cachinho, Achada do, 350
Cagarrates, 245
Calde, 245
Caldures, 245
Calvaria, 449
Calvaria de Baixo, 449
Calvaria de Cima, 449
Calvaria, Ribeira de, 449
Calvarias, 449
Calvino, 405, 450
Calvino de Baixo, 405, 450
Cambres, 246
Camocho, 353
Campanas, 405
Campina, 405, 488
Campino, 405, 488
Campinos, 405, 488
Campizes, 248
Canais, 406
Canal, 406
Cananina, Quinta da, 445
Cantim, 249
Cantina, 407
Carapelhos, 358, 472
Carapetos, 358
Carapinha, 358
Carapinhal, 358
Carapinheira, 358
Carapinheira da Serra, 358
Caravela, Quinta da, 359
Carnide, 250
Carnide de Baixo, 250
Carnide de Cima, 250
Carnide do Meio, 250
Carnide, Ribeira de, 250
Carocho, 264, 361
Carocho, Fonte do, 264, 361
Carolino, Casal, 408
Cárquere, 364
Cárquere, Ribeira de, 364
Carracena, Ribeiro da, 408
Carrachana, 360, 408
Carrazede, 251

- Carrazede, Campos de, 251**
Carrizes, 252
Cartim, 252
Cartim, Bouça de, 252
Carvide, 253
Carvide, Casal do, 253
Carxana, 360, 408
Cascana, 408
Casconhe, 254
Caselhos, 472
Castel, Fornos de, 255
Castel, Quinta do, 255
Catarina, 409
Catarina, Póvoa da, 409
Catarina, Vale da, 409
Catarinões, 409
Catives, 256
Catives, Ponte de, 256
Catrino, 409
Cedrim, 256
Cernache, 365
Cernache, Quinta de, 365
Cernache, Ribeira de, 365
Cernache, Vila Nova de, 365
Cernache, Vila Pouca de, 365
Cerves, Vilar de, 257
Chanforrina, Quinta da, 445
Chelinho, 368
Chelo, 368
Chelo, Cabeço de, 368
Chiqueda de Baixo, 369
Chiqueda de Cima, 369
Chiqueiro, 369
Chiqueiro, Barroca do, 369
Chiqueiro, Costa do, 369
Choupana, 409
Choupanas, 409
Cimbres, 258
Cimbres, Ribeiro de, 258
Columbeira, 451
Columbeira, Vale da, 451
Constantina, 410
Contim, 249
Contina, Quinta da, 410
Corchos, Portela dos, 259, 370
Cornes, 260
Cornide, 260
Cortinas, 411
Coruche, Rua do, 261, 360
Corucho, 263, 360
Corucho da Pena Ruiva, 263, 360
Corvim, Quinta do, 265
Corvina, 411
Corvite, 266
Coselhas, 472
Coselhas, Ribeira de, 472
Costaneiras, 412
Cotorino, 413
Couce, Chão do, 237, 514
Couce, Foz do, 237, 514
Couce, Ribeira do, 237, 514
Couce, Vale, 237, 514
Couchel, 266, 370
Coudel, 267
Dacotim, 343
Daire, Castro, 221, 346
Daires, 221, 346
Darneiro, 399
Defesa, 381
Demochino, 353, 413
Doirique, 310, 569
Doirique, Azenha, 310, 569
Eidim, 268
Eimede, 268

- Escalos Cimeiros, 452**
Escalos do Meio, 452
Escalos Fundeiros, 452
Espadana, 414
Espadanal, 414
Espadanal, Pinhal do, 414
Espadanal, Quinta, 414
Espadanas, 414
Espadanedo, 414
Espadaneira, 414
Espadaneira, Fonte da, 414
Espertina, 414
Espertina, Quinta da, 414
Espertina, Rua da, 414
Espichel, Ponta do, 269
Espinhel, 269
Espinhel, Quinta do, 269
Espite, 270, 382
Espite, Matas de, 270, 382
Espite, Ribeiro de, 270, 382
Estevianas, 422
Fanadia, 270, 415
Fanadia, São Gregório da, 270, 415
Fanado, Beco do, 270, 415
Fanates ou Fanatos, 270, 382, 416
Faneco, 270, 416
Fanicas, 270, 416
Fanico, 270, 416
Faniqueira, 270, 416
Faniqueira, Casal da, 270, 416
Farripes, Pinhal de, 272
Farves, 272
Faustina, Casais da, 416
Favarrel, 273
Favarrelinho, 273
Febres, 273
Fenos, 416
Fermilhe, 273
Ferreirim, 274
Ferreirim de Baixo, 274
Ferreirim de Cima, 274
Ferreirim, Ribeiro de, 274
Ferrel, 275
Ferrel, Rio, 275
Ferronhe, 275
Foios, 389
Fonseca, 275
Fonsecas, Quinta das, 275
Fonsecas, Travessa das, 275
Fontanário, Largo do, 417
Fontanário, Rua do, 417
Fontanário, Travessa do, 417
Fontanas, 417
Formoselha, 473
Formoselha, Montes da, 473
Fornacho, Vale do, 370
Fornino, 371, 419
Francelha, 475
Francelheira, 475
Freixede, 277
Freixiana, 278, 419
Funais, 419
Gagim, 343
Gaiate, 278, 383
Galeana, 419
Galhano, 419
Galiana, 419
Galianos, 419
Galifães, 454
Galifonxe, 454, 484
Gardina, 420
Gardona, 420
Garruchas, 371
Garrucho, 371

- Gasel, 278**
Gasel, Ribeira de, 278
Germanelo, 361, 420
Germel, 279
Gerumelo ou **Juromelo, 361**
Gevim, 279
Gilde, 279
Gilde, Ribeira de, 279
Godeana, Moinhos da, 420
Godim, 220
Godins, 220
Gogim, 280
Goiana, 421
Goim, 220
Goins, Quinta de, 220
Goje, 280
Gola, 454
Golão, 454
Golas, 454
Gondelim, 281
Gondelim, Foz de, 281
Gondelim, Ribeiro de, 281
Gondim, 249
Gondim, Ribeiro, 249
Gordalina, Quinta da, 421
Gordelhas, Lage das, 475
Goujoim, 280
Goujoim, Ribeira de, 280
Goulinho, 455
Gourim, 282
Gourim, Minas de, 282
Gramatinhos, 383
Gramato, Marinha do, 383
Gramatos, Esteiro dos, 383
Gravanas, 422
Gualdim, 282
Guediche, 282
Guerres, 223
Guetim, 283
Hombres, 343
Hombres, Ribeira de, 343
Janafonso, 422
Janalvo, 422
Janarde, 283, 422
Janardo, 422
Janeanes, Serra de, 422
Janefonso, Vale de, 422
Janeia, Algar de, 424, 489
Janeia-a-Nova, 424, 489
Janeia-a-Velha, 424, 489
Janeira, 424
Janeira, Moinho da, 424
Janeiro de Baixo, 424
Janeiro de Cima, 424
Janeiro, Pé de, 424
Janela, Outeiro da, 424
Janela, Vale da, 424
Janelas, Quinta das, 424
Janes, Vale, 283, 422
Janes, Vale de, 283, 422
Janus, 422
Jerumelo, Monte de, 361
Joane, São, 422
Joaninho, 422
Joaninho, Quinta do, 422
Joaninho, São, 422
Joaninho, Vale, 422
Joanino, São, 422
Jonaverga, 422
Laborins, 283
Lafrana, 426
Lagarelhos, 476
Lalim, 284
Laniqueiro, 427

- Lazarim, 284**
Lemedede, 285
Lena, Rio, 427
Lobel, 287
Lobelhe do Mato, 287
Lomarim, 288
Loure, 289
Loure, São João de, 289
Lusianes, Póvoa de, 422
Machial, Vale do, 374
Magarim, 290
Malga, 446
Malga, Ribeira de, 446
Malguinha, Fonte da, 446
Mangues, 291
Mangues, Serra de, 291
Marçaninas, 427
Marcelim, 291
Maritona, 445
Marnel, Ribeira, 292
Marnel, Rio, 292
Marona, Vale do, 445
Marrel, A do, 293
Marroio, 385
Martel, Fonte de, 293
Martianas, 423
Martim Vaqueiro, 293
Martinel, 294
Massanetas, Vale das, 375, 428
Matrena, Charneca da, 384, 428
Matrena, Vale da, 384, 428
Meires, 295
Menina, Quebrada da, 428
Menina, Ribeira da, 428
Menino, Casal, 428
Menino, Vale da Lagoa do, 428
Mide, Ribeiro de, 295
Miel, 295
Mingacho, 375
Mingacho, Vale do, 375
Mingachos, 375
Mingachos, Vale de, 375
Minoinho, Chão, 430
Moacha, 376
Mocana, Vale da, 445
Mocha, 353
Mochico, 353
Mocho, 353
Mocho, Casal Vale de, 353
Mocho, Quinta do, 353
Mocho, Ribeira do, 353
Mocho, Vale do, 353
Mocho, Vila do, 353
Mochos, 353
Mochos, Quinta dos, 353
Mochos, Vale dos, 353
Moel, Ribeira de, 295
Moel, São Pedro de ou Muel, São Pedro de, 295
Moirim, 303
Moitanas, Azenha do Vale de, 430
Molães, 296, 455
Molaredo, 296, 455
Molareira, 296, 455
Molarinho, Quinta do, 455
Moleanos, 455
Moledo, 296, 455
Moledo, Caldas do, 455
Moledos, 455
Moledos, Alto dos, 455
Moleiras, 458
Molelinhos, 296, 455
Molelos, 296, 455
Moliana, 455

- Molianos**, 455
Mona, Vale, 430
Moncalva, 296
Monchorro, 297
Mondim, 298
Mondim da Beira, 298
Mondim de Cima, 298
Monforte, 298
Monforte, Ribeira de, 298
Moninho, 430
Moninho, Barroca do, 430
Moninho, Freí, 430
Moninho, Ribeira do, 430
Moninhos Cimeiros, 430
Moninhos Fundeiros, 430
Moninhos, Casal, 430
Monreal, 298
Monsanto, 299
Monsarros, Vila Nova de, 485
Monsul, Quinta do, 300
Montarroio, 386, 542
Morel ou **Mourel**, 300
Morelinho, Ribeira do, 300
Moreno, 431
Moreno, Rua do, 431
Morganiças, 432
Mortalina, 445
Mortazel, 301
Mortazel, Ribeira de, 301
Motes, 303
Mouchedo, 353
Mouchinha, 353
Mouquim, 303
Moure, 303
Moure da Madalena, 303
Moure, Montes de, 303
Moure, Ribeira de, 303
Mourilhe, 303
Mourilhe, Fontes de, 303
Mourilhe, Ribeira de, 303
Muchões, 353
Murtede, 305
Nave, 306
Nave, Quinta da, 306
Nave, Serra da, 306
Naves, 306
Nesperide, 309
Ninganas, 432
Ninganas, Barroca de, 432
Nodel, 309
Nodel, Ribeira de, 309
Olinas, Vale das, 432
Ourique, Campo de, 310, 569
Ourique, Campo de ou **Ourique**, Chão de, 310, 569
Ourique, Póvoa de Chão de, 310, 569
Ourique, Ribeiro de, 310, 569
Ourique, Vala de, 310, 569
Pai Viegas, 313
Painel, 313
Pala, 460
Palames, 343
Pano, Cavadas do, 433
Panóias, 433
Parrachil, 313
Pataiana, Casal da, 434
Peche, 314
Peche, Pinhal do, 314
Pechins, 314
Pedre, 314
Pedronhe, 314
Peixeninho, 445
Pelichos, 376, 448
Pelingrim, Vale de, 343

- Pelomes, 343**
Penegacha, Quinta da, 354
Penha Amarela, 478
Penha Amarela ou Penha d' Águia, 478
Penha da Cabra, 478
Penhascosa, 478
Peniche, 315
Peniche de Cima, 315
Peniche, Casal do, 315
Penicheiro, Casal do, 315
Penim, 316
Penozim, 316
Penude, 316
Penude de Baixo, 316
Penude, Serra de, 316
Pepim, 316, 435
Pepim, Moinhos de, 316, 435
Pepinos de Cima, Quinta dos, 435
Pepinos, Quinta dos, 435
Pernelhas, 476
Perrim, Vale, 343
Picacinos, 435
Pichel, Cabeço do, 269
Picotes, 317
Pilada, Quinta da, 462
Pilado, 462
Pilado, Guarda do, 462
Pingarelhos, 476
Plainada, 349, 355
Plaino, 349, 355
Plaino da Gardona, 349, 355, 420
Pochana, 436
Poiars, Milheirós de, 390
Poiars, Vila Nova de, 390
Poio, 390
Poio do Meio, 390
Poio Velho, 390
Poio, Monte do, 390
Poio, Pinhal do, 390
Poio, Serra do ou Poio, Monte do, 390
Poio, Vale do, 390
Poios, 390
Poios de Baixo, 390
Poios, Azenha dos, 390
Poios, Barroca dos, 390
Poios, Cabeço dos, 390
Pondres, 317
Porcelhe, 318
Portacho, 377
Portel, 318
Portelanos, 436
Portinos, Quinta dos, 436
Pouchana, 436
Poupins, Azenha dos, 319
Poutena, 436
Rabachinho, Cabeço do, 377
Rebolim, 320
Recachos, 356
Rechico, 321, 380
Recochina, 437
Reconchina, 437
Reconchinas, Cova das, 437
Redondel, 322
Relves, 322
Renelas, Quinta das, 437
Repeses, 323
Repeses, Ribeira de, 323
Reveles, 324
Reveles, Campo de, 324
Ribeles, 324
Ripas, Rua de Sub-, 384
Ripas, Vale de, 384
Rochel, 325

- Rochel**, *Ribeiro de*, 325
Rocim, *Vale de*, 325
Rolão, *Casal do*, 463
Rolão, *Vale do*, 463
Roliça, 393
Rolim, *Casal do*, 325, 463
Rolinas, 395, 437
Rolo, *Casal do*, 463
Ronde, 326
Rosmaninhal, 437
Rosmaninho, 437
Saiano, 438
Salabardo, 463
Salaborda, 463
Salaborda Nova, 463
Salaborda Velha, 463
Salão, 463
Sales, 326, 463
Salinha, 463
Salinha, *Pinhal do*, 463
Salir, 465
Salir de Matos, 465
Salir do Porto, 465
Salir, *Casais de*, 465
Salir, *Moinho de*, 465
Samel, 327
Samil, 327
Samorim, 327
Sampiel, 343
Sancheleiros, *Quinta de*, 368
Sandim, 328
Santins, 329
Sarcina, 439
Sarnes, *Macieira de*, 329
Sarradel, 329
Sarzede, 330
Segade, 332
Sendim, 328
Senhorim, 332
Senhorim, *Canas de*, 332
Sepins, 333
Serém, 333
Sernelha, 477
Serpel, 334
Serpins, 334
Serrabina, 439
Serrana, 439
Serrana, *Casa*, 439
Serrana, *Quinta da*, 439
Serrano, 439
Serrano, *Forno do*, 439
Serrano, *Pinhal*, 439
Serrano, *Vale*, 439
Serraquim, 343
Serrazina, 440
Serves, *Vale de*, 257
Sevelha, 478
Sinhel, *Ribeira do*, 334
Sobrelha, *Esteiro da*, 477
Tabolado, *Campo do*, 466
Tabuleiro, 466
Tagim, 335
Taipa, 349
Taipa de Baixo, 349
Taipa de Cima, 349
Taipa, *Quinta da*, 349
Taipa, *Vale de*, 349
Taipal, *Quinta do*, 349
Taipas, *Ribeiro das*, 349
Taipinas, 349, 441
Talas, *Lagoa das*, 468
Talasnal, 468
Tales, 335, 468
Talisca, 468

- Talisca, Ponte, 468**
Taliscas, 468
Taliscas, Azenha das, 468
Talos, 468
Tanhel, 335
Tarelhos, 477
Tarolos, 469
Tavarede, 335
Taveiro, 469
Telhe, 336
Telhe, Monte de, 336
Telhe, Ponte de, 336
Telhe, Ribeira de, 336
Términas, 441
Tevianas, 422
Tocha, 377
Tocha, Lagoa da, 377
Tocha, Palheiros da, 377
Tourelhe, 336
Tovim de Baixo, 337
Tovim de Cima, 337
Tovim do Meio, 337
Trapiche, Cais de, 379
Treixede, 337
Trémola de Baixo, 470
Trémola de Cima, 470
Trena, 441
Trevim, Alto do, 338
Trevim, Castelo do, 338
Turina, Quinta da, 442
Turquel, 338
Turquel, Alto de, 338
Urcinas, 443
Urzelhe, 339
Urzelhe, Ribeiro de, 339
Valdiganos, 443
Valmeirim, 339
Varezina, 443
Varzealina, 443
Varzena, 443
Varzina, 443
Varzinas, 443
Veade, 340
Velide, 238
Verdemilho, 340
Verride, 340
Viegas, 565
Viegas, Carrasqueiral de, 565
Viegas, Casal, 565
Viegas, Castelo, 565
Viegas, Pai, 565
Viegas, Vale de, 565
Vigues, Ponte de, 341
Vigues, Rio, 341
Vil de Ferreiros, 341
Vil de Matos, 341
Vil de Moinhos, 341
Vil de Souto ou Vil de Soito, 342
Vinagre, Cabeço do, 444
Vinagre, Quinta do, 444
Vinagre, Vale de, 444
Vinagreiro, Casal, 444
Vinagres, 444
Vinagres, Ribeiro dos, 444
Vincemelha, 478
Vinhel, Vale, 342
Zaianas, 438, 486

GEOGRÁFICO

Águeda

Alagoa, 500
Alagoa, Quinta da, 500
Alcoba, Macieira de, 510
Alcobela, 510
Alombada, 527
Alombada, Ribeira da, 527
Alte, Água de, 223
Alvarim, 225
Arrota Velha, 548
Arrota, Quinta, 548
Assequins, 233, 555
Atalhada, 557
Espinhel, 269
Marnel, Rio, 292
Moninho, Frei, 430
Serém, 333
Serpel, 334

Águeda / Oliveira de Frades / Sever do
Vouga / Vouzela

Alfusqueiro, Rio, 519

Albergaria-a-Velha

Almalho, 520
Almargem, Campo do, 521
Arrota Velha, 548
Arrotas, 548
Arroteias, 548
Caselhos, 472
Fonseca, 275
Loure, 289
Loure, São João de, 289
Mocana, Vale da, 445
Mouquim, 303
Salão, 463

Serrana, 439

Alcobaça

Abegão, 480, 489
Alagoa, 500
Alagoa das Talhas, 500
Alcobaça, 511
Alcobaça, Évora de, 511
Aljubarrota, 519
Alpedriz, 528
Alqueidão, 532
Arneiro, 399
Arroteia Nova, 548
Benedita, 403
Chiqueda de Baixo, 369
Chiqueda de Cima, 369
Corchos, Portela dos, 259, 370
Espadaneira, Fonte da, 414
Mangues, 291
Mangues, Serra de, 291
Marçaninas, 427
Molianos, 455
Pilado, 462
Rebolim, 320
Ripas, Vale de, 384
Talas, Lagoa das, 468
Taveiro, 469
Turquel, 338
Turquel, Alto de, 338

Alvaiázere

Almoster, 525
Almoster, Ribeira de, 525
**Alqueidão de Maçãs de D. Maria,
532**
Alqueidão de Pussos, 532

- Ameixeira, 535**
Asseiceira, 553
Botelha, 471
Campino, 405, 488
Gramatinhos, 383
Janafonso, 422
Janalvo, 422
Pechins, 314
- Anadia
- Aguim, 498**
Aido, 343
Alpalhão, 527
Ameixoeiras, 535
Amoreira da Gândara, 537
Amoreira de Sangalhos, 537
Anadia, 540
Arneiro, 399
Arrota, 548
Arroteia, 548
Barrins, Ponte de, 233
Mocho, Vila do, 353
Monsarros, Vila Nova de, 485
Poutena, 436
Samel, 327
Taipa, 349
- Ansião
- Abrunheira, Vale da, 481, 495**
Abrunheiras, 481, 495
Alagoa, 500
Albarrol, 221, 504
Albarrol, Ribeiro de, 221, 505
Aljazedo, 223, 519
Alqueidão, 532
Alqueidão, Matos de, 532
Alvorge, 228, 534
Alvorge, Charneca do, 228, 534
Alvorge, Quinta do, 228, 534
- Ameixeira, 535**
Ameixeira, 535
Avessada de Baixo, 559
Avessada de Baixo, Vale de, 559
Avessada de Cima, 559
Avessada de Cima, Vale de, 559
Catarina, 409
Choupana, 409
Constantina, 410
Corvina, 411
Fornino, 371, 419
Freixiana, 278, 419
Martim Vaqueiro, 293
Perrim, Vale, 343
Poio do Meio, 390
Poios, 390
Poios de Baixo, 390
Portelanos, 436
Reconchinas, Cova das, 437
Serrabina, 439
Serrano, Forno do, 439
Viegas, Casal, 565
- Ansião / Soure
- Alvorge, Serra do, 228, 534**
- Arganil
- Abitureira, Pinhal da, 490**
Abrunhal, Barroco do Vale de, 480, 494
Abrunheira, 480, 494
Alagoa, 500
Alagoas, 500
Alte, Água de, 223
Alvarim, 225
Arroça, 546
Arroça, Casal da, 546
Burrel, Azenha do, 243
Burrel, Lomba do, 243

Burrel, Pinhal do, 243
Carapinhal, 358
Couce, Foz do, 237, 514
Poio, Pinhal do, 390
Rochel, 325
Rochel, Ribeiro de, 325
Saiano, 438
Salão, 463
Salinha, Pinhal do, 463
Sarcina, 439
Taliscas, Azenha das, 468

Armamar

Alcouce, 237, 513
Brite, 243
Cantina, 407
Carrizes, 252
Cimbres, 258
Contim, 249
Galeana, 419
Gogim, 280
Goujoim, 280
Goujoim, Ribeiro de, 280
Joanino, São, 422
Mocho, Quinta do, 353

Armamar / Tarouca

Cimbres, Ribeiro de, 258

Arouca

Abitureira, 490
Abrunhal, 480, 494
Aido, 343
Aido de Cima, 343
Alagoa, 500
Alagoas, 500
Alvite de Baixo, 226
Alvite de Cima, 226
Ameixieira, 535
Ardena, Rio, 399

Arreçaião, Cimo do, 547
Arreçaião, Fundo do, 547
Arroteia, 548
Aveneira, 401
Aveneira, Ribeira da, 401
Avessada, Quinta da, 559
Belide, 238
Belide, Mato de, 238
Bouce Guedim, Ribeira de, 240
Bouceguedim, 240
Cerves, Vilar de, 257
Chiqueiro, 369
Cornes, 260
Corucho da Pena Ruiva, 263, 360
Eidim, 268
Gola, 454
Gondim, 249
Gondim, Ribeiro, 249
Janarde, 283, 422
Penha Amarela, 478
Pondres, 317
Ronde, 326
Santins, 329
Tanhel, 335
Telhe, 336
Telhe, Monte de, 336
Telhe, Ponte de, 336
Telhe, Ribeira de, 336

Aveiro

Alboi, 222, 385, 481, 505
Arneiros, 399
Arnelas, 399
Arrocheiras, 548
Arrota Nova, 548
Arrotas, 548
Arroteias, 548
Carapinha, 358

- Carocho**, 264, 361
Carocho, *Fonte do*, 264, 361
Corvim, *Quinta do*, 265
Gramato, *Marinha do*, 383
Gramatos, *Esteiro dos*, 383
Maritona, 445
Marona, *Vale do*, 445
Moacha, 376
Pano, *Cavadas do*, 433
Parrachil, 313
Taipa, 349
Verdemilho, 340
- Batalha
Alcanadas, 507
Alcanadas, *Ribeira das*, 507
Calvaria de Baixo, 449
Calvaria, *Ribeira de*, 449
Costaneiras, 412
Faniqueira, 270, 416
Faniqueira, *Casal da*, 270, 416
Garruchas, 371
- Batalha / Leiria / Porto de Mós
Lena, *Rio*, 427
- Bombarral
Arneira, *Casal da*, 399
Avenal, *Casais do*, 401
Columbeira, 451
Columbeira, *Vale da*, 451
Rolão, *Casal do*, 463
Rolão, *Vale do*, 463
Roliça, 393
- Caldas da Rainha
Abrunheira, 480, 494
Achada, *Casais da*, 497
Almeirão, *Casal do*, 524
Alqueidão, 532
Alvorninha, 561
- Arroteias**, 548
Arroteias, *Casal das*, 548
Avenal, 401
Carvide, *Casal do*, 253
Fanadia, 270, 415
Fanadia, *São Gregório da*, 270, 415
Faustina, *Casais da*, 416
Menina, *Quebrada da*, 428
Peniche, *Casal do*, 315
Salir, 465
Salir de Matos, 465
Salir do Porto, 465
Salir, *Casais de*, 465
Salir, *Moinho de*, 465
- Caldas da Rainha / Óbidos
Arnoio, *Rio*, 399
- Cantanhede
Alagoa, 500
Alfeiteiras, 517
Ameixoeira, 535
Ameixoeiras, 535
Arneirinho, 399
Arneiro do Tecelão, 399
Arneiro, *Ribeira do*, 399
Arneiros, 399
Arrotas, 548
Baliza, *Direito da*, 448, 483
Barrins, 233
Campanas, 405
Catarinões, 409
Espadana, 414
Faneco, 270, 416
Febres, 273
Fenos, 416
Jerumelo, *Monte de*, 361
Lemedede, 285
Martel, *Fonte de*, 293

- Murtede, 305**
Recachos, 356
Sepins, 333
Taipinas, 349, 441
Tarelhos, 477
Tocha, 377
Tocha, Lagoa da, 377
Tocha, Palheiros da, 377
Zaianas, 438, 486
- Carregal do Sal
Aido, 343
Aido de Cabanas, 343
Alagoa, 500
Alagoas, 500
Alvarelhos, 471
Alvogada, 505
Arnosa, Póvoa da, 399
Carxana, 360, 408
Demochino, 353, 413
Jonaverga, 422
Recochina, 437
- Castanheira de Pêra
Ameixeira, 535
Botelha, 471
Botelhas, 471
- Castelo de Paiva
Aido, 343
Arnela, 399
Boure, 242
Corvite, 266
Gilde, 279
Gilde, Ribeira de, 279
Gondim, 249
Moirim, 303
Monchorro, 297
Mouchedo, 353
Rosmaninho, 437
- Taipa, 349**
Tales, 335, 468
- Castro Daire
Aguincho, 499
Aido, 343
Alagoa, 500
Alagoa das Casas, 500
Alte, Água de, 223
Alte, Ribeiro de Água de, 223
Cascana, 408
Daire, Castro, 221, 346
Gardona, 420
Joaninho, São, 422
Mochico, 353
Moledo, 455
Naves, 306
Peixeninho, 445
Pepim, 316, 435
Plaino da Gardona, 349, 355, 420
Varzealina, 443
- Cinfães
Aido, 343
Aidos, 343
Albandeira, 501
Ardena, 399
Arroteia, 548
Avitouro, 490
Botelheiras, 471
Calde, 245
Casconhe, 254
Caselhos, 472
Chelo, 368
Espadanal, 414
Espadanedo, 414
Goins, Quinta de, 220
Goje, 280
Lagarelhos, 476

- Marcelim**, 291
Morelinho, *Ribeira do*, 300
Mourilhe, 303
Ourique, *Ribeiro de*, 310, 569
- Coimbra
Abrunheira, 480, 494
Acubela, 510
Albugada, 505
Albugada, *Quinta da*, 505
Alcoutia, 515
Almalaguês, 446, 520
Almeirão, 524
Alminde, *Alto do*, 524
Alpedide, *Rua de*, 223, 528
Alpendurada, 358, 529
Alpenduradas, *Ladeira das*, 358, 529
Alvade, *Beco do*, 225, 348
Alvade, *Campo de*, 225, 348
Alvalade, 225, 483, 533
Ameias, *Largo das*, 534
Amoreira, *Rua da*, 537
Amoreira, *Travessa da*, 537
Amoreiras, *Rua das*, 537
Antuzede, 229
Arnado, *Largo do*, 399
Arneiro, 399
Arregaça de Baixo, 543
Arregaça de Cima, 543
Arregaça, *Lomba da*, 543
Arrocha, 548
Arroios, 386, 542
Arroteia, 548
Arroteias, 548
Assafarge, 552
Avial, 561
Belcouce, 236
Belmonte, *Quinta do*, 238
Belmonte, *Rua da Quinta do*, 238
Benfins, *Rego de*, 564
Bostelim, 239
Botão, 565
Brejo, 484, 487
Cagarrates, 245
Carapinheira da Serra, 358
Cernache, 365
Cernache, *Quinta de*, 365
Cernache, *Ribeira de*, 365
Cernache, *Vila Nova de*, 365
Cernache, *Vila Pouca de*, 365
Chanforrina, *Quinta da*, 445
Choupanas, 409
Coruche, *Rua do*, 261, 360
Coselhas, 472
Coselhas, *Ribeira de*, 472
Espadanal, 414
Espadaneira, 414
Espertina, 414
Espertina, *Quinta da*, 414
Espertina, *Rua da*, 414
Fanado, *Beco do*, 270, 415
Fonsecas, *Quinta das*, 275
Fonsecas, *Travessa das*, 275
Fontanário, *Largo do*, 417
Fontanário, *Rua do*, 417
Fontanário, *Travessa do*, 417
Freixede, 277
Joaninho, 422
Joaninho, *Vale*, 422
Malga, 446
Malga, *Ribeira de*, 446
Matrena, *Charneca da*, 384, 428
Molarinho, *Quinta do*, 455
Montarroio, 386, 542

- Moreno, Rua do, 431**
Panóias, 433
Rebolim, 320
Ripas, Rua de Sub-, 384
Taveiro, 469
Tovim de Baixo, 337
Tovim de Cima, 337
Tovim do Meio, 337
Trémola de Baixo, 470
Trémola de Cima, 470
Varzena, 443
Varzina, 443
Viegas, Castelo, 565
Vil de Matos, 341
- Coimbra / Miranda do Corvo
Gasel, Ribeira de, 278
- Condeixa-a-Nova
Albofada, Mata da, 505
Alcabideque, 381, 486, 506
Alcouce, 237, 513
Ameixeira, 535
Ameixieira, 535
Arneiro, 399
Ataboa, 556
Avenal, 401
Avessada, 559
Belide, 238
Bendafé, 564
Campizes, 248
Castel, Fornos de, 255
Cotorino, 413
Godeana, Moinhos da, 420
Janeanes, Serra de, 422
Janes, Vale de, 283, 422
Peche, 314
Rolinas, 395, 437
Serrazina, 440
- Espinho
Guetim, 283
Mocho, 353
Mocho, Ribeira do, 353
Sales, 326, 463
- Estarreja
Campinos, 405, 488
Carapinheira, 358
Rechico, 321, 380
Términas, 441
- Figueira da Foz
Abetureiras, 490
Abrunheira, 480, 494
Alfarelos, Vale de, 517
Aljazedo, 223, 519
Alqueidão, 532
Amoreira, 537
Amoreira, Santo Amaro da, 537
Arneiro, 399
Arneiro da Arruda, 399
Arneiro de Fora, 399
Arneiro de São João, 399
Arneiro de Sazes, 399
Arneiro Tecelão, 399
Arneiro, Ribeira do, 399
Arneiros, 399
Arroçadas, 547
Arroia, 385, 542
Arruda, Arneiro da, 550
Arruelas, 551
Arruelas, Casal de, 551
Asseição, 553
Calvino, 405, 450
Calvino de Baixo, 405, 450
Eimede, 268
Fanates ou Fanatos, 270, 382, 416
Lafrana, 426

- Moleiras, 458**
Reveles, 324
Reveles, Campo de, 324
Sevelha, 478
Tavarede, 335
Trapiche, Cais de, 379
- Figueiró dos Vinhos
Abitureira, 490
Abrunheira, 480, 494
Abrunheiro, Azenha do, 481, 495
Brejo, 484, 487
Brejos, 484, 487
Carapinhal, 358
Couce, Chão do, 237, 514
Janeiro, Pé de, 424
Miel, 295
Mocha, 353
Mona, Vale, 430
Moninhos Cimeiros, 430
Moninhos Fundeiros, 430
- Góis
Alagoa, 500
Alagoas, As, 500
Arrabaças, 541
Carapinhal, 358
Estevianas, 422
Rabachinho, Cabeço do, 377
Sandim, 328
Sinhel, Ribeira do, 334
Talisca, Ponte, 468
Varezina, 443
- Lamego
Aboadela, 491
Abrunhais, Várzea de, 480, 494
Álamos, 357, 446
Alqueidão, 532
Alquetes, 539
- Amoreira, 537**
Amoreiras, 537
Arneiros, 399
Arregadas, 545
Atoleiro, Quinta do, 558
Bagaúste, 561
Bolfinas, 445
Cambres, 246
Canal, 406
Ferreirim, 274
Ferreirim de Baixo, 274
Ferreirim de Cima, 274
Goiana, 421
Gondim, 249
Guediche, 282
Lalim, 284
Lazarim, 284
Molães, 455
Moledo, 455
Moledo, Caldas do, 455
Mondim, 298
Monsul, Quinta do, 300
Penim, 316
Portel, 318
Reconchina, 437
Tabolado, Campo do, 466
Valmeirim, 339
Viegas, 565
Viegas, Carrasqueiral de, 565
- Lamego / Resende
Poio, Serra do ou Poio, Monte do, 390
- Leiria
Abrizes, Currais de, 219, 494
Agodim, 220, 498
Agodim, Ribeira de, 220, 498
Alcogulhe, 222, 513

Alcogulhe de Cima, 222, 513
Alfaites, 223, 517
Alqueidão, 532
Alqueidão das Cortes, 532
Alvangeiras, 561
Ameixoeira, 535
Amoreira, 537
Andrino, Casal, 397
Andrinos, 397
Arnais, 399
Arnal, 399
Arneiro, 399
Arneiro da Pereira, 399
Arneiro, Casal do, 399
Arneiros, 399
Arrabal, 541
Arroteia, 548
Arroteia, Vale da, 548
Bouchaneiras, Ribeira das, 436, 484
Brejo, 484, 487
Campinos, 405, 488
Canais, 406
Carnide, 250
Carolino, Casal, 408
Carvide, 253
Catarina, Vale da, 409
Corucho, 263, 360
Francelheira, 475
Godim, 220
Gordalina, Quinta da, 421
Janardo, 422
Martinel, 294
Mocho, Casal Vale de, 353
Mochos, Vale dos, 353
Moleanos, 455
Morganiças, 432
Ourique, Campo de, 310, 569

Pataiana, Casal da, 434
Pernelhas, 476
Pilada, Quinta da, 462
Pingarelhos, 476
Pochana, 436
Serves, Vale de, 257
Talos, 468
Vinagre, Quinta do, 444
Vinagreiro, Casal, 444

Lousã

Abitureira, Lomba da, 490
Abitureira, Vale da, 490
Aires, Vale de, 221, 346
Alfocheira, 518
Alveite Pequeno, 226
Alveite, Lomba de, 226
Arinte, Quinta do, 231
Arneiro, 399
Arneiro, Cabeço do, 399
Arneiro, Ribeira do, 399
Arneiro, Ribeiro do, 399
Avessada, 559
Chiqueiro, 369
Gevim, 279
Godins, 220
Menina, Ribeira da, 428
Mingachos, 375
Mingachos, Vale de, 375
Serpins, 334
Talasnal, 468
Trevim, Alto do, 338
Trevim, Castelo do, 338

Mangualde

Abrunhosa, 481, 495
Abrunhosa do Mato, 481, 495
Abrunhosa-a-Velha, 481, 495
Aivana, Quinta de, 348, 397

- Alagoas, Quinta das, 500**
Arregada, 545
Arregada, Quinta da, 545
Avenal, Quinta do, 401
Avinhó, 560
Espadanal, Pinhal do, 414
Janela, Outeiro da, 424
Joaninho, Quinta do, 422
Lobelhe do Mato, 287
Mochos, Quinta dos, 353
Moledo, 455
Moledos, Alto dos, 455
Mourilhe, 303
Mourilhe, Fontes de, 303
Mourilhe, Ribeira de, 303
Rosmaninhal, 437
- Marinha Grande
Moel, Ribeira de, 295
Moel, São Pedro de ou Muel, São Pedro de, 295
Picacinos, 435
Pilado, 462
Pilado, Guarda do, 462
- Mealhada
Abitureira, 490
Alagoa, Vale da, 500
Antes, 228
Arnal, 399
Botão, Pampilhosa do, 565
Brejo, 484, 487
Vinagre, Vale de, 444
Vinhel, Vale, 342
- Mira
Aboboreiras, 480, 492
Ameixieira, 535
Arneiro, 399
Carapelhos, 358, 472
- Salão, 463**
Miranda do Corvo
Alagoas, 500
Albarrol, 221, 504
Arneiros, 399
Arroteia, 548
Carapinhal, 358
Gaiate, 278, 383
Gasel, 278
Monforte, 298
Monforte, Ribeira de, 298
Pai Viegas, 313
Segade, 332
Urzelhe, 339
Urzelhe, Ribeiro de, 339
Viegas, Pai, 565
- Moimenta da Beira
Alvite, 226
Nave, Quinta da, 306
Nave, Serra da, 306
- Montemor-o-Velho
Abrunheira, 480, 494
Achadas, 497
Aido, 343
Alagoa, 500
Alcarnachal, 510
Arazede, 231
Arneiro, 399
Arneiro do Cepo, 399
Arneiros, 399
Arribança, 385, 546
Arroia, 385, 542
Arroio, Monte, 386, 542
Arroteia, 548
Botelha, 471
Carapetos, 358
Carapinheira, 358

Contina, Quinta da, 410
Formoselha, 473
Formoselha, Montes da, 473
Ourique, Campo de, 310, 569
Palames, 343
Pelichos, 376, 448
Reveles, 324
Taipal, Quinta do, 349
Treixede, 337
Verride, 340

Mortágua

Arrebadal, 543
Carapinhal, 358
Darneiro, 399
Fornacho, Vale do, 370
Mortazel, 301
Mortazel, Ribeira de, 301
Pala, 460
Pelingrim, Vale de, 343
Sampiel, 343
Tabuleiro, 466

Murtosa

Arregaça, Azenhas da, 544
Arrota Nova, 548
Arrotas, 548
Penhascosa, 478
Sobrelha, Esteiro da, 477
Trena, 441

Nazaré

Mouchinha, 353

Nelas

Abrunhal, Quinta do, 480, 494
Alameda, Quinta da, 357, 446
Beijós, Ribeira de, 563
Lusianes, Póvoa de, 422
Malguinha, Fonte da, 446
Mocho, 353

Mochos, 353
Moledo, 455
Senhorim, 332
Senhorim, Canas de, 332

Óbidos

Amoreira, 537
Arneiro, Mina do, 399
Arneiros, 399
Arroteias, 548
Avenal, Casal do, 401
Botelheira, Quinta da, 471
Brejos, 484, 487
Espichel, Ponta do, 269
Janela, Vale da, 424
Janelas, Quinta das, 424
Rolim, Casal do, 325, 463
Rolo, Casal do, 463

Oliveira de Azeméis

Aguincheira, 499
Aido de Além, 343
Aido de Baixo, 343
Aido de Cima, 343
Aido do Carvalho, 343
Aido do Meio, 343
Alcouce, 237, 513
Arribada, 385, 546
Arrota, 548
Avenal, 401
Fermilhe, 273
Gagim, 343
Samil, 327
Sarnes, Macieira de, 329
Taipa, 349
Taipa de Baixo, 349
Taipa de Cima, 349

Oliveira de Frades

Aidos, 343

- Alagoa, 500**
Bandonages, 562
Catarina, 409
Couce, Vale, 237, 514
Francelha, 475
Joane, São, 422
Pedre, 314
Porcelhe, 318
Taipas, Ribeiro das, 349
- Oliveira do Bairro
Abrunheira, 480, 494
Alagoa, 500
Amoreira, 537
Amoreira de Repolão, 537
Benavente, 563
Chiqueiro, 369
Febres, 273
Funais, 419
Plainada, 349, 355
Salão, 463
- Oliveira do Hospital
Abessada, 559
Abrunheira, 480, 494
Assamassa, 553
Avessada, 559
Batoquinho, 234
Borracha, Vale da, 364
Espadanal, Quinta, 414
Farripes, Pinhal de, 272
Gola, 454
Goulinho, 455
Marrel, A do, 293
Matrena, Vale da, 384, 428
Mocho, Vale do, 353
Moledos, 455
Peché, Pinhal do, 314
Ribeles, 324
- Rocim, Vale de, 325**
Salinha, 463
Taipa, Quinta da, 349
Talisca, 468
- Ovar
Avenida, 401
Brejo, 484, 487
Espadaneira, 414
Molaredo, 455
Serrazina, 440
Taipa, 349
- Pampilhosa da Serra
Abrunheiro, Vale, 480, 494
Abrunheiros, 481, 495
Abutra, Vale da, 490
Abutre, Azenha do, 490
Abutre, Azenha do Vale do, 490
Abutre, Vale do, 490
Alagoas, As, 500
Amoreira Cimeira, 537
Amoreira Fundeira, 537
Amoreirinha, 537
Antonino, Vale, 398
Balixo, 376, 448, 483
Brazinas, Lomba das, 405
Brazinas, Moinho das, 405
Brejes, 242, 484, 487
Brejo de Baixo, 484, 487
Brejo de Cima, 484, 487
Brejos, 484, 487
Camocho, 353
Chiqueiro, 369
Chiqueiro, Barroca do, 369
Galianos, 419
Golas, 454
Janeiro de Baixo, 424
Janeiro de Cima, 424

- Machial, Vale do, 374**
Moninho, 430
Moninho, Barroca do, 430
Moninho, Ribeira do, 430
Olinas, Vale das, 432
Poio, 390
Poios, Azenha dos, 390
Poios, Barroca dos, 390
Poios, Cabeço dos, 390
Varzinas, 443
Vinagre, Cabeço do, 444
- Pedrógão Grande
Abrunheira, Lomba da, 481, 495
Alagoa, 500
Alagoas, 500
Ameixoeira, 535
Bolim, Pinheiro do, 320
Brasina, 405
Couce, Ribeira do, 237, 514
Escalos Cimeiros, 452
Escalos do Meio, 452
Escalos Fundeiros, 452
Mingacho, 375
Mingacho, Vale do, 375
Nodel, 309
Nodel, Ribeira de, 309
Salaborda, 463
Salaborda Nova, 463
Salaborda Velha, 463
Tevianas, 422
- Penacova
Alagoa, 500
Alagoa, Vale da, 500
Albarqueira, 502
Albarqueira, Ribeira de, 502
Albarqueiro, Serra do, 502
Arroçada, Vale do, 547
- Arrochela, Vale de, 548**
Arroteia, 548
Atalhada, 557
Atalhada, Serra da, 557
Caldures, 245
Chelinho, 368
Chelo, 368
Chelo, Cabeço de, 368
Cornide, 260
Galhano, 419
Galiana, 419
Gondelim, 281
Gondelim, Foz de, 281
Gondelim, Ribeiro de, 281
Hombres, 343
Hombres, Ribeira de, 343
Laborins, 283
Sernelha, 477
- Penalva do Castelo
Abegões, 480, 489
Alagoas, 500
Assabuje, 233, 552
Brilhe, 243
Campina, 405, 488
Goje, 280
Moninhos, Casal, 430
Pepim, Moinhos de, 316, 435
Poupins, Azenha dos, 319
- Penedono
Beselga, 448
Beselga, Ribeira de, 448
Defesa, 381
Portinos, Quinta dos, 436
- Penela
Abeçada, Lomba da, 559
Alfagar, 381, 516
Ante, Cabeça de, 228

- Brejo**, 484, 487
Chiqueiro, *Costa do*, 369
Coudel, 267
Fanicas, 270, 416
Fanico, 270, 416
Germanelo, 361, 420
Germel, 279
Gerumelo ou **Juromelo**, 361
Janeia, *Algar de*, 424, 489
Janeia-a-Nova, 424, 489
Janeia-a-Velha, 424, 489
Janeira, 424
Ninganas, 432
Ninganas, *Barroca de*, 432
Ourique, *Campo de* ou **Ourique**,
Chão de, 310, 569
Ourique, *Póvoa de Chão de*, 310,
 569
Pelomes, 343
Portacho, 377
Taliscas, 468
Turina, *Quinta da*, 442
Urcinas, 443
- Peniche
Alagoa, 500
Alagoeira, 500
Arneiros, 399
Arneiros, *Vale dos*, 399
Carnide, 250
Ferrel, 275
Ferrel, *Rio*, 275
Painel, 313
Peniche, 315
Peniche de Cima, 315
Penicheiro, *Casal do*, 315
- Pombal
Achadas, 497
- Alqueidão**, 532
Ameixeira, 535
Ameixeiraria ou **Ameixeraria**, 535
Ameixeirinha, 535
Arnal, 399
Arneiro, 399
Arneiro do Pisão, 399
Arneiros, 399
Arneiros da Gafaria, 399
Arratoa, *Outeiro da*, 543
Arroteas, 548
Arroteia, 548
Assamassa, *Ponte da*, 553
Brejinho, 484, 487
Brejo, 484, 487
Cacheira, 350
Calvaria, 449
Calvarias, 449
Carnide de Baixo, 250
Carnide de Cima, 250
Carnide do Meio, 250
Carnide, *Ribeira de*, 250
Carracena, *Ribeiro da*, 408
Carrachana, 360, 408
Catrino, 409
Foios, 389
Galiana, 419
Meires, 295
Moncalva, 296
Moreno, 431
Motes, 303
Pingarelhos, 476
Poio Velho, 390
Poio, *Monte do*, 390
Poio, *Vale do*, 390
Poios, 390
Vinagres, 444

- Vinagres, Ribeiro dos, 444**
- Porto de Mós
- Aire, Mira de, 221, 346**
Aire, Serra de, 221, 346
Alqueidão, 532
Alqueidão da Serra, 532
Alqueidão, Moinho de, 532
Ameixieira, 535
Ameixieirinha, 535
Arrabal, 541
Arrimal, 546
Arrimal, Lagoas do, 546
Arrimal, Serra do, 546
Calvaria de Cima, 449
Cortinas, 411
Espadanas, 414
Massanetas, Vale das, 375, 428
Minoinho, Chão, 430
Moliana, 455
Mortalina, 445
- Resende
- Alufinha, 532**
Cantim, 249
Cárquere, 364
Cárquere, Ribeira de, 364
Fonseca, 275
Magarim, 290
Penozim, 316
Penude, 316
Penude de Baixo, 316
Penude, Serra de, 316
Serrana, Casa, 439
- Santa Comba Dão
- Alagoa, 500**
Avessada, 559
Joaninho, São, 422
Penegacha, Quinta da, 354
- Serrano, 439**
- Santa Maria da Feira
- Abessadas, 559**
Airas, 346
Albarrada, 481, 504
Alcouce, 237, 513
Alpossos, 531
Amorim, 537
Beire, 234
Gaiate, 278, 383
Goim, 220
Lobel, 287
Mouquim, 303
Moure, 303
Moure, Montes de, 303
Moure, Ribeira de, 303
Mourilhe, 303
Poiars, Milheirós de, 390
Recochina, 437
Sales, 326, 463
Veade, 340
- São João da Madeira
- Bensaúde, 565**
Espadanal, 414
- São João da Pesqueira
- Cacheira, 350**
Cananina, Quinta da, 445
Dacotim, 343
Espadana, 414
Fontanas, 417
Pala, 460
Sancheleiros, Quinta de, 368
- São Pedro do Sul
- Aguaneiras, 396**
Aido, 343
Aido de Além, 343
Aido de Baixo, 343

- Aido de Cima, 343**
Aido do Meio, 343
Albutieira, Minas da, 490
Alguerre, 223, 519
Amaral, 537
Ameixiosa, 535
Ameixiosa, Serra da, 535
Antim, Ponte de, 342
Arribadas, 385, 546
Atoleiro, 558
Bordonhos, 565
Caravela, Quinta da, 359
Favarrel, 273
Favarrelinho, 273
Galifães, 454
Gourim, 282
Gourim, Minas de, 282
Janarde, 283, 422
Morel ou Mourel, 300
Plaino, 349, 355
Sarradel, 329
- Sátão
- Abrunhosa, 481, 495**
Afonsim, 219
Doirique, 310, 569
Doirique, Azenha, 310, 569
Espinhel, Quinta do, 269
Golão, 454
Rosmaninhal, 437
Serraquim, 343
- Sernancelhe
- Álamos, Quinta dos, 357, 446**
Arnas, 399
Arnas, Tebosa das, 399
Ferreirim, 274
Ferreirim, Ribeiro de, 274
Janeira, Moinho da, 424
- Pepinos de Cima, Quinta dos, 435**
Pepinos, Quinta dos, 435
Sarzedo, 330
- Sever do Vouga
- Abeçada, 559**
Alvideira, Ribeiro da, 534
Arrota, 548
Avide, 560
Azevedim, 233
Catives, 256
Catives, Ponte de, 256
Cedrim, 256
Cornide, 260
Marnel, Ribeira, 292
Mondim, 298
- Soure
- Alagoa, 500**
Alagoas, 500
Alfarelos, 517
Arneiro, 399
Arnes, Costa de, 231, 399
Arnes, Quinta de, 231, 399
Belide, 238
Castel, Quinta do, 255
Gravanas, 422
Guerres, 223
Janefonso, Vale de, 422
Janes, Vale, 283, 422
Menino, Vale da Lagoa do, 428
Ouirique, Vala de, 310, 569
Relves, 322
Salabardo, 463
Vincemelha, 478
- Tábua
- Airas, 346**
Alagoa, 500
Alvoeira, 561

- Alvoeira, Ribeira de, 561**
Arroteia, 548
Brejo, 484, 487
Carapinha, 358
Espadanal, 414
Gardina, 420
Gualdim, 282
Penha da Cabra, 478
Taipa, Vale de, 349
- Tabuaço
Penha Amarela ou Penha d' Águia, 478
Pichel, Cabeço do, 269
Renelas, Quinta das, 437
Sendim, 328
Valdiganos, 443
- Tarouca
Mondim da Beira, 298
Mondim de Cima, 298
- Tondela
Abóbada, 491
Adairas, 346
Alagoa, Póvoa da, 500
Alcobe, 222, 510
Alcouce, 237, 513
Almargens, 521
Alvarim, 225
Arnosa, 399
Arnosa, Ribeira da, 399
Arroteia, 548
Asnes, Rio, 232
Borratena, Azenha da, 404
Catarina, Póvoa da, 409
Daires, 221, 346
Garrucho, 371
Gordelhas, Lage das, 475
Janardo, 422
- Molelinhos, 455**
Molelos, 455
Pedronhe, 314
Taliscas, 468
- Vagos
Algraves, 519
Molareira, 455
- Vale de Cambra
Aguincheira, 499
Aguincheira, Bouça da, 499
Aguincho, 499
Aido, 343
Aido das Figueiras, 343
Aido de Além, 343
Aido de Baixo, 343
Aido do Meio, 343
Arrouta, Cabeço da, 548
Avenais, Ribeira dos, 401
Cabanes, 244
Cartim, 252
Cartim, Bouça de, 252
Janardo, 422
Lomarim, 288
Muchões, 353
Pedre, 314
Picotes, 317
Tagim, 335
Vigues, Ponte de, 341
Vigues, Rio, 341
- Vila Nova de Ourém
Achada, 497
Achada do Cachinho, 497
Achada do Pontão, 497
Albarrol, 221, 504
Alcangosta, 508
Alcobaça, Vale de, 511
Almo, Ribeira do, 357

- Alqueidão, 532**
Arneiros da Mata, 399
Arneiros do Carvalho, 399
Cachinho, Achada do, 350
Campina, 405, 488
Espite, 270, 382
Espite, Matas de, 270, 382
Espite, Ribeiro de, 270, 382
Martianas, 423
Menino, Casal, 428
Monreal, 298
Painel, 313
Pouchana, 436
Rosmaninhal, 437
Serrana, Quinta da, 439
Serrano, Pinhal, 439
Serrano, Vale, 439
- Vila Nova de Paiva
Arraiola, 385, 448, 542
Marroio, 385
Nave, 306
Nave, Quinta da, 306
Samorim, 327
- Vila Nova de Poiares
Abraveia, 489, 494
Abraveia, Marco de, 489, 494
Abraveia, Póvoa de, 489, 494
Alcaniz, Serra de, 507
Alveite Grande, 226
Ameixeirinha, 535
Ameixieiras, 535
Arneiros, Vale dos, 399
Avessada, 559
Couchel, 266, 370
Moitanas, Azenha do Vale de, 430
Poiares, Vila Nova de, 390
Viegas, Vale de, 565
- Viseu
Abravezes, 494
Abrunhal, 480, 494
Aivão, 348
Alagoa, 500
Alagoinhas, 500
Almargem, 521
Almargem, Ponte de, 521
Alte, Água de, 223
Arroçada do Moinho, 546
Asnes, Ribeira de, 232
Balisque, 448, 483
Bertelhe, 239
Calde, 245
Carrazede, 251
Carrazede, Campos de, 251
Cedrim, 256
Espadana, 414
Espadanal, 414
Ferronhe, 275
Galifonxe, 454, 484
Laniqueiro, 427
Mide, Ribeiro de, 295
Monsanto, 299
Moure, 303
Moure da Madalena, 303
Nesperide, 309
Redondel, 322
Repeses, 323
Repeses, Ribeira de, 323
Tarolos, 469
Velide, 238
Vil de Ferreiros, 341
Vil de Moinhos, 341
Vil de Souto ou Vil de Soito, 342
- Vouzela
Albitelhe, 226

Alcofra, 512

Alcofra, Rio, 512

Bandavizes, 568

Farves, 272

Janus, 422

Tourelhe, 336

BIBLIOGRAFIA

Obras, artigos e recensões de carácter linguístico

AEBISCHER, Paul, "Granica «grange» et sa descendance dans les dialectes italiens et les langues de la Peninsule Ibérique", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 201-218.

AEBISCHER, Paul, "Ruga «rue» dans les langues romanes", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 170-185.

AGERO, Santos, "Etimologias portuguesas", *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, p. 100-112.

ALONSO GARCÍA, Amado, "Árabe st > esp. ç — Esp. st > árabe ch", *Estudios lingüísticos (Temas españoles)*, Editorial Gredos, Madrid, 1982, p. 106-117.

ALONSO GARCÍA, Amado, "Las correspondencias árabe-españolas en los sistemas de sibilantes", *Revista de Filología Hispánica*, vol. VIII, 1946, p. 12-76.

ALONSO, Dámaso, *La fragmentación fonética peninsular*. Suplemento ao tomo I da *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1962, p. 155-209.

ALVAR, Manuel (com a colaboração de LLORENTE, A.[ntonio], e SALVADOR, G.[gregorio]), *Atlas Lingüístico y Etnográfico de Andalucía*, tomo II, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Universidad de Granada, 1963.

AMORIM, Maria Abigaíl da Costa, *Contribuição para o estudo da antroponímia da região de Coimbra*, tese de licenciatura (inérita), Coimbra, 1955.

ARNAUT, Salvador Dias, *Ladeia e Ladera. Subsídios para o estudo do feito de Ourique*, Coimbra, 1939.

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques, *Toponímia moçárabe em Portugal*, tese de mestrado (inérita), 2 vols., Coimbra, 1994.

AZEVEDO, Maria Luísa Seabra Marques, "Recensão crítica a Federico CORRIENTE,

Poesía dialectal árabe y romance en Alandalús (Cejeles y xarajāt de muwaššahāt)", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXII, Coimbra, 1998, p. 422-427.

AZEVEDO, Pedro de, "Nomes de pessoas e nomes de lugares", *Revista Lusitana*, vol. 6, 1900, p. 47-52.

AZEVEDO, Pedro de, "Nomes de lugares derivados do germânico -redi", *Revista Lusitana*, vol. 12, 1909, p. 323-325.

AZEVEDO, Pedro de, "Documentos de Santa Maria de Aguiar", *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 1-9.

AZEVEDO, Pedro de, "Alguns nomes mozárabes no Sul de Portugal", *Revista Lusitana*, vol. 22, 1919, p. 211-214.

AZEVEDO, Pedro de, "Apelidos espanhóis em Portugal", *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII, 1921, p. 370-373.

BALDINGER, Kurt, *La formación de los dominios lingüísticos en la Península Ibérica*, 2ª ed., Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos, Madrid, 1972.

BARBIER FILS, Paul, "Esp. port. «mecha»", *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 141-142.

BARREIROS, Fernando Braga, "Vocabulário barrosão", *Revista Lusitana*, vol. 35, 1937, p. 239-303.

BERTOLDI, Vittorio, "Onomastica iberica e matriarcato mediterraneo. Immagini d' animali in denominazioni iberiche o ibero-aquitániche di divinità, di persone e di località", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 1-14.

Bibliografia dialectal galego-portuguesa, Publicações do Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1976.

BLÁZQUEZ, José Maria, *Nuevos estudios sobre la romanización*, Ed. Istmo, Madrid, 1989.

BOLÉO, Manuel de Paiva e FERREIRA, A.[ntónio] Gomes, "Amstras de uma bibliografia dialectal portuguesa", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I,

1947, p. 215-216.

BOLÉO, Manuel de Paiva, “Publicações recebidas e notas bibliográficas” [sobre Joseph M. PIEL, *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*], *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 380-381.

BOLÉO, Manuel de Paiva e PIEL, Joseph M., “Publicações recebidas e notas bibliográficas” [sobre José G. C. Herculano de CARVALHO, *Derivados do latim "galla"*, separata da *Miscelânea de filologia, literatura e história cultural à memória de Francisco Adolfo Coelho*], *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III, 1949-1950, p. 388.

BOLÉO, Manuel de Paiva, “Alcuni problemi del paesaggio dialettale portoghese, specialmente della parlata meridionale”, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1974, p. 399-437.

BOLÉO, Manuel de Paiva, “Linguistique, géographie et unités dialectales subjectives au Portugal”, *Estudos de linguística portuguesa e românica*, vol. I, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1974, p. 349-473.

BOLÉO, Manuel de Paiva, “Toponímia”, *Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 17, 1975.

CANO, Rafael (coordenação de), *Historia de la lengua española*, Editorial Ariel, Barcelona, 2004.

CARVALHO, Amadeu Ferraz de, *Toponímia de Coimbra e arredores (contribuição para o seu estudo)*, separata de *O Instituto*, vol. 87, n.º 4, 1934.

CARVALHO, José G.[onçalo] C.[horão] Herculano de, *Coisas e palavras. Alguns problemas etnográficos e linguísticos relacionados com os primitivos sistemas de debulha na Península Ibérica*, separata de *Biblos*, vol. XXIX, Coimbra, 1953.

CARVALHO, José G. C. Herculano de, “Comentários às «Notas de paleontologia linguística» I e II de Helmut Lüdtke”, *Boletim de Filologia*, tomo XV, 1954-1955, p. 337-345.

CARVALHO, José G. C. Herculano de, *Lições de linguística românica*, 3ª ed.

(policopiada), Coimbra, 1966-1967.

CARVALHO, José G. C. Herculano de, “Moçarabismo linguístico ao Sul do Mondego”, *Estudos Linguísticos*, 1^o vol., 2^a ed., Atlântida Editora, Coimbra, 1973, p. 161-170.

CARVALHO, José G. C. Herculano de, “Porque se fala dialecto leonês em Terra de Miranda?”, *Estudos Linguísticos*, 1^o vol., 2^a ed., Atlântida Editora, Coimbra, 1973, p. 73-92.

CASTRO, Ivo, *Curso de história da língua portuguesa* (Colaboração de Rita Marquilhas e J.[osé] Léon Acosta), Universidade Aberta, Lisboa, 1991.

CASTRO, Ivo, *Introdução à História do Português. Geografia da Língua. Português antigo*. Edições Colibri, Lisboa, 2004.

CATALÁN, Diego, “Hacia un atlas toponímico del diminutivo -inu en la toponimia hispano-románica”, *Boletim de Filologia*, tomo XVII, 1958, p. 257-292.

CHAVES, Luís, “A cortiça e o seu vocabulário popular”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 93-121.

CHAVES, Luís, “Estudos de toponímia portuguesa. Influências militares na formação de topónimos”, *Revista de Guimarães*, LXII, 1952, p. 160-191.

CINTRA, Luís F.[ilipe] Lindley, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, Instituto de Alta Cultura, Lisboa, 1959.

CINTRA, Luís F. Lindley, *Áreas lexicais no território português*, separata do *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1962. Também incluído no volume do Autor *Estudos de dialectologia portuguesa*.

CINTRA, Luís F. Lindley, “Une frontière lexicale et phonétique dans le domaine linguistique portugais”, *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1962, p. 31-39. Também incluído no volume do autor *Estudos de dialectologia portuguesa*.

CINTRA, Luís F. Lindley, «Griséu», *um moçarabismo algarvio*, separata de *Biblos*, vol. LVII, 1981. Também incluído no volume do autor *Estudos de dialectologia*

portuguesa.

- CINTRA, Luís F. Lindley, *Estudos de dialectologia portuguesa*, Sá da Costa Editora, Lisboa, 1983.
- COCCO, Vincenzo, Recensão a Vittorio BERTOLDI, “Sulle orme di Jakob Jud. Contributi alla storia del lessico indigeno dell' Europa mediterranea”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 240-243.
- COCCO, Vincenzo, Recensão a P. FOUCHÉ, “A propos de l' origine du basque”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 314-315.
- COCCO, Vincenzo, “Tradizione indoeuropea e lessico mediterraneo. Nota a margine d' un recente lavoro”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 417-425.
- COCCO, Vincenzo, Recensão a Johannes HUBSCHMID, “Esp. “nava”, basque “naba”, frioul. “nava”, mots d' origine pré-indo-européenne ou gauloise? Contribution à l' étude comparative des noms de lieux dans les langues romanes”, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1953-1955, p. 397-401.
- COCCO, Vincenzo, Recensão a Giandomenico SERRA, “Del mito e delle origine della voce “balma””, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VII, 1956, p. 446-447.
- COELHO, Francisco Adolfo, “Origens do português do Sul”, *Revista de Portugal, série A – Língua Portuguesa*, n.º 254, vol. XXXII, Abril, 1967, p. 140-146. Este artigo saiu inicialmente na revista *Serões*, 2ª série, vol. VIII, n.º 46 (Abril), 1909, p. 317-324. Foi resumido e comentado por José Pedro MACHADO, “Adolfo Coelho e o romance moçárabico”, *Boletim de Filologia*, tomo X, 1949, p. 15-21.
- COELHO, Francisco Adolfo, *A língua portuguesa: curso de literatura nacional para uso dos liceus: noções de glotologia geral e especial portuguesa*, 2ª ed., Livraria Universal de Magalhães e Moniz, Porto, 1887.
- COROMINAS, Joan, “Duas etimologias portuguesas”, *Boletim de Filologia*, tomo X, 1949, p. 334-340.
- CORREIA, António, *Toponímia coimbrã* (I. Zonas da Sé Velha e Arco de Almedina), Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra, 1945.

- CORREIA, António, *Toponímia coimbrã* (II. Zona da Universidade), Edição da Biblioteca Municipal, Coimbra, 1952.
- CORRIENTE, Federico, *Poesía dialectal árabe y romance en Alandalús (Cejeles y xarajāt de muwaššahāt)*, Editorial Gredos, Madrid, 1997.
- CORTESÃO, António Augusto, *Onomástico medieval português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912.
- COSTA, Francisco Carreiro da, "Toponímia micaelense. Topónimos protéticos", *Insulana*, vol. I, n.º 2, 1944, p. 254-258.
- COSTA, Alexandre de Carvalho, *Entretimentos etnográficos e filológicos*, vol. terceiro, separata do *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, n.º 14, 1967.
- COSTA, Maria da Graça Pinheiro, *Toponímia de Guimarães. Estudo de algumas freguesias da margem esquerda do Ave*, tese de licenciatura (inérita), Coimbra, 1960.
- DIAS, Augusto Epifânio da Silva, "Etimologias", *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 175.
- FERREIRA, A.[ntónio] Gomes, ver BOLÉO, Manuel de Paiva e FERREIRA, A.[ntónio] Gomes, "Amostras de uma bibliografia dialectal portuguesa".
- FERREIRA, José de Azevedo, *Bibliografia selectiva da língua portuguesa*, ICALP, Ministério da Educação, Lisboa, 1989.
- FERREIRA, Pedro Augusto, *Tentativa etimológico-toponímica ou Investigação da etimologia ou proveniência dos nomes das nossas povoações*, 3 vols., Tipografia Pereira, Porto, 1907; Tipografia Mendonça, Porto, 1915 e 1917.
- GALMÉS DE FUENTES, Álvaro, *Las sibilantes en la Romania*, Editorial Gredos, Madrid, 1962.
- GALMÉS DE FUENTES, Álvaro, "El arcaísmo fonológico de los dialectos del norte portugués y su importancia para la lingüística románica general", *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1962, p. 19-30.
- GALMÉS DE FUENTES, Álvaro, *Dialectología mozárabe*, Biblioteca Románica

- Hispánica, Editorial Gredos, Madrid, 1983.
- GALMÉS DE FUENTES, Álvaro, *Las jarchas mozárabes. Forma e significado*, Crítica, Barcelona, 1994.
- GARCÍA DE DIEGO, Vicente, *Manual de dialectología española*, Instituto de Cultura Hispánica, Madrid, 1946.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio, “Veinticuatro jaryas romances en muwaššahs árabes”, *Al-Andalus*, XVII, 1952, p. 57-127.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio, *Las jarchas romances de la serie árabe en su marco*, Sociedad de Estudios y Publicaciones, Madrid, 1965.
- GARCÍA GÓMEZ, Emilio, *Todo Ben Quzmān*, 3 vols., Editorial Gredos, Madrid, 1972.
- GARVÃO, Maria Helena Martins Inês, *Foros de Garvão. Edição e estudo linguístico*, tese de mestrado (inérita), Lisboa, 1992.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, “O sufixo -ão como diminutivo toponímico”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, n.º 14-15, 1957, p. 55-57.
- GUÉRIOS, R.[osário] F.[arani] Mansur, “O romance moçarábico lusitano”, *Revista dos Cursos de Letras*, n.º 5 / 6, Dezembro de 1956, p. 123-153.
- HERMAN, József, *Du latin aux langues romanes: études de linguistique historique*, Max Niemeyer, Tübingen, 1990.
- HERMAN, József, *Le latin vulgaire*, Presses Universitaires de France, Paris, 1967.
- HUBSCHMID, Johannes, “Die Stämme *kar(r)- und kur(r)- im Iberoromanischen, Baskischen und Inselkeltischen”, *Romance Philology*, vol. XIII, n.º 1, Agosto de 1959, p. 31-49.
- HUBSCHMID, Johannes, “Testimonios Románicos” (capítulo I: “Lenguas prerromanas de la Península Ibérica. A. Lenguas no indoeuropeas”), *Enciclopèdia Lingüística Hispánica*, tomo I, Madrid, 1960, p. 27-66.
- Índice Geral dos Artigos de Toponímia Portuguesa de Joaquim da Silveira*, Publicações do Instituto de Estudos Românicos, Coimbra, 1959. Artigo consultado: SILVEIRA, Joaquim da, “Notas”, p. 32-36.
- Índices da Revista Lusitana* (vols. I-XXXVIII, 1887-1943), Publicações do Centro de

Estudos Filológicos, Lisboa, 1967.

JUNGEMANN, Fredrick H.[enry], *La teoría del sustrato y los dialectos hispano-romances y gascones*, Biblioteca Románica Hispánica, Editorial Gredos, Madrid, 1956.

JÚNIOR, J.[osé] A.[ntónio] Pombinho, "Retalhos de um vocabulário (subsídios para o léxico português)", *Revista Lusitana*, vol. 37, 1939, p. 153-270.

KREMER, Dieter, ver PIEL, Joseph M. e KREMER, Dieter, *Hispano-Götisches Namenbuch (...)*.

KRÜGER, Fritz, "Notas etnográfico-linguísticas da Póvoa de Varzim", *Boletim de Filologia*, tomo IV, 1936, p. 109-182.

KRÜGER, Fritz, *Problemas etimológicos. Las raíces "car-", "carr-" e "corr-" en los dialectos peninsulares*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas: Centro de Estudios de Etnología Peninsular, Madrid, 1956.

LABARTA, Ana, "Oraciones cristianas aljamiadas en procesos inquisitoriales de moriscos valencianos", *Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, vol. XXXVII, 1977-1978, p. 177-197.

LAPA, Rodrigues, Recensão a Georg SACHS, *Die germanischen Ortsnamen in Spanien und Portugal*, *Boletim de Filologia*, tomo II, 1933-1934, p. 173-180.

LAPESA, Rafael, *Historia de la Lengua Española*, 4ª ed., Escelicer, Madrid, 1959.

LLEAL GALCERÁN, Coloma, *La formación de las lenguas romances peninsulares*, Editorial Barcanova, Barcelona, 1990.

LOPES, David, *Cousas Árábico-Portuguesas. Algumas Etimologias*, separata do *Boletim da Segunda Classe* da Academia das Ciências de Lisboa, vol. X, 1917.

LOPES, David, "Toponímia árabe de Portugal", *Revista Lusitana*, vol. 24, 1921-1922, p. 257-273.

LOPES, David, ver PERES, Damião (coordenação de), *História de Portugal* ilustrada.

LOPES, David, *Textos em Aljama Portuguesa: estudo filológico e histórico*, Nova edição inteiramente refundida, Imprensa Nacional, Lisboa, 1940.

LOPES, David, *Nomes árabes de terras portuguesas*, Colectânea organizada por José Pedro Machado, Publicação Comemorativa do Centenário de David Lopes, Sociedade de Língua Portuguesa e Círculo David Lopes, Lisboa, 1968. Artigos consultados: “Toponímia árabe de Portugal”, p. 19-58 (da *Revue Hispanique*, tomo IX, 1902); “Aljezur e Arrifana”, p. 61-66 (d’ *O Arqueólogo Português*, vol. VIII, 1903); “Trois faits de phonétique historique arabico-hispanique”, p. 69-88 (das *Actes du XIV^e Congrès International des Orientalistes*, tomo III, 1906); “Alporão: I. Alporão (S. João de); II. Alcorão e Minarete”, p. 91-95 (d’ *O Século* de 26 de Março e de 23 de Abril de 1906); “Os árabes nas obras de Alexandre Herculano. Notas marginais de língua e história portuguesa” (capítulos III e V), p. 99-158 (do *Boletim da Segunda Classe* da Academia das Ciências de Lisboa, vol. III, 1910, p. 36-91, e vol. IV, 1911, p. 146-165 e 222-223); “Alvalade”, p. 181-184 (da *Revista Lusitana*, vol. 25, 1923-1924, p. 270-274).

LÓPEZ CASTRO, Armando, “Las jarchas romances: consistencia y apertura”, *Estudios humanísticos. Filología*, 1999, p. 213-226.

LOSA, António, *A dominação árabe e a toponímia a norte do Douro*, separata de *Bracara Augusta*, vol. VI, 1956.

LOUREIRO, José Pinto, *Toponímia de Coimbra*, 2 volumes, Edição da Câmara Municipal, Coimbra, 1964.

LOURO, José Inês, “Tala”, *Boletim de Filologia*, tomo IX, 1948, p. 297-298.

LÜDTKE, Helmut, “Notas de paleontologia linguística”, *Boletim de Filologia*, tomo XIV, 1953, p. 160-167.

MACHADO, José Pedro, “Elementos hispânicos do vocabulário latino”, *Revista Lusitana*, vol. 38, 1940-1943, p. 247-267.

MACHADO, José Pedro, “Acrescentos de Gonçalves Viana às suas “Apostilas”. Outras notas a propósito”, *Boletim de Filologia*, tomo VII, 1940-1944, p. 49-112 e 121-160.

MACHADO, José Pedro, “O português e o romance do sul do Tejo”, *Revista de Portugal*, vol. IX, n.º 44, 1946, p. 192-193.

- MACHADO, José Pedro, “Adolfo Coelho e o romance moçárábico”, *Boletim de Filologia*, tomo X, 1949, p. 15-21.
- MACHADO, José Pedro, *Influência arábica no vocabulário português*, 2 vols., Edição da *Revista de Portugal*, Lisboa, 1958 e 1961.
- MACHADO, José Pedro, *Notas de toponímia portuguesa*, separata do *Boletim Mensal da Sociedade de Língua Portuguesa*, n.º 13, 1962.
- MACHADO, José Pedro, *Vocabulário português de origem árabe*, Editorial Notícias, (Coleção Linguística), Lisboa, s/d [1991].
- MACHADO, José Pedro, *Palavras a propósito de palavras. Notas lexicais*, Editorial Notícias (Coleção Linguística), Lisboa, s/d [1992].
- MACHADO, José Pedro, *Ensaio histórico-linguístico*, Editorial Notícias, Lisboa, s/d [1996].
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *Os falares do Algarve (inovação e conservação)*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, 1975.
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *Os falares fronteiriços do Sabugal e da vizinha região de Xalma e Alamedilha*, Suplemento IV da *Revista Portuguesa de Filologia*, 1977.
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *Geografia dialectal e história do português: resultados da terminação latina -ana*, separata de *Biblos*, vol. LVII, 1981.
- MAIA, Clarinda de Azevedo, *História do galego-português. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI* (Com referência à situação do galego moderno), Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1986.
- MALKIEL, Yakov, “The etymology of portuguese «iguaria»”, *Language*, vol. XX, 1944, p. 108-130.
- MARSÁ, Francisco, “Toponímia de Reconquista”, *Enciclopédia Lingüística Hispánica*, vol. I, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1960, p. 615-646.
- MATEUS, Manuel, “Topónimos alentejanos relacionados com o aspecto geral do solo”,

- Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 248-256.
- MATIAS, Maria de Fátima R.[esende] F.[ernandes], "Breve contributo para o estudo da influência marítima nos nomes de famílias portuguesas (Aveiro e Ílhavo)", *Biblos*, vol. LVIII, 1982, p. 13-29.
- MEIER, Harri, "A evolução do português dentro do quadro das línguas ibero-românicas", *Biblos*, vol. XVIII, 1942, p. 497-515.
- MEIER, Harri, Recensão a *Sache, Ort und Wort* - Jakob Jud, zum 60. Geburtstag (12. Januar 1942), *Boletim de Filologia*, tomo VIII, 1945-1947, p. 161-165.
- MEIER, Harri, "A formação da língua portuguesa", *Ensaio de Filologia Românica*, Ed. da Revista de Portugal, Lisboa, 1948, p. 5-30.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, "La primitiva lírica europea. Estado actual del problema", *Revista de Filología Española*, tomo XLIII, 1962, p. 279-354.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón, *Orígenes del español. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI*, 6ª ed., Espasa-Calpe S.A., Madrid, 1968.
- MERLO, Clemente, Recensão a Ernst GAMILLSCHG, *Romanen und Basken*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 253-261.
- MEYER-LÜBKE, Wilhelm, "La sonorización de las sordas intervocálicas latinas en español", *Revista de Filología Española*, tomo XI, 1924, p. 1-32.
- MONTEIRO, Maria da Adoração de Castro, *Guimarães. Alguns elementos para a toponímia das suas freguesias da margem direita do Ave*, tese de licenciatura (inérita), Coimbra, 1951.
- MOREIRA, Júlio, "Questões de linguagem", *Revista Lusitana*, vol. 14, 1911, p. 268-282.
- NETO, Serafim da Silva, *História da língua portuguesa*, Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1952.
- NETO, Serafim da Silva, *Língua, cultura e civilização: estudos de filologia portuguesa*, Livraria Académica, Rio de Janeiro, 1960.
- NICULESCU, Alexandru, "El latín vulgar. Consideraciones sobre un concepto", *Anuario de Letras*, vol. XVII, 1979, p. 243-255.

- NOGUEIRA, Bernardo Sá, “Ermamento e povoamento”, *Sete Ensaios sobre a Obra de J. M. Piel* (Seminário de Linguística Portuguesa Histórica), Publicações do Instituto de Linguística da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, 1988, p. 104-128.
- NUNES, José Joaquim, “Fonética histórica portuguesa. Resumo das principais leis que presidiram à transformação do latim no português”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 251-307.
- NUNES, José Joaquim, “Dialectos algarvios”, *Revista Lusitana*, vol. 7, 1902, p. 33-55, 104-125 e 244-264.
- NUNES, José Joaquim, “Bibliografia - I. Livros: *Die Sprache des Königs Dinis*, de Gassner”, *Revista Lusitana*, vol. 10, 1907, p. 336-344.
- NUNES, José Joaquim, “Bibliografia - I. Livros: *Obras de Gil Vicente com revisão, prefácio e notas de Mendes dos Remédios*”, *Revista Lusitana*, vol. 10, 1907, p. 344-348.
- NUNES, José Joaquim, “Notas filológicas”, *Revista Lusitana*, vol. 14, 1911, p. 62-78.
- NUNES, José Joaquim, “Textos antigos portugueses”, *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 1-40.
- NUNES, José Joaquim, “A vegetação na toponímia portuguesa”, *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII, 1921, p. 131-175.
- NUNES, José Joaquim, “Nomes de pessoas na toponímia portuguesa”, *Boletim da Classe de Letras*, vol. XIII, 1921, p. 1257-1274.
- NUNES, José Joaquim, “Os nomes de baptismo. Sua origem e significação”, *Revista Lusitana*, vol. 31, 1933, p. 5-79; vol. 32, 1934, p. 56-160; vol. 33, 1935, p. 5-72; vol. 34, 1936, p. 105-164; vol. 35, 1937, p. 5-37.
- NUNES, José Joaquim, *Crestomatia Arcaica. Excertos da literatura portuguesa desde o que mais antigo se conhece até ao século XVI* (acompanhados de Introdução Gramatical, Notas e Glossário), 8ª ed., Livraria Clássica Editora, Lisboa, s/d [1981].
- NUNES, José Joaquim, *Compêndio de gramática histórica portuguesa (fonética e*

morfologia), 9ª ed., Clássica Editora, Lisboa, 1989.

PEREIRA, A.[ntónio] Gomes, “Tradições populares e linguagem de Vila Real”, *Revista Lusitana*, vol. 11, 1908, p. 268-310.

PEREIRA, A. Gomes, “Tradições populares e dialecto de Penedono”, *Revista Lusitana*, vol. 12, 1909, p. 298-322.

PEREIRA, A. Gomes, “Vocabulário de vários concelhos do distrito de Vila Real”, *Revista Lusitana*, vol. 15, 1912, p. 333-350.

PEREIRA, Félix Alves, “Glossário dialectológico do concelho dos Arcos de Valdevez (Alto Minho)”, *Revista Lusitana*, vol. 19, 1916, p. 163-216.

PIEL, Joseph M.[aria], “Da evolução dos grupos consonânticos com «l» em português e espanhol, a propósito de duas etimologias «cocha» e «cascho»”, *Biblos*, vol. VII, 1931, p. 512-521.

PIEL, Joseph M., Recensão a Harri MEIER, “Beiträge zur sprachlichen Gliederung der Pyrenäenhalbinsel und ihrer historischen Begründung”, *Boletim de Filologia*, tomo II, 1933-1934, p. 185-191.

PIEL, Joseph M., “Os nomes germânicos na toponímia portuguesa”, *Boletim de Filologia*, tomo II, 1933-1934, p. 105-140, 224-240, 289-314; tomo III, 1934-1935, p. 37-53, 218-242; tomo IV, 1936, p. 24-56, 307-322; tomo V, 1937-1938, p. 35-57, 277-288; tomo VI, 1939-1940, p. 65-86, 329-350.

PIEL, Joseph M., Recensão a Amadeu Ferraz de CARVALHO, *Toponímia de Coimbra e arredores (contribuição para o seu estudo)*, *Boletim de Filologia*, tomo IV, 1936, p. 196-198.

PIEL, Joseph M., “A formação dos nomes de lugares e de instrumentos em português”, *Boletim de Filologia*, tomo VII, 1940-1944, p. 31-47.

PIEL, Joseph M., *O património visigodo da língua portuguesa*, Publicações do Instituto Alemão da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1942.

PIEL, Joseph M., “As águas na toponímia galego-portuguesa”, *Boletim de Filologia*, tomo VIII, 1945-1947, p. 305-342.

PIEL, Joseph M., “Nomes de lugar referentes ao relevo e ao aspecto geral do solo”,

- Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 153-197.
- PIEL, Joseph M., Recensão a C. E. DUBLER, "Über Berbersiedlung auf der Iberischen Halbinsel", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 246-247.
- PIEL, Joseph M., "Apostilas de etimologia e lexicologia portuguesa", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 448-462.
- PIEL, Joseph M., Recensão a Amadeu Ferraz de CARVALHO, *A Terra de Besteiros e o actual concelho de Tondela. Esboço histórico e toponímico*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 261-265.
- PIEL, Joseph M., Recensão a Yakov MALKIEL, "The etymology of hispanic *vel(l)ido* and *melindre*", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. II, 1948, p. 298-300.
- PIEL, Joseph M., *Nomes de "possessores" latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa*, separata de *Biblos*, vol. XXIII, 1948.
- PIEL, Joseph M., "Sobre o sufixo *-ellus*, *-ella*, no onomástico tardio hispano-latino", *Humanitas*, vol. II, 1948-1949, p. 241-248.
- PIEL, Joseph M., "Nota ao artigo precedente" [de Paul AEBISCHER, "Salicetum et Salictum dans les langues romanes"], *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III, 1949-1950, p. 86-89.
- PIEL, Joseph M., Recensão a Hans JANNER, "Apuntes para la toponimia española", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. III, 1949-1950, p. 337-341.
- PIEL, Joseph M., ver BOLÉO, Manuel de Paiva e PIEL, Joseph M., "Publicações recebidas e notas bibliográficas".
- PIEL, Joseph M., "Miscelânea de toponímia peninsular", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 196-227.
- PIEL, Joseph M., Recensão a Ramón MENÉNDEZ PIDAL, *Orígenes del Español. Estado Lingüístico de la Península Ibérica Hasta el Siglo XI*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 261-267.
- PIEL, Joseph M., "Os Nomes das "Quercus" na Toponímia Peninsular", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 310-341.
- PIEL, Joseph M., "Cotovelo", *Boletim de Filologia*, tomo XIII, Lisboa, 1952, p. 143-148.

- PIEL, Joseph M., "Notas de toponímia galega", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1953-1955, p. 51-72.
- PIEL, Joseph M., "A propósito do nome da Vila de Mortágua", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 273-277.
- PIEL, Joseph M., "Sobre a terminação *-endo*, (*-indo*), *-enda*, na fito-toponímia galego-portuguesa", *Boletim de Filologia*, tomo XX, 1962, p. 153-163.
- PIEL, Joseph M., "Febros: uma relíquia lexical zoonímica latina", *Revista de Guimarães*, LXXVIII, 1968, p. 327-334.
- PIEL, Joseph M., "A Propósito de um Centenário: o "Onomástico" de Fr. Martín Sarmiento (1768)", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, 1969-1971, p. 103-118.
- PIEL, Joseph M., Recensão a José Luís Pensado TOMÉ, "Estudos etimológicos galaico-portugueses", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVI, 1972-1974, p. 496-500.
- PIEL, Joseph M., "Ainda a etimologia de Mortágua", *Boletim de Filologia*, tomo XXII, 1973, p. 59-63.
- PIEL, Joseph M., "Betrachtungen zu hisp.-got. *sala, gal.-pg. Saa, Sá, usw", *Studia Iberica: Festschrift für H.[ans] Flasche*, München, 1973, p. 458-465.
- PIEL, Joseph M., "Mouquim: um espinhoso problema de toponímia minhota", *Revista de Guimarães*, LXXXV, 1975, p. 91-94.
- PIEL, Joseph M., "Uma antiga latinidade vulgar galaica reflectida no léxico comum e toponímico de Entre-Douro-e-Minho e Galiza", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, 1975-1976, p. 387-395.
- PIEL, Joseph M. e KREMER, Dieter, *Hispano-Götisches Namenbuch: Der Niederschlag des Westgötischen in den alten und heutigen Personen- und Ortsnamen der Iberischen Halbinsel*, Carl Winter Universitätsverlag, Heidelberg, 1976.
- PIEL, Joseph M., "Beiträge zur Kenntnis der Toponymischen Mozarabismen Südpportugals (Alfragide, Alferrarede, Alpertuche u. a.)", *Romanica Europaea*

- et Americana: Festschrift für Harri Meier*, Bonn, 1980, p. 437-442.
- PIEL, Joseph M., *Novos ensaios de toponímia ásture-galego-portuguesa*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX, 1983.
- PINTO, Adelina Angélica, *Isoléxicas portuguesas (antigas medidas de capacidade)*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII, 1983.
- PRATT, Óscar de, "Linguagem minhota", *Revista Lusitana*, vol. 14, 1911, p. 145-168.
- PRATT, Óscar de, "Notas à margem do «Novo Dicionário da Língua Portuguesa»", *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 206-279.
- RIBEIRO, José Diogo, *Memórias de Turquel*, Tipografia Universal, Porto, 1908.
- RIBEIRO, José Diogo, "Linguagem popular de Turquel", *Revista Lusitana*, vol. 28, 1930, p. 87-244.
- RIBEIRO, Orlando, "Portugal e o "Algarve": singularidade de um nome de província", *Boletim de Filologia*, tomo XIV, 1953, p. 330-339.
- RIBEIRO, Orlando, "A Propósito de Áreas lexicais no território português (Algumas reflexões acerca do seu condicionamento)," *Boletim de Filologia*, tomo XXI, 1965, p. 177-205. Também incluído, em apêndice, em Luís F. Lindley CINTRA, *Estudos de dialectologia portuguesa*.
- RIBEIRO, Orlando, "Reflexões sobre Estremadura. Significado e origem do nome", *Biblos*, vol. LVIII, 1982, p. 455-472.
- RIO-TORTO, Graça Maria de Oliveira e Silva, *Formação de Palavras em Português. Aspectos da Construção de Avaliativos*, tese de doutoramento (inédita), Coimbra, 1993.
- RIO-TORTO, Graça Maria, *Regras de formação de palavras em português: achegas para um quadro geral*, separata da revista *Diacrítica*, nº 9, 1994.
- ROHLFS, Gerhard, "Aspectos de toponímia espanhola", *Boletim de Filologia*, tomo XII, 1951, p. 229-265.
- SANCHIS GUARNER, Manuel, "El Mozárabe Peninsular", *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1960, p. 293-342.

- SANTOS, Felício dos, “Linguagem popular de Trancoso (Notas para o estudo dos dialectos beirões)”, *Revista Lusitana*, vol. 5, 1897-1899, p. 161-174.
- SANTOS, Maria José de Moura, *Os falares fronteiriços de Trás-os-Montes*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vols. XII, XIII e XIV, 1967.
- SANTOS, Maria José de Moura, *Importação lexical e estruturação semântica. Os arabismos na língua portuguesa*, separata de *Biblos*, vol. LVI, 1980.
- SANTOS, Maria José de Moura, “Os problemas etimológicos de "Trincha", "Trinchar", "Trincar" e "Trinca". História de um campo morfo-semântico”, *Biblos*, vol. LVIII, 1982, p. 150-189.
- SANTOS, Maria José de Moura, *Nota sobre a etimologia de “redoíça”*, separata de *Biblos*, vol. LXIV, 1988, p. 313-327.
- SANTOS, Maria José de Moura, *Áreas Linguístico-Etnográficas Românicas (Processos Tradicionais de Moldar o Queijo)*, tese de doutoramento (inédita), 2 vols., Coimbra, 1991.
- SANTOS, Maria José de Moura, “Como se pronunciava o s latino? Contributo da investigação romanística”, *Miscelânea de Estudos em Honra do Prof. A. Costa Ramalho*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Coimbra, 1992, p. 645-666.
- SANTOS, Maria José de Moura, *A origem de “mocho” ‘banco’ e o seu campo morfo-semântico*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XX, 1994.
- SANTOS, Maria José de Moura, *Cultismos ou moçarabismos?*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XXI, 1996-1997.
- SCHÜRR, Friedrich, *La diphtongaison romane*, Fotodruck Prazis, Tübingen, 1970.
- SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos” (1. Pepe, Pipe, Pepim; 2. Oiã; 3. Cilhão; 4. Cõedo; 5. Aguilhão), *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. IV, 1951, p. 186-195.
- SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos” (6. Três Minas; 7. Almodafa; 8. Sabrosa, Sabroso, Sobrosa, Sobroso; 9. Carromeu), *Revista Portuguesa de Filologia*,

- vol. V, 1952, p. 283-296.
- SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos” (X-XIII), *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. VI, 1953-1955, p. 201-233.
- SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos”, *Boletim de Filologia*, tomo XV, 1954-1955, p. 249-284.
- SERRA, Pedro Cunha, *Notas de toponímia. Topo-antropónimos recentes*, separata da revista *Labor*, n.º 162, 1956.
- SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos” (XIV-XXII), *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 69-93.
- SERRA, Pedro Cunha, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXVI, 1960, p. 190-203.
- SERRA, Pedro Cunha, “Estudos toponímicos” (XIV-XVI), *Boletim de Filologia*, tomo XXI, 1965, p. 99-116.
- SERRA, Pedro Cunha, *Topo-antropónimos recentes e correlatos em -ÃO*, separata da revista *Labor*, n.º 238, 1965.
- SERRA, Pedro Cunha, *Contribuição topo-antroponímica para o estudo do povoamento do Noroeste peninsular*, Publicações do Centro de Estudos Filológicos, Lisboa, 1967.
- SERRA, Pedro Cunha, *Estudos toponímicos (XXIII-XXVII)*, seguido de um *Elenco de fontes para o estudo da onomástica portuguesa*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, 1968.
- SERRA, Pedro Cunha, “Topónimos do Distrito de Aveiro”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXIV, 1968, p. 47-61.
- SERRA, Pedro Cunha, “Incidências italianas na toponímia portuguesa”, *Sonderdruck aus Philologische Studien für Joseph M. Piel*, Carl Winter Universitätsverlag, Heidelberg, 1969, p. 195-198.
- SERRA, Pedro Cunha, Recensão a Wilhelm GIESE, *Zur problematik arabisch-hispanischer Wortbeziehungen*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XV, 1969-1971, p. 345.

- SERRA, Pedro Cunha, "Topónimos do Distrito de Aveiro", *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXXVI, 1970, p. 307-316.
- SERRA, Pedro Cunha, "Estudos toponímicos", *Boletim de Filologia*, tomo XXII, 1973, p. 251-262.
- SERRA, Pedro Cunha, *Sobre a intercultura de mouros e cristãos*, separata da revista *Labor*, n.º 307, 1973.
- SERRA, Pedro Cunha, Recensão a Enric MOREU-REY, "Toponimia urbana i onomàstica vària", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, 1975-1978, p. 623-626.
- SERRA, Pedro Cunha, Recensão a Joan COROMINAS, *Du nouveau sur la toponymie occitane*, *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVII, 1975-1978, p. 626-630.
- SERRA, Pedro Cunha, *Estudos toponímicos (XXVIII-XXXVI)*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XVIII, 1980 (termina com uma rubrica "Bibliografia e Fontes" que completa o *Elenco de Fontes (...)* publicado no vol. XV da mesma revista).
- SERRA, Pedro Cunha, *Alguns topónimos peninsulares de origem arábica: II e última série com alguns aditamentos e um índice*, Faculdade de Letras, Lisboa, 1981.
- SERRA, Pedro Cunha, *Estudos toponímicos (XXXVII-XLII)*, separata da *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. XIX, 1984.
- SERRA, Pedro Cunha, "Toponímia portuguesa", *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. XXXVII, 1992, p. 419-425.
- SEYBOLD, C. F., "Monchique et Arrifana d' Algarve chez les Auteurs Arabes", *O Arqueólogo Português*, vol. VIII, 1903. Também incluído em David LOPES, *Nomes árabes de terras portuguesas*, p. 197-200.
- SILVA, Irene Alves da, "A linguagem corticeira (Subsídios para o seu estudo)", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. V, 1952, p. 189-224; e vol. VI, 1955-1956, p. 137-200.
- SILVA, Vítor Manuel de Aguiar e, "Projecto editorial para a didáctica da língua e da

- literatura maternas: fundamentação", *Sinfonia da Palavra – perspectiva global*, Ed. Asa, Lisboa, 1993, p. 2-5.
- SILVEIRA, Joaquim da, "Toponímia portuguesa" *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 147-158; vol. 17, 1914, p. 114-134; vol. 24, 1921-1922, p. 189-226; vol. 33, 1935, p. 233-268; vol. 35, 1937, p. 50-139; vol. 38, 1940-1943, p. 269-302.
- SILVEIRA, Joaquim da, "Notas sobre a toponímia do concelho de Nelas", *O Instituto*, vol. 97, 1940, p. 268-281 e 382-421.
- SILVEIRA, Joaquim da, "Estudos sobre o vocabulário português", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. I, 1947, p. 391-447; vol. II, 1948, p. 220-247.
- SILVEIRA, Joaquim da, "Alguns nomes de lugar da freguesia de Areias (Santo Tirso)", *Estudos etnográficos, filológicos e históricos*, 6º vol., 1951, p. 391-399.
- SILVEIRA, Joaquim da, "Notas", ver *Índice Geral dos Artigos de Toponímia Portuguesa de Joaquim da Silveira*.
- SILVEIRA, Joaquim da, "A nossa toponímia e o censo da população", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 1-68.
- SILVEIRA, Joaquim da, "Uma explicação sobre "Mortágua", *Revista Portuguesa de Filologia*, vol. X, 1960, p. 278-284.
- SIMONET, Francisco Javier, *Glosario de voces ibéricas y latinas usadas entre los mozárabes precedido de un estudio sobre el dialecto hispano-mozárabe*, Establecimiento Tipográfico de Fortanet, Madrid, 1889.
- SIMONET, Francisco Javier, *História de los mozárabes de España*, Madrid, 1897-1903. Posteriormente editada, em 4 volumes, pelas Ediciones Turner, Madrid, 1983.
- SKORGE, Silvia, "Os sufixos diminutivos em português", *Boletim de Filologia*, tomo XVI, 1956-1957, p. 50-90 e 222-305.
- SPORE, Palle, *La diphtongaison romane*, Odense University Press, Odense, 1972.
- STEIGER, Arndt, "Zur Sprache der Mozaraber", *Sache, Ort und Wort. Festschrift für Jakob Jud, zum 60. Geburtstag (12. Januar 1942)*, *Romanica Helvetica*, vol. 20, Genève-Zürich, 1943, p. 624-714.

- STEIGER, Arnald, *Contribución a la fonética del hispano-árabe y de los arabismos en el ibero-románico y el siciliano*, Anejo XVII de la *Revista de Filología Española*, 1932.
- STERN, Samuel Miklos, “Les vers finaux en espagnol dans les muwaššahs hispano-hébraïques: une contribution à l’histoire du muwaššah et à l’étude du vieux dialecte espagnol “mozarabe””, *Al-Andalus*, XIII, 1948, p. 299-346 (também publicado noutra edição, com o título “Les chansons mozarabes”, Palermo, 1953).
- TEYSSIER, Paul, *História da língua portuguesa*, 3ª ed., Sá da Costa Editora, Lisboa, 1987.
- ULLMANN, Stephen, *Semântica. Uma Introdução à Ciência do Significado*, 5ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1987.
- VÄÄNÄNEN, Veikko, *Introduction au latin vulgaire* (deuxième édition avec Anthologie de Textes), Librairie C. Klincksieck, Paris, 1967.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Etimologias portuguesas”, *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 298-305.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Fragmentos etimológicos”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 129-190.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Contribuições para o futuro dicionário etimológico das línguas hispânicas”, *Revista Lusitana*, vol. 11, 1908, p. 1-62.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Mestre Giraldo e os seus Tratados de Alveitaria e Cetraria”, *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 149-432.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Etymologische Einfälle”, *Revista Lusitana*, vol. 20, 1917, p. 316-319.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Glossário do Cancioneiro da Ajuda”, *Revista Lusitana*, vol. 23, 1920, p. 1-95.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, “Inéditos de D. Carolina Michaëlis”, *Revista Lusitana*, vol. 28, 1930, p. 16-41.
- VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de, *Lições de Filologia Portuguesa segundo as*

prelecções feitas aos cursos de 1911/12 e 1912/13, seguidas das *Lições Práticas de Português Arcaico*, Dinalivro, Lda., Lisboa, s/d, [reimpressão].

VASCONCELOS, José Leite de, “Ensaio de onomatologia portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 45-53 e 240-245.

VASCONCELOS, José Leite de, “Nomes populares dos dedos da mão”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 181.

VASCONCELOS, José Leite de, “Dialectos açoreanos (contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa)”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 289-307.

VASCONCELOS, José Leite de, Recensão a Jules CORNU, *Die portugiesische Sprache* [Trübner, Strassburg, 1888], *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 359-364.

VASCONCELOS, José Leite de, Recensão a Wilhelm MEYER-LÜBKE, *Grammaire des langues romanes* [vol. I, Paris, 1890], *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 364-376.

VASCONCELOS, José Leite de, “Dialectos transmontanos (contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa)”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 97-120; vol. 3, 1895, p. 57-74.

VASCONCELOS, José Leite de, “Dialectos alentejanos (contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa)”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 15-45; vol. 4, 1896, p. 13-77 e 215-246.

VASCONCELOS, José Leite de, “Etimologias portuguesas”: *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 267-272; vol. 7, 1902, p. 68-73; vol. 11, 1908, p. 349-351; vol. 19, 1916, p. 162; vol. 25, 1923-1925, p. 288-291; vol. 33, 1935, p. 310-313.

VASCONCELOS, José Leite de, “Curso de língua portuguesa arcaica”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 19-50.

VASCONCELOS, José Leite de, “Museu etnográfico português”, *Revista Lusitana*, vol. 3, 1895, p. 193-250.

VASCONCELOS, José Leite de, “Notícias filológicas”, *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 122-134 e 272-278.

- VASCONCELOS, José Leite de, "Dialectos algarvios (contribuições para o estudo da dialectologia portuguesa)", *Revista Lusitana*, vol. 4, 1896, p. 324-338.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Linguagens fronteiriças de Portugal e Espanha", *Revista Lusitana*, vol. 7, 1902, p. 133-160.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Dialectos interamnenses", *Revista Lusitana*, vol. 8, 1903-1905, p. 51-62.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Bibliografia - II. Periódicos: *Zeitschrift für romanische Philologie*", *Revista Lusitana*, vol. 10, 1907, p. 348-349.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Romance mozarábico", *Revista Lusitana*, vol. 11, 1908, p. 354.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Colaga", *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 130-131.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Lições de Filologia Portuguesa*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1911. Artigos consultados: "Origem e evolução da língua portuguesa", p. 11-21; "Latim lusitânico e português arcaico", p. 117-138; "Fenómenos arcaicos no falar hodierno", p. 139-200; "O L latino em português", p. 293-299; "Onomástico do concelho de Mértola", p. 467-479.
- VASCONCELOS, José Leite de, "«Pedro» e «Pedra»", *Revista Lusitana*, vol. 16, 1913, p. 170-172.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Amostra de toponímia portuguesa", *Revista Lusitana*, vol. 21, 1918, p. 58-63.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Enquisas onomatológicas", *Revista Lusitana*, vol. 21, 1918, p. 316-336.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Amostras de toponímia portuguesa", *Revista Lusitana*, vol. 22, 1919, p. 197-199.
- VASCONCELOS, José Leite de, *Ideia sucinta da toponímia portuguesa*, Oficinas Gráficas do Gimnásio 28 de Setembro, Rio de Janeiro, 1924.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Nomes de pessoas tornados geográficos (em Portugal)", *Boletim da Classe de Letras*, vol. XV, 1924, p. 785-822.
- VASCONCELOS, José Leite de, "Observações ao «Elucidário» do P.º Santa Rosa de

Viterbo”, *Revista Lusitana*, vol. 26, 1925-1927, p. 111-146; vol. 27, 1928-1929, p. 243-276.

VASCONCELOS, José Leite de, *A ideia de “fonte” na toponímia portuguesa*, separata do *Archivio Glottologico Italiano*, vol. XXI, Casa Editrice Giovanni Chiantore, Torino, 1927.

VASCONCELOS, José Leite de, *Antroponímia portuguesa. Tratado comparativo da origem, significação, classificação, e vida do conjunto dos nomes próprios, sobrenomes e apelidos, usados por nós desde a Idade-Média até hoje*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1928.

VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos*, vol. I (Filologia), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928. Artigos consultados: “33. FENO”, p. 527-529 (da *Revista de Filologia Portuguesa*, ano II, 1925, p. 198); “46. MENDINHO (dedo) e MINDINHO”, p. 539 (da *Revista Lusitana*, vol. 13, 1910, p. 139); “52. PARDIEIRO”, p. 550-554 (da *Revista Lusitana*, vol. 7, 1902, p. 70-72); “67. UCHEIRA”, p. 572-573 (da *Revista de Filologia Portuguesa*, ano II, 1925, p. 197-198).

VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos*, vol. II (Dialectologia, parte I), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1928. Artigos consultados: “Uma excavação”, p. 92-118; “Palavras e frases de Melgaço”, p. 154-172; “Linguagem popular de Guimarães”, p. 175-261; “Messe de vocábulos interamnenses”, p. 467-515.

VASCONCELOS, José Leite de, *Opúsculos*, vol. III (Onomatologia), Imprensa da Universidade, Coimbra, 1931. Artigos consultados: “Preito filológico prestado a um insigne orador” [António Cândido], p. 3-21 (editado com o mesmo título, pela Academia das Ciências de Lisboa, em 1923); “Amostras de toponímia portuguesa”, p. 139-151; “Riba d’ Ave”, p. 155-172 (do *Boletim da Segunda Classe* da Academia das Ciências de Lisboa, vol. XVI, 1923); “Fauna toponímica portuguesa”, p. 195-207 (publicado em folhetins no *Comércio de Viseu*, de 10, 13, 17 e 20 de Agosto de 1922); “Toponímia e arqueologia”, p. 277-281 (de *Mélanges de Philologie et d’ Histoire offerts à M. Antoine Thomas par ses élèves et ses amis*, Paris, 1927, p. 273-276); “A história de Portugal reflectida na toponímia”, p. 285-292 (dos folhetins de

- Notícias de Alcanena*, 1, 10 e 20 de Agosto de 1922); “Toponímia mondinense” (do *Plano das memórias de Mondim da Beira*, Coimbra, 1922), p. 301-308; “Miudezas toponímicas”, p. 311-455 (conjunto de artigos extraídos de: *Revista da Sociedade de Instrução do Porto*, vol. III, 1883-1884, e vol. IV, 1884; *Revista Lusitana*; e *O Archeologo Português*); “Ideia sucinta de toponímia portuguesa”, p. 459-471 (da revista *Brasiliana*, I, Rio de Janeiro, 29-32); “Nomes vários”, p. 475-649.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Matéria filológica”, *Revista Lusitana*, vol. 29, 1931, p. 287-294.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Toponímia”, *Revista Lusitana*, vol. 30, 1932, p. 307-310.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Português dialectal da região de Xalma (Espanha)”, *Revista Lusitana*, vol. 31, 1933, p. 164-275.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Toponímia coimbrã (Breves deambulações pelo distrito)”, *O Instituto*, vol. 87, n.º 5, 1934, p. 485-497.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Canastrês”, *Revista Lusitana*, vol. 36, 1938, p. 315.
- VASCONCELOS, José Leite de, “Ementas gramaticais para a história da língua portuguesa”, *Revista Lusitana*, vol. 37, 1939, p. 5-31.
- VERNET GINÉS, Juan, “Toponímia árábica”, *Enciclopedia Lingüística Hispánica*, vol. I, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1960, p. 561-578.
- VIANA, A.[niceto] R.[eis] Gonçalves, “Materiais para o estudo dos dialectos portugueses”, *Revista Lusitana*, vol. 1, 1887-1889, p. 158-166, 195-226 e 310-319.
- VIANA, A. R. Gonçalves, “Etimologia de Moleiro”, *Revista Lusitana*, vol. 2, 1890-1892, p. 180-181.
- VIANA, A. R. Gonçalves, *Apostilas aos dicionários portugueses*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1906.
- VIANA, A. R. Gonçalves, “Léxico português”, *Revista Lusitana*, vol. 11, 1908, p. 238-247.

WILLIAMS, Edwin B., *Do latim ao português. Fonologia e morfologia históricas da língua portuguesa*, 4ª ed., Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, 1986.

ZAMORA VICENTE, Alonso, *Dialectología española*, 2ª ed., Editorial Gredos, Madrid, 1967.

Dicionários, enciclopédias, atlas e gramáticas descritivas

Atlas da História Mundial, Editorial Enciclopédia Limitada, Lisboa / Rio de Janeiro, 1992.

BLOCH, Oscar e WARTBURG, Walther von, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*, 5ª ed., Presses Universitaires de France, Paris, 1968.

CANGE, Carolus Dufresne Du, *Glossarium mediae et infimae latinitatis*, 10 vols., L. Favre, Niort, 1883-1887.

CASTELEIRO, João Malaca, ver *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa.

CINTRA, Luís F. Lindley, ver CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

COELHO, Francisco Adolfo, [Dicionário] *Manual etimológico da língua portuguesa: contendo a significação e prosódia*, P. Plantier Editor, Lisboa, s/d.

COROMINAS, Joan, *Diccionario Crítico Etimológico de la Lengua Castellana*, 4 vols., Editorial Gredos, Madrid, 1954-1957.

COROMINAS, Joan, *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico* con la colaboración de José A.[ntonio] PASCUAL, 5 vols. publicados, Editorial Gredos, Madrid, 1980-1983.

CUNHA, Antônio Geraldo da, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, 2ª ed. (4ª impressão), Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1991.

CUNHA, Celso e CINTRA, Luís F. Lindley, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 11ª ed., Edições João Sá da Costa, Lisboa, 1995.

Diccionario de la Lengua Española, Real Academia Española, 22ª ed., Editorial

Espasa Calpe, S.A., Madrid, 2001.

Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências de Lisboa, 2 vols., coordenação de João Malaca CASTELEIRO, Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo, Lisboa, 2001.

Encyclopedia (The) of Islam, New edition, vol. I, E. J. Brill, Leiden e Luzac & Co., Londres, 1960.

FERREIRA, António Gomes, *Dicionário de Latim-Português*, Porto Editora, Lda., Porto, s/d.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*, 2ª ed., Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.

FERREIRA, Pedro Augusto, ver *Portugal Antigo e Moderno*.

FERRONHA, António Luís (coordenação de), *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda (Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, União Latina), Lisboa, 1992.

FIGUEIREDO, Cândido de, *Dicionário de Língua Portuguesa*, 2 vols., 16ª ed., Lisboa, 1981 e 1982.

GHIOTTI, Candido, *Vocabolario Italiano-Francese e Francese-Italiano*. Il Novissimo Ghiotti. Edizione curata da Giulio CUMINO, G. B. Petrini, Torino, 1965.

Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, 40 vols., Editorial Enciclopédia, Lda., Lisboa / Rio de Janeiro, s/d.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, ver *Portugal Antigo e Moderno*.

MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 5 vols., 5ª ed., Livros Horizonte, Lisboa, 1989.

MARTINEZ ALMOYNA, Julio, *Dicionário de Espanhol-Português*, 2ª ed., Porto Editora, Porto, s/d.

MATEUS, Maria Helena Mira (e outras), *Gramática da Língua Portuguesa*, 6ª ed., Caminho, Lisboa, 2003.

MEYER-LÜBKE, Wilhelm, *Romanisches Etymologisches Wörterbuch [REW]*, Carl

Winters Universitätsbuchhandlung, Heidelberg, 1935.

ORTEGA CAVERO, David, *Dicionário Espanhol-Português*, Editorial Ramón Sopena, S.A., Barcelona, 1966.

PASCUAL, José A.[ntonio], ver COROMINAS, Joan, *Diccionario Crítico Etimológico Castellano e Hispánico*.

Portugal Antigo e Moderno. Dicionário geográfico, estatístico, corográfico, heráldico, arqueológico, histórico, biográfico e etimológico, 12 vols., organização de Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho LEAL, Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia (vol. 1 a 10) e Livraria Editora de Tavares Cardoso e Irmão (vols. 11 e 12), Lisboa, 1873-1890. O último volume foi concluído por Pedro Augusto Ferreira.

SILVA, António de Moraes, *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, 5 vols., 8ª ed., Editorial Confluência, Lda., Mem Martins, 1994.

TORRINHA, Francisco, *Dicionário Latino-Português*, 3ª ed., Ed. Marânus, Porto, 1945.

WARTBURG, Walther von, *Französisches Etymologisches Wörterbuch [FEW]*, Eine Darstellung des galloromanischen Sprachschatzes von..., 17 vols., 1928-1966. Volumes consultados: vol. 2, fasc. 1, B. G. Teubner, Leipzig e Berlim, 1940; fasc. 2, Helbing & Lichtenhahn, Basel, 1946; vol. 3, B. G. Teubner, Leipzig e Berlim, 1934.

WARTBURG, Walther von, ver BLOCH, Oscar e WARTBURG, Walther von, *Dictionnaire Étymologique de la Langue Française*.

Obras de carácter histórico, literário, etnográfico, artístico, geográfico...

ALVES, Adalberto, *O meu coração é árabe*, 2ª ed., Assírio & Alvim, Lisboa, 1991.

ALVES, Adalberto, *A herança árabe em Portugal*, Clube do Coleccionador dos Correios, Lisboa, 2001.

AZEVEDO, Carlos Moreira (coordenação de), *História religiosa de Portugal*, 3 vols., Círculo de Leitores, [Lisboa], 2000-2002. Artigo consultado, no vol. 1: LAVAJO, Joaquim Chorão, "Islão e Cristianismo: entre a tolerância e a guerra santa", p. 91-132;

- BARRUCAND, Marianne e BEDNORZ, Achim, *Arquitectura islámica en Andalucía*, Taschen, Colónia, 1992. Da p. 77 desta obra foi reproduzida a figura 3.
- BEDNORZ, Achim, ver BARRUCAND, Marianne e BEDNORZ, Achim, *Arquitectura islámica en Andalucía*.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, ver SERRÃO, Joel e MARQUES, A.[ntónio] H.[enrique] de Oliveira (direcção de), *Nova História de Portugal*, vol. III.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, “A estruturação concelhia do Condado Portucalense – D. Henrique”, *Biblos*, vol. LXXVI, 2000, p. 37-56.
- COSTA, Avelino de Jesus da, ver RODRIGUES, Manuel Augusto (direcção e coordenação de) e COSTA, Avelino de Jesus da (orientação científica de), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*.
- CRAVIDÃO, Fernanda Delgado, “Ficção, Espaço e Sociedade. Notas para uma leitura geográfica e social da obra de Alves Redol — *Avieiros*”, *Cadernos de Geografia*, n.º 11, Instituto de Estudos Geográficos, F.L.U.C., Coimbra, 1992, p. 37-47.
- DINIS, Júlio, *A Morgadinha dos Canaviais*, 2ª ed., Editora Ulisseia, Lisboa, [1987].
- FONSECA, Manuel da, *O Fogo e as Cinzas*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1972.
- GIL, Maria Olímpia da Rocha, “Arroteias do vale do Mondego durante o século XVI (Ensaio de história agrária)”, *Obras de Maria Olímpia da Rocha Gil*, vol. I, Direcção Regional da Cultura, Açores, 1997, p. 29-102.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, *Geografia de Portugal*, Portucalense, Porto, 1941.
- GIRÃO, Aristides de Amorim, “Fozeta, e não Fuzeta ou Fuseta”, *Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, n.º 14-15, Centro de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1957, p. 57-58.
- GONÇALVES, António Nogueira, *Joaquim de Vasconcelos e o opúsculo «São Pedro de Rates»*, Instituto de História da Arte, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1976.
- GONÇALVES, António Nogueira, *Estudos de História da Arte Medieval*, EPARTUR

(Edições Portuguesas de Arte e Turismo, L.^{da}), Coimbra, 1980.

GONÇALVES, Iria, "O nome próprio masculino no extremo norte de Portugal (Séculos XII e XIII)", *Biblos*, vol. LXXVII, 2001, p. 79-113.

Guia de Portugal, vol. III (Beira. I. Beira Litoral), 2^a ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, s/d [1984].

HERCULANO, Alexandre, *História de Portugal desde o começo da monarquia até ao fim do reinado de Afonso III*, 7^a edição (...) dirigida por David Lopes, 8 vols., Livrarias Aillaud & Bertrand, Paris-Lisboa e Livraria Francisco Alves Rio de Janeiro, S. Paulo, Belo Horizonte, 1914-1916. Foram consultados os volumes I (1914), II (1914), e III (1915).

HOMEM, Armando Luís de Carvalho, ver SERRÃO, Joel e MARQUES, A.[ntónio] H.[enrique] de Oliveira (direcção de), *Nova História de Portugal*, vol. III.

Livro das Lezírias d' El-Rei Dom Dinis. Transcrição, Estudo Introdutório e Notas de Bernardo de Sá Nogueira. Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.

LOPES, Óscar, ver SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*.

MANTAS, Vasco, "Oriente e Ocidente. Breves reflexões sobre uma longa história", *Biblos*, vol. II (2^a série), 2004, p. 59-97.

MARQUES, A.[ntónio] H.[enrique] de Oliveira, ver SERRÃO, Joel e MARQUES, A.[ntónio] H.[enrique] de Oliveira, *Nova História de Portugal*.

MARQUES, José, "As dioceses portuguesas até 1150", *Biblos*, vol. LXXVIII, 2002, p. 7-59.

MARTINS, Alfredo Fernandes, *O esforço do Homem na bacia do Mondego: ensaio geográfico*, Coimbra, 1940.

MATOSO, Fr. José, *L' Abbaye de Pendorada, des origines à 1160*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1962.

MATTOSO, José, "Os moçárabes", *Fragmentos de uma composição medieval*, Editorial Estampa, [Lisboa], 1993, p. 19-34. Artigo anteriormente publicado

na *Revista Lusitana*, Nova Série, 6, 1985, p. 5-24.

MATTOSO, José (direcção e coordenação de), *História de Portugal*, 8 vols., Editorial Estampa, [Lisboa], 1993. Artigos consultados, no vol. 1: FABIÃO, Carlos, “A romanização do actual território português”, p. 203-299; MATTOSO, José, “As histórias do poder”, p. 305-322; IDEM, “A decomposição do mundo romano”, p. 323-339; IDEM, “A emergência do mundo medieval”, p. 339-359; TORRES, Cláudio, “A terra e os homens”, p. 363-383; IDEM, “Os recursos e os poderes”, p. 385-403; IDEM, “Os rituais da vida e da morte”, p. 405-415; MACÍAS, Santiago, “Resenha dos factos políticos”, p. 417-429; MATTOSO, José, “Origens”, p. 441-447; IDEM, “Espaços”, p. 449-463; IDEM, “Poderes”, p. 465-507; IDEM, “Religião e cultura”, p. 509-529; IDEM, “O Ocidente na política asturiano-leonesa”, p. 531-541; IDEM, “As transformações do século XI”, p. 543-562. Artigos consultados, no vol. 2: MATTOSO, José, “A emergência de uma unidade política e a conquista da autonomia (1096-1139)”, p. 24-64; IDEM, “A monarquia guerreira (1139-1190)”, p. 64-95; IDEM, “Sessenta anos de crise (1190-1250)”, p. 95-133; IDEM, “O triunfo da monarquia” p. 133-163; SOUSA, Armindo de, “A população”, p. 327-360. As figuras 6 e 8 foram reproduzidas, respectivamente, das p. 523 e 489 do vol. 1.

MERÊA, Paulo, *De "Portucale" (Civitas) ao Portugal de D. Henrique*, Portucalense, Porto, 1944.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, ver *Livro das Lezírias d' El-Rei Dom Dinis*.

OLIVEIRA, P.^o Miguel de, *As paróquias rurais portuguesas. Sua origem e formação*, União Gráfica, Lisboa, 1950.

OLIVEIRA, P.^o Miguel de, *História eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994.

PERES, Damião (coordenação de), *História de Portugal ilustrada*, vol. I, Barcelos, 1928. Artigo consultado: LOPES, David, Artigo sobre a influência árabe [e, em menor grau, moçárabe], p. 426-428.

PICARD, Christophe, *Le Portugal musulman (VIII^e – XIII^e siècle): l'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Maisonneuve et Larose, Paris,

2000.

PIMPÃO, A.[Ivaro] J.[úlio] da Costa, *História da Literatura Portuguesa (Idade Média)*, 2ª ed., Atlântida Editora, Coimbra, 1959.

QUEIRÓS, [José Maria] Eça de, *A Ilustre Casa de Ramires*, Livros do Brasil, Lisboa, s/d.

RIBEIRO, Orlando, *Introduções geográficas à história de Portugal. Estudo crítico*, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, Lisboa, 1977.

RODRIGUES, Manuel Augusto (direcção e coordenação de) e COSTA, Avelino de Jesus da (orientação científica de), *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Arquivo da Universidade, Coimbra, 1999.

SANTOS, Henrique Mateus dos, *Monografia histórica de Cernache e apontamentos biográficos: lendas – anexos*, Estamparia do Banco de Portugal, Lisboa, 1921.

SARAIVA, António José e LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 14ª ed., Porto Editora, Porto, 1987.

SARAIVA, José Hermano (direcção de), *História de Portugal*, 3 vols., Publicações Alfa, [Lisboa], 1983. Artigos consultados, no vol. 1: CENTENO, Rui, “A dominação romana”, p. 149-212; ARAÚJO, Luís Manuel de, “Os Muçulmanos no Ocidente Peninsular”, p. 245-290; BARBOSA, Pedro Gomes, “Arte e cultura do Império Romano à fundação da nacionalidade”, p. 363-398; MATTOSO, José, “O Condado Portucalense”, p. 419-468; NOGUEIRA, José Artur Anes Duarte, “As instituições e o direito”, p. 773-810. As figuras 1, 2, 4 e 5 foram reproduzidas, respectivamente, das p. 434, 648, 251 e 277 deste vol. 1.

SERRÃO, Joel (coordenação de), *Dicionário de História de Portugal*, 4 vols., Iniciativas Editoriais, Lisboa, 1963-1971. Artigos consultados, no vol. I (1963): MACHADO, José Pedro, “Árabe, Língua (em Portugal)”, p. 165-166; IDEM, “Árabes na Península”, p. 166-167; IDEM, “Arabismo em Portugal”, p. 170-171; SOARES, Torquato de Sousa, “Concelhos”, p. 651-653; IDEM, “Condado Portucalense”, p. 659-661. Artigo consultado, no vol. II (1965): SOARES, Torquato de Sousa, “Ermamento”, p. 71-73. Artigos consultados,

no vol. III (1968): MACHADO, José Pedro, “Moçárabes”, p. 87; GUERREIRO, Manuel Viegas, “Mouros” [Mourarias], p. 116-118; GUSMÃO, Adriano de, “Mudéjar, Arte”, p. 118-121; MATOSO, José, “Portucale”, p. 432; IDEM, “Presores”, p. 475; CASTRO, Armando, “Presúrias”, p. 485-486; MATOSO, José, “Reconquista”, p. 544.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.[ntónio] H.[enrique] de Oliveira (direcção de), *Nova História de Portugal*, vol. III: “Portugal em definição de fronteiras (1096-1325). Do Condado Portucalense à Crise do Século XIV”, coordenação de Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem, 1ª ed., Ed. Presença, Lisboa, Maio de 1996. Artigos consultados: MARQUES, A. H. de Oliveira, “Introdução”, p. 11-12; IDEM, “A constituição de um condado”, p. 13-23; MARQUES, Maria Alegria Fernandes, “A viabilização de um reino”, p. 23-37; IDEM, “As etapas de crescimento do reino”, p. 37-64; MARQUES, A. H. de Oliveira, FERNANDES, Hermenegildo, e MACEDO, Francisco Pato de, “O campo muçulmano”, p. 64-88; GOMES, Saul António, “Grupos étnico-religiosos e estrangeiros”, p. 309-383; IDEM, “Mundo Rural e Mundo Urbano”, p. 386-399.

STRUIK, Dirk J.[an], *História Concisa das Matemáticas*, Gradiva, Lisboa, 1992.

TORRES, Flausino, *Portugal. Uma perspectiva da sua história*, Ed. Afrontamento, Porto, 1974.

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia geográfica* (I. Coutos de Alcobaca. II. Campo de Coimbra. Com dois mapas), separata de *Biblos*, vol. VI, n.ºs 3-4, 1930.

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização*, vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa, 1936.

VASCONCELOS, José Leite de, *Etnografia portuguesa: tentame de sistematização* (elaborado segundo os materiais do Autor, ampliados com nova informação por M. Viegas Guerreiro. Notícia introdutória, notas e conclusão de Orlando Ribeiro), vol. IV, Imprensa Nacional, Lisboa, 1958.

VENTURA, Leontina, “Coimbra medieval. 1. A gramática do território”, *Biblos*, vol. LXXVI, 2000, p. 19-36.

Revistas

- Al-Andalus*, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1933-1978.
- Anuario de Letras*, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional Autónoma de México, México, 1961-.
- Arqueólogo (O) Português: coleção ilustrada de materiais e notícias*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1895-.
- Arquivo do Distrito de Aveiro*, Edição de Francisco Ferreira Alves, Aveiro, 1935-1976.
- Biblos*, Boletim da Biblioteca da Faculdade de Letras / Revista da Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1925-.
- Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*, Biblioteca Pública Municipal, Matosinhos, 1954-1988.
- Boletim da Classe de Letras*, ver *Boletim da Segunda Classe*.
- Boletim da Segunda Classe*, posteriormente intitulado *Boletim da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa*, Lisboa, 1903-1929. A partir do volume VI, 1913, a edição passou a ser da Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Boletim [Mensa] da Sociedade de Língua Portuguesa*, A. Martins da Cruz, Lisboa, 1949-1975. Continuado por *Língua Portuguesa: boletim da Sociedade da Língua Portuguesa*.
- Boletim de Filologia*, Centro de Estudos Filológicos / Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1932-1992.
- Boletim do Centro de Estudos Geográficos*, Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, 1950-1967.
- Boletín de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, Real Academia de Buenas Letras de Barcelona, Barcelona, 1901-.
- Bracara Augusta: revista cultural da Câmara Municipal de Braga*, Câmara Municipal de Braga, Braga, 1950-.
- Cadernos de Geografia*, Instituto de Estudos Geográficos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1983-.

Diacrítica: revista do Centro de Estudos Humanísticos, Universidade do Minho, Braga, 1986-.

Estudios humanísticos. Filología, Universidad de León, Facultad de Filosofía y Letras, León, 1984-.

Estudos Etnográficos, Filológicos e Históricos, Junta da Província do Douro Litoral, Porto, 1948-.

Humanitas, Instituto de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 1947-.

Instituto (O), Jornal Científico e Literário [Revista Científica e Literária], Imprensa da Universidade, Coimbra, 1853-1981.

Insulana, Instituto Cultural de Ponta Delgada, Ponta Delgada, 1944-.

Labor: revista trimestral do Liceu de Vasco da Gama, Liceu de Vasco da Gama, Aveiro, 1926-.

Language, Journal of the Linguistic Society of America, Washington, D. C., 1924-.

Língua portuguesa: boletim da Sociedade de Língua Portuguesa, Sociedade de Língua Portuguesa, Lisboa, 1976-, ver *Boletim [Mensa] da Sociedade de Língua Portuguesa*.

Revista da Universidade de Coimbra, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1912-.

Revista de Filología Española, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Madrid, 1914-.

Revista de Filología Hispánica, Instituto de Filología, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 1939-1946.

Revista de Guimarães, Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1884-.

Revista de Portugal, série A - Língua Portuguesa, Edição de António de Azevedo Pinto, Lisboa, 1942-.

Revista dos Cursos de Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba / Brasil, 1953-. Continuada por *Revista Letras*.

Revista Letras, ver *Revista dos Cursos de Letras*.

Revista Lusitana: arquivo de estudos filológicos e etnológicos relativos a Portugal, 38 vols., Livraria Portuense, Porto 1887-1943. A partir do vol. 5, passou a ser publicada em Lisboa, tendo mudado várias vezes de editor.

Revista Portuguesa de Filologia, Casa do Castelo / Instituto de Estudos Românicos / Instituto de Língua e Literatura Portuguesas, Coimbra, 1947-.

Revue Hispanique, Picard, Paris, 1894-1933.

Romance Philology, University of California Press, Berkeley, 1947-.

Rua Larga: revista da Reitoria da Universidade de Coimbra, 2003-.

Textos breves de jornais e revistas

CARDOSO, A.[ntónio] Brito, “Raízes da fé cristã na Diocese de Coimbra – Moçárabes e moçarabismo”, *Correio de Coimbra*, 01-06-2000, p. 7.

CATARINO, Helena e FILIPE, Sónia, “Segredos e lições do Pátio da Universidade”, *O Paço das Escolas*, publicação colecionável, parte integrante de *Rua Larga*, n.º 1, Junho de 2003, p. 2-4.

FILIPE, Sónia, ver CATARINO, Helena e FILIPE, Sónia, “Segredos e lições do Pátio da Universidade”.

FIRMINO, Teresa, “Ovelhas de Portugal foram melhoradas pelos árabes”, *Público*, 21-09-2004, p. 30.

GIRALDES, Manuel, “O legado do *Al-Andalus*”, *Além-Mar*, n.º 504, Maio, 2002, p. 42-44.

HESPANHA, António Manuel Botelho, “O Ocidente tem-se metido numa série de alhadas sem as perceber”, *Rua Larga*, n.º 2, Outubro de 2003, p. 43-46.

LANÇA, Filomena e CUNHA, António, “Herança Mourisca”, *Focus*, n.º 74, 18-03-2001, p. 42-46.

MONTEIRO, João Gouveia, “Ocidente, Oriente: diálogo de civilizações”, *Rua Larga*, n.º 2, Outubro de 2003, p. 41-42.

NUNES, Mário, “Da cidade romana ao Palácio da Universidade”, *Diário de Coimbra*, 29-06-2003, p. 15.

PIMENTEL, António Filipe, "Singularidades do Paço Real da Sabedoria", *O Paço das Escolas*, publicação colecionável, parte integrante de *Rua Larga*, n.º 1, Junho de 2003, p. 5-7.

RODRIGUES, Manuel Augusto, "Antigo Mosteiro de S. Jorge transformado em Universidade", *Diário de Coimbra*, 16-10-1999, p. 17, e *Diário de Coimbra*, 17-10-1999, p. 16.

RODRIGUES, Manuel Augusto, "Maimónides ou Rambam no 8.º centenário da sua morte", *Diário de Coimbra*, 15-04-2004, p. 8.

VELOSO, Maria Teresa Nobre, "Evocando a memória da reconquista cristã de Coimbra a 9 de Julho de 1064", *Diário de Coimbra*, 09-07-2004, p. 11.

Textos sonoros e filmicos

Ciclos da Rádio, R. D. P., 17 de Outubro de 1992.

Moura encantada, Jornal Nacional, TVI, 11-07-2004.

TAVARES, Maria José Ferro, *A presença moura em Portugal*, Universidade Aberta, 1990.

TAVARES, Maria José Ferro, *A presença germânica em Portugal*, Universidade Aberta, 1994.

TAVARES, Maria José Ferro, *O domínio muçulmano*, Universidade Aberta, 1994.

The Bridge, WDW Film & Video Production Ltd., 1996.

Fontes electrónicas¹⁸⁸⁸

A língua portuguesa, <http://www.leca.ufrn.br/portugues/>

A língua portuguesa, <http://www.terravista.pt/FerNoronha/2030/htm>

ALBAIGES, Josep Maria, *La toponimia, ciencia del espacio*,

<http://www.mensa.es/toponimia.html>

¹⁸⁸⁸ Dada a constante actualização das fontes electrónicas consultadas, tanto os endereços mencionados como os conteúdos das páginas podem ter entretanto desaparecido ou sofrido

ALVES, Adalberto, *Portugal. Ecos de um passado árabe*,

<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/lazuli/01/port/ecos.pdf>

Arquitectura asturiana y mozárabe, <http://usuarios.commm.com/tramuntana/>

Arte mozárabe en Cantábria,

<http://www.cantabria.org/gobierno/turismo/ditur/Mozarabe.htm>

Associação Nacional de Municípios Portugueses, <http://www.anmp.pt>

Classical music, <http://www.fwkc.com/encyclopedia/low/articles/c/c004001467f.html>

Cocina tradicional, <http://www.ciberjob.org/cocina/tradicional/mozarabe.htm>

Comparsa "Mozárabes", <http://web.jet.es/sago/mozarabes.htm>

COTARELO VALLEDOR, Armando, *Relatorio sobre a lingua galega en Asturias*,

<http://www.geocities.com/Athens/Forum/6189/rom-el.htm>

El estilo mudéjar, <http://empresas.arrakis.es/sahagun-ayto/artmud.htm>

El mozárabe leonés, <http://www.ddcb.com/rdv/mozarabe/index.htm>

ELÍA, R.[icardo] H. Shamsuddín, *Al-Ándalus I (711-1010). El califato de Córdoba*,

<http://www.organizacionislam.org.ar/Andalus.htm>

ELÍA, R. H. Shamsuddín, *El arte mudéjar en Europa y America*,

<http://www.organizacionislam.org.ar/mudejart.htm>

Ensemble Moçárabe – música medieval, <http://www.betokalulu.com/ramos.htm>

FERNANDES, Fabiano, "A cidade de Coimbra no contexto dos conflitos entre cristãos

nortenhos e moçárabes. Séculos XI-XII",

<http://www.revistatemalivre.com/fabiano02.html>

Freguesia de Garvão, <http://www.anafre.pt/template/frames>

GARCÍA GÓMEZ, Ramón, *Una visión del Rito Mozárabe. Historia y Caracteres*,

<http://personal1.iddeo.es/ret002rs/mozarabe/introduccion.html>

Geografía e Historia – El arte mozárabe, <http://www.serrablo.org/Geograf/geograf4.htm>

Geografía e Historia – La época de los castillos,

<http://www.serrablo.org/Geograf/geograf6.htm>

Geografía e Historia – La iglesia serrablesa,

<http://www.serrablo.org/Geograf/geograf5.htm>

Geografía e Historia – La vocación campesina,

<http://www.serrablo.org/Geograf/geograf8.htm>

Geografía e Historia – Siglos de Artesanía,

<http://www.serrablo.org/Geograf/geograf7.htm>

Geografía e Historia – Vocación de comunidad,

<http://www.serrablo.org/Geograf/geograf9.htm>

GRIGORIEV, V., *Las ideas del académico Vladimir Shishmariov y el estado actual de*

los estudios iberorrománicos, <http://www.aha.ru/~skudra/GRIG.html>

História [dos Hospitais da Universidade de Coimbra],

<http://www.huc.min-saude.pt/huc2.html>

História da língua portuguesa, <http://www.malhatlantica.pt/jorgefborges/hist.html>

Historia Mozarabe, <http://web.jet.es/sago/historia.htm>

Historia Mozárabe, <http://web.jet.es/sago/historia.htm>

<http://www.gente.chueca.com/talaverajoven/gastron.htm>

<http://www.maga.tripod.com/biblgfia.htm>

<http://www.acocinar.com/cabrimiel.htm>

<http://www.anmp.pt/munp>

<http://www.cesaraugusta.com/mudejar/03/andalucia.htm>

<http://www.cesaraugusta.com/mudejar/03/aragon.htm>

<http://www.cesaraugusta.com/mudejar/03/castilla.htm>

<http://www.cesaraugusta.com/mudejar/03/toledo.htm>

<http://www.encomix.es/~chema/cronista/cardus.htm>

<http://www.esec-d-dinis-lsb.rcts.pt/marv.htm>

<http://www.euskalnet.net/tz/Origenes.htm>

<http://www.gastronova.com/acomer/gastrorecetas/15.htm>

<http://www.granadaempresarial.com/gremini36.html>

<http://www.hottopos.com/rih6/jordi.htm>

<http://www.malhatlantica.pt/sinrantiga/mucu.htm>

<http://www.naus.com.br/portal/fixo/montemor.htm>

<http://www.terravista.pt/bilene/1754/historial.htm>

<http://www.terravista.pt/portosanto/1631/redinha.htm>

<http://www.wam.umd.edu/~mraquel/RECETAS/cordero.htm>

<http://www.webislam.com/98/20-04-07.htm>

<http://www.alu.por.ulusiada.pt/21556498/pag2.htm>

Instituto Geográfico Português, <http://www.igeo.pt>

KAHALAF, Lara, *Influencia del Árabe en la Lengua Española*,

<http://www.alarde.com/revista/articulos/lenguaarabe/losarabes.html>

La Filà Mozárabes, <http://server-die.alc.upv.es/Alcoy/Mozarabes/historia.htm>

La Lengua Andaluza Aljamiada, <http://www.andalucia.cc/adarve/sinanimos-3.htm>

LAGARTOS, Pablo, *Lengua y Habla*,

<http://www.kobo.es/srm/xtras/arismagica/lenghabl.html>

Língua portuguesa no Mundo? A unidade na diversidade,

http://www.virtus.ufpe.br/clipping/m_04.htm

Língua portuguesa, <http://orbita.starmedia.com/~molesapura/Portugues.htm>

MACEDO, José Braga de, HENRIQUES, Mendo Castro e MALTEZ, José Adelino,

“Bem comum dos portugueses (em progresso)”,

<http://www.fe.unl.pt/jbmacedo/pt/bemcap1.html>

Minde, <http://www.cm-alcanena.pt/concelho/indexm0406.asp>.

Mozárabe. Lengua, <http://web.jet.es/sago/lengua.htm>

O início da transmissão das ciências e cultura arábico-islâmica,

<http://www.alfurqan.pt/temas/trans.html>

O vestuário português dos séculos XV e XVI,

<http://www./trajes.no.sapo.pt/GlossarioVestuário.secXV.XVI.htm>

OLAVIDE, Begoña (dirección de), *Mudéjar. La Huella de Al-Andalus en la Música Española*,

<http://www.mojacaronline.com/005/mudejar.html>

Os Templários, <http://www.terravista.pt/portosanto/1631/templarios.htm>

Página del arte Visigótico y Mozárabe, <http://www.arrakis.es/~jalp/.index1.htm>

Artigos consultados:

“Sta. Comba de Bande (Orense)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.stacomba.htm>

“San Pedro de la Mata (Toledo)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.mata.htm>

“San Juan de Baños (Palencia)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.banos.htm>

“Quintanilla de las Viñas (Burgos)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.vinas.htm>

“Herrería de Compludo (León)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.compludo.htm>

“San Pedro de Montes (León)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.montes.htm>

“San Miguel de Escalada (León)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.escalada.htm>

“Santiago de Peñalba (León)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.penalba.htm>

“Santo Tomás de las Ollas (León)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.ollas.htm>

“San Baudelio de Berlanga (Soria)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.baudelio.htm>

“Santa Maria de Lebeña (Cantabria)”, <http://www.arrakis.es/~jalp/.lebena.htm>

PIZARRO MORENO, Manuel, *Arte mudéjar y sensibilidad actual*,

<http://www.organizacionislam.org.ar/mudejart.htm>

QUENTAL, Antero de, “Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos”, http://www.arqnet.pt/portal/discursos/maio_julho01.html

RIBEIRO, Carlos Leite, *Terras e gentes de Portugal. Leiria – capital de distrito e da alta Estremadura*, <http://www.terravista.pt/baiagatas/2172/portugal/leiria.htm>

RODRIGUES, Adriano Vasco, *Uma explicação para o nome e culto da Senhora do Mileu*, http://www.novaguarda.pt/180899/g_opi5.htm

ROSSO DEL BRENNIA, Giovanna, “Sobre la componente «mourisca» de la arquitectura brasileña”, <http://www.organizacionislam.org.ar/mudejart.htm>

Ruta del Mudéjar en Zaragoza. Aragón,

<http://aragonesasi.com/zaaragoza/mudezara.htm>

SILVA, José Pereira da, *Contribuição árabe na formação do português. Vocabulário português legado pelos árabes*, <http://filologia.org.br>

The Columbia Encyclopedia, <http://www.bartleby.com>

Artigos consultados:

“Moors”, <http://www.bartleby.com/65/mo/Moors.html>

“Moorish art and architecture”, <http://www.bartleby.com/65/mo/Moorisha.html>

“Mozarabs”, <http://www.bartleby.com/65/mo/Mozarabs.html>

“Mudéjar”, <http://www.bartleby.com/65/mu/Mudejar.html>

Traje oficial de la comparsa “Mozárabes”, <http://web.jet.es/sago/traje.htm>

Vila da Benedita - Origens e tradições,

<http://www.terravista.pt/nazare/2457/Origens.htm>.

Vila de Pataias – História, <http://www.eb23-pataias.rcts.pt>

ZAMORA, Sergio, *Historia del idioma español. El origen, en otras palabras*,

<http://www.el-castellano.com/origen.html>

Fontes cartográficas

Cartas militares – Portugal Continental, escala 1:25 000, Ministério do Exército, Serviço Cartográfico do Exército, [Lisboa], 1967.

Números das cartas consultadas: 126 a 129, 134 a 140, 143 a 150, 153 a 159, 163 a 168, 173 a 179, 184 a 190, 195 a 201, 206 a 211, 217 a 222, 228 a 233, 239 a 244, 249 a 254, 260 a 265, 272 a 276, 284 a 288, 296 a 298, 307, 308, 316 a 318, 326, 327, 337 a 339 e 350.

MAGNI, José Carlos, *Mappa topografico do Bispado de Coimbra com todas as vilas, parochias e lugares* [88 vilas, 232 parochias e 1494 lugares], 1797 (mapa da colecção particular do Prof. Doutor Carlos Alberto Nabais Conde, exposto na mostra *Olhar o mundo, ler o território. Uma viagem pelos mapas*, organizada pelo Centro de Estudos Geográficos no âmbito de *Coimbra Capital Nacional da Cultura 2003*).

Reportório Toponímico de Portugal, 03 - Continente, 3 vols., Ministério do Exército,

Serviço Cartográfico do Exército, [Lisboa], 1967.

ANEXO I

TOPÓNIMOS MOÇÁRABES

Topónimo	Concelho	Distrito
<i>A do Marrel</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Abeçada</i>	Sever do Vouga	Aveiro
<i>Abegão</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Abegões</i>	Penalva do Castelo	Viseu
<i>Abessada</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Abessadas</i>	Santa Maria da Feira	Aveiro
<i>Abetureiras</i>	Figueira da Foz	Coimbra
<i>Abitureira</i>	Arouca	Aveiro
<i>Abitureira</i>	Figueiró dos Vinhos	Leiria
<i>Abitureira</i>	Figueiró dos Vinhos	Leiria
<i>Abitureira</i>	Mealhada	Aveiro
<i>Aboadela</i>	Lamego	Viseu
<i>Abóbada</i>	Tondela	Viseu
<i>Aboboreiras</i>	Mira	Coimbra
<i>Abraveia</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Abraveia</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Abravezes</i>	Viseu	Viseu
<i>Abrunhal</i>	Arouca	Viseu
<i>Abrunhal</i>	Viseu	Viseu
<i>Abrunheira</i>	Arganil	Coimbra
<i>Abrunheira</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Abrunheira</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Abrunheira</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Abrunheira</i>	Figueira da Foz	Coimbra
<i>Abrunheira</i>	Figueiró dos Vinhos	Leiria
<i>Abrunheira</i>	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Abrunheira</i>	Oliveira do Bairro	Aveiro
<i>Abrunheira</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Abrunheiras</i>	Ansião	Leiria
<i>Abrunheiros</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Abrunhosa</i>	Mangualde	Viseu
<i>Abrunhosa</i>	Sátão	Viseu
<i>Abrunhosa do Mato</i>	Mangualde	Viseu

<i>Abrunhosa-a-Velha</i>	Mangualde	Viseu
<i>Achada</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Achada do Cachinho</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Achada do Pontão</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Achadas</i>	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Achadas</i>	Pombal	Leiria
<i>Acubela</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Adairas</i>	Tondela	Viseu
<i>Afonsim</i>	Sátão	Viseu
<i>Agodim</i>	Leiria	Leiria
<i>Água de Alte</i>	Águeda	Aveiro
<i>Água de Alte</i>	Arganil	Coimbra
<i>Água de Alte</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Água de Alte</i>	Viseu	Viseu
<i>Aguaneiras</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aguim</i>	Anadia	Aveiro
<i>Aguincheira</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aguincheira</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aguincho</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Aguincho</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aido</i>	Anadia	Aveiro
<i>Aido</i>	Arouca	Aveiro
<i>Aido</i>	Carregal do Sal	Viseu
<i>Aido</i>	Castelo de Paiva	Aveiro
<i>Aido</i>	Castelo de Paiva	Aveiro
<i>Aido</i>	Castelo de Paiva	Aveiro
<i>Aido</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Aido</i>	Cinfães	Viseu
<i>Aido</i>	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Aido</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aido das Figueiras</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aido de Além</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aido de Além</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aido de Além</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido de Além</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido de Além</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aido de Além</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aido de Baixo</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aido de Baixo</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido de Baixo</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aido de Baixo</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aido de Cabanas</i>	Carregal do Sal	Viseu

<i>Aido de Cima</i>	Arouca	Aveiro
<i>Aido de Cima</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aido de Cima</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido do Carvalho</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aido do Meio</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aido do Meio</i>	Oliveira de Azeméis	Aveiro
<i>Aido do Meio</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Aido do Meio</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Aidos</i>	Cinfães	Viseu
<i>Aidos</i>	Oliveira de Frades	Viseu
<i>Airas</i>	Santa Maria da Feira	Aveiro
<i>Airas</i>	Santa Maria da Feira	Aveiro
<i>Airas</i>	Tábua	Coimbra
<i>Aivão</i>	Viseu	Viseu
<i>Alagoa</i>	Águeda	Aveiro
<i>Alagoa</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Alagoa</i>	Ansião	Leiria
<i>Alagoa</i>	Arganil	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Arganil	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Arouca	Aveiro
<i>Alagoa</i>	Cantanhede	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Carregal do Sal	Viseu
<i>Alagoa</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Alagoa</i>	Góis	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Oliveira de Frades	Viseu
<i>Alagoa</i>	Oliveira de Frades	Viseu
<i>Alagoa</i>	Oliveira do Bairro	Aveiro
<i>Alagoa</i>	Oliveira do Bairro	Aveiro
<i>Alagoa</i>	Pedrógão Grande	Leiria
<i>Alagoa</i>	Penacova	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Peniche	Leiria
<i>Alagoa</i>	Santa Comba Dão	Viseu
<i>Alagoa</i>	Santa Comba Dão	Viseu
<i>Alagoa</i>	Soure	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Tábua	Coimbra
<i>Alagoa</i>	Viseu	Viseu
<i>Alagoa</i>	Viseu	Viseu
<i>Alagoa das Casas</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Alagoa das Talhas</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Alagoas</i>	Arganil	Coimbra
<i>Alagoas</i>	Arouca	Aveiro
<i>Alagoas</i>	Carregal do Sal	Viseu
<i>Alagoas</i>	Miranda do Corvo	Coimbra
<i>Alagoas</i>	Pedrógão Grande	Leiria

Alagoas	Penalva do Castelo	Viseu
Alagoas	Soure	Coimbra
Alagoeira	Peniche	Leiria
Alagoinhas	Viseu	Viseu
Álamos	Lamego	Viseu
Albandeira	Cinfães	Viseu
Albarqueira	Penacova	Coimbra
Albarqueira	Penacova	Coimbra
Albarrada	Santa Maria da Feira	Aveiro
Albarrol	Ansião	Leiria
Albarrol	Miranda do Corvo	Coimbra
Albarrol	Vila Nova de Ourém	Santarém
Albitelhe	Vouzela	Viseu
Alboi	Aveiro	Aveiro
Albugada	Coimbra	Coimbra
Alcabideque	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Alcanadas	Batalha	Leiria
Alcangosta	Vila Nova de Ourém	Santarém
Alcarnachal	Montemor-o-Velho	Coimbra
Alcobaça	Alcobaça	Leiria
Alcobe	Tondela	Viseu
Alcobela	Águeda	Aveiro
Alcofra	Vouzela	Viseu
Alcogulhe	Leiria	Leiria
Alcogulhe de Cima	Leiria	Leiria
Alcouce	Armamar	Viseu
Alcouce	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Alcouce	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Alcouce	Santa Maria da Feira	Aveiro
Alcouce	Tondela	Viseu
Alcoutia	Coimbra	Coimbra
Alfafar	Penela	Coimbra
Alfaites	Leiria	Leiria
Alfarelos	Soure	Coimbra
Alfarelos	Soure	Coimbra
Alfeiteiras	Cantanhede	Coimbra
Alfocheira	Lousã	Coimbra
Algar de Janeia	Penela	Coimbra
Algraves	Vagos	Aveiro
Alquerque	São Pedro do Sul	Viseu
Aljazedo	Ansião	Leiria
Aljazedo	Figueira da Foz	Coimbra
Aljubarrota	Alcobaça	Leiria
Almalaguês	Coimbra	Coimbra
Almalho	Albergaria-a-Velha	Aveiro

Almargem	Viseu	Viseu
Almargens	Tondela	Viseu
Almeirão	Coimbra	Coimbra
Almoster	Alvaiázere	Leiria
Alombada	Águeda	Aveiro
Alpalhão	Anadia	Aveiro
Alpedriz	Alcobaça	Leiria
Alpendurada	Coimbra	Coimbra
Alpossos	Santa Maria da Feira	Aveiro
Alqueidão	Alcobaça	Leiria
Alqueidão	Ansião	Leiria
Alqueidão	Ansião	Leiria
Alqueidão	Ansião	Leiria
Alqueidão	Caldas da Rainha	Leiria
Alqueidão	Figueira da Foz	Coimbra
Alqueidão	Figueira da Foz	Coimbra
Alqueidão	Lamego	Viseu
Alqueidão	Leiria	Leiria
Alqueidão	Pombal	Leiria
Alqueidão	Porto de Mós	Leiria
Alqueidão	Porto de Mós	Leiria
Alqueidão	Vila Nova de Ourém	Santarém
Alqueidão	Vila Nova de Ourém	Santarém
Alqueidão da Serra	Porto de Mós	Leiria
Alqueidão das Cortes	Leiria	Leiria
Alqueidão de Maças de D. Maria	Alvaiázere	Leiria
Alqueidão de Pussos	Alvaiázere	Leiria
Alquetes	Lamego	Viseu
<i>Alto de Turquel</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Alto do Alminde</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Alto do Trevim</i>	Lousã	Coimbra
<i>Alto dos Moledos</i>	Mangualde	Viseu
Alufinha	Resende	Viseu
Alvalade	Coimbra	Coimbra
Alvangeiras	Leiria	Leiria
Alvarelhos	Carregal do Sal	Viseu
Alvarim	Águeda	Aveiro
Alvarim	Arganil	Coimbra
Alvarim	Tondela	Viseu
Alveite Grande	Vila Nova de Poiares	Coimbra
Alveite Pequeno	Lousã	Coimbra
Alvite	Moimenta da Beira	Viseu
Alvite de Baixo	Arouca	Aveiro
Alvite de Cima	Arouca	Aveiro
Alvoeira	Tábua	Coimbra

Alvogada	Carregal do Sal	Viseu
Alvorge	Ansião	Leiria
Alvorninha	Caldas da Rainha	Leiria
Amaral	São Pedro do Sul	Viseu
Ameixeira	Ansião	Leiria
Ameixeira	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Ameixeirinha	Vila Nova de Poiares	Coimbra
Ameixeira	Alvaiázere	Leiria
Ameixeira	Ansião	Leiria
Ameixeira	Arouca	Aveiro
Ameixeira	Castanheira de Pera	Leiria
Ameixeira	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Ameixeira	Mira	Coimbra
Ameixeira	Pombal	Leiria
Ameixeira	Porto de Mós	Leiria
Ameixeiraria ou Ameixeraria	Pombal	Leiria
Ameixieiras	Vila Nova de Poiares	Coimbra
Ameixieirinha	Pombal	Leiria
Ameixieirinha	Porto de Mós	Leiria
Ameixiosa	São Pedro do Sul	Viseu
Ameixoeira	Cantanhede	Coimbra
Ameixoeira	Leiria	Leiria
Ameixoeira	Pedrógão Grande	Leiria
Ameixoeiras	Anadia	Aveiro
Ameixoeiras	Cantanhede	Coimbra
Amoreira	Figueira da Foz	Coimbra
Amoreira	Lamego	Viseu
Amoreira	Leiria	Leiria
Amoreira	Óbidos	Leiria
Amoreira	Oliveira do Bairro	Aveiro
Amoreira Cimeira	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Amoreira da Gândara	Anadia	Aveiro
Amoreira de Repolão	Oliveira do Bairro	Aveiro
Amoreira de Sangalhos	Anadia	Aveiro
Amoreira Fundeira	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Amoreiras	Lamego	Viseu
Amoreirinha	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Amorim	Santa Maria da Feira	Aveiro
Anadia	Anadia	Aveiro
Andrinos	Leiria	Leiria
Antes	Mealhada	Aveiro
Antuzede	Coimbra	Coimbra
Arazede	Montemor-o-Velho	Coimbra
Ardena	Cinfães	Viseu
Arnais	Leiria	Leiria

Arnal	Leiria	Leiria
Arnal	Mealhada	Aveiro
Arnal	Pombal	Leiria
Arnas	Sernancelhe	Viseu
Arneirinho	Cantanhede	Coimbra
Arneiro	Alcobaça	Leiria
Arneiro	Anadia	Aveiro
Arneiro	Coimbra	Coimbra
Arneiro	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Arneiro	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiro	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiro	Leiria	Leiria
Arneiro	Lousã	Coimbra
Arneiro	Lousã	Coimbra
Arneiro	Mira	Coimbra
Arneiro	Montemor-o-Velho	Coimbra
Arneiro	Montemor-o-Velho	Coimbra
Arneiro	Pombal	Leiria
Arneiro	Pombal	Leiria
Arneiro	Soure	Coimbra
Arneiro da Arruda	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiro da Pereira	Leiria	Leiria
Arneiro de Fora	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiro de São João	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiro de Sazes	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiro do Cepo	Montemor-o-Velho	Coimbra
Arneiro do Pisão	Pombal	Leiria
Arneiro do Tecelão	Cantanhede	Coimbra
Arneiro Tecelão	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiros	Aveiro	Aveiro
Arneiros	Cantanhede	Coimbra
Arneiros	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiros	Figueira da Foz	Coimbra
Arneiros	Lamego	Viseu
Arneiros	Leiria	Leiria
Arneiros	Miranda do Corvo	Coimbra
Arneiros	Montemor-o-Velho	Coimbra
Arneiros	Óbidos	Leiria
Arneiros	Peniche	Leiria
Arneiros	Pombal	Leiria
Arneiros da Gafaria	Pombal	Leiria
Arneiros da Mata	Vila Nova de Ourém	Santarém
Arneiros do Carvalhal	Vila Nova de Ourém	Santarém
Arnela	Castelo de Paiva	Aveiro
Arnela	Castelo de Paiva	Aveiro

Arnela	Castelo de Paiva	Aveiro
Arnelas	Aveiro	Aveiro
Arnosa	Tondela	Viseu
Arrabaças	Góis	Coimbra
Arrabal	Leiria	Leiria
Arrabal	Porto de Mós	Leiria
Arraiola	Vila Nova de Paiva	Viseu
Arraiola	Vila Nova de Paiva	Viseu
Arrebadal	Mortágua	Viseu
Arregaça de Baixo	Coimbra	Coimbra
Arregaça de Cima	Coimbra	Coimbra
Arregada	Mangualde	Viseu
Arregadas	Lamego	Viseu
Arribada	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Arribadas	São Pedro do Sul	Viseu
Arribança	Montemor-o-Velho	Coimbra
Arrimal	Porto de Mós	Leiria
Arroça	Arganil	Coimbra
Arroçada do Moinho	Viseu	Viseu
Arroçadas	Figueira da Foz	Coimbra
Arrocha	Coimbra	Coimbra
Arrocheiras	Aveiro	Aveiro
Arroia	Figueira da Foz	Coimbra
Arroia	Montemor-o-Velho	Coimbra
Arroios	Coimbra	Coimbra
Arrota	Anadia	Aveiro
Arrota	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Arrota	Sever do Vouga	Aveiro
Arrota	Sever do Vouga	Aveiro
Arrota Nova	Aveiro	Aveiro
Arrota Nova	Murtosa	Aveiro
Arrota Velha	Águeda	Aveiro
Arrota Velha	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Arrotas	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Arrotas	Aveiro	Aveiro
Arrotas	Cantanhede	Coimbra
Arrotas	Cantanhede	Coimbra
Arrotas	Murtosa	Aveiro
Arroteas	Pombal	Leiria
Arroteia	Anadia	Aveiro
Arroteia	Arouca	Aveiro
Arroteia	Cinfães	Viseu
Arroteia	Coimbra	Coimbra
Arroteia	Leiria	Leiria
Arroteia	Miranda do Corvo	Coimbra

Arroteia	Montemor-o-Velho	Coimbra
Arroteia	Penacova	Coimbra
Arroteia	Penacova	Coimbra
Arroteia	Penacova	Coimbra
Arroteia	Pombal	Leiria
Arroteia	Pombal	Leiria
Arroteia	Tábua	Coimbra
Arroteia	Tondela	Viseu
Arroteia Nova	Alcobaça	Leiria
Arroteias	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Arroteias	Aveiro	Aveiro
Arroteias	Caldas da Rainha	Leiria
Arroteias	Caldas da Rainha	Leiria
Arroteias	Coimbra	Coimbra
Arroteias	Óbidos	Leiria
Arruelas	Figueira da Foz	Coimbra
As Alagoas	Góis	Coimbra
As Alagoas	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Assabuje	Penalva do Castelo	Viseu
Assafarge	Coimbra	Coimbra
Assamassa	Coimbra	Coimbra
Assamassa	Oliveira do Hospital	Coimbra
Asseiceira	Alvaiázere	Leiria
Asseição	Figueira da Foz	Coimbra
Assequins	Águeda	Aveiro
Ataboa	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Atalhada	Águeda	Aveiro
Atalhada	Penacova	Coimbra
Atalhada	Penacova	Coimbra
Atoleiro	São Pedro do Sul	Viseu
Avenal	Caldas da Rainha	Leiria
Avenal	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Avenal	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Avenida	Ovar	Aveiro
Aveneira	Arouca	Aveiro
Avessada	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Avessada	Lousã	Coimbra
Avessada	Oliveira do Hospital	Coimbra
Avessada	Santa Comba Dão	Viseu
Avessada	Vila Nova de Poiares	Coimbra
Avessada de Baixo	Ansião	Leiria
Avessada de Cima	Ansião	Leiria
Avial	Coimbra	Coimbra
Avide	Sever do Vouga	Aveiro
Avinhó	Mangualde	Viseu

Avitouro	Cinfães	Viseu
<i>Azenha da Borratena</i>	Tondela	Viseu
<i>Azenha das Taliscas</i>	Arganil	Coimbra
<i>Azenha do Abrunheiro</i>	Figueiró dos Vinhos	Leiria
<i>Azenha do Abutre</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Azenha do Burrel</i>	Arganil	Coimbra
<i>Azenha do Vale de Moitanas</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Azenha do Vale do Abutre</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Azenha Doirique</i>	Sátão	Viseu
<i>Azenha dos Poios</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Azenha dos Poupins</i>	Penalva do Castelo	Viseu
<i>Azenhas da Arregaça</i>	Murtosa	Aveiro
Azevedim	Sever do Vouga	Aveiro
Bagaúste	Lamego	Viseu
Balisque	Viseu	Viseu
Balixo	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Bandavizes	Vouzela	Viseu
Bandonages	Oliveira de Frades	Viseu
Barrins	Cantanhede	Coimbra
<i>Barroca de Ninganas</i>	Penela	Coimbra
<i>Barroca do Chiqueiro</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Barroca do Moninho</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Barroca dos Poios</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Barroco do Vale de Abrunhal</i>	Arganil	Coimbra
Batoquinho	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Beco do Alvade</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Beco do Fanado</i>	Coimbra	Coimbra
Beire	Santa Maria da Feira	Aveiro
Belcouce	Coimbra	Coimbra
Belide	Arouca	Aveiro
Belide	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Belide	Soure	Coimbra
Benavente	Oliveira do Bairro	Aveiro
Bendafé	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Benedita	Alcobaça	Leiria
Bensaúde	São João da Madeira	Aveiro
Bertelhe	Viseu	Viseu
Beselga	Penedono	Viseu
Bolfinas	Lamego	Viseu
Bordonhos	São Pedro do Sul	Viseu
Bostelim	Coimbra	Coimbra
Botão	Coimbra	Coimbra
Botelha	Alvaiázere	Leiria
Botelha	Castanheira de Pera	Leiria
Botelha	Montemor-o-Velho	Coimbra

Botelhas	Castanheira de Pera	Leiria
Botelheiras	Cinfães	Viseu
<i>Bouça da Aguincheira</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Bouça de Cartim</i>	Vale de Cambra	Aveiro
Boucegedim	Arouca	Aveiro
Boure	Castelo de Paiva	Aveiro
Brasina	Pedrógão Grande	Leiria
Brejes	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Brejinho	Pombal	Leiria
Brejo	Coimbra	Coimbra
Brejo	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Brejo	Leiria	Leiria
Brejo	Leiria	Leiria
Brejo	Leiria	Leiria
Brejo	Mealhada	Aveiro
Brejo	Ovar	Aveiro
Brejo	Penela	Coimbra
Brejo	Pombal	Leiria
Brejo	Pombal	Leiria
Brejo	Tábua	Coimbra
<i>Brejo de Baixo</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Brejo de Cima</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Brejos	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Brejos	Óbidos	Leiria
Brejos	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Brilhe	Penalva do Castelo	Viseu
Brite	Armamar	Viseu
Cabanes	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Cabeça de Ante</i>	Penela	Coimbra
<i>Cabeço da Arrouta</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Cabeço de Chelo</i>	Penacova	Coimbra
<i>Cabeço do Arneiro</i>	Lousã	Coimbra
<i>Cabeço do Pichel</i>	Tabuaço	Viseu
<i>Cabeço do Rabachinho</i>	Góis	Coimbra
<i>Cabeço do Vinagre</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Cabeço dos Poios</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Cacheira	Pombal	Leiria
Cacheira	São João da Pesqueira	Viseu
Cagarrates	Coimbra	Coimbra
<i>Cais de Trapiche</i>	Figueira da Foz	Coimbra
<i>Caldas do Moledo</i>	Lamego	Viseu
Calde	Cinfães	Viseu
Calde	Viseu	Viseu
Caldures	Penacova	Coimbra
Calvaria	Pombal	Leiria

Calvaria de Baixo	Batalha	Leiria
Calvaria de Cima	Porto de Mós	Leiria
Calvarias	Pombal	Leiria
Calvino	Figueira da Foz	Coimbra
Calvino de Baixo	Figueira da Foz	Coimbra
Cambres	Lamego	Viseu
Camocho	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Campanas	Cantanhede	Coimbra
Campina	Penalva do Castelo	Viseu
Campina	Vila Nova de Ourém	Santarém
Campino	Alvaiázere	Leiria
Campinos	Estarreja	Aveiro
Campinos	Leiria	Leiria
Campizes	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Campo de Alvade	Coimbra	Coimbra
Campo de Ourique	Leiria	Leiria
Campo de Ourique	Montemor-o-Velho	Coimbra
Campo de Ourique ou		
Chão de Ourique	Penela	Coimbra
Campo de Reveses	Figueira da Foz	Coimbra
Campo do Almargem	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Campo do Tabolado	Lamego	Viseu
Campos de Carrazede	Viseu	Viseu
Canais	Leiria	Leiria
Canal	Lamego	Viseu
Canas de Senhorim	Nelas	Viseu
Cantim	Resende	Viseu
Cantina	Armamar	Viseu
Carapelhos	Mira	Coimbra
Carapetos	Montemor-o-Velho	Coimbra
Carapinha	Aveiro	Aveiro
Carapinha	Tábua	Coimbra
Carapinhal	Arganil	Coimbra
Carapinhal	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Carapinhal	Góis	Coimbra
Carapinhal	Góis	Coimbra
Carapinhal	Miranda do Corvo	Coimbra
Carapinhal	Mortágua	Viseu
Carapinheira	Estarreja	Aveiro
Carapinheira	Montemor-o-Velho	Coimbra
Carapinheira da Serra	Coimbra	Coimbra
Carnide	Leiria	Leiria
Carnide	Peniche	Leiria
Carnide de Baixo	Pombal	Leiria
Carnide de Cima	Pombal	Leiria

<i>Carnide do Meio</i>	Pombal	Leiria
<i>Carocho</i>	Aveiro	Aveiro
<i>Cárquere</i>	Resende	Viseu
<i>Carrachana</i>	Pombal	Leiria
<i>Carrasqueiral de Viegas</i>	Lamego	Viseu
<i>Carrazede</i>	Viseu	Viseu
<i>Carrizes</i>	Armamar	Viseu
<i>Cartim</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Carvide</i>	Leiria	Leiria
<i>Carxana</i>	Carregal do Sal	Viseu
<i>Casa Serrana</i>	Resende	Viseu
<i>Casais da Achada</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Casais da Faustina</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Casais de Salir</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Casais do Avenal</i>	Bombarral	Leiria
<i>Casal Andrino</i>	Leiria	Leiria
<i>Casal Carolino</i>	Leiria	Leiria
<i>Casal da Arneira</i>	Bombarral	Leiria
<i>Casal da Arroça</i>	Arganil	Coimbra
<i>Casal da Faniqueira</i>	Batalha	Leiria
<i>Casal da Pataiana</i>	Leiria	Leiria
<i>Casal das Arroteias</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Casal de Arruelas</i>	Figueira da Foz	Coimbra
<i>Casal do Almeirão</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Casal do Arneiro</i>	Leiria	Leiria
<i>Casal do Avenal</i>	Óbidos	Leiria
<i>Casal do Carvide</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Casal do Peniche</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Casal do Penicheiro</i>	Peniche	Leiria
<i>Casal do Rolão</i>	Bombarral	Leiria
<i>Casal do Rolim</i>	Óbidos	Leiria
<i>Casal do Rolo</i>	Óbidos	Leiria
<i>Casal Menino</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Casal Moninhos</i>	Penalva do Castelo	Viseu
<i>Casal Vale de Mocho</i>	Leiria	Leiria
<i>Casal Viegas</i>	Ansião	Leiria
<i>Casal Vinagreiro</i>	Leiria	Leiria
<i>Cascana</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Casconhe</i>	Cinfães	Viseu
<i>Caselhos</i>	Albergaria-a-Velha	Aveiro
<i>Caselhos</i>	Cinfães	Viseu
<i>Castelo do Trevim</i>	Lousã	Coimbra
<i>Castelo Viegas</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Castro Daire</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Catarina</i>	Ansião	Leiria

Catarina	Oliveira de Frades	Viseu
Catarinões	Cantanhede	Coimbra
Catives	Sever do Vouga	Aveiro
Catrino	Pombal	Leiria
<i>Cavadas do Pano</i>	Aveiro	Aveiro
Cedrim	Sever do Vouga	Aveiro
Cedrim	Viseu	Viseu
Cernache	Coimbra	Coimbra
<i>Chão do Couce</i>	Figueiró dos Vinhos	Leiria
<i>Chão Minoinho</i>	Porto de Mós	Leiria
<i>Charneca da Matrena</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Charneca do Alvorge</i>	Ansião	Leiria
Chelinho	Penacova	Coimbra
Chelo	Cinfães	Viseu
Chelo	Penacova	Coimbra
Chelo	Penacova	Coimbra
<i>Chiqueda de Baixo</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Chiqueda de Cima</i>	Alcobaça	Leiria
Chiqueiro	Arouca	Aveiro
Chiqueiro	Lousã	Coimbra
Chiqueiro	Lousã	Coimbra
Chiqueiro	Oliveira do Bairro	Aveiro
Chiqueiro	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Choupana	Ansião	Leiria
Choupanas	Coimbra	Coimbra
Cimbres	Armamar	Viseu
<i>Cimo do Arreção</i>	Arouca	Aveiro
Coitena	Oliveira do Hospital	Coimbra
Columbeira	Bombarral	Leiria
Constantina	Ansião	Leiria
Contim	Armamar	Viseu
Cornes	Arouca	Aveiro
Cornide	Penacova	Coimbra
Cornide	Sever do Vouga	Aveiro
Cortinas	Porto de Mós	Leiria
Corucho	Leiria	Leiria
<i>Corucho da Pena Ruiva</i>	Arouca	Aveiro
Corvina	Ansião	Leiria
Corvite	Castelo de Paiva	Aveiro
Coselhas	Coimbra	Coimbra
<i>Costa de Arnes</i>	Soure	Coimbra
<i>Costa do Chiqueiro</i>	Penela	Coimbra
Costaneiras	Batalha	Leiria
Cotorino	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Couchel	Vila Nova de Poiares	Coimbra

Coudel	Penela	Coimbra
<i>Cova das Reconchinas</i>	Ansião	Leiria
<i>Currais de Abrizes</i>	Leiria	Leiria
Dacotim	São João da Pesqueira	Viseu
Daires	Tondela	Viseu
Darneiro	Mortágua	Viseu
Defesa	Penedono	Viseu
Demochino	Carregal do Sal	Viseu
<i>Direito da Baliza</i>	Cantanhede	Coimbra
Doirique	Sátão	Viseu
Eidim	Arouca	Aveiro
Eimede	Figueira da Foz	Coimbra
Escalos <i>Cimeiros</i>	Pedrógão Grande	Leiria
Escalos <i>do Meio</i>	Pedrógão Grande	Leiria
Escalos <i>Fundeiros</i>	Pedrógão Grande	Leiria
Espadana	Cantanhede	Coimbra
Espadana	São João da Pesqueira	Viseu
Espadana	Viseu	Viseu
Espadanal	Cinfães	Viseu
Espadanal	Cinfães	Viseu
Espadanal	Coimbra	Coimbra
Espadanal	São João da Madeira	Aveiro
Espadanal	Tábua	Coimbra
Espadanal	Viseu	Viseu
Espadanas	Porto de Mós	Leiria
Espadanedo	Cinfães	Viseu
Espadanedo	Cinfães	Viseu
Espadaneira	Coimbra	Coimbra
Espadaneira	Coimbra	Coimbra
Espadaneira	Ovar	Aveiro
Espertina	Coimbra	Coimbra
Espinhel	Águeda	Aveiro
Espinhel	Águeda	Aveiro
Espinhel	Águeda	Aveiro
Espite	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Esteiro da Sobrelha</i>	Murtosa	Aveiro
<i>Esteiro dos Gramatos</i>	Aveiro	Aveiro
Estevianas	Góis	Coimbra
<i>Évora de Alcobaça</i>	Alcobaça	Leiria
Fanadia	Caldas da Rainha	Leiria
Fanates ou Fanatos	Figueira da Foz	Coimbra
Faneco	Cantanhede	Coimbra
Fanicas	Penela	Coimbra
Fanico	Penela	Coimbra
Faniqueira	Batalha	Leiria

Farves	Vouzela	Viseu
Favarrel	São Pedro do Sul	Viseu
Favarrelinho	São Pedro do Sul	Viseu
Febres	Cantanhede	Coimbra
Febres	Oliveira do Bairro	Aveiro
Fenos	Cantanhede	Coimbra
Fermilhe	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Ferreirim	Lamego	Viseu
Ferreirim	Sernancelhe	Viseu
Ferreirim de Baixo	Lamego	Viseu
Ferreirim de Cima	Lamego	Viseu
Ferrel	Peniche	Leiria
Ferrel	Peniche	Leiria
Ferronha	Viseu	Viseu
Foios	Pombal	Leiria
Fonseca	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Fonseca	Resende	Viseu
Fontanas	São João da Pesqueira	Viseu
Fonte da Espadaneira	Alcobaça	Leiria
Fonte da Malguinha	Nelas	Viseu
Fonte de Martel	Cantanhede	Coimbra
Fonte do Carocho	Aveiro	Aveiro
Fontes de Mourilhe	Mangualde	Viseu
Formoselha	Montemor-o-Velho	Coimbra
Formoselha	Montemor-o-Velho	Coimbra
Formoselha	Montemor-o-Velho	Coimbra
Fornino	Ansião	Leiria
Forno do Serrano	Ansião	Leiria
Fornos de Castel	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Foz de Gondelim	Penacova	Coimbra
Foz do Couce	Arganil	Coimbra
Francelha	Oliveira de Frades	Viseu
Francelheira	Leiria	Leiria
Frei Moninho	Águeda	Aveiro
Freixede	Coimbra	Coimbra
Freixiana	Ansião	Leiria
Funais	Oliveira do Bairro	Aveiro
Fundo do Arreçaió	Arouca	Aveiro
Gagim	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Gaiate	Miranda do Corvo	Coimbra
Gaiate	Santa Maria da Feira	Aveiro
Galeana	Armamar	Viseu
Galhano	Penacova	Coimbra
Galiana	Penacova	Coimbra
Galiana	Pombal	Leiria

Galianos	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Galifães	São Pedro do Sul	Viseu
Galifonxe	Viseu	Viseu
Gardina	Tábua	Coimbra
Gardona	Castro Daire	Viseu
Garruchas	Batalha	Leiria
Garrucho	Tondela	Viseu
Gasel	Miranda do Corvo	Coimbra
Germanelo	Penela	Coimbra
Germel	Penela	Coimbra
Gerumelo ou Juromelo	Penela	Coimbra
Gevim	Lousã	Coimbra
Gilde	Castelo de Paiva	Aveiro
Godim	Leiria	Leiria
Godins	Lousã	Coimbra
Gogim	Armamar	Viseu
Goiana	Lamego	Viseu
Goim	Santa Maria da Feira	Aveiro
Goje	Cinfães	Viseu
Goje	Penalva do Castelo	Viseu
Gola	Arouca	Aveiro
Gola	Oliveira do Hospital	Coimbra
Golão	Sátão	Viseu
Golas	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Gondelim	Penacova	Coimbra
Gondim	Arouca	Aveiro
Gondim	Castelo de Paiva	Aveiro
Gondim	Lamego	Viseu
Goujoim	Armamar	Viseu
Goulinho	Oliveira do Hospital	Coimbra
Gourim	São Pedro do Sul	Viseu
Gramatinhos	Alvaiázere	Leiria
Gravanas	Soure	Coimbra
Gualdim	Tábua	Coimbra
Guarda do Pilado	Marinha Grande	Leiria
Guediche	Lamego	Viseu
Guerres	Soure	Coimbra
Guetim	Espinho	Aveiro
Hombres	Penacova	Coimbra
Janafonso	Alvaiázere	Leiria
Janalvo	Alvaiázere	Leiria
Janarde	Arouca	Aveiro
Janarde	São Pedro do Sul	Viseu
Janardo	Leiria	Leiria
Janardo	Tondela	Viseu

Janardo	Vale de Cambra	Aveiro
Janeia-a-Nova	Penela	Coimbra
Janeia-a-Velha	Penela	Coimbra
Janeira	Penela	Coimbra
Janeiro de Baixo	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Janeiro de Cima	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Janus	Vouzela	Viseu
Joaninho	Coimbra	Coimbra
Jonaverga	Carregal do Sal	Viseu
Laborins	Penacova	Coimbra
Ladeira das Alpenduradas	Coimbra	Coimbra
Lafrana	Figueira da Foz	Coimbra
Lagarelhos	Cinfães	Viseu
Lage das Gordelhas	Tondela	Viseu
Lagoa da Tocha	Cantanhede	Coimbra
Lagoa das Talas	Alcobaça	Leiria
Lagoas do Arrimal	Porto de Mós	Leiria
Lalim	Lamego	Viseu
Laniqueiro	Viseu	Viseu
Largo das Ameias	Coimbra	Coimbra
Largo do Arnado	Coimbra	Coimbra
Largo do Fontanário	Coimbra	Coimbra
Lazarim	Lamego	Viseu
Lemedede	Cantanhede	Coimbra
Lobel	Santa Maria da Feira	Aveiro
Lobelhe do Mato	Mangualde	Viseu
Lomarim	Vale de Cambra	Aveiro
Lomba da Abeçada	Penela	Coimbra
Lomba da Abitureira	Lousã	Coimbra
Lomba da Abrunheira	Pedrógão Grande	Leiria
Lomba da Arregaça	Coimbra	Coimbra
Lomba das Brazinas	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Lomba de Alveite	Lousã	Coimbra
Lomba do Burrel	Arganil	Coimbra
Loure	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Macieira de Alcoba	Águeda	Aveiro
Macieira de Sarnes	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Magarim	Resende	Viseu
Malga	Coimbra	Coimbra
Mangues	Alcobaça	Leiria
Marçaninas	Alcobaça	Leiria
Marcelim	Cinfães	Viseu
Marco de Abraceia	Vila Nova de Poiares	Coimbra
Marinha do Gramato	Aveiro	Aveiro
Maritona	Aveiro	Aveiro

Marroio	Vila Nova de Paiva	Viseu
Martianas	Vila Nova de Ourém	Santarém
Martim Vaqueiro	Ansião	Leiria
Martinel	Leiria	Leiria
Mata da Albofada	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Matas de Espite	Vila Nova de Ourém	Santarém
Mato de Belide	Arouca	Aveiro
Matos de Alqueidão	Ansião	Leiria
Meires	Pombal	Leiria
Miel	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Milheirós de Poiares	Santa Maria da Feira	Aveiro
Mina do Arneiro	Óbidos	Leiria
Minas da Albutieira	São Pedro do Sul	Viseu
Minas de Gourim	São Pedro do Sul	Viseu
Mingacho	Pedrógão Grande	Leiria
Mingachos	Lousã	Coimbra
Mira de Aire	Porto de Mós	Leiria
Morel ou Mourel	São Pedro do Sul	Viseu
Moacha	Aveiro	Aveiro
Mocha	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Mochico	Castro Daire	Viseu
Mocho	Espinho	Aveiro
Mocho	Nelas	Viseu
Mochos	Nelas	Viseu
Moinho da Janeira	Sernancelhe	Viseu
Moinho das Brazinas	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Moinho de Alqueidão	Porto de Mós	Leiria
Moinho de Salir	Caldas da Rainha	Leiria
Moinhos da Godeana	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Moinhos de Pepim	Penalva do Castelo	Viseu
Moirim	Castelo de Paiva	Aveiro
Molães	Lamego	Viseu
Molaredo	Ovar	Aveiro
Molareira	Vagos	Aveiro
Moleanos	Leiria	Leiria
Moledo	Castro Daire	Viseu
Moledo	Lamego	Viseu
Moledo	Mangualde	Viseu
Moledo	Nelas	Viseu
Moledos	Oliveira do Hospital	Coimbra
Moleiras	Figueira da Foz	Coimbra
Molelinhos	Tondela	Viseu
Molelos	Tondela	Viseu
Molelos	Tondela	Viseu
Moliana	Porto de Mós	Leiria

Molianos	Alcobaça	Leiria
Moncalva	Pombal	Leiria
Monchorro	Castelo de Paiva	Aveiro
Mondim	Lamego	Viseu
Mondim	Sever do Vouga	Aveiro
Mondim da Beira	Tarouca	Viseu
Mondim de Cima	Tarouca	Viseu
Monforte	Miranda do Corvo	Coimbra
Moninho	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Moninhos Cimeiros	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Moninhos Fundeiros	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Monreal	Vila Nova de Ourém	Santarém
Monsanto	Viseu	Viseu
Montarroio	Coimbra	Coimbra
Monte Arroio	Montemor-o-Velho	Coimbra
Monte de Jerumelo	Cantanhede	Coimbra
Monte de Telhe	Arouca	Aveiro
Monte do Poio	Pombal	Leiria
Montes da Formoselha	Montemor-o-Velho	Coimbra
Montes de Moure	Santa Maria da Feira	Aveiro
Moreno	Pombal	Leiria
Morganiças	Leiria	Leiria
Mortalina	Porto de Mós	Leiria
Mortazel	Mortágua	Viseu
Motes	Pombal	Leiria
Mouchedo	Castelo de Paiva	Aveiro
Mouchinha	Nazaré	Leiria
Mouquim	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Mouquim	Santa Maria da Feira	Aveiro
Moure	Santa Maria da Feira	Aveiro
Moure	Viseu	Viseu
Moure da Madalena	Viseu	Viseu
Mourilhe	Cinfães	Viseu
Mourilhe	Mangualde	Viseu
Mourilhe	Santa Maria da Feira	Aveiro
Muchões	Vale de Cambra	Aveiro
Murtede	Cantanhede	Coimbra
Nave	Vila Nova de Paiva	Viseu
Naves	Castro Daire	Viseu
Nesperide	Viseu	Viseu
Ninganas	Penela	Coimbra
Nodel	Pedrógão Grande	Leiria
Outeiro da Arratoa	Pombal	Leiria
Outeiro da Janela	Mangualde	Viseu
Pai Viegas	Miranda do Corvo	Coimbra

Painel	Peniche	Leiria
Painel	Vila Nova de Ourém	Santarém
Pala	Mortágua	Viseu
Pala	São João da Pesqueira	Viseu
Palames	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Palheiros da Tocha</i>	Cantanhede	Coimbra
<i>Pampilhosa do Botão</i>	Mealhada	Aveiro
Panóias	Coimbra	Coimbra
Parrachil	Aveiro	Aveiro
<i>Pé de Janeiro</i>	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Pече	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Pechins	Alvaiázere	Leiria
Pedre	Oliveira de Frades	Viseu
Pedre	Vale de Cambra	Aveiro
Pedronhe	Tondela	Viseu
Peixeninho	Castro Daire	Viseu
Pelichos	Montemor-o-Velho	Coimbra
Pelomes	Penela	Coimbra
Penha Amarela	Arouca	Aveiro
Penha Amarela ou		
Penha d' Águia	Tabuaço	Viseu
Penha da Cabra	Tábua	Coimbra
Penhascosa	Murtosa	Aveiro
Peniche	Peniche	Leiria
Peniche de Cima	Peniche	Leiria
Penim	Lamego	Viseu
Penozim	Resende	Viseu
Penude	Resende	Viseu
Penude de Baixo	Resende	Viseu
Pepim	Castro Daire	Viseu
Pernelhas	Leiria	Leiria
Picacinos	Marinha Grande	Leiria
Picotes	Vale de Cambra	Aveiro
Pilado	Alcobaça	Leiria
Pilado	Alcobaça	Leiria
Pilado	Marinha Grande	Leiria
Pilado	Marinha Grande	Leiria
Pingarelhos	Leiria	Leiria
Pingarelhos	Pombal	Leiria
<i>Pinhal da Abitureira</i>	Arganil	Coimbra
<i>Pinhal de Farripes</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Pinhal do Burrel</i>	Arganil	Coimbra
<i>Pinhal do Espadanal</i>	Mangualde	Viseu
<i>Pinhal do Pече</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Pinhal do Poio</i>	Arganil	Coimbra

<i>Pinhal do Salinha</i>	Arganil	Coimbra
<i>Pinhal Serrano</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Pinheiro do Bolim</i>	Pedrógão Grande	Leiria
<i>Plainada</i>	Oliveira do Bairro	Aveiro
<i>Plaino</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Plaino da Gardona</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Pochana</i>	Leiria	Leiria
<i>Poio</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Poio do Meio</i>	Ansião	Leiria
<i>Poio Velho</i>	Pombal	Leiria
<i>Poios</i>	Ansião	Leiria
<i>Poios</i>	Pombal	Leiria
<i>Poios de Baixo</i>	Ansião	Leiria
<i>Pondres</i>	Arouca	Aveiro
<i>Ponta do Espichel</i>	Óbidos	Leiria
<i>Ponte da Assamassa</i>	Pombal	Leiria
<i>Ponte de Almargem</i>	Viseu	Viseu
<i>Ponte de Antim</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Ponte de Barrins</i>	Anadia	Aveiro
<i>Ponte de Catives</i>	Sever do Vouga	Aveiro
<i>Ponte de Telhe</i>	Arouca	Aveiro
<i>Ponte de Vigues</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Ponte Talisca</i>	Góis	Coimbra
<i>Porcelhe</i>	Oliveira de Frades	Viseu
<i>Portacho</i>	Penela	Coimbra
<i>Portel</i>	Lamego	Viseu
<i>Portela dos Corchos</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Portelanos</i>	Ansião	Leiria
<i>Pouchana</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Poutena</i>	Anadia	Aveiro
<i>Póvoa da Alagoa</i>	Tondela	Viseu
<i>Póvoa da Arnosa</i>	Carregal do Sal	Viseu
<i>Póvoa da Catarina</i>	Tondela	Viseu
<i>Póvoa de Abraveia</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Póvoa de Chão de Ourique</i>	Penela	Coimbra
<i>Póvoa de Lusianes</i>	Nelas	Viseu
<i>Quebrada da Menina</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Quinta Arrota</i>	Águeda	Aveiro
<i>Quinta da Alagoa</i>	Águeda	Aveiro
<i>Quinta da Alameda</i>	Nelas	Viseu
<i>Quinta da Albugada</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Quinta da Arregada</i>	Mangualde	Viseu
<i>Quinta da Arroteia</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Quinta da Avessada</i>	Arouca	Aveiro
<i>Quinta da Botelheira</i>	Óbidos	Leiria

<i>Quinta da Cananina</i>	São João da Pesqueira	Viseu
<i>Quinta da Caravela</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Quinta da Chanferrina</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Quinta da Contina</i>	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Quinta da Espertina</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Quinta da Gordalina</i>	Leiria	Leiria
<i>Quinta da Nave</i>	Moimenta da Beira	Viseu
<i>Quinta da Nave</i>	Vila Nova de Paiva	Viseu
<i>Quinta da Penegacha</i>	Santa Comba Dão	Viseu
<i>Quinta da Pilada</i>	Leiria	Leiria
<i>Quinta da Serrana</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Quinta da Taipa</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Quinta da Turina</i>	Penela	Coimbra
<i>Quinta das Alagoas</i>	Mangualde	Viseu
<i>Quinta das Fonsecas</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Quinta das Janelas</i>	Óbidos	Leiria
<i>Quinta das Renelas</i>	Tabuaço	Viseu
<i>Quinta de Aivana</i>	Mangualde	Viseu
<i>Quinta de Arnes</i>	Soure	Coimbra
<i>Quinta de Cernache</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Quinta de Goins</i>	Cinfães	Viseu
<i>Quinta de Sancheleiros</i>	São João da Pesqueira	Viseu
<i>Quinta do Abrunhal</i>	Nelas	Viseu
<i>Quinta do Alvorge</i>	Ansião	Leiria
<i>Quinta do Arinte</i>	Lousã	Coimbra
<i>Quinta do Atoleiro</i>	Lamego	Viseu
<i>Quinta do Avenal</i>	Mangualde	Viseu
<i>Quinta do Belmonte</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Quinta do Castel</i>	Soure	Coimbra
<i>Quinta do Corvim</i>	Aveiro	Aveiro
<i>Quinta do Espinhel</i>	Sátão	Viseu
<i>Quinta do Joaninho</i>	Mangualde	Viseu
<i>Quinta do Mocho</i>	Armamar	Viseu
<i>Quinta do Molarinho</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Quinta do Monsul</i>	Lamego	Viseu
<i>Quinta do Taipal</i>	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Quinta do Vinagre</i>	Leiria	Leiria
<i>Quinta dos Álamos</i>	Sernancelhe	Viseu
<i>Quinta dos Mochos</i>	Mangualde	Viseu
<i>Quinta dos Pepinos</i>	Sernancelhe	Viseu
<i>Quinta dos Pepinos de Cima</i>	Sernancelhe	Viseu
<i>Quinta dos Portinos</i>	Penedono	Viseu
<i>Quinta Espadanal</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
Rebolim	Alcobaça	Leiria
Rebolim	Coimbra	Coimbra

Recachos	Cantanhede	Coimbra
Rechico	Estarreja	Aveiro
Recochina	Carregal do Sal	Viseu
Recochina	Santa Maria da Feira	Aveiro
Reconchina	Lamego	Viseu
Redondel	Viseu	Viseu
<i>Rego de Benfins</i>	Coimbra	Coimbra
Relves	Soure	Coimbra
Repeses	Viseu	Viseu
Revels	Figueira da Foz	Coimbra
Revels	Montemor-o-Velho	Coimbra
<i>Ribeira da Alombada</i>	Águeda	Aveiro
<i>Ribeira da Arnosa</i>	Tondela	Viseu
<i>Ribeira da Aveneira</i>	Arouca	Aveiro
<i>Ribeira da Menina</i>	Lousã	Coimbra
<i>Ribeira das Alcanadas</i>	Batalha	Leiria
<i>Ribeira das Bouchaneiras</i>	Leiria	Leiria
<i>Ribeira de Agodim</i>	Leiria	Leiria
<i>Ribeira de Albarqueira</i>	Penacova	Coimbra
<i>Ribeira de Almoster</i>	Alvaiázere	Leiria
<i>Ribeira de Alvoeira</i>	Tábua	Coimbra
<i>Ribeira de Asnes</i>	Viseu	Viseu
<i>Ribeira de Beijós</i>	Nelas	Viseu
<i>Ribeira de Beselga</i>	Penedono	Viseu
<i>Ribeira de Bouce Guedim</i>	Arouca	Aveiro
<i>Ribeira de Calvaria</i>	Batalha	Leiria
<i>Ribeira de Carnide</i>	Pombal	Leiria
<i>Ribeira de Cárquere</i>	Resende	Viseu
<i>Ribeira de Cernache</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Ribeira de Coselhas</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Ribeira de Gasel</i>	Coimbra / Miranda do Corvo	Coimbra
<i>Ribeira de Gilde</i>	Castelo de Paiva	Aveiro
<i>Ribeira de Goujoim</i>	Armamar	Viseu
<i>Ribeira de Hombres</i>	Penacova	Coimbra
<i>Ribeira de Malga</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Ribeira de Moel</i>	Marinha Grande	Leiria
<i>Ribeira de Monforte</i>	Miranda do Corvo	Coimbra
<i>Ribeira de Mortazel</i>	Mortágua	Viseu
<i>Ribeira de Moure</i>	Santa Maria da Feira	Aveiro
<i>Ribeira de Mourilhe</i>	Mangualde	Viseu
<i>Ribeira de Nodel</i>	Pedrógão Grande	Leiria
<i>Ribeira de Repeses</i>	Viseu	Viseu
<i>Ribeira de Telhe</i>	Arouca	Aveiro
<i>Ribeira do Almo</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Ribeira do Arneiro</i>	Cantanhede	Coimbra

<i>Ribeira do Arneiro</i>	Figueira da Foz	Coimbra
<i>Ribeira do Arneiro</i>	Lousã	Coimbra
<i>Ribeira do Couce</i>	Pedrógão Grande	Leiria
<i>Ribeira do Mochó</i>	Espinho	Aveiro
<i>Ribeira do Moninho</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Ribeira do Morelinho</i>	Cinfães	Viseu
<i>Ribeira do Sinhel</i>	Góis	Coimbra
<i>Ribeira dos Avenais</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Ribeira Marnel</i>	Sever do Vouga	Aveiro
<i>Ribeiro da Alvideira</i>	Sever do Vouga	Aveiro
<i>Ribeiro da Carracena</i>	Pombal	Leiria
<i>Ribeiro das Taipas</i>	Oliveira de Frades	Viseu
<i>Ribeiro de Água de Alte</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Ribeiro de Albarrol</i>	Ansião	Leiria
<i>Ribeiro de Cimbres</i>	Armamar / Tarouca	Viseu
<i>Ribeiro de Espite</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Ribeiro de Ferreirim</i>	Sernancelhe	Viseu
<i>Ribeiro de Gondelim</i>	Penacova	Coimbra
<i>Ribeiro de Mide</i>	Viseu	Viseu
<i>Ribeiro de Ourique</i>	Cinfães	Viseu
<i>Ribeiro de Rochel</i>	Arganil	Coimbra
<i>Ribeiro de Uzelhe</i>	Miranda do Corvo	Coimbra
<i>Ribeiro do Arneiro</i>	Lousã	Coimbra
<i>Ribeiro dos Vinagres</i>	Pombal	Leiria
<i>Ribeiro Gondim</i>	Arouca	Aveiro
<i>Ribeles</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Rio Alcofra</i>	Vouzela	Viseu
<i>Rio Alfusqueiro</i>	Águeda / Oliveira de Frades / Sever do Vouga / Vouzela	Aveiro / Viseu
<i>Rio Ardena</i>	Arouca	Aveiro
<i>Rio Arnoio</i>	Caldas da Rainha / Óbidos	Leiria
<i>Rio Asnes</i>	Tondela	Viseu
<i>Rio Ferrel</i>	Peniche	Leiria
<i>Rio Lena</i>	Batalha / Leiria / Porto de Mós	Leiria
<i>Rio Marnel</i>	Águeda	Aveiro
<i>Rio Vigues</i>	Vale de Cambra	Aveiro
<i>Rochel</i>	Arganil	Coimbra
<i>Roliça</i>	Bombarral	Leiria
<i>Rolinas</i>	Condeixa-a-Nova	Coimbra
<i>Ronde</i>	Arouca	Aveiro
<i>Rosmaninhal</i>	Mangualde	Viseu
<i>Rosmaninhal</i>	Sátão	Viseu
<i>Rosmaninhal</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Rosmaninho</i>	Castelo de Paiva	Aveiro
<i>Rua da Amoreira</i>	Coimbra	Coimbra

<i>Rua da Espertina</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua da Quinta do Belmonte</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua das Amoreiras</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua de Alpedide</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua de Sub-Ripas</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua do Coruche</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua do Fontanário</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua do Moreno</i>	Coimbra	Coimbra
Saiano	Arganil	Coimbra
Salabardo	Soure	Coimbra
Salaborda	Pedrógão Grande	Leiria
Salaborda Nova	Pedrógão Grande	Leiria
Salaborda Velha	Pedrógão Grande	Leiria
Salão	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Salão	Arganil	Coimbra
Salão	Mira	Coimbra
Salão	Oliveira do Bairro	Aveiro
Salão	Oliveira do Bairro	Aveiro
Salão	Oliveira do Bairro	Aveiro
Sales	Espinho	Aveiro
Sales	Santa Maria da Feira	Aveiro
Salinha	Oliveira do Hospital	Coimbra
Salir	Caldas da Rainha	Leiria
Salir de Matos	Caldas da Rainha	Leiria
Salir do Porto	Caldas da Rainha	Leiria
Samel	Anadia	Aveiro
Samil	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Samorim	Vila Nova de Paiva	Viseu
Sampiel	Mortágua	Viseu
Sandim	Góis	Coimbra
Santins	Arouca	Aveiro
<i>Santo Amaro da Amoreira</i>	Figueira da Foz	Coimbra
<i>São Gregório da Fanadia</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>São Joane</i>	Oliveira de Frades	Viseu
<i>São Joaninho</i>	Castro Daire	Viseu
<i>São Joaninho</i>	Santa Comba Dão	Viseu
<i>São Joanino</i>	Armamar	Viseu
<i>São João de Loure</i>	Albergaria-a-Velha	Aveiro
<i>São Pedro de Moel ou</i>		
<i>São Pedro de Muel</i>	Marinha Grande	Leiria
Sarcina	Arganil	Coimbra
Sardanisca	Marco de Canaveses	Porto
Sarradel	São Pedro do Sul	Viseu
Sarzedo	Sernancelhe	Viseu
Segade	Miranda do Corvo	Coimbra

Seguim	Coimbra	Coimbra
Sendim	Tabuaço	Viseu
Senhorim	Nelas	Viseu
Sepins	Cantanhede	Coimbra
Serém	Águeda	Aveiro
Sernelha	Penacova	Coimbra
Serpel	Águeda	Aveiro
Serpins	Lousã	Coimbra
<i>Serra da Ameixiosa</i>	São Pedro do Sul	Viseu
<i>Serra da Atalhada</i>	Penacova	Coimbra
<i>Serra da Nave</i>	Moimenta da Beira	Viseu
<i>Serra de Aire</i>	Porto de Mós	Leiria
<i>Serra de Alcaniz</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Serra de Janeanes</i>	Condeixa-a-Nova	Coimbra
<i>Serra de Mangues</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Serra de Penude</i>	Resende	Viseu
<i>Serra do Albarqueiro</i>	Penacova	Coimbra
<i>Serra do Alvorge</i>	Ansião / Soure	Leiria / Coimbra
<i>Serra do Arrimal</i>	Porto de Mós	Leiria
<i>Serra do Poio</i> ou <i>Monte do Poio</i>	Lamego / Resende	Viseu
Serrabina	Ansião	Leiria
Serrana	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Serrano	Santa Comba Dão	Viseu
Serraquim	Sátão	Viseu
Serrazina	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Serrazina	Ovar	Aveiro
Sevelha	Figueira da Foz	Coimbra
Tabuleiro	Mortágua	Viseu
Tagim	Vale de Cambra	Aveiro
Taipa	Anadia	Aveiro
Taipa	Aveiro	Aveiro
Taipa	Castelo de Paiva	Aveiro
Taipa	Castelo de Paiva	Aveiro
Taipa	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Taipa	Ovar	Aveiro
Taipa de Baixo	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Taipa de Cima	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Taipinas	Cantanhede	Coimbra
Talasnal	Lousã	Coimbra
Tales	Castelo de Paiva	Aveiro
Talisca	Oliveira do Hospital	Coimbra
Taliscas	Penela	Coimbra
Taliscas	Tondela	Viseu
Talos	Leiria	Leiria

Talos	Leiria	Leiria
Tanhel	Arouca	Aveiro
Tarelhos	Cantanhede	Coimbra
Tarolos	Viseu	Viseu
Tavarede	Figueira da Foz	Coimbra
Taveiro	Alcobaça	Leiria
Taveiro	Coimbra	Coimbra
<i>Tebosa das Arnas</i>	Sernancelhe	Viseu
Telhe	Arouca	Aveiro
Términas	Estarreja	Aveiro
Tevianas	Pedrógão Grande	Leiria
Tevianas	Pedrógão Grande	Leiria
Tocha	Cantanhede	Coimbra
Tourelhe	Vouzela	Viseu
Tovim de Baixo	Coimbra	Coimbra
Tovim de Cima	Coimbra	Coimbra
Tovim do Meio	Coimbra	Coimbra
<i>Travessa da Amoreira</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Travessa das Fonseca</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Travessa do Fontanário</i>	Coimbra	Coimbra
Treixede	Montemor-o-Velho	Coimbra
Trémola de Baixo	Coimbra	Coimbra
Trémola de Cima	Coimbra	Coimbra
Trena	Murtosa	Aveiro
Turquel	Alcobaça	Leiria
Urcinas	Penela	Coimbra
Urzelhe	Miranda do Corvo	Coimbra
<i>Vala de Ourique</i>	Soure	Coimbra
Valdiganos	Tabuaço	Viseu
<i>Vale Abronheiro</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Vale Antonino</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Vale Couce</i>	Oliveira de Frades	Viseu
<i>Vale da Abitureira</i>	Lousã	Coimbra
<i>Vale da Abrunheira</i>	Ansião	Leiria
<i>Vale da Abutra</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Vale da Alagoa</i>	Mealhada	Aveiro
<i>Vale da Alagoa</i>	Penacova	Coimbra
<i>Vale da Arroteia</i>	Leiria	Leiria
<i>Vale da Borracha</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Vale da Catarina</i>	Leiria	Leiria
<i>Vale da Columbeira</i>	Bombarral	Leiria
<i>Vale da Janela</i>	Óbidos	Leiria
<i>Vale da Lagoa do Menino</i>	Soure	Coimbra
<i>Vale da Matrena</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Vale da Mocana</i>	Albergaria-a-Velha	Aveiro

<i>Vale das Massanetas</i>	Porto de Mós	Leiria
<i>Vale das Olinas</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Vale de Aires</i>	Lousã	Coimbra
<i>Vale de Alcobaça</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Vale de Alfarelos</i>	Figueira da Foz	Coimbra
<i>Vale de Arrochela</i>	Penacova	Coimbra
<i>Vale de Avessada de Baixo</i>	Ansião	Leiria
<i>Vale de Avessada de Cima</i>	Ansião	Leiria
<i>Vale de Janefonso</i>	Soure	Coimbra
<i>Vale de Janes</i>	Condeixa-a-Nova	Coimbra
<i>Vale de Mingachos</i>	Lousã	Coimbra
<i>Vale de Pelingrim</i>	Mortágua	Viseu
<i>Vale de Ripas</i>	Alcobaça	Leiria
<i>Vale de Rocim</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Vale de Serves</i>	Leiria	Leiria
<i>Vale de Taipa</i>	Tábua	Coimbra
<i>Vale de Viegas</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Vale de Vinagre</i>	Mealhada	Aveiro
<i>Vale do Abutre</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Vale do Arroçada</i>	Penacova	Coimbra
<i>Vale do Fornacho</i>	Mortágua	Viseu
<i>Vale do Machial</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Vale do Marona</i>	Aveiro	Aveiro
<i>Vale do Mingacho</i>	Pedrógão Grande	Leiria
<i>Vale do Mocho</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Vale do Poio</i>	Pombal	Leiria
<i>Vale do Rolão</i>	Bombarral	Leiria
<i>Vale dos Arneiros</i>	Peniche	Leiria
<i>Vale dos Arneiros</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Vale dos Mochos</i>	Leiria	Leiria
<i>Vale Janes</i>	Soure	Coimbra
<i>Vale Joaninho</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Vale Mona</i>	Figueiró dos Vinhos	Leiria
<i>Vale Perrim</i>	Ansião	Leiria
<i>Vale Serrano</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Vale Vinhel</i>	Mealhada	Aveiro
<i>Valmeirim</i>	Lamego	Viseu
<i>Varezina</i>	Góis	Coimbra
<i>Várzea de Abrunhais</i>	Lamego	Viseu
<i>Varzealina</i>	Castro Daire	Viseu
<i>Varzena</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Varzina</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Varzinas</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Veade</i>	Santa Maria da Feira	Aveiro
<i>Velide</i>	Viseu	Viseu

Verdemilho	Aveiro	Aveiro
Verride	Montemor-o-Velho	Coimbra
Viegas	Lamego	Viseu
Vil de Ferreiros	Viseu	Viseu
Vil de Matos	Coimbra	Coimbra
Vil de Moinhos	Viseu	Viseu
Vil de Souto ou Vil de Soito	Viseu	Viseu
Vila do Mocho	Anadia	Aveiro
Vila Nova de Cernache	Coimbra	Coimbra
Vila Nova de Monsarros	Anadia	Aveiro
Vila Nova de Poiares	Vila Nova de Poiares	Coimbra
Vila Pouca de Cernache	Coimbra	Coimbra
Vilar de Cerves	Arouca	Aveiro
Vinagres	Pombal	Leiria
Vincemelha	Soure	Coimbra
Zaianas	Cantanhede	Coimbra

ANEXO II

TOPÓNIMOS ÁRABES

Topónimo	Concelho	Distrito
<i>Alambique</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Alambique</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Albardais</i>	Cantanhede	Coimbra
<i>Albardal</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Albucar</i>	Cantanhede	Coimbra
<i>Alcafache</i>	Mangualde	Viseu
<i>Alcafaz</i>	Águeda	Aveiro
<i>Alcaide</i>	Lousã	Coimbra
<i>Alcalamouque</i>	Soure	Coimbra
<i>Alcanena</i>	Alcanena	Santarém
<i>Alcaraguiz</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Alcarajim</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Alcaria</i>	Porto de Mós	Leiria
<i>Alcaria</i>	Arganil	Coimbra
<i>Alcarraques</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Alcofra</i>	Vouzela	Viseu
<i>Aldeia da Serra</i>	Alvaiázere	Leiria
<i>Aldeia das Dez</i>	Oliveira do Hospital	Coimbra
<i>Aldeia Nova</i>	Almeida	Guarda
<i>Aldeia Nova</i>	Trancoso	Guarda
<i>Aldeias</i>	Gouveia	Guarda
<i>Aldravazes</i>	Soure	Coimbra
<i>Aldriz</i>	Feira	Aveiro
<i>Alecrineiros</i>	Porto de Mós	Leiria
<i>Alfandaque</i>	Penacova	Coimbra
<i>Alfarroxo</i>	Cantanhede	Coimbra
<i>Alféloas</i>	Anadia	Aveiro
<i>Alfur</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Algaça</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Algar</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Algar</i>	Pampilhosa da Serra	Coimbra
<i>Algar</i>	Góis	Coimbra
<i>Algares</i>	Góis	Coimbra

Algares	Góis	Coimbra
Algarinho	Soure	Coimbra
Algarinhos	Leiria	Leiria
Algarinhos de Baixo	Leiria	Leiria
Alge	Miranda do Corvo	Coimbra
Alge	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Algeara	Coimbra	Coimbra
Algeraz	Nelas	Viseu
Algeriz	Anadia	Aveiro
Algezaria ou Aljazaria	Coimbra	Coimbra
Algueirão	Porto de Mós	Leiria
Aljube	Coimbra	Coimbra
Aljuriça	Cantanhede	Coimbra
Almaça	Penacova	Coimbra
Almagreira	Pombal	Leiria
Almagreira	Vila Nova de Ourém	Santarém
Almancinha	Mortágua	Viseu
Almançor	Castelo de Paiva	Aveiro
Almargês	Cantanhede	Coimbra
Almargês	Cantanhede	Coimbra
Almeiar	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Almedina	Coimbra	Coimbra
Almegue	Coimbra	Coimbra
Almegue	Coimbra	Coimbra
Almeida	Almeida	Guarda
Almiaras	Figueira da Foz	Coimbra
Almijofa	Tondela	Viseu
Almocóvar	Coimbra	Coimbra
Almodofa	Tarouca	Viseu
Almofala	Castro Daire	Viseu
Almofala	Caldas da Rainha	Leiria
Almofala de Baixo	Ansião	Leiria
Almofala de Cima	Ansião	Leiria
Almuíña da Sé	Coimbra	Coimbra
Almuíña do Rei	Coimbra	Coimbra
Almuzerna	Resende	Viseu
Alquebe	Oliveira do Hospital	Coimbra
Alqueve	Arganil	Coimbra
Alqueves	Coimbra	Coimbra
Alto da Anaia	Penela	Coimbra
Alvaiázere	Alvaiázere	Leiria
Alvarenga	Arouca	Aveiro
Alvarenga	Lousada	Porto
Alviobeira	Tomar	Santarém
Alvoco da Serra	Seia	Guarda

Alvoco das Várzeas	Oliveira do Hospital	Coimbra
Anaguéis	Coimbra	Coimbra
Anaia	Porto de Mós	Leiria
Anobra	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Arco de Almedina	Coimbra	Coimbra
Ardezubre	Coimbra	Coimbra
Arrabalde	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Arrabaldes do Monte do Vez	Penela	Coimbra
Arrifana	S. João da Madeira	Aveiro
Arrifana	Resende	Viseu
Arrifana	Castro Daire	Viseu
Arrifana	Soure	Coimbra
Arrifaninha	Oliveira de Azeméis	Aveiro
Arrifes	Lourinhã	Lisboa
Arrifes	Penela	Coimbra
Arzila	Coimbra	Coimbra
Assacaias	Santarém	Santarém
Assenha	Leiria	Leiria
Assenhas da Paz	Pombal	Leiria
Azambujeira	Alcobaça	Leiria
Azenha	Águeda	Aveiro
Azenha	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Azenha	Alcobaça	Leiria
Azenha	Alvaiázere	Leiria
Azenha	Alvaiázere	Leiria
Azenha	Anadia	Aveiro
Azenha	Arganil	Coimbra
Azenha	Arouca	Aveiro
Azenha	Cantanhede	Coimbra
Azenha	Carregal do Sal	Viseu
Azenha	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Azenha	Feira	Aveiro
Azenha	Feira	Aveiro
Azenha	Feira	Aveiro
Azenha	Feira	Aveiro
Azenha	Figueira da Foz	Coimbra
Azenha	Góis	Coimbra
Azenha	Leiria	Leiria
Azenha	Lousã	Coimbra
Azenha	Miranda do Corvo	Coimbra
Azenha	Ovar	Aveiro
Azenha	Penacova	Coimbra
Azenha	Penela	Coimbra
Azenha	Pombal	Leiria
Azenha	Soure	Coimbra
Azenha	Soure	Coimbra

Azenha	Penacova	Coimbra
Azenha Cimeira	Miranda do Corvo	Coimbra
Azenha da Borratena	Tondela	Viseu
Azenha da Calçada	Caldas da Rainha	Leiria
Azenha da Corga	Cantanhede	Coimbra
Azenha da Paz	Pombal	Leiria
Azenha da Ponte	Óbidos	Leiria
Azenha da Rainha	Penela	Coimbra
Azenha da Relva	Óbidos	Leiria
Azenha da Seixeira	Óbidos	Leiria
Azenha da Vila	Carregal do Sal	Viseu
Azenha das Dunárias	Sátão	Viseu
Azenha das Taliscas	Arganil	Coimbra
Azenha das Traquelhas	Óbidos	Leiria
Azenha de Baixo	Aveiro	Aveiro
Azenha de Baixo	Peniche	Leiria
Azenha de Cima	Peniche	Leiria
Azenha de S. João	Anadia	Aveiro
Azenha de Tufeira	Óbidos	Leiria
Azenha do Abrunheiro	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Azenha do Abutre	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Azenha do Amial	Cantanhede	Coimbra
Azenha do Barroso	Alvaiázere	Leiria
Azenha do Burrel	Arganil	Coimbra
Azenha do Carregal	Alvaiázere	Leiria
Azenha do Escolral	Caldas da Rainha	Leiria
Azenha do Pagador	Óbidos	Leiria
Azenha do Penedo	Peniche	Leiria
Azenha do Penteado	Peniche	Leiria
Azenha do Pimpolho	Peniche	Leiria
Azenha do Pomar	Peniche	Leiria
Azenha do Pote	Alcobaça	Leiria
Azenha do Rio	Penacova	Coimbra
Azenha do Vale de Moitanas	Vila Nova de Poiares	Coimbra
Azenha do Vale do Abutre	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Azenha do Vale Serrão	Caldas da Rainha	Leiria
Azenha Doirique	Sátão	Viseu
Azenha dos Poios	Pampilhosa da Serra	Coimbra
Azenha dos Poupins	Penalva do Castelo	Viseu
Azenha Fundeira	Miranda do Corvo	Coimbra
Azenha Nova	Anadia	Aveiro
Azenha Nova	Figueira da Foz	Coimbra
Azenhas	Albergaria-a-Velha	Aveiro
Azenhas	Coimbra	Coimbra
Azenhas	Miranda do Corvo	Coimbra

Azenhas	Porto de Mós	Leiria
Azenhas da Arregaça	Murtosa	Aveiro
Azenhas do Cubo	Coimbra	Coimbra
Azenhas dos Lobeiros	Caldas da Rainha	Leiria
Ázere	Tábua	Coimbra
Azervada	Alcobaça	Leiria
Azibal	Sever do Vouga	Aveiro
Aziral	Mortágua	Viseu
Azurva	Aveiro	Aveiro
Bairro de Almofala	Ansião	Leiria
Belazaima	Águeda	Aveiro
Cabeço de Almagreiros	Pombal	Leiria
Cácemes	Penacova	Coimbra
Cadima	Cantanhede	Coimbra
Caria	Moimenta da Beira	Viseu
Carvalhal de Mansores	Penacova	Coimbra
Casal Arrifes	Óbidos	Leiria
Casal d' Alge	Figueiró dos Vinhos	Leiria
Casal da Bolota	Vila Nova de Ourém	Santarém
Casal da Ponte de Almagro	Batalha	Leiria
Casal da Tercena	Lourinhã	Lisboa
Casal de Cadima	Cantanhede	Coimbra
Casal do Azamelo	Batalha	Leiria
Casal do Saloio	Óbidos	Leiria
Casal dos Arrifes	Lourinhã	Lisboa
Chã do Alcaide	Lousã	Coimbra
Ferreira do Zêzere	Ferreira do Zêzere	Santarém
Fonte da Almagreira	Peniche	Leiria
Fonte de Almofala	Lamego	Viseu
Foz de Arouce	Lousã	Coimbra
Foz do Algar	Góis	Coimbra
Guarda das Tercenas	Marinha Grande	Leiria
Lagoa do Saloio	Nazaré	Leiria
Lambique	Lamego	Viseu
Largo de Almedina	Coimbra	Coimbra
Liceia	Montemor-o-Velho / Condeixa-a-Nova	Coimbra
Lombas de Almofalas	Ansião	Leiria
Mansores	Tondela	Viseu
Mansores	Arouca	Aveiro
Marzagão	Soure	Coimbra
Moinho do Saloio	Caldas da Rainha	Leiria
Moinhos de Almoxarife	Soure	Coimbra
Moinhos do Algarão	Alcobaça	Leiria
Monte de Alcará	Coimbra	Coimbra
Monte do Almoxarife	Figueira da Foz	Coimbra
Pinhal dos Arrifes	Arganil	Coimbra

<i>Ponte das Tercenas</i>	Marinha Grande	Leiria
<i>Porta de Almedina</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Portela de Moldes</i>	Arouca	Aveiro
<i>Portela do Alqueve</i>	Arganil	Coimbra
<i>Quinta da Abougaria</i>	Ansião	Leiria
<i>Quinta da Almofala</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Quinta da Alvorninha Pequena</i>	Caldas da Rainha	Leiria
<i>Raposeira da Algaça</i>	Vila Nova de Poiares	Coimbra
<i>Ribeira de Alcalamouque</i>	Soure	Coimbra
<i>Ribeira de Algares</i>	Góis	Coimbra
<i>Ribeira de Alge</i>	Ansião / Figueiró dos Vinhos	Leiria
<i>Ribeira de Alquebe</i>	Lousã	Coimbra
<i>Ribeira de Mansores</i>	Arouca	Aveiro
<i>Rio Arunca</i>	Figueira da Foz / Montemor-o-Velho / Soure	Coimbra
<i>Roso da Azurva</i>	Aveiro	Aveiro
<i>Rua da Azenha</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua da Azinhaga</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua das Fangas</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua do Alecrim</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua do Almoxarife</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua do Azinhagão</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Rua Nova do Chafariz</i>	Coimbra	Coimbra
<i>São Paulo de Almaziva</i>	Coimbra	Coimbra
Tercenas	Marinha Grande	Leiria
<i>Termas de Alcafache</i>	Mangualde	Viseu
<i>Torre de Almedina</i>	Coimbra	Coimbra
<i>Vale da Azorva</i>	Vila Nova de Ourém	Santarém
<i>Vale da Azurva</i>	Aveiro	Aveiro
<i>Vale de Almufeira</i>	Coimbra	Coimbra
Zambujal	Condeixa-a-Nova	Coimbra
Zambujal	Condeixa-a-Nova	Coimbra